

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ  
ESCOLA DE ARQUITETURA E *DESIGN*  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA**

**SAULO RIBEIRO DOS SANTOS**

**PAISAGEM SOLIDÁRIA:  
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE URBANA EM ÁREA TURÍSTICA  
FUNCIONAL DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS, MARANHÃO**

**CURITIBA  
2015**

**SAULO RIBEIRO DOS SANTOS**

**PAISAGEM SOLIDÁRIA:  
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE URBANA EM ÁREA TURÍSTICA  
FUNCIONAL DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS, MARANHÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Escola de Arquitetura e *Design* e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Linha de pesquisa:  
Planejamento e Projeto em  
Espaços Urbanos e Regionais

Orientadora:  
Profa. Dra. Leticia Peret Antunes Hardt

Coorientador:  
Prof. Dr. Carlos Hardt

Coorientadora:  
Profa. PhD. Flávia Montenegro Menezes

**CURITIBA  
2015**

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central

Santos, Saulo Ribeiro da  
S237p Paisagem solidária : indicadores de sustentabilidade urbana em área  
2015 turística do centro histórico de São Luís, Maranhão / Saulo Ribeiro dos  
Santos ; orientadora: Letícia Peret Antunes Hardt ; coorientadores: Carlos  
Hardt, Flávia Montenegro Menezes. – 2015.  
584 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba,  
2016  
Bibliografia: f. 450-481

1. Planejamento urbano. 2. Centros históricos – São Luís (MA).  
3. Indicadores ambientais. I. Hardt, Letícia Peret Antunes. II. Hardt, Carlos.  
III. Menezes, Flávia Montenegro. IV. Pontifícia Universidade Católica do  
Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. V. Título.

CDD 22. ed. – 711.4

## TERMO DE APROVAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

**“PAISAGEM SOLIDÁRIA: INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE URBANA EM  
ÁREA TURÍSTICA FUNCIONAL DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS,  
MARANHÃO”**

Por

**SAULO RIBEIRO DOS SANTOS**

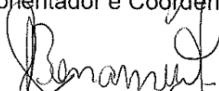
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, da Escola de Arquitetura e Design, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



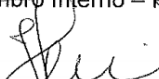
Prof.ª. Dra. Letícia Peret Antunes Hardt  
Orientadora – PPGTU/PUCPR



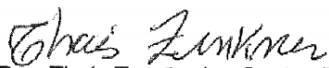
Prof. Dr. Carlos Hardt  
Membro Interno – Coorientador e Coordenador do PPGTU/PUCPR



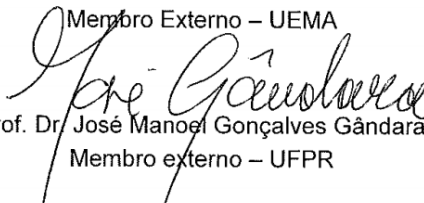
Prof. Dr. João Henrique Bonametti  
Membro Interno – PUCPR



Prof.ª. Dra. Flavia Maria Montenegro Menezes  
Membro Externo – Coorientadora – University of Massachussets



Prof.ª. Dra. Thais Trovão dos Santos Zenkner  
Membro Externo – UEMA



Prof. Dr. José Manoel Gonçalves Gândara  
Membro externo – UFPR

Curitiba, 18 de dezembro de 2015.



A Deus, por ser fonte inspiradora e me reconhecer como filho.

A Maria de Fátima Ribeiro dos Santos e a Protásio César dos Santos, pelos exemplos de pais, que amam e respeitam, além da paciência e dedicação à educação.

Ao meu único irmão Thiago Ribeiro dos Santos pela compaixão e carinho.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Maranhão (UFMA), pela liberação das minhas atividades docentes e de pesquisador para a realização do Doutorado.

À Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), pela oportunidade de realização de um sonho e pelas alegrias proporcionadas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por apoiar o projeto de pesquisa sobre Paisagem Solidária, do qual esta tese é integrante.

À minha orientadora, Profa. Dra. Letícia Peret Antunes Hardt, por todo o seu esforço, dedicação, paciência, respeito e carinho ao longo dessa jornada. Sua orientação foi excepcional e contribuiu brilhantemente para o meu crescimento profissional e pessoal.

Ao meu co-orientador, Prof. Dr. Carlos Hardt, pelo apoio ofertado durante a orientação e no desenvolvimento do curso.

À minha co-orientadora, Profa. PhD. Flávia Montenegro Menezes, sempre solícita às minhas demandas.

Aos professores Dr. José Manoel Gonçalves Gândara e Dr. João Henrique Bonametti, por todos os ensinamentos desde a pré-qualificação deste trabalho.

À Pollyana Mara Schlenker, secretária do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU), invariavelmente muito simpática e atenciosa.

Aos professores e colegas do programa, em especial à Regina Maria Martins de Araújo, que sempre esteve ao meu lado, auxiliando-me em todas as dificuldades; um ser humano especial, que faz parte definitivamente da minha vida. Também ao Andrei Mikhail Zaiatz Crestani, pelos incentivos constantes.

Aos meus grandes e fiéis amigos(as) de São Luís do Maranhão, Kátia Santos, Izabella Duailibe, Renata Souza, Itaci Melo, Anderson Passos, Jorge Azevedo, Rafael Souza, Daniele Corêa, Pedro Ferreira, Larissa Ribeiro, Luciana Andrade, Paloma Araújo e Marcus Vinícius da Silva que são irmãos(ãs) de alma, pela afeição de todos os dias, pois vocês são mais que especiais: são únicos(as), são os(as) melhores companheiros(as) que posso ter.

Aos meus amigos que sempre me incentivaram e apoiaram a minha jornada no Doutorado. Em especial para Everaldo Oliveira, Kátia Lyra, Rafael

Waismann, Telmo Fonseca, Muller Winchelo, Jason Furuie, Aline Luise, André Freitas, Karen Menethen Silva, Alex Rodrigo Kutacho, Simara Carneiro, Sergio Beltran, Luara Beltrame, Naiane Maranhão, Davi Bispo da Silva, Silvia Romana, Diogo Delrei, Miguel, João Paulo Bezerra, Madalena Ginko e Johanna von Biveniczko.

Aos meus amigos e irmãos – Roberto Vogue, Evandinei Dal Molin e Paulo Campos (*in memoriam*) curitibocas que se tornaram maranhenses, meu reconhecimento especial, pois, sem vocês, não haveria sol nos dias cinzentos da capital paranaense.

A todos os profissionais de órgãos públicos e privados que cederam informações para a realização desta pesquisa, assim como aos entrevistados que compartilharam suas percepções.

Aos meus alunos e ex-discentes, que são minha inspiração para continuar na carreira docente, em especial a Fernanda Carvalho, Cintia Pinheiro, Denise Costa e Agda Matias por terem me auxiliado na pesquisa de campo.

Às minhas famílias Ribeiro e Santos, que são o suporte para seguir em frente com ética e respeito.

A cidade de Curitiba, que, mesmo nos dias nublados, fez-me perceber o quanto podemos ser felizes e enfrentar os desafios de morar sozinho.

Aos colegas professores e técnicos do Departamento de Turismo e Hotelaria da UFMA, por buscarem constantes melhorias para o crescimento profissional dos nossos alunos.

À minha prima Shirley Muller e à minha amiga Josenilde Cidreira, que me servem de inspiração, por estarem presentes nos momentos de elaboração da tese.

Ah! Que ilha inexata quando toca o coração. Eu te toco, tu me tocas cá nas cordas do violão. E, se um dia eu for embora pra bem longe deste chão, eu jamais te esquecerei, São Luís do Maranhão.

César Nascimento

## RESUMO

A vigente pesquisa é um desdobramento do conceito de paisagem solidária, que nesta tese, volta-se para a indagação sobre as influências do turismo na sustentabilidade da paisagem das cidades, tem-se como hipótese norteadora que se a atividade turística impõe intervenções benéficas e deletérias a centros históricos urbanos, o conhecimento aprofundado desses efeitos possibilita a formulação de fundamentos para um processo de planejamento sustentável que incorpore medidas tanto de resolução para as deficiências diagnosticadas quanto de valorização para as potencialidades levantadas, baseadas em indicadores específicos, especialmente de percepção dos cidadãos. Nesse contexto, o objetivo geral da investigação consiste em avaliar as influências da atividade turística por meio de indicadores de sustentabilidade da paisagem urbana, adotando-se, como estudo de caso, o Centro Histórico de São Luís, Maranhão, e como área funcional específica, a Rua Portugal. Baseada em estrutura múltipla de métodos, a pesquisa foi realizada em três fases principais. Na primeira, de fundamentação teórica, foram tratados assuntos relacionados ao turismo e à cidade, considerando suas concepções, relações e intervenções recíprocas, bem como seus processos de gestão. Na segunda, de caracterização da área de estudo, foram detalhados aspectos geográficos, históricos, socioeconômicos, urbanísticos e turísticos, tanto do destino – cidade de São Luís – como da área funcional – Rua Portugal. A última fase, de discussão de resultados, foi estruturada com base na análise de indicadores dos contextos social (principalmente usos), cultural (essencialmente bens patrimoniais), econômico (basicamente atividades turísticas), político (fundamentalmente processos e infraestrutura) e ambiental (especialmente visuais), bem como na avaliação integrada desses cenários. Para tanto, foram adotadas duas tipologias de variáveis: perceptuais, a partir das respostas de questionários aplicados aos diversos atores relacionados aos mesmos contextos (moradores, turistas, prestadores de serviços turísticos, administradores públicos e observadores de cenas, respectivamente), e oficiais, utilizadas para caracterização do local e para interpretação dos resultados, mediante parâmetros disponibilizados em diversos documentos formais de âmbito municipal, estadual, nacional e internacional. Por fim, é proposto um modelo de sistema de indicadores, concluindo-se pela adequabilidade da valorização da percepção dos agentes intervenientes, como forma suplementar da sua participação no processo de planejamento e gestão do turismo e de cidades, com vistas à sustentabilidade da paisagem urbana.

**Palavras-chave:** Centros históricos urbanos. Indicadores de sustentabilidade da paisagem urbana. Paisagem solidária. Planejamento e gestão urbana. São Luís.



## **ABSTRACT**

*This current research is an offshoot about the solidarity landscape that this thesis turns on the influences of tourism in the sustainability of the cityscapes, it is an addressed hypothesis that the touristic activity that imposes beneficial and deleterious intervention to historical city centers, the deep knowledge of these effects, allows us to formulate the foundations to a process of sustainable planning that embraces not only ways to solve the diagnosed deficiencies but also the valuing the potentialities raised and based on specific indicators, especially from citizens perceptions. In this context, the main objective of this research consists on evaluating the influences of touristic activities through indicators of sustainable urban landscape, adopting as a case study, the historic center of São Luís city, Maranhão, mainly Rua Portugal, as specific functional area. Based on a multiple structure of methods, this research has been developed in three main phases. In the first phase, the theory background, has involved subjects related to the city and tourism, considering their conceptions, relations and reciprocal interventions as well as their management processes. In the second phase, the characterization of the study area, it was detailed geographic, historical, socio-economic, urban and touristic aspects of the tourist destination, São Luís, and the functional area, Rua Portugal. The last phase, the discussion of the results, was based on the analysis of the indicators from the social (mainly use), cultural (heritage goods), economic (touristic activities), political (processes and infrastructure) and environmental (visual mainly) contexts and also the integrated evaluation of these scenarios. For this purpose, it was adopted two types of variables: perceptual, from the answers of questionnaires applied to several actors, related to the same context (neighborhood, tourists, tourists services suppliers, public administrators, observers, respectively) and official type, used to the local characterization and interpretation of the results, according to available parameters contained in several formal documents from the city hall, state, national and international sources. Finally, it is proposed a model of indicators system, being concluded by the adequacy and valuing of the perception of the players, as a way to supplement their participation in the process of planning and management of tourism and cities with sights to sustainability of the urban landscape.*

**Keywords:** *Historical city centers. Indicators of sustainability of the urban landscape. Lonely landscape. Planning and urban management. São Luís.*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Imagens aéreas com pontos de tomada das fotografias integrantes do questionário aplicado a observadores de cenas para avaliação da qualidade da paisagem da Rua Portugal em São Luís segundo períodos selecionados .....	48
Figura 2:	Exemplos de elementos focais urbanos em São Luís, Maranhão .....	74
Figura 3:	Organograma de recursos do turismo cultural .....	80
Figura 4:	Vista panorâmica da verticalização dos bairros Renascença II, Ponta do Farol, Ponta D'areia e Calhau em São Luís, Maranhão .....	90
Figura 5:	Vista da Ponte José Sarney conectando o centro histórico às praias de São Luís, Maranhão .....	93
Figura 6:	Vista aérea do bairro histórico da cidade de Recife, Pernambuco .....	96
Figura 7:	Vista de conjunto arquitetônico preservado como atrativo turístico em São Luís, Maranhão .....	100
Figura 8:	Vista da manifestação folclórica “tambor de crioula” como atrativo turístico de São Luís, Maranhão .....	102
Figura 9:	Vista aérea do Centro Histórico de São Luís, Maranhão .....	103
Figura 10:	Gráfico de chegadas de turistas em nível mundial e por regiões de 2000 a 2012 .....	112
Figura 11:	Gráfico de chegadas de turistas em nível mundial segundo economias avançadas e emergentes de 1995 a 2012.....	113
Figura 12:	Mapa esquemático de detalhamento do Projeto Praia Grande em São Luís, Maranhão .....	130
Figura 13:	Perspectiva da proposta do Projeto Praia Grande em São Luís, Maranhão .....	130
Figura 14:	Mapa esquemático de polos turísticos do estado do Maranhão .....	140
Figura 15:	Matriz de estratégia de desenvolvimento e estruturação do produto turístico Maranhão por segmentos e polos .....	141
Figura 16:	Diagrama de rede de interação de valores da sustentabilidade .....	152
Figura 17:	Organograma dos indicadores do índice de desempenho ambiental (IDA).....	179
Figura 18:	Mapa e imagem aérea de localização de São Luís no Brasil e no estado do Maranhão.....	183
Figura 19:	Vista do Palácio dos Leões construído sobre o antigo embasamento do Forte Saint-Louis .....	184
Figura 20:	Mapa esquemático da Província do Maranhão em 1631 .....	185
Figura 21:	Mapa esquemático do núcleo fundacional de São Luís em 1647 .....	185
Figura 22:	Mapa histórico do plano urbanístico de São Luís datado de 1647 .....	187
Figura 23:	Carta de aprovação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) incluindo São Luís na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade.....	188
Figura 24:	Vista de casarões e sobrados no Centro Histórico de São Luís .....	190
Figura 25:	Mapa e imagem aérea de adensamentos populacionais originários da instalação do Programa Minha Casa Minha Vida no bairro do Anil em São Luís .....	193
Figura 26:	Vista de concentração de prédios no bairro do Renascença 2 em São Luís.....	195
Figura 27:	Vista de paisagem urbana do bairro da Ponta d'Areia em São Luís.....	196
Figura 28:	Mapa esquemático da cidade de São Luís em 1641 .....	197
Figura 29:	Mapa esquemático da cidade de São Luís em 1844 .....	198
Figura 30:	Mapa esquemático da cidade de São Luís em 1951 .....	199
Figura 31:	Vista da Ponte José Sarney com ligação do Centro Histórico à área nova da cidade de São Luís .....	200
Figura 32:	Mapas de evolução da mancha urbana de São Luís com destaque para o núcleo do Centro Histórico – 1926 a 2004 .....	201
Figura 33:	Mapas de expansão urbana de São Luís para novas áreas .....	202
Figura 34:	Vista da península da Ponta d'Areia em São Luís .....	203
Figura 35:	Vista de urbanização da Lagoa da Jansen em São Luís .....	204
Figura 36:	Mapa de zoneamento de uso e ocupação do solo e limites de tombamento da região central de São Luís .....	206
Figura 37:	Mapa dos polos turísticos do Maranhão com destaque para o de São Luís .....	209

Figura 38:	Mapa das principais edificações de valor turístico integrantes do Centro Histórico de São Luís com destaque para a Rua Portugal.....	210
Figura 39:	Gráfico de evolução do índice de competitividade de destinos turísticos brasileiros em relação à infraestrutura – 2008 a 2010.....	212
Figura 40:	Gráfico de pontos negativos para a comercialização do destino turístico segundo entrevistados sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento e Implementação de Marketing Turístico para São Luís – 2010.....	214
Figura 41:	Gráfico de evolução do índice de competitividade de destinos turísticos brasileiros em relação a equipamentos e serviços – 2008 a 2010.....	215
Figura 42:	Gráfico de evolução do índice de competitividade de destinos turísticos brasileiros em relação a aspectos culturais – 2008 a 2010.....	215
Figura 43:	Gráfico de opiniões sobre carência de produtos turísticos por segmento segundo entrevistados sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento e Implementação de Marketing Turístico para São Luís – 2010.....	216
Figura 44:	Mapa de localização da Rua Portugal no Centro Histórico de São Luís.....	218
Figura 45:	Imagem aérea e vistas da Rua Portugal no Centro Histórico de São Luís.....	219
Figura 46:	Mapas de expansão do núcleo urbano de São Luís para o interior do centro – 1640, 1844 e 1948.....	220
Figura 47:	Ilustrações de modelos arquitetônicos de sobrados e casarões no Centro Histórico de São Luís.....	221
Figura 48:	Vista aérea do Centro Histórico de São Luís (sentido norte e nordeste) com destaque para a Ponte José Sarney.....	222
Figura 49:	Vista aérea do Centro Histórico de São Luís (sentido norte e noroeste) com destaque para o Palácio dos Leões.....	222
Figura 50:	Vista aérea do bairro da Praia Grande em São Luís.....	225
Figura 51:	Vista da Rua Portugal no Centro Histórico de São Luís em 2014.....	227
Figura 52:	Mapa do traçado urbano de São Luís na primeira metade do século XVII.....	229
Figura 53:	Vista de casarão localizado na Rua Portugal com detalhes em azulejo e mirante.....	230
Figura 54:	Vistas de modelos de sacadas de casarões localizados na Rua Portugal.....	232
Figura 55:	Imagem aérea das quadras selecionadas para estudo na Rua Portugal.....	233
Figura 56:	Vista de detalhes dos azulejos de revestimento de fachadas de prédios na Rua Portugal.....	234
Figura 55:	Imagem aérea de delimitação dos usos sociais na Rua Portugal.....	241
Figura 56:	Gráfico de proporcionalidade dos moradores entrevistados segundo gênero.....	242
Figura 57:	Gráfico de proporcionalidade dos moradores entrevistados segundo faixa etária.....	243
Figura 58:	Gráfico de proporcionalidade dos moradores entrevistados segundo tempo de residência em São Luís.....	244
Figura 59:	Mapa de bairros citados pelos moradores entrevistados como local de residência em São Luís.....	245
Figura 60:	Mapa de bairros de São Luís por densidade demográfica com destaque para Rua Portugal.....	246
Figura 61:	Gráfico de proporcionalidade dos moradores entrevistados segundo grau de escolaridade.....	247
Figura 62:	Gráfico de proporcionalidade de áreas profissionais dos moradores entrevistados.....	248
Figura 63:	Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos moradores entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980.....	249
Figura 64:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980 segundo condições gerais.....	250
Figura 65:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980 segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais.....	251
Figura 66:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto a notáveis mudanças promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais.....	259
Figura 67:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto a notáveis mudanças promovidas pelo turismo na	

	paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	260
Figura 68:	Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos moradores entrevistados quanto à existência de intervenções oriundas de políticas públicas de turismo na paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís.....	268
Figura 69:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto à existência de intervenções oriundas de políticas públicas de turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais .....	269
Figura 70:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto à existência de intervenções oriundas de políticas públicas de turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	270
Figura 71:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto a intervenções benéficas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais.....	271
Figura 72:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto a intervenções benéficas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	272
Figura 73:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto a intervenções adversas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais.....	279
Figura 74:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto a intervenções adversas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	280
Figura 75:	Gráfico de imagens associadas à capital maranhense segundo entrevistados sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento e Implementação de Marketing Turístico para São Luís – 2010.....	288
Figura 76:	Imagem aérea de enquadramento tipológico de edificações de valor histórico-cultural na Rua Portugal .....	289
Figura 77:	Mapa de localização de edificações históricas segundo estilos arquitetônicos característicos no Centro Histórico de São Luís .....	290
Figura 78:	Vistas de exemplares de estilos arquitetônicos encontrados na Rua Portugal.....	291
Figura 79:	Gráfico de proporcionalidade dos turistas entrevistados segundo gênero .....	292
Figura 80:	Gráfico de proporcionalidade dos turistas entrevistados segundo faixa etária .....	293
Figura 81:	Gráfico de proporcionalidade dos turistas entrevistados segundo tempo de estadia em São Luís.....	293
Figura 82:	Gráfico de proporcionalidade de origem dos turistas entrevistados segundo região brasileira .....	294
Figura 83:	Gráfico de proporcionalidade dos turistas entrevistados segundo grau de escolaridade.....	295
Figura 84:	Gráfico de proporcionalidade de áreas profissionais dos turistas entrevistados .....	296
Figura 85:	Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos turistas entrevistados quanto à promoção, pelo turismo, de mudanças significativas na paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís .....	297
Figura 86:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos turistas entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980 segundo condições gerais .....	298
Figura 87:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos turistas entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980 segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	299
Figura 88:	Vistas da Rua Portugal durante as obras e após a conclusão em 1989.....	301
Figura 89:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos turistas entrevistados quanto a notáveis mudanças promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais .....	303

Figura 90:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos turistas entrevistados quanto a notáveis mudanças promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	304
Figura 91:	Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos turistas entrevistados quanto à existência de intervenções em decorrência do desenvolvimento turístico do Centro Histórico de São Luís .....	310
Figura 92:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos turistas entrevistados quanto à existência de intervenções em decorrência do desenvolvimento turístico do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais .....	311
Figura 93:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos turistas entrevistados quanto à existência de intervenções em decorrência do desenvolvimento turístico do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	312
Figura 94:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos turistas entrevistados quanto a intervenções adversas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais.....	317
Figura 95:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos turistas entrevistados quanto a intervenções adversas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	318
Figura 96:	Gráfico de proporcionalidade de turistas entrevistados que visitaram a Rua Portugal no Centro Histórico de São Luís .....	320
Figura 97:	Gráfico do fluxo de passageiros (embarque e desembarque) nas capitais da região Nordeste entre 2010 e 2014.....	323
Figura 98:	Gráfico do fluxo de turistas e desembarque de passageiros na região Nordeste – 2002 a 2011 .....	324
Figura 99:	Imagem aérea de delimitação de atividades econômicas de apoio ao turismo na Rua Portugal.....	325
Figura 100:	Gráfico de proporcionalidade dos prestadores de serviços turísticos entrevistados segundo gênero .....	326
Figura 101:	Gráfico de proporcionalidade dos prestadores de serviços turísticos entrevistados segundo faixa etária.....	327
Figura 102:	Gráfico de proporcionalidade dos prestadores de serviços turísticos entrevistados segundo tempo de residência em São Luís .....	328
Figura 103:	Mapa de bairros citados pelos prestadores de serviços turísticos entrevistados como local de residência em São Luís .....	329
Figura 104:	Gráfico de proporcionalidade dos prestadores de serviços turísticos entrevistados segundo grau de escolaridade .....	330
Figura 105:	Gráfico de proporcionalidade de áreas profissionais dos prestadores de serviços turísticos entrevistados .....	331
Figura 106:	Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980.....	332
Figura 107:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980 segundo condições gerais .....	332
Figura 108:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980 segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	333
Figura 109:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto a mudanças notáveis promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais .....	336
Figura 110:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto a mudanças notáveis	



	promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	337
Figura 111:	Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto à existência de intervenções oriundas de políticas públicas de turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís.....	339
Figura 112:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto à existência de intervenções oriundas de políticas públicas de turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais.....	340
Figura 113:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto à existência de intervenções oriundas de políticas públicas de turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais.....	341
Figura 114:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto a intervenções benéficas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais .....	343
Figura 115:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto a intervenções benéficas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	344
Figura 116:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto a intervenções adversas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais .....	348
Figura 117:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto a intervenções adversas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	349
Figura 118:	Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto à participação em programa ou política de turismo para a cidade de São Luís.....	352
Figura 119:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto às suas atividades benéficas para o turismo na cidade de São Luís segundo condições gerais .....	352
Figura 120:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto às suas atividades benéficas para o turismo na paisagem da cidade de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	353
Figura 121:	Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto à participação em programa ou política de preservação do Centro Histórico de São Luís.....	355
Figura 122:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto às suas atividades benéficas para a preservação do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais .....	355
Figura 123:	Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto às suas atividades benéficas para a preservação do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	356
Figura 124:	Mapa de delimitação do Centro Antigo segundo o Plano Diretor Municipal de São Luís .....	362
Figura 125	Imagem aérea de espacialização de componentes de infraestrutura e de delimitação de serviços públicos na Rua Portugal .....	366
Figura 126:	Gráfico de proporcionalidade dos administradores públicos entrevistados segundo gênero.....	367
Figura 127:	Gráfico de proporcionalidade dos administradores públicos entrevistados segundo faixa etária .....	368

Figura 128: Gráfico de proporcionalidade dos administradores públicos entrevistados segundo tempo de residência em São Luís .....	368
Figura 129: Mapa de bairros citados pelos administradores públicos entrevistados como local de residência em São Luís .....	370
Figura 130: Gráfico de proporcionalidade dos administradores públicos entrevistados segundo grau de escolaridade .....	371
Figura 131: Gráfico de proporcionalidade de áreas profissionais dos administradores públicos entrevistados.....	372
Figura 132: Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos administradores públicos entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980 .....	373
Figura 133: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980 segundo condições gerais .....	373
Figura 134: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980 segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	374
Figura 135: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto a notáveis mudanças promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais .....	376
Figura 136: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto a notáveis mudanças promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	377
Figura 137: Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos administradores públicos entrevistados quanto à existência de intervenções oriundas de políticas governamentais de turismo na paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís.....	379
Figura 138: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto à existência de intervenções oriundas de políticas públicas de turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais .....	380
Figura 139: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto à existência de intervenções oriundas de políticas públicas de turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	381
Figura 140: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto a intervenções benéficas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais .....	383
Figura 141: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto a intervenções benéficas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	384
Figura 142: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto a intervenções adversas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais .....	385
Figura 143: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto a intervenções adversas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	386
Figura 144: Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos administradores públicos entrevistados quanto à participação em programas ou políticas de turismo para a cidade de São Luís.....	387
Figura 145: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto às suas atividades benéficas para o turismo na paisagem da cidade de São Luís segundo condições gerais .....	388

Figura 146: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto às suas atividades benéficas para o turismo na paisagem da cidade de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	389
Figura 147: Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos administradores públicos entrevistados quanto à participação em programas ou políticas de preservação do Centro Histórico de São Luís.....	390
Figura 148: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto às suas atividades benéficas para a preservação do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais.....	391
Figura 149: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto às suas atividades benéficas para a preservação do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	392
Figura 150: Gráficos do estado de conservação dos imóveis nas áreas de tombamento estadual e federal no Centro Histórico de São Luís .....	395
Figura 151: Imagem aérea de classificação dos níveis de manutenção dos imóveis na Rua Portugal.....	397
Figura 152: Gráfico de proporcionalidade dos observadores de cenas segundo gênero .....	399
Figura 153: Gráfico de proporcionalidade dos observadores de cenas segundo procedência .....	400
Figura 154: Gráfico de proporcionalidade dos observadores de cenas segundo faixa etária.....	400
Figura 155: Gráfico de proporcionalidade dos observadores de cenas segundo grau de escolaridade.....	401
Figura 156: Gráfico de proporcionalidade dos observadores de cenas segundo áreas profissionais .....	402
Figura 157: Gráfico de proporcionalidade dos observadores de cenas segundo visita anterior a São Luís.....	403
Figura 158: Gráfico de proporcionalidade dos observadores de cenas com visita anterior a São Luís segundo periodicidade de visita.....	404
Figura 159: Gráfico de proporcionalidade dos observadores de cenas com visita anterior a São Luís segundo tempo de visita .....	405
Figura 160: Gráfico de proporcionalidade de classes de qualidade da paisagem da Rua Portugal indicadas pelos observadores de cenas segundo período do dia .....	405
Figura 161: Fotos preferenciais enquadradas pelos observadores de cenas na classe de qualidade da paisagem muito boa na Rua Portugal – trecho 3 (Oeste 1) .....	409
Figura 162: Fotos preferenciais enquadradas pelos observadores de cenas na classe de qualidade da paisagem muito ruim na Rua Portugal – trecho 5 (Sudoeste 1).....	409
Figura 163: Fotos com maiores desvios entre períodos do dia nas classificações pelos observadores de cenas sobre qualidade da paisagem da Rua Portugal – trecho 1 (Sudeste 1) .....	411
Figura 164: Fotos com menores desvios entre períodos do dia nas classificações pelos observadores de cenas sobre qualidade da paisagem da Rua Portugal – trecho 8 (Nordeste 2) .....	412
Figura 165: Fotos enquadradas pelos observadores de cenas nas classes de qualidade superior da paisagem na Rua Portugal .....	414
Figura 166: Fotos enquadradas pelos observadores de cenas nas classes de qualidade inferior da paisagem na Rua Portugal .....	416
Figura 167: Gráficos de proporcionalidade média de respostas positivas, neutras e negativas dos entrevistados segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais.....	419
Figura 168: Fluxograma do esquema analítico do processo previsto no Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.....	435
Figura 169: Gráfico de proporcionalidade diferencial entre respostas positivas e negativas dos entrevistados segundo condições gerais.....	437
Figura 170: Organograma de estrutura de indicadores proposta para análise da sustentabilidade da paisagem urbana com vistas ao desenvolvimento do turismo.....	438

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Valores de referência da amostragem dos questionários aplicados a moradores, turistas, prestadores de serviços turísticos e observadores de cenas para avaliação da qualidade da paisagem .....	46
Tabela 2:	Dados do turismo interno e mundial entre os anos de 2011, 2012 e 2013 .....	63
Tabela 3:	Crescimento populacional da cidade de São Luís – 1991 a 2010 .....	192
Tabela 4:	Número de passageiros embarcados e desembarcados no Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado em São Luís – 2006 a 2014 .....	213
Tabela 5:	Distribuição dos recursos e produtos turísticos do Maranhão por segmento .....	286
Tabela 6:	Proporcionalidade média de classes de qualidade da paisagem da Rua Portugal indicadas pelos observadores de cenas segundo período do dia .....	406
Tabela 7:	Proporcionalidade média de classes de qualidade da paisagem da Rua Portugal indicadas pelos observadores de cenas segundo período do dia .....	408
Tabela 8:	Matriz de coeficientes de correlação (r) entre variáveis perceptuais vinculadas aos entrevistados segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais .....	430

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Estrutura metodológica das fases da pesquisa .....	37
Quadro 2:	Temas e subtemas centrais da pesquisa .....	51
Quadro 3:	Bases para a segmentação turística .....	62
Quadro 4:	Classificação dos atrativos turísticos e respectivos recursos .....	70
Quadro 5:	Elementos focais urbanos perceptíveis pelo turista .....	73
Quadro 6:	Atividades realizadas pelo turismo cultural .....	81
Quadro 7:	Fatores impactantes do turismo cultural .....	83
Quadro 8:	Impactos positivos e negativos do turismo no âmbito sociocultural .....	147
Quadro 9:	Conceitos de indicador segundo diversos autores .....	168
Quadro 10:	Indicadores do turismo sustentável e respectivas medidas específicas .....	173
Quadro 11:	Relação das variáveis do sistema proposto com o indicador do turismo sustentável (ITS) .....	237
Quadro 12:	Posição de produtos turísticos “estrela” em São Luís .....	286
Quadro 13:	Evolução dos programas e projetos de revitalização no Centro Histórico de São Luís – 1976 a 2011 .....	427
Quadro 14:	Principais programas e projetos existentes em São Luís direcionados a temáticas centrais da pesquisa por nível de gestão .....	434
Quadro 15:	Cenários anterior (1979) e posterior (200”) à implementação do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís .....	436

## LISTA DE SIGLAS

ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAT	Centro de atendimento ao turista
CCPDVF	Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho
CH	Centro histórico
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CICATUR	Centro Interamericano de Capacitação Turística
CIESIN	Center for International Earth Science Information Network (Centro para Rede Internacional de Informações de Ciências da Terra)
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CPC	Coordenadoria de Patrimônio Cultural
CPTUR	Companhia de Turismo Independente
DPHAP-MA	Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão
EC	European Commission (Comissão Europeia)
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo (atual Instituto Brasileiro de Turismo)
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
EPI	Environmental Performance Index (índice de Desempenho Ambiental)
FDPI	Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados
FEM	Fórum Econômico Mundial
FMC	Fundação Municipal de Cultura
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
FUMPH	Fundação Municipal de Patrimônio Histórico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPC	Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
IBPC-MA	Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural do Maranhão
ICE-MA	instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços
ICTB	Índice de competitividade do turismo brasileiro
IDA	Indicador de desempenho ambiental
IDH	Índice de desenvolvimento humano
IMESC-MA	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IMPUR	Instituto Municipal da Paisagem Urbana
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITS	Indicador do turismo sustentável
JRCEC	Joint Research Centre of the European Commission (Pesquisa Conjunta do Centro da Comissão Europeia)
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPB	Música Popular Brasileira
MPF-MA	Ministério Público Federal do Maranhão
MTUR	Ministério do Turismo
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSSL	Observatório Social de São Luís
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCH	Programa de Cidades Históricas



PDM	Plano Diretor Municipal
PDCTSL	Plano de Desenvolvimento do Cluster de São Luís
PDTIS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PIB	Produto interno bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC-EM	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Ensino Médio
PIBIC-JR	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e em Inovação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMSL	Prefeitura Municipal de São Luís
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPEUR	Grupo de Pesquisa sobre Planejamento e Projeto em Espaços Urbanos e Regionais
PPGTU	Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana
PPRCHSL	Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RIO-92	Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
RMSL	Região Metropolitana de São Luís
SEMA-MA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Maranhão
SETUR-MA	Secretaria de Turismo do Estado do Maranhão
SETUR-SLZ	Secretaria Municipal de Turismo de São Luís
SINDUSCON-MA	Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Maranhão
SLZCVB	São Luís Convention & Visitors Bureau. Mantenedores.
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPI	Sociedade Portuguesa de Inovação
STF	Supremo Tribunal Federal.
STH	Secretaria de Turismo de Hollywood
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TCU	Tribunal de Contas da União
UDH	Unidade de desenvolvimento humano
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNWTO	United Nations World Tourism Organization (Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas)
VALE	Companhia Vale do Rio Doce
WTTC	World Travel & Tourism Council
YCELP	Yale Center for Environmental Law and Policy (Centro para o Direito e Políticas Ambientais)
ZIS- – 2	Zona Residencial 2
ZPA	Zona de Proteção Ambiental
ZPH	Zona de Preservação Histórica
ZT	Zona Turística

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	23
1.1	PROBLEMÁTICA .....	24
1.2	JUSTIFICATIVAS .....	28
1.3	OBJETIVOS .....	34
<b>2</b>	<b>ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA</b> .....	35
2.1	MÉTODOS E TÉCNICAS .....	35
2.2	FASES DA PESQUISA .....	36
<b>2.2.1</b>	<b>Fundamentação teórica</b> .....	40
<b>2.2.1</b>	<b>Caracterização da área de estudo</b> .....	40
<b>2.2.3</b>	<b>Discussão dos resultados</b> .....	42
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	51
3.1	CONCEPÇÕES SOBRE TURISMO E CIDADE .....	52
<b>3.1.1</b>	<b>Oferta e demanda turística</b> .....	54
<b>3.1.2</b>	<b>Segmentação do mercado turístico</b> .....	59
<b>3.1.3</b>	<b>Atrativos, bens e serviços turísticos</b> .....	65
<b>3.1.4</b>	<b>Cidades e tipologias turísticas</b> .....	71
3.1.4.1	Turismo urbano .....	72
3.1.4.2	Turismo cultural .....	75
3.2	RELAÇÕES ENTRE TURISMO E CIDADE .....	87
<b>3.2.1</b>	<b>Atividade turística e paisagem urbana</b> .....	88
<b>3.2.2</b>	<b>Atividade turística e cultura urbana</b> .....	101
<b>3.2.3</b>	<b>Atividade turística e patrimônio histórico urbano</b> .....	109
3.2.3.1	Políticas federais de preservação.....	119
3.2.3.2	Políticas estaduais de preservação .....	129
3.3	INFLUÊNCIAS DO TURISMO NA CIDADE .....	133
<b>3.3.1</b>	<b>Interferências econômicas</b> .....	133
<b>3.3.2</b>	<b>Interferências ambientais</b> .....	137
<b>3.3.3</b>	<b>Interferências socioculturais</b> .....	134

3.4	PROCESSOS DE GESTÃO DO TURISMO E DA CIDADE .....	148
<b>3.4.1</b>	<b>Discursos do desenvolvimento sustentável</b> .....	148
3.4.1.1	Turismo sustentável .....	154
<b>3.4.2</b>	<b>Políticas públicas de desenvolvimento turístico e urbano</b> .....	159
3.4.2.1	Indicadores de sustentabilidade no turismo .....	167
3.4.2.2	Indicadores de sustentabilidade no desenvolvimento urbano .....	176
<b>4</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO</b> .....	182
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO: CIDADE DE SÃO LUÍS .....	182
4.1.1	<b>Aspectos geográficos e históricos</b> .....	182
4.1.2	<b>Aspectos socioeconômicos</b> .....	191
4.1.3	<b>Aspectos urbanísticos</b> .....	197
4.1.4	<b>Aspectos turísticos</b> .....	208
4.2	SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA FUNCIONAL: RUA PORTUGAL .....	217
4.2.1	<b>Aspectos geográficos e históricos</b> .....	217
4.2.2	<b>Aspectos socioeconômicos</b> .....	226
4.2.3	<b>Aspectos urbanísticos</b> .....	228
4.2.4	<b>Aspectos turísticos</b> .....	234
<b>5</b>	<b>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	235
5.1	ANÁLISE DE INDICADORES .....	239
<b>5.1.1</b>	<b>Contexto social</b> .....	239
5.1.1.1	Quadro específico .....	239
5.1.1.2	Variáveis perceptuais .....	242
<b>5.1.2</b>	<b>Contexto cultural</b> .....	285
5.1.2.1	Quadro específico .....	285
5.1.2.2	Variáveis perceptuais .....	292
<b>5.1.3</b>	<b>Contexto econômico</b> .....	322
5.1.3.1	Quadro específico .....	322
5.1.3.2	Variáveis perceptuais .....	326
<b>5.1.4</b>	<b>Contexto político</b> .....	359
5.1.4.1	Quadro específico .....	359
5.1.4.2	Variáveis perceptuais .....	367

<b>5.1.5</b>	<b>Contexto ambiental</b> .....	394
5.1.5.1	Quadro específico .....	394
5.1.5.2	Variáveis perceptuais .....	398
5.2	<b>ANÁLISE INTEGRADA DA SUSTENTABILIDADE DA PAISAGEM URBANA</b> .....	418
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	442
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	450
	<b>APÊNDICES</b> .....	482
	APÊNDICE A	
	MODELOS PRELIMINAR E DEFINITIVO DE FORMULÁRIO DE PESQUISA APLICADO A MORADORES DE SÃO LUÍS, MARANHÃO.....	483
	APÊNDICE B	
	MODELOS PRELIMINAR E DEFINITIVO DE FORMULÁRIO DE PESQUISA APLICADO A TURISTAS EM SÃO LUÍS, MARANHÃO.....	484
	APÊNDICE C	
	MODELOS PRELIMINAR E DEFINITIVO DE FORMULÁRIO DE PESQUISA APLICADO A PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS EM SÃO LUÍS, MARANHÃO .....	485
	APÊNDICE D	
	MODELOS PRELIMINAR E DEFINITIVO DE FORMULÁRIO DE PESQUISA APLICADO A ADMINISTRADORES PÚBLICOS DE SÃO LUÍS, MARANHÃO .....	486
	APÊNDICE E	
	MODELOS PRELIMINAR E DEFINITIVO DE FORMULÁRIO DE PESQUISA APLICADO A OBSERVADORES DE CENAS DA RUA PORTUGAL EM SÃO LUÍS, MARANHÃO .....	487
	APÊNDICE F	
	ROTEIRO PRELIMINAR DE ENTREVISTA SOBRE PLANOS DE TURISMO EM SÃO LUÍS, MARANHÃO .....	502
	APÊNDICE G	
	ROTEIRO PRELIMINAR DE ENTREVISTA SOBRE PROGRAMAS DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS, MARANHÃO.....	503
	APÊNDICE H	
	RESPOSTAS A QUESTÕES ABERTAS DO QUESTIONÁRIO APLICADO A MORADORES DE SÃO LUÍS, MARANHÃO .....	504
	APÊNDICE I	
	RESPOSTAS A QUESTÕES ABERTAS DO QUESTIONÁRIO APLICADO A TURISTAS EM SÃO LUÍS, MARANHÃO.....	545

APÊNDICE J RESPOSTAS A QUESTÕES ABERTAS DO QUESTIONÁRIO APLICADO A PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS EM SÃO LUÍS, MARANHÃO .....	564
APÊNDICE K RESPOSTAS A QUESTÕES ABERTAS DO QUESTIONÁRIO APLICADO A ADMINISTRADORES PÚBLICOS DE SÃO LUÍS, MARANHÃO.....	578
<b>ANEXOS</b> .....	583
ANEXO A ARTIGOS 215 E 216 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	584



## 1 INTRODUÇÃO

O avanço da ciência tem contribuído para o aumento da produção científica, tornando recorrentes temáticas relativas ao turismo, à paisagem ao patrimônio e à sustentabilidade, em estudos elaborados sob diversas óticas, como ambiental, social, cultural, política e econômica, dentre várias outras.

Nesse contexto, destaca-se a contribuição da gestão urbana, possibilitando o entendimento desses aspectos sobre as cidades contemporâneas, além de propiciar oportunidades para o desenvolvimento de consciência crítica sobre esses temas e suas vertentes (GONZÁLEZ; PÉREZ; GÓMEZ, 2012).

Panosso Netto e Nechar (2014) afirmam que o turismo constitui uma nova área do conhecimento, apoiada em outros campos disciplinares, como a gestão urbana, por exemplo (HAYLLAR et al., 2011).

Assim, Yázigi (2009) destaca que o potencial urbanístico é aproveitado na atividade turística para a prática de atividades de lazer, cultura, eventos e consumo, além da apreciação da paisagem edificada sob a forma de monumentos, marcos, prédios e vias, dentre outros elementos construídos.

O turismo também gera oportunidades para o reconhecimento da história e da identidade da sociedade local, para o convívio com pessoas em ambientes diferenciados e para o contato com o novo e com o desconhecido, bem como para a realização de negócios. Essas são algumas das inúmeras possibilidades oferecidas pela cidade, compreendendo múltiplos insumos da prática turística (YÁZIGI, 2009).

Compreendendo a cidade no contexto do turismo, percebe-se a importância histórico-cultural do patrimônio urbanístico; sob esse enfoque, as administrações de cidades vêm realizando planos de revitalização para a sua adequação mediante critérios estabelecidos por organizações internacionais, nacionais e regionais (VIEIRA, 2012; UNESCO, 2013).

Nesse quadro, a renovação de centros históricos<sup>1</sup>, a requalificação de espaços públicos e a reincorporação de vazios urbanos, entre outros aspectos, tornam-se fundamentais para o desenvolvimento da atividade turística, o que acarreta transformações paisagísticas, especialmente num cenário de renovação e requalificação (FONSECA, 2009; HAYLLAR et al., 2011).

Perante essas assertivas, a presente pesquisa compreende a análise das influências do turismo na sustentabilidade da paisagem de cidades com relevância histórica e patrimonial, adotando categorias de indicadores perceptuais para a criação de um sistema próprio de avaliação dessas ingerências.

Cabe destacar que o chamado “turismo sustentável” deve dispensar especial atenção à gestão da atividade em qualquer destino e tipo de segmento, visando ao seu ajustado alinhamento a princípios ambientais, econômicos e socioculturais (UNWTO, 2004), dentre outros, e à garantia dos seus resultados para novas gerações.

## 1.1 PROBLEMÁTICA

Recentemente, organizações voltadas à gestão do patrimônio, da cultura e do turismo ganharam maior notabilidade, gerando políticas públicas que regem a atividade turística (DIAS, 2003a, OLIVEIRA, 2008; VIEIRA, 2012), destacando-a como relevante diferencial no processo de planejamento urbano, turístico e cultural, sendo, em geral, os programas voltados ao seu fomento e às suas relações com bens históricos bem recebidos pelas comunidades envolvidas (SANTOS, 2008).

Entretanto, é imperativa a compreensão das influências do turismo na sustentabilidade da paisagem urbana, na medida em que a utiliza como atrativo. Corroborando com esse pensamento, Lihtnov e Vieira (2010) afirmam que os componentes paisagísticos são elementos imprescindíveis para a atividade turística, podendo a revitalização de centros históricos com esses propósitos produzir bons resultados.

---

<sup>1</sup> Nesta pesquisa, adota-se o termo “centro histórico” ao invés de “área histórica” devido ao fato dos residentes da área de estudo (São Luís, Maranhão) denominarem o objeto de análise por meio desta nomenclatura.

Mas, os autores também especificam que é necessária a consolidação de parcerias entre empresas privadas e públicas, “por ser tratar de imóveis tombados, protegidos por lei, transformando estes em recintos de lazer e cultura voltados aos habitantes da cidade, bem como a turistas” (LIHTNOV; VIEIRA, 2010, p.4).

Nessa ótica, Pérez (2009, p.88) esclarece que “[...] o turismo não gera sempre os mesmos processos de mudança e depende da estrutura social sobre a qual atua”.

Nesse caso, a paisagem é o próprio argumento da atividade turística, pois introduz códigos culturais e símbolos galgados por imagens que fogem da realidade (RODRIGUES, 2000). Por outro lado, está diretamente relacionada com os autóctones, que participam ativamente da sua construção, e o turismo, por meio das suas ações, promove intervenções que completam essa produção (MOLIN; OLIVEIRA, 2008).

Para Molin e Oliveira (2008, p.3), “a paisagem pode ser compreendida pela construção da imagem que retrata as relações mantidas entre homem e natureza ao longo do processo evolutivo, resultantes na construção de um espaço fisicamente tangível”.

Em áreas urbanizadas, o turismo também é desenvolvido em centros históricos, utilizando-os como produtos que oferecem serviços e que contêm marcos referenciais como atrativos (SANTOS; LORÊDO, 2013; SIMÃO, 2006).

Com o reconhecido crescimento do turismo em nível global (HAYLLAR et al., 2011), os centros históricos ganham força como vetores de interesse político, delimitando formas para o seu gerenciamento, sendo criados, então, órgãos governamentais destinados à organização e ao fomento da atividade, assim como políticas públicas de preservação direcionadas ao patrimônio histórico (FONSECA, 2009).

Neste sentido, a reinserção de centros históricos à dinâmica das cidades aconteceu na década de 1980 no Brasil, mediante a valorização cultural dessas áreas, possibilitando a sua preservação (FONSECA, 2009; CUTRIM, 2011). O valor patrimonial passou, então, a ser considerado “representativo de determinado valor cultural” (VIEIRA, 2008, p.36), ou seja, quando dirigentes de órgãos oficiais o compreende como merecedor de proteção legal.

Portanto, são criadas leis de defesa da preservação em nome do interesse público, como no caso do Artigo 1º do Decreto-Lei Federal Nº 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937), sobre o dispositivo do tombamento, que “visa à preservação do aspecto material considerado representativo de determinado valor cultural” (VIEIRA, 2008, p.37).

Com a inserção do turismo em programas governamentais e com a criação de políticas públicas de preservação de centros históricos, espaços delimitados como patrimoniais são consolidados como objetos de ações para a melhoria das condições locais, promovendo diversas alternativas de proteção de bens públicos ou, até mesmo, privados (UNESCO, 2013).

Com a adoção do turismo como uma das suas principais fontes econômicas, a cidade absorve os seus impactos, dentre os quais se destacam aqueles pertinentes a intervenções na paisagem urbana, gerando, por um lado, benefícios aos locais históricos, com a preservação e revitalização dos seus espaços para visitação (LIHTNOV; VIEIRA, 2010; OLIVEIRA; ANJOS; LEITE, 2008) e, por outro, situações paisagísticas deletérias oriundas de ações inadequadas.

Apesar das evidências da falta de comunicação entre normas sobre conservação dos patrimônios natural e cultural, vale lembrar que, como produto da percepção visual do ambiente urbano (HARDT, 2000), a paisagem das cidades é formada tanto por elementos naturais, como relevo e vegetação, por exemplo, quanto por componentes construídos, como ruas, edifícios e calçadas, dentre muitos outros, com destaque, ainda, para a presença do homem e de suas atividades sociais, econômicas, políticas e institucionais. Bonametti (2010, p.5) complementa essa ideia ao afirmar que:

A intervenção nas paisagens urbanas deve levar em consideração a evolução da sociedade e suas transformações básicas, pois as cidades são dotadas do peso e da permanência das paisagens, onde o atual convive com a decadência; o futuro, com a antiguidade; onde os vestígios e as lembranças estão presentes.

Por decorrência, a paisagem urbana é, em síntese, produto de processos perceptuais e resultado da sobreposição de tempos passados e atuais (HARDT, 2004).

Assim, cabe destaque aos recentes debates na área patrimonial internacional, baseados nas recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2011) para cidades históricas, com visão holística da sua conservação, combinando patrimônio natural, material e imaterial.

Todavia, também nessa ótica, há que se considerar que o turismo causa diferenciados impactos – positivos e negativos – à paisagem urbana, tanto de ordem ambiental quanto de caráter sociocultural e econômico. Na visão de Pedersen (2002), essas interferências são causadas principalmente pelo desenvolvimento (especialmente infraestrutura e seus efeitos correlatos) e pelos visitantes (essencialmente em ambientes mais sensíveis).

Para melhor entendimento das interferências da atividade turística na paisagem urbana, o uso de indicadores apropriados contribui para a análise e monitoramento de informações que se tornarão relevantes e úteis para tomada de decisão, como no caso de formulação de políticas públicas e planejamento turístico.

No caso daqueles de caráter perceptual, há possibilidade de incorporação da apreensão e dos anseios das comunidades envolvidas. Vale lembrar que o indicador é um recurso metodológico empírico e sujeito a medida (quantitativa ou qualitativa), que organiza e capta elementos relevantes que compõem o objeto observado, com o objetivo de compreender a sua evolução (VAN BELLEN, 2006).

Devido o elevado fluxo de visitantes em cidades patrimônio da humanidade, há uma necessidade de atenção quanto à preservação, para evitar problemas de banalização da cultura, perda da identidade local, e principalmente para garantir a qualidade de vida dos residentes e experiência dos visitantes. Então, a implementação de ações adequadas quanto a sustentabilidade dos destinos históricos e patrimoniais são ferramentas necessárias que permitem uma análise integral do desenvolvimento da atividade turística no destino, com o uso sistemático do monitoramento de indicadores turísticos, resultando numa chave para tomada de decisão, como afirma Guilarte (2015).

A partir dessa compreensão, o **questionamento central** da pesquisa se volta à indagação sobre as formas de influências positivas e negativas do turismo à sustentabilidade da paisagem solidária das cidades históricas, considerando, de maneira exemplificadora, o caso de São Luís, capital do estado do Maranhão, Brasil.

Considerando que uma condição hipotética se baseia na acepção de estabelecimento de “[...] relações entre variáveis, a fim de que se verifique em que grau a mudança em um fator encontra-se relacionada com a mudança em outro [...]” (PÁDUA, 2000, p.44), com “proposição testável que possa constituir a solução do problema” (GIL, 2006, p.31), tem-se como **hipótese** norteadora da tese que se a atividade turística impõe intervenções benéficas e deletérias à sustentabilidade da paisagem de centros históricos, o conhecimento aprofundado desses efeitos possibilita a formulação de fundamentos para um processo de planejamento urbano sustentável que considere medidas tanto de resolução para as deficiências diagnosticadas quanto de valorização para as potencialidades levantadas, baseadas em indicadores específicos, especialmente de percepção dos cidadãos.

Esse embasamento sustenta a inserção da tese no conjunto de estudos enquadrados sob a denominação “**Paisagem Solidária**”<sup>2</sup>, cujo objetivo geral, de maneira ampla, consiste em “avaliar as relações entre as diretrizes determinadas pela gestão pública e a percepção da população acerca da paisagem urbana, com vistas ao estabelecimento de subsídios para a participação democrática na estruturação de cidades” (HARDT; HARDT; DUARTE, 2009, p.5).

## 1.2 JUSTIFICATIVAS

Frente à problemática exposta, o tema da investigação é justificado perante a realidade da paulatina degradação paisagística dos centros urbanos (HARDT, 2014), com perda progressiva, e comumente irreversível, do seu patrimônio histórico (VIEIRA, 2008; SILVA, 2012), inclusos bens materiais, imateriais e naturais (UNESCO, 2011). Esse fato é agravado quando o agente de deterioração é a atividade turística que assume uma posição predatória ao invés de cumprir a sua função precípua de valorização do seu próprio atrativo, neste caso representado pela paisagem urbana.

<sup>2</sup>

A pesquisa central encontra-se em desenvolvimento oficial desde 2006, junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), especificamente no Grupo de Pesquisa sobre Planejamento e Projeto em Espaços Urbanos e Regionais (PPEUR), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agregando estudos em nível *stricto* e *lato sensu*, assim como de graduação e de programas institucionais de bolsas de iniciação científica (PIBIC – inclusive em sua vinculação com o ensino médio – PIBIC-EM – e PIBIC-JR – Júnior) e de iniciação tecnológica e em inovação (PIBITI).

Em primeira instância, a justificativa de seleção do modelo de referência – São Luís – recai nos seguintes critérios fundamentais:

- a) relevância histórica – fundada no século XVII, possui relevância arquitetônica e cultural para o país (IPHAN, 2014);
- b) significância social – possui programas de revitalização direcionados à participação da sociedade no processo de gestão do patrimônio (ANDRÈS, 2008);
- c) tradicional expressão econômica – entre os séculos XVII e XIX, destacou-se no cenário nacional, sendo considerada o quarto centro exportador de algodão e arroz do país, alcançando, em meados desse interstício, a posição de terceira cidade mais populosa do Brasil, com grande fluxo comercial (IPHAN, 2014);
- d) importância turística – posiciona-se como um dos 65 destinos indutores do turismo regional pelo Ministério do Turismo (MTUR, 2013), com fluxo, em 2014, de 1.833.799 passageiros no seu aeroporto (INFRAERO, 2015), tendo recebido, em 2012, 1.650 milhão de turistas (SETUR-MA, 2012).

Vale mencionar, ainda, a acessibilidade do pesquisador a órgãos estaduais de turismo e patrimônio na cidade.

Cabe destacar, ainda, que São Luís foi fundada por franceses, invadida por holandeses e colonizada por portugueses, além da presença de negros africanos de origem jeje e nagô, com os dois últimos povos deixando um acervo arquitetônico e uma diversidade cultural que são fatores determinantes de desenvolvimento da atividade turística na cidade (ANDRÈS; MOREIRA; SILVA, 1998; LOPES, 2008).

Como um dos principais indutores de desenvolvimento econômico, social e cultural, o turismo representa papel fundamental na intervenção dos espaços urbanos, o que ocasiona reflexos diretos e indiretos – favoráveis e desfavoráveis – na paisagem das cidades (HAYLLAR et al., 2011).

Com a execução de planos diretores e projetos turísticos, é possível prescrever mudanças paisagísticas ao longo dos anos, pois, devido ao avanço da atividade, ocorrem a transformação e a adaptação de imóveis em equipamentos destinados ao turismo e ao lazer (HAYLLAR et al., 2011; SIMPSON, 1999).

Sakata (2011, p.31) afirma que, para os envolvidos com projetos de espaços públicos, a recompensa está no reconhecimento da sociedade, sendo os planejadores também formadores de políticas públicas e “seus valores passam a integrar programas de governo”. Ações rotineiras são as principais intervenções realizadas pelos governos municipais e estaduais, frutos de necessidades imediatas de proporcionar áreas de lazer e de estruturar espaços públicos.

Para Sakata (2011, p.31-32), as intervenções paisagísticas previstas em planos e projetos com fins turísticos e urbanos:

emolduram elementos da paisagem [...] que atraem a atenção [...]; outras vezes valorizam espaços significativos da cidade, como centros e subcentros [...]; obras de [...] organização do espaço urbano ou de infraestrutura aparecem fisicamente, causam impacto junto à comunidade [...]. A imagem do poder público é construída justamente com a imagem da cidade

Como a cidade recebe essas ingerências e o turismo as aproveita para a sua oferta, é importante envolvê-lo com práticas baseadas em princípios sustentáveis, já que está inserido na construção de programas, planos e projetos com foco no “desenvolvimento humano e que garantam, entre outras coisas, a sustentabilidade social, e não apenas a econômica” (TELES, 2011, p.4), incluindo outras vertentes. Nessa perspectiva integradora, viajar para locais em que a paisagem se destaca tornou-se prática comum no mundo (HAYLLAR et al., 2011), pois seus componentes compreendem elementos da oferta turística, o que pode ser fator decisivo na escolha do destino.

Os lugares turísticos são escolhidos e admirados por suas paisagens. Neles os panoramas da natureza e a visão do homem e sua cultura inseridos no território são prazeres a ser desfrutados e, na maioria das vezes, constituem o motivo condutor do viajante. Admiradas como cenários, as paisagens são testemunhos visuais de elementos estéticos e simbólicos construídos historicamente e que, quando identificados e apropriados pelo viajante, despertam um renovado interesse no lugar visitado (SILVA, 2004, p.24).

Dessa forma, a paisagem se tornou um produto comercializado pela atividade turística.

A análise dos ambientes ou dos elementos que configuram a paisagem urbana se faz necessária para que se possa inferir sobre a atratividade ou o seu potencial enquanto recurso turístico. Considerando que a paisagem é captada pelo turista de forma seriada, armazenada em sua memória e avaliada conforme seus valores, a análise deve atentar para as motivações dos visitantes, buscando agregar valor à sua atratividade, sem a descaracterização de sua originalidade, assim como para o seu significado para a comunidade local (OLIVEIRA; FERNANDES; STACH, 2007, p.86).



Como um dos principais indutores de desenvolvimento, conforme mencionado, o turismo representa papel fundamental na intervenção dos espaços urbanos, o que ocasiona reflexos diretos na paisagem (CASTROGIOVANNI, 2013).

Para Serra (2006, p.21), o produto de uma investigação “pode ser de dois tipos: uma descoberta ou uma invenção”, enquadrando-se o presente estudo no primeiro caso. Portanto, busca-se, como principal atributo de **originalidade** da pesquisa, entender como a atividade turística promove influências nas cidades, sob a ótica do desenvolvimento da estruturação de indicadores de sustentabilidade da paisagem urbana, mediante a percepção de cinco tipos de atores (moradores, turistas, *trade* e setor público de São Luís, além de observadores de cenas para avaliação da qualidade da paisagem da Rua Portugal, inserida no centro histórico da capital maranhense). Às variáveis perceptuais são associados critérios oficiais adotados por organismos nacionais e internacionais, visando valorar os benefícios e minimizar os malefícios gerados nessas áreas patrimoniais. Além do próprio sistema estruturado, a inserção de variáveis perceptuais constitui uma visão original, atrelada à própria interpretação da paisagem de forma solidária. Vale mencionar, ainda, que também se pretende entender como os gestores das cidades, a partir dos resultados dos indicadores, podem promover um processo de planejamento urbano em prol da qualidade de vida dos autóctones e turistas.

Nessa conjuntura, vale lembrar que, desde o século XX, ocorreram intensas mudanças, oriundas do rápido crescimento tecnológico (DAIFUKU, 1986; ROBERTSON, 1995), o que tem exigido, na atualidade, estratégias de proteção e utilização racional dos recursos naturais e culturais por meio de medidas internacionais para que “certos interesses comuns e superiores não se sobreponham aos objetivos imediatos e particulares do Estado” (SILVA, 2012, p.36).

As metas pressupõem a gestão ordenada do patrimônio comum da humanidade, a fim de sustentá-lo para as gerações futuras (VIEIRA, 2008). Silva (2012, p.39) afirma que “os recursos do patrimônio comum da humanidade podem ser utilizados para atender às necessidades do presente, sem comprometer sua fruição pelas gerações vindouras, sob pena de extinção de toda a espécie humana”.

Nesse âmbito, relaciona-se o conceito de patrimônio ao de sustentabilidade, que é a “conciliação entre desenvolvimento econômico e a proteção ao meio ambiente do planeta a longo prazo” (GODARD, 1997, p.108).

Merece destaque, ainda, a sua ótica social, com redistribuição de benefícios para a sociedade, princípio fundamental do turismo sustentável.

O Relatório Brundtlan<sup>3</sup> define desenvolvimento sustentável como aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer o mesmo atendimento das gerações futuras (CMMAD, 1988). Assim, a interação entre patrimônio e sustentabilidade os direciona para a mesma meta comum de proteção de bens para o futuro. Como o turismo promove intervenções mediante o contato entre pessoas devido ao deslocamento ocasionado pela atividade, envolve a troca de condições culturais, de princípios fundamentais e de pensamentos específicos entre grupos diferenciados de seres humanos. O encontro se dá pela compra de bens e serviços, bem como pela ocupação do mesmo ambiente físico (COOPER et al., 2001), ou seja, da mesma paisagem.

Hardt e Hardt (2010) alertam para as alterações na paisagem urbana provocadas pelo turismo no local de destinação, inclusive em centros históricos. Todavia, se aliado ao conceito de sustentabilidade, é possível associá-lo a preceitos de patrimônio da humanidade, bem como da comunidade local, com os impactos indiretos e induzidos<sup>4</sup>, apontados por Cooper et al. (2001), variando de acordo com o tipo praticado na região, ou seja, o de massa tende a causar efeitos negativos e o ecológico é propenso a provocar interferências positivas.

Autores como Archer, Cooper e Ruhanen (2005), além de Beni (2001) afirmam, ainda, que o nível de impacto depende do tipo de turista que visita a localidade, pois a magnitude dos seus efeitos se relaciona com as diferenças socioculturais existentes.

Em síntese, o turismo influencia diretamente na estrutura social de uma região, pois inúmeras são as possibilidades de ganhos para todos os envolvidos, ficando claro [...] que os princípios fundamentais do desenvolvimento da atividade turística (planejamento, capacidade de carga, consenso e participação da comunidade e conscientização dos turistas)

---

<sup>3</sup> Em consequência dos grandes debates relacionados ao meio ambiente no final da década de 1980, foi criada, pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), presidida pela ex-primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland. Desse encontro, resultou o relatório homônimo, intitulado "Nosso Futuro Comum", reunindo pesquisas realizadas entre 1983 e 1987 sobre a situação da degradação ambiental e econômica do planeta, o que realçou a importância da preservação do meio (ANDRADE et al., 2003; SANTOS, 2006).

<sup>4</sup> O primeiro está relacionado com as mudanças sociais que acompanham o ambiente com o advento do turismo, por meio da comunicação, transporte e infraestrutura. O segundo está vinculado ao aumento do nível local, devido ao fluxo turístico intenso, ocasionando elevação do consumo e multiplicando as necessidades e mudanças sociais (COOPER et al., 2001)

devem ser seguidos e constituem-se aspectos-chaves para atuação eficiente do turismo (SANTOS, 2006, p.31).

Para a adequada relação entre gerações presentes e futuras, de modo “a assegurar a sobrevivência da humanidade” (SILVA, 2012, p.39), torna-se necessária a criação de mecanismos em que a sustentabilidade da paisagem turística em cidades permita a gerência dos bens do patrimônio histórico e cultural, criando um conjunto de direitos e obrigações vinculados à conservação e à qualidade (WEISS, 2000).

Assim, a sobrevivência do patrimônio da humanidade provém da proteção de determinados bens em prol da espécie humana, pois “a perda de um bem cultural acarreta a perda do conhecimento a ser transmitido para as futuras gerações” (SILVA, 2012, p.43), as quais não podem ser privadas de informação.

Portanto, os bens culturais pertencem ao patrimônio comum da humanidade e a manutenção da estabilidade e prosperidade das suas múltiplas características se torna possível pela criação de mecanismos visando à sustentabilidade da paisagem turística.

Em conformidade com o exposto acima, tem-se, na visão de Meneses (1999, p.92), que “o turismo, se respeitada esta dimensão plural da cultura, poderá ser fonte fecunda de renovação [...]”, já que usufrui de “áreas urbanas que oferecem cenários sociais, culturais, físicos e estéticos sobre os quais a atividade turística pode se desenvolver” (HAYLLAR et al., 2011, p.3).

Os interesses comuns da humanidade na proteção dos bens culturais podem ser motivados em razão da ideia de sobrevivência, de tradicionalismo, de romantismo, de enriquecimento espiritual, científico e histórico, de fonte de prazer e contemplação, entre outros elementos (SILVA, 2012, p.44).

A partir da sinergia empresarial, tem-se o fortalecimento das chances da sustentabilidade da paisagem das cidades como produto turístico, sendo fonte geradora de riqueza para as empresas, que, sem a harmonização do conjunto arquitetônico e cultural, podem enfraquecer enquanto aglomerados (BERGMAN; FESER, 1999).

Pretende-se ao longo da pesquisa desenvolver um modelo de indicador da sustentabilidade da paisagem urbana em centros históricos, com fins de sustentar a criação de políticas públicas, planejamento e governança de âmbito turístico, sob a ótica da população, mediante participação democrática da maturação de destinos turísticos, conforme conceito macro sobre paisagem solidária.

Nesse contexto, com os resultados da pesquisa, são apresentados mecanismos de análise da sustentabilidade da paisagem turística em cidades, que evidenciam os níveis de contribuição da atividade para a qualidade urbana, gerando informações para o processo sustentável do seu planejamento e gestão.

### 1.3 OBJETIVOS

Face ao anteriormente exposto, o **objetivo geral** da pesquisa consiste em avaliar as influências da atividade turística por meio de indicadores de sustentabilidade da paisagem urbana, adotando-se, como estudo de caso, o Centro Histórico de São Luís, Maranhão.

Para o seu alcance, com base na estruturação de procedimentos metodológicos peculiares e no estabelecimento de referencial teórico e conceitual acerca do tema e assuntos relacionados, constituem **objetivos específicos**:

- a) compreender e investigar o objeto de estudo, considerando os contextos do destino turístico – cidade de São Luís e seu centro histórico – e da área funcional específica – Rua Portugal;
- b) analisar variáveis de sustentabilidade da paisagem solidária em cidade histórica selecionada, sintetizando indicadores de ordem social, cultural, econômica, política e ambiental, a partir da percepção de moradores, turistas, prestadores de serviços turísticos, administradores públicos e observadores de cenas;
- c) analisar, de forma integrada, os resultados alcançados, com vistas à interpretação da sustentabilidade da paisagem solidária e turística e à fundamentação de mecanismos para planejadores e gestores de políticas públicas de turismo e urbanismo.

## 2 ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA

Como citado anteriormente, a avaliação das intervenções da atividade turística na sustentabilidade da paisagem urbana compreende o **estudo de caso**<sup>5</sup> da Rua Portugal no Centro Histórico de São Luís, Maranhão, envolvendo o aprofundamento dos temas visando à ampliação do seu conhecimento específico (GIL, 2006).

### 2.1 MÉTODOS E TÉCNICAS

Para o indicativo de soluções para a problemática estudada e para o alcance dos objetivos propostos, é adotada a fenomenologia<sup>6</sup> como corrente metodológica, visto que a mesma se preocupa com a descrição direta da experiência, pois a realidade é construída socialmente (MOREIRA, 2003). Paralelamente, é aproveitada a colaboração da dialética<sup>7</sup>, à medida que se pretende que esta pesquisa seja dialógica entre os possíveis significados fornecidos pelos resultados (MOREIRA, 2003).

---

<sup>4</sup> Estudos de caso são estratégias preferidas quando questões “como” ou “porque” estão presentes, quando o investigador tem um pequeno controle sobre os eventos e quando o foco é no fenômeno contemporâneo entre alguns contextos da vida real. Trata-se de uma investigação em que se procura compreender, descrever ou explorar acontecimentos sobre uma situação específica, e seu principal intuito reside na interação entre fatores e eventos, de forma a contribuir para a compreensão global do fenômeno de interesse (YIN, 1994).

<sup>5</sup> A fenomenologia consiste no “estudo das essências, buscando-se no mundo aquilo que está sempre aí, antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço repousa em encontrar este contato ingênuo com o mundo” (TRIVIÑOS, 1992, p.43). Assim, consiste em um modo de interpretar vivências e experiências, descrevendo o fenômeno estudado.

<sup>6</sup> A dialética compreende um caminho para a construção do saber científico, especialmente nas ciências humanas, constituindo a trajetória percorrida pelo sujeito, com o objetivo de conhecer e perceber a construção do objeto (fenômeno), que se realiza na interação entre ambos. No método dialético, reconhece-se a dificuldade de se aprender o real e se constrói a realidade mediante noções de totalidade, mudança e contradição. Para esta tese, essa noção é fundamental, pois a sociedade e a natureza estão em constante alteração, tanto qualitativa quanto quantitativamente (MOREIRA, 2003).

Nesse contexto, justifica-se parte da abordagem ser qualitativa, visto que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas nesse tipo de investigação. Outra parcela do estudo é de ordem quantitativa, frente à melhor distribuição e análise de opiniões e informações por meio de números. Dentre as várias formas classificatórias de pesquisas, adota-se a tipologia de delineamento com agrupamentos<sup>8</sup>, proposta por Vergara (2004), quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, é tanto exploratória, porque “[...] é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”, como descritiva, pois “expõe características de determinada população ou determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza” (VERGARA, 2004, p.47). Quanto aos meios, envolve procedimentos de campo e pesquisas bibliográficas e documentais. Os primeiros são realizados no local “onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicitá-lo” (VERGARA, 2004, p.47). Para esse tipo de pesquisa, inclui-se a entrevista, questionário, observação e outros instrumentos de coleta de dados, como testes e escalas sociais.

Segundo Gil (2006, p.48), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, enquanto a documental se vale “de materiais que não receberam ainda, um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2006, p.51).

## 2.2 FASES DA PESQUISA

Conforme os recortes metodológicos apresentados, a pesquisa é estruturada em procedimentos multimétodos, agrupados em três fases principais, detalhadas no Quadro 1.

---

<sup>8</sup> O delineamento com agrupamentos corresponde à escolha de um plano a ser conduzido para a investigação em relação às categorias dos objetivos, procedimentos, objetos e fontes de informação, ou seja, compreende a verificação de semelhanças entre tipologias de pesquisa (VERGARA, 2004).

Quadro 1: Estrutura metodológica das fases da pesquisa

<b>FASE 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>					
<b>ETAPAS</b>	<b>MÉTODOS</b>	<b>TÉCNICAS</b>	<b>FONTES</b>	<b>DADOS</b>	<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>
<b>Concepções sobre turismo e cidade</b>	Exploratórios	Pesquisas de informações secundárias: bibliográficas e documentais	Livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, documentos oficiais, legislação e outras fontes bibliográficas e webgráficas	Conceitos e teorias sobre o tema e assuntos relacionados	Conceituação sobre oferta e demanda, segmentação do mercado, atrativo, bem e serviço turísticos
<b>Relações entre turismo e cidade</b>					Análise relacional entre atividade turística e paisagem urbana, cultura e patrimônio histórico
<b>Influências do turismo na cidade</b>					Determinação das influências econômicas, ambientais e socioculturais
<b>Processos da gestão do turismo e da cidade</b>					Contextualização dos discursos sobre desenvolvimento sustentável e das políticas públicas de desenvolvimento turístico e urbano
					Estudo de modelos de referência de indicadores de sustentabilidade da paisagem urbana turística

(Continua)

Fonte: Elaborado com base nos objetivos específicos da pesquisa.

(Continuação)

<b>FASE 2: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO</b>					
<b>ETAPAS</b>	<b>MÉTODOS</b>	<b>TÉCNICAS</b>	<b>FONTES</b>	<b>DADOS</b>	<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>
<b>Contextualização do destino turístico</b>	Exploratórios e descritivos	Pesquisas de informações secundárias: bibliográficas e documentais	Instituições públicas – federais, estaduais e municipais – e privadas, relacionadas ao planejamento urbano, à proteção do patrimônio ambiental e histórico-cultural e à gestão do turismo, entre outras	Mapas, planos, legislação, imagens e outros	Caracterização da cidade – São Luís – quanto ao processo de urbanização; composição histórica e estrutural (anterior e posterior); morfologia do traçado e paisagem urbana; acervo arquitetônico e tombamento; planejamento urbano e turístico
	Exploratórios e descritivos	Pesquisas de informações secundárias: bibliográficas e documentais	Instituições públicas – federais, estaduais e municipais – e privadas, relacionadas ao planejamento urbano, à proteção do patrimônio ambiental e histórico-cultural e à gestão do turismo, entre outras	Mapas, planos (revitalização, turismo, paisagem...), legislação, imagens e outros  Critérios específicos de seleção	Caracterização da área: histórica e de revitalização – Rua Portugal  Delimitação de trechos das áreas a serem pesquisadas  Processo morfológico: desenvolvimento da cidade e da paisagem urbana
<b>Seleção da área turística funcional</b>	Exploratórios e descritivos	Levantamentos de campo	Observação direta	Elementos atuais da paisagem e equipamentos turísticos	

(Continua)



(Continuação)

FASE 3: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS					
ETAPAS	MÉTODO	TÉCNICA	FONTES	DADOS	RESULTADOS ESPERADOS
<b>Análise de indicadores</b>	Exploratórios, explicativos e analíticos	Variáveis perceptuais: aplicação de questionários (amostragem e <i>snowball</i> – técnica da bola de neve, restrita aos administradores públicos) (Variáveis oficiais: pesquisas de informações secundárias: bibliográficas e documentais, bem como análise de modelos de referência para discussão dos resultados de percepção)	Entrevistados – moradores, turistas, prestadores de serviços turísticos, administradores públicos e observadores de cenas para avaliação da qualidade da paisagem	Respostas dos questionários Categorias de dados institucionais	Identificação das intervenções do turismo na paisagem urbana Avaliação de indicadores específicos para o estudo de caso Levantamento de subsídios para planejamento e gestão do turismo nas áreas de estudo
<b>Análise integrada</b>	Exploratórios, explicativos e analíticos	Análise relacional	Anteriores	Anteriores	Interpretação da sustentabilidade da paisagem turística Estruturação de mecanismos para planejadores e gestores de políticas públicas de turismo e urbanismo

(Conclusão)

### **2.2.1 Fundamentação teórica**

Baseada em métodos exploratórios e em técnicas de pesquisas de informações secundárias, bibliográficas e documentais, em livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, documentos oficiais, legislação e outras fontes, inclusive webgráficas. Utilizou-se também para pesquisa quatro bases de dados, sendo REDALYC, Publicações de Turismo, SCOPUS e CAPES. Esta fase se volta a conceitos e teorias sobre o tema e assuntos relacionados, focados nos seguintes subtemas:

- a) concepções sobre turismo e cidade, com abordagens dirigidas à oferta e demanda; à segmentação do mercado; e a atrativos, bens e serviços voltados à atividade, bem como com interpretações de centros urbanos e suas tipologias turísticas;
- b) relações entre turismo e cidade, avaliadas por meio da interação da atividade turística com a paisagem urbana, com a cultura e com o patrimônio histórico;
- c) intervenções do turismo na cidade, com análise das suas influências econômicas, ambientais e socioculturais;
- d) processos de gestão do turismo e da cidade, interpretados a partir dos discursos do desenvolvimento sustentável e das políticas públicas de desenvolvimento turístico e urbano.

Visando ao suporte teórico e conceitual para discussão dos resultados sobre o estudo de caso acerca de São Luís, foi abordado um volume abrangente de informações a respeito dos assuntos, inclusive com pesquisa bibliográfica e documental em publicações internacionais que abordem os temas da pesquisa (GIL, 2006).

### **2.2.2 Caracterização da área de estudo**

Esta fase tem início com a contextualização da área de estudo, apoiada em métodos exploratórios e descritivos e em técnicas de pesquisas de informações secundárias, bibliográficas e documentais, em fontes relacionadas a instituições públicas – federais, estaduais e municipais – e privadas, relacionadas ao

planejamento urbano, à proteção do patrimônio ambiental e histórico-cultural, e à gestão do turismo, entre outras.

Para um contexto de referência geral, vale ressaltar, em termos mundiais, a utilização de dados oficiais da Organização Mundial de Turismo (OMT), em especial pela formulação de indicadores do turismo sustentável, e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), principalmente pelas recomendações sobre paisagem histórica urbana. No caso brasileiro, cabe destaque, em nível federal, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – e sua chancela de paisagem cultural – e aos ministérios das Cidades, da Cultura, do Meio Ambiente e do Turismo; em nível estadual, destacam-se as secretarias correlatas aos âmbitos ministeriais e ao Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão (DPHAM). Essas mesmas fontes também serviram de base para a seleção de indicadores, realizada a partir do exposto na seção 3 – Fundamentação teórica, consubstanciados na seção 5 – Discussão dos resultados.

Para um contexto mais específico, cabe menção, em nível municipal, às secretarias municipais afetas às mesmas áreas das estaduais.

Os resultados, produzidos a partir de mapas, planos, legislação, imagens e outros dados, compreendem a contextualização do **destino turístico** – cidade de São Luís e seu centro histórico – quanto ao processo de urbanização; composição histórica e estrutural (anterior e posterior); morfologia do traçado e paisagem urbana; acervo arquitetônico e tombamento; planejamento urbano e turístico.

A etapa seguinte, de recorte do local turístico específico, correspondente à **área funcional** da Rua Portugal – foi inicialmente fundamentada nos mesmos métodos, técnicas, fontes e dados, com vistas à caracterização da área nos campos da história e da revitalização.

Na sequência, a delimitação de trecho pesquisado foi baseado nos seguintes critérios específicos de seleção:

- a) grau de representação turística para a cidade;
- b) nível de importância histórica para a cidade;
- c) existência de intervenções públicas e privadas na paisagem urbana, ocorridas num recorte temporal de, no máximo, 30 anos.

Como resultado, a Rua Portugal foi selecionada de acordo com os critérios anteriores, por ser:

- a) uma das ruas mais visitadas pelos turistas na capital maranhense;
- b) considerada uma das mais importantes em termos turísticos no Centro Histórico de São Luís, abrigando o maior conjunto de casarões revestidos em azulejo português da América Latina e tendo, no passado, forte representação econômica para a cidade, devido à instalação de comércio nos citados casarões;
- c) localizada em malha urbana de inserção pública e privada, com existência de intervenções realizadas mediante projetos de revitalização do Centro Histórico de São Luís, como o Projeto Reviver<sup>9</sup>, realizado na década de 1980 e instalação de empreendimentos privados como bares e lojas de artesanato

Na sequência, com base em métodos exploratórios e descritivos, foi realizado, a partir de levantamentos de campo, com observação diretos elementos atuais da paisagem e dos equipamentos turísticos, o reconhecimento do processo morfológico de desenvolvimento da cidade e da paisagem urbana.

### **2.2.3 Discussão dos resultados**

Os resultados foram analisados sob dois enfoques básicos. O primeiro diz respeito à ANÁLISE DE INDICADORES, compreendendo os contextos social, cultural, econômico, político e ambiental;

Na concepção de Van Bellen (2006, p.59), os indicadores devem ser simples, mas não podem ser simplificados, pois, desta forma, não seriam capazes “de mostrar toda a realidade”. O autor também esclarece que aqueles vinculados à sustentabilidade são imperfeitos e não universalmente aplicáveis.

Para Mueller, Torres e Morais (1997), são necessários os seguintes atributos na elaboração e construção de um indicador:

---

<sup>9</sup> O Projeto Reviver teve início em 1987 pelo Governo do Estado do Maranhão, que buscou revitalizar e recuperar o conjunto arquitetônico do centro histórico de São Luís. Foi realizado em duas fases, sendo a primeira nos anos de 1987 e 1988, que forma obras consideradas emergenciais e prioritárias como reforma e estruturação de prédios. Na segunda etapa, foram beneficiadas 15 quadras e 200 imóveis, totalizando 107.000 metros quadrados, onde a rede de esgoto e drenagem foram renovados, a fiação elétrica e telefônica foram substituídas por instalações subterrâneas e a iluminação pública cedeu lugar para lâmpões, arandelas e postes de ferro fundido (ANDRÉS, 2008).

- a) simplificação – descrever o estado do fenômeno estudado com a capacidade de sintetizá-lo da forma mais próxima possível da realidade;
- b) quantificação – permitir lógica estatística com as hipóteses levantadas na sua consecução;
- c) comunicação – informar, de maneira eficiente, o fenômeno observado, tornando quantificáveis os seus aspectos para que sejam comunicados;
- d) validade – ser realizado num período cabível, pois é importante para a tomada de decisões dos setores público e privado;
- e) pertinência – atender às necessidades dos seus usuários, transmitindo informações científicas e o método adequado.

Por isso, a classificação da United Nations World Tourism Organization (UNWTO, 2004) dos indicadores do turismo sustentável é estruturada nas seguintes categorias:

- a) em nível nacional – detecta mudanças no turismo no país, comparando com situações de outras nações;
- b) em nível regional – serve de base para comparações regionais, fornecendo informações para a criação de planos nacionais;
- c) para destinos específicos – identifica elementos fundamentais da atividade e o estado atual do turismo, destacando seus riscos e desempenhos;
- d) instalações ou locais específicos do turismo no destino – os indicadores são a chave para decisões sobre o controle local, gestão e desenvolvimento do atrativo turístico;
- e) companhias turísticas – possibilita o acesso a indicadores que alimentam o processo de planejamento estratégico dos destinos;
- f) estabelecimentos individuais de turismo – monitoram o impacto e desempenho da operação turística.

No caso desta tese, foram trabalhadas a terceira e quarta categorias – **destino turístico** – cidade de São Luís e seu centro histórico – e locais específicos – **área funcional** da Rua Portugal, cujas principais informações foram apresentadas em **quadros específicos** para cada contexto de análise. Nestes itens, também foram sistematizados resultados de levantamentos de campo das duas quadras da

via que apoiaram intrinsecamente o estudo.

Como explica Meadows (1998), a escolha de variáveis deve ser cautelosa, pois são medidas do passado e podem possuir distorções. Nesse sentido, Van Bellen (2006, p.61) lembra que “os indicadores não são a realidade, não são completos, e não contêm todos os elementos da realidade, com toda sua diversidade e possibilidades”. O mesmo autor esclarece que, na criação de um indicador, são possíveis duas formas de abordagem – *top-down* (de cima para baixo) e *down-top* (de baixo para cima), sendo a primeira criada por pesquisadores, que definem o grupo de variáveis a serem utilizadas e determina vantagem de possuírem maior aproximação científica para a validade dos índices. Suas desvantagens consistem, em especial, na ausência do contato direto com a comunidade e na desconsideração das limitações dos recursos naturais. A segunda é processada mediante um conjunto de atores, sob orientação de especialistas. Sua principal vantagem é a participação da comunidade e a limitação mais relevante compreende a omissão de dados essenciais para a sustentabilidade.

Nesta pesquisa, visando à minimização das desvantagens apontadas, são adotadas variações das duas abordagens. Assim, parte-se da *top-down* (de caráter mais científico) pela definição antecipada dos contextos de análise (social, cultural, econômico, político e ambiental), baseados em modelos existentes, em especial no Indicador do Turismo Sustentável (ITS) da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003) (ver seção 5 – Discussão dos resultados).

Na sequência, é essencialmente adotada a abordagem *down-top*, correspondendo a **variáveis perceptuais**, para cuja análise recorreu-se à pesquisa de percepção, desenvolvida por meio de métodos exploratórios, explicativos e analíticos, e de técnicas de pesquisa perceptual, realizadas pela aplicação de questionários, cujo universo compreendeu, em um primeiro momento, moradores (indicador social), turistas (indicador cultural), prestadores de serviços turísticos (indicador econômico), administradores públicos de São Luís (indicador político) e observadores de cenas para avaliação da qualidade da paisagem (indicador ambiental). Portanto, o estudo está fortemente embasado em indicadores subjetivos, o que revela, em parte, a sua originalidade, pela estruturação de um sistema baseado nas apreensões e anseios da população, promovendo a sua participação – mesmo que de maneira indireta – por meio de respostas dos questionários.

Além disso, teve-se o suporte de **variáveis oficiais**, sendo utilizadas

informações disponibilizadas por instituições públicas – federais, estaduais e municipais – e privadas, principalmente as relacionadas ao desenvolvimento sustentável do turismo. Essas variáveis – objetivas – embasaram a discussão dos resultados alcançados pelas anteriores.

A aplicação dos questionários, com perguntas abertas e fechadas, foi baseada nos modelos de formulários apresentados nos Apêndices A a E, atentando-se ao processo de percepção sobre as intervenções turísticas na paisagem urbana, sendo a amostragem estabelecida por acessibilidade, ou seja, em situações em que foram selecionados indivíduos aos quais se teve acesso facilitado, admitindo-se que são representativos no universo delimitado.

Assim, os critérios de seleção, a princípio, foram:

- a) moradores – os que residiam na cidade há, pelo menos, 20 anos;
- b) turistas – aqueles que permaneceram, no mínimo, dois dias na cidade e que visitaram o seu centro histórico;
- c) prestadores de serviços turísticos – os que atuavam em atividades relacionadas direta ou indiretamente com o turismo;
- d) administradores públicos – aqueles que – de maneira direta ou indireta – eram ligados às áreas de turismo e de patrimônio, nas três esferas governamentais;
- e) observadores de cenas para avaliação da qualidade da paisagem – os que foram acessíveis em redes sociais diversas.

Eventualmente, alguns desses critérios apresentaram desvios pouco expressivos, os quais, após análise de consistência, foram julgados irrelevantes.

A aplicação de questionários com os três primeiros atores, em mãos – em dias e horários diversos da semana – ou por via mensagem eletrônica (GOOGLE FORMS, 2014-15), aconteceu nos anos de 2014 e 2015. Para determinação do tamanho de cada amostra, tomou-se como base o universo de cada caso, sendo empregadas as fórmulas aplicáveis para populações finita e infinita (GIL, 2006; SANTOS, 2015), com o alcance dos níveis mínimos de confiança e dos índices máximos de erro arrolados na Tabela 1.

Tabela 1: Valores de referência da amostragem dos questionários aplicados a moradores, turistas, prestadores de serviços turísticos e observadores de cenas para avaliação da qualidade da paisagem

POPULAÇÃO	ITEM	VALOR
<b>Moradores</b>	Universo da amostra (quantidade total de moradores em São Luís em 2014)	1.011.943 habitantes <sup>1</sup>
	População amostral (quantidade de questionários aplicados)	351 respondentes
	Nível de confiança da amostra (confiabilidade)	95%
	Probabilidade da amostra (porcentagem de possibilidade de verificação do fenômeno)	35%
	Índice de erro da amostra (máximo de 5% para pesquisas sociais)	5%
<b>Turistas</b>	Universo da amostra (quantidade total de turistas em São Luís em 2014)	1.833.799 <sup>2</sup>
	População amostral (quantidade de questionários aplicados)	202 respondentes
	Nível de confiança da amostra (confiabilidade)	95%
	Probabilidade da amostra (porcentagem de possibilidade de verificação do fenômeno)	35%
	Índice de erro da amostra (máximo de 5% para pesquisas sociais)	5%
<b>Prestadores de serviços turísticos</b>	Universo da amostra (quantidade estimada de prestadores de serviços turísticos em São Luís)	736 <sup>3</sup>
	População amostral (quantidade de questionários aplicados)	88 respondentes
	Nível de confiança da amostra (confiabilidade)	35%
	Probabilidade da amostra (porcentagem de possibilidade de verificação do fenômeno)	5%
	Índice de erro da amostra (máximo de 5% para pesquisas sociais)	5%
<b>Observadores de cenas para avaliação da qualidade da paisagem</b>	Universo da amostra (quantidade total de turistas em São Luís em 2014)	1.833.799 <sup>2</sup>
	População amostral (quantidade de questionários aplicados)	126 respondentes
	Nível de confiança da amostra (confiabilidade)	35%
	Probabilidade da amostra (porcentagem de possibilidade de verificação do fenômeno)	5%
	Índice de erro da amostra (máximo de 5% para pesquisas sociais)	5%

Fontes: <sup>1</sup> = PMSL (2014); <sup>2</sup> = INFRAERO (2015); <sup>3</sup> = baseada em SLZCVB (2015).



O critério de seleção dos primeiros administradores públicos para entrevista foi prioritariamente relacionado com os que possuíam posição de destaque na elaboração e execução dos planos de revitalização e turísticos (a exemplo de funções de coordenação, direção e supervisão), sendo, na sequência, aplicada a técnica *snowball* (bola de neve), a qual consiste em:

uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, que por sua vez indicam novos participantes, e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto. O ponto de saturação é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa. Portanto, a *snowball* é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p.332).

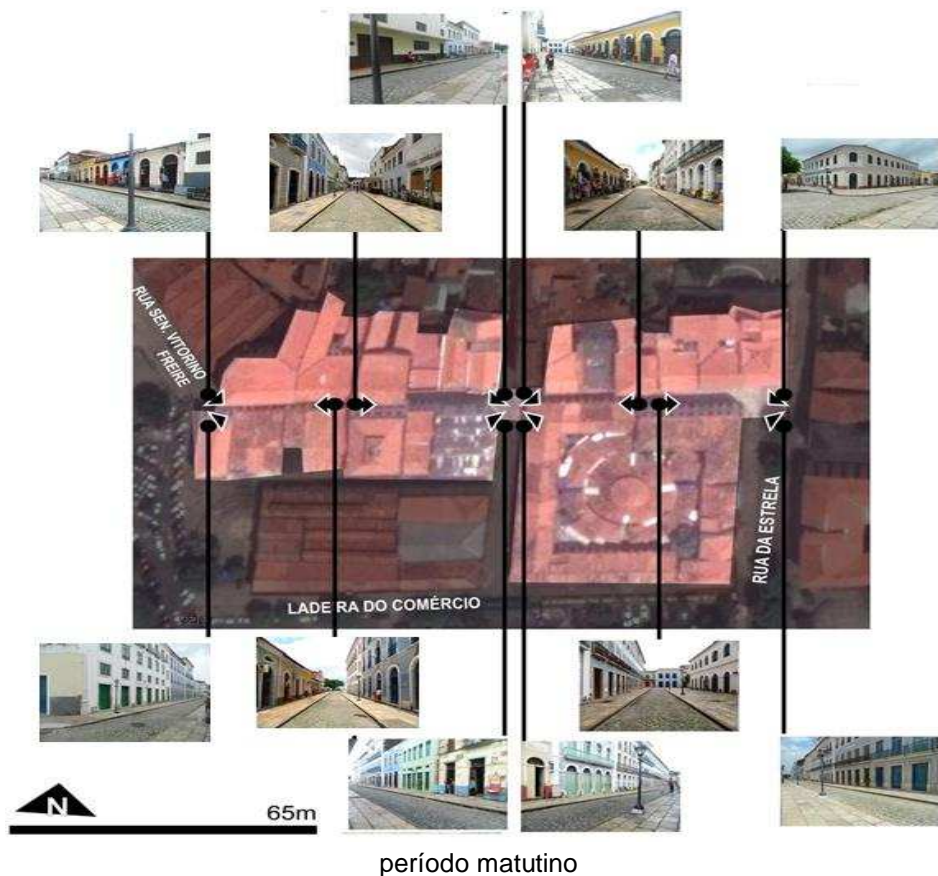
Como resultado dessa técnica, foram entrevistados 32 técnicos responsáveis pelos planos de turismo e de revitalização histórica com base no formulário constante no Apêndice D, sendo os depoimentos transcritos em formulários do Google Forms.

As respostas dos questionários contribuíram para a identificação das intervenções do turismo na paisagem urbana, enquanto essas últimas entrevistas serviram como instrumento de levantamento de subsídios para planejamento e gestão do turismo na área de estudo.

No caso da observação de cenas para a avaliação da qualidade da paisagem da Rua Portugal, as fotografias de referência foram tomadas de posições e direções estratégicas das duas quadras em análise (Figura 1), de maneira a garantir a maior cobertura possível das visadas, consideradas para os períodos matutino e vespertino de maior visitação, realizadas no dia 14 de março (sábado) de 2015, às 10h00 e às 15h00 (horário de Brasília), por meio de câmera digital modelo Panasonic Lumix (DMC – FZ40), com resolução de 5 megapixels.

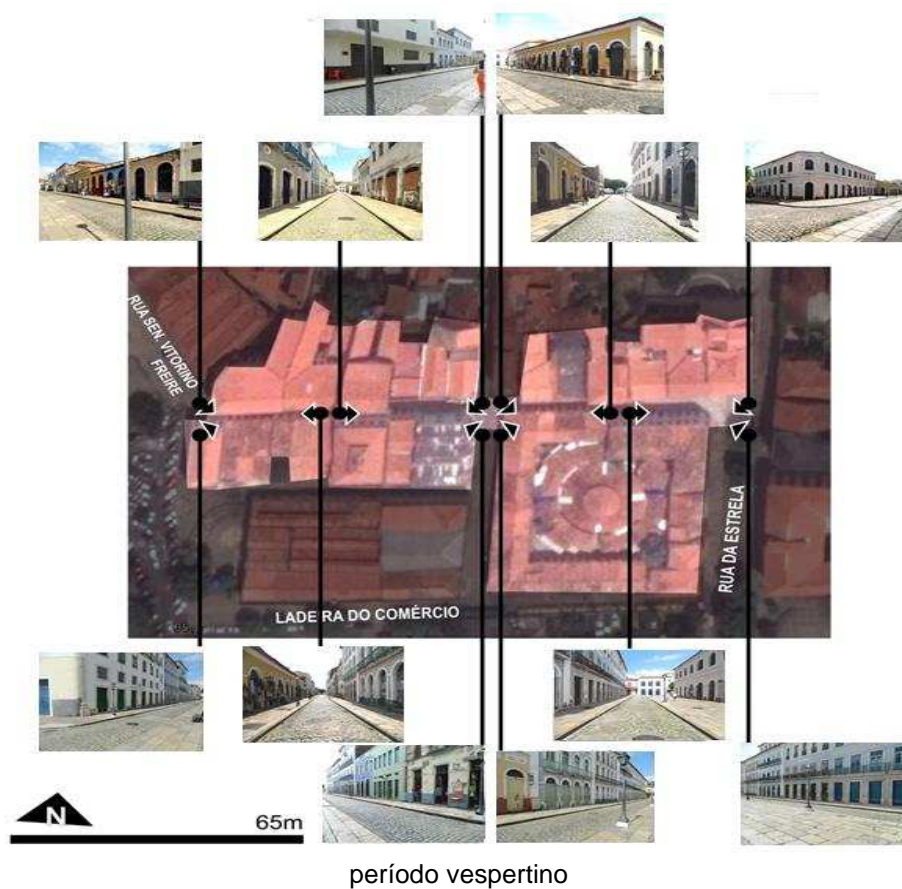
Para interpretação dos dados da pesquisa empírica, foram utilizadas as análises qualitativa e quantitativa, com uso do programa Excel for Windows para tabulação dos dados e elaboração de gráficos.

Figura 1: Imagens aéreas com pontos de tomada das fotografias integrantes do questionário aplicado a observadores de cenas para avaliação da qualidade da paisagem da Rua Portugal em São Luís segundo períodos selecionados



(Continua...)

(Continuação)



Fonte: Elaborada com base em Google Maps (2014) e nos procedimentos metodológicos adotados.

Por fim, o segundo enfoque utilizado para a discussão dos resultados foi a ANÁLISE INTEGRADA DA SUSTENTABILIDADE DA PASIAGEM URBANA, com métodos exploratórios, explicativos e analíticos vinculados a técnicas de síntese relacional, possibilitando a interpretação da cognição dos entrevistados (variáveis perceptuais) em relação às intervenções do turismo segundo os indicadores social, cultural, econômico, político e ambiental.

A partir da interpretação conjunta do comportamento das variáveis perceptuais, foi realizada a síntese a partir das médias encontradas para as respostas positivas, neutras e negativas dos entrevistados, as quais foram submetidas à avaliação estatística pelo coeficiente de correlação de Pearson ( $r$ )<sup>10</sup>, baseada na seguinte fórmula (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009):

$$r = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{(\sum (x_i - \bar{x})^2)(\sum (y_i - \bar{y})^2)}}$$

Onde:  $x_i$  = valores da variável x  
 $y_i$  = valores da variável y  
 $\bar{x}$  = médias dos valores  $x_i$   
 $\bar{y}$  = médias dos valores  $y_i$

Os respectivos valores de “r” para cada par de médias das variáveis perceptuais foram inseridos em uma matriz relacional classificatória do coeficiente, o qual varia de 1 (associação forte = relação linear perfeita) a -1 (associação forte = relação linear perfeita inversa), com o valor 0 significando que não há conexão entre as variáveis (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009).

Por fim, foi desenvolvida a fundamentação de mecanismos para planejadores e gestores de políticas públicas de turismo e urbanismo, com base nos resultados alcançados e em fontes – oficiais ou não – pertinentes.

10

Figueiredo Filho e Silva Júnior (2009) explicam que a correlação é uma medida do grau de associação e linearidade entre duas variáveis.

Em termos estatísticos, duas variáveis se associam quando elas guardam semelhanças na distribuição dos seus escores. Mais precisamente, elas podem se associar a partir da distribuição das frequências ou pelo compartilhamento de variância. No caso da correlação de Pearson ( $r$ ), vale esse último parâmetro, ou seja, ele é uma medida da variância compartilhada entre duas variáveis. Por outro lado, o modelo linear supõe que o aumento ou decréscimo de uma unidade na variável X gera o mesmo impacto em Y (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009, p.118-119).

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para Pinto (1998, p.25-26):

é evidente que qualquer mecanismo legal de proteção do patrimônio deve levar em consideração a regulamentação de usos, tendente a eliminar riscos de degradação. [...] Portanto, [...] as áreas de interesse turístico têm por exigência a elaboração de planos e programas que estabeleçam formas não predatórias de uso do patrimônio cultural e natural [...].

Tomando por base essa citação, a fundamentação teórica parte de concepções sobre turismo e cidade, bem como sobre suas relações recíprocas, com destaque para questões referentes à paisagem, à cultura e ao patrimônio histórico das cidades. Optando pelo desenvolvimento desse referencial numa perspectiva interdisciplinar, com vistas à ampliação dos conhecimentos acerca dos seus temas, também são abordadas as influências econômicas, ambientais e socioculturais da atividade no meio urbanizado, alicerçando a interpretação de processos de gestão turística e urbanística, sob os cenários de desenvolvimento sustentável, especialmente com relação à teoria – discursos – e a práticas – políticas públicas (Quadro 2).

Quadro 2: Temas e subtemas centrais da pesquisa

<b>CONCEPÇÕES</b>	<b>SOBRE TURISMO E CIDADE</b>
	Oferta e demanda turística
	Segmentação do mercado turístico
	Atrativos, bens e serviços turísticos
<b>RELAÇÕES</b>	Cidade e tipologias turísticas
	<b>ENTRE TURISMO E CIDADE</b>
	Atividade turística e paisagem urbana
<b>INFLUÊNCIAS</b>	Atividade turística e cultura urbana
	Atividade turística e patrimônio histórico urbano
	<b>DO TURISMO NA CIDADE</b>
	Interferências econômicas
<b>PROCESSOS</b>	Interferências ambientais
	Interferências socioculturais
	<b>DE GESTÃO DO TURISMO E DA CIDADE</b>
	Discursos do desenvolvimento sustentável
	Políticas públicas de desenvolvimento turístico e urbano

Fonte: Elaborado com base nas referências consultadas em fontes secundárias.

Nesse contexto, a fundamentação teórica tem início com a abordagem conceitual sobre o setor turístico e o meio urbanizado.

A urbe é o epicentro da cultura, história, tradições e memórias de um povo, nela as pessoas vivem, trabalham, descansam, visitam amigos e parentes, ou seja, desfrutam do seu tempo livre. E as cidades vão se modelando mediante as demandas da sociedade, com o objetivo de atender e adaptar-se às necessidades dos residentes e turistas, tornando-se inclusive um destino turístico urbano (ASHWORTH; PAGE, 2011; UNWTO, 2012).

Com o advento deste modelo de cidade, a dinamicidade econômica e o desenvolvimento proporcionado pelo crescimento da urbe, tornam-se essenciais para novas oportunidades, dentre elas o turismo, que mediante planejamento e gestão, tendem a promover respostas às necessidades dos autóctones e turistas, além de melhorar a qualidade de vida, bem-estar, qualidade paisagística e ambiental e fortalecimento da identidade cultural (ASHWORTH; PAGE, 2011).

Essa constante mudança das cidades proporcionada por fatores diversos constroem e transformam atrativos em produtos turísticos, que atendem a segmentos específicos, de forma que cada um possa usufruir a cidade de maneira diferente. Por isso, a atividade turística é fundamental nas políticas urbanas, não somente por ser estratégico para o desenvolvimento urbano, mas também como forma de criar um produto competitivo que atenda expectativas e desenvolva a cidade com melhorias estruturais, promovendo qualidade a todos os residentes (ASHWORTH; PAGE, 2011; UNWTO, 2012).

O turismo em cidades aconteceu mediante o impulso da atividade econômica que atraiu pessoas que começaram a ter o desejo de conhecer as urbes, tornando-se uma área de interesse acadêmico em meados dos anos 80, com o aumento de publicações e pesquisas relacionadas ao turismo urbano. Ou aspecto a destacar foi o aumento da população urbana, com previsão de 5 bilhões em 2030, o que trará impacto considerável para o turismo urbano como fator chave de desenvolvimento para as cidades e sua economia (ASHWORTH; PAGE, 2011; UNWTO, 2012).

### 3.1 CONCEPÇÕES SOBRE TURISMO E CIDADE

Nesta subseção, são tratados diversos postulados sobre turismo e cidade, voltados, preliminarmente à oferta e demanda, à segmentação do mercado, e a atrativos, bens e serviços voltados à atividade, visando à abordagem interpretações de centros urbanos e suas tipologias turísticas.

A devida compreensão do ordenamento territorial do espaço no qual se desenvolve a atividade turística é um dos problemas que vêm sendo encarados por pesquisadores na América Latina. Mas, para fundamentar o turismo enquanto objeto de estudo, é necessário o entendimento de que este não é uma ciência, nem indústria, mas um setor terciário. Além disso, trata-se de fenômeno social “cujo ponto de partida é a existência do tempo livre” (BOULLÓN, 2002, p.37).

De acordo com Marujo (2008), deixando de ser interpretado apenas como sinônimo de lazer, o turismo é, atualmente, um dos fenômenos mais importantes sob os pontos de vista econômico, ambiental e sociocultural, assumindo o papel de agente de desenvolvimento desses aspectos da sociedade, dentre outros. Nessa ótica, é um fato que deve ser analisado à luz das ciências sociais, devido a sua extensão ultrapassar as questões sobre economia, ambiente e cultura de uma sociedade, ligando-se à experiência de cada pessoa que se envolve ou pratica o turismo.

Com o desenvolvimento dos meios de transporte, com o advento da globalização e com a elevação da renda e ampliação do tempo livre, a preocupação dos cidadãos com a cultura e com o bem-estar faz com que o turismo desponte como setor econômico de maior potencial de crescimento no mundo (DIAS, 2005).

Progressivamente, as pessoas sentem necessidade de viajar para conhecer novos lugares e culturas, inclusive para descansar. Nesse cenário, o turismo inicia seu desenvolvimento e sua consolidação como um dos “objetos de consumo mais desejados da população desse novo século” (CAMPOS, 2005, p.26).

Segundo Trigo (2002, p.17), “os fatores que levaram ao desenvolvimento do turismo nas últimas três décadas foram os mesmos que transformaram profundamente o planeta, seja no âmbito das relações econômicas e políticas, seja no das relações sociais e culturais”.

O turismo pode ser considerado um importante impulsionador de desenvolvimento em termos globais, especialmente por movimentar grande volume de recursos, na ordem de 2,2 trilhões de dólares anuais, correspondentes a 9,5% da economia mundial, com taxa de crescimento de 3,1% entre 2012 e 2013 (WTTC, 2014). Nessa trilha de crescimento da atividade turística, destacam-se as principais cidades mundiais receptoras de turistas internacionais em 2014, sendo:

- a) Londres, Inglaterra, escolhida por Mastercard Global Destination Cities Index, com crescimento de 8,0%;
- b) Bangkok, Tailândia, conhecida pelas suas paisagens, mas com declínio de 11,8% em decorrência de ações políticas;
- c) Paris, França, mesmo com decréscimo de 1,8%, continua a favorita dos turistas;
- d) Singapura, República de Singapura, com aumento de 3,1%, recebeu aproximadamente 13 milhões de turistas;
- e) Dubai, Emirados Árabes Unidos, apresentou forte crescimento (7,4%);
- f) Nova York, Estados Unidos da América, onde os visitantes gastaram cerca de 18,57 bilhões de dólares;
- g) Istambul, Turquia, cotada a ultrapassar Singapura, Nova York e Paris em termos de chegadas internacionais em 2016;
- h) Kuala Lumpur, Malásia, recebeu 10,81 milhões de turistas e está posicionada entre os três primeiros destinos da Ásia;
- i) Hong Kong, China, recebeu 8,84 milhões de turistas;
- j) Seul, Coreia do Sul, com crescimento de 6,3%, onde os visitantes gastaram 11,5 bilhões de dólares (FORBES, 2015).



Por ser uma atividade econômica, o turismo é dependente de algumas estruturas, principalmente de infraestrutura básica. Além disso, compreende uma série de aspectos e relações específicas que, devido à complexidade que lhes é inerente, merecem estudo analítico que abranja suas características essenciais, tornando fundamental o entendimento dos conceitos de oferta e demanda turística, por exemplo.

### **3.1.1 Oferta e demanda turística**

Sob a ótica econômica, o turismo deve ser analisado a partir da demanda e da oferta, principalmente no que tange ao produto ofertado ao turista e comercializado pela empresa que o elabora e o fabrica, pois, como afirma Ávila (1999, p.20):

se efetivamente não existe uma produção exclusiva para turistas e um consumo exclusivo por parte dos turistas, não existe turismo como realidade econômica e, conseqüentemente, não existe setor turístico, nem empresas turísticas, nem produtos turísticos.

Portanto, para entender a economia do turismo, faz-se necessário perceber que este se apresenta como uma corrente massiva que se desloca do mercado de origem até o núcleo receptor. Neste intervalo, verifica-se disciplinamento do turismo, com racionalidade econômica, permitindo o controle das variáveis envolvidas e maximizando o desenvolvimento de suas potencialidades, tanto no local de emissão e recepção de turistas e quanto com relação às questões monetárias da atividade turística (PALOMO, 1990).

A questão da produção e distribuição de bens e serviços no turismo são os principais aspectos econômicos promovidos pela atividade numa localidade, principalmente quando estes se tornam possíveis benefícios para os turistas, sendo que ocorrem séries de ganhos como a:

[...] maximização da quantidade de experiência psicológica para os turistas [da utilidade dos bens e serviços]; maximização dos lucros das firmas que produzem bens para os turistas; maximização dos impactos primário e secundário dos gastos turísticos sobre uma determinada comunidade, região ou país (HAVAS, 1981, p.6).

Porém, não se pode discorrer sobre turismo – especialmente o sustentável – sem se falar da sustentabilidade social, ou seja, da redistribuição dos benefícios gerados para a comunidade local. Para Palomo (1990), vive-se numa era

onde o turismo compreende uma das atividades imprescindíveis<sup>11</sup>, cujo avanço tecnológico tem consolidado um momento diferenciado de viagens e lazer.

Dessa forma, trabalhar o turismo como objeto econômico requer o entendimento do lado científico, analisando e considerando o homem como principal centro da manifestação, pois a economia faz parte do humanismo científico, que, de fato, é um aspecto humano, já que na sociedade livre, contemporânea e moderna, o interesse econômico se tornou dominante no aspecto quantitativo<sup>12</sup>. Além disso, quanto à relação entre economia e turismo no âmbito científico, Kapiassa (2014, p.28) afirma que:

o turismo não tinha a atual transcendência, e o elemento humano da economia era bastante menos respeitado que hoje. Por isso, é justo que, na prática e na ideia, tratemos de encontrar formas mais adequadas para as categorias econômicas do turismo.

Nesse cenário, os *stakeholders*<sup>13</sup> – incluindo os setores públicos e privados, além da comunidade e visitantes – precisam entender os critérios de decisões dos turistas em relação às suas viagens, ao seu comportamento e às suas motivações; na maioria das vezes, a demanda determina a estruturação do produto turístico (oferta); por exemplo, os mercados de eventos requerem produtos diferentes daqueles fornecidos a pessoas que viajam a lazer.

Assim, a escolha de um destino é influenciada por motivos seletivos, tais como condições de segurança, tendência ao modismo, restrições de custos e qualidade de infraestrutura etc. Por isso, políticas e recursos devem ser direcionados ao atendimento de um ou mais nichos, para que as estratégias mercadológicas sejam destinadas ao convencimento dos potenciais turistas sobre a necessidade de se visitar aquele local específico (COOPER et al., 2001).

---

<sup>11</sup> “É um dos fenômenos mais significativos do mundo de hoje e, ao mesmo tempo, um dos menos compreendidos. É algo que é objeto de preocupação de muitas pessoas e reconhecido como um importante mecanismo para o desenvolvimento econômico em quase todo o mundo” (COOPER; HALL; TRIGO, 2011, p.3).

<sup>12</sup> Em 2013, a receita cambial no mundo foi de U\$ 1.158,85 bilhões e no Brasil foi de U\$ 6.710,71 milhões (MTUR, 2014).

<sup>13</sup> Em geral, o termo inglês é utilizado para designar indivíduos ou grupos que afetam ou são afetados por decisões ou políticas, entre outras diretrizes. Por sua vez, Razzoline e Zarpelon (2006) o relacionam com poder de influência em uma organização, podendo também ser utilizado para denominar vínculos econômicos diretos de empregados, clientes externos e internos, fornecedores, distribuidores, credores e acionistas.

Normalmente, a oferta turística é dependente de componentes da atividade, como hospedagem, alimentação, transportes e agências de viagens, dentre outros. Entretanto, Fernandes e Coelho (2002, p.122) comentam que, eventualmente, é possível defini-la,

[...] sem levar em conta os atrativos naturais, o conjunto de estabelecimentos, bens e serviços locais, alimentícios, artísticos, culturais, sociais e outros, capazes de captar e assentar uma população com origem externa numa determinada região e por um certo tempo (FERNANDES; COELHO, 2002, p.122).

Completando, Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002) afirmam que a oferta turística é tudo aquilo que é oferecido para os visitantes e, pode ser dividida em quatro categorias:

- a) recursos e ambientes naturais, compreendendo condições de clima, flora, fauna, relevo e praias, entre outros atrativos da região;
- b) ambiente construído, constituído por infraestrutura e superestrutura, incluindo construções de suporte aos turistas e a produção coligada ao turismo (como hotéis, restaurantes etc.), entre outros aspectos;
- c) transporte, correspondendo à disponibilidade de meios de deslocamento para o viajante, da origem até o destino – e nele próprio –, envolvendo diversos modais, como aéreos, rodoviários, marítimos e ferroviários, por exemplo;
- d) hospitalidade e recursos culturais, englobando características da cultura local do destino, como idiomas, crenças, costumes e conduta de trabalho e lazer, além da amabilidade, amizade e vontade de adequada recepção por parte dos residentes.

Portanto, a oferta turística também pode ser interpretada como tudo que está disponível para o turista, sendo a mescla dos múltiplos produtos turísticos de uma localidade e, obrigatoriamente, deve estar organizada para ser proporcionada e gerar experiências positivas para um visitante com demandas específicas.

Do ponto de vista de Escalona (2005, p.9), esse enfoque na oferta:

[...] conduz a uma concepção do turismo de acordo com a análise microeconômica que se utiliza para estudar qualquer setor produtivo. Este enfoque permite situar às empresas produtoras de serviços facilitadores e incentivadores ao nível que lhes corresponde, isto é, no de abastecedores de serviços intermediários ou semielaborados, e as agências atacadistas ou operadores turísticos no de produtores de bens aptos para o consumo final.

Em suma, pode-se afirmar que a oferta é um conjunto constituído por serviços ofertados por empreendimentos do ramo turístico e outros, comercializados no sistema específico. Ou seja, é “a quantidade de mercadoria ou serviço que entra no mercado consumidor a um preço dado e por um período determinado” (BOULLÓN, 2002, p.42).

Ignarra (2003, p.52) divide a oferta turística nas seguintes categorias::

- a) recursos naturais: são compostos pelo ar, clima, pelos acidentes geográficos, o terreno, a flora, a fauna, as massas de água, as praias, as belezas naturais, o abastecimento de água potável, usos sanitários e outros.
- b) recursos culturais: são compostos pelo patrimônio arquitetônico, pelos acervos dos museus, pela cultura da população local, sua gastronomia típica, seu artesanato, folclore, seus eventos, hábitos e costumes, sua música, literatura, língua etc.
- c) serviços turísticos: são compostos pelos serviços que têm na demanda turística a maior parte de suas receitas, tais como: meios de hospedagem, transportes turísticos, locação de veículos e embarcações, serviços de alimentos e bebidas, serviços de organização de eventos, espaços de eventos, serviços de entretenimento, serviços de receptivo turístico etc.
- d) infraestrutura: é composta pelo conjunto de construções subterrâneas e de superfície, como os sistemas de abastecimento de água e de coleta, tratamento e despejo de esgotos, redes de distribuição de gás, de coleta de águas pluviais, de telefonia, de fibras ópticas, de distribuição de energia elétrica e de iluminação pública, sistema viário, mobiliário urbano e terminais de transportes (aeroportos, portos, marinas, rodoviárias, estações ferroviárias).
- e) serviços urbanos de apoio ao turismo: são compostos pelos serviços bancários, de saúde, de comunicações, de segurança pública, de apoio a automobilistas, além de comércio especializado para turistas.

Diferentemente da oferta turística, que tem o produto como responsável pela sua realização, o principal agente econômico da demanda turística é o consumidor, ou, simplesmente, o usuário de produtos do turismo. Para Dias (2005), é o conjunto de turistas, que – de forma individual ou coletiva – estão motivados a consumir uma série de produtos ou serviços com o objetivo de satisfazer suas necessidades de descanso, recreação, entretenimento e cultura, principalmente em seu período de férias.

Mas, o turismo não ocorre de maneira contínua, fazendo com que a região na qual está inserido sofra descontinuidade na sua produção, acarretando problemas de natureza socioeconômica, a exemplo da concentração de visitantes em grande quantidade em certos meses do ano, modificando, assim, a rotina local, alterando características do trânsito e aumentando preços, entre outros efeitos.

Por isso, a gestão da sazonalidade<sup>14</sup> deve ser uma ferramenta para atenuar essa flutuação da demanda turística e dar ao turismo certa austeridade às suas atividades.

Para Boullón (2002, p.39), a demanda turística é contabilizada a partir do total de turistas que convergem a um local, e caso se queira medir os ingressos gerados, deve-se “aprofundar a análise, medindo como são distribuídos esses dados entre os diversos tipos de serviços oferecidos nessas mesmas unidades”.

Como resumo dessas ideias, é necessário elencar os principais tipos de demanda:

- a) real – quantidade de turistas em um determinado local, juntamente com a soma de bens e serviços solicitados pelos clientes durante sua estadia no local;
- b) turista real – consumidor potencial – gastos adicionais que podem acontecer durante a estada do turista, como o consumo de bens e serviços que não foram pagos antes de sair de viagem;
- c) histórica – registro estatístico das demandas reais do passado, com a análise das variações e tendências com o objetivo de compreender o ritmo de evolução;
- d) futura – cálculo a ser realizado baseado em séries cronológicas da demanda histórica de um local, com o objetivo de projetar o crescimento, estagnação ou diminuição durante um período de tempo determinado;
- e) potencial – valor obtido a partir do mercado emissor não conquistado para outro receptor, mediante incrementos adicionais que se poderia conseguir com a demanda futura (BOULLÓN, 2002).

Portanto, a demanda turística é tanto real, em relação ao número de viajantes, quanto potencial, com referência à quantidade de pessoas que deseja viajar para usufruir de produtos e serviços, além de vivenciar novas experiências (FERNANDES; COELHO, 2002).

---

<sup>14</sup>

“A gestão da sazonalidade envolve a análise detalhada das causas e efeitos, incluindo a compreensão da atividade do turismo e da tendência na variação do comportamento da procura” (PIMENTEL, 2008, p.73).

[...] o turismo é um fenômeno essencialmente de demanda – pelo fato de não existirem empresas turísticas por natureza, mas sim produtos que se convertem em turísticos por seu destino final, [analisa e concorda que] as técnicas insumo-produto permitem valorar apropriadamente o caráter multisetorial da atividade [do turismo]. [...] Além do que], é possível estimar uma conta satélite de turismo que permite estabelecer uma comparação da atividade com o resto dos setores da economia, [...] (GODED SALTO, 1998, p.194-195).

É possível, assim, compreender que a demanda turística está além dos serviços ofertados pelas empresas vinculadas direta e indiretamente ao turismo, abrangendo uma cadeia de bens e serviços existentes na economia, que são passíveis de consumo pelos turistas.

Do mesmo modo, o turismo está vinculado a diversos fatores<sup>15</sup>, alguns relativos às preferências e motivações dos visitantes, e outros atrelados a aspectos relacionados aos microambientes e ao mercado do destino, o qual pode ser estruturado em segmentos.

### 3.1.2 Segmentação do mercado turístico

Na concepção de Petrocchi (2002), o turismo, como atividade abrangente, pode ser influenciado direta e indiretamente por diversas formas: uma delas é o fluxo de turistas gerador de consequências econômicas, tanto positivas e negativas, para o destino receptor.

Mas, para compreender o desenvolvimento da atividade turística e suas características, é necessário um conhecimento profundo sobre os turistas (consumidores), no que tange aos hábitos de consumo, geralmente estudados e analisados por especialistas em *marketing* (MIDDLETON; CLARKE, 2001) em relação a demanda turística.

Conforme Lohmann e Panosso Netto (2008) é a partir e por meio do *marketing* que se busca um relacionamento entre o turista e o destino turístico, para que tanto o primeiro quanto o segundo possam ser beneficiados, por intermédio de processos (como a oferta) de criação e negociação de produtos e serviços. A partir

---

<sup>15</sup>

“[...] os serviços têm um caráter prevalente, que interessam a todos os setores econômicos de um país ou uma região, se caracterizando por possuir, [...] uma interdependência estrutural com as demais atividades, em maior grau e intensidade que qualquer outra atividade produtiva” (SILVA, 2007, p.1).

desse entendimento, a noção de segmentação do mercado turístico deve estar contextualizada no âmbito de formatação do produto e serviço.

Uma característica do mercado turístico é a heterogeneidade do aumento da oferta e da qualidade dos produtos, bem como a disponibilidade de preços mais justos, condições que tornaram a concorrência acirrada. “Cada vez mais, se está buscando satisfazer as expectativas dos clientes através da qualidade turística, e dessa maneira, poder fidelizá-los, ou seja, desenvolver uma relação duradoura entre os turistas e os destinos” (GÂNDARA, 2008, p.9). Como consequência, o cliente deixa de procurar a oferta e passa a dominar o processo. Como reação a essa nova postura do consumidor frente ao mercado, os dirigentes das empresas turísticas passaram a gerenciar a demanda, a fim de organizar seus conhecimentos e direcionar os recursos aos grupos de turistas cujas necessidades podem ser atendidas por seus produtos (PETROCCHI, 2002).

Esse espaço dinâmico é o mercado que Beni (2001) entende como sendo o ambiente composto por pessoas e suas necessidades, o seu poder aquisitivo e o seu comportamento de compra e uso.

Nesse mercado, as estratégias de segmentação constituem alternativas para determinação de ações e obtenção de coerência na implantação do composto mercadológico, a fim de satisfazer o cliente e não somente vender o produto; hoje, o turista, por exemplo, possui outro tipo de comportamento em relação ao consumo, sendo mais exigente e buscando seus direitos. Some-se a esses fatos o de que as empresas adotam uma nova postura frente a essa realidade, com o emprego de ferramentas organizacionais, como reengenharia, qualidade total, administração holística etc. (MORAES, 2004).

Essas estratégias são utilizadas por diversas organizações que optam por segmentar o mercado, principalmente “em grupos de pessoas, com suas preferências e necessidades, e compradores com comportamento de compra homogêneo quanto aos gastos e preferências” (ANSARAH, 2005, p.286).

Completando, Panosso Netto e Ansarah (2009) acreditam que existem outros fatores que levam à segmentação do mercado, como a concorrência (mais complexa e acirrada); o setor privado e os destinos turísticos em busca de *marketing* diferenciado para atender as necessidades dos consumidores; a rápida mudança de comportamento do consumidor quanto a desejos e vontades; e a tentativa de

previsão de tendências sociais, como necessidade de diferenciação por estratégias criativas.

Então, o incremento da oferta turística mundial em relação às tendências da demanda, entre outros fatores, fomenta a expansão do mercado e o surgimento de variados segmentos turísticos. A busca de nichos flexíveis e desvinculados ao período das férias regulamentadas é apontada como uma medida marcante na gestão da sazonalidade.

Em termos gerais, o mercado turístico compreende três classificações básicas: de viagens independentes, de atividades especializadas e geral de férias organizadas (UNESCO, 2002).

A segmentação no turismo é um processo de agrupamento de pessoas com desejos e necessidades semelhantes mediante diversos aspectos. Para o atendimento de necessidades específicas do visitante, o mercado turístico tem sido cada vez mais segmentado, com a criação de novos tipos de turismo (turismo cultural, turismo rural, ecoturismo, turismo náutico, turismo de sol e praia, turismo de aventura, entre outros) perante os desejos dos clientes (ANSARAH, 2005).

Esses diversos tipos de turismo demonstram a possibilidade de oferta que um destino pode oferecer ao seu visitante, como no caso de São Luís, onde é possível a prática do turismo cultural, de sol e praia, náutico e de esportes. Dessa forma, é plausível direcionar estratégias e planejar a atividade conforme o segmento desejado, aproveitando, ao mesmo tempo, os recursos para divulgá-los ao visitante, fazendo com que possa retornar ao local mediante outra motivação (SHARMA, 2000).

O crescimento de tipologias do turismo está relacionado a novos modelos de estratégias, assim como às demandas dos visitantes, os quais buscam opções de lazer e entretenimento, fazendo com que os destinos se adequem às suas necessidades (ANSARAH, 2005), pois a segmentação de mercado é:

como o processo de divisão do mercado em subgrupos homogêneos, com o fim de levar a cabo uma estratégia comercial diferenciada para cada um deles, permitindo satisfazer de forma mais eficaz as suas necessidades e alcançar os objetivos comerciais da empresa (LOPES; MAIA; BOUBETA, 2010, p.53).



Ao segmentar o mercado, o setor responsável deve analisar e considerar a complexidade da oferta de produtos e serviços, assim como o próprio destino turístico, dado que:

a segmentação possibilita o conhecimento dos principais destinos geográficos e tipos de transportes, da composição demográfica dos turistas, como faixa etária e ciclo de vida, nível econômico ou de renda, incluindo a elasticidade — preço da oferta e da demanda e da sua situação social, como escolaridade, ocupação, estado civil e estilo de vida (BENI, 2001, p.163).

Dessa forma, identifica-se as formas pelas quais os visitantes consomem produtos turísticos, sendo divididos por categorias (Quadro 3), a partir das suas várias grandezas, tais como questões geográficas, aspectos demográficos, condições de uso do produto e características psicográficas (MTUR, 2010).

Quadro 3: Bases para a segmentação turística

GEOGRÁFICA	DEMOGRÁFICA E SOCIOECONOMICA	PSICOGRÁFICAS (DE ORDEM PSICOLÓGICA)	PADRÕES DE COMPORTAMENTO	PADRÕES DE CONSUMO E PREDISPOSIÇÃO DO CONSUMIDOR
<b>Fronteiras políticas</b>	Gênero	Estilo de vida	Momento das compras, impulso ou preferência ou marcas	Frequência de uso – muito uso versus pouco
<b>Climas</b>	Idade	Atividades	Número de unidades compradas	Ocasão
<b>Fronteiras populacionais</b>	Estado civil	Características de personalidade	Frequência de compras	Fidelidade à marca
	Composição	Preferências	Hábitos em relação à mídia	Propriedade de outros produtos
	Ciclo de vida			Conhecimento do produto
	Ocupação			Benefícios causados
	Educação			
	Renda			

Fonte: MTUR (2010, p.69)

A compreensão do perfil dos turistas que visitam ou pretendem visitar a localidade auxilia no processo de elaboração do planejamento turístico e na

diversificação de produtos e serviços. Além disso, sustenta a percepção das expectativas dos visitantes e seu comportamento de compra e motivações que o fizeram descolar-se para uma cidade, país ou região (SHARMA, 2000).

No Brasil, segundo informações do Ministério do Turismo (MTUR, 2010), a segmentação é entendida como forma de organização da atividade para fins de planejamento, gestão e mercado, podendo os segmentos turísticos ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda.

A escolha de um público por determinado segmento contribui para a estruturação de produtos, elaboração de roteiros e melhor compreensão do consumidor, como esclarece Beni (2001, p.153-55), porque:

possibilita o conhecimento dos principais destinos geográficos e tipos de transporte, da composição demográfica dos turistas, como: faixa etária e ciclo de vida, nível econômico ou de renda, incluindo a elasticidade-preço da oferta e da demanda, e da sua situação social, como escolaridade, ocupação, estado civil e estilo de vida [...] Dentro de um segmento de mercado, em função, por exemplo, do lugar onde os turistas compram e do tipo de alojamento que utilizam, pode-se falar de subsegmentos de mercado. Um ou vários desses subsegmentos insuficientemente atendidos pela oferta constituem um nicho de mercado.

De maneira geral, o consumidor passou a visar o diferente, o novo e o original, contribuindo para o crescimento do turismo interno e mundial entre os anos de 2011 e 2012 (Tabela 2).

Tabela 2: Dados do turismo interno e mundial entre os anos de 2011, 2012 e 2013

ITENS	2011		2012		2013	
	BRASIL	MUNDO	BRASIL	MUNDO	BRASIL	MUNDO
Chegada de turistas (milhões)	5,4	996,0	5,7	1.035,5	6,0	1.087,0
Receita cambial (milhões de dólares)	6.554,90	1.042.500,00	6.644,90	1.075.400,00	6.709,00	1.300.000,00

Fonte: Adaptada de MTUR (2014) e de UNWTO (2014).

Para atender necessidades específicas, o mercado turístico vem se segmentando cada vez mais, formatando novos tipos de turismo, criando roteiros temáticos e adaptando produtos e serviços de acordo com as especificidades, desejos, limitações e necessidades dos clientes.

Para Beni (2001, p.153), a segmentação “traz enormes vantagens, como a economia de escala para as empresas turísticas, aumento da concorrência no mercado, criação de políticas de preços e de propaganda especializada, e promoção de maior número de pesquisas científicas”.

A separação em grupos de consumidores para escolha daqueles em que serão concentrados esforços faz parte de uma postura mais competitiva dos destinos e das empresas envolvidas na atividade turística, pois a demanda é heterogênea. O desafio reside, portanto, na seleção de um conjunto de características comuns a um grupo homogêneo de consumidores, ou seja, com mínimas diferenças entre si.

A base da segmentação diz respeito à natureza dos fatores de homogeneidade que permitem considerar vários consumidores como pertencendo a um mesmo grupo. Tais bases são diretamente associadas às características da localidade, aos seus fatores de atratividade. [...] diz respeito à relação básica com a motivação de viagem – relação necessidade/benefício (VAZ, 2014, p.84).

Essa estratificação do mercado não é feita de forma aleatória e, segundo Middleton (2002), pode ser realizada de sete maneiras na prática do turismo:

- a) objetivo da viagem – aspectos específicos de cada categoria de deslocamento em função das suas metas e produtos;
- b) necessidades, motivações e benefícios do consumidor – tendência dos clientes à busca de determinadas vantagens quando da sua opção por produtos;
- c) comportamento do consumidor – características de uso frequente de um mesmo produto, de gastos médios efetuados, de tempo de decisão etc.;
- d) perfil demográfico, econômico e geográfico – influência na promoção e distribuição eficaz de produtos, especialmente para novos clientes potenciais;
- e) perfil psicográfico – medição das atitudes mentais e traços psicológicos de um indivíduo visando à definição dos consumidores;
- f) perfil geodemográfico – características familiares e individuais somadas às da localidade na qual estão inseridas;
- g) preço – sensibilidade de certos mercados à variação de valores financeiros, com muitos empresários agindo sob a suposição de que

este fator ainda é a principal variável para a segmentação turística.

A partir da escolha do nicho de mercado com base em características do consumidor, deve-se considerar o que leva o turista a viajar e seus critérios de escolha de destino. Para quem os compra, os produtos turísticos representam uma oportunidade de concretizar um desejo, de escapar à realidade e de se realizar; ainda se incluem questões como renda, idade e região de origem, com suas influências na cultura e nos costumes.

A segmentação com base na oferta determina a definição do tipo de turismo que será oferecido ao visitante, a qual é realizada a partir da existência de certas características comuns em um território, tais como:

- a) aspectos geográficos, históricos, arquitetônicos, urbanísticos e sociais;
- b) atividades, práticas e tradições em termos esportivos, agropecuários, pesqueiros, culturais e religiosos, dentre outros;
- c) serviços, infraestrutura e meios de hospedagem e de lazer, tanto públicos quanto privados (MTUR, 2010).

Percebe-se, então, que essas características, necessárias para o desenvolvimento do turismo como atividade econômica em uma localidade, tornam-se, também, fundamentais para o sucesso da sua formatação, em associação com os atrativos turísticos locais.

### **3.1.3 Atrativos, bens e serviços turísticos**

Entende-se como atrativo turístico todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse para o turismo, que podem ser naturais ou culturais, como realizações técnicas e científicas contemporâneas, além de acontecimentos programados (CERRO, 1992).

A partir dessas definições, pode-se afirmar que o atrativo turístico engloba as características e funções de que necessitam os grupos humanos à sua vivência (DIAS, 2005), devendo, assim, satisfazer os anseios e desejos dos visitantes.

Na visão de Boullón (2002, p.57), os atrativos turísticos são:

[...] matéria-prima do turismo, sem a qual um país ou uma região não poderiam empreender o desenvolvimento (porque lhes faltaria o essencial, e porque só a partir de sua presença pode-se pensar em construir empreendimento turístico que permita explorá-lo comercialmente).

Diversos autores, como Aguiar e Dias (2002), Dias (2003a), Cooper et al. (2001) e Ruschmann (2010), afirmam que, apesar do atrativo ser fundamental, sem planejamento não há como atender as exigências dos turistas. Por isso, o atrativo no turismo deve permanecer intacto, ou caso sofra intervenções, deve ser limitado à restituição de alguma qualidade que tenha perdido, “seja pela ação destrutiva de outros setores, dos próprios turistas, ou pelo passar do tempo” (BOULLÓN, 2002, p.55).

Também é importante analisar a situação atual dos autóctones, de forma que, a partir do momento em que o atrativo é estruturado, não afete ou impacte negativamente o cotidiano dos moradores. Assim, Piperoglou (1967, p.169) esclarece que são necessárias quatro etapas na avaliação do desenvolvimento de um atrativo turístico:

- a) investigação do mercado para descobrir as preferências e as necessidades dos turistas;
- b) identificação dos elementos buscados pelos turistas na área de estudo;
- c) definição da região em termos de interação espacial dos recursos;
- d) estudo da capacidade de absorção de visitantes pela região, do ponto de vista espacial e humano.

Mediante esses aspectos, o atrativo estará preparado para atendimento das exigências dos turistas, elevando a qualidade das suas experiências, o que consequentemente aumentará a sua satisfação.

A atividade turística se torna, com o passar do tempo, cada vez mais complexa no âmbito da descoberta das necessidades do consumidor, as quais, conforme anteriormente comentado, passaram a depender de mais fatores internos e externos influentes na escolha do destino.

Panosso Netto e Gaeta (2010, p.16) afirmam que “o consumidor do turismo e o contexto no qual se integra apresentam, atualmente, características que favorecem a experiência e nos levam a pensar na autenticidade dos produtos e serviços”, o que conduz à uma multiplicidade de bens e serviços oriundos do consumo e satisfação das motivações, além de anseios dos visitantes, determinando a necessidade de maior qualidade para atender suas exigências (MTUR, 2010).

A determinação de bens e serviços passíveis de consumo turístico torna-se uma árdua empreitada, na medida em que existem produtos que, criados para a população local, são consumidos pelos turistas, assim como há aqueles que são gerados visando à entrada de visitantes, mas podem, igualmente, satisfazer as

necessidades dos moradores (BENI, 2001).

No turismo, a produção é determinada por bens e serviços congregados a outros fatores oriundos da atividade. Assim, a conciliação de produtos ou, de acordo com Cunha (2006), o conjunto dos elementos que, comercializado direta ou indiretamente, motiva os deslocamentos, também gera procura por parte dos visitantes, atraídos pelas produções com diversidade de destinos que competem entre si para abrigar, ao máximo, componentes integrantes das motivações turísticas.

As características da produção no turismo são dotadas de personalidade própria, com desenvolvimento peculiar e com abordagem de aspectos não encontrados em outras atividades, embora com os mesmos problemas de escassez de recursos presentes em outras produções.

De acordo com Ignarra (2003, p.50), o produto turístico é formado por seis componentes: “bens, serviços e serviços auxiliares; recursos; infraestrutura e equipamentos; gestão; imagem da marca e preço”. Assim, os bens e serviços são a matéria-prima para o desenvolvimento da atividade turística e são compostos por: produtos de alimentação; materiais esportivos e de limpeza; serviços em geral (receptivo, hospitalidade, informação etc.). Já os serviços auxiliares complementam estes últimos e são formados por: viagem, alojamento, alimentação, atrações, comércio, indústria, lavanderias, livrarias, cinemas, locadoras de veículos, guias de turismo e organizadores de eventos, dentre outros (IGNARRA, 2003).

Por outro lado, os componentes dos recursos podem ser divididos em escassos e livres, sendo os primeiros compostos por elementos naturais, de capital e de trabalho, enquanto que os segundos são abundantes e não exigem controle, como o clima, a cultura, a tradição e o modo de vida, enquanto a infraestrutura é o conjunto de atividades e estruturas existentes que atende a comunidade e pode ser adaptada para receber visitantes (IGNARRA, 2003).

Para o desenvolvimento de um recurso turístico, é fundamental a gestão da imagem (marca) e preço, pois esses são componentes a serem trabalhados na construção do produto. Gândara (2008, p.2-3) esclarece que:

ao falar da imagem de um destino turístico devemos ter claro que, a imagem é a soma do produto global que se oferece (todos os distintos produtos que possam oferecer um destino), mais um conjunto de ações comunicativas de que é objeto deste produto ou destino. [...] A percepção que os turistas têm de um determinado destino é um fator fundamental na eleição do mesmo.

Frisa-se que um recurso turístico não é por si um produto turístico. Para que este se constitua como tal, é necessária a estruturação de ações que possam viabilizar o seu acesso, a infraestrutura e demais aspectos essenciais para a acolhida de um visitante. É preciso também que haja uma demanda potencial para esse produto (SANTOS; LORÉDO, 2013). Se corretamente formatados, os atrativos de determinada localidade podem gerar fluxo turístico, já que a oferta é a matéria prima da atividade, juntamente com os recursos naturais e culturais, que, agregados a serviços do turismo (transporte, hospedagem, alimentação e outros), formam o produto propriamente dito (MOTA, 2001).

Ao formatar um produto turístico, leva-se em consideração que os recursos são escassos e livres e que a sustentabilidade (conceito abordado na subseção 3.4.1 - Discursos do desenvolvimento sustentável) deve ser praticada em todo o processo, com o objetivo de minimizar os possíveis impactos sobre a destinação. Então, a promoção do turismo com fins sustentáveis deve levar em consideração as características próprias da atividade, podendo ser o produto turístico, conforme Ignarra (2003), classificado em quatro aspectos principais:

- a) intangível – cuja essência é a intangibilidade, apenas podendo ser observada e testada no ato do consumo, o que impede que o produto turístico possa ser testado antes da decisão da compra. Em turismo, testar implica consumir;
- b) heterogêneo – sendo a diversidade a característica principal, tanto pela combinação dos elementos quanto pelo perfil de quem vai consumir, pois atende variadas motivações e está sujeito a percepções diferenciadas;
- c) produtivo no local de consumo – a localidade de produção coincide, espacial e temporalmente, com a de consumo, existindo forte interação entre produtor e cliente, o que dificulta a standardização;
- d) não armazenável – um espaço não ocupado não pode transitar para o período seguinte. Por sua vez, em cada momento, as vendas estão limitadas pela capacidade de produção instalada para o período. A capacidade de produção não utilizada nos períodos de menor procura (baixa estação) não pode ser transferida para os

períodos de maior procura (alta estação). Os níveis de produção têm que acompanhar as flutuações da procura.

Para Santos e Lorêdo (2013), a atividade turística como serviço é tida como um produto perecível e imóvel, além da pouca capacidade de adaptação e da concorrência sentida com muitos outros serviços. Desse modo, quando um consumidor compra um pacote de viagem com determinados passeios, não adquire a propriedade do serviço. O único aspecto que detém é a experiência da viagem e as sensações que o destino lhe provocou. Ao trabalhar o recurso de uma localidade quando esta apresenta demanda turística, afirma-se que se caracteriza como uma oferta turística, composta por atrativos da localidade visitada. Em se tratando de atrativo turístico, pode-se considerar que sofre alteração de um turista para outro, dependendo da motivação da sua viagem. Assim, “[...] o atrativo turístico possui, via de regra, maior valor quanto mais acentuado for seu caráter diferencial. O turista procura sempre conhecer aquilo que é diferente de seu dia-a-dia” (IGNARRA, 2003, p.53).

Para entender e analisar o valor e potencial que o atrativo possui perante outro(s), já que o mesmo costuma “sofrer desprezo pelos turistas”, documentos do antigo Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR) da Organização dos Estados Americanos (OEA) dividem os atrativos em quatro hierarquias:

- a) 4 – atrativo excepcional e de grande significado para o mercado turístico internacional, capaz por si só de motivar uma importante corrente de visitantes (efetiva ou potencial);
- b) 3 – atrativo com valor excepcional em um país, capaz de motivar uma corrente importante (efetiva ou potencial) de visitantes domésticos por si só, ou em conjunto com outros atrativos contíguos, e a demanda estrangeira somente em conjunto com outros atrativos;
- c) 2 – elemento com algum valor, capaz de interessar turistas de longa distância que tivessem chegado a sua zona por outras motivações turísticas ou de motivar correntes turísticas locais;
- d) 1 – atrativo sem mérito suficiente para ser classificado como atrativos anteriores, mas que igualmente aos demais forma parte do patrimônio turístico, como elemento que pode complementar os outros de maior categoria, para desenvolver um complexo turístico (IGNARRA, 2003, p.54).

A vantagem da avaliação dos atrativos turísticos por hierarquia é a atribuição de valores à uma determinada potencialidade do turismo. O processo de levantamento desses atrativos é chamado de inventariação, que se tornou uma ferramenta importante no planejamento de um destino turístico (RUSCHMANN, 2010).



Dessa forma, é comum que determinado grupo de turistas se interesse mais pela visita de alguns lugares em detrimento de outros, o que não implica que aqueles sejam mais importantes do ponto de vista da gestão do turismo, porque sempre existirá quem se interesse pelos locais menos visitados, dependendo apenas do tipo de turista e da motivação da sua viagem.

No Quadro 4, são classificados os tipos de atrativos turísticos e seus respectivos recursos.

Quadro 4: Classificação dos atrativos turísticos e respectivos recursos

TIPOS DE ATRATIVOS	ATRATIVOS
Naturais	Montanhas, planaltos, planícies, praias, mangues, baías, ilhas, arquipélagos, atóis, canais, rios, lagos, pântanos, cachoeiras, águas termais, fontes hidrominerais, parques, reservas, grutas, cavernas, áreas de caça e pesca etc.
Histórico-culturais	Monumentos arquitetônicos, ruínas, obras de arte, esculturas,, pinturas, sítios históricos, parques arqueológicos, museus, bibliotecas, arquivos, institutos histórico-geográficos, outros.
Folclóricos	Manifestações religiosas e crenças populares, músicas e danças típicas, gastronomia e bebidas típicas, arquitetura popular, artesanato, feiras, mercados, festas e comemorações cívicas, populares e folclóricas etc.
Acontecimentos programados	Congressos e convenções, feiras e exposições, eventos artísticos, desportivos, socioculturais, carnavais etc. Realizações técnico-científicas (exploração agrícola, pastoril, minérios, industrial, usinas, barragens, zoológicos, aquários, jardins botânicos, planetários etc).

Fonte: Adaptado de Mota (2001).

Retornando ao conceito de segmentação, pode-se utilizar, além dos critérios analisados, a composição dos produtos turísticos, pois os recursos disponibilizados em cada destinação podem ser transformados em atrativos e serem trabalhados com o objetivo de fortalecer a destinação quanto à preservação dos recursos e a valorização da identidade local. A composição do produto turístico deve priorizar essas ações com foco na formação de mercado competitivo e de localidade turisticamente sustentável.

Para atendimento dos diversos perfis de visitantes por meio de bens e serviços, surgiram vários tipos de turismo, ajustados às condições locais, as quais, muitas vezes, incluem áreas urbanizadas. As tipologias de maior interesse ao presente estudo são destacadas na subseção seguinte.

### 3.1.4 Cidade e tipologias turísticas

O espaço urbano é um ordenamento sistêmico e complexo de elementos que se relacionam com base na hierarquia de valores e, no caso da presente pesquisa, “com o objetivo de facilitar o desenvolvimento das atividades turísticas” (CASTROGIOVANNI, 2013, p.382).

A cidade como objeto de estudo é descrita como um ambiente artificial construído e inventado pelo ser humano com o objetivo de viver em sociedade, pois além de urbano, é também cultural. O crescimento da população mundial promoveu o deslocamento das pessoas das áreas rurais para regiões urbanizadas (AUCH; TAYLOR; ACEVEDO, 2004), fazendo com que as cidades passassem a se tornar o equilíbrio da dimensão humana, e também as receptoras do fluxo comercial e das mudanças de produção promovidas pela Revolução Industrial. Essa aceleração tem criado patamares expressivos de urbanização com a criação de megalópoles<sup>16</sup> (BOULLÓN, 2002).

Cerca de 54% da população do mundo é urbana, conforme o relatório publicado, intitulado “Perspectivas da Urbanização Mundial” da Organização das Nações Unidas (ONU, 2014), onde a maioria nasce, cresce e vive, reconhecendo este espaço artificial como seu local.

Nesse ambiente, Le Corbusier (1993), em seu livro “A Carta de Atenas”, baseado nos escritos apresentados no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), em 1933, afirma que existem quatro funções que mantêm a cidade moderna: trabalho, circulação, habitação e lazer, sendo esta última característica do turismo.

Por outro lado, considerando a inexistência de definição aplicável às diversas manifestações da cidade, Mumford (2008) a conceitua como um fenômeno social, econômico e institucional. Em complementação, Hardt (2006) também a interpreta como um processo territorial de estruturação do ambiente construído.

---

<sup>16</sup>

“Rede urbana muito densa, conectando de forma bastante complexa diversas entidades urbanas (distritos, cidades, aglomerações urbanas e metrópoles), constituindo uma ampla conurbação funcional, não necessariamente uma conurbação física – ainda que esta seja frequente em vastas porções dos territórios megalopolitanos” (QUEIROGA; BENFATTI, 2007, p.42).

Resultante da Revolução Industrial, a urbanização contemporânea promove novos marcos de análise, que, de forma genérica, permitem o entendimento da cidade além da configuração de um território povoado, conformando um espaço de múltiplas inter-relações e diferenciados níveis de ordenamento social e cultural (HARDT, 2006, p.138).

Na visão de Castrogiovanni (2013, p.383):

as cidades são partes representativas da complexidade que é o espaço geográfico. Os elementos móveis das cidades, ou seja, os fluxos são tão importantes como os fixos, ou seja, os que pertencem a elas. [...] A cidade não é apenas um conjunto de elementos observados (fixos), mas o produto de muitos construtores. Alguns construtores parecem ter mais direitos no processo de elaboração do *design* das cidades. Ela até pode ser estável por algum tempo em linhas gerais, inclusive ocupando limitantes territoriais, mas pela própria dinâmica do capitalismo, dificilmente deixa de modificar alguns detalhes, detalhes estes que para o Turismo podem ser fundamentais no processo de capitalização da paisagem. Com isso define-se o espaço urbano sempre como dinâmico.

Dentre as diversas características de processos vinculados à imagem dos centros urbanizados, dois tipos de turismo merecem destaque nesta subseção – o urbano e o cultural –, com suas estratégias e políticas “muitas vezes associadas à nova ou à renovada organização e desenvolvimento do *marketing* da cidade” (HALL, 2001, p.27).

#### 3.1.4.1 Turismo urbano

Na visão de Boullón (2002), o espaço turístico é resultado da existência e distribuição territorial dos atrativos, que são a base da atividade, havendo os artefatos construídos (artificiais) pelo homem, que se designa cidade ou espaço urbano.

O turismo há muito está relacionado com o urbano; como viagem para áreas distantes com vistas à apreciação de elementos urbanísticos, por exemplo, já era praticado pelas classes privilegiadas desde a Antiguidade. Desde o *Grand Tour* europeu do século XVIII, a cidade tem despertado fascínio no turista, com seu segmento de lazer voltado ao aproveitamento do tempo livre em espaços abertos nas malhas urbanizadas iniciando no próprio período industrial. Além de ofertar e concentrar “paisagens icônicas, áreas de compras, instituições culturais de referência ou lugares de importância histórica” (HAYLLAR et al., 2011, p.4), tem sido um espaço comum de compartilhamento para visitantes e residentes, promovendo

experiências mediante o uso dos equipamentos disponíveis.

Ao viajar, o turista circula por ruas, avenidas, praças ou qualquer espaço aberto; portanto, retém em sua memória a imagem da cidade e sua paisagem, com o reconhecimento do lugar onde transita e se orienta. Sobre este aspecto Lynch (2010, p.7) esclarece que:

as imagens [...] são o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente. [...] parece haver uma imagem pública de cada cidade que é o resultado da superposição de muitas imagens individuais. Ou talvez o que exista seja uma série de imagens públicas, cada uma das quais é mantida por um número considerável de cidadãos.

Karski (1990, p.15) lembra que o ambiente urbano tem sido um dos importantes destinos turísticos, frente ao fato de que:

peçoas com os meios e a disposição de fazê-lo têm sido atraídas para as áreas urbanas e cidades para visitar e experimentar uma multiplicidade de coisas disponíveis para se ver e fazer. [...]. Elas eram as misturas de cultura nacional, arte, música, literatura e, é claro, arquitetura magnífica e *design* urbano.

Para o mesmo autor, a concentração, a variedade e a qualidade dessas atividades e atributos definiram a atratividade de determinadas cidades e o seu posicionamento no “mapa diário do turismo” (KARSKI, 1990, p.15).

As cidades oferecem “cenários sociais, culturais, físicos e estéticos sobre os quais a atividade turística pode se desenvolver” (HAYLLAR et al., 2011, p.3), que são consumidos pelos turistas e residentes, os quais geralmente interagem com as atrações e com a infraestrutura. Nesse panorama, utiliza-se novamente o pensamento de Lynch (2010) quanto à leitura da cidade, pois o autor propõe um estudo do espaço urbano para analisar o aspecto urbanístico, os quais, adaptados para o turismo, servem como orientação para o turista (Quadro 5).

Quadro 5: Elementos focais urbanos perceptíveis pelo turista

ELEMENTOS FOCALIS URBANOS	DEFINIÇÃO
<b>Logradouros</b>	São espaços abertos / cobertos de uso público, onde o turista pode transitar livremente.
<b>Marcos</b>	Objetos, artefatos ou edifícios destacam-se do resto e servem como referência na cidade.
<b>Bairros</b>	São seções da cidade que o turista pode entrar e se deslocar.
<b>Setores</b>	São partes menores que os bairros, mas que possuem características similares.
<b>Bordas</b>	É um elemento fronteiro que separa bairros, ou quebra a continuidade de um espaço homogêneo ou margens de partes da cidade.
<b>Roteiros</b>	São vias de circulação delimitadas para o trânsito turístico de veículos e pedestres, durante seu deslocamento para os atrativos turísticos.

Fonte: Adaptado de Lynch (2010) e Boullón (2002).

Esses elementos representam para o turista o conteúdo da cidade, formando uma imagem única, aproximando-o do ambiente, que pode ser muito diferente do seu de origem. A Figura 2 exemplifica esses aspectos interpretados para a cidade de São Luís.

Figura 2: Exemplos de elementos focais urbanos em São Luís, Maranhão



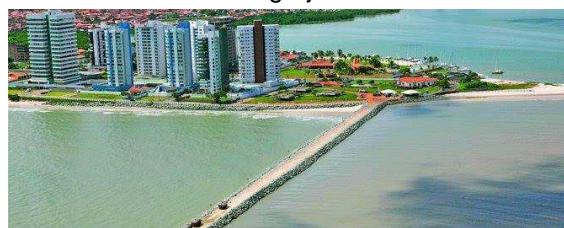
**Logradouro:** Laguna da Jansen<sup>1</sup>



**Marco:** Igreja da Sé<sup>2</sup>



**Bairro:** Ponta D'Areia<sup>3</sup>



**Setor:** Península da Ponta D'Areia<sup>4</sup>



**Borda:** rio Ani<sup>5</sup>



**Roteiro:** Trajeto do Centro Histórico<sup>6</sup>

Fonte: <sup>1</sup> = MARTINS (2013); <sup>2</sup> = SANTOS (2014); <sup>3</sup> = BIBI (2011); <sup>4</sup> = KAMALEÃO (2014); <sup>5</sup> = SKYSCRAPERCITY (2010); <sup>6</sup> = MARAMAZON (2015)

Nesse âmbito, Castrogiovanni (2013, p.382) esclarece que:

O espaço urbano não é construído por/para um sujeito apenas, mas por/para muitos e estes apresentam olhares identitários singulares, de formação específica, ocupação profissional, origem étnica e diversidade social e, portanto, interesses e necessidades. [...] A cidade deve ser vista como uma representação da condição humana, sendo que esta representação se manifesta através da arquitetura em si – das formas e da ordenação dos seus elementos – estrutura e processo. As cidades modernas são complexas e procuram apresentar áreas com especialização que atendam as características individuais dos diversos grupos, constituindo-se de lugares urbanos. Tais lugares apresentam singularidades e criam diferentes marcas na paisagem urbana, sentidas e, portanto representadas diferentemente pelos sujeitos. O movimento da cidade deve ser disciplinado e incentivado por planos diretores. Quando o plano diretor não existe, tende a aumentar a indisciplina na ordenação espacial. A salvaguarda dessas especificidades é necessária, pois favorece a heterogeneidade do tecido urbano e conserva a história da ordenação espacial, assim materializada.

Nesse sentido, a atividade turística surge como um instrumento de ordenamento estratégico e político urbano, que deve propor uma oferta que atenda as expectativas dos visitantes e, principalmente, contribua positivamente para o desenvolvimento da cidade e para o bem-estar dos cidadãos.

O crescimento da escala de pesquisas sobre turismo urbano acontece desde 1990 em paralelo ao desenvolvimento científico do turismo, e sugere uma relativa proliferação de subtemas emergentes ou segmentos relacionados ao turismo urbano, que contribuem para a multidisciplinariedade natural da pesquisa, como transporte e infraestrutura, marketing, gestão e planejamento, aspectos culturais, impactos, sustentabilidade, variável perceptual e satisfação, regeneração urbana, modelos, tipologias de turistas urbanos e teoria social (ASHWORTH; PAGE, 2011).

Como mencionado acima, a variável perceptual é um dos subtemas multidisciplinares que compõem os destaques do turismo urbano, ou seja, a concepção da sociedade/população acerca do urbano (inclui-se a paisagem também), mediante sua participação no direcionamento da atividade na cidade, ou seja, a paisagem solidária encontra-se neste contexto.

Ainda na visão de Ashworth e Page (2011), o turismo urbano é extremamente importante, pois tem aumentado a importância e atenção quanto aos estudos sobre esta temática, particularmente em Escolas Superiores de Turismo, pelas motivações diversas dos turistas em conhecerem urbes, pois nelas eles utilizam intensamente as facilidades e serviços oferecidos criados especialmente

para este tipo de turista, e por fim, o turismo contribui substancialmente para a economia da cidade.

Ashworth (2003) afirma que a teoria urbana explica os processos e padrões de como o turismo urbano apropria-se da paisagem urbana, objeto de estudo desta tese.

Em si tratando de segmentação do turismo urbano este é como um plural, porque o turismo urbano não é como outro segmento do turismo, pois este engloba o cultural, histórico, eventos, gastronômico, esporte, vida noturna, shopping e tudo isso pertence a cidade, com diferentes agrupamentos de recursos e serviços urbanos utilizados pela matriz do mercado de turismo (ASHWORTH; PAGE, 2011).

Assim, diagnostica-se o intenso relacionamento entre o turismo e o meio urbano, cabendo destaque, ainda, a questões de ordem cultural.

#### 3.1.4.2 Turismo cultural

Enquanto a subseção anterior trata mais especificamente da atividade turística voltada a bens materiais, nesta a argumentação é voltada ao patrimônio imaterial, não obstante as claras aproximações entre os dois tipos de turismo, com o urbano podendo englobar o cultural, e vice-versa .

Viagens motivadas pela curiosidade de encontrar realidades diferentes do seu local de origem foram comuns desde a Antiguidade grega, quando filósofos viajavam com o objetivo de conhecer costumes, atrativos, peculiaridades das religiões e técnicas de produção. Num contexto histórico, a partir do século XV, em que fatores políticos, culturais e econômicos eram discutidos na sociedade, surgiu o segmento de turismo cultural, como é reconhecido atualmente, no qual se consolidou uma motivação real e concreta de viagem (REJOWSKY, 2002).

A partir dos três vértices (políticos, econômicos e culturais), surgiram condições para que o mundo feudalista enfraquecesse e iniciasse um novo momento para a humanidade, moldando bases que elevaram o turismo cultural como um segmento de importância na atualidade, tornando necessário o debate aprofundado sobre cada um deles, com o fator econômico atingindo seu auge com o crescimento e fortalecimento do capitalismo mercantil, que permitiu que mercadores percorressem locais em busca de mercadorias e novos mercados com o objetivo de comercializá-las.

Nesse aspecto, Sigaux (1965<sup>17</sup> apud REJOWSKI, 2002, p.35) comenta que “os mercadores percorriam os caminhos à procura de clientes e de mercadorias novas. Eram os peregrinos do comércio. Muitas vezes esses mercadores viajavam em grupos que eles mesmos organizavam”. Isso acabou por formar a motivação para o movimento das grandes navegações, que determinou o momento histórico onde europeus se depararam com novas culturas durante o processo de colonização.

O vetor político teve início com a centralização em que poderes foram concentrados nas mãos de monarcas, surgindo uma crise nas relações servis e nas dependências pessoais, com revoltas camponesas e contestações do poder da Igreja Católica. Então, foram fortalecidas monarquias nacionais, que consolidaram o poder dos reis em vários países europeus, principalmente na França e na Inglaterra (FARIA, 1989).

A crise instaurada nas bases do sistema feudal mobilizou um novo modelo de organização social imposto por um sistema político menos fragmentado, onde o poder era canalizado na divisão da Europa no formato de nações soberanas coordenadas por uma única realeza, que tinha o poder e a capacidade de reinar onipotente seu país, criando, então, nações mais influentes no território europeu (FRANCO, 1978).

Por meio das organizações territoriais, foram criados roteiros culturais reconhecidos como vitais para a formação de jovens da nobreza europeia; conforme afirma Rejowsky (2002, p.36), “[...] eram propostos dois circuitos: o *Petit Tour*, Paris, e o sudoeste da França, o *grand tour*, que compreendia também o sul, o sudoeste e a Borgonha. Daí surgiu a expressão fazer o *Grand Tour*, que começou a ser utilizada na Inglaterra nos séculos XVII e XVIII”.

A cultura merece atenção por ser um dos principais aspectos de atenção dessa pesquisa, pois, com o advento do fenômeno renascentista, instaurou-se o movimento cultural, num período da história europeia considerada o marco final da Idade Média e início da Idade Moderna. Teve início no século XIV na Itália e foi difundido pela Europa nos séculos XV e XVI. Além de atingir a filosofia, as artes e as ciências, o Renascimento fez parte de ampla gama de transformações culturais,

---

17

Ver comentário do autor em:  
SIGAUX, Gilbert. **Histoire du tourisme**. Paris: Rencontre, 1965.



sociais, econômicas, políticas e religiosas, que caracterizam a transição do feudalismo para o capitalismo (FRANCO, 1978).

Esse momento pode ser compreendido como um elemento de ruptura no plano cultural e na estrutura medieval da época, em que a sociedade feudal (basicamente rural) não possuía recursos e segurança para viajar, criando oportunidades e espaços para a sociedade urbana se deslocar por grandes distâncias.

O Renascimento Europeu [...] representou a quebra do domínio da religião e encorajou a satisfação pessoal e o desejo de explorar e de entender o mundo. Do ponto de vista do desenvolvimento das viagens, o Renascimento representou um grande incentivo às viagens culturais, motivadas por estudos e experiências (INSKEEP, 1991, p.4).

Inskeep (1991) esclarece que o Renascimento, juntamente com os outros momentos históricos citados, embasou o fortalecimento do turismo cultural enquanto atividade; mas, mesmo assim, nesse momento o turismo cultural era excludente, pois somente indivíduos que detinham poder econômico tinham condições de realizar tais viagens, unindo-se a outros fatores, formatando um cliente de turismo cultural com um perfil bem definido.

Nesse cenário, Rejowski (2002, p.37) cita que:

homens casados não iam, por causa de seus deveres familiares. Homens velhos não podiam ir, porque se cansavam muito facilmente e não tinham estômago para comidas estrangeiras. Mulheres não ousavam, por que as viagens eram uma ameaça para sua virgindade.

Com uma demanda segmentada, o turismo cultural estava ligado às motivações dos turistas que tinham como objetivo adquirir conhecimento de outras culturas, direcionados à ideia de civilização e erudição. Verifica-se uma ruptura nesse processo com o início da Revolução Francesa (período entre guerras no continente europeu) e que finalizou após o término da Segunda Guerra Mundial, onde a questão cultural voltou a ser o centro das atenções e o foco de estudiosos, elevando-a como produto comercial de grande valor, iniciando, assim, uma formação da economia da cultura.

A produção, a circulação e o consumo de bens e serviços culturais começaram a ser percebidos como segmento de peso na economia das nações já no pós-guerra. Mas foi apenas na década de 1970 que se aprofundou o interesse pelo setor e a Economia da Cultura passou a mobilizar pesquisadores em algumas universidades. Na década de 1990, ganha espaço nos órgãos internacionais de cooperação, começando a ser entendida como vetor de desenvolvimento. Progressivamente órgãos como

[Banco Interamericano de Desenvolvimento] BID, [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento] PNUD, [Organização dos Estados Americanos [OEA], [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura] UNESCO passam a incluir questões relacionadas à Economia da Cultura em seu escopo (PORTA, 2004, p.1).

Em 2003, a economia da cultura representava 7% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e o comércio internacional de bens e serviços culturais movimentavam U\$ 400 bilhões (EC, 2014), continuando esse segmento a crescer a cada ano.

Afirma-se, portanto, que o turismo cultural é responsável pela conexão e formação de atributos desse tipo de economia. De acordo com a mesma fonte anterior, 40% do turismo realizado no continente europeu é cultural, sendo a segunda maior região do mundo em gastos em bens e serviços culturais, mídia e entretenimento.

Outro fato importante a ser destacado é que, de acordo com estudos da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2012, p.17), tem-se o apontamento de que:

o turismo cultural e urbano serão os principais responsáveis pela geração de emprego num futuro próximo. Em 1999 teve-se um deslocamento de 635 milhões de pessoas no mundo. Em 2004 foram 763 milhões de viajantes internacionais. No final de 2010 se teve 937 milhões de viagens internacionais e em 2020 serão aproximadamente 1.6 bilhões de viagens internacionais anuais [...]. Calcula-se que 10% das chegadas internacionais no mundo tem como propósito a cultura. Compreende-se que as projeções do turismo cultural é o foco da economia, da nova geografia urbana e da geografia humana. (tradução do autor<sup>18</sup>)

Dados do Ministério do Turismo (MTUR, 2013) apontam que 16,9% dos turistas internacionais que visitam o Brasil têm a cultura como principal motivação, enquanto que os domésticos (principalmente os que possuem maiores rendimentos) representam 12,7% para esse motivo de viagem, sendo 5,1 direcionados à religião e 3,1% a eventos culturais, esportivos e sociais.

No Brasil, a economia da cultura ainda é incipiente diante da potencialidade dos atrativos turísticos culturais frente à diversidade de culturas e à

---

18

Texto original:  
the cultural and urban tourism will be the main responsibility for job creation in the near future. In 1999, we had a displacement of 635 million people worldwide. In 2004 there were 763 million international travelers. In late 2010 it had 937 million international trips and in 2020 will be approximately 1.6 billion annual international travel [...]. It is estimated that 10% of international arrivals worldwide aims culture. It is understood that the projections of cultural tourism is the focus of the economy, the new urban geography and human geography.

capacidade criativa do povo brasileiro. Entretanto, o cenário é de transição e tendencial ao crescimento em investimentos governamentais nessa área, conforme explica o ex-Ministro da Cultura Juca Ferreira em entrevista concedida ao jornal *Brasil Econômico*, em março 2010.

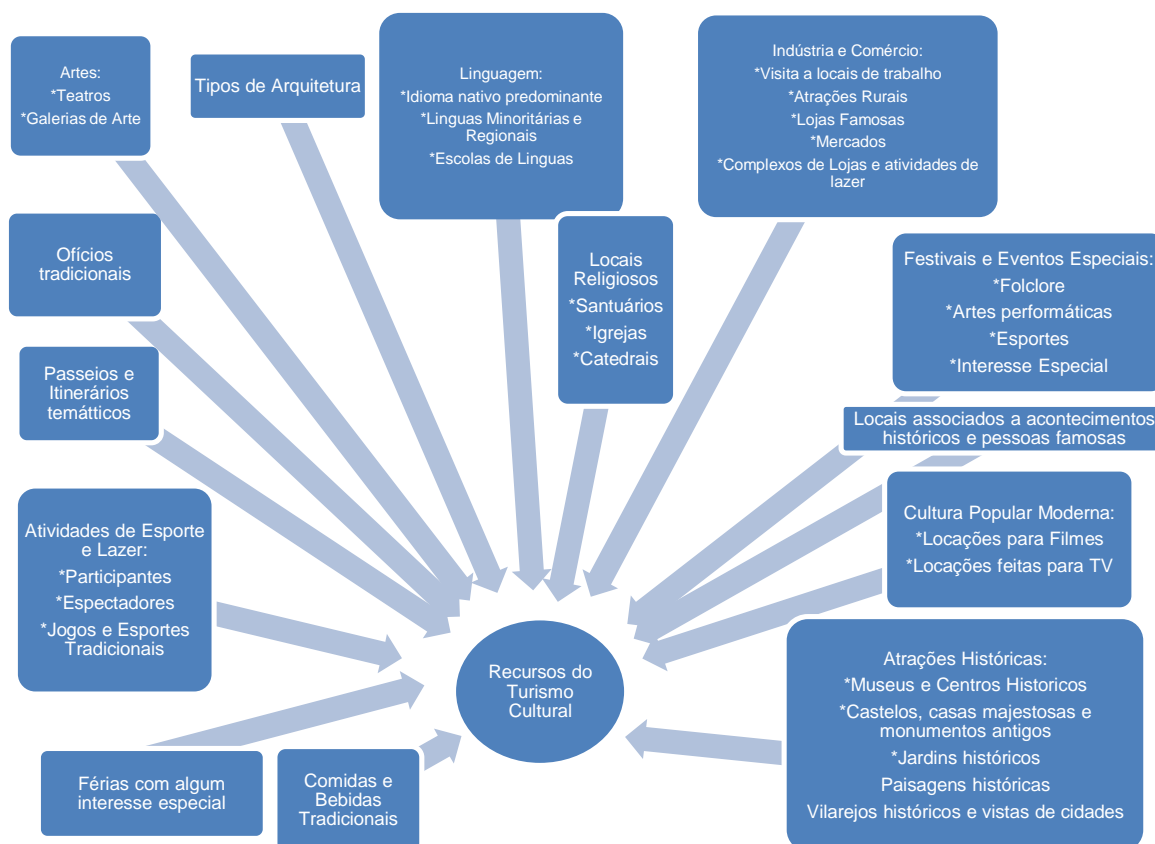
A economia da cultura responde por 5% da economia nacional, mas poderá chegar a 10% em cinco anos, incorporando novos empreendedores e consumidores [...]. Uma forma mais fácil de perceber a expansão da indústria cultural no país está no cinema. O ministro lembra que a média de 20 longa metragens nacionais produzidos no começo dos anos 2000 chegou a 85 no ano passado e deverá ter novo impulso nas próximas décadas graças a parcerias com canais de TV, por exemplo (FERREIRA, 2010, p.1).

Destaca-se, também, que o turismo cultural é importante para a economia global, mas faz-se necessário entender que, para o sucesso desse segmento, é preciso estudar os formadores da cultura, focando na comunidade local para, então, criar bases que estabeleçam a atividade turística cultural.

Movimentos contrários a esse só causam a destruição paulatina da localidade e, por consequência, do próprio turismo. Faz-se imperativa a visualização da economia da cultura a partir de uma concepção que a categorize dentro das chamadas “economias novas”, onde seu modo de produção e de circulação de bens e serviços não se amolda a paradigmas clássicos e tende a ter a inovação e a adaptação às mudanças como aspectos a considerar em primeiro plano, sendo que a capacidade criativa tem mais peso que o porte do capital (PORTA, 2004).

O turismo cultural tem, portanto, várias facetas que decorrem em variáveis que passam pelos criadores da cultura perpassando por intermediários e fornecedores de serviços de apoio (Figura 3):

Figura 3: Organograma de recursos do turismo cultural



Fonte: Adaptado de Swarbrooke (2000).

Então, o produto turismo cultural é amplo, envolvendo diversos vetores tradicionais que se materializam no ato da visita, e possuem um significado histórico, tanto tangível (como prédios históricos) quando intangível (como festivais locais).

Segundo informações do Ministério do Turismo (MTUR, 2010), as atividades que podem ser realizadas no âmbito do turismo cultural são diversas, conforme as alternativas apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6: Atividades realizadas pelo turismo cultural

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Visitas a comunidades tradicionais e/ou étnicas	Visitas a comunidades tradicionais ou grupos étnicos (comunidades representativas dos processos migratórios europeus e asiáticos, comunidades indígenas, quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores norteadores de seu modo de vida, saberes e fazeres), que permite a interação ou acompanhamento de atividades cotidianas ou eventos tradicionais de comunidades locais
Visitas a sítios históricos	Visitas a lugares de interesse histórico-cultural que representam testemunhas do cultural nacional, regional ou local.
Visitas a sítios arqueológicos e/ou paleontológicos	Visitas a sítios arqueológicos e paleontológicos com relevância histórico-cultural.
Visitas a Espaços e Eventos Religiosos	Visitas a espaços e eventos cuja motivação principal seja a busca espiritual e a prática religiosa relacionadas às religiões institucionalizadas, de origem oriental, afro-brasileiras, espíritas, protestantes, católica. Ex.: Peregrinações e romarias, retiros espirituais, festas e comemorações religiosas, visitação e espaços e edificações religiosas – igrejas, templos, santuários, terreiros – realização de itinerários de cunho religioso, apresentações artísticas de caráter religioso.
Visita a lugares místicos e esotéricos	Visitas a espaços e eventos cuja motivação principal seja a busca da espiritualidade e do autoconhecimento em práticas, crenças e rituais considerados alternativos. Ex.: Caminhadas de cunho espiritual e místico, práticas de energização
Visita a monumentos e celebrações cívicas	Visitas motivadas pelo conhecimento de monumentos, acompanhar ou lembrar fatos, observar ou participar em eventos cívicos, que representem a situação presente ou da memória política e histórica de determinados locais.
Visita a Museus e Casas de cultura	Visitas a locais destinados à apresentação, guarda e conservação de objetos de caráter cultural ou científico. Ex.: Museu da Cachaça, Museu do Folclore etc.
Visitas Gastronômicas	Realização de passeios cujas essências sejam a visitação de roteiros, rotas e circuitos gastronômicos, a participação em eventos gastronômicos, a visitação aos bares, restaurantes e similares de um destino que represente as tradições culinárias da região
Passeios para festas, festivais, celebrações locais e manifestações populares	Realização de passeios para festas e festivais locais, para apresentações de formas de expressões culturais com fins de informação cultural ou recreação; para acontecimentos ou formas de expressão relacionados à música, dança, folclore, saberes e fazeres locais, práticas religiosas ou manifestações de fé. Ex.: rodas de viola, folia-de-reis, crenças, rezas, novenas.
Passeios para cinemas e teatros	Realização de passeios culturais para teatros e cinemas, conforme programação local.

Fonte: Adaptado de MTUR (2010).

A identificação das atividades relacionadas ao turismo cultural auxilia na definição da vocação do destino, no mapeamento das oportunidades de negócios existentes e futuros, e no fortalecimento do posicionamento do produto no mercado. Além disso, o entendimento das motivações dos visitantes contribui para a geração

de informações, que podem servir de base para a formatação de estratégias políticas no âmbito turístico, tornando o destino competitivo.

Além dos aspectos citados no quadro anterior, outros eventos são importantes, como os esportivos (a exemplo das copas do mundo e das olimpíadas – PACE, 2015) e questões ligadas a celebridades, como o caso da cidade de Los Angeles no estado da Califórnia nos Estados Unidos, que é considerada a Meca do Cinema, e a principal cidade do mundo em termos de entretenimento cinematográfico. Lá se encontra Hollywood, bairro reconhecido por deter os set's de filmagem de grandes produções cinematográficas e televisivas, tendo o turismo como principal atividade local, de acordo com dados da Secretaria de Turismo de Hollywood (STH, 2015, p.1):

em apenas um ano, milhões de visitantes em Hollywood geraram aproximadamente \$438 milhões em vendas sujeitas a impostos, \$30 milhões em impostos estaduais e empregaram milhares de residentes da área. No último ano, Hollywood foi responsável por \$6,5 milhões ou 16,04 por cento do total de impostos sobre o turismo na região da Grande *Fort Lauderdale*.

Para adequar o segmento a uma concepção pós-moderna, delimita-se seus conceitos e particularidades, utilizando como definição que o “turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (MTUR, 2010, p.16).

O turismo cultural é reconhecido como aquele que proporciona experiência, pois ocorre a partir do reconhecimento da comunidade local pelo turista e vice-versa, sendo que, em outros segmentos turísticos, o contato não se dá de forma tão intensa.

Portanto, é preciso compreender os atores principais mais passíveis de sofrer ou de evoluir com os impactos potenciais, que, no caso, é a própria comunidade local, a qual:

[...] é uma coletividade de pessoas que compartilha uma área territorial limitada que lhe serve de base para realizar a maior parte de suas atividades cotidianas; participa de uma cultura comum; acha-se ordenada em uma determinada estrutura social; revela consciência de sua unicidade e identidade própria como grupo. Em poucas palavras, é um povo arraigado a sua terra, com sua história, cultura, língua, tradições, costumes, valores e contra valores (BENI, 2001, p.82).

Entende-se como comunidade local, o conjunto de autóctones, que faz parte da base da atividade turística, pertencendo a um ambiente propício a impactos socioculturais (positivos e negativos), que pode fortalecer a cultura a partir do momento em que o turismo se desenvolve de forma em que o povo não se adéque ao turismo, mas o contrário.

Não são todas as vezes que um povo revela consciência de sua unicidade e identidade própria, de forma que não fica claro no subconsciente dos mesmos a noção de pertencimento. Nesse caso, impactos negativos podem ocorrer. Para elucidar essa questão, Cooper et al. (2001, p.201-202) esclarece que:

o impacto sociocultural do turismo é manifestado através de uma gama enorme de aspectos, desde as artes e o artesanato até o comportamento fundamental de indivíduos e grupos coletivos. [...] Há uma tradição de examinar os impactos socioculturais puramente em termos de contato que acontece entre as populações anfitriã e visitante: Esta é uma abordagem muito limitada. O verdadeiro impacto sociocultural é muito mais abrangente e engloba efeitos diretos e indiretos, de forma semelhante aos impactos econômicos.

A atividade, então, impacta de forma múltipla tanto a comunidade local e seus arredores quanto o próprio turista, sua rotina e, por consequência, as pessoas que dela participam. Não obstante, assim como os impactos, os resultados nos fatores que o turismo cultural influencia são diversos (Quadro 7):

Quadro 7: Fatores impactantes do turismo cultural

FATORES ASSOCIADOS AO TURISMO	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
O uso da cultura como atração turística	Revitalização das artes tradicionais, festivais e línguas. Acréscimo das culturas tradicionais.	Mudança nas atividades tradicionais. Invasão da privacidade.
Contatos diretos entre turistas e moradores	Ruptura dos estereótipos negativos. Aumento das oportunidades sociais.	Aumento da comercialização. Introdução de doenças. Efeito demonstração.
Mudanças na estrutura econômica e papéis sociais	Maiores oportunidades econômico-sociais. Diminuição das desigualdades sociais.	Conflitos e tensão na comunidade. Perda da linguagem.
Desenvolvimento de infraestruturas	Aumento das oportunidades de lazer.	Perda de acesso às atividades de recreio e lazer.
Aumento da população de turistas	Melhora das condições sanitárias, educação e melhora da qualidade de vida.	Congestionamento, multidão, aumento da criminalidade.

Fonte: Adaptado de OMT (2003).

Entendendo os impactos ocasionados pelo turismo cultural, percebe-se que existem múltiplas facetas e consequências que podem acarretar efeitos indiretos.

Aqueles membros da população anfitriã que são influenciados pelo comportamento dos turistas provavelmente influenciarão outros membros da sua comunidade com suas atitudes e comportamentos modificados. [...] Além disso, se o desenvolvimento do turismo for bem sucedido, as novas oportunidades de emprego criadas pelo aumento na atividade serão anunciadoras de mudanças sociais, da mesma maneira com que qualquer forma de desenvolvimento econômico irá modificar os hábitos de consumo, a situação e o comportamento da população local (COOPER et al., 2001, p.207).

Por outro lado, estudos do Ministério do Turismo (MTUR, 2010) expõem que:

o principal atrativo a ser conhecido, observado e vivenciado, são os hábitos e práticas seculares desses grupos sociais. É conhecimento tradicional que deve ser sistematizado e organizado para a informação ao visitante. A atividade turística, para ser sustentável, deve envolver direta ou indiretamente todos os moradores, ser inclusiva e geradora de renda. As melhores experiências estimulam as famílias a receber visitantes organizados em grupos, a preparar as refeições utilizando a produção agrícola em base familiar, a desenvolver atividades artesanais, as atividades de interpretação e guiamento devem incluir um representante da comunidade.

Como qualquer outra atividade, para promover desenvolvimento econômico a uma sociedade, o turismo impactará social e culturalmente; então, recorda-se que a cultura é dinâmica e é pertencente ao povo; assim, qualquer movimento para sua fossilização que não leve em consideração as vontades da população pode estar fadado ao extermínio, como acrescenta Swarbrooke (2000, p.40), “[...] talvez, pela primeira vez em nossa história, estejamos agindo de forma consciente, tentando preservar ou trazer de volta culturas e valores antigos. Porém, o lado negativo dessa atitude pode impedir a evolução “natural” de novas culturas”.

Não se pode culpar o turismo pelas mazelas sociais de uma localidade, mas também não se pode retirar a culpa completamente da atividade. As respostas, paradoxalmente, residem nas relatividades.

Condenar o desenvolvimento do turismo porque ele trará inevitavelmente mudanças socioeconômicas é como condenar uma destinação a ser um museu cultural. Essa é uma escolha que só pode vir da população anfitriã, e não de pesquisadores externos, que acabam por enredar-se demais nos recursos sociológicos que são utilizados em transições turísticas (COOPER et al., 2001, p.203).



Partindo desse princípio, para compreender a dimensão dos impactos do turismo cultural, concorda-se com a perspectiva investigadora analisada por Pérez (2009, p.42) de que:

de acordo com esta perspectiva não podemos cair num maniqueísmo, pois o turismo não é estritamente bom ou mau. O relativismo cultural que nos ensina a antropologia defende uma visão holística para melhor entender o turismo e os problemas socioculturais que lhe são associados.

A diferença entre os resultados apresentados nesse tópico reside no grau de reconhecimento dos gestores municipais e culturais da gama de particularidades desse segmento turístico, que devem ser estudadas a partir do ponto de vista dos atores envolvidos e das relações que os mesmos criam no momento da realização das viagens turísticas, intervindo em três tipos de culturas: a local, a do turista e a do contato entre os dois, que não é nem uma nem outra (JAFARI, 2007). Portanto, compreendidos os atores locais, se faz necessário compreender quem é o turista cultural.

Os turistas são uma categoria social de natureza transeunte que assumem uma nova identidade temporária e que mantêm relações desiguais com os residentes locais. Entre uns e outros as relações sociais estão condicionadas pelos binômios integração/separação e hostilidade/hospitalidade. Em poucos casos a relação social vai ser repetida e continuada, e a distinção trabalho-lazer está sempre presente nos contactos entre um e outro. Os encontros entre os dois estão sempre pautados pela transitoriedade e pela instrumentalização que travam outro tipo de relações sociais (BOISSEVAIN, 2005, p.30).

Ao analisar o turista, é importante compreender como acontece a interação no ambiente, principalmente pelas questões globais vigentes. Adiciona-se a isso, a concepção de Robertson (1995) sobre a globalização como um tipo de difusão cultural que comenta sobre o “glocal”, isto é, a síntese relacional entre o local e o global. Ou seja, o momento em que o turista se encontra com o autóctone é o exemplo mais frequente de como a globalização influencia nas sociedades atuais, acoplando-as umas às outras.

Portanto, analisar a forma de viajar é uma metodologia de investigação que contribui para o entendimento das tipologias existentes no turismo, em que vários autores as categorizam com o objetivo de facilitar a compreensão acadêmica, por meio do “método de investigação de tipologias que busca nesse caso classificar os turistas de acordo com um fenômeno em particular, geralmente as motivações ou o comportamento” (COOPER et al., 2001, p.203).

Ao longo do século XXI, o turismo e o turista têm mudado. A tendência atual do novo consumidor é sair de uma programação segura e pré-determinada para desbravar novos territórios e povos por conta própria. O tipo de turista cultural é aquele que possui a capacidade de abastecer uma localidade com qualidades, devido as suas características e perfil socioeconômico destacado pelo MTUR (2010, p.21) como:

- a) aqueles com interesse específico na cultura, isto é, que desejam aprofundar-se na compreensão das culturas visitadas e se desloca especialmente para esse fim.
- b) aqueles com interesse ocasional na cultura, possuindo outras motivações que o atraem ao destino, relacionando-se com a cultura apenas como uma opção de lazer.

Observa-se que a cultura é um vetor de crescimento e estabelecimento de diferenciação de uma sociedade e suas tradições. Portanto, é necessário compreendê-la tanto sob a ótica urbana quanto pelas suas produções sociais, identificando se constitui em um ambiente propício para o desenvolvimento da atividade turística, especialmente diante dos complexos relacionamentos entre turismo e cidade.

Com o advento da atividade turística no mundo e a sua segmentação com o objetivo de atender necessidades específicas dos visitantes, as cidades têm sido organizadas para a formatação de produtos específicos que estejam de acordo com os desejos dos turistas, como no caso do turismo urbano e cultural.

Dessa forma, cria-se uma forte relação entre o turismo e a cidade, onde o produto se torna um fator de promoção da experiência vivida pelo turista, conforme abordado no próximo tópico.

### 3.2 RELAÇÕES ENTRE TURISMO E CIDADE

Nesta subseção, discorre-se sobre a interação da atividade turística com a paisagem urbana, especialmente em suas aproximações com a cultura e com o patrimônio histórico.

A cidade é constituída por um conjunto de sistemas políticos e administrativos, que reúne edificações onde reside a maioria da população local<sup>19</sup> (IBGE, 2013), desenvolvendo suas atividades domiciliares, produtivas, comerciais, industriais e intelectuais, dentre outras. Além disso, possui equipamentos públicos que são utilizados pela comunidade com o intuito de satisfazer necessidades diversas (LEFEBVRE, 2008).

Em grande parte das cidades, estão localizados os chamados “centros históricos”, utilizados como produto para a comercialização no mercado turístico. Esses locais se caracterizam por aspectos físicos como a concentração da malha urbana, o domínio de um ou mais marcos da história local, a mescla de usos e tipos de edifícios dentro da área delimitada e a localização geográfica que reflete a sua origem (SILVA, 2012).

O turismo desenvolvido nesse espaço visa, em geral, à introdução de novos usos, principalmente no que tange aos aspectos culturais (ver subseção 3.2.2 – Atividade turística e cultura urbana) e de lazer. Portanto, o entendimento da relação da cidade com o turismo é fundamental para a sociedade e para que o turista possa compreender seus valores socioculturais e o relacionamento entre elementos que compõem o espaço urbano (CASTROGIOVANNI, 2013).

As relações entre a atividade turística e a cidade são adiante detalhadas segundo as óticas principais do presente estudo, voltando-se, portanto, à paisagem, à cultura e ao patrimônio histórico em âmbito urbano.

---

<sup>19</sup>

A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que cerca de 70% dos domicílios próprios (43 milhões) já foram pagos, e 4,7% (2,9 milhões) estão em processo de aquisição. Os alugados representam 17,3% (10,6 milhões), os cedidos 7,5% (4,6 milhões) e os que tinham outra forma de ocupação, 0,5% (297 mil unidades). Por outro lado, o número total de residências no país é de 61,3 milhões, o que representa um crescimento de 4,7% em relação à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009 (IBGE, 2013).

### 3.2.1 Atividade turística e paisagem urbana

De acordo com Bonametti (2010), a origem da palavra paisagem está ligada à noção de território e de espaço geográfico, abrangidos pela visão humana.

Desde as suas origens, o ser humano tem interferido no ambiente com o intuito da modelagem do espaço às suas necessidades. Assim, as primeiras aldeias já tiveram origem na Pré-História, com suas características paisagísticas especialmente associadas a soluções de abrigo e proteção. Na Antiguidade, as cidades foram alvo de acentuado crescimento, consolidando densos panoramas construídos. Com a insegurança provocada pelas invasões, os núcleos urbanizados e fortemente protegidos da Idade Média assumiram visuais contrastantes com a área rural circundante. Na perspectiva de melhoria da degradação ambiental e urbanística oriunda da era medieval, as cidades da Idade Moderna foram objeto de relevantes reformulações espaciais, baseadas em princípios do modelo racionalista do Renascimento e em diretrizes artísticas do Barroco (HARDT; HARDT, 2007). No período do Romantismo, a paisagem passou a ser acentuadamente associada à pintura, quando artistas priorizaram a representação de cenas naturais, os quais interferiram nos próprios traçados urbanísticos. Mas, seu conceito já havia sido fortalecido no século XVII, sendo voltada, naquela época, principalmente a aspectos rurais, sendo, nos anos 1800, a paisagem urbana constantemente retratada (BONAMETTI, 2010; ANDREOTTI, 2008). Atualmente, à diversidade de tipologias de cenários construídos é contraposta a tendência de homogeneização imposta pela globalização (HARDT; HARDT, 2007).

Conforme Hardt (2004), os estudos sobre a paisagem estão direcionados a elementos que constituem o ambiente – natural ou construído –, em que o entendimento deve estar relacionado aos procedimentos sistemáticos de determinado conhecimento “o mais objetivo possível, do meio que lhe serve base” (BOULLÓN, 2002, p.117).

Esse entendimento determina a importância da compreensão da percepção visual da paisagem como combinação de elementos físicos de diferentes níveis e classes entendidos como um conjunto.

Mediante esse princípio, tem-se as diferenças e tipologias paisagísticas sob a ótica de Petroni e Kenigsberg (1968<sup>20</sup> apud BOULLÓN, 2002, p.118):

- a) paisagem natural – conjunto de caracteres físicos visíveis de um lugar que não foi modificado pelo homem;
- b) paisagem cultural – [...] modificada pela presença e atividade do homem (lavouras, diques, cidades, etc.);
- c) paisagem urbana – conjuntos de elementos plásticos naturais e artificiais que compõem a cidade: colinas, rios, edifícios, ruas, praças, árvores, focos de luz, anúncios, semáforos etc.

Esses conceitos, porém, não estão completos, pois os estudos sobre a paisagem vêm ganhando progressiva importância, a partir de rápidas, frequentes e expressivas alterações conceituais processadas na segunda metade do século XX (ANTROP, 2004).

Na visão de Maderuelo (2010), a paisagem não consiste em um objeto, mas compreende um constructo mental elaborado por determinado observador a partir de sensações e percepções apreendidas durante a contemplação de dado lugar – rural ou urbano.

Por sua vez, Andreotti (2012, p.6) comenta que a paisagem vai além da sua própria definição, refletindo a sociedade e a sua história, pois, para a autora, “não pode ser separada do homem, seu espírito, da sua imaginação e percepção”.

Para os autores citados, a paisagem pode, portanto, ser captada pelo homem nos seus aspectos tanto rurais quanto urbanos. Adicionalmente, Hardt (2000) conceitua a paisagem como combinação de elementos naturais e antrópicos, inter-relacionados e interdependentes, que produzem um conjunto de sensações.

Assim, o cruzamento de diferentes espaços, em variados momentos, forma no espaço urbanizado, o que pode ser interpretado como paisagem urbana, composta pela sobreposição de acontecimentos históricos e socioeconômicos presenciados ao longo do tempo (HARDT; HARDT, 2006), sendo concebida a partir de composição espacial peculiar à sociedade à qual pertence.

Consequentemente, a paisagem urbana é o produto da percepção visual sobre algo que constitui o ambiente urbanizado, formado por ruas, edifícios, praças e calçadas, entre outros componentes. Bonametti (2010, p.5) complementa essa ideia ao afirmar que:

a intervenção nas paisagens urbanas deve levar em consideração a

<sup>20</sup>

Ver proposição dos autores em:  
PETRONI, Carlos Alberto; KENIGSBURG, Rosa Kratz de. **Diccionario de urbanismo**. Buenos Aires: Casarini, 1968.

evolução da sociedade e suas transformações básicas, pois as cidades são dotadas do peso e da permanência das paisagens, onde o atual convive com a decadência; o futuro, com a antiguidade; onde os vestígios e as lembranças estão presentes.

Jones (2010) enfatiza este aspecto da intervenção na paisagem, afirmando a tendência à alteração paisagística tanto por processos sociais globais quanto por condições históricas e geográficas de contingências locais.

Exemplificando, em São Luís, a maior concentração de infraestrutura no entorno da Laguna da Jansen é encontrada em área correspondente aos bairros Renascença II e Ponta do Farol, com equipamentos para lazer, bares, restaurantes, quadras de tênis, pista de *skate*, quiosques, ciclovia, concha acústica e mirante. Dessa forma, o primeiro bairro recebeu maiores impulsos para o crescimento vertical (Figura 4), o que modificou a sua paisagem ao longo dos últimos anos.

Figura 4: Vista panorâmica da verticalização dos bairros Renascença II, Ponta do Farol, Ponta D'areia e Calhau em São Luís, Maranhão



Fonte: RAMOS (2015)

Cabe destacar que o Renascença II é bairro o mais verticalizado da cidade, alterando as formas de percepção das pessoas e o seu desejo de moradia naquele local.

Esta condição perceptual dos moradores é validada com o seguinte pensamento de Sakata (2011, p.132):

a paisagem da lagoa não era valorizada tanto que os empreendimentos construídos antes da obra de urbanização voltaram suas janelas nobres para o mar [...]. Após a implantação do projeto Lagoa da Jansen, as vistas para a lagoa [...] passaram a ser consideradas [...] privilegiadas.

Gradativamente, a paisagem urbana vai se modificando no Renascença II com a urbanização da laguna. Os moradores perceberam aspectos positivos das melhorias estruturais realizadas na região, bem como suas consequências favoráveis ao bairro (SAKATA, 2011). Não só esse setor urbano, mas, de maneira geral, todos os situados nas proximidades da lagoa sofreram – e ainda sofrem – alterações paisagísticas a partir das intervenções urbanísticas (SANTOS et al., 2013).

Adam (2008) expõe que, a partir dessas concepções, é possível perceber que existem várias formas de entendimento da paisagem urbana, pois a cidade é construída no decorrer dos anos, formando e reformando o ambiente urbano (HARDT ; HARDT, 2006).

Por sua vez, Cullen (2006) estrutura um conceito de paisagem urbana que recorre aos seguintes aspectos:

- a) visão propriamente dita – constituída por percepções sequenciais (séries) dos espaços urbanos;
- b) reações do sujeito com relação à sua posição no espaço – direcionadas a aspectos de localização, interna e externa, do observador, referentes às sensações provocadas pelos espaços: abertos, fechados, altos, baixos etc.;
- c) construção da cidade – relacionada a características das cores, texturas, escalas e estilos dos elementos construídos e naturais, bem como as conformações da malha urbana.

Nesse sentido, Fernandes (2009, p.2) esclarece que “a cidade é construída ao longo do tempo num processo que, longe de uma estratigrafia perfeita, vai deixando novas inscrições que coexistem ou se sobrepõem a elementos do passado”. Assim, a paisagem urbana é uma marca, carregada de subjetividade, e, ao mesmo tempo, é uma interpretação a partir da descrição do espaço geográfico analisado visualmente. Portanto, exprime a evolução histórica do ambiente, formada

pela ação do seu próprio desenvolvimento na sociedade, refletindo a cultura e a identidade do homem, bem como o relacionamento das funções sociais com os recursos naturais. Segundo o pensamento de Ortigoza (2010, p.1):

a paisagem urbana é a materialização mais imediata e momentânea da vida social. Sua decomposição revela o cotidiano, as representações, seus significados, e, principalmente as visões de mundo e as relações da sociedade com a natureza. Por ser um conjunto único e complexo, cada paisagem demonstra as culturas constituintes e a identidade socioespacial.

Por decorrência, a paisagem urbana é submetida constantemente a processos perceptuais (HARDT, 2004). Yuen e Hien (2004) entendem o significado de percepção, no sentido geral de como os elementos são vistos, como o reflexo de motivações, preferências e atitudes relativas ao espaço.

Em suas pesquisas, Oliveira et al. (2012, p.5) apontam que o:

estudo da percepção de paisagens e de lugares têm assumido cada vez mais papel de destaque, uma vez que expressa a preferência, o gosto e as ligações afetivas dos seres humanos e de suas comunidades para com os lugares, as paisagens e com o próprio meio ambiente.

Nesse contexto, faz-se mister destacar, com fundamento no estudo original de Hardt, Hardt e Duarte (2009), o conceito de “paisagem solidária” – tema central desta tese –, entendida como produto das relações entre o que é percebido pela população e o que é determinado por gestores públicos, inclusive como parte de um processo – direto ou indireto – de participação democrática na estruturação de cidades. Para aqueles autores:

[...] justifica-se o enfoque solidário para a organização das paisagens urbanas perante o ganho de especial atenção destinada às características de cunho subjetivo, uma vez que transmitem sentimentos relacionados à segurança, conforto e identidade em determinada localidade (HARDT; HARDT, DUARTE, 2009, p.7).

Também vale mencionar o conceito de paisagem histórica urbana como estratificação temporal de valores culturais e naturais, entendida além de um centro ou conjunto, visando à inclusão do contexto urbano mais amplo, o qual engloba relações visuais e práticas socioculturais, bem como processos econômicos e dimensões patrimoniais intangíveis vinculadas à diversidade e à identidade, com essa abordagem subsidiando a gestão dessas paisagens em uma ótica geral de sustentabilidade (UNESCO, 2002).

Com a evolução e acúmulo dos tempos, a paisagem apresenta condições diferenciadas no espaço urbanizado, de maneira que, a cada alteração no ambiente,



os cenários se configuram de forma diversa.

A partir da interpretação de Antrop (2004) acerca da urbanização como um processo complexo de mudança do estilo rural para o urbano, que cresceu a partir do século XIX e que está ligado principalmente aos sistemas de transportes, verifica-se que a constante transformação da sociedade modifica também o conceito de paisagem urbana, pois a dinamicidade das cidades na era da globalização tem causado mutações nos cenários urbanos e culturais, a partir das próprias intervenções antrópicas.

Como exemplo em relação a transportes, tem-se a inauguração da Ponte José Sarney em São Luís, no dia 04 de fevereiro de 1970, constituindo um marco de desenvolvimento para a cidade, o que criou um novo estilo de vida para os moradores, pois estes, a partir de então, podiam morar próximos à praia, com acesso facilitado ao centro, que, à época, ainda era o seu maior setor comercial (JORNAL DO DIA, 1968).

Dessa feita, a ponte formou um elo entre o “antigo” e o “novo” (Figura 5), modificando tanto a paisagem urbana como o modelo de vida dos ludovicenses, que, a partir de então, podiam movimentar-se livremente entre as praias e o centro da cidade.

Figura 5: Vista da Ponte José Sarney conectando o centro histórico às praias de São Luís, Maranhão



Fonte: RUBENS (2011)

Editoriais de jornais da época faziam menção às obras em execução em São Luís, principalmente com relação à citada ponte, preconizando a promoção do desenvolvimento urbano, do embelezamento paisagístico e da apropriação de novos espaços no sentido das praias.

Cada passo da construção da ponte era veiculado na mídia, com crescente esperança na ligação do centro histórico à “cidade nova” e “às possibilidades que essa construção representaria aos segmentos sociais da urbe” (ANDRÉS ; MOREIRA, 1998, p.45). Vale lembrar que Alcântara (2012, p.21) assinala que:

paisagem urbana é [...] produto impregnado de cultura, resulta de processos biofísicos e sociais e de gestão do território, incorpora seus diversos tempos e escalas, e apresenta elementos de integração ou fragmentação territorial, criando e recriando formas, funções e fluxos, com funções ecológicas diversas, nos diferentes estágios de intervenção humana. Como sistema, é determinada por toda ação que ocorre sobre a paisagem, local e regionalmente, e a reação correspondente que promove alterações totais ou parciais em sua morfologia.

Por outro lado, Choay (2010, p.68) ressalta que a sociedade se destacou por uma nova construção do espaço urbano, pois:

à medida que a cultura ocidental aprofunda sua tomada de consciência de si através de uma reflexão sobre suas próprias realizações, a cidade tende a tornar-se seu símbolo por excelência, e o comentário sobre a cidade um lugar privilegiado para a expressão de uma visão do mundo e de uma ideia de natureza humana.

Conforme a sociedade vai evoluindo, a cidade vai criando um cenário cultural promovido pelas relações sociais, que promovem características singulares do passado e do presente no espaço urbanizado (ANDREOTTI, 2008; 2010). Entendendo o conceito de cultura numa visão antropológica, Laraia (2004, p.68) a descreve como “o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais”, compreendendo, assim “produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura”.

Michelin (2012, p.172) evidencia a ideia da paisagem como uma construção cultural, ao afirmar que “a artificialidade do ambiente urbano, entendida a cidade como uma construção social, corporifica a real natureza do homem”.

Para Boullón (2002), sem a presença do homem, a concepção sobre paisagem desaparece, pois os ambientes naturais e urbanizados sem o contato do

ser humano perdem o sentido de território, sem a observação daquele que passa a ideia da realidade na sua interpretação estética. Conforme o autor, para que haja a percepção paisagística, é fundamental o encontro do sujeito (homem como observador sensível) com o objeto (de caráter estético).

Silva (2006, p.25) comenta que, por essa multiplicidade de interações,

diferentes sistemas que, em conjunto, constituem o fenômeno urbano global, entram necessariamente em colisão uns com os outros e são precisamente esta colisão, esse desencontro e esse conflito que estão na base e que tornam possível o desenvolvimento da cidade.

O ambiente urbano, portanto, caracteriza-se por essa união de fenômenos que promovem o meio cultural, formado por elementos naturais e antrópicos, que constituem o patrimônio turístico, paisagístico, arquitetônico, artístico, histórico, arqueológico e espeleológico, conforme prescrevem os artigos 215 e 216 (Anexo A) da Constituição Federal.

Nesse contexto de formação da cidade a partir das relações entre vários elementos, é possível verificar que a paisagem também se modifica por essas interseções. Na visão de Cavallazi (2010, p.52), toda paisagem “é fruto da interpretação do homem e, portanto, o meio ambiente cultural não é um terceiro aspecto e sim está imbricado em todo o meio ambiente, principalmente naquele que constitui espaço urbano”.

No mesmo sentido, Andreotti (2010; 2012) entende que a paisagem cultural é um discurso da memória, da história e da cultura e, como tal, paradigma de valores éticos e estéticos, em contínuo desenvolvimento. Por decorrência, é expressa na ética, nos valores, nos costumes e em imagens e símbolos que retratam a cultura local.

Com o objetivo de definir cidades para a lista de patrimônio da humanidade, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2012) criou, na década de 1990, o conceito de paisagem cultural fundamentado na relação da diversidade de manifestações com a interação entre a humanidade e o ambiente, o que gerou técnicas específicas do uso da terra de maneira sustentável, considerando características e limites do meio natural que são estabelecidos pela relação espiritual específica à natureza. Portanto, a proteção de paisagens culturais tradicionais é importante para a manutenção da diversidade biológica (ANDREOTTI, 2013).

Numa visão acadêmica e geográfica, Rodriguez e Silva (2002, p.98) definem paisagem cultural como:

[...] nível superior do estudo da paisagem, como sistema ambiental, representa a dimensão socioecológica da paisagem. São os espaços geográficos que as sociedades transformam para produzir, habitar e sonhar. Concebida assim, a paisagem é a interface da Natureza com a Sociedade. Aceita-se de tal modo e por uma parte, a materialidade, ou seja, a existência de uma estrutura e um conjunto próprio dos corpos naturais (a paisagem natural), e a existência de um status paisagístico desses corpos naturais, determinado pelo sistema de produção econômica e cultural. A paisagem é, assim, uma noção diagonal, transdisciplinar, que permite a articulação socioespacial.

Portanto, o entendimento sobre a paisagem urbana significa compreender as diferentes fases de um território, em contínua interação entre os contornos internos e externos e seus elementos estruturais do tempo, ou seja, a cidade e suas defesas externas, a produção econômica, a forma de interação dos cidadãos, ou seja, afirma-se que a paisagem é a relação do homem com determinado ambiente (ANDREOTTI, 2010; 2012; CULLEN, 2006).

Nesse contexto, as relações das atividades turísticas com a paisagem urbana são fatores decisórios para a escolha da visita de um destino (MARTÍN, 2012). Observar e avaliar o espaço tornam-se exercícios prazerosos que despertam o interesse pelo lugar visitado, pois os cenários das cidades representam e indicam para o turista que o mesmo está fora do seu cotidiano, ou seja, que há mudanças de rotina e de lugar.

Da relação da paisagem com o turismo, entende-se que este é um vetor de desenvolvimento da atividade, pois trata de um atrativo que o turista muitas vezes busca, seja no âmbito natural ou urbano, além de ser diretamente influenciada pelas ações antrópicas no decorrer das incorporações estratégicas promovidas pelas políticas públicas (BUENO, 2006). Yázigi (1999, p.133) acredita que a paisagem é um cenário onde acontecem as relações do cotidiano do habitante e do turista e:

[...] é virtualmente conclamada a desempenhar várias funções, entre as quais a de espaço mediador para a vida e as coisas acontecerem – não o de receptáculo, mas o de permanente transformação; a de referências múltiplas: geográficas, psicológicas (lúdicas, afetivas...), informativas [...]; a de fonte de contemplação que, como a arte, pode significar um contraponto ao consumo; a de fonte de inspiração e, sobretudo, a de alimento à memória social, através de todas as suas marcas [...].

A paisagem faz parte dos espaços de vivência do morador e também, por ser tratada como atrativo, pode interessar ao turista que busca algo diferente do seu

hábitat (BUENO, 2006). Assim, é importante a compreensão da sua constante transformação, não só nas funções sociais que suprem as necessidades dos residentes, mas também no significado que essas alterações têm para a população inserida em uma dinâmica cultural (SILVA, 2004).

No local onde acontece a prática do turismo, é a própria referência cultural do ambiente, ou seja, a representação da identidade, onde estão inseridas as memórias sociais e a história que invariavelmente serve como refúgio para os habitantes (OLIVEIRA, 2008).

Desde as sociedades ágrafas, o homem se valia da memória como forma de expressão, utilizando essa capacidade cognitiva para viver em sociedade. Conforme Le Goff (2003, p.419), a memória, além de preservar algumas informações importantes para o ser humano e de constituir uma das suas funções psíquicas, também serve para o homem "atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas". Ou seja, desde aquela época se percebia que os atos do homem não eram aleatórios, mas, pelo contrário, a partir da sua memória, poderia agir após lembrar fatos ocorridos com ele próprio ou até mesmo com outros e, assim, viver em sociedade (LE GOFF, 2003).

Essa preocupação com a preservação da memória foi principalmente intensificada em fins do século XIX, quando o discurso nacionalista foi consolidado e se passou a buscar cada vez mais a recuperação dos vínculos com o tempo pretérito (VASCONCELLOS, 2006). Assim, "a noção de memória é entendida como o conjunto de conhecimentos e lembranças do passado que se apoia nas experiências produzidas e transmitidas por grupos sociais específicos" (PIO, 2006, p.48). A relação entre memória e história foi, então, fortalecida, desenvolvendo-se uma "cultura da memória" baseada na "musealização da realidade", ou seja, no resgate do passado.

Então, a paisagem constitui um importante fator para o alinhamento e direcionamento do turismo, por seu caráter econômico, natural, cultural e social.

A paisagem associada ao turismo é entendida como bem econômico de aproveitamento coletivo, com caráter não exclusivo, isto é, tem uso público, e não exclusivo, ou seja, deve ser fruída por todos e de modo gratuito, nem seu gozo diminui a sua disponibilização por outros indivíduos (exceto em casos de congestão turística) (BUENO, 2006, p.67).

Manter ou preservar a sustentabilidade da paisagem interessa à sociedade e economicamente ao turismo; todavia, pode ser comprometida de forma

negativa, principalmente nas grandes urbes, pela sua necessidade inerente de crescimento (SILVA, 2004).

O ambiente, assim como a territorialidade e a paisagem, enquanto aspectos fundamentais para a ordenação territorial com desenvolvimento sustentável, locais ou regionais, passam a exigir adequada conceituação e instrumentação para a definição correta de seu papel na implementação e gestão do planejamento (BUENO, 2006, p.63).

Ratificando esse aspecto, Yázigi (2003, p.89) comenta que essas alterações podem ocorrer de três formas: renovação, revitalização e urbanização, chamando de renovação:

[...] a operação que sempre exige demolição dos conjuntos originais; de revitalização, a operação que muda a função do edifício ou do espaço urbanístico; e de urbanização, o movimento que cria extensões da cidade sobre o meio natural [...].

A renovação urbana acontece quando um edifício ou um conjunto edificado é destruído para dar lugar a outros, como no caso do centro histórico de Recife (Figura 6), que até a década de 1960 não era regulamentado por legislação específica para proteção da área, levando à construção de prédios residenciais e comerciais na região, delimitando a área histórica em Recife (VIEIRA, 2008).

Figura 6: Vista aérea do bairro histórico da cidade de Recife, Pernambuco



Fonte: JUCA (2015)

Por outro lado, a revitalização é um processo que dá nova vida ao conjunto urbano delimitado, ou seja, altera sua função social com a intenção de valorizar o espaço (SILVA, 2012). Na maior parte das vezes, esses processos acontecem não somente para atender as necessidades dos residentes, mas também para incrementar atividades turísticas, em especial as de caráter cultural (VIEIRA, 2008).

Na cidade de São Luís, os processos de revitalização fortaleceram uma das vocações da cidade, voltada ao turismo cultural. Principalmente pelo declínio econômico, o centro histórico foi mantido, sendo que não processou a renovação urbanística ocorrida nas grandes cidades brasileiras durante as décadas de 1960 a 1980, tendo, o conjunto histórico da capital maranhense preservado e ofertado como principal produto turístico (ANDRÈS; MOREIRA; SILVA, 1998; SETUR-MA, 2012).

Contribuindo com esta questão, Yázigi (2003, p.92) coloca que os processos de revitalização possuem vantagens sobre a renovação por compreenderem projetos culturais com amplo acesso pela população. Além disso, a revitalização geralmente ocorre em lugares historicamente mais sedimentados.

[...] um tal prédio deixa de ser estação de trem para transformar-se em sala de espetáculos; um mercado vira centro de artesanato e assim por diante, sem limites de abertura aos novos usos, desde que não contrarie as disposições de zoneamento [...].

Com relação a São Luís, percebe-se uma construção da paisagem turística com ênfase nos seus aspectos histórico-culturais (Figura 7), diferenciando-se, portanto, das demais capitais nordestinas que o foco do turismo está nos atrativos naturais, em especial o de “sol e mar”.



Figura 7: Vista de conjunto arquitetônico preservado como atrativo turístico em São Luís, Maranhão



Fonte: FREITAS (2013)

[...] Antes das reformas do centro histórico e de São Luís tornar-se Patrimônio da Humanidade, seu caráter histórico não era evidenciado, um grande enfoque era dado à sua natureza, especificamente às praias e ao litoral, como fazem várias capitais nordestinas [...] (CÂMARA, 2008, p.144).

Dessa maneira, há tendência de São Luís se firmar como destino turístico a partir da imagem de uma cidade da cultura, por intermédio das marcas deixadas pelo tempo e retratadas em suas construções históricas e em seu rico folclore. Como comentado, a cidade constitui um dos principais espaços de representação da cultura, assumindo, portanto, posição de destaque em relação ao turismo cultural (SETUR-MA, 2012).



### 3.2.2 Atividade turística e cultura urbana

Para melhor compreensão sobre os conceitos de turismo cultural, é necessário que se retorne à visão antropológica acerca da cultura. De acordo com Laraia (2004, p.50), “[...] a cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores”. Desse modo, entende-se que a cultura é resultado da história do indivíduo, sendo retratada tanto em seus hábitos de se vestir, de se alimentar e de agir de modo geral, quanto nos objetos e utensílios que produz ou utiliza ao longo do tempo.

Assim, qualquer representação das culturas dos povos no transcorrer das gerações pode aguçar a curiosidade de pessoas que não as conhecem. É baseado nessa curiosidade que o turismo cultural se fortalece e reforça a própria cultura, a partir do interesse dos indivíduos em outros costumes, seja por prazer ou para seu próprio enriquecimento intelectual (RIBEIRO; SANTOS; SANTOS, 2014).

Os objetos, os monumentos, as edificações, a paisagem, os usos e os costumes preservados são comumente denominados de patrimônio cultural, cuja noção é compartilhada, neste estudo, com aquela proposta pela Constituição Brasileira de 1988.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I- As formas de expressão.
- II- Os modos de criar, fazer e viver.
- III- As criações científicas, artísticas e tecnológicas.
- IV- As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.
- V- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, Artigo 126).

Como patrimônio imaterial, é entendido o conjunto de manifestações intangíveis, como a música e o folclore de determinado local. A título de exemplo, na cidade de São Luís, capital do Maranhão, existe a manifestação folclórica denominada “Tambor de Crioula”<sup>21</sup> (Figura 8), considerado patrimônio imaterial

<sup>21</sup>

O Tambor de Crioula é uma dança afro-brasileira encontrada no estado do Maranhão e praticada, sobretudo, por descendentes de africanos (TAMBOR DE CRIOULA, 2013).

nacional. Em Massachusetts, existe a Shaker Community<sup>22</sup> (Comunidade Agitadora), inclusa no registro do National Register Bulletin (Boletim do Registro Nacional) enquanto orientação religiosa (PARKER; KING, 1998).

Figura 8: Vista da manifestação folclórica “tambor de crioula” como atrativo turístico de São Luís, Maranhão



Fonte: BOI UNIDOS DA FÉ (2015)

22

Na verdade, constituem a “United Society of Believers in Christ's Second Appearance”, sendo apelidados “shakers” (agitadores) porque dançavam e falavam em outras línguas e em seus cultos. Essas comunidades dedicam suas vidas a Deus, vivem de forma comunitária, praticam a igualdade entre sexos e desenvolvem distintas práticas agrícolas e a fabricação de produtos, assim como diversas alternativas de adoração. Estabeleceram-se em Massachusetts em 1791. A Shaker é a terceira das dezenove comunidades estabelecidas na região de Nova York, Nova Inglaterra, Kentucky, Ohio e Indiana e foi declarada National Landmark Historic District (Distrito Histórico de Referência Nacional) em 1968 (PARKER; KING, 1998)

Já o patrimônio material possui natureza tangível, como monumentos, obras de arte e edifícios. Em São Luís, por exemplo, tem-se um conjunto de bens materiais considerados como Patrimônio Cultural da Humanidade, constituído por casas, casarões, palacetes e edifícios, dentre outros localizados no chamado Centro Histórico<sup>23</sup> (Figura 9) da cidade (IPHAN, 2006).

Figura 9: Vista aérea do Centro Histórico de São Luís, Maranhão



Fonte: MEIRELES JÚNIOR (2014)

A partir desses valores, o turismo promove a cultura das localidades e fundamenta a viagem com essa motivação. Nesse sentido, compartilha-se da seguinte concepção de turismo cultural considerada por Aguiar e Dias (2002, p.133):

[...] uma atividade de lazer educacional que contribui para aumentar a consciência do visitante e sua apreciação da cultura local em todos os seus aspectos – históricos, artísticos, etc. Além disso, é uma forma de turismo que, entre outros objetivos, envolve a apreciação de monumentos e sítios históricos, contribuindo dessa forma para a manutenção e proteção do patrimônio cultural e natural da humanidade.

Dessa maneira, o turismo de motivação cultural envolve a apreciação do patrimônio material e imaterial da localidade e deve promover a preservação dos bens envolvidos, assim como a sustentabilidade da destinação a partir do adequado uso do seu conteúdo, que possibilita o fortalecimento da cultura visitada.

<sup>23</sup>

O Centro Histórico de São Luís é formado por vários bairros, sendo que os delimitados pela UNESCO são: Praia Grande, Desterro e Portinho (IPHAN, 2006).

[...] por mais paradoxal que possa parecer, embora desempenhe um papel de levar a homogeneização cultural por toda parte – através de hábitos e costumes dos turistas, e da indústria do turismo - o turismo se nutre da diversidade cultural, esta se faz necessária para sua existência, e, desse modo, por intermédio de atores diversos – planejadores turísticos, autoridades públicas, etc. – ocorre um incentivo à consolidação do que é autêntico, daquilo que pode satisfazer a curiosidade turística. [...] o turismo tem a peculiaridade de revalorizar esses aspectos da cultura popular que, desse modo, assumem nova função na sociedade local: atrair o visitante [...] (AGUIAR; DIAS, 2002, p.142).

Ao classificar a vocação turística do núcleo receptor, Beni (2001, p.56) delimita esse conceito ao afirmar que o turismo cultural é aquele que demanda turistas para um núcleo receptor que ofereça como produto essencial “[...] o legado histórico do homem em distintas épocas, representado a partir do patrimônio e do acervo cultural, encontrado nas ruínas, nos monumentos, nos museus e nas obras de arte”.

Na atualidade, o turismo cultural responde a uma série de questões antropológicas, como a busca de raízes culturais e da identidade coletiva, sendo embasado na busca constante do passado das sociedades contemporâneas, como forma de entendimento do mundo (RIBEIRO; SANTOS; SANTOS, 2014). Portanto,

[...] essa busca é válida para atender aos prazeres intelectuais e às fruições de realidades distintas das nossas. Isso nos estimula, nos descansa, nos provoca abstrações que nos aliviam do cotidiano de trabalho. Isso nos leva à busca de prazeres nos momentos de ócio que contemplem o entendimento de culturas, de valores históricos, de manifestações da tradição construída, de heranças culturais (MENESES, 2004, p.30).

Com relação ao pensamento do autor, entende-se que a gênese do turismo é o ser humano e suas relações, principalmente no local onde acontece a atividade, pois as motivações e ambientes influenciam de formas diversas, promovendo, assim, o envolvimento das pessoas. Barretto (2000, p.7) esclarece que o “turismo é o movimento de pessoas, é um fenômeno que envolve, antes de mais nada, gente. É um ramo das ciências sociais e não das ciências econômicas, e transcende a esfera das meras relações da balança comercial”.

Uma das principais problemáticas e singularidades da atividade turística é o ser humano, com suas individualidades e motivações diversas, pois, por estarem em movimento, ou seja, fora de seu hábitat natural, em alguns casos, estão livres da rotina diária que lhe impõe constantes regras de comportamento. Além disso, esse conceito absorve uma visão de que o turismo, apesar de promover impactos

positivos e negativos de acordo com seu nível de planejamento nas localidades, é uma atividade social e, como tal, necessita ter como foco principal os seres humanos que dela participam (ARCHER; COOPER; RUHANEN, 2005).

No âmbito cultural, essas questões se tornam latentes, envolvendo a relação interpessoal e as experiências individuais, com o objetivo de conhecer novas culturas e realidades opostas (RIBEIRO; SANTOS; SANTOS, 2014). Dessa forma, têm-se dois indivíduos (autóctones e turistas) a serem analisados e pesquisados, ocorrendo dificuldade na gestão do turismo cultural devido à ampla gama de pontos que devem ser avaliados durante o processo de implementação da atividade, por envolver grupos de pessoas que possuem diversidades culturais e visões diferenciadas sobre o “produto” cultural (KÖHLER; DURAND, 2007; MTUR, 2010).

Portanto, para compreender as relações entre cultura, identidade e turismo, é fundamental pensar o homem inserido em grupos sociais, pois, aquele, assim como a atividade turística, necessita da sociedade para sua evolução (KÖHLER; DURAND, 2007). Entende-se, assim, que o turismo não é causado por um indivíduo, mas por um grupo de pessoas que se relacionam, causando convergências que decorrem em produções sociais (COSTA; MARTINOTTI, 2003). É justamente nesse contexto criativo que surge a cultura, significando “[...] a totalidade ou o conjunto da produção, de todo o fazer humano de uma sociedade” (MTUR, 2010, p.58).

Para a compreensão da evolução do conceito de cultura, retorna-se à sua gênese, quando a palavra se atrelou à produção de grupos humanos, advinda do verbo *colere*, que significa cultivar, mantendo-se inicialmente ligada a questões agrícolas e à criação de animais, principais ações humanas nesse momento de convivência social (BOSI, 1992). Esse pensamento foi modificado a partir dos antigos romanos, quando o termo passou a englobar uma evolução mental na qual o conhecimento adquirido pela escrita e pela leitura, além da absorção das artes em geral, passou a ser o divisor entre as pessoas leigas e os indivíduos denominados “cultos”.

Na antropologia, o ser humano é compreendido como força motriz para o desenvolvimento da atividade turística, pois enaltece a relação de identidade, cultura e turismo, tratando os aspectos culturais por meio de quatro vertentes:

- a) há os que veem cultura como sistema de padrões de comportamento, de modos de organização econômica e política, de tecnologias, em



- permanente adaptação, em vista do relacionamento dos grupos humanos com seus respectivos ecossistemas;
- b) há os que tratam a cultura como um sistema de conhecimento da realidade, como o código mental do grupo, não como um fenômeno material, mas cognitivo;
  - c) há também os que encaram a cultura como um sistema estrutural, em que o eixo de tudo é a bipolaridade natureza-cultura, tendo como campos privilegiados de sua concretização o mito, a arte, a língua e o parentesco;
  - d) por fim, há os que entendem cultura como sistema simbólico de um grupo humano, sistema que só poderá ser apreendido por outro grupo por meio de interpretação e não por mera descrição (VANUCCI, 1999, p.27-28).

Em resumo, a cultura é um sistema de padrões de comportamentos sociais que é repassado de forma cognitiva, desde o nascimento, por meio da vivência com os grupos humanos, o qual é dinâmico e em adaptação constante com a realidade mutável no qual está inserido. Ou seja, a cultura é consequência da capacidade do homem de criar diferenciações entre grupos sociais, devido a fatores como ambiente em que vive ou contexto histórico a que está relacionado, repassando, por intermédio da constante comunicação, esse processo para sua perpetuação, constituindo “a lente através da qual o homem vê o mundo” e nele interfere (BENEDICT, 2014, p. 56).

Dessa forma, se existe uma lente para cada homem, pode-se afirmar que daí nasce a diversidade cultural, pois homens de culturas diferentes têm óticas diversas e, assim, visões descontraídas das coisas. Cada pessoa internaliza uma individualidade que é formada por fatores tanto externos, pela convivência social, quanto internos, criados a partir da formatação do ego, que é a linha que divide o pensamento individual do social. A interpretação pessoal é a instância que permite com que cada indivíduo possa debater consigo mesmo sobre quem é, determinando os valores sociais que aceita como corretos, a partir do momento que o seu ego (fator interno) e o seu grupo social (fator externo) entrem em equilíbrio e causem a sensação de coerência (TENEMBAUM, 1996; EVANS, 2003).

Se esse processo ocorre internamente em cada indivíduo, por consequência ocorre também na sociedade em que vive, pois, devido às tentativas internas de alcance da coerência acima descrita, as pessoas buscam o agrupamento com seus similares. Como afirma Tajfel (1981, p.44), “cada um se percebe no mundo como um ente social e, portanto, se insere em grupos humanos”

Forma-se, então, um único corpo social que possui valores iguais, mas com diferenciações internas de cada um, que, ao se juntarem, se diferenciarão de outros grupos em um movimento contínuo de diferenciação, a partir da relação simbiótica entre a identidade psicológica e a identidade social (EVANS, 2003).

Assim, frisa-se que essas particularidades são vitais para a atividade turística, pois a vivência proveniente do contato que a cultura proporciona entre o turista e a comunidade local, trazendo o “olhar externo”, pode se constituir no elo formador da identidade cultural, sendo que o incremento da atividade em São Luís, por exemplo, poderia causar o seu fortalecimento por viabilizar esses encontros e diálogos entre as diferentes identidades dos visitantes e dos visitados (RIBEIRO; SANTOS; SANTOS, 2014).

Entendidos os conceitos e as particularidades da identidade, cabe o questionamento sobre o que forma a identidade. No âmbito deste trabalho, é proposta a visão de Smith (1999), que cita dois vetores formadores da identidade:

- a) espaço geográfico – constituído pela área territorial em comum, que não necessariamente equivale àquela delimitada politicamente, que forma as bases para as condições de vida do indivíduo que assimilará seu espaço internalizando os valores que lhe provém;
- b) temporalidade – determinada por sentimentos e valores da identidade de uma população, como componentes de experiências vivenciadas com sentido de continuidade entre gerações sucessivas. Demonstra-se, então, a capacidade da identidade de ligação do passado ao presente de uma sociedade para formação de um futuro passível de mudanças, entretanto pautado no que lhe foi herdado.

Esses dois vetores formam o sentido de lugar, que faz com que cada indivíduo mantenha suas bases na área onde nasceu. Essa relação da pessoa com o espaço e a história em comum, assim como com os significados trazidos pela mesma, são tão fortes que produzem marcas indeléveis do lugar no indivíduo, e é nesse sentido de identidade que se torna fácil distinguir as populações por grupos como paulistas, cariocas, baianos etc., cada um deles possuindo particularidades trazidas pela influência desse processo.

Nessa linha de raciocínio, Hall (2003, p.48) esclarece que:

as identidades nacionais não são coisa com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. [...] As pessoas não são apenas cidadãs legais de uma nação; elas participam da ideia de *nação* tal como representada em sua cultura nacional.

Esse processo forma a identidade nacional e, por decorrência, causa o fortalecimento da cultura. Como cita Hall (2003, p.29), “[...] essas coisas formam a trama que nos prende invisivelmente ao passado. [...] O que ganhamos com isso é a ênfase na tradição e na herança, acima de tudo na continuidade [...]” (grifo do autor).

A simbologia causada pela formação da identidade nacional cria meios para que a história e a produção de uma nação se mantenham pela importância memorial formada a partir de uma identidade forte (EVANS, 2003; KÖHLER; DURAND, 2007).

Nesse caso, o turismo tende a favorecer a intensidade da valorização da identidade cultural local, pois conforme afirma Pérez (2009, p.123):

o que se oferece em turismo cultural é um produto, que contém sensações e experiências emocionais. Este princípio orienta a corrente do marketing experiencial [...], que converte os produtos em experiências com um valor acrescentado. O consumidor compra não bens e serviços, mas a vivência de experiências e sensações.

Além disso, o convívio dos cidadãos na chamada “Era da Informação” viabiliza a influência sociocultural mediante a rapidez com que a informação é repassada entre os seres humanos (QUEVEDO, 2007); no turismo, conforme explicita Pérez (2009), a experiência é o ápice da relação entre o turista e o autóctone. Então, o advento do turismo e o movimento de pessoas inerente à atividade se tornaram os principais ícones dessa fluidez de contatos, que, por consequência, levam informações e culturas diversas aos mais longínquos lugares. Giddens (1990, p.60) afirma que “[...] à medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra”.

Entretanto, assim como existem localidades que sofrem os impactos negativos da atividade turística globalizada, existem exemplos bem sucedidos, pois a identidade, como dito anteriormente, não é estática, muito pelo contrário, é extremamente adaptável e, nos casos onde são encontradas identidades locais fortalecidas, esse processo se inverte, com o turismo demandando diversidade e focando na fascinação das diferenças.



No entendimento de Martins e Coriolano (2009, p.113), “[...] a globalização contraditoriamente reforça as identidades diferenciadas, exigindo necessariamente maior fortalecimento das identidades locais”.

Nesse sentido, compreende-se que o turismo, a cidade e a cultura estão estreitamente ligados, devendo o patrimônio histórico ser devidamente explorado pela atividade turística.

### **3.2.3 Atividade turística e patrimônio histórico urbano**

O turismo urbano constitui uma atividade com particularidades que constantemente o coloca como um movimento com propriedades únicas de mercado.

Os espaços urbanos são lugares nos quais as pessoas gostam de andar – independente de ter um objetivo ou não –, é a forma física (definida por coisas como prédios individuais, fachadas e arquitetura) que determina, dentro da área funcional turística, os indicadores que auxiliam o visitante a situar sua experiência. Disposta sobre essa estrutura física, uma área turística é capaz de desempenhar funções bem definidas que atendem às demandas pessoais e físicas dos visitantes (EDWARDS; GRIFFIN; HAYLLAR, 2011, p.43).

O espaço urbano é um dos locais onde ocorre o fenômeno turístico, que possui características próprias como a multidisciplinaridade, ou seja, a necessidade de conhecimento em diversos campos, tais como: geografia, biologia, economia, administração e sociologia (DENCKER, 2007), entre tantas outras, que tem origem na capacidade do turismo de impactar várias áreas, desde a econômica e a ambiental, até a sociocultural, “englobam lugares que desenvolveram ou foram especialmente construídos para o turismo, incluindo bairros específicos, *waterfronts* revitalizados, parques industriais, comunidades étnicas, complexos de entretenimento [...]” (KELLY, 2011, p.50).

A atividade também possui outra característica que vale citação – a segmentação –, que se origina do fato de que o turismo funciona a partir de motivações humanas e cada indivíduo pode ter inúmeras razões para viajar (LOHMANN, 2008). É nesse ponto que se relaciona a atividade a numerosos ambientes e vertentes, formando seus segmentos, com destaque, no presente estudo, ao urbano e ao cultural (ANSARAH, 2005).

Devido a essa capacidade mutante e ampla, o turismo não possui um conceito único, sendo que aqueles que mais se aproximam da realidade são os que

se baseiam em visões holísticas como o de Jafar Jafari<sup>24</sup>, mencionado por Beni (2001, p.36), que afirma que “é o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural na área receptora”.

Conforme já citado, a ação de se deslocar já é realizado pelo homem desde a pré-história, quando bandos nômades viviam em constante deslocamento à procura dos melhores lugares para sua sobrevivência; entretanto, o ato de viajar sem motivações de perpetuação de espécies, tem sua origem na antiguidade clássica grega. De acordo com Rejowsky (2002, p.18), “[...] o desenvolvimento das viagens floresceu na Antiga Grécia. O mar era um dos principais elementos para a movimentação de pessoas e produtos”.

Os antigos filósofos gregos são considerados os primeiros “turistas” da humanidade, pois, motivados por sua curiosidade, realizaram viagens de reconhecimento das cidades da Grécia naquela época. Entretanto, os responsáveis pela manutenção e melhoria da atividade foram os romanos porque a fase do império e da denominada *Pax Romana*<sup>25</sup> foi fundamental para o incremento das viagens cotidianas. Para Rejowsky (2002, p.24) “[...] na época marcada pela reunificação do império e do mundo sob a égide da *Pax Romana*, criou-se uma ordem de prosperidade propícia à mobilidade dos homens, das mercadorias e das ideias”.

Segundo a autora, o incremento do comércio, propiciado pela melhoria das condições de transporte e pela rede de estradas pacíficas romanas, associado ao conseqüente crescimento de um tipo de “classe média”, fez com que as viagens motivadas pela procura de lazer se propagassem e fossem realizadas não apenas pela elite, mas também por comerciantes emergentes do Império Romano.

---

<sup>24</sup> Jafar Jafari foi editor de diversas categorias em diversas formas de publicação: fundador da revista *Annals of Tourism Research*, chefe da revista *Tourism Social Science Series* e da *Encyclopedia of Tourism*, cofundador da revista *Information Technology & Tourism*, além de presidente fundador da *International Academy for the Study of Tourism* e professor das universidades de Wisconsin-Stout, nos Estados Unidos, e de Algarve, Portugal (MAMEDE, 2013).

<sup>25</sup> A *Pax Romana* representou o “fim das guerras civis do final da república, união do povo romano e existência de condições para assegurar e difundir a *humanitas* [homem civilizado] frente à grande ameaça: o *barbaricum* [ser humano sem civilização]” (MENDES, 2007, p.39).

Seguindo este pensamento, a mesma autora informa que esse período de desenvolvimento da atividade foi bruscamente interrompido com o declínio do Império Romano e com o início da Idade Média, pois as invasões bárbaras deram fim a *Pax Romana* e iniciaram um movimento de insegurança nas estradas, levando a população das cidades para o meio rural, fechando-se nos denominados “feudos”.

Como a vida rural tinha um conjunto de hábitos sedentários e muito enraizados, as viagens não faziam parte da cultura medieval. Viviam-se por força do trabalho e de economias, mas não havia margem de excedentes que permitissem o luxo das viagens e dos lazeres (REJOWSKY, 2002, p.32).

Nesse momento histórico, viajar era uma tarefa árdua e perigosa, na qual poucos se aventuravam e, quando o faziam, era por algum interesse de negociação. Essa situação adversa só modificou quando a Igreja Medieval incentivou as viagens de cunho religioso, com a promessa de concessão de indulgências e graças espirituais (REJOWSKY, 2002), fazendo com que as peregrinações se tornassem um fenômeno de massa já nos séculos XIII e XIV, sendo criada uma verdadeira indústria turística-religiosa com o comércio de relíquias paroquiais. Em meio a esse contexto de desenvolvimento, teve início o período do Renascimento, que, de acordo com Inskip (1991, p.4):

[...] refletiu a melhoria da produtividade da agricultura e o renascimento das cidades, a expansão do comércio e dos negócios, a exploração global e as descobertas europeias, o florescimento das artes e da literatura e o começo da moderna ciência.

Para o turismo, esse momento de inovação da vida humana representou a crescente motivação para o conhecimento pelo novo, com a Renascença constituindo um novo despertar do homem para o mundo. Com a crescente importância da ciência, o domínio religioso sofreu forte desgaste e, com isso, o desejo de explorar e entender o mundo sob uma nova visão representou um grande incentivo às viagens, que, nesse instante, eram, em sua grande maioria, motivadas por estudos e experiências, no movimento denominado “Grand Tour” (MOLINA, 2003).

Nesse cenário, o turismo começava a se moldar como a atividade hoje conhecida; entretanto, as empresas turísticas da época possuíam um nível relativamente baixo de tecnologia e modos rudimentares de lidar com o consumidor, atuando de forma intuitiva e se enquadrando no que Molina (2003, p.22) denomina de “pré-turismo”, que tem com o *Grand Tour* “como seu expoente máximo, prática

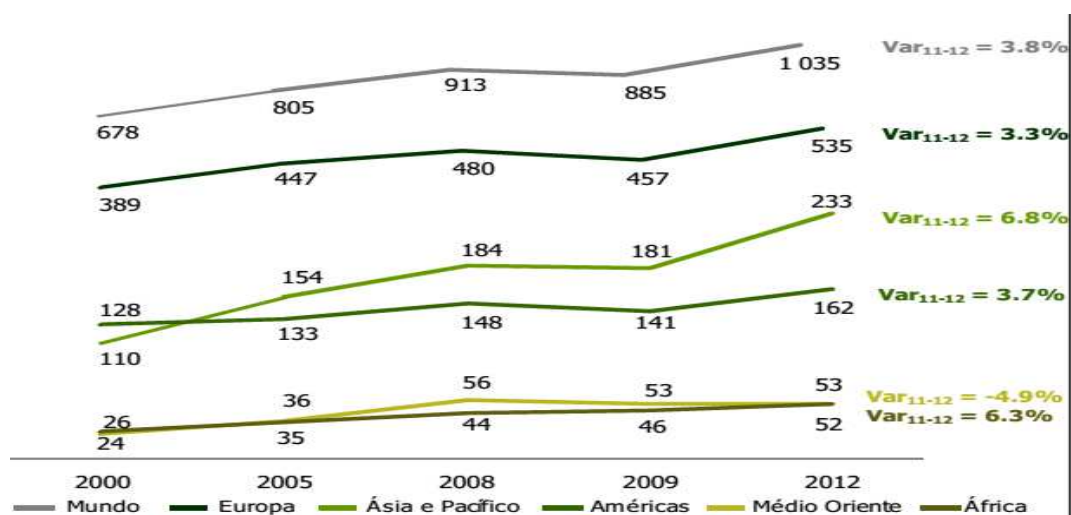
que se originou na Europa durante o século XVII, estendendo-se até o século XVIII”.

A partir daí, a atividade turística só cresceu, principalmente com o surgimento de seus embriões organizacionais: os primeiros hotéis urbanos, as primeiras empresas ligadas estritamente a atividade e com o pioneirismo de Thomas Cook<sup>26</sup>, criando, assim, uma nova fase chamada “turismo industrial primitivo”.

Nesse momento, as empresas já contavam com uma estrutura organizacional elementar e pouco diversificada quanto aos serviços que ofereciam. Entretanto, nessa época começaram a ser incorporadas determinadas práticas científicas à gestão administrativa (MOLINA, 2003, p.23).

Entretanto, a grande expansão da atividade se deu a partir da década de 1950, quando o número de turistas em viagens internacionais passou de 25 milhões para 69 milhões em 10 anos. Dados da United Nations World Tourism Organization (UNWTO, 2014 – Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas) prevêem que, para as próximas duas décadas, haverá desenvolvimento do turismo de forma sustentada (3,3% ao ano, em média), o que permitirá o alcance, em 2030, de 1,8 milhões de chegadas internacionais de turistas, praticamente duplicando o valor de 2010 (Figura 10), com as economias emergentes ultrapassando as avançadas em meados de 2015 e assumindo o dobro do seu crescimento (4,4%) (Figura 11).

Figura 10: Gráfico de chegadas de turistas em nível mundial e por regiões de 2000 a 2012



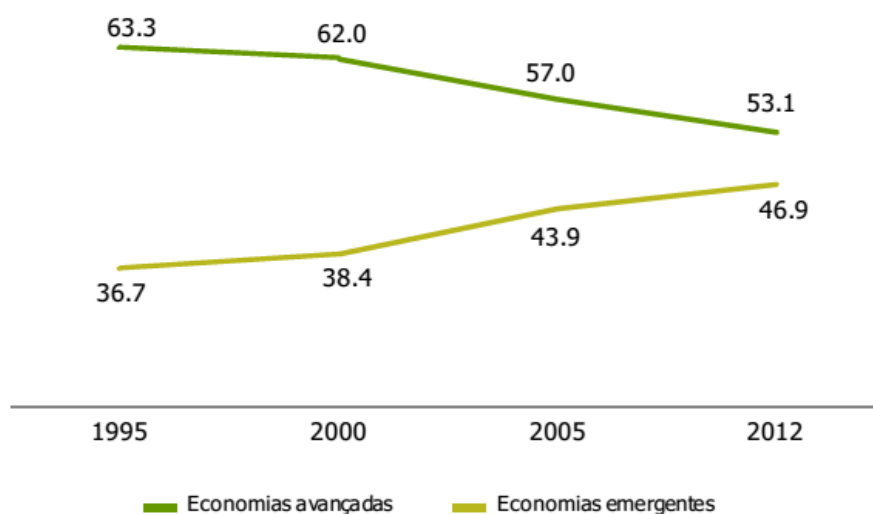
Fonte: UNWTO (2014)

Nota: Unidade em milhões

<sup>26</sup>

Foi o primeiro operador profissional do setor turístico e fundador de agências de viagens Thomas Cook and Son, sendo considerado, ainda, o pai do turismo moderno (REJOWSKI, 2002).

Figura 11: Gráfico de chegadas de turistas em nível mundial segundo economias avançadas e emergentes de 1995 a 2012



Fonte: UNWTO (2014)

Nota: Unidade em milhões

Em um curto período de 10 anos, o turismo aumentou em 174,2%, causando a massificação da oferta e da demanda. O segmento ícone desta época está no amplamente reconhecido turismo de sol e praia. Nessa época, as gestões públicas estavam cada vez mais envolvidas com as possibilidades econômicas que a atividade trazia para sua localidade e não previam os possíveis impactos negativos causados por esse movimento rápido e massivo (MOLINA, 2003).

O relacionamento do patrimônio cultural com o turismo, sendo, inclusive, por ele influenciado, e o contato direto entre as culturas dos visitantes e da comunidade local, proporcionaram o aumento da atividade, criando bases para que as ciências sociais se preocupassem mais atentamente com o setor turístico, o qual deixou de ser tratado como uma “indústria sem chaminés”, passando a ser visualizado o seu caráter múltiplo e abrangente, não só para o ambiente econômico, mas também para o meio social.

Entretanto, para melhor entendimento dessa fase, faz-se imperativa a retomada da compreensão do que é considerado patrimônio cultural, sendo necessária a sua contextualização histórica. Assim, parte-se da afirmação de Barretto (2000, p.9), que pesquisa a definição exata dos conceitos sobre turismo, de que “[...] até a primeira metade deste século, praticamente, patrimônio cultural foi sinônimo de obras monumentais, obras de arte consagradas, e propriedade de

grande luxo, associada às classes dominantes, pertencente à sociedade política ou civil”.

Ao longo dos anos, essa conceituação evoluiu em dois sentidos. Inicialmente, a visão de patrimônio como arte em um espaço visível e palpável foi ampliada, sendo adicionadas as produções humanas intangíveis e suas formas de relacionamento com o mundo em sociedade, tais como: religião, hábitos, costumes, danças e musicalidade, entre outras. O “saber fazer” humano foi valorizado, em associação com a mudança da visão histórica denominada “história oficial”, que apenas contava os sucessos das classes mais abastadas, para ótica da “história social”, que valoriza a cultura das classes oprimidas e suas maneiras de manutenção de sua própria cultura, mesmo diante de adversidades. Isso resultou na institucionalização do patrimônio, historicamente associada à noção de memória, de sagrado ou de herança de bens de família, que começava a ganhar outro enfoque, como a ideia de um conjunto de bens comuns a um grupo social (RUBIM, 2005).

Com esse fato, formaram-se as bases para o conceito expresso por Barretto (2000, p.10), utilizado neste estudo, qual seja:

a noção de patrimônio cultural [...] inclui não apenas os bens tangíveis como também os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, e não só aquilo que representa a cultura das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos.

Destaca-se, portanto, a importância de adicionar o imaterial ou intangível à noção de patrimônio, pois essa visão é vital para que as políticas gestoras da atividade turística diminuam, ao máximo, os riscos de sobreposição de culturas ou de exaltação de locais onde apenas existam patrimônios tangíveis como oferta.

É necessário pensar na produção de patrimônios culturais não apenas como seleção de edificação, sítios e obras de arte [...], mas como ‘narrativas’, ou [...] como uma ‘formação discursiva’, que permite “mapear” conteúdos simbólicos, visando descrever a “formação da nação” e constituir uma “identidade cultural brasileira” (FONSECA, 2003, p.64).

A partir desse princípio, interpreta-se a intangibilidade como parte formadora do patrimônio cultural, aumentando, assim, a dificuldade para a sua análise, dada a complexidade de avaliação de algo que não se pode tocar. E mais intrigante ainda é a questão sobre como proteger alguma coisa que não está passível de toque e reformas tangíveis.

Conforme Rejowski (2002), essa discussão sobre patrimônio imaterial foi acentuada com a explosão desordenada da atividade turística em meados dos anos

1950, quando um questionamento se estabelecia nas mentes da comunidade acadêmica, ou seja, se o turismo causava a conservação ou a destruição da cultura de uma localidade, fazendo com que a atenção de antropólogos, geógrafos, biólogos, sociólogos e diversos outros profissionais se voltassem ao turismo e à medição dos seus impactos. Todavia, inicialmente as perspectivas em relação ao movimento eram inóspitas.

O processo inicial de deslumbramento com a atividade foi radicalmente modificado para um sentimento de repulsa, como é exemplificado no trabalho do sociólogo catalão Francisco Jurdão Arrones (1992, p.13), que, em uma compilação de trabalhos executados por cientistas de diversas áreas de conhecimento, denominou o turismo como um movimento de neocolonização, como uma “[...] invasão sem exércitos, mas invasões que colonizam e destroem as estruturas econômicas, políticas e, sobretudo, culturais dos povos que sofrem diretamente os efeitos do turismo”.

Essa visão foi baseada no desgaste visualizado no levantamento da pesquisa, causado pela massificação da atividade turística em algumas localidades, como o Havaí (Estados Unidos) e o Caribe Ocidental, cujos recursos naturais e culturais foram amplamente explorados, acarretando impactos negativos nos ambientes influenciados pelo turismo. As economias locais sofreram inadequada divisão de renda, que privilegiava os melhores salários e cargos de diretoria para profissionais externos, restando postos mal remunerados (faxina, carga, vigilância etc.) para a comunidade local. O ambiente também foi degradado por visitas sem prévios estudos de capacidade de carga, causando a destruição de seus recursos, além de várias outras interferências deletérias (REJOWSKI, 2002; RUCHMANN, 2010).

Ao final dessa ocasião de ampla expansão turística, a situação sociocultural em algumas localidades encontrava-se precária, pois o contato direto entre turistas e autóctones gerou uma conjuntura onde a população se via dominada pelos visitantes e, dessa forma, a comunidade local foi marginalizada, acarretando o aumento do crime, da prostituição, do jogo, do terrorismo e dos conflitos causados por drogas (AGUIAR, 2002). Às vezes, os turistas foram considerados pessoas com as quais se poderia fazer negócios e obter publicidade (por exemplo, no caso do terrorismo).

O turismo também provocou a descaracterização da cultura do lugar visitado e o amplamente reconhecido efeito demonstração levou ao desaparecimento de aspectos culturais da comunidade receptora, diante de outros mais fortes (os dos turistas) (SWARBROOKE, 2000). Exemplos desses fatos podem ser visualizados em cidades turísticas do México, como em Cancun, onde a descaracterização da população de origem maia da região de Quintana Roo ocorreu pela sua não inserção na atividade, ocasionando a perda do seu idioma e a mudança do seu próprio modo de vestir, além da exploração sexual. Corroborando com as afirmações acima, Burne (2005, p.157) enfatiza em seus dados que “[...] o turismo deslocou 65% dos habitantes de Yucatán e Quintana Roo, onde fica Cancun, e o efeito desse deslocamento só é comparável ao ocasionado pelos espanhóis há cinco séculos”.

Com a visualização de resultados como esses, os gestores da atividade começaram a compreendê-la não apenas como uma solução econômica, mas como um processo capaz de criar um comportamento virótico, destruindo seus ambientes, para, então, partir para outro local e continuar com os mesmos procedimentos. A partir daí, o turismo passou a ser duramente criticado nas ciências sociais e as pressões aumentaram para a criação de políticas para proteção do patrimônio cultural, divididas em duas vertentes:

- a) preservacionista – que tende à proteção dos recursos “[...] no sentido restrito da palavra, resguardá-los” (BARRETTO, 2000, p.14). Essa política prega que a cultura material e imaterial deve permanecer estática e imutável, mantendo sua função independente do momento social;
- b) conservacionista – que define a ação da proteção como: “[...] guardar para que haja uma permanência no tempo” (BARRETTO, 2000, p.15). Essa política cria formas de manutenção do patrimônio por meio de sua adequação com a atualidade, ou seja, reaproveitando-o de maneira que haja um processo de revitalização pelo equilíbrio entre o bem cultural e a sociedade na qual está inserido no presente.

Neste trabalho, toma-se como base as políticas de cunho conservacionista, pois as preservacionistas, além de serem consideradas excludentes, têm a tendência de priorizar patrimônios de “pedra e cal” e “[...] produzir



um retrato da nação que termina por identificar a cultura trazida pelos colonizadores europeus, reproduzindo a estrutura social por eles aqui implantada” (FONSECA, 2003, p.64). Também acabam por causar a lenta destruição dos bens culturais pelo desuso, como é facilmente visualizado no Centro Histórico de São Luís, local da pesquisa. É notório que, com o início da época de chuvas na capital do Maranhão, torna-se uma constante encontrar notícias que informam que os casarões abandonados, incluídos como acervo do Patrimônio Cultural da Humanidade, estão em situação crítica, causando sérios problemas de segurança aos visitantes e aos moradores locais por estarem passíveis de desabamento (G1 MARANHÃO, 2014). Hardt e Hardt (2014) apontam para a tendência de deterioração de regiões centrais nas cidades contemporâneas.

Portanto, a política atual, pautada no preservacionismo trazido pelas leis de tombamento, um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental, além da relevância afetiva para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados (IPHAN, 2006), não está sendo eficiente na salvaguarda do patrimônio material local.

Pelo que se pode teorizar, a grande dificuldade dessa política encontra-se quando o patrimônio que é considerado da humanidade pertence legalmente a uma pessoa física, causando um debate interminável, que culmina no abandono ou no uso incorreto do bem.

Em entrevista para o jornal Notícias da Amazônia (BARBIERE, 2008, s.p.), Kátia Bogéa, superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Maranhão, órgão com a missão de proteger o patrimônio cultural brasileiro com a execução de políticas preservacionistas, informa:

não existe o entendimento de que o patrimônio é deles, mas por estar localizado em uma área especial da cidade deve atender a uma série de restrições. E ainda que esse imóvel também é do conjunto da sociedade [...] esse é um dos problemas da lei, já que ela interfere na propriedade privada e assim gera uma série de conflitos.

O congelamento de bens tangíveis tem demonstrado ser de pouca eficácia. E o mesmo ocorre quando se trata daqueles intangíveis, pois, apesar do fato de que o processo de registro, considerado um instrumento de proteção, “cujo objetivo é salvaguardar o desejo de uma comunidade em manter viva uma tradição” (IPHAN, 2006, p.19), não procura manter o bem imaterial no tempo,

paradoxalmente, não aceita mudanças, ou seja, se algum fator alterá-lo significativamente, o mesmo corre o risco de ser retirado do acervo. Portanto, esse processo ainda não é adequado à complexidade das possíveis variáveis de um bem imaterial, que pode se transformar apenas no registro de algo que não mais existe, pois não é capaz de corroborar para a sua perpetuação de outra forma.

Impossível negar, por exemplo, que a arte do repente seja um patrimônio cultural do Brasil, mas também é tombá-la [...]. Haja vista efeitos inócuos do tombamento da edificação e dos equipamentos da fábrica de vinho de caju Tito Silva, em João Pessoa, realizado em 1981, visando à preservação desse modo de fazer (FONSECA, 2003, p.69).

É visível, então, que princípios preservacionistas não aceitam a mutabilidade, um movimento natural da cultura, o qual se torna impossibilitado. Não obstante, a sua proibição pode causar a sua extinção, por não mais se coadunar com o contexto social no qual está inserido. As consideradas “perdas” das políticas preservacionistas podem ser, na realidade, formas de manutenção do patrimônio imaterial.

Conforme o antropólogo José Reinaldo Gonçalves (1996<sup>27</sup> apud FONSECA, 2003, p.64), “[...] a ênfase na ideia de ‘perda’ é tributária de uma noção de história como processo inexorável de destruição [...] sem que se levem em conta, de modo complementar, os processos inversos de permanência e recriação das diferenças em outros planos”.

Por meio da realização de políticas conservacionistas, torna-se possível a viabilidade do patrimônio cultural como produto turístico, pois como, vários exemplos demonstram, os processos de revitalização trazem frutos positivos para o seu fortalecimento.

Mesmo autores que criticam o turismo por seus aspectos predatórios da natureza, admitiam, já na década passada, que o turismo estimulava a existência e reabilitação de sítios históricos, construções e monumentos, por meio de sua transformação em recurso recreacional, e que também propiciava a revitalização de atividades tradicionais de áreas em declínio e a redescoberta de cidades históricas [...] (BARRETTO, 2000, p.32).

---

27

Ver consideração do autor em:

GONÇALVES, José Reinaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 1996.

Casos bem sucedidos dessa política são inúmeros, como a ressignificação de prédios do patrimônio cultural, que é um movimento comum em cidades históricas do país, tais como a Cidade Velha de Goiás, no estado homônimo, Petrópolis, no Rio de Janeiro, e as cidades históricas de Minas Gerais. Esses são apenas alguns exemplos de como a atividade turística pode proporcionar meios para a conservação do patrimônio, a partir do investimento com visão de oferta turística e da exposição com caráter amplo da localidade (SILVA, 2012; VIEIRA, 2008).

Cabe destacar, porém, que as leis de preservação, já tão incutidas na gestão local, apesar das problemáticas descritas acima, vêm protegendo o acervo patrimonial local. Entretanto, ressalta-se a importância de maior dinamicidade nesses processos, o que só ocorre a partir do momento em que se aceita a condição de mutabilidade.

Portanto, afere-se que a diferença essencial entre uma sociedade destruída pelo turismo e outra que se fortalece com a atividade reside em ações de planejamento bem elaboradas e de acordo com princípios sustentáveis e conservacionistas, de modo a minimizar as suas interferências no meio urbano.

### 3.2.3.1 Políticas federais de preservação

A história das políticas públicas, no que se refere à preservação cultural no Brasil, em especial ao patrimônio material, envolveu conceitos equivocados, omissos e intervenções desastradas, assim como ações acertadas. Esse enredo se confunde com a própria trajetória dos órgãos normativos, consultivos e administrativos criados a partir da década de 1930 (FONSECA, 2009).

A questão relativa à preservação de bens de importância cultural tomou corpo no Brasil nessa última década, como outra forma de afirmação da nacionalidade brasileira<sup>28</sup>.

A busca pela preservação de alguns bens representativos, que visava proteger elementos da cultura erudita e popular, centrava-se em elementos que

---

26

Segundo Fonseca (2009), esse processo já pode ser sentido a partir da década de 1920, quando o Estado considerou o patrimônio uma opção politicamente relevante.

poderiam ser dignos da representação da chamada “cultura nacional” (MICELI, 2001).

As políticas alusivas à questão é um capítulo ligado à perspectiva modernista, que determinou um “[...] passo decisivo da intervenção governamental no âmbito da cultura e o lance acertado de um regime autoritário empenhado em construir uma ‘identidade nacional’ iluminista no trópico dependente” (MICELI, 2001, p.360).

Alguns intelectuais modernistas elaboraram, a partir de suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, essa ideia na forma do conceito de patrimônio que se tornou hegemônica no Brasil e que foi adotado pelo Estado, por intermédio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Esses técnicos assumiram, a partir de 1936, “a implantação de um serviço destinado a proteger obras de arte e de história no país” (FONSECA, 2009, p.86).

Na elaboração de legislação para proteção de bens culturais, destacaram-se, principalmente, os estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, que contribuíram para que a Constituição de 1934 consagrasse o princípio da função social da propriedade, abrindo assim, caminho para a criação de um sistema legislativo que possibilitasse a proteção do bem cultural de interesse para a preservação da memória. Segundo o texto desta carta magna, “cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das Ciências, das Artes, das Letras e da Cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico, do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual” (BRASIL, 1934, Capítulo II, Artigo 148).

Antes mesmo de a Constituição possibilitar essa abertura, por meio do Decreto Federal Nº 22.928, de 12 de julho de 1933 (BRASIL, 1933), do então Governo Provisório, editado para atender as reivindicações de intelectuais mineiros, principalmente de Augusto Lima Júnior, a cidade de Ouro Preto foi declarada de interesse para a preservação.

Nesse primeiro momento, Ouro Preto não foi avaliada de forma total, predominou a atitude de proteger apenas os grandes monumentos isoladamente. Com o andamento do processo, devido à grande quantidade de monumentos individuais tombados e suas áreas próximas, Ouro Preto acabou se tornando a primeira cidade no mundo como cidade-monumento (CUTRIM, 2011, p.76).

No início da sua história, as políticas brasileiras de preservação cultural, como demonstrou o caso de Ouro Preto, não estavam voltadas à questão urbanística, ou seja, à cidade como um todo, considerando apenas as suas partes constituintes de forma isolada. Nas políticas atuais, existe a preocupação de que:

a cidade tem que ser encarada como um artefato, como um bem cultural qualquer de um povo. Mas um artefato que pulsa, que vive, que permanentemente se transforma, se auto devora e expande e novos tecidos são recriados para atender a outras demandas sucessivas de programas em permanente renovação (LEMOS, 2010, p.47).

A partir da abertura dada pela Constituição de 1934, foi criado, em 1936, um órgão subordinado ao Ministério da Educação, o citado SPHAN, que teria como principal função cuidar dos bens que fossem tombados como monumentos. Juntamente com a instalação do SPHAN, foi aprovada a primeira legislação federal de preservação, por meio do Decreto-Lei Federal Nº25/1937 (BRASIL, 1937), que até hoje ainda continua vigente e cuja inspiração foi buscada principalmente nas legislações francesas de 1913 e 1930. Dessa maneira, a criação do SPHAN está intimamente relacionada às influências do Movimento Modernista e à instauração do Estado Novo.

Gustavo Capenema, Ministro da Educação entre os anos de 1934 a 1945, foi quem solicitou a Mário de Andrade a elaboração e organização do projeto de criação do SPHAN. Nota-se, entretanto, diferenças significativas entre o projeto original de Andrade e o que foi promulgado. O primeiro ponto de divergência é quanto ao que deveria ser preservado, pois era definido que “todas as ‘obras de arte’ deveriam ser protegidas”, mas a lei promulgada restringiu-se a proteger apenas aqueles de “interesse público” (FONSECA, 2009, p.107). Há de se atentar, também para a pragmática ideologia do projeto promulgado, dado que nessa época predominava abertamente uma mentalidade de modernização, tardia e induzida. A construção de um Brasil Novo “implicava também na construção de um projeto cultural para a Nação” (MICELE, 2001, p.360), que fundamentasse a construção de uma identidade nacional.

Rodrigo de Melo Franco, o primeiro diretor do SPHAN (de 1937 a 1967) tinha a moderação como uma de suas principais características. Assim, os variados enfoques do projeto de Andrade foram se perdendo, em detrimento de outros talvez mais evidentes. De modo mais significativo, observa-se que a preservação das

manifestações populares intangíveis poderiam ter tratamento mais adequado, preparando-se inclusive para a era do rádio e da televisão.

A legislação brasileira visava também à proteção dos “monumentos naturais, assim como os setores e paisagens em que se fazia necessário a conservação e a proteção pela beleza paisagística com que tenham sido dotados pela natureza ou modificados pela ação humana” (BRASIL, 1937, Artigo 1º, Parágrafo 2º). Observa-se, neste caso, que predominavam as preocupações estéticas mais que as históricas ou urbanísticas. Essa legislação resultou no tombamento de algumas cidades entre 1938 e 1939, sendo, então, transformadas em cidades-monumento: Mariana, Diamantina, Congonhas e São João Del Rey, todas em Minas Gerais, que representavam retrospectivamente um período de prosperidade para o Brasil – o “ciclo do ouro” – e tinham em comum o fato de estarem praticamente inertes na dinâmica social e econômica na época do tombamento. Convém lembrar que foi dentro do ideário do Estado Novo que houve um reencontro com um passado considerado “glorioso”, tendo como ícone a figura de Tiradentes, num período de exacerbado nacionalismo.

Consolidando a visão modernista, nota-se claramente a busca pela representação das raças formadoras da cultura brasileira. Entretanto, da forma como foi feita, deixou um legado de tombamento que privilegiou somente um segmento.

A lista dos bens tombados pelo patrimônio Histórico e Artístico Nacional, iniciado em 1938, privilegia o patrimônio edificado dos séculos XVII e XVIII, período da dominação portuguesa. [...] Mas está longe em nossa visão atual de apresentar um quadro significativo da pluralidade da nossa formação, uma vez que não se pode deixar de lado o registro e a referência às marcas significativas, autônomas, deixadas pelos índios, negros ou judeus, assim como não se pode deixar de ampliar a relação de bens culturais referentes à contribuição dos italianos, alemães, japoneses etc. (WEFFORT, 1998, p.60).

Há então, nesse período, uma marca classista visível nas políticas de preservação, pois a priorização do que deveria ser preservado e representativo da memória nacional ostentava a nítida inclinação para as vontades dos intelectuais que as idealizaram. Para perceber essa inclinação, basta consultar a lista publicada dos imóveis e monumentos tombados pelo SPHAN, conforme alerta Miceli (2001, p.360) “para nos darmos conta de que se encontram ali (sobre) representados os espécimes característicos de todas as frações da classe dirigente brasileira, em seus ramos público e privado, leigo e eclesiástico, rural e urbano, afluente e decadente”.

Essa constatação fez aparecer outra possibilidade menos mencionada, ou seja, a de que “o reverso desse tesouro tão apreciado é a amnésia da experiência dos grupos populares, das populações negras e dos povos indígenas” (MICELI, 2001, p.360).

Segundo o mesmo autor, outro aspecto que mostra como as políticas preservacionistas estavam influenciadas pela inclinação dos seus idealizadores pode ser vislumbrada no que concerne aos segmentos da cultura material selecionados.

[...] firmou-se uma opção inequívoca pelos bens de ‘pedra e cal’, em detrimento de outras modalidades de acervo, a começar pelos materiais impressos passíveis de serem processados em arquivos e bibliotecas. Essa orientação associa-se sem dúvida ao fato de terem sido os arquitetos os principais membros na fixação de prioridade da política preservacionista (MICELI, 2001, p.360-361).

Para o autor citado, o SPHAN assumiu a feição de agência política cultural empenhada em salvar do abandono os exemplares arquitetônicos considerados possuidores de valor estético significativo para uma história de formas e dos estilos da classe dirigente brasileira.

Sob a perspectiva dos intelectuais para obras ornamentais e monumentais, permaneceu a política cultural para o patrimônio brasileiro até meados da década de 1960. O Brasil, assim como a maioria dos países latino-americanos, estava distante das discussões que se passavam no restante do mundo em relação à política de preservação, sobretudo, no que se referia aos centros históricos. O SPHAN mantinha o monopólio das ações de preservação no país sem buscar fora do âmbito governamental parceiros ou ideias que viessem a lhe somar<sup>29</sup>.

Em 1946, o SPHAN foi elevado à categoria de diretoria, e recebeu a denominação de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN. Essa fase que se estende por cerca de 30 anos, até à Ditadura Militar, é considerada pelos contemporâneos do órgão como a ‘fase romântica’ onde a instituição teria que se desdobrar para poder cumprir a árdua tarefa a que se propunha (CUTRIM, 2011, p.78).

---

<sup>29</sup>

Para compreender como aconteceram as políticas de preservação em países desenvolvidos, ver a aproximação comparativa com as tendências recentes de dois casos limites, a França e os Estados Unidos, apresentada por Miceli (2001).

A segunda fase da instituição, responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, iniciou em 1967 e se prolongou até final da década de 1970, sob a administração de Renato Soeiro, que transformou a então diretoria em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A linha de trabalho foi modificada, dirigindo-se mais para a preservação de conjuntos. Coincidindo com esta nova fase, houve a divulgação do documento final do II Congresso de Técnicos de Conservação e Restauração de Monumentos e Históricos, em 1964, com a propagada Carta de Veneza. No evento, reuniram-se 700 profissionais, dentre eles brasileiros que estavam de algum modo ligados à restauração de monumentos, preocupados com a falta de conceitos comuns no trabalho de preservação dos bens culturais (WEFFORT, 1998).

O tema de tal congresso foi a conservação do Patrimônio Monumental e Ambiental no Mundo, num momento em que sente-se, também nos países de nova formação, a necessidade de conservar valores artísticos e os elementos representativos das civilizações do passado fundindo seu espírito com a vida moderna (LEMOS, 2010, p.49).

A Carta de Veneza despertou nos cientistas brasileiros a necessidade de sair do ostracismo e de se integrar nas políticas mundiais de preservação. Buscando o contato com organismos internacionais que pudessem lhe oferecer subsídios para um trabalho técnico mais aperfeiçoado, o Brasil solicitou à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1966, a realização de uma visita técnica para avaliação do real estado de conservação em que se encontrava o patrimônio cultural e, principalmente, os centros históricos do país.

O chefe da missão que veio ao Brasil, Michel Parent, inspetor-chefe dos monumentos franceses, além de avaliar os monumentos brasileiros, levantou a questão, até então praticamente desconsiderada, do potencial turístico dos centros históricos. Com essa perspectiva, o interesse no patrimônio foi renovado, como nova possibilidade de crescimento econômico oriunda do turismo cultural se adequando aos planos dos detentores do poder de então, o denominado “Regime Militar”, interessado no chamado “milagre brasileiro” (CUTRIM; SANTOS, 2001).

É importante colocar o distanciamento popular nessas novas políticas, devido à falta de esclarecimento sobre as questões relativas à preservação da memória. Essa situação é compreensível apenas ao se considerar o índice de analfabetismo registrado nesse período. A questão jurídica é outra que deve ser considerada, pois quando o direito do indivíduo não comunga com o do povo, o tombamento, instrumento de preservação mais utilizado, nem sempre se coaduna com as condições sociais referentes ao bem



protegido, invertendo, então, o seu verdadeiro sentido, que é o de preservar, passando a dificultar a sua inserção na dinâmica econômica atual. A Carta de Veneza e várias das ações dela derivadas não solucionaram essas problemáticas que se fazem presentes até os dias atuais (CUTRIM; SANTOS, 2001).

Conforme Cutrim e Santos (2001), o foco no turismo cultural partia, principalmente, de iniciativas da UNESCO e da OEA, as quais, representando os interesses dos países-membros, explicitavam as preocupações das nações ricas nas soluções dos problemas mais emergentes, como o desenvolvimento das áreas pobres e a preservação do patrimônio cultural e natural da Terra. Essas demandas coincidiram com a fase em que os estudiosos do turismo o viam como capaz de apenas proporcionar efeitos positivos à uma população receptora, e a expectativa gerada se mostrou maior do que os resultados alcançados, com a experiência comprovando que muito ainda havia a ser melhorado (BARRETTO, 2000).

Refletindo esse novo momento, a troca de direção do IPHAN no ano de 1967 se mostrava necessária e favorável à modernização do órgão para um país urbanizado e industrializado, não podendo mais conceber a forma como vinha sendo conduzido durante esses trinta primeiros anos. Cutrim (2011) reconhece na figura do seu criador, Rodrigo Melo Franco, juntamente com um grupo restrito de especialistas com poucos recursos técnicos, científicos e, até mesmo, de expediente, uma luta solitária contra o crescente interesse imobiliário. Fazia-se necessária, então, a modernização da instituição na busca de parcerias e novas possibilidades de preservação que não excluíssem o desenvolvimento econômico.

Dando mais um passo, agora, na busca da revitalização dos centros históricos, o então Ministério da Educação e da Cultura convocou os governadores e prefeitos de unidades administrativas com potencial histórico, no intuito de celebrarem um compromisso de solidariedade para a preservação do patrimônio cultural, cujo documento ficou conhecido como “Compromisso de Brasília”, que, posteriormente, em 1971, foi rediscutido e ampliado no resultado chamado de “Compromisso de Salvador” (FONSECA, 2009 ; CUTRIM; SANTOS, 2001).

Weffort (1998) explica que o primeiro compromisso estabeleceu um pacto para ação conjunta entre as diferentes esferas – federal, estadual e municipal – no tocante à proteção de bens culturais, principalmente com os intuitos de criar órgãos e de aperfeiçoar os já existentes, aproximando-os da

realidade de cada local. Segundo a mesma fonte, a reunião de Salvador completou as deliberações supracitadas e tratou principalmente de dispositivos legais e mecanismos que orientassem e auxiliassem as ações a serem tombadas para a preservação do patrimônio cultural.

Nesse momento, a política do IPHAN se voltou, sobretudo, para conjuntos urbanos e cidades históricas tentando encontrar soluções de caráter urbano e social, com assessoria da UNESCO, quando, então, foram pensados planos de revitalização a serem desenvolvidos por organismos ou representações locais em cidades como Salvador (BA), Ouro Preto (MG), Olinda (PE), São Luís e Alcântara (MA). A principal medida verificada a partir desses encontros foi a criação, na maioria dos estados e em alguns municípios, de órgãos de preservação do patrimônio, que tinham a finalidade de realizar políticas locais e nacionais de preservação (VIEIRA, 2008).

Com a meta de fortalecer ainda mais a iniciativa de preservar os conjuntos arquitetônicos, foi criado outro fator de propulsão com a Resolução do Tribunal de Contas da União (TCU) Nº 94, de 01 de abril de 1970, do Tribunal de Contas da União, que permitia aos Municípios e Estados o uso de 5% da sua parte do Fundo de Participação de Estados e Municípios na aplicação de políticas de preservação através do convênio com o IPHAN (TCU, 1970).

Não sendo ainda suficiente o valor conseguido para as ações, foi criado o Programa de Cidades Históricas (PCH), que inaugurou uma nova era na relação entre proteção e revitalização do bem cultural no Brasil. Foi uma iniciativa do Ministério do Planejamento, da Educação e da Cultura, ao que se somaram representantes do Ministério do Interior e Indústria, por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Ministério da Indústria e Comércio, por intermédio da EMBRATUR (CUTRIM; SANTOS, 2001).

De acordo com Cutrim (2011), a finalidade do grupo era efetivar levantamentos a partir de pesquisas que possibilitassem traçar um quadro da real situação do patrimônio do Nordeste, com o intuito de encontrar maneiras de restauração que também permitissem o seu aproveitamento total, ou seja, buscava-se uma visão mais aprofundada do bem cultural a fim de devolvê-la à sociedade de forma dinâmica, conceitos ainda oriundos da Carta de Veneza. Obviamente, os estudos constataram que, para a preservação dos bens históricos, era necessária a sua utilização, o que viria a se adequar a um dos principais objetivos do governo: a

geração de emprego e renda no Nordeste, como produto dos benefícios oriundos do incremento de diversas atividades socioeconômicas entre elas, o turismo (BARRETTO, 2000).

Como fruto do trabalho desse organismo interministerial, aliás criado nos moldes do implantado na França em 1962, o programa iniciado em 1973 contava com dotação específica de recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados (FDPI). Depois de executada e avaliada a primeira fase, constatou-se um êxito considerável; esse resultado foi estendido, a partir de 1977, à Região Centro-Sul. A expansão se deu apenas territorialmente, porque os recursos não foram ampliados a contento, o que, sem dúvida, comprometeu a eficácia do programa (CUTRIM; SANTOS, 2001).

O objetivo maior do PCH era financiar projetos de preservação apresentados pelos Estados ou Municípios, que eram avaliados pelo IPHAN e pelo Ministério do Planejamento, a fim de verificar a sua aplicabilidade econômica e social. A formação de recursos humanos e a geração de empregos nas áreas pertinentes foram consideradas como fundamentais às ações desenvolvidas pelo programa. É importante ainda frisar o apoio dado às atividades culturais locais na tentativa de revitalização dos centros históricos (CUTRIM; SANTOS, 2001).

Há de se atentar para a descentralização proporcionada por este programa, uma vez que os projetos aprovados eram financiados em 80% pelo Governo Federal e o restante necessário era assumido pelo Estado ou Município proponente. Este tipo de ação permitia maior participação da comunidade no processo de preservação e reapropriação dos bens culturais, pois as decisões eram tomadas em nível local. Como consequência, foram realizadas várias experiências de políticas preservacionistas; obviamente, nem todas lograram êxito (CUTRIM; SANTOS, 2001).

Weffort (1998) explica que a primeira cidade a ter seu órgão de proteção de patrimônio cultural foi Salvador, em 1968. O abandono do centro da cidade era palpável, fruto de um processo desorganizado de crescimento urbano. Na tentativa de reverter essa situação, as primeiras ações foram baseadas no incremento do turismo cultural com incentivos a hotéis e tratamento dos locais mais frequentados pelos turistas. Esse modelo não foi suficiente para solucionar maiores problemas sociais da capital baiana.

Uma etapa seguinte se voltou para programas assistenciais junto aos moradores do centro histórico, onde foram criados postos médicos e escolas, assim como foram feitas algumas restaurações isoladas. Essa política também não teve resultados satisfatórios, pois fatores essenciais, como a criação de empregos e a habitação, foram relegados a segundo plano. A este período, segue outro de abandono do Centro Histórico de Salvador, contando com o descaso dos governos federal e estadual, perdas irreparáveis de monumentos aconteceram e, no todo, este período dificultou substancialmente as reformas posteriores (CUTRIM, 2011).

Na década de 1980, agravou-se a crise no IPHAN, e entre os anos de 1979 a 1983, o órgão foi abalado por ampla reforma administrativa sob a direção de Aloísio Magalhães, que abandonou o processo de descentralização que tinha seu ponto forte no trabalho em conjunto com os organismos locais; voltou-se, então, para a centralização, fundindo o IPHAN com o Programa das Cidades Históricas e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

A atuação do IPHAN volta a ser direta criando, assim, novas representações nos Estados. Foi criada a Fundação Pró-Memória, anexada ao IPHAN, com o intuito de facilitar a execução de programas e projetos. Agregando a Fundação Pró-Memória, o IPHAN volta a ser SPHAN, criando-se então o SPHAN/Pró-Memória que incorpora, pouco tempo depois de sua criação, novas responsabilidades como a administração dos Museus Federais, da Biblioteca Nacional e do Instituto Nacional do Livro. O que aconteceu, na realidade foi a transformação do SPHAN/Pró-Memória em um Ministério da Cultura desprovido de recursos suficientes para o seu bom funcionamento, assim como a autonomia necessária que não lhe foi outorgada (CUTRIM, 2011, p.82).

Administrativamente, os órgãos caminhavam juntos (SPHAN e Fundação Nacional Pró-Memória), até a morte repentina de seu presidente, em 1983. Instalou-se, então, uma luta pelo poder dentro dos órgãos, o que resultou no enfraquecimento de ambos, ocasionando o seu desprestígio e dando oportunidade para que o Governo de Collor de Mello o dissolvesse e, em seu lugar, criasse o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), dotado de poucos recursos, pessoal e prestígio. Outra medida desse governo que atingiu diretamente as políticas de preservação, foi o corte de incentivos fiscais que anteriormente eram destinados à área cultural (CUTRIM; SANTOS, 2001). A questão voltou a ser reforçada a partir da Constituição de 1988, conceitua o patrimônio cultural como:

[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...] (BRASIL, 1988, Artigo 216).

Em 1995, aconteceu o retorno da sigla IPHAN. A solução para a crise financeira deste órgão foi encontrada nas parcerias, principalmente na figura do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), a partir das quais os recursos poderiam ser captados da iniciativa privada, ou mesmo de empresas estatais. Para Vieira (2008), houve sensível melhoria na estrutura do órgão federal, podendo procurar outros meios para a sua sobrevivência.

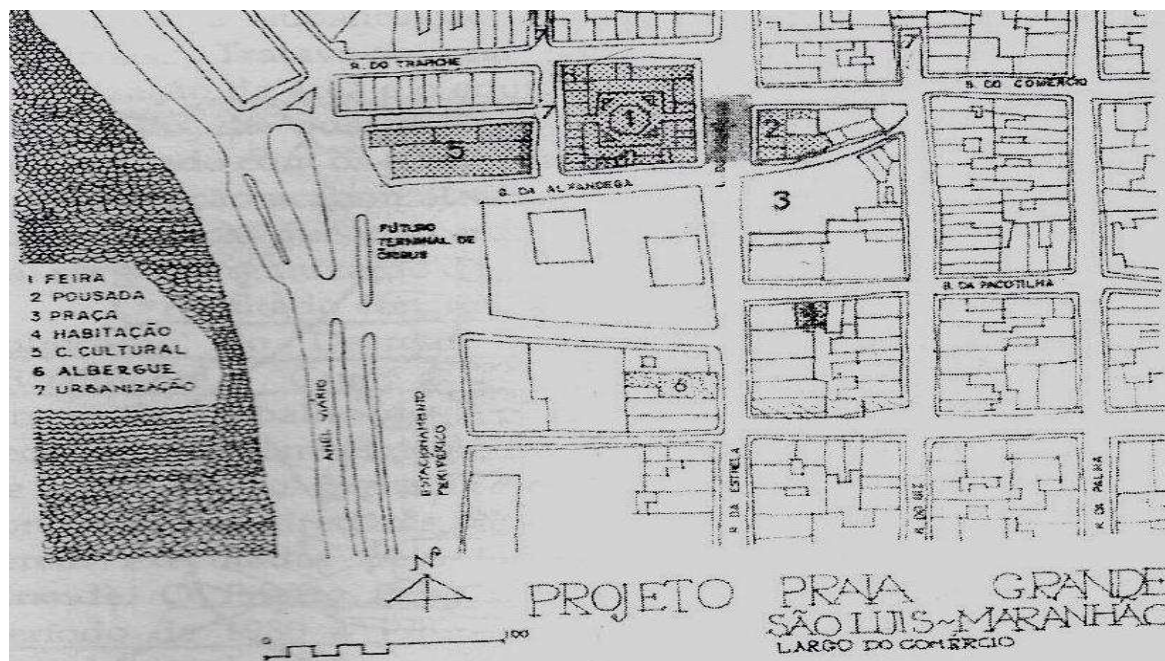
Todavia, apesar desse conceito de patrimônio, a cultura ainda ficou relegada a um plano muito inferior. Prova disto está no percentual de 0,5% do orçamento anual do Governo Federal a ela destinado (CUTRIM, 2011).

### 3.2.3.2 Políticas estaduais de preservação

Os primeiros programas de revitalização do Centro Histórico de São Luís datam da década de 1960, mediante a estadia de representantes da UNESCO na cidade para realização de levantamento técnico sobre o patrimônio existente. Em 1973, o arquiteto português Alfredo Viana de Lima chegou ao Brasil para elaborar o plano de preservação para cidade de Ouro Preto e aproveitou a oportunidade para visitar São Luís e Alcântara, ambas no Maranhão, com seu relatório apontando ações preservacionistas para a capital maranhense. A partir desse documento, foi criado o primeiro órgão estadual de preservação, o Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP-MA). Outro ganho foi a inclusão de um capítulo sobre preservação no plano diretor de São Luís de 1974.

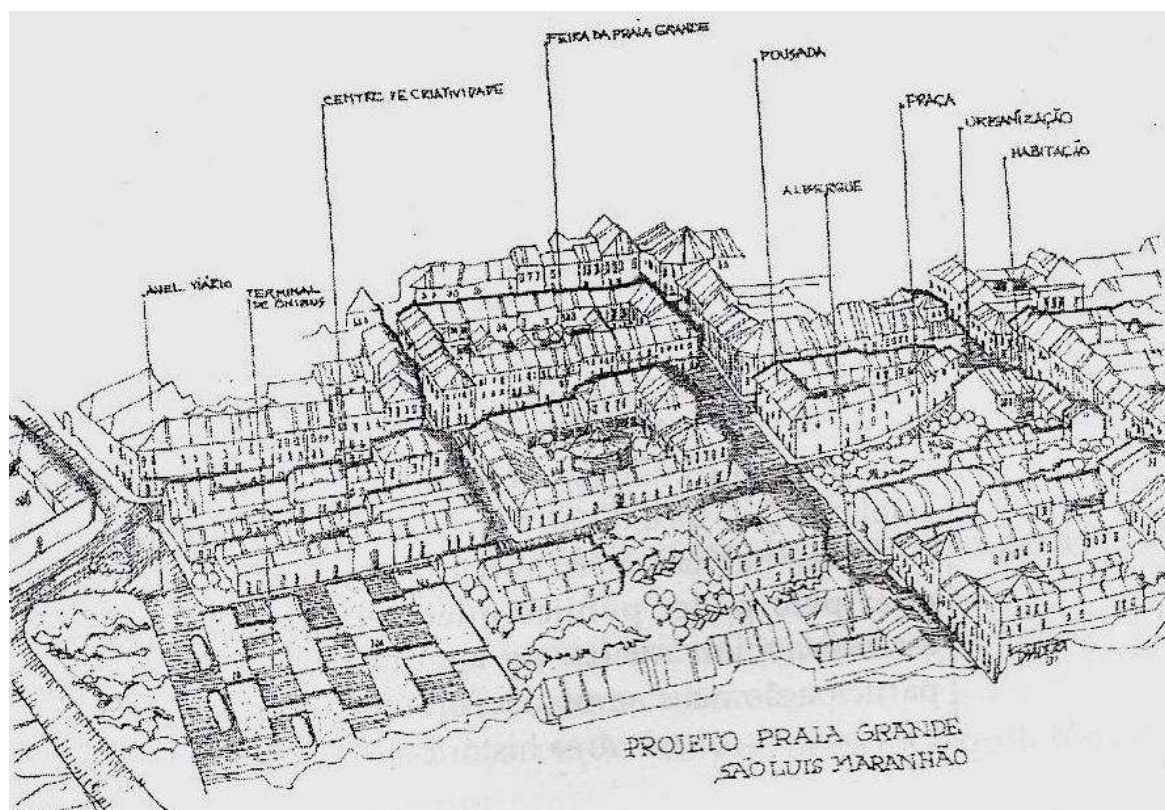
Entre os anos de 1980 e 1982, foi elaborado o Projeto Praia Grande (Figuras 12 e 13) na gestão do ex-Governador João Castelo, que destinou recursos de 2,5 milhões de reais para obras no Largo do Comércio e adjacências. A iniciativa contou com participação popular, principalmente dos feirantes da Feira da Praia Grande, evidenciando o seu caráter social, além da manutenção de uma população de baixa renda no local. A meta básica do projeto foi a “busca da preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís, através de intervenções de caráter social, físico, econômico e cultural” (MARANHÃO, 1994, p.4).

Figura 12: Mapa esquemático de detalhamento do Projeto Praia Grande em São Luís, Maranhão



Fonte: MARANHÃO (1981, p.10)

Figura 13: Perspectiva da proposta do Projeto Praia Grande em São Luís, Maranhão



Fonte: MARANHÃO (1981, p.12)



Entre os anos de 1983 e 1986, o processo de revitalização ficou estagnado por falta de recursos, mas, em 1984, foi criado o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL): composto por doze subprogramas: 1. Promoção Social e Habitação; 2. Restauração do Patrimônio Artístico e Arquitetônico; 3. Recuperação da Infraestrutura e Serviços Públicos; 4. Prédios Públicos; 5. Incentivo às Atividades de Turismo Cultural; 6. Revitalização das Atividades Portuárias; 7. Recuperação da Arquitetura Industrial; 8. Gerenciamento, Planejamento e Administração; 9. Promoção de Parcerias e 10. Captação de Investimentos; e Pesquisa e Documentação; 11. Editoração e 12. Divulgação.

Em 1987, teve início o Projeto Reviver, que constituiu um marco para a revitalização do bairro da Praia Grande, especialmente quanto à recuperação do patrimônio histórico. De acordo com Vieira (2008), esse momento foi o começo de um processo de revalorização do centro histórico, até então abandonado.

O Reviver é uma continuidade do Projeto Praia Grande, mas, em virtude da descontinuidade governamental, houve a opção pela modificação do nome, o que produziu visibilidade às ações, devido à abrangência e concentração de investimentos, com as pessoas passando a se referir à esta área da cidade como “área do Reviver” (VIEIRA, 2008, p.242).

Foram recuperados 107 mil metros quadrados de área urbana, 15 quadras, 200 edificações e 40 mil metros quadrados de imóveis. [...] todas as 200 edificações que foram alvo de recuperação pertenciam ao estado. [...] em 22 de dezembro de 1989, foi oficialmente inaugurada a “restauração da Praia Grande” (VIEIRA, 2008, p.245).

Os anos de 1991 a 1994 foram marcados pela instituição da Coordenadoria de Patrimônio vinculada à Secretaria Estadual de Cultura e ao Projeto Piloto de Habitação. De 1995 a 1997, ocorreu o reconhecimento de São Luís como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Este órgão internacional exigiu que a Prefeitura tivesse um setor específico para cuidar do patrimônio histórico, sendo, então, criada a Coordenadoria de Patrimônio Cultural, subordinada à Fundação Municipal de Cultura (VIEIRA, 2008). Além disso, foi desenvolvido o Plano Municipal de Gestão do Centro Histórico de São Luís, em 1998, com efetivação de 2001 a 2003, com base em princípios de conservação integrada.

Desde o final do século XX, teve continuidade a implementação de projetos do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) e o estímulo ao uso habitacional na região, com a instituição, entre 2003 e 2005, do Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís.

Entre os anos de 2006 e 2015, o centro histórico foi objeto de diversos projetos de revitalização, que promoveram o resgate do patrimônio edificado, como a restauração da Fábrica Progresso para funcionamento do Núcleo de Arqueologia do Maranhão.

No período de 2010 a 2013, foi criado em parceria com o IPHAN, o Plano de Ação Central de São Luís, com objetivos diversos, como estruturar atividades ligadas ao turismo e cultura e incentivar o uso habitacional, dentre outros. Também foram desenvolvidos os planos de Mobilidade e Acessibilidade Urbana da Área Central e de Modernização do Sistema de Gestão Urbana no âmbito do centro histórico.

Entre os anos de 2014 e 2015, o Maranhão recebeu 133,2 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas, que foram destinados a 44 ações de requalificação urbana e de reformas de igrejas, fortaleza, estação ferroviária, monumentos e imóveis protegidos. A maioria desses investimentos foi efetivada em São Luís, como a recuperação urbanística da Praça da Alegria e o restauro da fachada de azulejos do Sobrado dos Belfort. Também deverá ser assinada a ordem de serviço da obra de requalificação da Rua Grande.

Nesse âmbito, verifica-se que existe marcante relação entre o turismo e a cidade, pois a atividade utiliza os recursos existentes na urbe para fins turísticos, além das intervenções que causa no local, contribuindo para melhorias na gestão urbana como abordado nos próximos itens.

### 3.3 INFLUÊNCIAS DO TURISMO NA CIDADE

As interferências benéficas e deletérias do turismo na cidade são expostas nesta subseção sob os prismas da economia, do ambiente, da sociedade e da cultura. A implementação da atividade turística deve ser cuidadosamente analisada, pois pode gerar influências negativas com a sua realização massiva e exploratória (RABAHY, 2003). Sua prévia identificação direciona a adoção de medidas de potencialização daquelas favoráveis à região, bem como de ações para



prevenção, minimização ou correção das consideradas adversas (SANTOS, 2006).

### **3.3.1 Interferências econômicas**

Conforme mencionado anteriormente, a atividade turística é um dos setores da economia de maior crescimento no mundo; por isso, deve-se compreender suas influências quanto ao modelo de desenvolvimento implantado numa localidade. Informações da Organização Mundial do Turismo (2003, p.145) alertam que o turismo é “um agente benigno da mudança econômica e social, [...] capaz de criar emprego e renda”, logo um gerador de desenvolvimento econômico.

Sendo normalmente uma atividade sazonal e segmentada, os gestores públicos devem direcionar esforços para outros setores da economia, para não transformar o turismo na única fonte de renda da localidade. “Isso não quer dizer que, [...] o turismo não possa ser a maior fonte de renda e emprego de uma comunidade ou região” (OMT, 2003, p.145), mas esta deve ser uma das formas de promoção econômica do lugar.

Beni (2001) destaca que a estruturação do turismo constitui um sistema; portanto, para que a ordenação do espaço turístico, conforme já destacado, não dependa unicamente da atividade, é necessária a compreensão de que possui três conjuntos: relações ambientais (ecológicas, sociais, econômicas e culturais), organização estrutural (infraestrutura e superestrutura) e ações operacionais (produção, consumo e distribuição). Dessa forma, entendendo que essas relações se configuram como abertas no conceito de sistema, este é capaz de absorver impactos positivos e negativos, mas, para tanto, ações de planejamento turístico são fundamentais para direcionar o modelo de desenvolvimento de cada localidade, pautado em elementos acumulados e processados em princípios de sustentabilidade, ou seja, “o turismo mais que um sistema, é uma economia numa visão ampla” (LEMOS, 2005, p.94).

Na visão de Ruschmann (2010, p.41), os impactos econômicos do turismo podem ser uma opção, já que “o turismo tem sido apontado como uma das formas para o desenvolvimento econômico dessas áreas, porém depende do direcionamento dos investimentos realizados e por realizar [...]”.

Os benefícios da atividade turística são melhores percebidos e identificados em países em desenvolvimento, por estes estarem buscando ganho

com divisas externas ou câmbio, ou justamente, pelo fato da moeda de nações desenvolvidas serem mais fortes ou as que são conversíveis no mundo (RABAHY, 2003). Nesse sentido, Lickorische e Jenkins (2000, p.90) argumentam que:

a maioria dos governos de países em desenvolvimento estimula o turismo internacional porque esses turistas geralmente vêm de países de moeda forte. Os ganhos de moeda forte permitem que os governos financiem, ao menos, em parte, seus esforços de desenvolvimento.

Para que o ganho seja real com o turismo no lugar, o recurso deverá ser repassado corretamente e investido na economia local, minimizando impactos negativos e maximizando os positivos, tendo a atividade turística como uma das principais geradoras de divisas e também como ferramenta para melhor distribuição desses benefícios (SWARBROOKE, 2000).

Independente do investimento realizado em prol do turismo e o estágio de desenvolvimento das localidades, a atividade causa intervenções diretas (receitas das despesas realizadas nos empreendimentos turísticos locais), indiretas (investimentos ocasionados por empresas que se beneficiam diretamente do setor) e induzidas (aumento do nível de renda local em consequência dos efeitos diretos e indiretos) (SWARBROOKE, 2000).

Um aspecto positivo do turismo na economia é o retorno do capital obtido com gasto dos turistas, induzindo que funcionários atuantes no setor movimentem outras áreas, promovendo a rotatividade do capital interno e ampliando seu efeito multiplicador (RABAHY, 2003).

“Os multiplicadores turísticos pretendem avaliar a relação entre a despesa turística direta na economia e seu efeito secundário” (OMT, 2003, p.150) pela “intensidade por meio do qual o dinheiro gasto pelos visitantes permanece na região de destinação para ser reciclado por meio da economia local” (LAGE; MILONE, 2001, p.132).

Além disso, outro fator positivo é a propensão ao estímulo de investimentos, emprego e renda, por intermédio do aprimoramento e da ampliação da infraestrutura turística, gerando emprego e movimentando uma gama de outros profissionais e negócios (SWARBROOKE, 2000). Sem dúvida, como resultado das inúmeras atividades turísticas, observa-se geração de empregos ligados a este setor.

Em 2013, a atividade turística contribuiu para a economia global com 9,5% do PIB mundial (U\$ 7 trilhões), ultrapassando dados anteriores, mas com um rápido crescimento em relação a outros setores significantes como o financeiro e negócios, transporte e manufaturas. No total, cerca de 266 milhões de empregos estão ligados ao setor de Viagens e Turismo em 2013, ou seja, 1 em cada 11 empregos no mundo (WTTC, 2014, p.3 – tradução do autor<sup>30</sup>).

Para Lemos (2005), as vantagens econômicas são as que apresentam as principais forças propulsoras para o desenvolvimento turístico. Esta afirmação complementa o conceito de Lemos (2001) sobre a troca de valores. Em outras palavras, Cooper et al. (2001, p.159) dizem que “o significado econômico do turismo é determinado não apenas pelo nível de atividade turística que está acontecendo, mas também pelo tipo e pela natureza da economia em questão”.

Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, a influência do turismo proporciona rápida injeção de divisas, contribuindo para o desenvolvimento econômico (OMT, 2009).

---

30

Texto original:

In 2013, Travel & Tourism's total contribution to the global economy rose to 9.5% of global GDP (US \$7 trillion), not only outpacing the wider economy, but also growing faster than other significant sectors such as financial and business services, transport and manufacturing. In total, nearly 266 million jobs were supported by Travel & Tourism in 2013 - 1 in 11 of all jobs in the world.

Os impactos econômicos do turismo são medidos de diferentes formas, pois cada estudo adapta-se à uma finalidade específica. No âmbito daqueles elaborados pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2009), tem-se, de um lado, as avaliações dos gastos e dos efeitos causados pela atividade turística, e de outro, as análises de custos e benefícios. Já Cooper et al. (2001) alegam que a medição desse tipo de impacto está além dos cálculos das despesas turísticas.

Devem ser utilizados os principais ensinamentos dessas formas de interpretação em associação com outros, tais como os de Ignarra (2003), que considera como impactos positivos do turismo: produção de impostos; geração de empregos; ampliação de investimentos (especialmente em infraestrutura); redistribuição de renda; aumento das receitas; acréscimo no recebimento de divisas; elevação do PIB; equilíbrio na balança nacional de pagamentos e propulsão da atividade empresarial.

Ao passo que a atividade proporciona tantas consequências positivas, também pode acarretar negatividades, como dependência, inflação, sazonalidade e custos sociais e ambientais, causando grandes empecilhos na sustentação das economias locais (RUSCHMANN, 2010).

Já os negativos, para o mesmo autor, são: possível inflação de preços de produtos e serviços oferecidos; perda de benefícios econômicos potenciais e migração de mão de obra de regiões rurais para áreas urbanas e sua importação outros países, pois a renda gerada com este tipo de trabalho pode ser repatriada.

Cooper et al. (2001) afirmam que os impactos econômicos do turismo para determinada localidade podem trazer inúmeros significados benéficos, desde que seja visto como uma força propulsora para o desenvolvimento, ressaltando que a dependência da atividade turística pode desviar os incentivos de outros setores da economia, gerando eventuais desequilíbrios.

Dias (2003a, p.11) lembra também que “um destino turístico pode ter um *boom* de procura de um momento para o outro, mas também pode entrar em decadência com a mesma velocidade com que cresceu”. Ruschmann (2010, p.110) esclarece que “muitas destinações turísticas que atingiram o ponto de dependência total do turismo [...] para viabilizarem-se economicamente, necessitam de grande número de turistas (turismo de massa)”.

Entendendo que o turismo passa por períodos de sazonalidade, a sua não vinculação torna-se, então, fundamental para que outros setores da economia possam ser conciliados com momentos de baixo fluxo e também gerar impactos positivos para a localidade. Como alternativa para administração de condições sazonais, pode ser citado o incentivo ao turismo de eventos (esportivos, de negócios, acadêmicos etc.) para a manutenção de um movimento razoável, permitindo o funcionamento dos equipamentos turísticos e, conseqüentemente, a empregabilidade da mão de obra local (DIAS, 2003a).

Essa dependência do turismo é um aspecto amplamente discutido em relação à conservação do meio e da cultura local, pois em situações de fluxos elevados, é normalmente ultrapassado o limite da capacidade de carga da localidade, ocasionando diversos problemas para os residentes, como falta de água e comida e congestionamento no trânsito (RABAHY, 2003), dentre outros impactos ambientais adiante relatados.

### **3.3.2 Interferências ambientais**

O ambiente de vivência do homem passa por constantes mudanças, ampliando as preocupações dos governantes em relação ao meio, como base para a sobrevivência do ser humano. Essa inquietação sobre o meio natural<sup>31</sup> vem ganhando mais espaço diante de transformações de origem antrópica (SWARBROOKE, 2000).

O homem e sua busca pelo desenvolvimento têm promovido danos ambientais, em certos casos irreversíveis, e “embora todos reconheçam que o desenvolvimento é uma meta desejável, nos últimos anos cresceu a preocupação em saber se as limitações ambientais virão restringi-lo [...]” (LAGE; MILONE, 2001, p.189).

Com o turismo e com a realização de eventos, são geradas divisas e investimentos em infraestrutura adequada ao atendimento das necessidades do turista na localidade. Por isso, é importante a prévia verificação dos tipos desejáveis de possíveis interferências. Atualmente, uma das preocupações está relacionada com a conservação ambiental.

---

<sup>31</sup>

O ambiente natural é aquele estruturado por componentes da natureza – físicos (clima, ar, água, solo e subsolo) e biológicos (flora e fauna) (HARDT, 2000).

O ambiente, seja ele natural ou artificial, é o ingrediente mais fundamental do produto turístico. Entretanto, no momento em que a atividade turística acontece, o ambiente é inevitavelmente modificado, seja para facilitar o turismo ou durante o processo turístico. A preservação ambiental e os programas de melhoramento são agora uma parte fundamental de muitas estratégias de desenvolvimento e tais considerações são tratadas com muito mais respeito do que eram durante a primeira metade do século XX (COOPER et al., 2001, p184).

No âmbito turístico, Lickorish e Jenkins (2000, p.116) afirmam que “há exemplos em que quase todos os países onde o desenvolvimento do turismo foi identificado como sendo a principal causa da degradação ambiental”. Por outro lado, esclarecem também que “deve-se notar que não é apenas o desenvolvimento do turismo que degrada o meio ambiente. A expansão pouco planejada da indústria e da agricultura também provocou consequências desastrosas em alguns locais”. Portanto, ao longo do processo de desenvolvimento, outras atividades afetam negativamente o ambiente.

O turismo, como qualquer outra atividade, causa intervenções ambientais, sofrendo as consequências por utilizar os recursos naturais como atrativo, como nos casos dos segmentos de aventura e ecoturismo. Mas quando executado corretamente, as interferências, ao invés de serem negativas, tornam-se positivas (SIMONIAN; PINTO; CAMPOS, 2007).

O turismo ecológico tem como característica a proteção do meio por parte dos integrantes da cadeia produtiva, sendo:

[...] uma forma de viajar que incorpora tanto o compromisso com a proteção da natureza como a responsabilidade social dos viajantes para com o meio visitado, tem contribuído para diminuir os impactos negativos da atividade sobre as localidades turísticas (RUSCHMANN, 2010, p.61).

Ruschmann (2010, p.56) também especifica que “qualquer mutação econômica ou social, independente de sua origem, pode provocar modificações na relação do homem com seu espaço”. Então, se desenvolvida de maneira indiscriminada e descontrolada, o turismo pode provocar danos ao meio natural que podem se estender por todos os recursos da natureza. Por outro lado, informações da OMT (2003, p.175) destacam que a atividade é um fator de influência para “a criação e manutenção de parques nacionais e outras áreas de preservação”

Para que os impactos sejam em sua grande maioria benéficos, é necessário um controle e coordenação dos agentes públicos, tais como:

Governo: por meio de legislação, impostos, subvenções, benefícios, multas, infraestrutura, programas educacionais etc.; Indústria: por meio de tecnologias limpas, produção econômica consciente etc.; Sociedade civil: por meio da conscientização dos consumidores, educação ambiental e outras iniciativas particulares (LAGE; MILONE, 2001, p.191).

Tais cuidados podem transformar o setor turístico de “vilão” para verdadeiro “herói”, minimizando os efeitos humanos degradantes não apenas sobre o aspecto ambiental, mas englobando o econômico e o sociocultural.

Por mais que a atividade turística seja mínima, gera impactos sobre os ambientes, mas, por outro lado, pode forçar a administração governamental e a iniciativa privada a preservarem áreas silvestres, por meio da criação de unidades de conservação de proteção integral, a exemplo de parques – nacionais, estaduais e municipais – e monumentos naturais, ou de uso sustentável, como áreas de proteção ambiental e reservas particulares do patrimônio natural (SIMONIAN; PINTO; CAMPOS; PINTO, 2007) , com os intuitos de proteger os recursos da natureza e de aliar condições de conforto para a comunidade e para o turista (BRASIL, 2000).

Por outro lado, Magalhães (2002) diz que a forma predatória do turismo ao se apropriar de lugares leva a uma discussão importante com relação à sustentabilidade e à decorrente necessidade de tornar-se menos impactante tanto para o ambiente natural quanto para o meio social.

Perante inúmeros estudos e processos de conscientização ambiental, há tendência para a prática de um tipo de turismo mais individualizado e preservacionista, o qual é denominado por Ruschmann (2010, p.9) como “contemporâneo”, afirmando que compreende a “busca do verde e a fuga dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer”.

Essa prática pelo novo turismo tem sido explorada pelo estado do Maranhão por meio da criação dos dez polos turísticos (Figura 14), sendo que nove possuem como principal atrativo os recursos naturais (Figura 15).

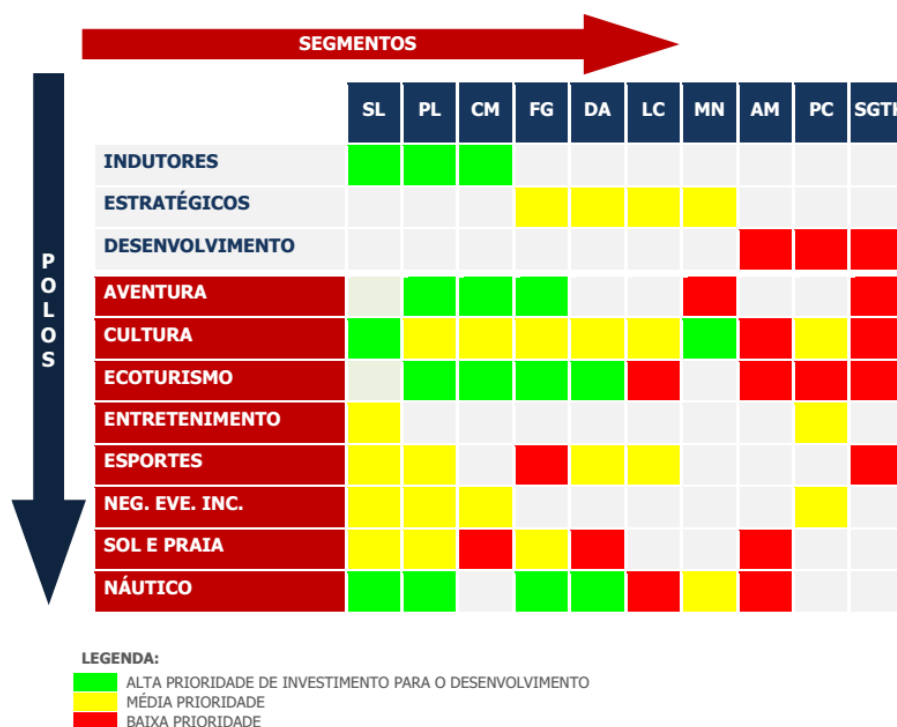
Figura 14: Mapa esquemático de polos turísticos do estado do Maranhão



Fonte: SETUR-MA (2012, p.65)



Figura 15: Matriz de estratégia de desenvolvimento e estruturação do produto turístico Maranhão por segmentos e polos



Fonte: SETUR-MA (2012, p.189)

Notas:

- SL = São Luís
- PL = Parque dos Lençóis
- CM = Chapada das Mesas
- FG = Floresta dos Guarás
- DA = Delta das Américas
- LC = Lagos e Campos Floridos
- MN = Munin
- AM = Amazônia Maranhense
- PC = Cocais
- SGTK= Serras, Guajajara, Timbira e Kanela

Observa-se, dentre os oito segmentos destacados no Plano Maior 2020<sup>32</sup> (MARANHÃO, 2012), destaques para aventura, ecoturismo, esportes, sol e praia e náutico na formatação de atrativos turísticos que compõem os produtos a serem comercializados com a imagem de cada polo do Maranhão.

<sup>32</sup>

O Plano Maior 2020 é “o instrumento técnico adequado para alcançar o objetivo de impulsionar o turismo do Estado, em que se deve considerar a necessidade de um trabalho técnico contínuo de implantação e adequação do planejamento, a fim de que este crescimento turístico seja sólido e sustentável” (SETURMA, 2012, p.8).

Esse conceito está relacionado com a preocupação com o bem-estar do indivíduo em relação a elementos da natureza, pois, em geral, as metrópoles carecem da presença de ambientes naturais e o lazer acaba sendo levado para espaços construídos. Dessa forma, a procura pela tranquilidade em áreas verdes vem provocando o aparecimento do chamado “turismo ecológico” ou “ecoturismo”. Além disso, “a busca de alternativas ao turismo tradicional tem levado à exploração de lugares novos, em muitos casos, com ecossistemas frágeis que correm o risco de uma rápida e irreversível degradação” (OMT, 2001, p.228).

A princípio, medidas de proteção do meio são menos onerosas e mais fáceis do que ações para correção de danos causados pelo turismo, que, em geral, é consumidor de recursos naturais, pois o ambiente – natural ou artificial – é o principal ingrediente para a sua realização (SIMONIAN; PINTO; CAMPOS, 2007). Portanto, afere-se que não é possível o desenvolvimento da atividade turística sem impactos ambientais, pois, a partir do próprio deslocamento do turista para consumo do produto, já está impactando o meio, por intermédio das alternativas utilizadas para locomover-se, hospedar-se e alimentar-se, dentre outras. Mas é possível, mediante adequado processo de planejamento, gerenciar o desenvolvimento do turismo com o intuito de garantir a preservação e a conservação ambiental (RUSCHMANN, 2010).

De forma genérica, Cooper et al. (2001) apontam os seguintes efeitos positivos do turismo sobre a cidade: conservação de florestas e de outros recursos naturais; preservação e restauração de monumentos antigos e de locais e prédios históricos; proteção de recifes e praias; melhoria na qualidade ambiental dos atrativos; e iniciativa de planejamento, por parte do setor público, para elevação da qualidade ambiental. Por outro lado, os autores também indicam os seguintes resultados negativos: caça e pesca predatórias; erosão de dunas e solos frágeis; aumento do lixo em locais impróprios e sem tratamento; poluição sonora, atmosférica, hídrica e visual; diminuição de áreas verdes; migração de animais e destruição da flora e da fauna; despejo de esgotos em corpos hídricos; abertura de acessos em locais vulneráveis, congestionamentos, degradação da paisagem e de sítios arqueológicos e históricos, dentre outros (COOPER et al., 2001; RUSCHMANN, 2010). A várias dessas interferências, podem ser associadas a outras de caráter sociocultural, abordadas na sequência.

### 3.3.3 Interferências socioculturais

Conhecer o turismo na perspectiva dos seus efeitos socioculturais é tão importante quanto avaliar os resultados econômicos e os impactos ambientais, até mesmo por esses serem visualizados pelas comunidades em um período de médio a longo prazo, pois “aqueles são geralmente menos tangíveis que estes e, assim, mais complexos para sua quantificação” (LAGE; MILONE, 2001, p.153).

Essa dificuldade pode ser proveniente da complexidade e de tantos fatores que influenciam a organização de indivíduos em grupos, criando seu estilo de vida semelhante ou não, sendo essa organização interpretada como sociedade.

Devido ao deslocamento ocasionado pelo turismo, o contato entre pessoas envolve tanto indivíduos quanto grupos ou sociedades existentes, levando-os à troca de características culturais, ideias e pensamentos. O encontro se dá pela compra de bens e serviços, bem como pela ocupação do mesmo ambiente físico.

Mendes, Quintiliano e Coriolano (2007) acrescentam que o turismo é pessoal, ou seja, deve ser consumido pelo turista na destinação da visita. Portanto, os moradores do local de visitação entrarão em contato com os visitantes durante o período da sua estadia, implicando, nesses momentos, em impactos favoráveis ou desfavoráveis.

Mas não é necessário que os moradores estejam em contato com os turistas para que ocorram alguns tipos de interferência, os quais, para Cooper et al. (2001), podem ser indiretos e induzidos. Os primeiros estão relacionados com mudanças sociais que acompanham o ambiente pelo advento do turismo, por meio de soluções de comunicação, transporte e infraestrutura.

Os segundos têm relação com a alteração do nível de qualidade local, devido ao fluxo intenso do turismo, ocasionando a elevação do consumo e a acentuação das necessidades, bem como a aceleração de transformações sociais. Os autores complementam que “o verdadeiro impacto sociocultural é muito mais abrangente e engloba efeitos diretos e indiretos, de forma semelhante aos impactos econômicos” (COOPER et al., 2001, p.202).

Conforme mencionado, deve-se entender que o nível de impacto varia de acordo com o tipo de turismo praticado na região, ou seja, o de massa pode causar mais efeitos negativos, enquanto o ecoturismo mais resultados positivos. Alguns autores, como Ruschmann (2010) e Santos (2006), dizem, ainda, que o grau de

interferência depende do tipo de turista que visita a localidade, pois a sua magnitude se relaciona com diferenças socioculturais existentes.

Por estar relacionada com o envolvimento entre pessoas de diferentes culturas, a atividade turística é alvo de críticas negativas, por degradar, em alguns casos, estilos de vida das sociedades envolvidas.

É uma pena que muitos dos que escrevem sobre os impactos sociais e culturais tenham a tendência de reagir negativamente ao desenvolvimento do turismo. Tais reações negativas devem ser vistas da mesma forma que os fatores que não beneficiam a economia – são problemas que requerem soluções de gerenciamento (JENKINS; LICKORISH, 2000, p.105).

O turismo pode gerar consequências negativas à localidade principalmente em países em desenvolvimento, dado o fato de que, em sua maioria, passam por problemas internos, o que contribui para que o turismo seja considerado como alternativa de curto prazo para a resolução dos problemas, menosprezando o planejamento como ferramenta fundamental para a qualidade turística (RIBEIRO; FERREIRA, 1998). Lage e Milone (2001, p.157) acrescentam que “quando esses países são também relativamente subdesenvolvidos, é mais provável que existam efeitos socioculturais negativos do desenvolvimento turístico, do que em locais maiores, ou seja, países desenvolvidos”.

Na prática, o que se percebe é que, nas fases do relacionamento entre o autóctone e turista, há uma visão econômica da atividade, esquecendo-se, em geral, que existem outros fatores envolvidos nessa interação, os quais, se não forem devidamente trabalhados, podem gerar conflitos entre ambos, resultando em choque de culturas e o chamado “efeito imitação”, onde “os valores turísticos podem ser adotados e transferidos [...]” (LAGE; MILONE, 2001, p.163) pela comunidade, chegando-se até o nível do antagonismo, como o momento em que “os moradores já não disfarçam sua irritação e responsabilizam os turistas por todos os seus males, e pelos problemas da localidade, tais como aumento de impostos, da criminalidade, de desajustes da juventude, etc.” (RUSCHMANN, 2010, p.47).

Já os impactos culturais são visivelmente percebidos na deterioração do patrimônio, na descaracterização do artesanato, na modificação do folclore e, principalmente, no crescimento da arrogância cultural (SWARBROOKE, 2000).

Entretanto, há benefícios da atividade quando a mesma é desenvolvida com responsabilidade e embasada em adequado processo de planejamento; assim, “o turismo pode se tornar o elemento que irá garantir a manutenção de certas tradições originais que atraem os turistas” (LICKORISH; JENKINS, 2000, p.108). Esses mesmos autores complementam vantagens quando afirmam que “em um nível social, o turismo bem organizado pode favorecer contatos entre turistas e a população local, estimular o intercâmbio cultural, levar a um entrosamento amigável e responsável e, por fim, aumentar as ligações entre os países”.

Com a atividade turística, as relações entre turistas e autóctones podem se estreitar, fazendo com que o visitado valorize suas características, ou até mesmo, busque resgatar valores e reforçar hábitos e costumes às margens do esquecimento. “O turismo oferece incentivos econômicos e apoio social para a manutenção e revitalização de diversas atividades culturais” (OMT, 2003, p.160). Nesse âmbito, incentivos podem se referir à educação, à saúde, ao emprego e à renda, além de melhorias na infraestrutura, especialmente de saneamento básico.

Dentre os aportes da atividade turística, o impacto social é fator imperativo de estudo, pois está relacionado ao envolvimento do turista com o morador e vice-versa, com as relações sociais modificando as formas de relacionamento dos autóctones, fazendo com que ocorra um processo significativo de atração e retração. Doxey (1975<sup>33</sup> apud OMT, 2001) propõe fases de escala para medir o nível dos impactos socioculturais na localidade, a partir da atividade turística:

- a) euforia – sua aparição desperta entusiasmo na população;
- b) apatia – sua interpretação é apenas como negócio lucrativo;
- c) irritação – sua ocorrência alcança os níveis de saturação do local;
- d) antagonismo – sua existência é considerada a causa de todos os males;
- e) final – seus atrativos não atraem mais os turistas.

---

<sup>33</sup>

Ver argumentação do autor em:  
DOXEY, George V. A causation theory of visitor-resident impact irritants: methodology and research inferences. In: Travel and Tourism Research Associations Annual Conference, VI, San Diego, 1975. Proceedings... San Diego, 1975. p.195-198.

Esse modelo de Doxey aponta fases de “encantamento” do morador com os turistas e os benefícios que o turismo promove no local visitado; por outro lado, o crescimento dessa euforia pode causar rejeição ao longo do desenvolvimento turístico, caso a promoção e realização da atividade seja conduzida sem aliança de aporte político e de planejamento e gestão, orientado por um modelo sistêmico, qualitativo e sustentável.

Dessa maneira, faz-se necessária a segmentação do perfil do visitante desejado de acordo com o produto ofertado, assim como com os benefícios desejados com a atividade turística. Plog (1977<sup>34</sup> apud OMT, 2001) a subdivide os visitantes turistas de acordo com suas características psicofísicas em:

- a) alocêntricos – compreendem aqueles de maior poder aquisitivo e que se sentem atraídos por destinos desconhecidos, onde não haja desenvolvimento turístico prévio;
- b) psicocêntricos – correspondem àqueles com renda um pouco mais baixa e que buscam cenários familiares, não se aventurando em lugares desconhecidos e necessitando de infraestrutura de alto nível.

É difícil tomar decisões com relação ao fluxo de visitantes, pois empresários e poder público, na maioria das vezes, buscam um desenvolvimento turístico com intensidade. Deve-se enfatizar, entretanto, a importância da limitação do fluxo por meio do estabelecimento da capacidade de carga do ambiente para suportar um número adequado de visitantes por período. Por isso, frisa-se que é possível dotar a localidade com estrutura turística de qualidade e compatível com as condicionantes ambientais, direcionada para o público desejado (SILVA, 2007).

Pode-se, ainda, destacar os seguintes impactos positivos (Quadro 8): melhoria da infraestrutura básica (coleta de lixo, comunicação, instalações sanitárias e sistemas viário e de transporte etc.); estimulação dos residentes pela cultura local, tradições e costumes; valorização do patrimônio histórico; intercâmbio cultural entre moradores e visitantes; e elevação dos padrões de qualidade de vida.

---

<sup>34</sup>

Ver argumentação do autor em:  
PLOG, Stanley. Why destination areas rise and fall in popularity. In: KELLY, Edward (Org.). **Domestic and international tourism**. Wellsbury, MA: Institute of Certified Travel Agents, 1977.

Por sua vez, os negativos (Quadro 8) estão relacionados com: colonialismo por parte de países em desenvolvimento com relação à dependência de divisas estrangeiras, ocasionando o aumento da criminalidade, da prostituição e de outros problemas sociais; descaracterização da cultura local; congestionamento de veículos e pessoas; perda de características da linguagem local (por interferências como gírias, sotaques etc.); e mudanças nas atividades tradicionais (OMT, 2001).

Quadro 8: Impactos positivos e negativos do turismo no âmbito sociocultural

FATOR ASSOCIADO AO TURISMO	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
O uso da cultura como atração turística	Maior apoio para culturas tradicionais e expressões de identidade étnica. Revitalização de artes, festivais e linguagem tradicionais	Mudanças nas atividades e artes tradicionais para adequar-se à produção para turistas Desagregação e aglomeração em atividades tradicionais, invasão de privacidade Reforço de estereótipos negativos
Contato direto entre moradores e turistas	Quebra de estereótipos negativos, aumento das oportunidades sociais	Aumento do comercialismo. Introdução de doenças Efeito demonstração
Mudanças na estrutura empregatícia e econômica resultantes das transformações dos papéis sociais	Novas oportunidades econômicas e sociais que diminuem a desigualdade social	Conflito e tensão na comunidade Aumento da desigualdade social Perdas de linguagem
Desenvolvimento de instalações turísticas	Maiores oportunidades recreativas	Impossibilidade de acesso a locais e atividades recreativas
População maior, em função do turismo e do desenvolvimento associado	Apoio a instalações médicas, educacionais e outras que melhoram a qualidade de vida	Superpopulação e congestionamento viário Aumento da delinquência

Fonte: Adaptado de Pearce, Moscardo e Ross (1996) e de OMT (2003).

Em síntese, o turismo influencia diretamente na estrutura social de uma região, pois são inúmeras as possibilidades de ganhos para os envolvidos, ficando claro no estudo daquele autor que, para a relação entre o turista e a comunidade não ultrapassar a segunda fase, devem ser seguidos os princípios fundamentais do desenvolvimento da atividade (planejamento integrado, determinação da capacidade de carga do local, consenso e participação da comunidade, e conscientização dos visitantes), constituindo aspectos-chave para a atuação eficiente do turismo.

Nesse sentido, há complementaridade no envolvimento de agentes turísticos e da população a partir do entendimento de que, se bem estruturado, o fenômeno traz amplos benefícios; caso contrário, há perdas generalizadas com as adversidades produzidas no ambiente onde está inserido.

Assim, compreende-se que o turismo promove influências positivas e negativas em diversos âmbitos e é fundamental que gestores do turismo promovam o desenvolvimento qualitativo e equitativo da atividade no destino turístico para que todos possam receber seus benefícios diretos e indiretos.

É notório que a atividade turística em cidades cresce a cada ano, necessitando de recursos – materiais, financeiros, físicos, técnicos, tecnológicos e outros – para o seu devido planejamento e adequada execução, em sintonizada interação com o processo de gerenciamento urbanístico.

### 3.4 PROCESSOS DE GESTÃO DO TURISMO E DA CIDADE

Esta subseção recupera aspectos dos discursos do desenvolvimento sustentável e das políticas públicas de desenvolvimento turístico e urbano. Desde o momento em que tiveram início as discussões sobre questões ambientais globais e locais, ocorreram diversas fases de concepção de conceitos e definições, tornando imprescindível a análise teórica da sustentabilidade, a qual vem, continuamente, sendo modificada com o passar do tempo, apesar de permanecer, constantemente, como uma temática em evidência.

Por sua vez, as práticas referentes ao desenvolvimento sustentável, em grande parte originadas de políticas públicas, também têm sido alvos de amplos debates, especialmente frente a procedimentos de planejamento e gestão, que, na presente pesquisa, têm foco em aspectos turísticos e urbanísticos.

#### 3.4.1 Discursos do desenvolvimento sustentável

A partir de “temas emergentes” sobre sustentabilidade, os governantes entenderam a sua importância para o desenvolvimento equilibrado das nações. Segundo Boff (2012), essas temáticas estão principalmente relacionadas às áreas de meio ambiente, educação, cultura, saúde e responsabilidade social.



Partindo do pressuposto da necessidade de compreensão da existência de profundas mudanças em curso no mundo, depreende-se que são características dos períodos contemporâneos de alterações graduais de valores e atitudes, as quais, em nenhum outro momento da história da humanidade, exigiram adaptações tão urgentes quanto as vivenciadas na atualidade (BOFF, 2012).

Diante das atuais taxas de crescimento econômico e populacional, os recursos naturais não renováveis do planeta vêm se exaurindo em velocidade surpreendente, provocando impactos negativos sobre a qualidade de vida, ligada, intrinsecamente, ao desenvolvimento econômico, mas dependente da efetividade dos direitos sociais apontados no Artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que conferem dignidade à pessoa humana (MARQUES, 2010, p.37). Para a modificação dessa situação, o desenvolvimento sustentável tem sido apontado como uma das principais soluções como forma de minimização desse cenário, suprindo as necessidades de hoje sem comprometer as das gerações futuras (CMMAD, 1988).

Com ampla inserção deste conceito, a sociedade caminha para efetiva e adequada consciência ambiental, pois é notório que governantes têm começado a modificar suas percepções para atender as carências da sociedade e também tornar suas nações detentoras de tecnologia ambiental (POLONSKY, 1994).

Conforme Andrade, Tachizawa e Carvalho (2003), a importância do tema “meio ambiente” no âmbito acadêmico e político começou a ser destacada, em nível global, na segunda metade do século XIX, originando uma série de estudos e pesquisas sobre a temática. Os autores esclarecem que o ano de 1948 foi o marco da chamada “Reunião de Roma” (Itália), em que autoridades mundiais perceberam os problemas ambientais como atuais e de responsabilidade do ser humano. Todavia, o desenvolvimento sustentável foi estudado com maior profundidade a partir da Conferência sobre a Biosfera, em Paris (França) em 1968, sendo, então, despertada a consciência ecológica com maior ênfase. Em seguida, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo (Suécia) em 1972, a questão ambiental foi debatida, pela primeira vez, como fator primordial por governantes, que entenderam o imperativo do combate de fatores de degradação do planeta.

Acrescentando informações às acima apresentadas, Custódio (2004, p.57) diz que:

no bojo da revolução técnico-científica que definiu e continua a definir o

perfil do fim do século XX e início do século XXI, colocando à disposição do homem saberes e recursos nunca antes imaginados, a questão ambiental emerge como nova ordem social e política. Aos debates sobre os limites do crescimento com os quais a questão se coloca em todos os relevantes encontros para a discussão da temática ambiental (Estocolmo/72, ECO/92, Johannesburgo/02) impõem-se, hoje, discussões relativas à superação desses limites por meio de tecnologias alternativas movidas pela busca da adequação entre potencial de recursos e produção social.

Esses encontros levaram à elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável, relacionado à saída de um modelo predatório para um equilibrado, sem perda de espaço no mercado, ou seja, implicando em diversas modificações nas formas que se interpreta o mundo, pois o atendimento às exigências de proteção dos recursos naturais deve estar enquadrado em um processo de planejamento de longo prazo. Mas, ainda permanecem dúvidas sobre como manter o crescimento econômico em associação com a preservação ambiental e com as questões sociais de forma que todos possam ser beneficiados.

Nesse âmbito, Dias (2003b, p.48) faz a seguinte interpretação:

embora seja um conceito amplamente utilizado, não existe uma visão única do que seja o desenvolvimento sustentável. Para alguns, alcançar o desenvolvimento sustentável é obter o crescimento econômico contínuo por meio de manejo mais racional dos recursos naturais e a utilização de tecnologias mais eficientes e menos poluentes. Para outros, o desenvolvimento sustentável é antes de tudo um projeto social e político destinado a erradicar a pobreza, elevar a qualidade de vida e satisfazer às necessidades básicas da humanidade, que oferece os princípios e orientações para o desenvolvimento harmônico da sociedade, considerando a apropriação e a transformação sustentável dos recursos ambientais.

De acordo com diversas definições sobre desenvolvimento sustentável emanadas dos citados encontros, Magalhães (2002) entende que o conceito central de pensamento no futuro da sociedade está sendo reinterpretado como estratégia de expansão dos lucros.

Confirmando esse entendimento, Stahel (1995<sup>35</sup> apud MAGALHÃES, 2002, p.40) trabalha o significado numa estrutura capitalista de produção e consumo, em que “[...] o desenvolvimento sustentável tem sido difundido sem deixar

---

<sup>35</sup>

Ver argumentação do autor em:

STAHEL, Andri Werner. **De Estocolmo ao Rio: a mutação da problemática e do movimento ecológico**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco – EDUSF, 1995.

clara sua significação dentro do quadro capitalista”, como uma ideologia de legitimação da sua insustentabilidade.

Em consequência dos debates relacionados ao meio ambiente ocorridos no final da década de 1980, foi criada, pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), presidida pela então primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, a qual teve como objetivos:

reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular propostas realísticas para abordá-las; propor novas formas de cooperação internacional nesse campo, de modo a orientar as políticas e ações no sentido das mudanças necessárias, e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os à uma atuação mais firme (COMISSÃO BRUNDTLAND, 2013, s.p.).

Desse encontro resultou o denominado “Relatório Brundtland”, também intitulado “Nosso Futuro Comum”, que expõe resultados de pesquisas realizadas entre 1983 e 1987 sobre a situação da degradação ambiental e econômica do planeta, realçando, assim, a importância da preservação do meio (ANDRADE; TACHIZAWA; CARVALHO, 2003; CMMAD, 1988).

Estudos de Magalhães indicam que o Relatório Brundtland (2002, p.35 e 36):

[...] apresentou um teor conciliatório, visto que, respeitando a vontade dos países do Terceiro Mundo de trilhar os caminhos do desenvolvimento econômico – já percorridos pelo Primeiro Mundo –, defendeu a manutenção do crescimento para todos (países e pessoas), a ser alcançado pela reorientação tecnológica, pela criação de meios de fiscalização internacionais de controle populacional e por políticas de ajustes e ajuda financeira dos países ricos aos pobres. Para o relatório, pobreza e deterioração ambiental são o resultado do contexto de causa recíproca. Mas entende-se que os dois são resultado de um modo concentrador de produções econômica e espacial que não foi tratado por esse relatório. Talvez em razão de não querer repensar o papel das atividades econômicas no processo de desenvolvimento dos lugares, ou mesmo por temer aprofundar na lógica do capitalismo apresentando entraves para implementação da lógica proposta pelo Desenvolvimento Sustentável.

Focando no seu posicionamento filosófico, Lima (1997<sup>36</sup> apud MAGALHÃES, 2002, p.37) vai além, destacando que o relatório:

[...] recusa tratar exclusivamente dos problemas ambientais, optando por

<sup>36</sup>

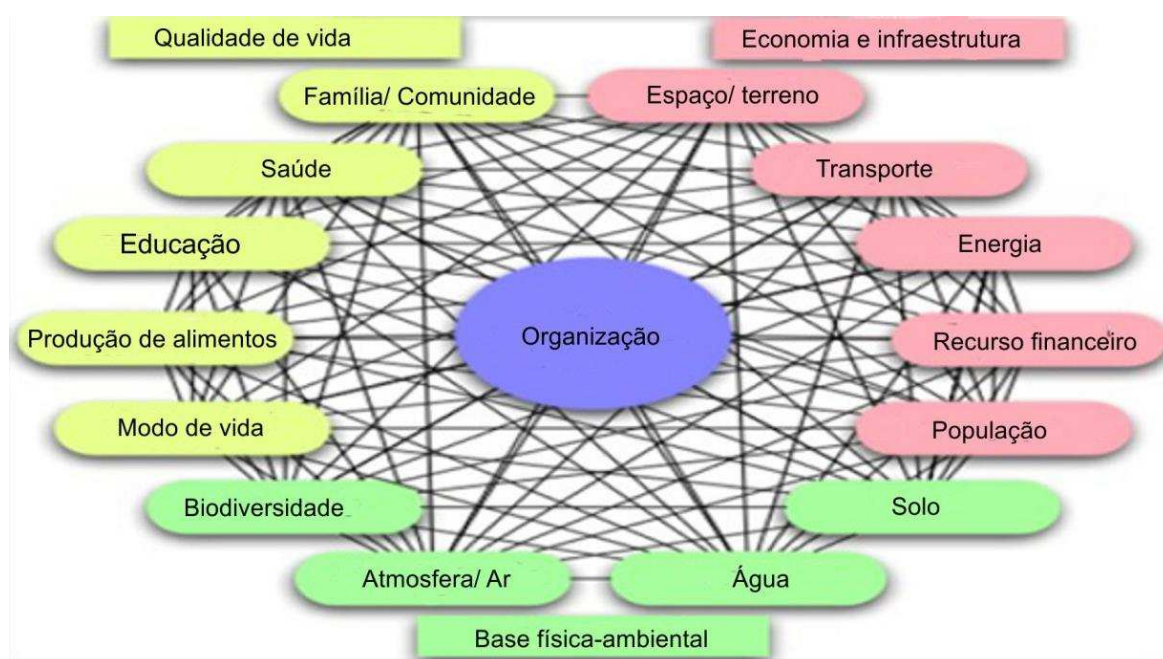
Ver argumentação do autor em:  
LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Revista Política e Trabalho**, João Pessoa, n.13, p.201-222, 1997.

uma perspectiva relacional centrada nas inter-relações entre estilos de desenvolvimento e seus impactos sobre a natureza. O discurso se orienta no sentido da sustentabilidade do desenvolvimento e da necessidade de tratá-lo de uma perspectiva multidimensional que articula os aspectos econômicos, políticos, éticos, sociais, culturais e ecológicos, evitando o reducionismo do passado.

Devido à sua relevância, o relatório foi alvo de estudiosos que apontaram características positivas e negativas para a população e para a economia. Todavia, deve-se entender que o conceito de desenvolvimento sustentável estava surgindo nesse período, fato pelo qual Marques (2010) questiona a articulação dos aspectos envolvidos, pois, além das questões ambientais, é fundamental a multidisciplinaridade dos setores que envolvem a sustentabilidade como um todo.

Portanto, desenvolvimento sustentável está relacionado a diversas questões, não restritas ao meio ambiente e que dependem de efetivas ações governamentais e da ampla participação da comunidade, como expõe a Figura 16, tem-se o conceito do valor da sustentabilidade direcionada a todos os envolvidos diretamente e indiretamente a ela, ou seja, é um complexo de redes formado por membros da sociedade, organizações, meio ambiente, economia que juntos devem estar direcionados a visão da sustentabilidade.

Figura 16: Diagrama de rede de interação de valores da sustentabilidade



Fonte: Adaptada de The Value Web (2013).

Dias (2003b, p.35) também comenta que o Relatório Brundtland:

[...] pode ser considerado um dos mais importantes documentos sobre a questão ambiental e o desenvolvimento dos últimos anos. Vincula estreitamente economia e ecologia e estabelece com muita precisão o eixo em torno do qual se deve discutir o desenvolvimento, formalizando o conceito de desenvolvimento sustentável e estabelecendo os parâmetros a que os Estados, independentemente da forma de governo, deveriam se pautar, assumindo a responsabilidade não só pelos danos ambientais como também pelas políticas que causam esses danos.

Assim, além de ser um marco, o relatório detalha, pela primeira vez, importantes questões sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e engloba fundamentos para políticas ambientais de proteção ambiental e de fiscalização das avarias causadas à natureza, estabelecendo, também, princípios de crescimento econômico ligado à conservação dos recursos e à equidade social.

O conceito de desenvolvimento sustentável elaborado no relatório é expresso como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988. p.46). Novo (2013, p.1) complementa essa conceituação preconizando o progresso “econômico, social, científico e cultural das sociedades garantindo mais saúde, conforto e conhecimento, sem exaurir os recursos naturais”.

Outro marco sobre o desenvolvimento sustentável foi realizado em 1992 no Rio de Janeiro (Brasil), sob o título de Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mas mais conhecida como Rio-92 ou Eco-92. Esse evento teve uma repercussão positiva com relação ao tema tratado, passando o meio ambiente a ser tratado como o centro das atenções mundiais. Das reuniões realizadas, surgiram a Carta da Terra (ou Declaração do Rio) e a Agenda 21. De acordo com Andrade, Tachizawa e Carvalho (2003, p.2), a primeira visa “estabelecer acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de ecologia e desenvolvimento”, enquanto a segunda “dedica-se aos problemas da atualidade e almeja preparar o mundo para os próximos desafios [...] e tem por objetivo colocar em prática programas para frear o processo de degradação ambiental e transformar em realidade princípios da Declaração do Rio”.

A Eco-92 possibilitou uma visão mais ampla e alcançou um nível sem precedentes de comunicação entre continentes, com o homem reconhecendo a necessidade do desenvolvimento sustentável, o qual torna-se viável a partir da adoção, entre outras alternativas, de adequadas políticas públicas, inclusive no

contexto do turismo e das cidades. A partir das mencionadas reuniões, surgiram conceitos, projetos e leis, entre outras referências no mundo acadêmico e político, destacando-se dois de importância no segmento do turismo, que impulsionam e melhoram as perspectivas com relação ao meio ambiente, quais sejam: infraestrutura e índices de desenvolvimento social, entre outros.

#### 3.4.1.1 Turismo sustentável

No século XXI, o turismo se evidencia como opção de ganhos e oportunidades para a sociedade industrializada, pois constitui alternativa de consumo, frente ao tempo livre, com sua importância crescendo a cada dia (DYWER; EDWARDS, 2010).

Nesse crescimento do consumo do turismo, sociedade, governantes e entidades não governamentais têm se preocupado com o desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, com um modelo de turismo que gere menos impactos negativos. Se, de um lado, há intervenções econômicas, socioculturais e ambientais positivas, de outro, certamente há interferências deletérias que, diante de projetos executados inadequadamente, trarão conseqüências para a localidade e para a comunidade (DYWER; EDWARDS, 2010).

Na visão de Butler (2008, p.29), o conceito de turismo sustentável está baseado num modelo que envolve a sociedade e o meio, pois “é desenvolvido e mantido em uma localidade (comunidade, ambiente), de tal forma e em escala que continue viável em um período infinito e que não se degrade ou altere o ambiente (tanto físico e humano) [...]” (tradução do autor<sup>37</sup>).

Para que o turismo aconteça mediante essa concepção, recomenda-se o atendimento dos seguintes princípios mencionados por Ruschmann (2010), de forma gradual e por etapas:

- a) respeito ao meio ambiente natural, com o turismo não colocando em risco ou agredindo irreversivelmente as regiões nas quais se desenvolve;

---

<sup>37</sup>

Texto original:

Tourism which is developed and maintained in an area (community, environment) in such a manner and at such a scale that it remains viable over an infinite period and does not degrade or alter the environment (human and physical) [...].

- b) harmonia entre cultura e os espaços sociais da comunidade receptora, sem agredi-la ou transformá-la;
- c) distribuição equitativa dos benefícios do setor entre a comunidade receptora, os visitantes e o *trade* turístico;
- d) responsabilidade e atenção do turista ou visitante, receptivos às questões da preservação do meio natural, sensíveis às interações com a natureza visitada e com as comunidades locais, educados para a redução do consumo e dispostos à adoção de uma postura orientada para o entendimento e para a compreensão dos povos e ambientes visitados.

A partir desses aspectos, a autora acredita ser possível desenvolver um turismo com viés sustentável, que favoreça a utilização e a apreciação dos recursos pelos visitantes, protegendo a sua originalidade e a sua atratividade para as gerações futuras.

Como a atividade turística depende do deslocamento do ser humano para a sua concretização, a sustentabilidade se encaixa hoje como necessária para que o turismo alcance índices qualitativos a partir da compra do produto turístico, até a sua finalização, trazendo a minimização dos impactos negativos (BUTLER, 2008).

Somando as percepções dos autores acima, cita-se a concepção da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003, p.24) sobre o turismo sustentável como aquele que:

[...] atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

Para Dias (2003b), o turismo sustentável é um tripé, que se conecta com as formas de desenvolvimento turístico, gestão e atividade, visando manter a integridade ambiental, social e econômica para a perpetuidade. É necessário, entretanto, o questionamento desse caráter de longevidade do ambiente natural, pois, sem adequado planejamento, com foco em ações em longo prazo; com previsão das consequências e, principalmente, com política de minimização dos impactos, torna-se difícil o alcance de qualquer política de desenvolvimento sustentável (DYWER; EDWARDS, 2010).

Beni (2001, p.168) interpreta o turismo sustentável do ponto de vista setorial e na ecologia como visão sociocultural.

[...] como o foco de interesse é a atividade de turismo, a ênfase de tal estratégia implicará em fortalecer, melhorar a qualidade e mesmo encontrar o diferencial do produto turístico, com frequência na dependência de soluções e inovações organizacionais e tecnológicas; é uma abordagem preservacionista pela qual a prioridade deverá ser dada à proteção dos recursos e ecossistemas naturais.

Por mais que se trabalhe um tipo de turismo menos impactante, ocorrem resquícios de degradação. Por isso, observa-se o surgimento de novas formas de turismo (alternativo, *soft*, ecoturismo, responsável e verde), com aspectos diferentes e com ênfase no desenvolvimento de pequena escala. No lado econômico, por se tratarem de operações reduzidas, o retorno financeiro é, normalmente, menor que o convencional (DYWER; EDWARDS, 2010).

Essas novas formas de turismo estão relacionadas à preocupação do indivíduo com o seu bem estar e com a sua aproximação com o ambiente natural. A busca pela tranquilidade e por áreas verdes vem provocando o surgimento de um turismo ecológico (ou ecoturismo) crescente em regiões que favorecem o convívio com a natureza (BUTLER, 2008).

Para Ruschmann (2010), o contato com os recursos naturais constitui, atualmente, uma das maiores motivações das viagens. O viajante que procura a natureza espera encontrar um ambiente que corresponda às suas expectativas e, por isso, esse ambiente vem ganhando importância destacada na gestão do turismo de qualidade. Essa expectativa veio favorecer uma forma de gerenciamento do turismo também conhecida como “ambientalmente responsável”, a qual vem sendo adotada também para evitar que a atividade comprometa a existência e a manutenção de espaços propícios à prática de um turismo menos destrutivo.

Essa progressiva preocupação por um modelo mais sustentável é percebida nas gerações atuais. A busca por qualidade de vida nos centros urbanos se enquadra nos critérios de resgate individual e autêntico, incluindo a volta à natureza nessa busca da autenticidade (DIAS, 2003b).

A adoção da sustentabilidade tem evidenciado a transformação de um processo de planejamento de curto para longo prazo. Em termos, significa que a presença dessa estratégia tem aproximado tanto o mercado quanto seus agentes (empresários e governantes) de uma percepção de novos horizontes no turismo.



Mediante esse pressuposto, Scott e Cooper (2010) comentam que é possível a sinergia entre a adoção dos princípios do turismo sustentável com a disciplina estabelecida pelo planejamento estratégico. Nesse contexto, o planejador, ao gerenciar os impactos ambientais advindos da atividade turística, deve avaliar e identificar algumas localidades turísticas que restaram em desvantagem, por não contarem com adequada gestão, para, então, aliar a sustentabilidade ao planejamento turístico.

Em adição, Petrocchi (2002) sugere diretrizes de planejamento para o turismo sustentável com relação à promoção (definição do produto que se quer vender; quantificação dos mercados e possibilidades de venda; determinação de metodologia para comercializar os produtos turísticos; identificação dos pontos de estrangulamento que impedem o desenvolvimento da atividade; e estabelecimento de métodos de gestão do turismo), à conscientização das interferências sociais e econômicas, e à preservação (organização e fiscalização do uso do solo e de padrões de construção; identificação das áreas protegidas e das regiões turísticas; proteção; potencialização dos recursos arquitetônicos, históricos e culturais; criação de normas de controle e exploração dos recursos turísticos; e estabelecimento de programas de trabalho para promoção do desenvolvimento do turismo).

Os contextos acima descritos demonstram que as motivações sustentáveis estão vinculadas mais a uma noção comunitária e que o processo de conscientização sustentável está, apesar de ainda ser por motivos questionáveis, demonstrando seus resultados iniciais nos setores que envolvem a sociedade do século XXI. Não obstante, o turismo, como movimento de importância social, também é induzido à sua adequação a essa filosofia (SWARBROOKE, 2000).

Até os anos 60 os administradores do turismo objetivavam ampliar a demanda, tendo suas atenções concentradas no número de visitantes. A partir dessa época começou a tomar força, no mundo todo, a consciência de preservação do meio-ambiente. Essas preocupações invadiram a gestão do turismo [...] Instalou-se então um conflito [...] e esse choque de objetivos no ambiente do turismo coloca frente a frente a promoção e a preservação (PETROCCHI, 2002, p.59).

Petrocchi (2002) expõe o dilema do vetor econômico do turismo, que, devido à amplitude de segmentos envolvidos, tem a necessidade, senão a obrigatoriedade, de trabalhar a partir dos preceitos de desenvolvimento sustentável, promovendo seus produtos com o foco na sua preservação e não apenas na sua utilização lucrativa.

Historicamente, a formação dessa concepção gestora turística prevalente na atualidade segue o mesmo caminho de conscientização sobre sustentabilidade acima descrito, com as origens do termo “turismo sustentável” relacionadas com o interesse acadêmico sobre os impactos negativos da atividade no início dos anos 1960 e com as pesquisas referentes à capacidade de carga iniciadas nessa época (SCOTT ; COOPER, 2010).

No decurso de duas décadas, a ideia de capacidade de carga formou a base da abordagem e da gestão das interferências negativas da atividade; porém, após esse período, tornou-se um conceito problemático em termos tanto operacionais como teóricos. Das diversas contestações sobre a capacidade de carga e sua utilidade enquanto conceito, amadureceu, durante as décadas de 1980 e 1990, a conceituação sobre turismo sustentável. Assim, de forma sintética, pode-se dizer que a concepção de turismo sustentável compreende o ápice de um amadurecimento teórico que tem início na década de 1960, com o reconhecimento dos impactos potenciais do turismo de massa (SWARBROOKE, 2000).

As motivações para o apoio geral a essa filosofia também são encontradas em um novo comportamento do mercado consumidor turístico. Segundo informações da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001, p.59), “a motivação e a conduta dos turistas se caracterizam, cada vez mais intensamente, pelo crescimento da seletividade ao escolher o destino e da sensibilidade pelo meio ambiente e cultura local, e pela exigência de qualidade da experiência”. Portanto, retorna-se a questão da adequação para a sobrevivência, sendo esse conceito absorvido, constituindo, atualmente, a diretriz que rege a teoria dos planos de desenvolvimento de qualquer segmento da atividade.

Como se pode notar, a base desse princípio reside na capacidade da população de comando do desenvolvimento turístico a partir do momento que “possua o controle sobre suas vidas”. Não obstante, pode-se afirmar que para uma população ser forte, tem que estar constituída de indivíduos fortes, a partir do seu próprio conhecimento. Apenas quem se conhece consegue delimitar os seus limites, transformando o conhecimento em propulsão ao debate. É preciso que a comunidade local esteja com uma identidade fortalecida para saber se diferenciar sob uma concepção interna, com um olhar sobre si mesma, para que, então, o visitante consiga estabelecer relações com o ambiente visitado olhando-o com curiosidade, mas acima de tudo com respeito.

Para que o turismo possa crescer com sustentabilidade [...] é fundamental que a população receptiva se estruture em torno de uma identidade, ancorada, por sua vez, em um imaginário. E esse imaginário deve estar pautado por dados de realidade precisos, expressando, de modo conciso, objetivos atingíveis (MTUR, 2010, p.39).

Assim, o cenário é de transição. A sustentabilidade no turismo, assim como em qualquer atividade, depende da conscientização humana geral, ou seja, não apenas dos gestores, mas de toda a comunidade envolvida. Isso só ocorre quando as pessoas se sentem motivadas à mobilização; para tanto, não se pode ter uma visão ingênua de que acontecerá de forma natural. Constata-se, então, que mesmo que os motivos que levem a essas ações não sejam totalmente filantrópicos, o importante é que ocorram. Cabe aos que realmente querem mudanças, o encontro dos meios para realizá-las. Afinal, se a sustentabilidade é uma utopia, não se depara com um impasse, mas com uma solução.

### **3.4.2 Políticas públicas de gestão turística e urbana**

O turismo nas cidades representa uma forma extraordinária de uso da urbanização como atrativo, porque, conforme Luchiarri (1998, p. 108), “são organizadas não para a produção, como foram as [...] industriais, mas como o consumo de bens, serviços e paisagens”. O que se vê são as voltadas para o lazer, características do conceito de Mullins (1991) sobre centros urbanos na Era Pós-Moderna.

Além disso, gestores de cidades turísticas devem estruturar políticas públicas orientadas ao mercado de paisagens, pois são atrativos para o consumo e lazer.

Assim, estabelece-se uma relação entre antigas paisagens e velhos usos e novas formas e funções. E este movimento entre o velho e o novo impulsiona a relação do lugar como mundo que o atravessa com novos costumes, hábitos, maneiras de falar, mercadorias, modos de agir [...] Assim também a identidade do lugar é constantemente recriada, produzindo um espaço social híbrido, onde o velho e o novo fundem-se dando lugar a uma nova organização socioespacial (LUCHIARI, 1998, p.2-3).

Tyler e Guerrier (2001) esclarecem que o turismo urbano está relacionado a processos sociais de mudança e decisão política, que orientam para mudanças que afetam a sociedade e a cidade. Portanto, como estudo dos fenômenos e das estruturas apoiado em fatos racionais, a ciência política compreende a análise

histórica de várias civilizações, determinando o ordenamento dos poderes e regulando a organização social. Bonavides (2006) complementa que é a disciplina que interpreta os acontecimentos, as ideias e as instituições, tanto doutrinariamente quanto no seu sentido prático.

Já o termo política não é de fácil definição e, com o passar dos anos, várias foram as tentativas nesse sentido. De acordo com Santos (2008), seu surgimento remonta ao período da Grécia Clássica, por meio de Aristóteles<sup>38</sup>, e tem origem no vocábulo grego “*politike*”, referindo-se a *polis*<sup>39</sup>, sendo entendido, portanto, como o pleno exercício da cidadania, em uma sociedade organizada, formada pelos cidadãos.

Assim, a política pode ser interpretada como forma de gerenciamento de diversos interesses, em prol dos mesmos objetivos. Dessa forma, torna-se dinâmica e flexível, adequando-se às necessidades de cada localidade e suprindo as deficiências existentes, principalmente em sua fase de implantação. Conforme Lobato (2001) deve ser considerado como base para evidência dos caminhos a serem utilizados para satisfação do bem comum.

Para Lobato (2001, p.87), existem três pontos de vista a partir dos quais se pode conceituar a política: “o da participação do homem na sociedade, o referente ao planejamento e o da atuação dos poderes públicos”.

Enquanto participação do homem na sociedade torna-se um instrumento que permite o desenvolvimento organizado da vida em comunidade. Quanto ao planejamento, compõe o conjunto de orientações que facilitam o processo de tomada de decisões por parte do planejador, indicando-lhes parâmetros e direções para o alcance dos objetivos estabelecidos. Do ponto de vista da atuação dos poderes públicos, é entendida como a ação dos mesmos em favor da sociedade.

Para que seus benefícios tenham foco na sociedade, é preciso que o Estado seja o seu agente regulador, instituindo políticas públicas cujos objetivos visem ao bem-estar social.

---

<sup>38</sup> Nascido em 384 a.C. na colônia grega de Estágira, Aristóteles baseou suas principais contribuições filosóficas nas ideias sobre a humanidade e como estas têm influência na educação e no pensamento ocidental contemporâneo. É considerado o criador do pensamento lógico e também influenciou na teologia medieval da cristandade (STOKES, 2012).

<sup>39</sup> As *polis* eram cidades estado da Grécia antiga, ou seja, eram independentes, com liberdade econômica e política (LOBATO, 2001).

As políticas públicas têm como função histórica apresentar à sociedade ações para minimizar ou solucionar problemas que, porventura, aflijam ou afetem a população, com o objetivo de contribuir para com o amadurecimento da cidadania, alcançando assim, a participação da população na construção da nação (VIEIRA, 2005, p.16).

Por meio de um conjunto de ações executadas em âmbito estatal visando à coletividade, a política pública visa suprir as necessidades de dada sociedade (DIAS, 2003a). É importante, porém, ressaltar que, apesar da expressiva participação da população, seu estabelecimento é ação exclusiva do Estado, o qual deve definir, solidariamente, as metas e objetivos a serem alcançados.

Entretanto, o termo “políticas públicas” vem sendo entendido como um meio de intervenção dos mandatários, ou seja, daqueles que exercem o poder sobre a comunidade, não estabelecendo a promoção do bem-estar da sociedade a partir da satisfação comum.

Para que haja mudanças nessa concepção, torna-se necessária a existência de atuação conjunta dos órgãos públicos com a sociedade civil organizada e com a iniciativa privada. Dias (2003a, p.123) enfatiza que “nos vários níveis que possa ocorrer a implementação de uma política pública, diversos agentes devem ser considerados.”

Complementando, Beni (2002, p.79) conclui que “apesar da presença marcante da iniciativa privada na coadjuvação do Estado nesse exercício das funções coletivas, este detém não só a diretriz”. Dessa forma, o autor explicita a importância da aliança entre os vários níveis da sociedade (Estado, iniciativa privada e comunidade local), cabendo, porém, ao Estado a definição e a gerência das ações e resultados alcançados pelas políticas públicas.

Bonavides (2006) comenta que a sociedade atual vem sofrendo alterações nos seus modos de vida, resultantes do advento da tecnologia e da expansão das comunicações, que servem para estabelecer formas de interconexões com o planeta, bem como para alterar intimamente o cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais.

Por outro lado, Aguiar e Dias (2002) alertam que o turismo assume relevante papel nessas mudanças, ou seja, as pessoas buscam cada vez mais fugir do estresse diário por meio de viagens, conhecendo novas localidades e culturas, gerando emprego e renda. Atualmente, é um dos setores da economia que mais cresce no mundo, representando importante aliado nas contas internas

de muitos países. Somente depois que a atividade começou a ter tal representatividade econômica, é que se começou a pensar no seu planejamento e estruturação como ferramenta de difusão de culturas, de geração de negócios e de apoio na preservação do meio ambiente (MTUR, 2013).

Entretanto, o turismo não é apenas uma atividade geradora de rendas, sendo definido por Dias (2003a, p.45) como:

o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com o objetivo de lazer, negócios ou outros motivos, não relacionados com uma atividade remunerada no lugar visitado.

Para que ocorra o crescimento da atividade turística, a atuação do poder público é essencial como responsável pelo seu direcionamento, garantindo os interesses coletivos e sobrepondo-os aos de um pequeno grupo ou de um indivíduo.

Devido ao expressivo crescimento do setor turístico, a iniciativa privada e o poder público passaram a dar mais ênfase à atividade, cabendo ao Estado a formulação e a aplicação de políticas a partir de um processo de planejamento pré-estabelecido.

O turismo é um produto multifacetado, pois inclui acomodação, transportes, restaurantes, facilidades de compras, atrações turísticas, apoio de infraestrutura pública e o modo de vida da comunidade hospedeira, e só pode ser bem sucedido se existir uma sintonia entre esses setores que proporcionem satisfação ao cliente – o turista (THEOBALD, 2002, p.19).

Confirma-se, então, a necessidade de implantação, por parte do Estado, de eficazes políticas públicas de turismo, pois essa é uma das poucas atividades econômicas capazes de englobar a maioria das potencialidades existentes em uma localidade. No entanto, só consegue desenvolver potencialidades se for implantada de forma planejada, maximizando os impactos positivos e minimizando os negativos, transformando, paulatina e equilibradamente, a economia do destino, captando grandes investimentos para o local.

A política de turismo é a espinha dorsal do formular (planejamento), do pensar (plano), do fazer (projetos, programas), do executar (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do reprogramar (estratégia) e do fomentar (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais (BENI, 2003, p.177).

Numa outra definição, Beni (2003) entende políticas de turismo como o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os

caminhos para atingir os objetivos globais para as atividades turísticas de um país.

Já Carvalho (2000, p.99) define políticas públicas de turismo como:

conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores, que se encontram consubstanciadas, amparadas legalmente nos programas, projetos, planos, metas e orçamentos dos poderes públicos (federal, estadual ou municipal) referentes ao turismo.

Ou seja, as políticas públicas de turismo surgem para incentivar a atividade turística de um país, integrar as pessoas que fazem parte da sociedade e os órgãos públicos e privados, com o objetivo de dinamizar o setor, gerando, assim, emprego e renda para a localidade.

Para Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002), a política de turismo, em termos mais específicos, preenche as seguintes funções:

- a) definir as formas de funcionamento das operações turísticas;
- b) estabelecer atividades e comportamentos aceitáveis;
- c) fornecer orientação e direção comum aos interessados no turismo do destino;
- d) facilitar a conformidade em torno de objetivos e estratégias específicos para determinado destino;
- e) fornecer estrutura para discussões públicas e privadas sobre o papel e contribuições da atividade para a economia e para a sociedade;
- f) consentir que o turismo institua interfaces com outros setores da econômica.

Enfim, é a política de turismo que define o que os envolvidos na atividade turística devem ou não fazer, e qual a melhor forma de alcançar os objetivos e metas estabelecidas previamente pelo seu planejamento.

A adoção de uma política para o turismo pode representar o papel que a atividade vai desempenhar na sociedade, assim como a relevância cultural, social e econômica para as comunidades envolvidas.

Em uma retrospectiva da história do turismo, percebe-se que foram valiosas as transformações derivadas das suas políticas nos últimos cinquenta anos, conforme apresenta Solha (2004, p.11):

1. 1950 a 1970: quando se verificava a expansão do turismo de massa, eram comuns as políticas de fomento, que tinham como principal intuito o aumento do fluxo de visitantes;
2. 1970 a 1985: as políticas começavam a focar o turismo como agente de desenvolvimento, havendo um crescente envolvimento governamental no fornecimento de infraestrutura;

3. 1985 – atual: observa-se, ao mesmo tempo, maior preocupação com as questões ambientais e um grande aumento da competitividade, estimulando um posicionamento responsável e profissional do setor, no qual o Estado diminui sua interferência e procura assumir um papel de coordenação e estruturação da atividade.

Pereira (1999) acredita que as políticas públicas de turismo surgiram na regulação do trabalho e na limitação da carga horária diária e semanal, com a implantação das férias remuneradas, com a evolução dos meios de transportes e com outras conquistas. Variando de acordo com as necessidades e com os objetivos de cada localidade, devem atuar tanto no estímulo quanto no controle do desenvolvimento turístico, além, claro, de voltar-se à proteção dos interesses da comunidade local.

Como comentado, o ator principal na formulação de tais políticas é o Estado, cabendo-lhe a definição de metas e objetivos a serem alcançados, bem como a execução, a fiscalização e, até mesmo, o financiamento das ações previstas. Assim, ao mesmo tempo, torna-se o líder para a elaboração e aplicação de políticas voltadas para o desenvolvimento da atividade turística, e o fiscalizador dos resultados alcançados junto à sociedade.

Também são funções e responsabilidades do poder público, a educação e a sensibilização dos envolvidos, bem como o seu treinamento para as atividades que envolvam o turismo, importantes na medida em que qualificam os profissionais do setor e, assim, aumentam a produtividade. Dias (2003a, p.45) define as seguintes áreas de atuação governamental no âmbito turístico:

- 1) coordenação – é um conjunto diversificado de atores que devem integrar num interesse geral em prol de beneficiar toda a comunidade através de uma política de turismo.
- 2) planejamento – estabelece as linhas gerais para que o desenvolvimento ocorra de modo ordenado, previamente escolhido e que beneficie o maior número de grupos sociais.
- 3) legislação e regulamentação – as normas codificadas do direito são um importante instrumento, pois estabelecem regras, limites, impõem condições, barram privilégios que são fundamentais para a organização turística.
- 4) empreendimentos – o estado assume função empresarial podendo ser proprietário e dirigente de empreendimentos turísticos quando a iniciativa privada não assume esse papel.
- 5) incentivo – caracteriza-se por empréstimos ao setor privado, incentivos fiscais, isenções de taxas, etc.
- 6) atuação social – apoio do governo ao desenvolvimento do turismo e lazer nas camadas sociais menos favorecidas através do incentivo a construção de colônias de férias por organizações sociais, sindicatos, além de apoiar o turismo social.
- 7) promoção do turismo – é responsável pela escolha do visitante em visitar determinado país receptor, sendo assim uma importante função das administrações públicas e que tende a aumentar devido a competição



globalizada pelo fluxo de turistas e com o reconhecimento do turismo como importante fonte de divisas.

Os governantes deverão garantir formas de desenvolvimento da atividade turística pelas diversas áreas de atuação, proporcionando, dessa forma, que os interessados (sociedade, empresários e outros) possam se fortalecer-se e não depender substancialmente da influência governamental.

Deve-se, então, fixar as políticas específicas de turismo, uma vez que apresenta repercussões em vários níveis, como o ambiental, o sociocultural e o econômico, que precisam ser avaliadas e controladas permanentemente, sob o risco de esgotamento da própria atividade. A fixação de objetivos fornece a orientação básica para que os setores público e privado conduzam suas ações.

Por outro lado, Lobato (2001, p.91) comenta que:

as sociedades dos núcleos turísticos devem ter as suas participações garantidas quando da elaboração das políticas de turismo, o que permitirá que os benefícios decorrentes de sua implantação possam ser usufruídos tanto pelas comunidades quanto pelos empresários e pelo setor público, garantindo-se assim também a divisão de responsabilidades.

Dessa forma, verifica-se que a atuação do poder público é de suma importância no estabelecimento de políticas eficazes para a atividade, valorizando tanto o setor privado quanto a sociedade, promovendo as localidades e dinamizando as economias dos países, principalmente aqueles em desenvolvimento.

Para equilíbrio das ações do setor público, reforça-se a necessidade do planejamento do turismo baseado na capacidade de sustentação dos lugares turísticos, como no caso do centro histórico de São Luís, para que os impactos causados pela atividade contribuam para a qualidade de vida, melhoria da infraestrutura, geração de empregos e elevação de renda, entre outros aspectos (DIAS, 2003a).

Desde a década de 1990, novas formas de planejamento têm sido buscadas nas várias esferas governamentais (federal, estadual e municipal), articuladas entre si, gerando intensificação da execução das políticas públicas. Além desse aspecto, o desafio se volta à integração da participação dos atores direta e indiretamente participantes da atividade turística.

Vieira (2008, p.82) chama a atenção para o fato de que:

a chamada gestão democrática caracteriza-se pelo incentivo à participação de todos os atores envolvidos no processo. A população local deve fazer parte do processo decisório das questões relativas ao dia-a-dia destas áreas. O desafio é conseguir atingir um projeto coletivo, onde todos, população, empresários e poder público, tenham tido espaço e feito parte do processo decisório. Para atingir tal desafio, é imprescindível a montagem de uma equipe interdisciplinar muito bem coordenada. Além disso, para manter um processo democrático em uma escala possível de ser gerida, é preciso também que as ações sejam descentralizadas. As estruturas devem possuir uma autonomia que garanta a integração e não apenas a junção.

Tratando-se de planejamento, é fundamental que um plano turístico tenha finalidades que venham de encontro com a realidade local. Segundo Ruchmann (2010, p.9):

a finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade.

Cabe salientar que o planejamento está atrelado a fatores internos e externos e que as administrações públicas que apostam no desenvolvimento do turismo devem atentar para a necessidade do planejamento como elemento básico para instalação de infraestrutura, crescimento econômico, proteção aos recursos frágeis (como meio ambiente e atrações culturais e históricas) e atendimento às necessidades dos autóctones e visitantes.

Em se tratando de patrimônio histórico, é importante a consciência de que a “gestão de programas de revitalizações em áreas históricas é resultado da interação e atuação de uma complexa rede de atores” (VIEIRA, 2008, p.86-87). A intervenção dos núcleos históricos só terá resultados positivos quando a política pública de preservação estiver dirigida para o núcleo como um todo, de forma que reúna o plano urbanístico, a regulamentação do uso do solo e a promoção de fontes de trabalho e serviços para a população.

Simão (2006, p.70) chama a atenção para o pressuposto de que planejamento urbano em centros históricos:

deve garantir e/ou potencializar, precipuamente, a qualidade de vida do lugar, criando condições técnicas, administrativas e legais para que os objetivos sejam atingidos. Assim como a preservação do patrimônio cultural tem base legal e esta deve ser encarada na elaboração de planos diretores e outros instrumentos legais como um importante aspecto a ser abordado, a implantação da atividade turística também pode ser garantida em termos urbanísticos.

Portanto, o planejamento da atividade turística direcionada para centros urbanos, como exemplo, deve estabelecer amplas parcerias, definição de objetivos e estratégias operacionais a serem adotadas “para garantir a implementação de forma adequada e sustentável [do turismo]” (SIMÃO, 2006, p.70), inclusive com base em variáveis e indicadores específicos.

#### 3.4.2.1 Indicadores de sustentabilidade no turismo

Baseando-se nos preceitos anteriormente abordados, neste tópico são destacados os indicadores do turismo como ferramenta para mensuração da sustentabilidade da atividade turística, com seus princípios associando a qualidade do ambiente com o bem-estar do ser humano.

Dada a importância que o turismo passou a ter para muitas localidades e com frequência se tornando a principal atividade econômica, a Organização Mundial do Turismo – OMT reconheceu a necessidade de desenvolver estratégias para que ele satisfizesse não só as expectativas econômicas, mas também respeitasse os valores sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais, tornando-se uma atividade sustentável a longo prazo (ZUCARATO; SAN SOLO, 2006, p. 03)

No entendimento de Van Bellen (2006), há baixo nível de consenso sobre desenvolvimento sustentável<sup>40</sup>, pois é necessária a criação constante de ferramentas para mensuração da sustentabilidade. Um desses meios é o indicador, que é originário do latim *indicare* e significa “descobrir, anunciar, estimar” (VAN BELLEN, 2006, p.41).

Sua importância reside no fato de que pelo seu uso é possível o monitoramento das mudanças durante o tempo todo, de forma constante e consistente. Ele contribui para deixar os objetivos mais claros e precisos e pode ser muito valioso para promover responsabilidade, aumentar a consciência e dar suporte às ações. As funções básicas dos indicadores

---

40

[...] há autores que dizem o que desenvolvimento sustentável deveria ser, ou o que gostariam que ele fosse; outros confundem desenvolvimento sustentável com sustentabilidade ecológica, que tem a ver somente com a capacidade dos recursos se reproduzirem ou não se esgotarem; outros reconhecem que deve haver limites para o crescimento econômico porque ele é insustentável do ponto de vista dos recursos; e outros substituem a ideia tradicional do desenvolvimento pela do desenvolvimento sustentável, onde a incorporação do adjetivo sustentável à ideia tradicional do desenvolvimento reconhece implicitamente que este não foi capaz de aumentar o bem-estar e reduzir a pobreza, como é sua proposta (BARONI, 1992, p.17).

são: simplificação, quantificação e comunicação (ZUCARATO; SAN SOLO, 2006, p. 06)

Em termos conceituais, é importante analisar a utilidade e relevância do indicador para os potenciais usuários. Van Bellen (2006) e Filetto (2007) expõem alguns conceitos sobre indicador, sob a ótica de diversos autores, conforme sintetizado no Quadro 9.

Quadro 9: Conceitos de indicador segundo diversos autores

AUTORES <sup>41</sup>	CONCEITO
Hammond et al. (1995)	Os indicadores podem comunicar ou informar sobre o progresso em direção a uma determinada meta, como, por exemplo, o desenvolvimento sustentável, mas também podem ser entendidos como recursos que tornam mais perceptível uma tendência ou fenômeno que não seja imediatamente detectável.
McQueen; Noak(1988)	É uma medida que resume informações relevantes de um fenômeno particular ou substituto dessa medida.
Holling (1978)	É uma medida do comportamento do sistema em termos de atributos expressivos e perceptíveis.
OECD (1993)	Parâmetro, ou valor derivado de parâmetros, que aponta ou fornece informações sobre o estado de um fenômeno, com uma extensão significativa.
Brenbrook; GrothIII (1996)	É apenas uma medida, não tendo poder de previsão ou, sendo uma medida estatística definitiva, tampouco uma evidência de causalidade.

Fonte: Adaptado de Van Bellen (2006) e Filetto (2007).

Entende-se, portanto, que os indicadores constituem informações sobre determinados atributos, que permitem quantificar, qualificar e mensurar as condições dos elementos desejados, o que facilita a compreensão de dados para melhores resultados em pesquisas. São fundamentais para “tomadores de decisão e para a

<sup>41</sup>

Ver argumentações dos autores em:

HAMMOND, Allen L.; ADRIAANSE, Albert; RODENBURG, Eric; BRYANT, Dirk; WOODWARD, Richard. **Environmental indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development**. Washington: World Resources Institut, 1995.

MCQUEEN, David; NOAK, Horst. **Health promotion indicators: current status, issues and problems**. *Health Promotion*, n.3, p.117-125, 1988.

HOLLING, Crawford Stanley (Org.). **Adaptive environmental assessment and management**. Chichester: John Wiley & Sons, 1978.

OECD – Organization for Economic Cooperation and Development. **Core set of indicators for environmental performance reviews; a synthesis report by the group on the state of the environment**. Paris, 1993.

BRENBROOK, C. M.; GROUTH III, E. **Indicators of the sustainability and impacts of pest management systems**. 1996. Disponível em: <<http://www.pmac.net/aaas.htm>>.

Acesso em: 05 abr. 2014.

sociedade, pois permitem tanto criar cenários sobre o estado do meio, quanto aferir ou acompanhar os resultados de uma decisão tomada” (FILETTO, 2007, p.57).

A concepção de indicador é principalmente a medida, tanto de ordem qualitativa quanto de âmbito quantitativo, pois deve ser dotada de significados e utilizada para organizar e captar informações sobre o objeto pesquisado. Ou seja, o indicador é um recurso metodológico que apresenta resultados sobre a evolução do objeto observado.

Para Agopyan, Silva e Silva (2003), existem vantagens na aplicação dos indicadores, como a diminuição das medidas em números, e também a necessidade de descrição dos parâmetros para situações diversas, assim como de simplificação de processos mediante os resultados que chegam ao usuário final.

Um indicador é definido em função de uma ou mais variáveis, que conjuntamente possuem características e atributos sobre o objeto em estudo. Portanto, é relevante para clarificar as relações complexas das variáveis envolvidas num fenômeno específico, “tornando-o visível ou perceptível para comunicar as suas informações contidas, constituindo-se em instrumentos úteis de análise objetiva sobre o fenômeno considerado” (HANAI, 2009, p.177).

De acordo com Van Bellen (2006, p.42), é entendido como um parâmetro, ou “valor derivado de parâmetros que apontam e fornecem informações sobre o estado de um fenômeno, com uma extensão significativa”.

Um dos objetivos dos indicadores é “agregar e quantificar informações” (VAN BELLEN, 2006, p.42) sobre determinados fenômenos e podem ser quantitativos ou qualitativos, sendo que Gallopin (1997) defende que os qualitativos – utilizados nesta pesquisa – são mais adequados para a avaliação de experiências sustentáveis.

De acordo com Van Bellen (2006, p.43), as principais funções dos indicadores são “avaliação de condições e tendências; comparação entre lugares e situações; avaliação de condições e tendências em relação às metas e aos objetivos; prover informações de advertência; antecipar futuras condições e tendências”.

Para minimizar os problemas na elaboração de indicadores, autores como Bossel (1999), Gallopin, (1997), Meadows (1998) e Van Bellen (2006) acreditam que se deve utilizar aqueles relacionados a problemas locais de determinada área; nesse sentido, devem responder a questões sobre aspectos ambientais de um destino e a

preocupações quanto à sustentabilidade econômica, cultural, patrimonial e social, de forma a dar suporte à organização do turismo. Nesse setor, “são considerados relevantes apenas se efetivamente abordarem as principais questões associadas ao planejamento e gestão de um destino turístico” (UNWTO, 2004, p.8).

Além disso, o desenvolvimento de indicadores aplicados ao turismo sustentável deve levar em consideração, o que Boff (2012) ressalta sobre quanto o meio tem sofrido impactos antrópicos ao redor do mundo, com visível descaracterização de paisagens naturais e culturais, em decorrência de modificações que comprometem a qualidade de vida do homem e dos demais seres vivos. Por ser uma atividade que gera interferências negativas quando seu planejamento não atende as exigências qualitativas mínimas e também quando não se encontra alinhado com princípios da sustentabilidade, para o desenvolvimento do turismo torna-se indispensável à ação de gestores na busca de soluções permanentes para redução dos seus efeitos deletérios (INSKEEP, 1991).

Construir um conjunto de indicadores para o turismo não é uma tarefa fácil. As principais dificuldades encontradas para sua consecução, [...] são: (i) escala espacial ante problemas globais, regionais e locais; (ii) abordagem integrada: econômica, social e ambiental; (iii) mensuração da sustentabilidade: por ser um conceito amplo e complexo, sua mensuração envolve diferentes escalas de sustentabilidade de territórios a empreendimentos; (iv) seu caráter relativo: uma escolha pode ser mais sustentável que outra; (v) o conflito de interesses que envolvem a intrincada rede de relacionamentos dos mais de 52 setores que compõem a sua cadeia econômica, pois além de governo e iniciativa privada é necessário atender uma ampla gama de necessidades e expectativas dos diferentes atores sociais (ZUCARATO; SAN SOLO, 2006, p. 10).

Os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade alcançaram patamares notáveis de interpretação, sendo enriquecidos com novas reflexões e abordagens em segmentos diversos, inclusive no turístico. Segundo informações da Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas (United Nations World Tourism Organization – UNWTO, 2004), atualmente a atividade é reconhecida como importante setor da economia global em aspectos relacionados a serviços, com a sua gestão afetando lugares e agentes intervenientes.

Portanto, para que o seu desenvolvimento em variadas escalas promova resultados satisfatórios e contribua para a sustentabilidade, deve estar direcionado, de acordo com os seus papéis, à promoção de benefícios e à amenização de potenciais tensões nos destinos (UNWTO, 2004).

Para a construção de indicadores turísticos Clinford (1995) direciona que é fundamental contemplar os seguintes aspectos:

1. Definir atributos quanto à visão do turista;
2. Identificar aspectos ambientais relevantes;
3. Selecionar os indicadores que serão utilizados, como por exemplo:

“(i) relevância; (ii) disponibilidade de obtenção e facilidade de análise; possibilidade; (iii) credibilidade e confiança do dado; (iv) clareza e fácil entendimento pelos usuários e (v) comparável ao longo do tempo e pelas áreas” (UNEP, 2005, p. 73).

4. Determinar fontes de coleta de dados;
5. Analisar os dados selecionados, de forma que produzam um indicador consistente e confiável;
6. Avaliar os resultados;
7. Revisar com os atributos do destino;
8. Verificar a necessidade de indicadores para locais específicos.

Assim, Dias (2003b, p.75) ratifica que:

Para atingir a sustentabilidade de um destino turístico, é necessário esforço integrado dos diversos atores do processo: residentes, turistas, governantes, empresários, operadores etc., que buscarão integrar os recursos naturais e culturais num processo de planejamento que estabeleça um desenvolvimento gradual e permanente diferente daquele tradicional, que sacrifica o futuro, privilegiando os ganhos econômicos e financeiros imediatos e sobre uma base tecnológica prejudicial ao meio ambiente. Um planejamento comprometido com a preservação ambiental, viável economicamente e equitativo do ponto de vista social.

Complementando, Petrocchi (2002) esclarece que as bases do turismo sustentável são instrumentos de importância para que o sistema turístico <sup>42</sup>seja eficiente, pois o equilíbrio entre os elementos deve ser linear para a garantia da qualidade e da sustentabilidade.

<sup>42</sup>

Para Beni (2001), o sistema turístico ultrapassa o conceito econômico, devendo ser analisada toda a estrutura da atividade, seja do homem ou da natureza, estabelecendo limites em seu processo. Além disso, o autor esclarece que a sua interpretação deve ser analítica, indutiva, globalizante, interativa e dedutiva. Deve também ser multidimensional, multidisciplinar e multicompreensiva, configurando a totalidade do campo de estudo e das partes que o compõem.

Nesse contexto, a preocupação com a preservação ou conservação do ambiente – natural e edificado – deve ser constante, com o objetivo de minimizar as agressões em paisagens turísticas, compondo práticas para o alcance da sustentabilidade de determinada localidade. Portanto, torna-se necessária a identificação antecipada das interferências adversas do desenvolvimento do turismo, porque tanto é mais fácil serem evitados danos antes ou durante a implementação do projeto, do que depois quando os projetos dependentes de áreas de grande beleza podem se tornar inviáveis se o ambiente for degradado (COOPER et al., 2001).

Os impactos negativos causados pelo turismo levaram à constatação de que os recursos turísticos são finitos e, por decorrência, devem ser previamente planejados e monitorados. Entretanto, Ruschmann (2010, p.165-166) enfatiza que:

O estabelecimento de um modelo universal, que direcione e oriente o desenvolvimento dos equipamentos e dos fluxos turísticos nos espaços naturais, é praticamente impossível. A variedade dos fatores intervenientes é muito ampla, de modo que cada caso terá de ser estudado isoladamente, e de acordo com suas características e o grau de agressão já existente, deverão ser adotadas medidas preventivas ou corretivas. Porém, apesar da sua complexidade, o planejamento adequado não poderá ser omitido ou negligenciado, com o risco de o turismo destruir o turismo. Para tanto, será preciso rever os conceitos de planejamento unidimensional e adotar a forma integrada e sistemática, mais adequada à complexidade dos ambientes designados para o desenvolvimento turístico e às tendências tanto do mercado produtor do turismo como o mercado consumidor (turistas).

O planejamento do turismo deve considerar os fatores intervenientes no desenvolvimento de dado recurso turístico e aplicar as soluções mais convenientes, definindo, inclusive, políticas e estratégias para a conservação e para a viabilização da atividade no seu contexto ambiental.

Com o objetivo de equilibrar as intervenções numa localidade, a adoção de pressupostos de sustentabilidade promove a percepção de novos horizontes, pois a sinergia entre os princípios do turismo sustentável<sup>43</sup> com a disciplina estabelecida pelo planejamento estratégico favorece condições básicas para o padrão de qualidade turística desejada (SANTOS, 2006).

---

43

“Os princípios do turismo sustentável prescrevem o envolvimento, a participação e a mobilização da população local no processo de desenvolvimento turístico” (HANAI; ESPÍNDOLA, 2011, p.8).



Assim como em outros setores, também no turismo o uso de indicadores<sup>44</sup> permite a avaliação das informações sobre impactos em uma região, visando detectar se seus efeitos positivos estão acontecendo como esperado e se os negativos estão sendo evitados. Os princípios do desenvolvimento sustentável (ambiental, econômico, sociocultural e político-institucional) funcionam como linha condutora básica que deve ser incorporada às políticas adotadas (OMT, 2001).

Mediante esses princípios, foi criado, no âmbito da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003), um conjunto de indicadores do turismo sustentável (Quadro 10) como ferramenta a ser utilizada por gestores da atividade na elaboração de planos de desenvolvimento turístico voltados à sustentabilidade.

---

<sup>44</sup>

Segundo Ferreira, Cassiolato e Gonzales (2009, p.24), o indicador é uma “medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado”.

Quadro 10: Indicadores do turismo sustentável e respectivas medidas específicas

<b>INDICADOR</b>	<b>MEDIÇÕES ESPECÍFICAS</b>
<b>PROTEÇÃO DO LOCAL</b>	Categoria de acordo com índices oficiais
<b>ESTRESSE</b>	Número de visitantes no local (ano/mês de pico)
<b>INTENSIDADE DA UTILIZAÇÃO<sup>45</sup></b>	Intensidade da utilização – período de pico (pessoas/área)
<b>IMPACTO SOCIAL</b>	Razão de turistas em relação aos habitantes locais (período de pico e ao longo do tempo)
<b>CONTROLE DO DESENVOLVIMENTO</b>	Existência de procedimento de revisão ambiental ou de controles formais sobre o desenvolvimento do local e as densidades de utilização
<b>GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS</b>	Percentual do esgoto local com tratamento (indicadores adicionais podem incluir limites estruturais de outra capacidade infraestrutural no local, como o fornecimento de água)
<b>PROCESSO DO PLANEJAMENTO [AMBIENTES CRÍTICOS]</b>	Existência de plano organizado pela região do destino turístico (incluindo o componente turístico)
<b>ECOSSISTEMAS CRÍTICOS</b>	Número de espécies raras/ameaçadas
<b>SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR</b>	Nível de satisfação dos visitantes (baseado em questionário)
<b>SATISFAÇÃO DO LOCAL</b>	Nível de satisfação dos habitantes locais (baseado em questionário)
<b>CONTRIBUIÇÃO TURÍSTICA PARA A ECONOMIA LOCAL</b>	Proporção da atividade econômica total gerada unicamente pelo turismo
<b>ÍNDICES COMPOSTOS</b>	
<b>CAPACIDADE DE CARGA</b>	Composição das primeiras medidas preventivas dos fatores-chave com influência na habilidade do local suportar diferentes níveis de turismo
<b>ESTRESSE DO LOCAL</b>	Medida de composição de níveis de impacto no local (seus atributos naturais e culturais devido ao turismo e a outros estresses cumulativos de setor)
<b>ATRATIVIDADE</b>	Medida qualitativa daqueles atributos do local que o tornam atrativo ao turismo e que podem sofrer mudanças com o tempo

Fonte: Adaptado de UNWTO (2004).

<sup>45</sup>

A princípio, esses indicadores servem para a análise do Centro Histórico de São Luís, com exceção da intensidade de utilização, pois não se pretende medir a capacidade de carga da área turística funcional.

Apesar dos 14 itens propiciarem a implantação de atividades turísticas sustentáveis numa determinada região, existe outro leque de técnicas para estabelecimento de indicadores que contribuem para a minimização de impactos. Cooper et al. (2001) lista as seguintes categorias: alteração do clima e redução da camada de ozônio; eutrofização; acidificação; contaminação tóxica; qualidade do meio urbano; resíduos sólidos; biodiversidade e paisagens; recursos naturais; e gerais, incluindo os referentes à economia, à população, à energia e aos transportes.

Esses indicadores estão relacionados ao ambiente tanto natural quanto construído, sendo que, para Cooper et al. (2001, p.191), “não deveriam ser limitados à função de simplesmente medir o que fazemos, mas também devem fornecer informações sobre o que devemos fazer”.

No turismo, os indicadores avaliam as informações sobre os impactos em uma região, detectando se os efeitos positivos estão acontecendo como esperado e se os negativos são evitados, com os princípios do desenvolvimento sustentável funcionando como linha básica que deve ser incorporada às políticas adotadas.

Uma das suas principais características deve ser a adaptabilidade e “cada autoridade local deve estabelecer uma lista de indicadores [...] que meçam os tipos mais importantes de impacto para a área específica envolvida, com base nos objetivos de desenvolvimento turístico da área” (OMT, 2003, p.114).

Ligada ao desenvolvimento e a indicadores do turismo sustentável, tem-se a capacidade de carga, que avalia os limites no volume e na intensidade do desenvolvimento turístico que uma região suporta (OMT, 2001), sendo classificada em:

- a) ecológica – número máximo de visitantes que um local pode receber;
- b) social – nível máximo de atividade turística;
- c) turística – grau máximo de satisfação do visitante;
- d) econômica – estágio compatível com o equilíbrio entre benefícios financeiros e interferências deletérias do turismo sobre as economias locais (como inflação, por exemplo) (OMT, 2001).

Os indicadores estão baseados em propostas que visam o turismo sustentável como ferramenta que responda a questões importantes de gerenciamento da atividade em qualquer destino e tipo de segmento, devendo as

ações estar alinhadas com princípios ambientais, econômicos e socioculturais, tais como:

- a) utilizar de forma adequada os recursos naturais fundamentais para o desenvolvimento do turismo, assim como manter os processos ecológicos, contribuindo para a conservação do patrimônio natural e da biodiversidade;
- b) respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades, conservando o patrimônio construído e cultural, bem como os valores tradicionais, respeitando e compreendendo a tolerância intercultural;
- c) certificar que as operações financeiras são viáveis, em longo prazo, e proporcionar a justa distribuição dos benefícios socioeconômicos para as partes interessadas, incluindo o emprego estável e as oportunidades de geração de emprego e renda e serviços sociais às comunidades anfitriãs, contribuindo para a redução da pobreza (UNWTO, 2004).

Para que os resultados do turismo sustentável sejam satisfatórios, o processo de desenvolvimento deve ser contínuo e com monitoramento constante dos impactos promovidos pela atividade, introduzindo medidas preventivas e de correção, quando necessárias. Além disso, a satisfação dos turistas deve se manter elevada, garantindo experiência positiva e o sensibilizando sobre questões de sustentabilidade, de modo que realize práticas com essa finalidade (BUTLER, 2008; RUSCHMANN, 2010).

Para garantir a sustentabilidade turística, têm surgido diversas propostas de averiguação que buscam identificar seus significados, e, portanto, os indicadores são meios capazes de medir os processos de desenvolvimento do turismo, antecipando e prevenindo situações indesejáveis (ou insustentáveis) em destinos (UNWTO, 2004; VAN BELLEN, 2006).

De acordo com UNWTO (2004), gestores do turismo devem compreender que o planejamento e a gestão do destino contribuem para a redução de riscos futuros na localidade, coma criação e implantação de indicadores do turismo sustentável promovendo benefícios como:

- a) auxílio na tomada de decisão – diminuindo custos e riscos;
- b) mapeamento de questões emergentes – permitindo a prevenção;

- c) identificação de impactos – permitindo ações corretivas quando necessários;
- d) medição do desempenho dos planos e atividades de gestão – avaliando o progresso do desenvolvimento sustentável do turismo;
- e) redução dos riscos de erros de planejamento – identificando limites e oportunidades;
- f) responsabilidade – informação confiável para a sociedade e partes interessadas no turismo, promovendo a responsabilidade de tomada de decisão;
- g) monitoramento leva a melhoria contínua – construção de soluções em gestão.

Assim, os indicadores são considerados condições básicas para o padrão de qualidade turística desejada, com a inserção desses princípios e a sua devida execução atendendo as exigências da comunidade, bem como determinando os atributos que devam estar em sintonia com o turismo sustentável. No caso de desenvolvimento da atividade em cidades, tais condições devem estar associadas a outras, vinculadas à sustentabilidade no processo de planejamento e gestão urbana.

#### 3.4.2.2 Indicadores de sustentabilidade no desenvolvimento urbano

Para Filetto (2007), a associação do indicador ao desenvolvimento sustentável foi um dos desafios da Agenda 21<sup>46</sup> brasileira, que englobou um panorama da realidade nacional, sendo verificada a existência de entraves para a sustentabilidade urbana no Brasil, como a dificuldade de acesso à terra, o déficit habitacional, a insuficiência de sistemas de saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos e drenagem), de transporte e de trânsito. Tais problemas podem ser agravados com o crescimento populacional das cidades e também com o aumento da demanda por infraestrutura urbana, com as administrações públicas não conseguindo acompanhar as necessidades impostas pelo incremento populacional.

---

<sup>46</sup>

“A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica” (MMA, 2015, s.p.).

Portanto, a Agenda 21 criou propostas para a sustentabilidade das cidades brasileiras<sup>47</sup> quanto ao uso e ocupação do solo urbano em termos de melhoria da qualidade ambiental e de condições de vida; quanto ao aprimoramento institucional e fortalecimento da administração pública e democrática, criando padrões de consumo para diminuição dos custos e desperdício, bem como incentivando o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis; e quanto à aplicação de aparelhos econômicos na gestão ambiental (FILETTO, 2007; VAN BELLEN, 2006).

A partir da década de 1980, o surgimento de indicadores direcionados para a sustentabilidade contribuiu para a formulação de políticas para fins de tomada de decisões dos atores públicos e privados. Além disso, o indicador sustentável relaciona a atividade antrópica e as condições ambientais visando conferir maior concretude e funcionalidade ao conceito de sustentabilidade (FILETTO, 2007; VAN BELLEN, 2006).

A estruturação de indicadores urbanos objetiva reunir, no seu escopo, ampla gama de parâmetros sobre o complexo urbano e, então, indicar soluções para problemas futuros (PALENZUELA, 1999)

Na formulação de indicadores, é fundamental a delimitação do que será pesquisado e levantado, ou seja, os aspectos sociais, econômicos e ambientais pertinentes, pois revelam algumas características da estrutura urbana, normalmente como fatores de interferência negativa.

O *environmental performance index* (EPI – índice de desempenho ambiental – IDA), criado pelas universidades Columbia e Yale, “é um método para quantificar e classificar numericamente o desempenho ambiental das políticas de um país”, sendo, a cada dois anos, publicado, por aquelas instituições de ensino superior, o índice de medição da performance ambiental dos 163 países avaliados, sendo considerado o principal e mais abrangente da área (EPI, 2014).

---

<sup>47</sup>

Para melhor compreensão, consultar a referência:  
MMA – Ministério do Meio Ambiente; IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; CONSÓRCIO PARCERIA 21. **Cidades sustentáveis**: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília, 2000.

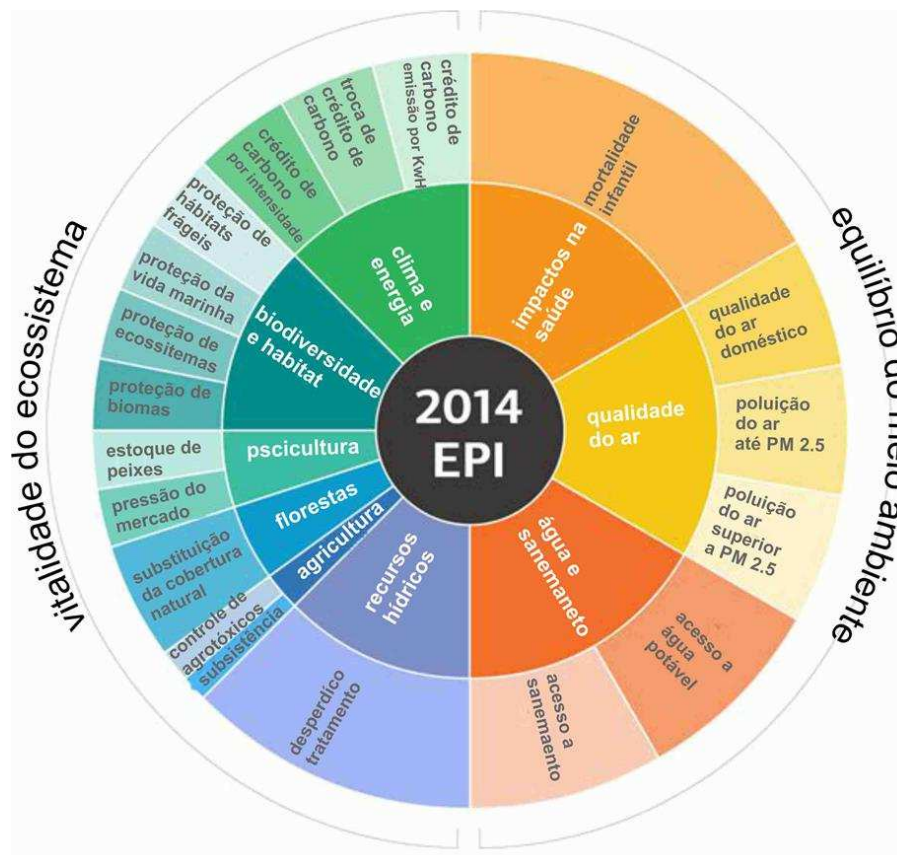
O IDA tem como principal objetivo medir a proporção do território sob preservação de áreas naturais, assim como o acesso da população ao saneamento básico, especialmente água potável (nível de consumo e escassez); o efeito da poluição do ar (ambientes internos e externos); a estimativa da perda de anos em relação a doenças causadas por fatores ambientais; a emissão de gases causadores do efeito estufa; o uso de agrotóxicos; os níveis de pesca; e a extensão de áreas de floresta, entre outros parâmetros. Baseia-se em indicadores orientados para resultados por comparação, o que permite melhor entendimento das condições gerais de sustentabilidade por políticos, organizações não governamentais (ONG's), cidadãos e pesquisadores (EPI, 2014).

Relembra-se que, para Van Bellen (2006), o indicador é um instrumento que auxilia na obtenção de informações sobre a realidade, podendo ser um dado individual ou uma coletânea de informações. A associação do indicador com a sustentabilidade deve ser interpretada como um sistema de sinais que facilita a avaliação do progresso dos países e regiões sobre o desenvolvimento sustentável.

Segundo Van Bellen (2006, p.69), “os mais variados especialistas da área de meio ambiente afirmam que uma ferramenta de avaliação pode ajudar a transformar a preocupação com a sustentabilidade em uma ação pública consistente”.

As vantagens do IDA residem na sua formulação e na avaliação das políticas públicas, pois é possível a fixação de metas para o alcance do índice de desempenho de cada um dos seus 25 indicadores, sendo oito cenários fundamentais de políticas públicas ambientais sobre dois macro objetivos (saúde ambiental e vitalidade dos ecossistemas); a média desses grupos é intitulada de IDA (EPI, 2014), cujo contexto geral é ilustrado pela Figura 17.

Figura 17: Organograma dos indicadores do índice de desempenho ambiental (IDA)



Fonte: Adaptado de EPI (2014).

As diretrizes do IDA são determinadas “a partir de metas adotadas em regimes ambientais internacionais e/ou por consenso científico, possibilitando uma constância entre países, o que se configura fundamental para a [sua] credibilidade e aceitação [...]” (RODRIGUES, 2010, p.9) como recurso decisório de políticas públicas ambientais.

Diversas outras metodologias, estudos e propostas de medição buscam a identificação de significados de condições sustentáveis, pois “há a necessidade de se desenvolver ferramentas que procurem mensurar a sustentabilidade” (VAN BELLEN, 2006, p.41).

Desde o evento Rio 92, com a criação da Agenda 21, estudiosos, gestores e pesquisadores têm trabalhado na criação de indicadores direcionados às necessidades dos locais, tanto para mitigação de impactos e para adoção de soluções sustentáveis, inclusive para o turismo, quanto para a habitual gestão de atendimento a anseios particulares em diversas escalas (UNWTO, 2004, p.18).



Como medidas sobre existência ou gravidade dos problemas atuais e de ações futuras, além de situações de risco, os indicadores estruturam conjuntos de informações formalmente selecionadas para serem usadas numa base regular de medição sobre mudanças, que são de importância fundamental para o desenvolvimento da gestão do turismo em cidades (UNWTO, 2004, p.19).

Como “componentes essenciais na avaliação global do progresso rumo ao desenvolvimento sustentável” (GALLOPÍN, 1997, p.1), são partes necessárias do fluxo de informações usado para a compreensão do mundo, para o planejamento de ações e para a tomada de decisões (MEADOWS, 1998).

Corroborar-se com a afirmativa de Meadows (1998) de que os indicadores foram desenvolvidos para monitorar complexos sistemas, como podem ser enquadradas as cidades –, sendo considerados importantes pela sociedade, motivo pelo qual precisam ser precisamente controlados. Ou seja, são modelos da realidade e devem ser construídos com base em metodologia apropriada de avaliação e mensuração, devendo, ainda, ser de fácil compreensão sobre os fenômenos, tornando a comunicação compreensível a todos.

Tratando de indicador de sustentabilidade, Gallopín (1997) esclarece que devem estar inter-relacionados, interligados e agregados, mas que, por serem complexos, em sua grande maioria são de caráter experimental e devem estar categorizados em níveis hierárquicos diferentes de percepção.

Van Bellen (2006, p.47) afirma que há vantagens e desvantagens em relação aos tipos de indicadores, pois existe uma grande diferença entre as diversas esferas em que se mede a sustentabilidade – mundial ou global, nacional, regional, urbana, local ou comunitária –, sendo resultados dos mais diversos fatores culturais e históricos, que implicam os valores que predominam nessas esferas.

Na elaboração de um sistema de indicadores, deve-se levar em consideração os vínculos entre as “variáveis para que se possa entender o sistema como um todo” (VAN BELLEN, 2006, p.49). Essa assertiva é especialmente válida para áreas urbanizadas, sendo importante concentrar métodos aplicáveis em vários níveis – nacional, regional e local –, baseados em requisitos como:

- a) os valores dos indicadores devem ser mensuráveis (ou observáveis);
- b) deve existir disponibilidade dos dados;
- c) a metodologia para coleta e o processamento dos dados, bem como para a construção dos indicadores, deve ser simples, transparente e padronizada;

- d) os meios para construção e monitoramento dos indicadores devem estar disponíveis, incluindo capacidade financeira, humana e técnica;
- e) os indicadores ou grupo de indicadores devem ser financeiramente viáveis;
- f) deve existir aceitação política dos indicadores no nível adequado, pois aqueles “não legitimados pelos tomadores de decisão são incapazes de influenciar as decisões” (VAN BELLEN, 2006, p.50).

Percebe-se, então, que o indicador possui a função de avaliar condições e tendências segundo objetivos e metas (programas, planos e projetos), além de comparar locais e situações, antecipando condições e tendências, além de fornecer informações e dados.

A criação e desenvolvimento de ferramentas de gestão para o turismo são fundamentais para a avaliação dos seus impactos, bem como para o controle do avanço desenfreado da atividade caso não seja ordenada. Portanto, interpreta-se as estratégias como indicadores que servem para medir e compreender o processo evolutivo da atividade e das suas interferências no destino.

Dessa forma, foram selecionados os indicadores do turismo sustentável da Organização Mundial do Turismo por serem alinhados com os objetivos da tese, visando compreender as influências da atividade turística na paisagem urbana da área turística funcional – Rua Portugal –, localizada no Centro Histórico de São Luís, correspondente ao destino turístico de análise.

## **4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO**

Nesta seção, são apresentadas, em um primeiro momento, as principais características da área de estudo de caso – São Luís, capital do estado do Maranhão – correspondente ao destino turístico central da pesquisa.

A subseção seguinte detalha os critérios de seleção e as condições da área funcional – Rua Portugal no Centro Histórico da capital maranhense – principal objeto de estudo (local turístico específico).

### **4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO: CIDADE DE SÃO LUÍS**

Como comentado nas seções 1 – Introdução – e 2 – Estruturação metodológica –, a seleção da cidade de São Luís como área de estudo é devida a mesma ter o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, possuir o maior acervo arquitetônico de origem luso-brasileira da América Latina e também pelo pesquisador ter facilidade de acesso a órgãos públicos e privados na cidade.

Os contextos da área de estudo são adiante detalhados com destaque para aspectos geográficos, históricos, socioeconômicos, urbanísticos e turísticos.

#### **4.1.1 Aspectos geográficos e históricos**

O município de São Luís está localizado na Região Nordeste do Brasil, à beira da baía de São Marcos (Figura 18), entre os paralelos 2º e 3º ao sul do Equador e os meridianos 44º e 45º a oeste de Greenwich, fazendo divisa com os municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Sua área territorial é de 827 km<sup>2</sup>, ocupa 57% da ilha homônima (PMSL, 2014). Seu clima equatorial quente e úmido, com altas temperaturas, condiciona a marcante presença de palmeiras na vegetação nativa, como os babaçuais e jaçarais, e de mangues junto ao litoral, havendo também a formação de dunas, nas praias de São Marcos, Calhau e Caolho (RIBEIRO JÚNIOR, 2001). Seu posicionamento geográfico foi determinante para o desenvolvimento do seu processo histórico, a seguir apresentado.

Figura 18: Mapa e imagem aérea de localização de São Luís no Brasil e no estado do Maranhão



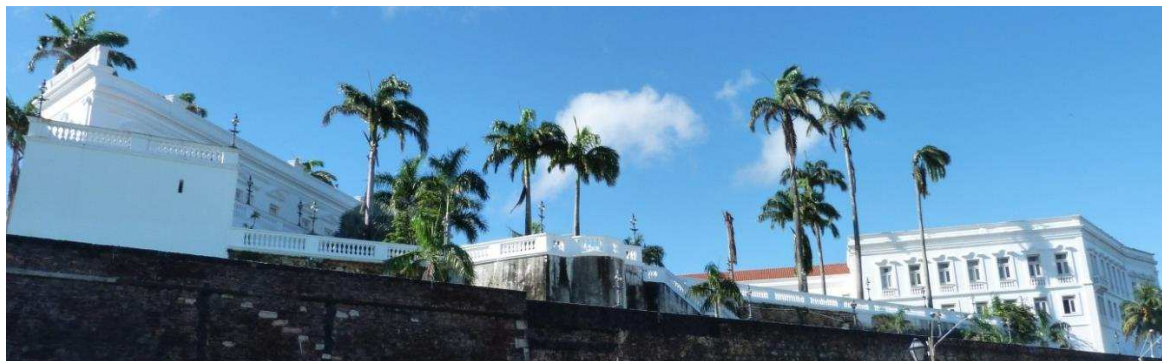
Fonte: Adaptada de Google Maps (2014).

Os primeiros habitantes de São Luís foram os índios tupinambás, que ocupavam a orla marítima brasileira, os quais chamavam a cidade de *Upaon-Açu*, ou Ilha Grande, na linguagem tupi. Em 1535, quando da divisão das capitânicas hereditárias por João III, rei de Portugal, a do Maranhão coube a João de Barros, que, apesar de esforços, não conseguiu colonizá-la (MUNIZ, 2005).

Tendo ficado ao abandono devido a dificuldades de colonização e uma vez que a França ficara de fora do Tratado de Tordesilhas, a ilha tornou-se alvo de interesse de piratas e corsários, sofrendo investidas francesas lideradas pelos tenentes generais Jacques Riffault e Charles des Vaux, por volta de 1594 (NOBERTO, 2004).

No século XVII, uma esquadra francesa liderada por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardiere, saiu em busca do estabelecimento de uma colônia além-mares. Assim, chegou ao litoral maranhense e, em 08 de setembro de 1612, com o início da construção do forte Saint-Louis (Figura 19), em homenagem ao Rei Luís XIII, fundaram a chamada França Equinocial (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

Figura 19: Vista do Palácio dos Leões construído sobre o antigo embasamento do Forte Saint-Louis



Fonte: SANTOS (2014b)

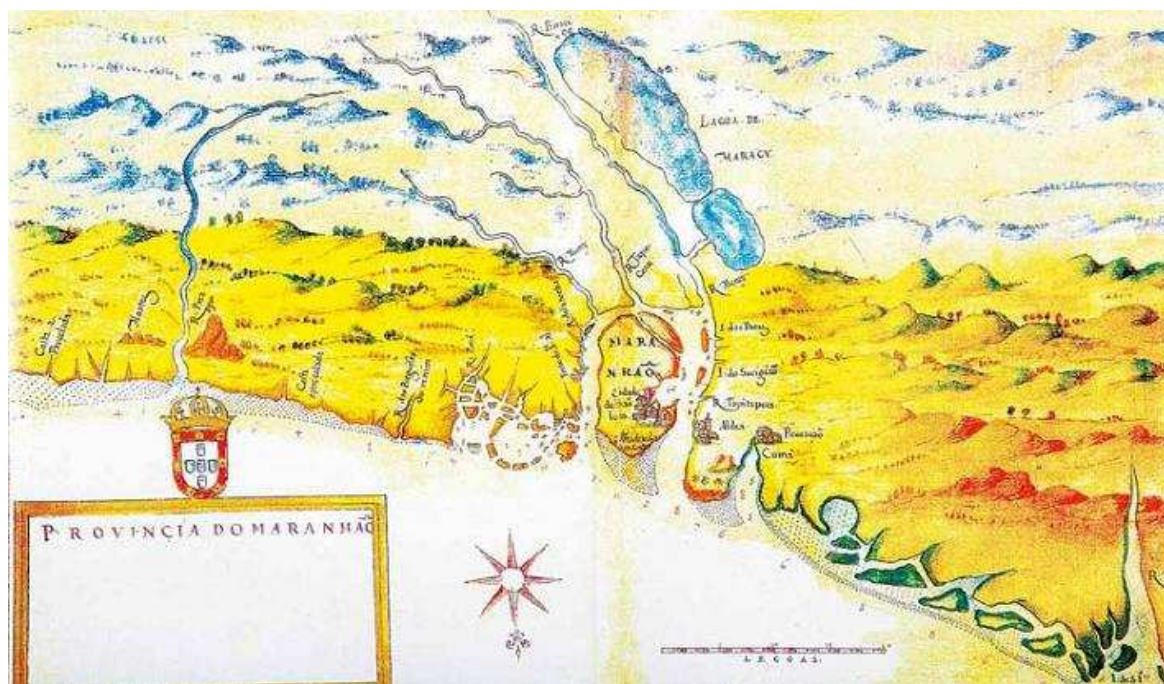
Meireles (1982, p.65) descreve o momento da fundação da cidade da seguinte forma:

estava fundada a França Equinocial 8 de setembro de 1612 [...]. Por fim, dado por finalmente fundada a colônia, o Sr de Razilly deu ao Forte o nome de Saint-Louis, em homenagem ao rei menino Luís XIII, o qual foi estendido a toda a Ilha.

Dessa forma, os franceses se estabeleceram em São Luís e, após 3anos de ocupação francesa, Portugal reagiu para retomar a posse de suas terras. Liderados pelo capitão-mor Jerônimo de Albuquerque e o sargento-mor Diogo de Campos, os portugueses travaram lutas contra os invasores e, em novembro de 1614, na Batalha de Guaxenduba, o Senhor de La Ravardiere foi derrotado. Passado um ano de negociações, o Forte Saint-Louis foi entregue a Portugal (RIBEIRO JÚNIOR, 2001). Apesar da ocupação portuguesa, a vila de São Luís passou por um longo período sem destaques, uma vez que Portugal apenas preocupava-se em extrair as riquezas disponíveis. As Figuras 20 e 21 ilustram domínios territoriais da província nesse período.

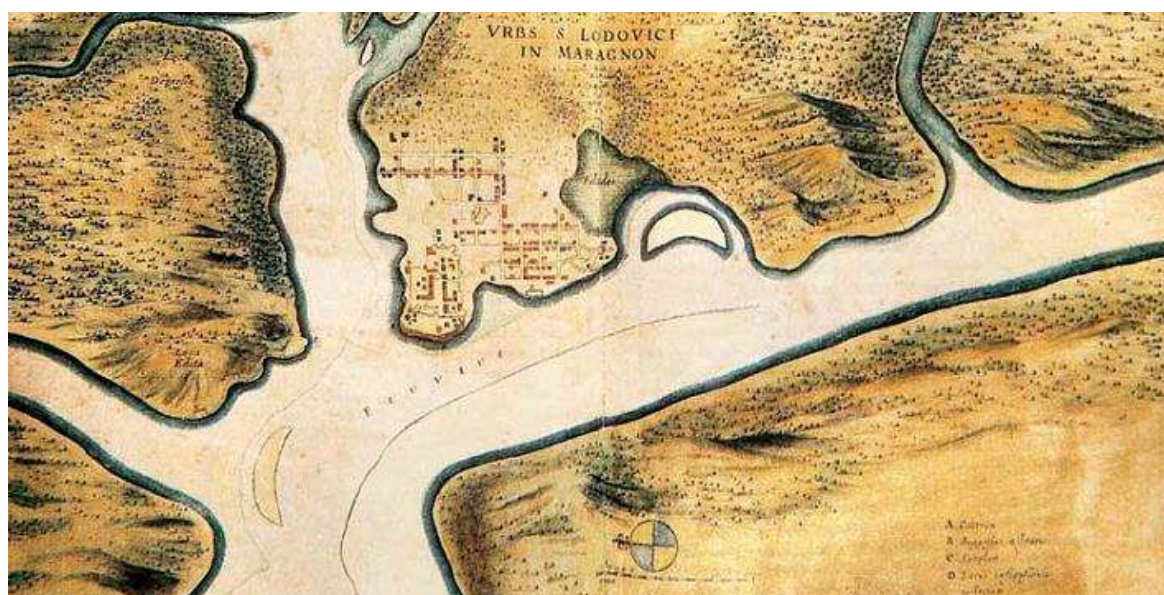


Figura 20: Mapa esquemático da Província do Maranhão em 1631



Fonte: LOPES (2008)

Figura 21: Mapa esquemático do núcleo fundacional de São Luís em 1647



Fonte: LOPES (2008)

Portugal reassumiu o comando do território maranhense, no norte do país, tendo o Engenheiro Militar Francisco Frias de Mesquita a incumbência de projetar fortalezas para consolidar o domínio português na região, traçando um plano urbanístico para o local. Uma das características comuns das cidades e vilas brasileiras daquela época era a “a participação decisiva de engenheiros militares no traçado urbano original, bem como a relação entre a localização das fortalezas e o primeiro núcleo de habitação” (ANDRÈS, 2006, p.52). Frias concebeu o plano urbano de São Luís no formato de quadras regulares, com ruas ortogonais no sentido dos pontos cardeais, servindo de referência para a expansão local.

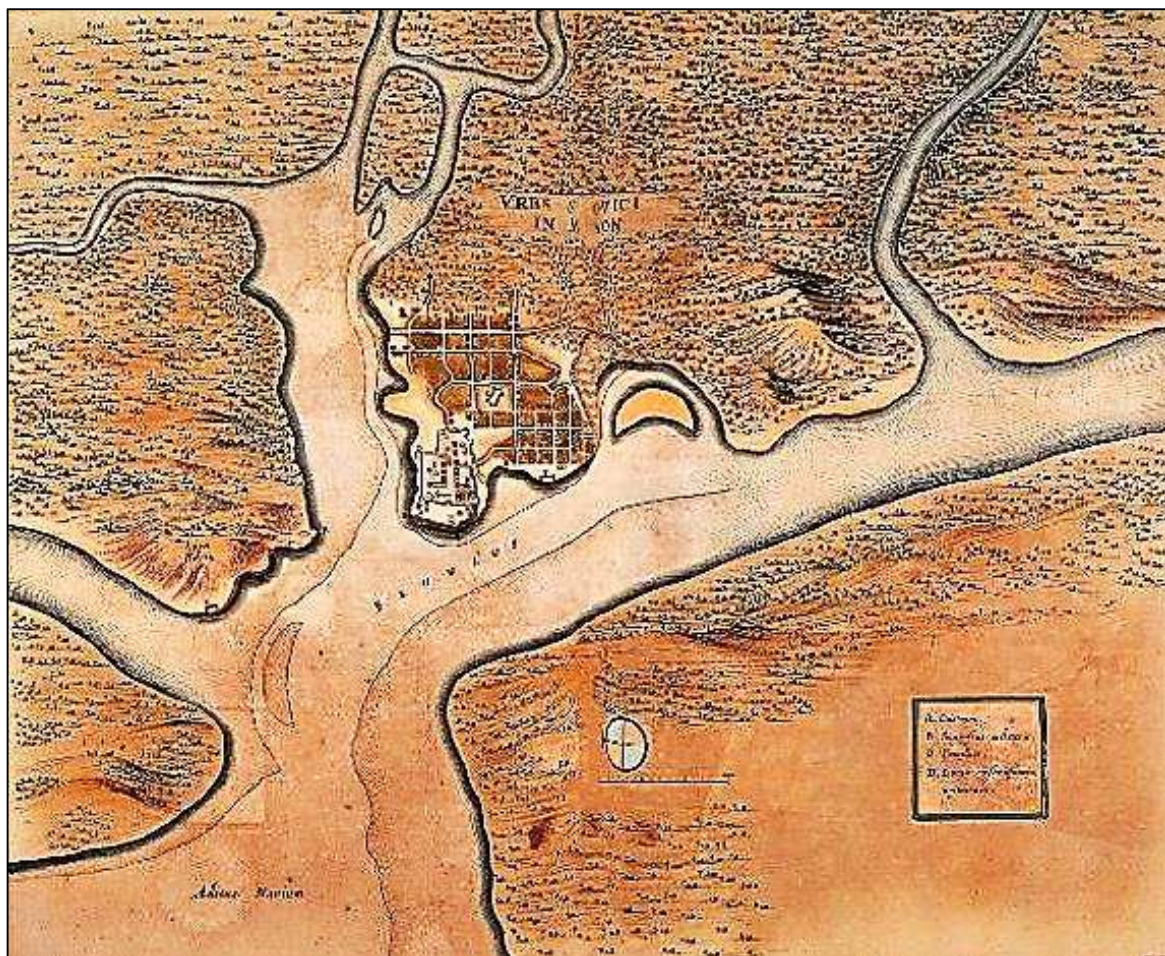
De toda forma a cidade confirmava o modelo de assentamento adotado pelos colonizadores portugueses. A Cidade Alta, administrativa, militar e religiosa, e a Cidade Baixa, marinheira e comercial, que, associadas à tipologia dominante das edificações surgidas mais tarde, a partir do final do século XVIII, conferem a São Luís, uma forte conotação lusitana (ANDRÈS, 2006, p.53).

No ano de 1619, chegaram a São Luís casais de açorianos que fundaram a primeira câmara municipal e desenvolveram a atividade da cana-de-açúcar e algodão, criando, então, um processo de crescimento; em 1621 foi criado o Estado do Maranhão pela coroa portuguesa, separando administrativamente do Estado do Brasil (ANDRÈS, 2006).

Em 1641, o Maranhão foi novamente invadido, desta feita por holandeses, nesta época comandada por Maurício de Nassau, que estava em Pernambuco, permanecendo por três anos. Esse foi um período de violento e destrutivo para São Luís, pois os holandeses saquearam e destruíram parte das casas existentes à época. Por outro lado, deixaram o único registro gráfico de Frias de Mesquita (Figura 22), que era um mapa com perspectiva de Franz Post publicada no livro Barleaus (ANDRÈS, 2006).



Figura 22: Mapa histórico do plano urbanístico de São Luís datado de 1647



Fonte: ANDRÈS (2006, p.52)

Nota: Aútor de *Urbs S. Ludovici*, impresso em 1647 em Amsterdã, com ilustração dos feitos do Conde Maurício de Nassau sobre desenho de 1641, atribuído a Franz Post, refletindo o projeto de 1615 de Frias de Mesquita

Esse desenho é de suma importância, pois traz referências correspondentes ao território no interior da muralha onde está situado o Palácio dos Leões (atual sede do Governo Estadual) e a Intendência, “como era denominada a administração local, e ainda uma construção em cruz, identificando a capela que mais tarde daria origem à Igreja da Sé” (ANDRÈS, 2006, p.53).

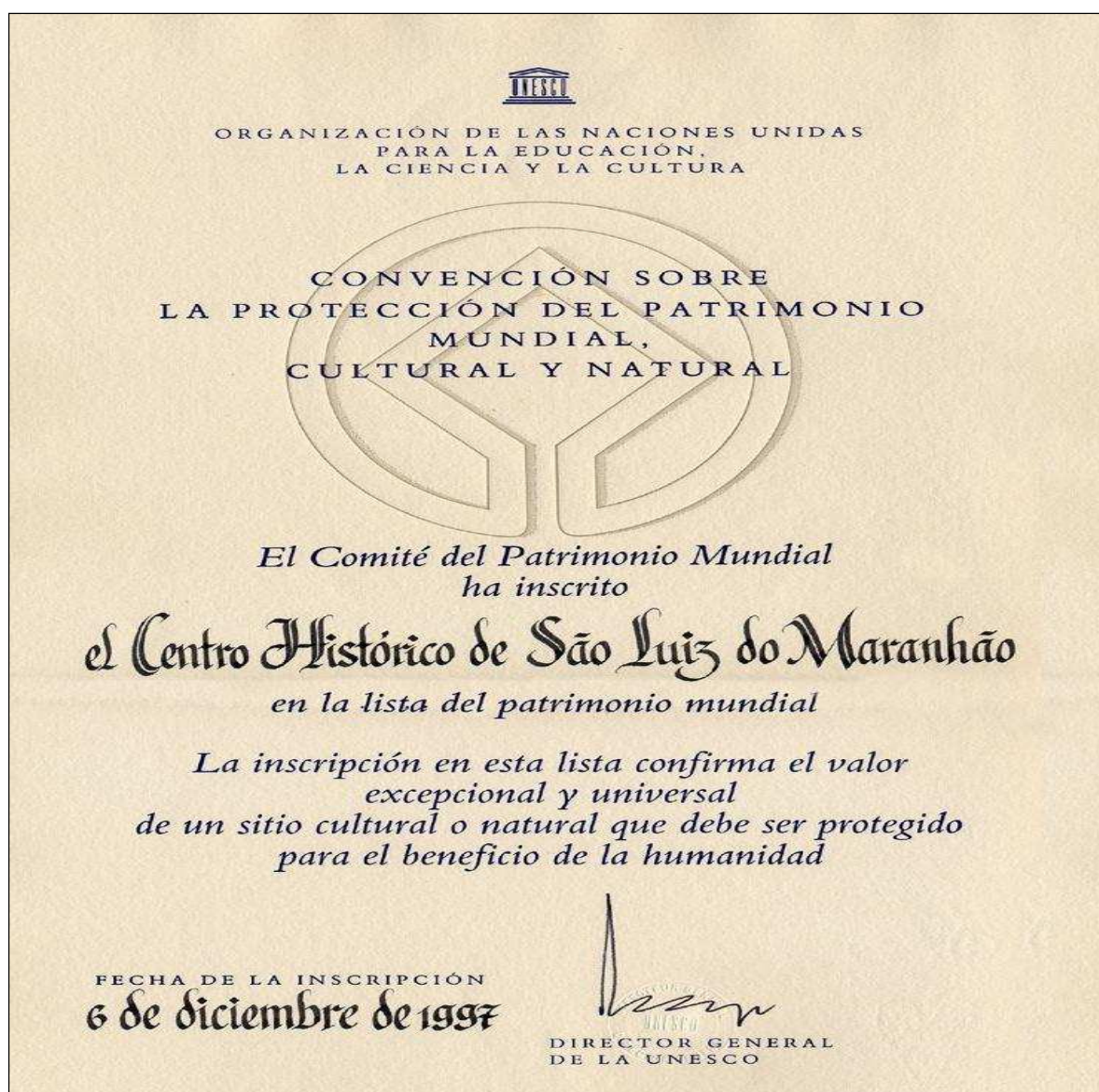
Um dos principais fatores da importância do projeto de urbanização de Frias de Mesquita para São Luís reside na consolidação do crescimento urbano obedecendo o mesmo padrão uniforme, com ruas estreitas que variam entre sete e dez metros, e quadras com dimensões que não ultrapassaram as dimensões de 80 por 80 metros até o século XIX (ANDRÈS, 2006).



Esse legado foi uma das justificativas para São Luís, com influências francesas, portuguesas, holandesas, indígenas e negras, ser, em 1997, declarada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade (Figura 23) (MARANHÃO, 1997; MUNIZ, 2005).

[...] o Comitê decidiu inscrever esta propriedade mediante os critérios (iii), (iv) e (v), considerando que o Centro Histórico de São Luís é um exemplo excepcional de cidade colonial portuguesa, adaptada com sucesso à contemporânea e às condições climáticas da América do Sul equatorial, e que tem conservados dentro das notáveis proporções o tecido urbano harmoniosamente integrados ao ambiente que o cerca (UNESCO, 1997, s.p.)

Figura 23: Cara de aprovação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) incluindo São Luís na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade



Em meados de 1654, o território do estado do Maranhão e Grão-Pará teve as cidades de São Luís e de Belém como capitais, o que determinou o seu *status*, direcionando recursos para investimentos em infraestrutura urbana (NOBERTO, 2004). Na segunda metade do século XVIII, com o advento das revoluções Francesa e Industrial, surgiram novos cenários na Europa e, conseqüentemente, nas colônias da América do Sul. No Maranhão, sob a governança do Marquês de Pombal, surgiu a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, a partir da qual a situação de pobreza antes reinante começou a mudar. Com a abertura dos portos para as chamadas “nações amigas”, teve início o crescimento e a urbanização de São Luís (LACROIX, 2012).

Noberto (2004, p.61) comenta que tal situação se deve ao fato de que:

São Luís estava encravada de frente à Europa, e não possuía, praticamente, ligação por terra que a unisse aos outros estados brasileiros. Como se não bastasse, uma corrente marinha vinda da África dificultava a navegação para o resto do país, como Salvador e Rio de Janeiro.

Várias casas comerciais exportadoras e importadoras começaram a instalar-se e é nessa época que também surgiram os casarões (Figura 24) e sobrados azulejados dos ricos fazendeiros e comerciantes. É justamente desse período a maciça introdução da mão de obra escrava negra para trabalhar nas plantações de algodão, arroz e cana-de-açúcar. A configuração da cidade como portuária e agroexportação dinamizou a economia e a riqueza, o que se confirmava com os azulejos presentes nas fachadas (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

Figura 24: Vista de casarões e sobrados no Centro Histórico de São Luís



Fonte: SANTOS (2014c)

Os grandes comerciantes e fazendeiros passaram a enviar os filhos para a Europa para adequado desenvolvimento dos seus estudos. Foi durante esse período que São Luís passou a ser chamada de “Atenas Brasileira”, quando intelectuais da terra ganharam projeção nacional, sobretudo no campo das letras (poesia, romance, teatro, jornalismo e crítica literária)” (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p.30). Grandes nomes, tais como Gonçalves Dias, datam dessa época.

Já no século XIX, o grande destaque foi o início do parque industrial no estado. O enfoque principal era a indústria têxtil, mas também havia espaço para outros ramos, como sabão, açúcar e aguardente. Com a industrialização, houve também a expansão urbana. Alguns empreendimentos industriais, como a Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa e a Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil, contribuíram para a desconcentração demográfica e para a ampliação das fronteiras citadinas (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

#### 4.1.2 Aspectos socioeconômicos

Pelas questões históricas e agrofundiárias do estado do Maranhão, compreende-se a dinâmica populacional da cidade de São Luís, responsável pelo consolidação do incremento demográfico, antes da instalação de importantes projetos industriais na capital, como o Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR) e da Companhia Vale do Rio Doce (VALE) (LACROIX, 2012; RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

O mais expressivo crescimento populacional de São Luís coincidiu com o avanço da urbanização da capital a partir dos anos 1960, incrementado nas décadas seguintes (1970 e 1980), com um fluxo contínuo de pessoas, maior que a média estadual (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

A instalação de indústrias nos anos 1980 se tornou atrativa para a implantação de projetos de mineração, contribuindo para a chegada de migrantes, oriundos principalmente de outras zonas urbanas do país. Em meados de 2000, foi registrada uma concentração populacional ascendente, devido ao avanço da urbanização e à diminuição do espaço rural na ilha de São Luís (BURNETT, 2008).

Em 1991, a população urbana era de 246.213 habitantes, passando para 762.172 em 1996 (ampliação de 67,7% em apenas cinco anos) e para 837.584 em 2000 (ampliação de 9,0% em quatro anos), sendo registrados 955.600 em 2010 (ampliação de 12,4% em dez anos) (Tabela 3). Nesse último ano, a maior parte da população se encontra na sede urbana, dividida em 38 bairros, estando 94,4% na zona urbana e 5,6% na rural (IBGE, 2013), totalizando 1.011.943 pessoas. Esta última possui mais de 120 povoados, sendo a diminuição da sua população decorrente da implantação do Plano Diretor de 1992, que determinou os limites entre essas duas zonas.



Tabela 3: Crescimento populacional da cidade de São Luís – 1991 a 2010

ANOS							
1991		1996		2000		2010	
urbana	rural	urbana	rural	urbana	rural	urbana	rural
246.213	450.158	762.172	18.661	837.584	32.444	955.600	56.343
696.371		780.833		870.028		1.011.943	

Fonte: IBGE (2013)

Conforme dados do censo demográfico (IBGE, 2013), a taxa de analfabetismo da população ludovicense em 2011, com 10 anos ou mais era de 4,5% e a nacional é de 9% em 2014, a regional (16,6%) em 2013, e a estadual (19,3%) em 2011. Em 2000, essa média na capital maranhense era de 7,7 anos, enquanto em 2009 era de 5,8 no Maranhão, 6,0 no Nordeste e de 7,2 no Brasil. Para conhecimento da distribuição geográfica dos níveis de escolaridade na cidade, o eixo litorâneo (parte nova) concentra os maiores, enquanto que na zona periférica estão os índices mais baixos.

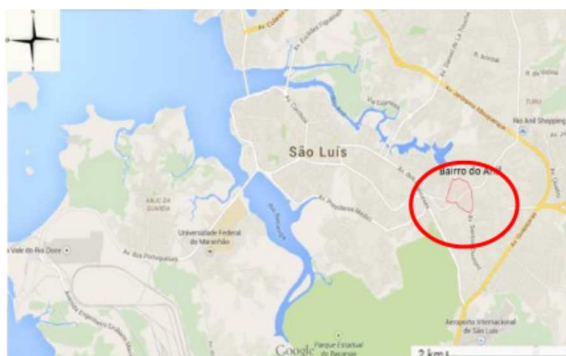
A disposição da população é disseminada no território de forma desigual pelos bairros, conjuntos habitacionais e loteamentos, com características e padrões distintos de ocupação, não permanecendo uma padronização e qualidade estrutural entre os diversos setores da cidade (BURNETT, 2008).

A concentração populacional de São Luís está localizada principalmente nas áreas do entorno do centro e no corredor Centro-Anil, local que vem recebendo investimentos do Programa Minha Casa Minha Vida<sup>48</sup> (Figura 25), modificando a paisagem urbana e ampliando o adensamento de moradores na região. Na porção das praias, a densidade habitacional apresenta índices menores, mas há ocorrência de especulação imobiliária em função da valorização e presença de vazios urbanos (BURNETT, 2008).

<sup>48</sup>

O Programa Minha Casa Minha Vida é um programa do governo federal criado em 2009, que acontece em parceria com governos estaduais, municipais e entidades sem fins lucrativos. Tem como objetivo diminuir o déficit habitacional brasileiro, tornando a moradia acessível às famílias, construindo mais de 7 milhões de domicílios (MCMV, 2015).

Figura 25: Mapa, imagem aérea e vistas de adensamentos populacionais originários da instalação do Programa Minha Casa Minha Vida no bairro do Anil em São Luís



localização do bairro<sup>1</sup>



localização dos condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida<sup>1</sup>



perspectiva do projeto arquitetônico do Condomínio Eco Park<sup>2</sup>



imagem atual do Condomínio Eco Park<sup>3</sup>

Fonte: <sup>1</sup> = GOOGLE MAPS (2015); <sup>2</sup> = NOGUEIRA RIOS (2015); <sup>3</sup> = MITULA IMÓVEIS (2015).

Segundo Caldeira (1991), nos anos 1950, um novo modelo de desenvolvimento industrial surgiu no Brasil, reafirmando a vocação agrária do país, com um significado contingente migratório para a região Nordeste, avançando em diversas frentes rurais, dominado, principalmente, por pequenas unidades de produção familiar. A partir de então, obras viárias em âmbitos estaduais foram intensificadas, promovendo a integração regional no mercado. Com isso, veio a valorização imobiliária ao longo dessas estradas, deslocando boa parte dos ocupantes para zonas periféricas em áreas urbanas, deixando seus terrenos para a criação de grandes propriedades rurais. Esse processo provocou o êxodo rural, causando reflexos nas cidades, principalmente na urbanização de São Luís em meados da década de 1960 (BURNETT, 2008).

Por ser sede administrativa do estado do Maranhão, São Luís teve importante papel na migração rural-urbana, por reunir concentração industrial e funcionalismo público. O estímulo à construção civil, com o revigoramento econômico na década de 1970, impulsionou o crescimento populacional e urbano, assim como a aceleração econômica do setor terciário (BURNETT, 2008; 2012).

Ainda na década de 1970, a construção de importantes elementos de infraestrutura, a exemplo da Ponte do São Francisco, viabilizou a expansão populacional para outras áreas da cidade.

Desde o final da década de [19]70, a capital maranhense assumiu uma nova vocação econômica a partir da implantação de grandes projetos envolvendo a exploração mineral, que se expressaram na construção da Estrada de Ferro Carajás e no Terminal da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em São Luís. Ao longo da década de [19]80 [...] a constituição de polos de produção siderúrgica e de ferro-liga [...], em adição à implantação da Fábrica ALUMAR (Consórcio Billiton-Alcoa) [...]. A industrialização de São Luís em 1980, em termos locais, contribuiu com 19,2% para a formação do PIB da Ilha, o que representou seis vezes mais que a geração do Setor Primário, porém, apenas 1/4 do valor produzido no Setor Terciário. Em 2002, a contribuição do Setor Industrial de São Luís no PIB da Ilha cresceu para 33,3%, o Setor Agropecuário contribuiu com apenas 0,13% e o Setor de Serviços prevaleceu como maior contribuinte representando um percentual de 49,5% do PIB total da Ilha (PMSL, 2000, p.34).

Atualmente, o Produto Interno Bruto (PIB) de São Luís está na ordem de R\$ 15,3 bilhões e o município se tornou um dos polos industriais do Maranhão, devido à canalização de investimentos na região (IBGE, 2015). Mediante a expansão da cidade pós ponte, foi possibilitada a criação do primeiro *shopping center* na década de 1980, criando um acesso comercial nesse modelo de empreendimento, além do incentivo à criação e concentração de prédios (Figura 26) que mudariam os rumos e ritmos da urbanização da capital (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

Figura 26: Vista de concentração de prédios no bairro do Renascença 2 em São Luís



Fonte: SANTOS (2015)

Com o intenso investimento imobiliário no bairro Renascença 2, “este verticaliza-se, consolidando a cultura de habitação multifamiliar, para a classe alta e média, conforme previsto no Plano Diretor de 1974” (VIEIRA, 2013, p.22).

Nesse contexto, o setor da construção civil, a partir da década de 1980 passou a ter maior importância diante da implantação dos novos empreendimentos e construção de residências e/ ou prédios de apartamentos para alojar a massa de profissionais que chegou para dar sustentação às empresas dos Grandes Projetos (SANTOS, 2010, p.107).

A partir de então, São Luís passou a manifestar sintomas de modernização arquitetônica no conjunto da paisagem urbana, em decorrência da construção das pontes do Caratatiua e São Francisco, que possibilitaram a expansão urbana em direção às praias, gerando segregação entre a São Luís antiga dos casarões e a cidade nova com seus prédios (BURNETT, 2008; 2012).



De 1990 até 2010, São Luís sofre de uma intensa pressão imobiliária e o solo urbano, passa, cada vez mais a configurar-se como mercadoria do capital. Por isso, nessa época, a cidade é reconfigurada pelo capital imobiliário e tem-se a construção de condomínios fechados horizontais e verticais como uma novidade que promete segurança e lazer, mas que, em verdade, potencializa a segregação do espaço, à medida que exclui desse processo, quem não pode pagar por esse tipo de moradia (BURNETT, 2008, p.45).

Mas é na década de 1990 que a verticalização se consolida, dinamizando a produção do espaço urbano e possibilitando a criação de novos vetores para o setor norte, criando, assim, polos urbanísticos, “como o bairro da Ponta d’Areia (Figura 27), onde a tecnologia de construção é mais sofisticada, com prédios de mais de dez pavimentos e onde a área de lazer é tão importante na constituição do valor final do imóvel, quanto às áreas comuns ou a unidade habitacional” (VIEIRA, 2013, p.63).

Figura 27: Vista de paisagem urbana do bairro da Ponta d’Areia em São Luís



Fonte: SANTOS (2015)

Com o crescimento e desenvolvimento da cidade, a infraestrutura foi melhorando, como no caso do abastecimento de água, feito por captação pelos sistemas Sacavém e Itapecuru, totalizando 2.640 l/s, e pelo sistema Paciência, atingindo 460 l/s.

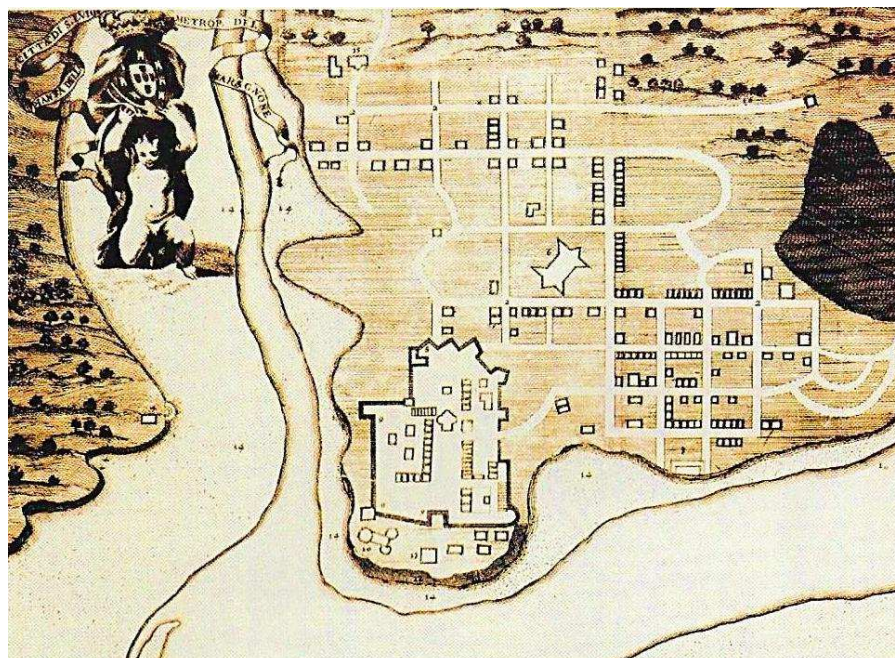
A captação superficial é do tipo convencional ETA-Estação de Tratamento de Água, enquanto que a captação subterrânea é realizada apenas com cloração. A Companhia de Água e Esgotos do Maranhão – CAEMA, criada em 1966 detém o monopólio do abastecimento de água em São Luís, e a nível Estadual, é a principal responsável pelas ações de abastecimento de água em 133 sedes municipais e 52 distritos, atendendo cerca de 30% da população total do Maranhão (PMSL, 2000, p.44).

Em 2000, São Luís possuía 82,0% dos domicílios particulares abastecidos por rede canalizada em pelo menos um cômodo ou canalizada na propriedade ou terreno. Esses são alguns parâmetros que demonstram o grau de desenvolvimento urbano da capital maranhense (PMSL, 2000).

#### 4.1.3 Aspectos urbanísticos

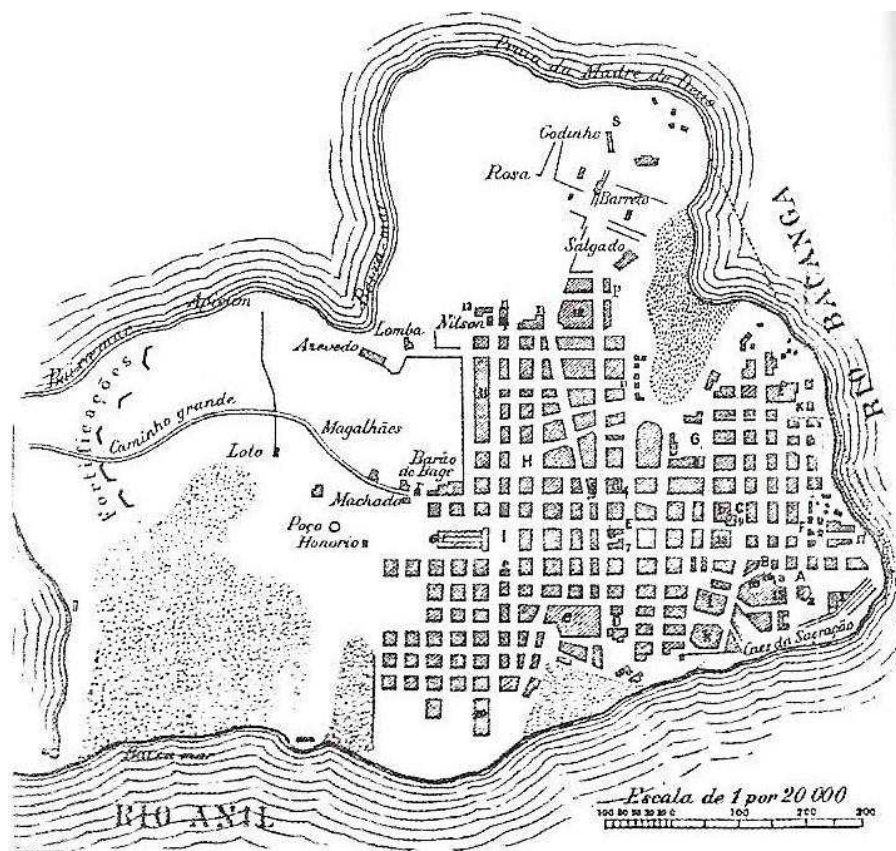
A produção do espaço urbano de São Luís ocorreu de forma fragmentada, acompanhando um ritmo que incorporava novas áreas, sendo que entre os anos de 1612 e 1875 e de 1876 e 1950 apresentou características lineares (Figuras 28 e 29) e lentas (FERREIRA, 2013). As primeiras são decorrentes do fato de o crescimento ter sido horizontal no eixo Centro-Anil, acompanhando os rios Bacanga e Anil, e de “não se dispor de ações e estratégias em que tanto o Estado quanto os demais agentes sociais viabilizassem a transposição dos mesmos, e assim, pudessem alcançar (incorporar) mais facilmente os setores Norte e Oeste do município” (VIEIRA, 2013, p.67).

Figura 28: Mapa esquemático da cidade de São Luís em 1641



Fonte: MARTINS (1999, p.25)

Figura 29: Mapa esquemático da cidade de São Luís em 1844



Fonte: SILVA (1998, p.20)

O aspecto da lentidão foi decorrente do fato de a superfície total do município (834,780 km<sup>2</sup>) entre os anos de 1612 e 1950 (338 anos) ter área ocupada de 7,17 km<sup>2</sup> (1,22%) das terras emersas (584,94 km<sup>2</sup>); mesmo com o crescimento da população de 166,5%, esta passou de 31.604 (1872) para 84.221 em 1940 e para 119.785 habitantes em 1950 (BURNETT, 2008; 2012; LOPES, 2008).

Nesse período, o traçado urbano assumiu uma configuração que margeia a área esquerda do rio Anil em direção ao centro administrativo da cidade; em 1775 as políticas de incentivo ao comércio e a criação da Companhia Geral de Comércio Grão-Pará Maranhão possibilitaram um crescimento econômico que refletiu na urbanização da zona central da cidade (LOPES, 2008; LACROIX, 2012).

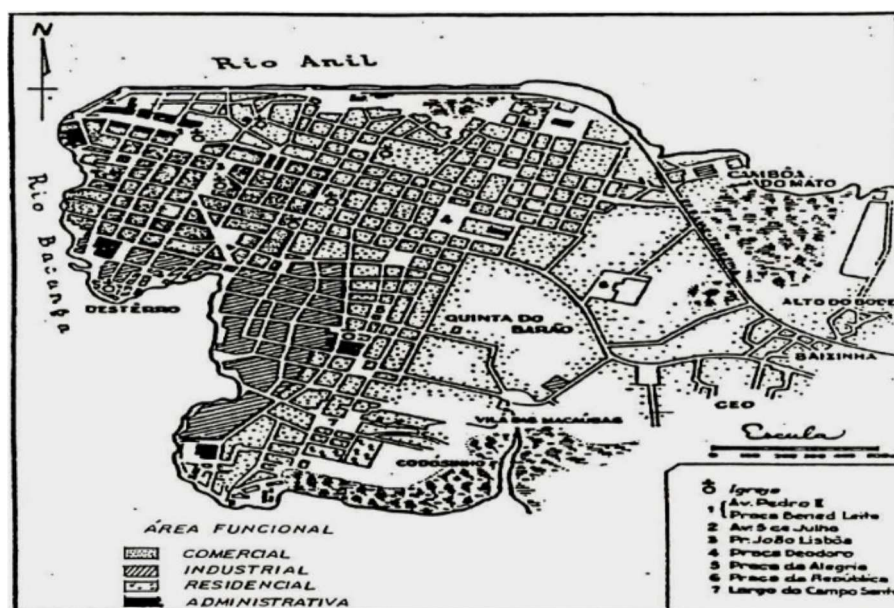
Mesmo com esse suporte, a taxa de urbanização foi insignificante em relação ao eixo sul-sudeste do Brasil, pois a economia local passava por momentos de instabilidade devido à infraestrutura precária, que permaneceu até o século XX, sendo um dos seus motivos, a estagnação econômica da cidade, que durou do final do século XIX a meados do século XX (LACROIX, 2012).



A estabilidade, no século XX, do modelo de concentração do desenvolvimento nacional na região sudeste do País e a situação geográfica periférica da cidade com relação aos centros de poder político e financeiro do Brasil, provocaram em São Luís, como em inúmeras outras cidades do Norte e Nordeste, uma estagnação econômica iniciada para os maranhenses em fins dos anos 20, com o declínio da produção industrial têxtil do Estado, e que se consolidou com o modelo industrial do governo de Getúlio Vargas (BURNETT, 2008, p.120).

Em 03 de março de 1950, foi instituída a Lei Municipal Nº 171, que estabeleceu os limites das zonas urbanas, suburbana e rural do distrito administrativo de São Luís e Anil (SÃO LUÍS, 1950), com este possuindo zona rural, o que não era possível para o primeiro devido à exiguidade do seu território (Figura 30).

Figura 30: Mapa esquemático da cidade de São Luís em 1951



Fonte: AZEVEDO (1994)

No final da década de 1970, o traçado urbano de São Luís começou a mudar, pois o Estado iniciou diversas obras de infraestrutura que passaram a incorporar novas áreas, favorecendo o crescimento e a valorização do espaço urbano, com a construção de duas pontes sobre o rio Anil (Ponte José Sarney, mais conhecida como Ponte do São Francisco – Figura 31 – e Ponte Governador Newton Bello, mais conhecida como Ponte do Caratatiua), que facilitaram o acesso e a expansão dos setores norte e nordeste do município (LOPES, 2008; VIEIRA, 2013).

Figura 31: Vista da Ponte José Sarney com ligação do Centro Histórico à área nova da cidade de São Luís



Fonte: Adaptada de RODRIGUES (2014).

Entre os anos de 1970 e 2000, houve um processo de urbanização modernista a partir do impulso econômico incentivado pelo Estado, associado à industrialização, captando fluxos migratórios em decorrência dos projetos industriais da época.

Na década de [19]70 verificou-se o duplo processo de ocupação direcionada: de um lado um processo “espontâneo”, através da proliferação de ocupações irregulares de áreas urbanas; e por outro lado um processo “induzido” determinado pela implantação de grande número de conjuntos habitacionais de iniciativa privada próxima a loteamentos consolidados. (ESPIRITO SANTO, 2006, p.66)

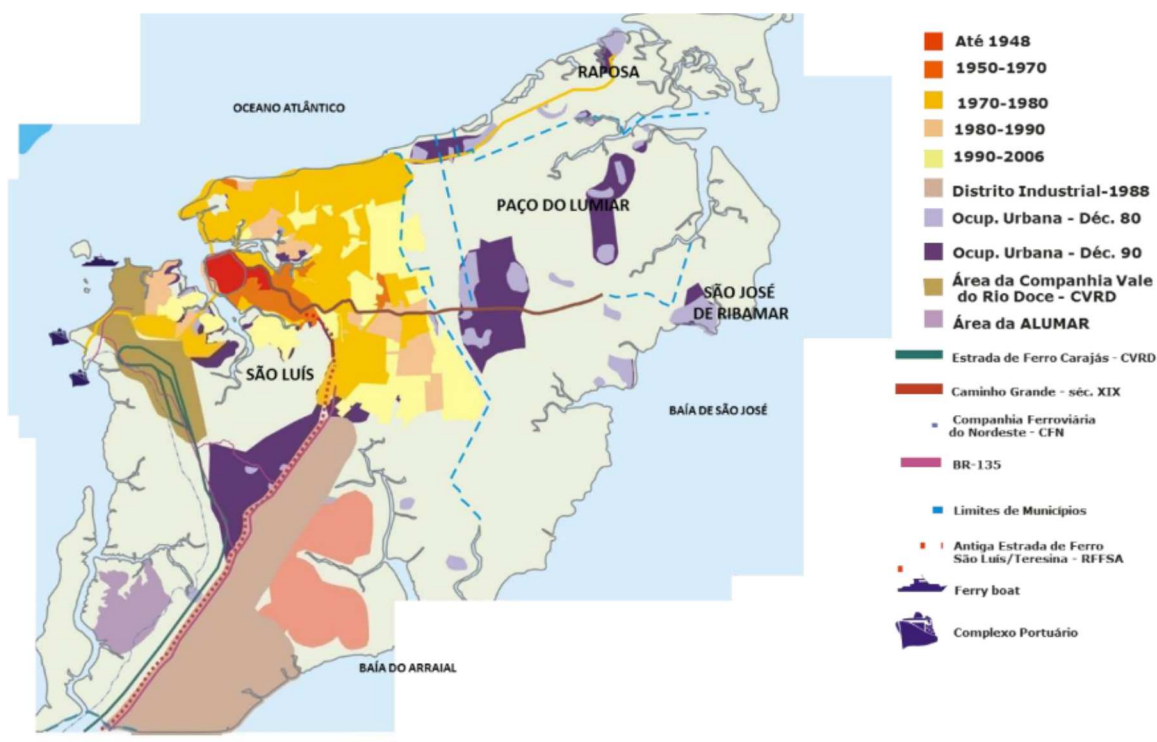
A construção das pontes conectou o Centro Histórico à região das praias, como os bairros do Calhau e Ponta d’Areia, permitindo também chegar às praias do Olho d’Água e Araçagy (esta última, pertencente ao município de São José de Ribamar) (BURNETT, 2012).

A construção de tais pontes significou maiores possibilidades de se materializar a reprodução do espaço urbano e do capital, haja vista a valorização das terras localizadas nos mencionados setores, o que tornou bastante oportuno o investimento público (principalmente) e privado em novas vias de acesso, assim como em demais equipamentos. Daí, a população que antes residia no Centro Histórico, revelar a intenção em sair do mesmo e localizarem-se nos referidos setores. Logo, se estabeleceram as condições para a atuação de agentes sociais, notadamente os proprietários de terra (Maçonaria e Município) que se beneficiariam da

“conversão da terra rural em terra urbana” (CORRÊA, 1989, p.16<sup>49</sup>) tendo em vista que a Lei Municipal n. 171/50 considerava os setores em análise como pertencentes à zona rural. (FERREIRA, 2013, p.33-34).

A Figura 32 revela o processo de expansão da cidade do início do século XX ao começo do XXI, caracterizando o avanço para o litoral, bem como para o interior da ilha, nas dividas com os municípios de São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar. A expansão da cidade para novas áreas próximas à praia (Figura 33), por um lado, manteve a autenticidade do patrimônio do centro histórico, mas, por outro, causou a perda da sua funcionalidade.

Figura 32: Mapas de evolução da mancha urbana de São Luís com destaque para o núcleo do Centro Histórico – 1926 a 2004



Fonte: ANDRADE (2011)

Nota: ALUMAR = Consórcio de Alumínio do Maranhão

Figura 33: Mapas de expansão urbana de São Luís para novas áreas



Fonte: LEITE; RAMOS (2012)

- Notas:
- 1 = Centro Histórico
  - 2 = Caminho Grande
  - 3 = primeira ponte sobre o rio Anil e continuação do eixo de crescimento em direção as praias
  - 4 = segunda ponte sobre o rio Anil
  - 5 = barragem do rio Bacanga e acesso a área industrial
  - 6 = terceira ponte sobre o rio Anil
  - 7 = acesso terrestre para o continente

Inicialmente, as habitações foram sendo deslocadas para as novas áreas urbanizadas da cidade. A permuta do uso residencial unifamiliar por cortiços ou uso comercial torna-se evidente desde meados do século XX. Atualmente, essa dinâmica é mantida, alternando com muitos edifícios desocupados ou adquiridos recentemente para fins institucionais (LEITE; RAMOS, 2012, p.2)

Percebe-se que, até aquele período, a atividade imobiliária era rentista e o uso do solo obedecia praticamente ao espaço do Centro Histórico, pois, como não existia a ponte conectando às praias, o território praiano era um vazio urbano (VIEIRA, 2013).

Em São Luís, até 1974 o processo de verticalização era incipiente (seis prédios) e pontual (Centro Histórico). A partir de 1980, o Estado passou a investir no mesmo, indicando a modernidade, mais precisamente nas áreas do Bequimão/Maranhão Novo, COHAMA e Forquilha (Ferreira, 1999). Convém ressaltar que em 1992, o SINDUSCON através de um grande lobby na Câmara de Vereadores se articulou e conseguiu aumentar o gabarito dos edifícios de 08 para até 15 pavimentos. Esse incremento foi sendo gradativo, pois até 1981 eram permitidos apenas 07 pavimentos. (FERREIRA; SILVA, 2005, p.6).

No Plano Diretor de 1974, era prevista a expansão urbana com a criação de novos bairros, avenidas e ruas, além do Anel Viário e da urbanização dos bairros do São Francisco e Ponta d'Areia. Em 1975, foi iniciado o aterramento do igarapé da Jansen, criando a atual lagoa, e a Avenida Ana Jansen, que ligou o bairro do São Francisco à orla da capital (VIEIRA, 2013).



Essa obra possibilitou o acesso às praias, aproximando-as do Centro Histórico (cerca de 4 km). Com isso, foi determinada a intenção do Plano Diretor de 1974 em transformar o bairro da Ponta d'Areia em polo turístico e residencial da classe alta de São Luís (Figura 34).

Figura 34: Vista da península da Ponta d'Areia em São Luís



Fonte: MEIRELES JUNIOR (2014)

Em 1980, já existia adensamento populacional, principalmente no bairro do São Francisco, que cresceu comercialmente, disputando com o centro a concentração de comércio. O bairro serviu como:

Uma espécie de centro gerador de pequenos serviços para pedreiros, marceneiros, eletricitas, profissionais domésticos e comerciários, que no ensejo de morar perto do trabalho, passaram a invadir as áreas abaixo da Ponte do São Francisco ou próximas ao mangue, o que provocou, no entorno desses bairros, o crescimento de outros, habitados por pessoas com menor poder aquisitivo, a exemplo da Ilhinha (VIEIRA, 2013, p.71).

O crescimento urbano desordenado de São Luís, principalmente na nova área, trouxe problemas como invasões, desmatamento e palafitas, que abrigaram a população de baixa renda que sobrevivia da pesca. Em 1981, o plano diretor foi alterado, visando melhorar o ordenamento e desenvolvimento urbano, além de diminuir os conflitos entre as áreas comerciais e residenciais da cidade (BURNETT, 2008; 2012).

Em 1991, por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, foi realizado um estudo para solucionar os problemas ambientais (proliferação de algas) e sociais da Laguna da Jansen (expansão das palafitas), decidindo-se, então, pela



transformação da lagoa em “área de lazer, de pesca artesanal e turismo, o que só se tornou oficial com a aprovação do projeto de Lei Nº 037/88” (O ESTADO DO MARANHÃO, 1988, p.1); no final de 2001, a região foi urbanizada com equipamentos para a prática de lazer e turismo (Figura 35).

Figura 35: Vista de urbanização da Lagoa da Jansen em São Luís



Fonte: MEIRELES JUNIOR (2014)

O Plano Diretor de 1992, terceiro de São Luís, alterou novamente a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei Municipal Nº 3.253, de 1992) e dividiu as áreas do entorno da Laguna em três zonas: Zona Turística 2 (ZT-2), as quadras voltadas para a Baía de São Marcos; Zona Residencial 2 (ZIS-2), as quadras voltadas para o Igarapé da Jansen e a Zona de Proteção Ambiental (ZPA-2), que compreende praias, o mangue e a extremidade da Ponta d’Areia (VIEIRA, 2013, p.71).

Como citado, essa lei definiu as normas de parcelamento, uso e ocupação do solo, estabelecendo as intensidades de ocupação, utilização e as atividades adequadas, toleradas e proibidas, cujos objetivos:

- I. Orientar e estimular o desenvolvimento urbano;
- II. Minimizar a existência de conflitos entre as áreas residenciais e outras atividades sociais e econômicas;
- III. Permitir o desenvolvimento racional e integrado do aglomerado urbano;
- IV. Assegurar concentração urbana equilibrada, mediante o controle do uso e do aproveitamento do solo;
- V. Assegurar a reserva de espaços necessários à expansão disciplinada da cidade (SÃO LUÍS, 1992, Artigo 1º).

Seu teor também está relacionado às normas legais federais e estaduais quanto “I. Proteção dos monumentos históricos e imóveis tombados; II. Proteção paisagística; e III. Proteção ao aeroporto” (SÃO LUÍS, 1992, Artigo 2º).

O Artigo 3º apresenta a aplicação do código com referência à divisão do município em zonas e corredores, que totalizam trinta e oito áreas (SÃO LUÍS, 1992), sendo duas Zonas Turísticas (ZT) e uma Zona de Preservação Histórica (ZPH) as de maior interesse para esta pesquisa (Figura 36). No interior dos limites da ZPH, encontra-se a Rua Portugal, localizada no Centro Histórico de São Luís.

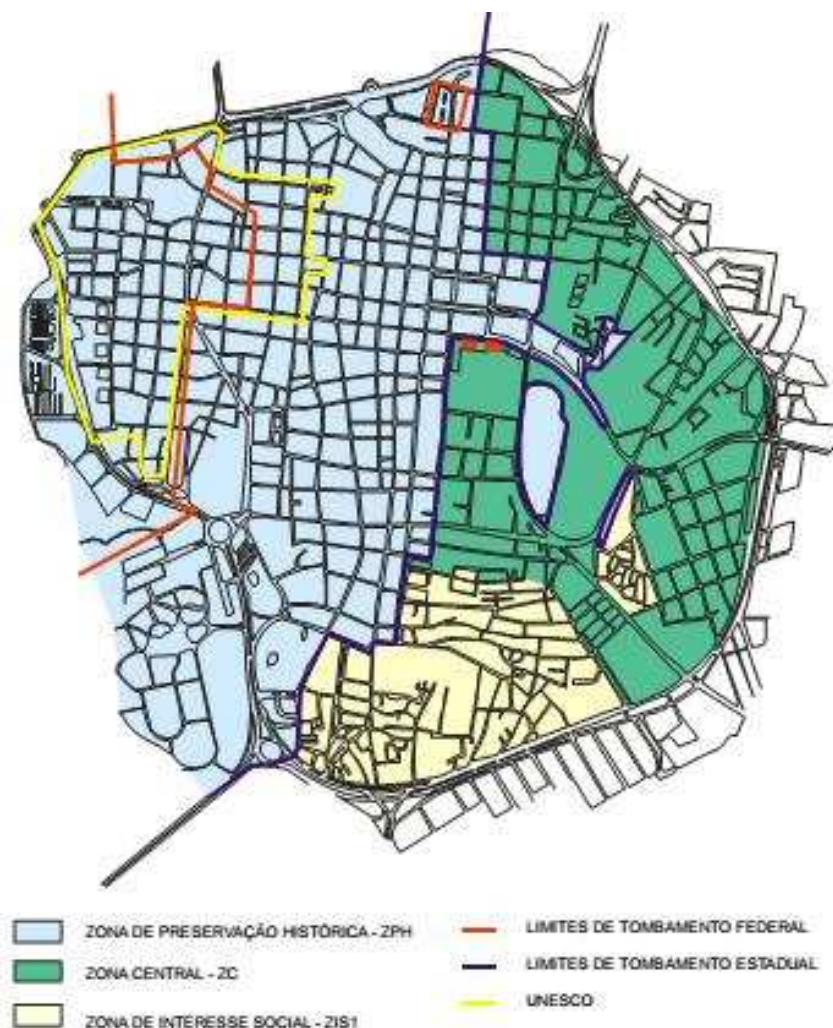
Além disso, na lei também há o esclarecimento de que esta zona é composta por duas áreas distintas: “I. Área de Preservação Histórica - formada pelas áreas tombadas em nível federal e estadual; II. Áreas de Preservação da Paisagem - compreendem as áreas do Aterro do Bacanga e do Parque Bom Menino” (SÃO LUÍS, 1992, Artigo 68).

O documento dispõe, ainda, que a ZPH possui elementos da paisagem construída e natural, abrigando ambiências significativas da cidade, ou seja, valores simbólicos quanto a aspectos histórico-culturais e à integração do sítio urbano, por abrigar monumentos patrimoniais. Nos seus artigos 69 e 71, tem-se que nas áreas tombadas em nível federal e estadual só podem ser realizadas obras públicas e particulares nos imóveis – isoladamente e no seu entorno – e intervenções físicas em logradouros e áreas públicas, mediante licença e parecer do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural do Maranhão (IBPC-MA), do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP-MA) e da Prefeitura Municipal de São Luís (PMSL), ou seja:

§ 1º – As obras a que se refere este artigo abrangem todos e quaisquer tipos de intervenção física que se realizem nos imóveis, logradouros e nas áreas públicas ou particulares, inclusive as obras de infraestrutura (SÃO LUÍS, 1992, Artigo 69);

§ 2º – Todas as intervenções físicas nos logradouros, áreas públicas ou privadas na ZPH, áreas tombadas ou no entorno dos imóveis, independentemente das características de cada edificação, estão sujeitas às limitações e normas estabelecidas pelos órgãos constantes no *caput* deste artigo (SÃO LUÍS, 1992, Artigo 71).

Figura 36: Mapa de zoneamento de uso e ocupação do solo e limites de tombamento da região central de São Luís



Fonte: BRASIL (2015, p.10)

Nota: UNESCO = Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Para salvaguardar a arquitetura e características das edificações, tais como tipologias, visibilidades e demais aspectos originais, as intervenções nos imóveis objetos de tombamento isolado da área tombada e da ZPH estão sujeitas às seguintes limitações:

- a) determinação de recuo, afastamento, gabaritos e volumetria;
- b) tratamento das fachadas e cobertura;
- c) abertura ou fechamento de envasaduras e proporção de cheios e vazios;
- d) soluções de ordem estrutural e/ou espacial;
- e) soluções e tratamento dos elementos internos;
- f) soluções de tratamento exterior, sobretudo às referentes à iluminação, mobiliário urbano, arborização, engenhos publicitários e sinalização;
- g) fixação da taxa de ocupação (SÃO LUÍS, 1992, Art. 70).

Qualquer mudança de atividade ou instalação de equipamentos nos imóveis tombados isoladamente e na ZPH só podem ser realizadas mediante consulta prévia aos órgãos técnicos competentes, e as atividades que forem caracterizadas e definidas como perigosas para a ZPH e que venham a comprometer a integridade da mesma, devem ser transferidas para outras áreas do município (SÃO LUÍS, 1992).

As demolições e substituição de edificações na ZPH devem obedecer aos seguintes critérios:

- § 1º – A demolição de edificações ou muros de mais de 3,00m (três metros) de altura dependerá de licenciamento, recolhidos os tributos e emolumentos fixados para a espécie;
- § 2º – Para as edificações de mais de dois pavimentos e para as que se situam no alinhamento do logradouro ou sobre divisa do lote exigirse-á, além do licenciamento, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, do profissional para proceder à demolição;
- § 3º – O requerimento de licença para a demolição que exija a responsabilidade do profissional habilitado será assinado conjuntamente por este e pelo proprietário;
- § 4º – A permissão para substituição de edificações na Zona de Preservação Histórica, condicionada a parecer favorável do IBPC, do DPHAP-MA e da Prefeitura de São Luís, está sujeita às seguintes restrições:
  - a) ficar assegurada a similaridade volumétrica, adotando-se como base, sempre que possível, a documentação existente. A preservação da similaridade volumétrica não se estende às soluções do espaço interno preexistente, devendo, contudo, assegurar-se o ritmo da composição, bem como a harmonia do conjunto;
  - b) a nova edificação não implicar no desvirtuamento da paisagem construída ou natural, seja por substituição no âmbito da área a ser preservada, seja por substituição no seu entorno, comprometendo visuais;
  - c) haver ameaça de sinistro que coloque em risco vidas e/ou propriedades vizinhas, comprovadas através de laudo técnico, emitido por 03 (três) ou mais profissionais registrados no CREA, dentre os quais um especialista em preservação de bens culturais, desde que se comprove a impossibilidade de recuperação do imóvel que se quer substituir.
- § 5º – Sempre que uma edificação ameaçar ruir ou por qualquer motivo, oferecer perigo à segurança coletiva, seu proprietário será intimado a proceder ao seu devido escoramento, estabilização ou, ajuízo dos órgãos competentes, a demolição do imóvel;
- § 6º – Sempre que verificada a existência de obra não licenciada ou licenciada cuja execução divirja do projeto aprovado, poderá a Prefeitura determinar sua demolição às custas do infrator;
- § 7º – Na Zona de Preservação Histórica - ZPH, adotadas as providências preliminares de escoramento e estabilização, deverá o proprietário obter autorização prévia para a demolição do imóvel, quando necessário, junto ao IBPC, DPHAPMA e Prefeitura de São Luís;
- § 8º – Não atendida a intimação do presente artigo, os serviços necessários serão executados pela própria Prefeitura, às custas do proprietário, acrescidas as despesas de 30% (trinta por cento) sobre o total dos serviços, a título de administração (SÃO LUÍS, 1992, Artigo 73).

Compreende-se que a legislação é rigorosa quanto a qualquer modificação que possa descaracterizar a paisagem do local, assim como as edificações existentes, no intuito de manter a originalidade do patrimônio arquitetônico da cidade de São Luís.

Em 2006, novamente o plano diretor foi revisado mantendo sua função de principal instrumento normativo e orientador da política de desenvolvimento urbano e rural com sustentabilidade socioambiental da cidade (PMSL, 2006). As alterações foram destinadas principalmente às zonas residenciais e comerciais, não afetando a área de interesse desta pesquisa, ficando “estabelecida a Zona de Preservação Histórica (ZPH) composta pelas áreas onde estão aplicadas as legislações municipal, estadual e federal específicas de proteção ao patrimônio cultural no território municipal” (SÃO LUÍS, 2006, Artigo 13).

A Zonas Turística compõe toda a área urbana do município de São Luís, o que compreende também a ZPH e a ZC, onde estão localizados os principais pontos turísticos da cidade, a exemplo da rua Portugal.

#### **4.1.4 Aspectos turísticos**

Segundo dados da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR-MA, 2012), São Luís é reconhecida por suas belezas históricas, culturais e naturais, detentora do maior centro histórico do Brasil, com mais de 5 mil exemplares de casarões e prédios tombados pelas esferas federal, estadual e municipal, oferecendo ao visitante atrativos únicos, a exemplo do conjunto arquitetônico declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Além disso, o cenário é composto por praias, dunas, lagoas e rios que são ofertados aos turistas como opção de visita à ilha. No âmbito cultural, São Luís possui atrativos como o bumba-meu-boi, cacuriá, tambor de crioula (patrimônio imaterial pelo IPHAN), dança do coco, quadrilha e *reggae*, entre outros.

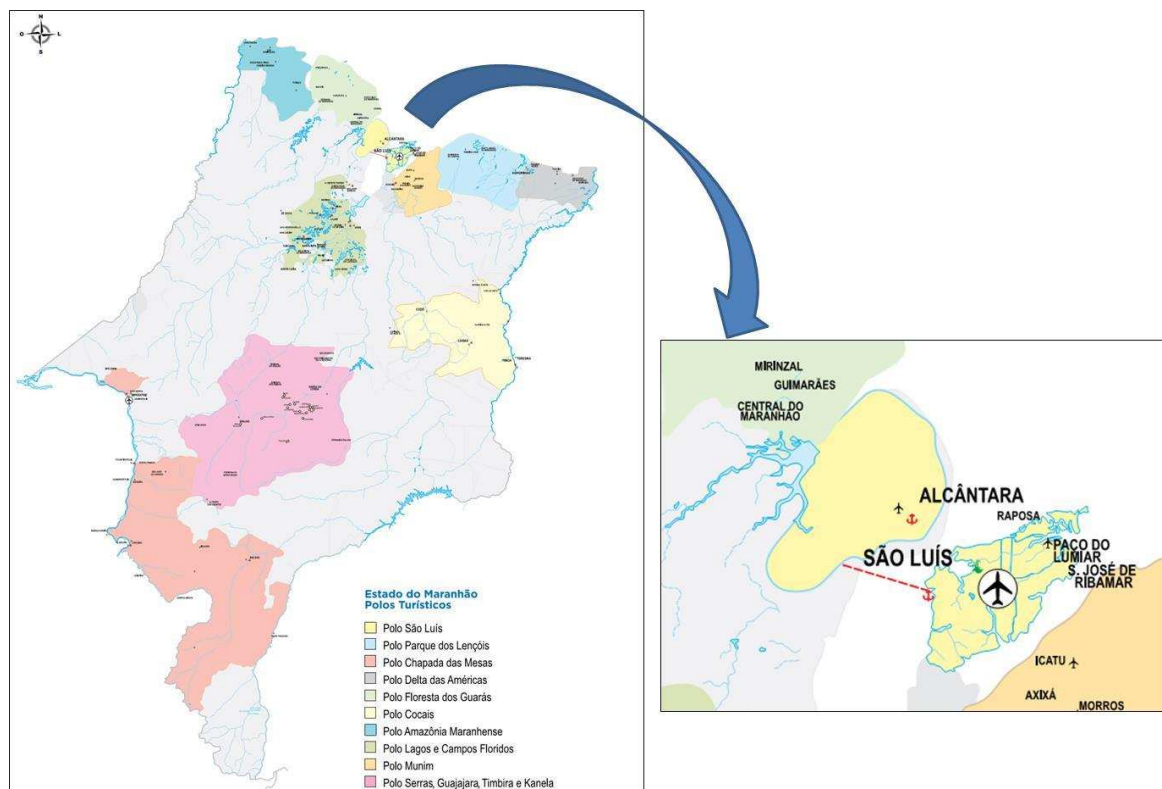


Em 2000, a Secretaria Estadual de Turismo do Maranhão (SETUR-MA) criou o Plano Estratégico de Turismo do Maranhão (Plano Maior 2020), que dividiu o estado em cinco polos, sendo o Histórico-cultural composto pelas cidades de São Luís, Alcântara, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar. A partir do início de implementação desse plano, a capital maranhense passou a receber maiores investimentos para a qualificação da oferta turística, diversificando seus produtos. Já em 2012, foram destacados mais polos, totalizando 10 distribuídos por todo o estado do Maranhão (Figura 37).

Quanto aos aspectos naturais, é banhada pela Baía de São Marcos e pelo Oceano Atlântico, envolve 32 km de praias de águas turvas, nas quais é possível a prática de esportes náuticos devido aos constantes ventos fortes, somados à amplitude da maré, que as tornam ideais para a realização de *bodyboard*, *kitesurf*, *windsurf*, *surf*, vela, caiaque e *stand up paddle*, por exemplo. A cidade é cortada por dois rios – Anil e Bacanga –, que contam com extensa área de mangue, e também com cinco grandes áreas de conservação ambiental (parques estaduais do Bacanga, do Diamante, do Itapiracó e da Laguna da Jansen, além da Área de Proteção Ambiental do Maracanã), com equipamentos turísticos de lazer, como pistas de atletismo, quadras poliesportivas, academias ao ar livre, mirantes, bares, restaurantes e conchas acústicas.

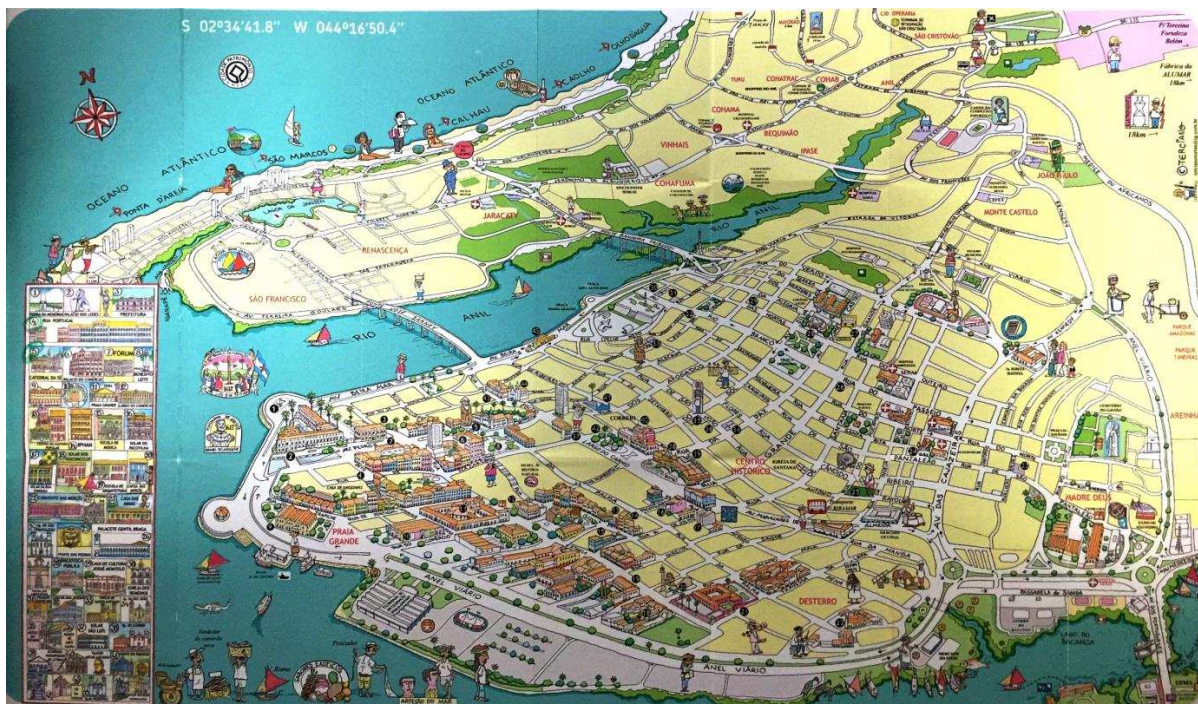
As principais construções de valor turístico que integram o centro histórico estão representadas na Figura 38, a qual ilustra a proximidade com a Rua Portugal, objeto desta tese.

Figura 37: Mapa dos polos turísticos do Maranhão com destaque para o de São Luís



Fonte: Adaptado de Maranhão (2012).

Figura 38: Mapa das principais edificações de valor turístico integrantes do Centro Histórico de São Luís com destaque para a Rua Portugal

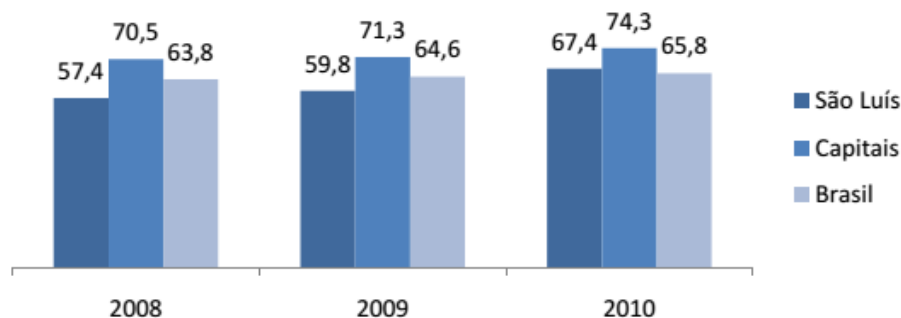


Fonte: Adaptado de SÃO LUÍS (2014).

Com relação ao índice de competitividade do turismo brasileiro (ICTB) de 2010, os dados de 2008 apontam que houve melhorias para São Luís quanto à avaliação da infraestrutura segundo informações disponibilizadas a partir de entrevistas realizadas pela Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI, 2011). A capacidade de atendimento médico para o visitante, a estrutura urbana nas áreas turísticas, o fornecimento de energia e o serviço de proteção ao turista foram os principais itens apontados. De acordo com os resultados, a capital maranhense obteve em 2010, 67,4 pontos, contra 59,8 pontos em 2009, correspondendo a um acréscimo de 12,9% (Figura 39).



Figura 39: Gráfico de evolução do índice de competitividade de destinos turísticos brasileiros em relação à infraestrutura – 2008 a 2010



Fonte: SPI (2011)

Mesmo com o crescimento neste item, o *trade* turístico e as entidades governamentais reconheceram que São Luís está em desvantagem perante outras capitais. Além disso, a infraestrutura é um dos principais obstáculos à competitividade do destino mediante apontamentos realizados pelos entrevistados. Os aspectos mais relevantes destacados na pesquisa foram:

- a) a insuficiência das ligações aéreas para os principais polos emissores no Brasil;
- b) as dificuldades de manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico;
- c) a falta de limpeza, iluminação e segurança ao redor dos principais atrativos turísticos, nomeadamente no centro histórico (SPI, 2001, p.46).

Esses problemas refletem negativamente na imagem que o destino repassa aos turistas, pois a qualidade da experiência turística também está relacionada com a infraestrutura ofertada. Os acessos a São Luís foram elencados como uma das principais dificuldades, principalmente em termos de conexão com os mais expressivos polos emissores do país.

O número de passageiros que embarcaram e desembarcaram no Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado em São Luís, tem variado ao longo dos últimos anos, conforme consta no Tabela 4.

Tabela 4: Número de passageiros embarcados e desembarcados no Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado em São Luís – 2006 a 2014

ANO	NÚMERO DE EMBARQUES E DESEMBARQUES	VARIAÇÃO ANUAL %
2006	740.916	-
2007	900.357	21,52
2008	870.784	-3,28
2009	984.756	13,09
2010	1.379.146	40,05
2011	1.843.384	33,66
2012	1.991.099	8,01
2013	1.815.909	-8,80
2014	1.833.799	0,99

Fonte: INFRAERO (2015)

Apontado como um dos entraves para o crescimento da atividade, o Governo do Estado diminuiu a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) para o querosene das aeronaves em 2015, criando a possibilidade de aumento de voos para o estado, conectando São Luís a diversas capitais do país.

Pela criação de planos estaduais e municipais, bem como por meio de incentivos fiscais e outros dispositivos promocionais, vem aumentando o número de turistas em São Luís, como relata entrevista do ex-Secretário de Estado do Turismo do Maranhão Jura Filho:

A meta de crescimento no fluxo turístico até 2014 é de 25%, segundo planejamento do Governo do Estado. No ano em que a capital maranhense completa 400 anos, a previsão é de que a cidade receba pelo menos 10% a mais de visitantes em comparação a 2011, quando foi registrada uma movimentação de 1,5 milhão de turistas, de acordo com a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR-MA). O número de turistas deverá ser recorde este ano. Com as comemorações, a cidade deverá atrair 150 mil visitantes a mais que no ano passado, atingindo o fluxo de 1.650 milhão. Espera-se que São Luís, a partir de 2014, passe a receber cerca de 2 milhões de visitantes por ano.

[...]

O Governo do Maranhão investe em ações para aumentar o potencial turístico e alcança resultados que reaquecem o fluxo de turistas no Estado. A retomada da Rota das Emoções, a reabertura do aeroporto de Carolina, os novos voos provenientes de Brasília, redução da alíquota de ICMS. [...]. O Maranhão sente os impactos positivos das ações governamentais de estímulo à vinda de turistas para o estado [...]O Governo do Maranhão, através da Secretaria de Turismo, tem promovido ações para que o estado retome o seu espaço no cenário turístico nacional (SETUR-MA, 2015, p.1).

Em pesquisa sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento e Implementação de Marketing Turístico para São Luís (SETUR-MA, 2012), 70% dos entrevistados apontaram como deficiente a infraestrutura (geral e turística) como aspecto negativo para a comercialização do destino São Luís (Figura 40).

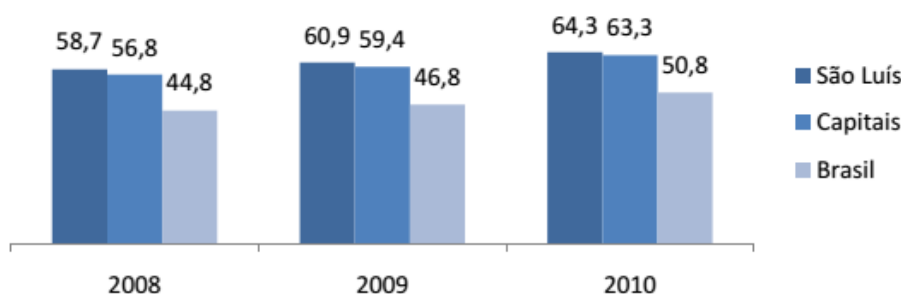
Figura 40: Gráfico de pontos negativos para a comercialização do destino turístico segundo entrevistados sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento e Implementação de Marketing Turístico para São Luís – 2010



Fonte: SETUR-MA (2012)

Em relação à sinalização turística, equipamentos (como centro de atendimento ao turista – CAT), espaços para eventos, capacidade dos meios de hospedagem, turismo receptivo, restaurantes e estrutura de qualificação para o turismo, os dados de 2010 revelaram uma pontuação de 64,3 nesta dimensão, tendo superado a média das demais capitais pesquisadas (Figura 41).

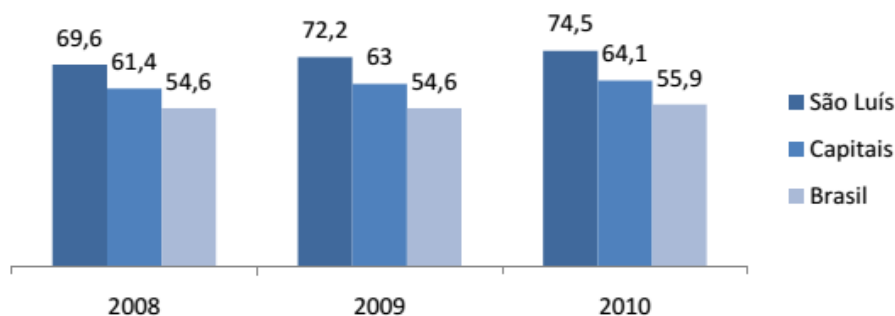
Figura 41: Gráfico de evolução do índice de competitividade de destinos turísticos brasileiros em relação a equipamentos e serviços – 2008 a 2010



Fonte: SPI (2011)

Para aspectos culturais relacionados à atividade turística, foram analisadas variáveis como produção cultural associada ao turismo, patrimônio histórico e cultural, estrutura municipal e gestão da cultura. São Luís alcançou 64,1 pontos, posicionando-se 16,2% acima da média das capitais brasileiras (Figura 42), sendo, então, incluída no rol dos 25 destinos turísticos nacionais mais bem avaliados em relação a esse quesito.

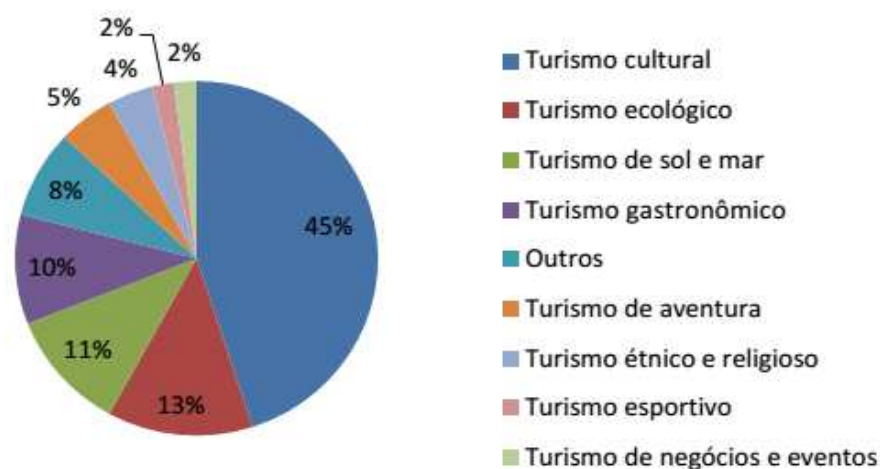
Figura 42: Gráfico de evolução do índice de competitividade de destinos turísticos brasileiros em relação a aspectos culturais – 2008 a 2010



Fonte: SPI (2011)

A pesquisa realizada pela Chias Marketing em 2010 apontou que existe uma carência de oferta de produtos turísticos de âmbito cultural mediante a opinião interna(Figura 43).

Figura 43: Gráfico de opiniões sobre carência de produtos turísticos por segmento segundo entrevistados sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento e Implementação de Marketing Turístico para São Luís – 2010



Fonte: CHIAS MARKETING (2010)

Em se tratando de demanda turística no período de baixa estação, o próprio estado do Maranhão e os vizinhos foram os principais polos emissores. O primeiro foi responsável por 38,5% dos turistas que visitaram São Luís em 2014, seguidos pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Ceará e Distrito Federal, que somados representam 38,9% da demanda total. No âmbito internacional, tem-se França, Japão e México com (18,2%), além de Alemanha, Estados Unidos, Argentina, Inglaterra e Suécia (9,1%), como países que mais emitiram turistas para a capital maranhense naquele ano (SETUR-SLZ, 2014). Quanto à motivação da viagem, o turismo de negócios e estudos (38,7%), visita a parentes e amigos (22,9%), lazer (19,3%) e saúde (11,2%) foram as principais razões para visitar São Luís em 2014 (SETUR-SLZ, 2014).

*No Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS – CHIAS MARKETING, 2014) o Centro Histórico de São Luís é classificado como um atrativo turístico de categoria A, sendo o principal atrativo histórico-cultural do Maranhão. Por outro lado, no ICTB aparece baixo aproveitamento (do ponto de vista econômico) do potencial dos atrativos (principalmente do centro histórico). Além disso, no documento tem-se que os city tours (passeios turísticos) ofertados pelas empresas de receptivo para o centro histórico duram somente um dia, com 30% da receita das empresas operadoras provindo deste produto. Verifica-se, assim, que o principal atrativo turístico da cidade é pouco explorado pelo próprio trade turístico.*

*Assim como centro histórico está classificado com alto grau de atratividade turística, a rua Portugal, objeto de pesquisa deste estudo encontra-se nesta área, torna—se um dos principais produtos turísticos desta região de São Luís, possuindo diversos locais a serem visitados na rua como museus, lojas de artesanato e casarões revestidos em azulejo.*

## 4.2 SELEÇÃO DA ÁREA FUNCIONAL TURÍSTICA: RUA PORTUGAL

Nesta subseção, são expostos os principais aspectos da área funcional (local turístico específico) relacionados ao objeto em estudo – Rua Portugal, no Centro Histórico de São Luís –, com destaque para os mesmos aspectos interpretados na subseção anterior.

Essa rua foi selecionada de acordo com os critérios de grau de representação turística e de nível de importância histórica para a cidade, bem como de existência de intervenções públicas e privadas na paisagem urbana dos trechos, ocorridas num recorte temporal de, no máximo, 30 anos (ver seção 2 – Estruturação metodológica).

A Rua Portugal integra a área de proteção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em nível internacional, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em nível nacional, e do Governo do Estado do Maranhão, em nível estadual.

### 4.2.1 Aspectos geográficos e históricos

A Rua Portugal está situada no bairro Praia Grande (Figura 44), dentro dos limites dos atos de proteção acima mencionados. Sua localização é estratégica, pois está no quadrilátero da Feira da Praia Grande e da Casa das Tulhas, próximo ao Terminal Marítimo, ao Palácio dos Leões (atual sede do governo do estado do Maranhão) e do Largo do Comércio (Figura 45).

O bairro está situado numa reentrância do rio Bacanga, na parte baixa do centro, ao lado no local onde foi fundada a cidade. Sua forma atual é resultante de intervenções diversas ao longo dos anos, como o aterramento de mangues e juçarais, além da eliminação de olhos d'água nos séculos XVIII e XIX.

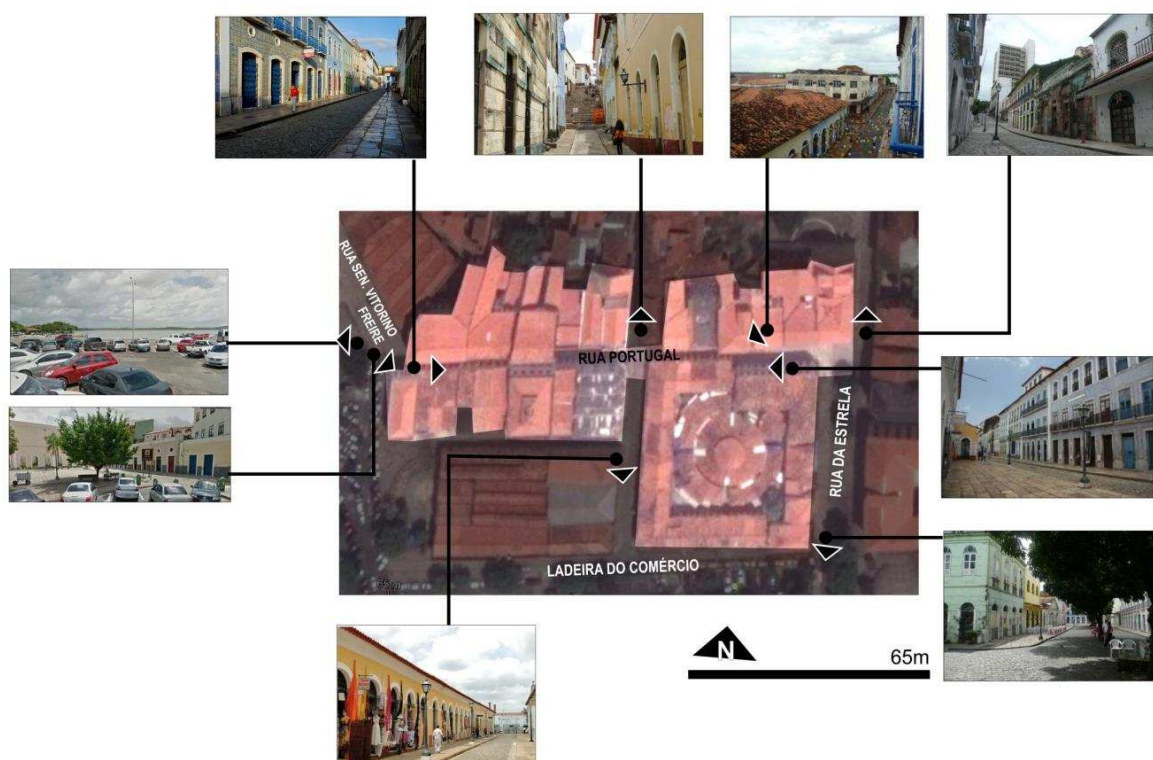
Figura 44: Mapa de localização da Rua Portugal no Centro Histórico de São Luís



Fonte: Adaptado de Andrés (2008).



Figura 45: Imagem aérea e vistas da Rua Portugal no Centro Histórico de São Luís



Fonte: Imagem aérea = adaptada de Google Maps (2014); vistas = SANTOS (2015).

Para a compreensão da importância da Rua Portugal, faz-se mister comentar que São Luís é reconhecida pelo conjunto arquitetônico e urbanístico datado dos séculos XVIII, XIX e XX, com aproximadamente 3.500 edificações de interesse histórico e cultural, numa área de mais de 250 hectares, tombados e classificados pelos órgãos responsáveis nos âmbitos federal e estadual, distribuídos no Anel Viário do centro da cidade. A maioria das construções é de épocas e estilos diferentes, tendo variados modelos e revestimentos, podendo ser classificadas em tradicional português, neoclássico, neocolonial, moderno, *art déco* e eclético (ANDRÈS, 2008; SILVA FILHO, 1998).



Antes da formação desse acervo arquitetônico, os modelos habitacionais, em sua maioria, eram precários e construídos de palha e taipa. Mas a paisagem urbana do centro histórico foi se alterando ao longo dos anos, com modelos de construção que utilizavam alvenaria de pedra argamassa, cal extraída das conchas marinhas, óleo de peixe e madeira de lei (LACROIX, 2012; LOPES, 2008). Portanto, uma nova cidade foi sendo construída, com traçados ortogonais e expansão para a região central da ilha (Figura 46), tornando-se, assim, a “primeira fundação europeia na tórrida zona equatorial, na entrada da pré-amazônia” (ANDRÈS, 2008, p.19).

Figura 46: Mapas de expansão do núcleo urbano de São Luís para o interior do centro – 1640, 1844 e 1948

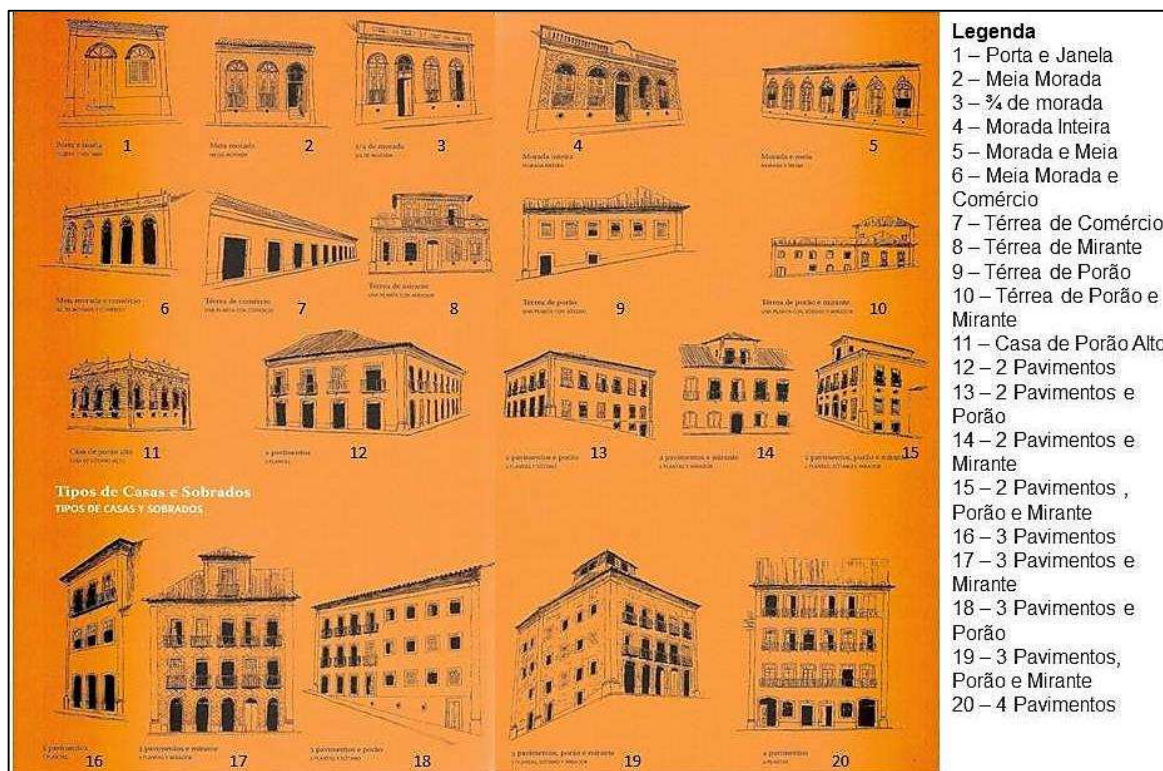


Fonte: ANDRÈS (2008, p.19)

Desse modo, foi sendo construído todo um conjunto de casarões e sobrados de diversos estilos (Figura 47), como explica Figueiredo, Varum e Costa (2009, p.1):

a tipologia arquitetônica predominante na paisagem urbana é composta por seus sobrados (prédios com mais de um pavimento), solares, moradas-inteiras, moradas-e-meia,  $\frac{3}{4}$  de moradas, meias-moradas e portas e janelas. O casario apresenta um número considerável de edificações com fachadas revestidas, no século XIX, com azulejos procedentes principalmente de Portugal.

Figura 47: Ilustrações de modelos arquitetônicos de sobrados e casarões no Centro Histórico de São Luís

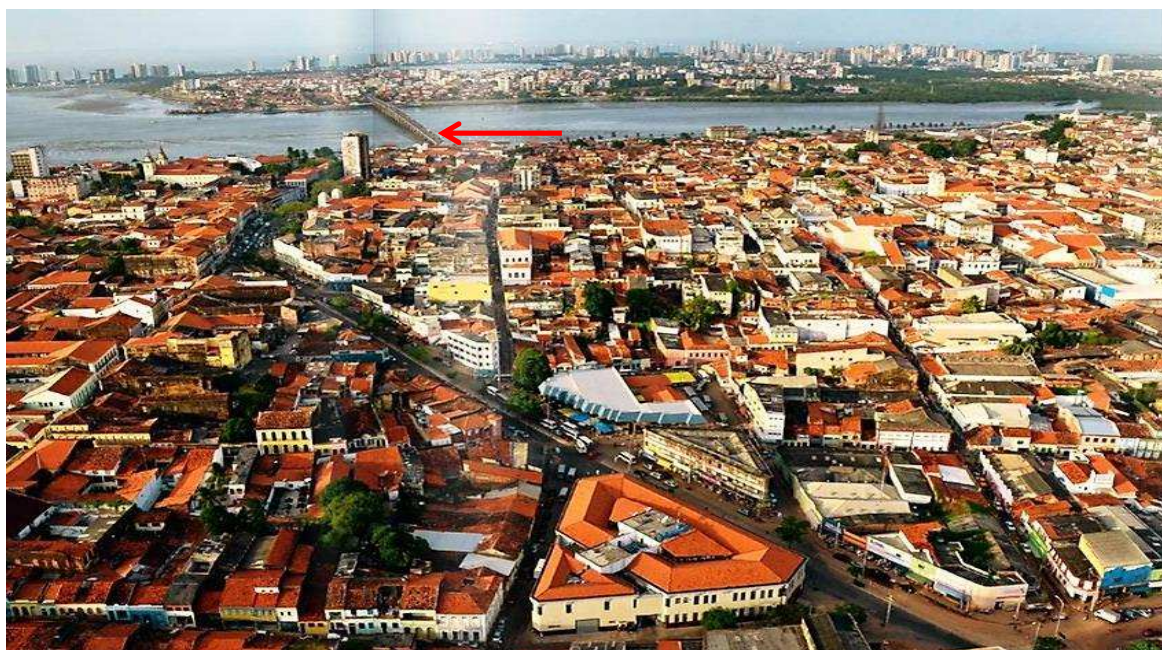


Fonte: LOPES (2008, p.70-71)

Os exemplares arquitetônicos (Figura 32) apareceram no século XVII, mas ainda precários, conforme comenta Meireles (2001, p.45), de forma “acanhada, de ruas tortuosas, aladeiradas e sem calçamento, em que a quase totalidade das casas era de taipa, recobertas de palha, com urupemas nas janelas”. Os séculos XVII e XIX foram os primeiros anos de colonização efetiva portuguesa em São Luís, tendo início a formação do maior conjunto de arquitetura luso-brasileira da América Latina (Figuras 48 e 49) (SILVA FILHO, 1998).



Figura 33: Vista aérea do Centro Histórico de São Luís (sentido norte e nordeste) com destaque para a Ponte José Sarney



Fonte: MEIRELES JUNIOR (2014, p.34-35)

Figura 34: Vista aérea do Centro Histórico de São Luís (sentido norte e noroeste) com destaque para o Palácio dos Leões e para a Rua Portugal



Fonte: MEIRELES JUNIOR (2014, p.40-41)

A formação dos prédios históricos está relacionada aos azulejos, uma das principais características da Rua Portugal, sendo, de acordo com Alcântara (1980), os relatos sobre a azulejaria em São Luís datados do século XVIII, com a chegada de 107.402 azulejos em 1778, utilizados para silhar igrejas e residências.

Em 1840, surgiu uma “nova forma de utilização do azulejo, que o fez sair do interior de igrejas, conventos, residências apalacetadas ou edifícios de uso oficial, para o exterior” (ALCÂNTARA, 1980, p.45), criando um modelo para os casarões de São Luís.

Boa parte dos azulejos que revestem as fachadas dos prédios no centro histórico é proveniente de Portugal, mas especificamente de Lisboa e do Porto, além da França, da Bélgica e da Alemanha.

A aplicação do revestimento de azulejos nas fachadas é feita de forma total, parcial ou em adornos isolados. Normalmente, o azulejamento surge na fachada principal (incluindo-se a frente dos mirantes), mas alguns imóveis de esquina também possuem a fachada lateral com revestimento total ou parcial em azulejo (FIGUEIREDO; VARUM ; COSTA, 2009, p.4).

Assim, São Luís foi ganhando caracteres europeus e importância comercial devido à sua relação com Portugal, transformando-se num importante porto comercial da região norte do país, com os filhos das famílias abastardas estudando nas principais universidades da Europa. “Constituiu-se no Maranhão, uma sociedade elitista em sintonia com o que se passava no mundo ocidental. Os casarões, salvo as adaptações ao clima equatorial, em tudo lembravam aqueles construídos em Lisboa na mesma época” (ANDRÈS, 2006, p.61).

Em 1835, São Luís chegou a ser considerada a quarta cidade mais importante do país, ao lado do Rio de Janeiro, de Salvador e de Recife.

A impressão não poderia ter sido mais favorável. O mais belo domingo estendia-se sobre altas colinas, banhadas de três lados pelo mar com bonitos, magníficos mesmo, edifícios [...]. Devo dizer que, depois das três grandes cidades comerciais, Rio, Bahia, e Pernambuco, a cidade do Maranhão merece indubitavelmente a classificação seguinte e tem realmente esplendida aparência (CALDEIRA, 1991, p.56).

A cidade era dotada de infraestrutura para acompanhar o modelo das capitais europeias, já tendo, naquela época, a garantia da água potável, com seis fontes e seis chafarizes, galerias subterrâneas que garantiam o escoamento das águas pluviais, sistema de iluminação pública e telefonia (ANDRÈS, 2006).

Nesse processo de urbanização e crescimento de São Luís, surge o bairro da Praia Grande, berço portuário e comercial da cidade, que recebia grande fluxo de pessoas e mercadorias. De acordo com Viveiros (1993, p.141), auferiu este nome “em contraposição à que lhe seguia pelo lado direito – a Praia Pequena – que se desdobrava em duas outras, denominada Trindade e Santo Antônio”.

Na visão de Miranda (2005), era normal denominar de praia as margens dos rios Anil e Bacanga, que banham a região do centro histórico. O bairro ganhou seu apogeu nos fins do século XIX e início do XX; somente em 1798, os administradores governamentais lhe destinam alguma atenção, pois como observa Marques (1970, p.544):

[...] em cidade alguma era tão necessário o estabelecimento de um terreiro público para a guarda e venda dos gêneros que os lavradores colhiam como nesta, onde tudo chegava por mar e ou se danificava com a demora das embarcações, ou se passava às mãos dos regatões, que os sonegavam para vender por altos preços, portanto e muito principalmente porque Sua Majestade mandava erigir o mencionado Terreiro Público, sendo que este Terreiro foi mandado construir pelo visó de 1º de outubro de 1798.

Toda a área do bairro pertencia ao rei de Portugal, e com a autorização para o aterramento e ocupação do local, foi concedido que “[...] a partir de 1780, todos que aterrassem o alagado com seus próprios recursos, passariam a obter o direito de construir e usar [...]” (MIRANDA, 2005, p.11). No mesmo ano, os gestores da cidade queriam ter a certeza de que os proprietários dos terrenos teriam recursos financeiros para arcar com os elevados custos das edificações, que já eram exemplos de grandeza em outros bairros da capital. Marques (1970, p.544) explica que “[...] provisão régia de 18 de novembro do mesmo ano [1780] foi ordenado ao governador para indagar se os particulares, aos quais foram concedidos terrenos na Praia Grande, faziam as obras projetadas com segurança e brevidade [...]”.

Os primeiros registros sobre a iniciativa de fazer melhorias na Praia Grande são encontrados no governo de Dom Diogo de Sousa. Nesta província do Maranhão em que tudo chegava por mar, o bairro da Praia Grande, com sua notória vocação portuária, tornou-se o embrião da cidade de São Luís. O local era o principal ponto de embarque e desembarque de mercadorias, tornando-se imprescindível a construção de um abrigo para estes gêneros (SANTOS; LORÉDO, 2013, p.492).



Assim, foi constituído, no bairro da Praia Grande (Figura 50), um conjunto de edificações de grande porte, ornamentadas com gradias de ferro, pedras de cantaria e azulejaria. O papel dos comerciantes foi fundamental para alavancar o bairro como área comercial, pois “[...] ao encontrarem um espaço estratégico, próximo ao porto e à Alfândega, coube a essa classe a possibilidade de interferir nas dinâmicas do espaço, ainda que os problemas naturais viessem constantemente à tona [...]” (NORONHA, 2011, p.2).

A Praça do Comércio, a Rua do Trapiche [atual Portugal] e a da Estrela tinham um movimento enorme de transeuntes, com predominância dos negros, no leva e traz de pacotes e caixas, na circulação constante de carroças cheias de fardos e barricas e dos poucos caminhões que começavam a aparecer. Era um formigueiro de gente, inclusive comerciantes caixeiros (LIMA, 2002, p.169).

A dinâmica comercial do bairro foi fortalecida com o aumento das exportações de algodão, umas das principais riquezas do Maranhão no século XVIII. O produto era cultivado às margens dos rios Mearim e Itapecuru, e de lá vinham para a Praia Grande, onde seriam exportados para Inglaterra (LACROIX, 2012).

Figura 50: Vista aérea do bairro da Praia Grande em São Luís com destaque para a Rua Portugal



Fonte: ALVES (2011)

Além do algodão, o arroz também favoreceu o crescimento comercial do bairro, onde, no clímax das exportações, em 1818, o porto recebeu 155 navios. Essa pujança econômica transformou a paisagem da Praia Grande, com a construção de sobradões e moradas inteiras e meias, entre outros modelos arquitetônicos, que remetem a riqueza do local. Boa parte dos edifícios é ornamentada com azulejos na fachada, o que deu o título a São Luís de “Cidade dos Azulejos” (LACROIX, 2012; LOPES, 2008; SILVA FILHO, 1998).

[...] o incremento socioeconômico de 1756-1820, que previa grandes viabilidades de desenvolvimento de um sistema econômico no trópico úmido, resultou, na realidade, índice de crescimento de efetivo esplendor, gerado pela possibilidade de ingresso de vultosos contingentes de mão-de-obra escrava, cujo potencial de trabalho era intensamente explorado, bem como pela disponibilidade de terras [...] tudo só se torna acessível em virtude de penetrações fluviais dos grandes rios maranhenses que convergiam unicamente para o Porto da Praia Grande, na capital do Estado (REIS, 1982, p.34).

Os séculos XVIII e XIX trouxeram benefícios socioeconômicos a São Luís, além de requinte, pois foram estreitados os laços com a Europa, sendo promovidas importantes melhorias urbanas, que alcançaram a própria Rua Portugal.

#### **4.2.2 Aspectos socioeconômicos**

O bairro da Praia Grande, atualmente conhecido por Reviver, devido ao projeto de revitalização intitulado com o mesmo nome<sup>50</sup>, possui órgãos públicos, lojas de artesanato, museus, escola de música, largos, feira, centro cultural, cinema, teatro, restaurantes, bares, entre outros (LACROIX, 2012).

---

<sup>50</sup>

O Projeto Reviver foi iniciado em 1987 pelo Governo do Estado com o objetivo de restaurar e recuperar o conjunto arquitetônico do Centro Histórico de São Luís. (ANDRÉS, 2006).

Nos séculos XVII e XVIII, a Rua Portugal (Figura 51) era uma das principais vias de recebimento e escoamento de mercadorias para o porto da Praia Grande, de comércio, de estivas e de ferragens, sendo sede das firmas portuguesas mais importantes de São Luís (ANDRÈS, 2006; LOPES, 2008).

Figura 51: Vista da Rua Portugal no Centro Histórico de São Luís em 2014



Fonte: SANTOS (2014d)

Seu nome original era Rua do Trapiche, com início na Rua da Estrela e término próximo ao Viaduto do Palácio. A mudança de denominação foi instituída pela Resolução da Câmara Municipal Nº 22, de 18 de março de 1906 (SÃO LUÍS, 1906), em comemoração a visita da corveta (canhoneira) da Real Marinha Portuguesa e dos comerciantes lusos ali instalados.

Conforme Lima (2002, p.168), na Rua Portugal e suas adjacências havia um forte comércio com “tradicionalis firmas como Cunha Santos & Cia., Martins, Irmão & Cia., Jorge & Santos, Lages & Cia., esta última ocupando o majestoso sobrado de azulejos na esquina da rua da Estrela”.

Por se tratar de importante rua comercial para São Luís à época, era proibido o desembarque de aves, porcos e frutas na via, medida que só foi eliminada em 1859; nesse mesmo ano, foi concedida a permissão para o funcionamento, na casa de número 4, um consultório de medicina homeopática (LIMA, 2002).



A Rua Portugal foi a primeira da cidade a receber um prédio de três pavimentos (da firma Martins, Irmão & Cia, no número 199), onde foi instalado o primeiro elevador de São Luís, tornando-se objeto de curiosidade da população local (LIMA, 2002).

Atualmente, a Rua Portugal é sede de órgãos governamentais, museus e lojas de artesanato, em sua grande maioria. Na seção 5 – Discussão dos resultados, são apresentadas características detalhadas da rua em seus aspectos sociais (especialmente usos), culturais (principalmente patrimoniais), econômicos (em especial sobre atividade turística), políticos (destacadamente administração pública e infraestrutura) e ambientais (notadamente paisagísticos), os quais podem ser associados aos urbanísticos adiante relatados..

#### **4.2.3 Aspectos urbanísticos**

Mediante informações do IPHAN (2014), o Centro Histórico de São Luís mantém suas características do tecido urbano preservado em grande parte dos elementos, o que confere singularidade e expressão em relação a técnicas construtivas utilizadas pelos portugueses frente às condições climáticas de uma cidade equatorial, transmitindo sua importância no contexto da ocupação territorial da região. Mesmo com a expansão urbana, foi mantido o conjunto arquitetônico original, obedecendo um padrão imperial.

As cidades lusas no Brasil possuem características singulares, como localização em acidentes geográficos, protegidas por pântanos, morros, rios ou ilhotas o que as mantinha protegidas de invasões corsárias. São Luís se assemelha a este quadro, pois estava protegida dos ataques de estrangeiros e nativos, próxima a bancos de areia. Além disso, sua navegabilidade facilitava a proximidade as rotas comerciais do Atlântico (MORAES, 1987).

Assim, a cidade foi sendo erguida com padrões semelhantes às do império português do período (séculos XVIII e XIX). A representação cartográfica de São Luís de 1615 (ano da conquista portuguesa) apresenta contornos hidrográficos e topográficos semelhantes ao de Goa (capital do mesmo império na Índia) (CARDOSO; CHAMBOULEYRON, 2009).

[...] o início [...da] intervenção urbana se assemelha às condições improvisadas do começo das cidades do Estado do Brasil. Este cenário era composto, via de regra, por igrejas e prédios públicos construídos em taipa, barro e palha. As técnicas rudimentares também faziam parte do primeiro ambiente urbano encontrado nas cidades da América portuguesa. Nesse sentido, era comum na busca de edificações mais constantes, misturar a argamassa, segundo as possibilidades locais, com palha e cascalhos (CARDOSO; CHAMBOULEYRON, 2009, p.38).

Característica das construções deste período, a mistura de substâncias gordurosas para impermeabilização era associada à cobertura de capim. A evolução da construção civil foi moldando os edifícios com pedras, mas, como eram escassas e havia falta de recursos e especialistas neste tipo de obra, foi sendo adiado o avanço desse modelo de edificação. Paralelamente, ia sendo construído na cidade um padrão de traçado urbano similar a tabuleiro de xadrez, a partir do forte, interligando algumas ruas a uma praça central (atualmente a Praça Dom Pedro II) (Figura 52) (LIMA, 2002; MARTINS, 1999).

Figura 52: Mapa do traçado urbano de São Luís na primeira metade do século XVII



Fonte: REIS FILHO (2000)

São comuns do Centro Histórico de São Luís, os casarões com mirantes e fachadas revestidas em azulejo (Figura 53), como no caso da Rua Portugal, que é conhecida por deter o maior conjunto dessa tipologia arquitetônica da América Latina (ANDRÈS, 2008). Além disso, os chamados “sobradões” constituem edificações sólidas de alvenaria de pedra com detalhes sofisticados, que testemunham a opulência do período áureo da cidade, quando foi considerada o quarto centro urbano do Brasil (ANDRÈS; MOREIRA; SILVA, 1998).

Figura 53: Vista de casarão localizado na Rua Portugal com detalhes em azulejo e mirante



Fonte: SANTOS (2015)

Nessa época, o centro da cidade ainda permanecia como local da moradia de prestígio. As formas da sua arquitetura contando o tempo que passara,



exibindo características da arquitetura colonial, do período neoclássico, do *art-nouveau*, do ecletismo (VENANCIO, 2015, p.2-3).

Durante o século XIX, os governantes produziam incentivos fiscais para quem adotasse azulejos nas fachadas de duas casas, o que caracteriza uma estratégia de preservação do centro histórico.

[...] naquele momento no Brasil, fazendo par com uma política ufanista do desenvolvimento, entraram em cena as propostas de recuperação dos investimentos em sítios e monumentos históricos. O turismo foi a saída. Desenvolveu-se uma política que buscou comprometer as instâncias do poder federal, estadual e municipal a partir das novas concepções de proteção ao bem cultural (VENANCIO, 2015, p.3).

Na Rua Portugal, é usual encontrar casarões com as seguintes características arquitetônicas:

[...] trata-se de arquitetura que mantém cravada nas paredes de pedra e vãos de cantaria externos a surpresa de um interior avarandado, venezianado e aberto para a natureza. Interior e exterior: dimensões construtivas que reverberam a histórica relação entre a Metrópole (exterior) e a Colônia (interior). Se do lado de fora, os sobrados que conformam as ruas do Centro Antigo demonstram força, rigidez à disciplina formal típica do estilo pombalino português, o interior integra luz, dá-se arejado e despojado. Isto se materializa nos pátios em forma de C, O, U, L margeados pelos interiores avarandados de sobrados, meias moradas e moradas inteiras (FIGUEIREDO, 2012, p. 54).

Pela divisão dos prédios quanto à sua funcionalidade, no pavimento térreo funcionava o comércio e no andar superior as moradias, havendo, em muitos casarões, a presença de porões. Como comentado, os mirantes são outro marco representativo de vários edifícios históricos, possuindo um volume marcante na cobertura. Externamente, os beirais se alongam estruturados sobre caibros corridos (FIGUEIREDO, 2012).

As sacadas (Figura 54) do casario da rua Portugal se destacam pelo gradil de ferro que compõe diferentes formas, além de outras possuírem corrimãos de madeira. As fachadas possuem “bacias de pedra portuguesa perfuradas no batente da porta para escoamento de águas pluviais por meio de canos” (FIGUEIREDO, 2012, p.63). Alguns balcões apresentam múltiplas composições, conforme detalha Rodrigues (1975, p.316): “São Luís do Maranhão possui variada coleção de ferros em estilo Luís XV, verdadeiros modelos de arte e gosto. Possui também notáveis cornijas e belos vestíbulos, sendo abundante na cidade o mármore de lioz”.

Figura 54: Vistas de modelos de sacadas de casarões localizados na Rua Portugal

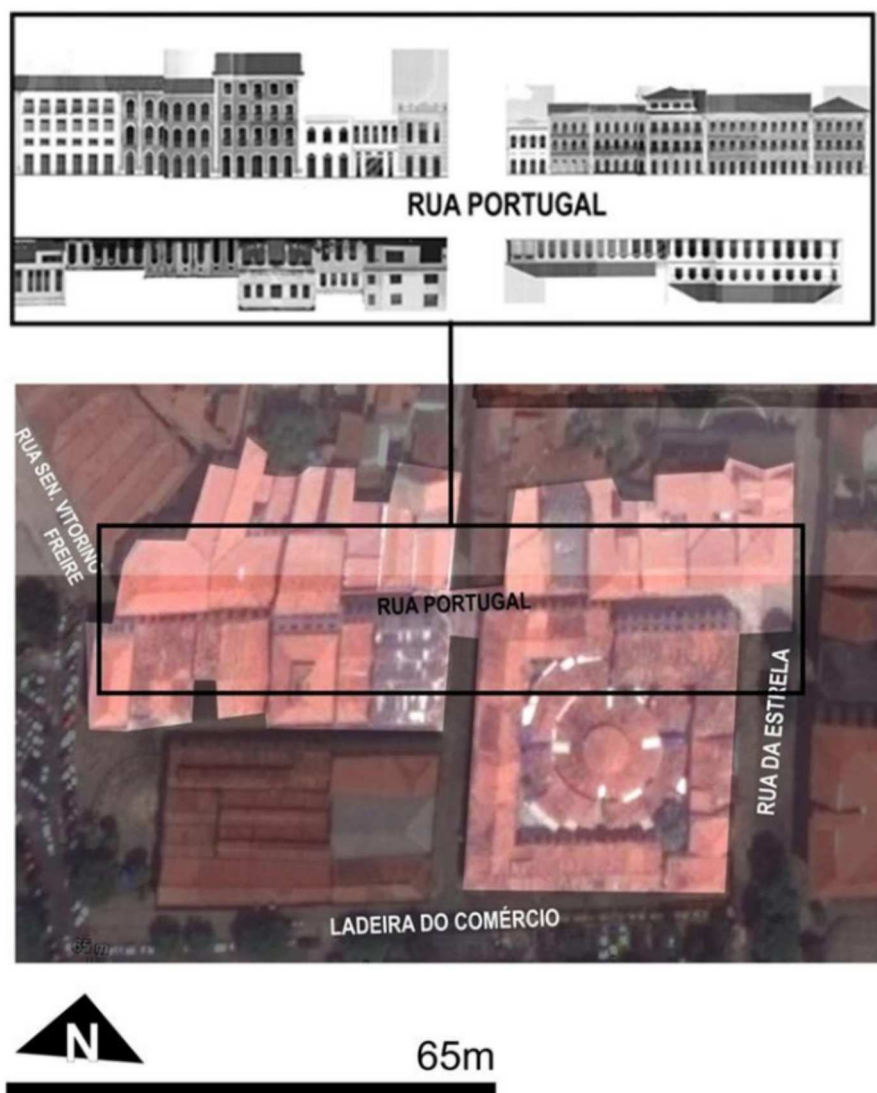


Fonte: SANTOS (2015)

O azulejo é uma manifestação característica da cultura portuguesa em solo maranhense, principalmente na capital, que compõe a arquitetura das casas do centro histórico, levando São Luís a ficar conhecida como “Cidade dos Azulejos” (FIGUEIREDO, 2012).

Selecionada em função da presença expressiva dos casarões revestidos em azulejos, a área específica de estudo é composta por duas quadras (Figura 55), dispostas em sentido predominante de leste a oeste em uma extensão total de 161 m, sendo seccionada pela Avenida Senador Vitorino Freire e pelas ruas Dialma Dutra e da Estrela, nas proximidades da Ladeira do Comércio. A via possui 5 metros de largura e contém 26 imóveis, dos quais 24 são tombados. Outros aspectos específicos referentes a usos, bens patrimoniais, atividades vinculadas ao turismo e infraestrutura, bem como a visuais, são detalhados na seção 5 – Discussão dos resultados, respectivamente nos contextos social, cultural, econômico, político e ambiental.

Figura 55: Imagem aérea das quadras selecionadas para estudo na Rua Portugal



Fonte: Elaborada com base em Google Maps (2013) e em levantamentos de campo.



#### 4.2.4 Aspectos turísticos

Devido ao seu conjunto homogêneo de prédios revestidos em azulejos portugueses (Figura 56), a Rua Portugal foi escolhida pela campanha realizada pelo Bureau Internacional de Capitais Culturais e pela Prefeitura Municipal de São Luís como um dos sete “tesouros” para o marco da Capital Americana da Cultura em 2012 (PMSL, 2014).

Figura 56: Vista de detalhes dos azulejos de revestimento de fachadas de prédios na Rua Portugal



Fonte: SANTOS (2014e)

Por estar estrategicamente situada no bairro da Praia Grande, local que reúne grande parte dos pontos turísticos do centro histórico, o conjunto de casarões da Rua Portugal se tornou uma espécie de “cartão postal” para a cidade.

Apesar da inexistência de dados específicos sobre o turismo na Rua Portugal, Seturma (2012) destaca a sua importância para a atividade, o que é abordado na próxima seção, relativa à discussão dos resultados.

## 5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Frente à importância de indicadores para a sustentabilidade do turismo (ver subseção 3.4.2.1 da seção 3 – Fundamentação teórica) e à constatação de que não devem ser exaustivos (ver subseção 2.2.3 – Discussão dos resultados – da seção 2 – Estruturação metodológica), cumprindo com suas funções específicas, sendo mensuráveis e eliminando complicadores no monitoramento do conjunto, nesta seção é apresentada a proposição, atrelada a essas características, de estrutura de um sistema dinâmico e integrado, baseado na sua aplicação ao caso da Rua Portugal em São Luís, Maranhão.

Lembrando o esclarecimento de Van Bellen (2006) de que, na criação de um indicador, são possíveis duas formas de abordagem (ver subseção 2.2.3 – Discussão dos resultados – da seção 2 – Estruturação metodológica) – *top-down* (de cima para baixo) – com variáveis oficiais, ou seja, sistematizadas por especialistas – e *down-top* (de baixo para cima) – com variáveis perceptuais, ou seja, baseada na análise de atores participativos; neste trabalho, como já comentado, optou-se fundamentalmente pelo último procedimento, utilizando-se o primeiro para caracterização do local e para validação e debate dos resultados encontrados.

Como justificado na citada subseção 2.2.3 e de acordo com Van Bellen (2006), esse recorte metodológico amplia as vantagens de maior precisão científica e de larga validade em termos de indicadores e índices, com inserção de dados essenciais para a análise da sustentabilidade. Apontadas por aquele autor, as principais desvantagens da primeira forma de abordagem – ausência de contato direto com a comunidade e desconsideração das limitações ambientais – são minimizadas perante a adoção de procedimentos adicionais da segunda, ou seja, pela participação de atores intervenientes (ver subseção 3.2.1 – Atividade turística e paisagem urbana – da seção 3 – Fundamentação teórica).

Nessa conjuntura, o desafio essencial da proposição consiste no alinhamento da realidade local com as seguintes funções científicas, políticas e informativas propostas por Hanai (2009, p.179-180):

- a) reconhecer metas e objetivos, mostrando se condições e tendências em relação às finalidades de gestão estão sendo atingidas e satisfeitas;



- b) fornecer antecipadamente uma informação de advertência, sinalizando a necessidade de ações corretivas da estratégia de gestão;
- c) subsidiar o processo de tomada de decisão, proporcionando informação relevante para apoiar a implementação de políticas de diferentes níveis da sociedade (bairros, distritos, cidades, estados, regiões, países);
- d) tornar-se base para o gerenciamento dos impactos ambientais (avaliar a eficiência de várias alternativas);
- e) refletir a condição geral de um sistema, permitindo análise comparativa no tempo e no espaço (situações e locais);
- f) antecipar condições e situações futuras de risco e conflito;
- g) orientar projetos e políticas de desenvolvimento.

Dessa forma, pretende-se que os indicadores possibilitem a geração de um retrato da situação real da sustentabilidade, repassando a ideia principal de forma simples e contribuindo para o adequado entendimento do desenvolvimento sustentável das atividades turísticas.

Assim, o sistema proposto é baseado nos alertas de Meadows (1998) de que, na sua elaboração, é importante a compreensão de características fundamentais, e de Van Bellen (2006, p.59), para quem um indicador deve ser simples, mas não demasiadamente simplificado ao ponto de não ser “capaz de mostrar toda a realidade”.

Diante da assertiva de Van Bellen (2006) de que os indicadores de sustentabilidade são imperfeitos e não são universalmente aplicáveis, adotou-se as categorias “destinos específicos” e “instalações ou locais específicos do turismo no destino” (ver subseção 2.2.3 – Discussão dos resultados – da seção 2 – Estruturação metodológica), nas quais os parâmetros constituem as chaves para decisões sobre controle local e sobre gestão e desenvolvimento do atrativo (UNWTO, 2004), estando o estudo direcionado à uma área funcional (Rua Portugal) de um centro histórico em um destino turístico (cidade de São Luís).

Para a elaboração do sistema de sustentabilidade da paisagem urbana turística, levou-se em consideração cinco contextos – social, cultural, econômico, político e ambiental –, os quais estão diretamente conectados, contribuindo para o ensaio de modelo sustentável relativo à Rua Portugal em São Luís.

As **variáveis oficiais** – adotadas para caracterização do local e discussão dos resultados – foram avaliadas mediante parâmetros disponibilizados em diversos documentos formais de âmbito municipal, estadual, nacional e internacional, e as **variáveis perceptuais** a partir das respostas dos questionários aplicados aos diversos atores intervenientes (moradores, turistas, prestadores de serviços

turísticos, administradores públicos e observadores de cenas). Cabe destacar, ainda, que os indicadores criados são baseados, de acordo com a sua adequabilidade, em modelos existentes (Quadro 11), especialmente no indicador do turismo sustentável (ITS – OMT, 2003) (ver subseção 3.4.2.1 – Indicadores de sustentabilidade no turismo – da seção 3 – Fundamentação teórica).

Quadro 11: Relação das variáveis do sistema proposto com o indicador do turismo sustentável (ITS)

INDICADOR PROPOSTO	ITS	VARIÁVEIS ANALISADAS
<b>SOCIAL</b>	ESTRESSE DE CONDIÇÕES SOCIAIS DO LOCAL: número de visitantes no local (ano/mês de pico) / INTENSIDADE DA UTILIZAÇÃO: período de pico (pessoas/ área) / CAPACIDADE DE CARGA SOCIAL: influência no suporte do local para diferentes níveis de turismo / IMPACTO SOCIAL: razão de turistas em relação aos habitantes locais (período de pico e ao longo do tempo)	PERCEPTUAIS: atratividade social segundo moradores (inclusive níveis de satisfação)
	NÍVEIS DE SATISFAÇÃO: visitantes e habitantes locais	(OFICIAIS: condições sociais – especialmente usos)
<b>CULTURAL</b>	ATRATIVIDADE: medida qualitativa de atributos sociais do local	
	ESTRESSE DE ATRIBUTOS CULTURAIS DO LOCAL: medida de composição de níveis de impacto de atributos culturais no local devido ao turismo e a outros estresses cumulativos do setor	PERCEPTUAIS: atratividade cultural segundo turistas (inclusive níveis de satisfação)
<b>ECONÔMICO</b>	RELEVÂNCIA DOPATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL: número de elementos patrimoniais protegidos e com necessidade de proteção	(OFICIAIS: condições culturais – especialmente bens patrimoniais)
	ATRATIVIDADE: medida qualitativa de atributos culturais do local	
	CONTRIBUIÇÃO TURÍSTICA PARA A ECONOMIA LOCAL: proporção da atividade econômica total gerada unicamente pelo turismo	PERCEPTUAIS: atratividade econômica segundo prestadores de serviços
	ATRATIVIDADE: medida qualitativa de atributos econômicos do local que o tornam atrativo ao turismo	(OFICIAIS: condições econômicas – especialmente atividade turística)

(Continua)

Fonte: Adaptado da subseção 3.4.2.1 – Indicadores de sustentabilidade no turismo – da seção 3 – Fundamentação teórica).

Notas: <sup>1</sup> = não aplicáveis ou não prioritários para o estudo de caso específico

(Continuação)

INDICADOR PROPOSTO	ITS	VARIÁVEIS ANALISADAS
<b>POLÍTICO</b>	<p><b>PROCESSO DE PLANEJAMENTO:</b> existência de plano(s) organizado(s) pela região do destino turístico (incluindo o componente turístico)</p> <p><b>PROTEÇÃO DO LOCAL:</b> categoria de acordo com parâmetros oficiais (ambientais e sociais)</p> <p><b>CONTROLE DO DESENVOLVIMENTO:</b> existência de procedimentos de revisão ou de controles formais sobre o desenvolvimento do local e as densidades de utilização</p> <p><b>GERENCIAMENTO DE INFRAESTRUTURA ( EFLUENTES E RESÍDUOS/ SANEAMENTO BÁSICO):</b> percentual de capacidade infraestrutural no local</p> <p><b>ATRATIVIDADE:</b> medida qualitativa de atributos [gerenciais e] infraestruturais do local</p> <p><b>ECOSSISTEMAS CRÍTICOS<sup>1</sup>:</b> número de espécies raras / ameaçadas</p>	<p><b>PERCEPTUAIS:</b> atratividade gerencial segundo administradores públicos</p> <p><b>(OFICIAIS:</b> condições do processo de planejamento e gestão do desenvolvimento – especialmente infraestrutura do local)</p>
<b>AMBIENTAL</b>	<p><b>CAPACIDADE DE CARGA AMBIENTAL:</b> influência no suporte do local para diferentes níveis de turismo</p> <p><b>ESTRESSE DE ATRIBUTOS NATURAIS DO LOCAL<sup>1</sup>:</b> medida de composição de níveis de impacto de atributos naturais no local devido ao turismo e a outros estresses cumulativos do setor</p> <p><b>ATRATIVIDADE:</b> medida qualitativa de atributos naturais [e visuais] que o tornam atrativo ao turismo</p>	<p><b>PERCEPTUAIS:</b> atratividade visual segundo observadores de cenas paisagísticas</p> <p><b>(OFICIAIS:</b> condições ambientais – especialmente visuais / paisagem)</p>

(Conclusão)

Com base nesses procedimentos, os resultados são apresentados, em primeira instância, individualmente por contexto – social, cultural econômico, político e ambiental (subseção 5.1 – Análise de indicadores), e, em seguida, em uma estrutura integrada (subseção 5.2 – Análise integrada da sustentabilidade da paisagem urbana).

## 5.1 ANÁLISE DE INDICADORES

Apoiada em características discutidas no aporte teórico, a presente subseção é estruturada na interpretação dos contextos social, cultural, econômico, político e ambiental considerados para a análise dos indicadores propostos.

### 5.1.1 Contexto social

Este contexto é tratado com base em variáveis perceptuais – revelando a atratividade social segundo a visão de moradores de São Luís, inclusive identificando níveis de satisfação –, sendo o debate dos resultados apoiado em variáveis oficiais sobre condições da sociedade local.

#### 5.1.1.1 Quadro específico

Preliminarmente, são apresentadas, nesta subseção, as características sociais do DESTINO TURÍSTICO – cidade de São Luís, que, no último censo demográfico (IBGE, 2010), alcançou 1.014.837 habitantes, distribuídos em uma área municipal de 834,78 km<sup>2</sup>.

Recentemente, o índice de desenvolvimento humano (IDH) da região metropolitana de São Luís (RMSL) apresentou valores elevados, passando de 0,642 (médio desenvolvimento), em 2000, para 0,755 (alto desenvolvimento), em 2010, mantendo-se na 10<sup>a</sup> posição no *ranking* de regiões. A unidade de desenvolvimento humano (UDH) relacionada ao centro histórico alcançou o índice de entre 0,80 – 0,94 (IMESC-MA, 2012).

Dados coletados pelo Observatório Social de São Luís (OSSL, 2013) e publicados em seu sítio eletrônico demonstram que alguns dos indicadores sociais da capital maranhense estão em estado crítico perante outras capitais brasileiras, o que interfere na qualidade da experiência turística do visitante.

Dentre os principais indicadores sociais relacionados ao centro histórico que interferem no desenvolvimento da atividade turística, vale citar que a taxa de homicídios aumentou de 478, em 2011, para 726, em 2013 (151,9%), o que reflete negativamente na imagem de um destino turístico, pois a segurança é uma dos principais itens avaliados pelo turista nessa escolha (MARANHÃO, 2012).

Na elaboração do planejamento turístico, é notória a consideração de indicadores sociais, além de outros, para a adequação de estratégias para consolidação da sustentabilidade da atividade no destino. Esses fatores internos são condicionantes para o dinamismo do turismo, assim como no fluxo de visitantes (BOULLÓN, 2002; RABAHY, 2003). Por outro lado, o setor, como destacado na subseção 3.3.3 – Interferências socioculturais –, contribui, em linhas gerais, para a melhoria das condições sociais, incluindo aspectos educacionais, de lazer e de preservação do patrimônio histórico e cultural, dentre outros.

A partir de levantamentos de campo das informações quanto a usos sociais ao longo das duas quadras do espaço em estudo, ou seja, a ÁREA FUNCIONAL TURÍSTICA – Rua Portugal (Figura 55), diagnostica-se a predominância comercial (principalmente lojas de artesanato) e institucional (particularmente repartições públicas). Por se tratar de área turística, é compreensível o elevado número de empresas destinadas ao atendimento do visitante, assim como a presença de dois museus.

Figura 55: Imagem aérea de delimitação dos usos sociais na Rua Portugal



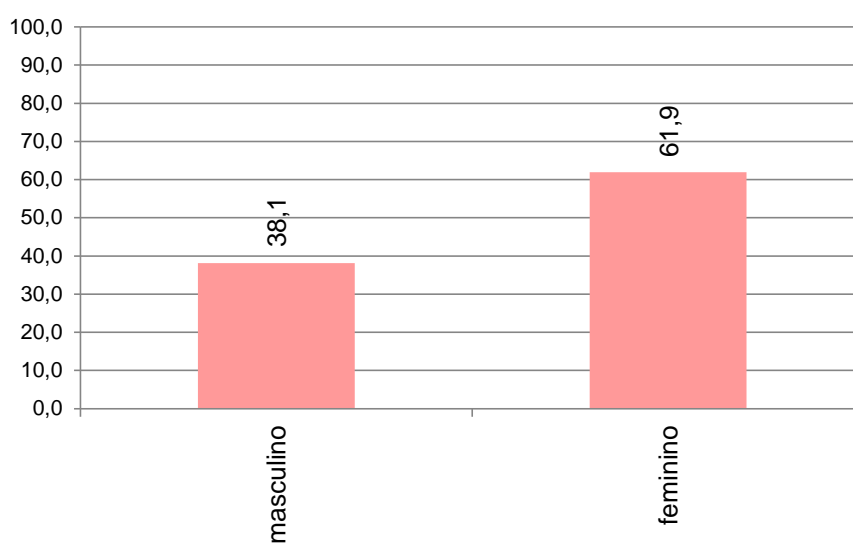
Fonte: Elaborada com base em Google Maps (2013) e em levantamentos de campo.

- Notas:
- 1 = institucional estadual
  - 2 = institucional municipal
  - 3 = institucional federal
  - 4 = comercial (loja de artesanato)
  - 5 = comercial (loja de artesanato / lanchonete)
  - 6 = comercial (loja de artesanato / lanchonete / restaurante)
  - 7 = educacional (escola de governo estadual)
  - 8 = cultural (museus/centro cultural)
  - 9 = sem uso

### 5.1.1.2 Variáveis perceptuais

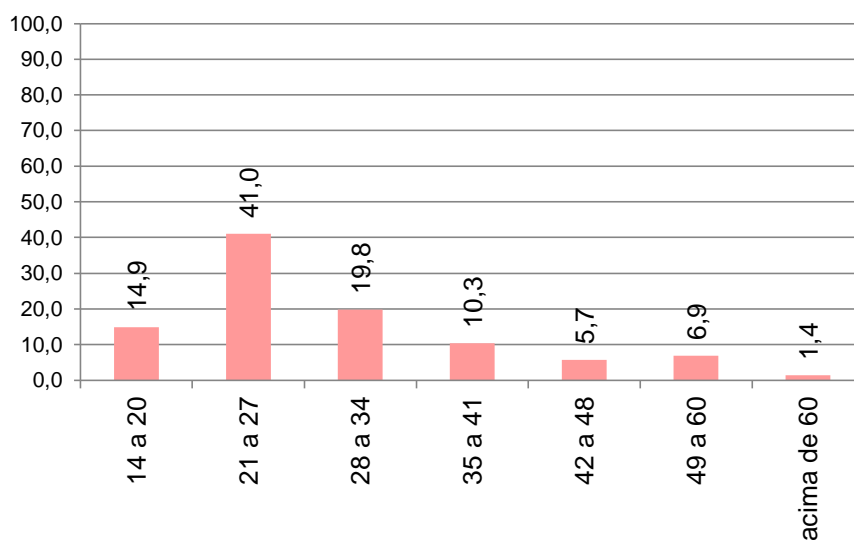
As variáveis perceptuais do contexto social são interpretadas a partir das respostas dos 351 moradores entrevistados. Seu PERFIL é constituído, em sua maior parte, por representantes do sexo feminino (61,9%) (Figura 56), com predomínio de jovens, sendo a maior proporção (41,0%) da faixa etária entre 21 e 27 anos (Figura 57).

Figura 56: Gráfico de proporcionalidade dos moradores entrevistados segundo gênero



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice A).

Figura 57: Gráfico de proporcionalidade dos moradores entrevistados segundo faixa etária



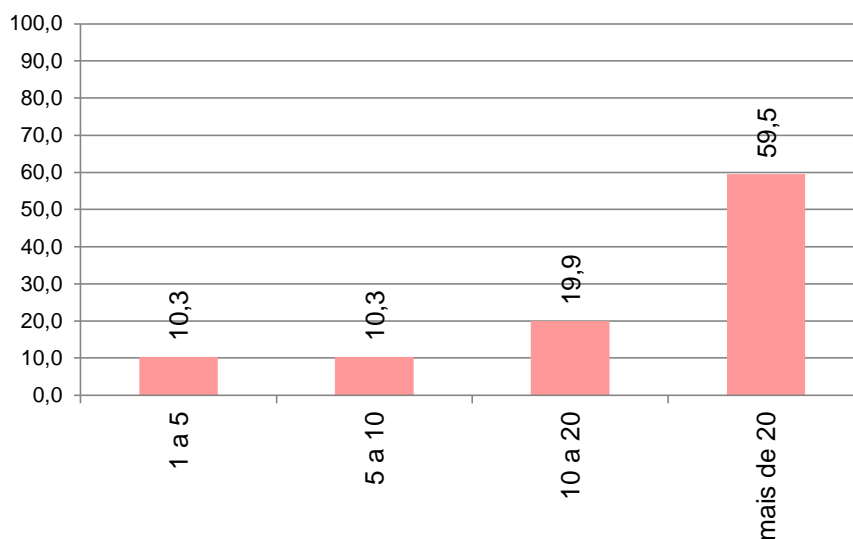
Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice A).

Mediante dados do censo de 2010 (IBGE, 2010), São Luís possui um total de 538.181 mulheres (53,2%) e 473.762 homens (46,8%), o que se aproxima da proporcionalidade dos moradores entrevistados, com desvio de 8,7%. Além disso, a maioria da população ludovicense é composta por pessoas com idade entre 15 e 29 anos, totalizando 320.779 pessoas (31,7% do total – IBGE, 2010). Depreende-se, portanto, que a amostra dos residentes possui proporção mais elevada de respondentes mais jovens.

A predominância de tempo de residência em São Luís é superior a 20 anos (59,5%) (Figura 58).



Figura 58: Gráfico de proporcionalidade dos moradores entrevistados segundo tempo de residência em São Luís



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice A).

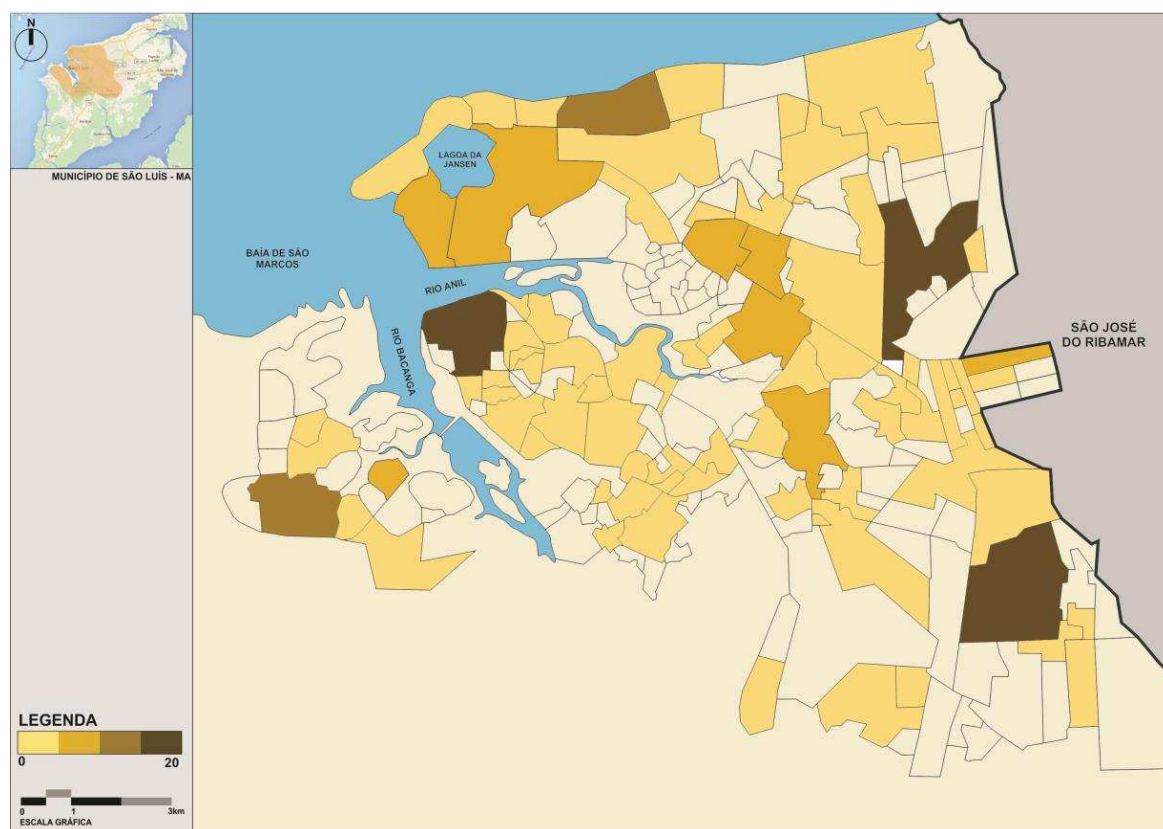
Essa condição revela uma amostra constituída na maior parte por pessoas que convivem há muito tempo com a realidade da capital maranhense. Para Alves (2014, p.54), essa situação contribui para o cidadão:

[...] sentir-se parte integrante de um ambiente que vivenciou, de diversas formas e maneiras, onde aprendeu com todos os sentidos, densidades e experiências de vida, uma formação que reativa os anos de uma vida, amizades, conquistas, angústias, alegrias, emoções e realizações. Esse lugar promove uma sensação emotiva espacial.

[...] quanto mais tempo permaneceremos em uma localidade melhor a conheceremos e mais profundamente significativa se tornará para nós, ainda que essa seja apenas uma verdade grosseira. Conhecer subconscientemente com os sentidos passivos do corpo - particularmente o olfato e o tato - exige longo tempo de permanência. Conhecer com a visão e a mente exige muito menos tempo [...] (TUAN, 2011, p.17).

Em termos gerais, os consultados residem em variados bairros da capital, sendo citados aqueles constantes na Figura 59.

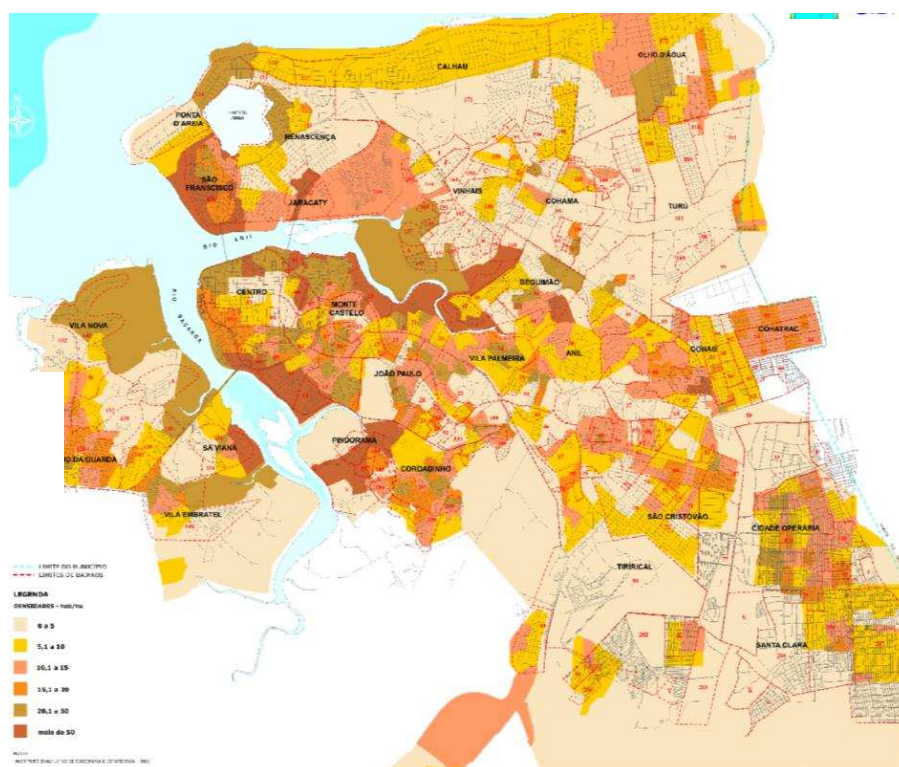
Figura 59: Mapa de bairros citados pelos moradores entrevistados como local de residência em São Luís



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice A).

Nota-se, então, que a maioria dos respondentes, reside em áreas do centro e das praias. Pela Figura 60, é perceptível essa concentração, oriunda tanto dos preços dos imóveis, incentivando a implantação de condomínios fechados, quanto pelo incentivo do Governo Federal ao Programa Minha Casa Minha Vida, induzindo a construção de diversos conjuntos habitacionais nesses locais mais periféricos da cidade (ver subseção 4.1.3 – Aspectos socioeconômicos). A densidade da Rua Portugal está entre 15 a 20 hab./km<sup>2</sup>, sendo aproximada à média de São Luís (19,81 hab./km<sup>2</sup>) (IBGE, 2013).

Figura 60: Mapa de bairros de São Luís por densidade demográfica com destaque para Rua Portugal



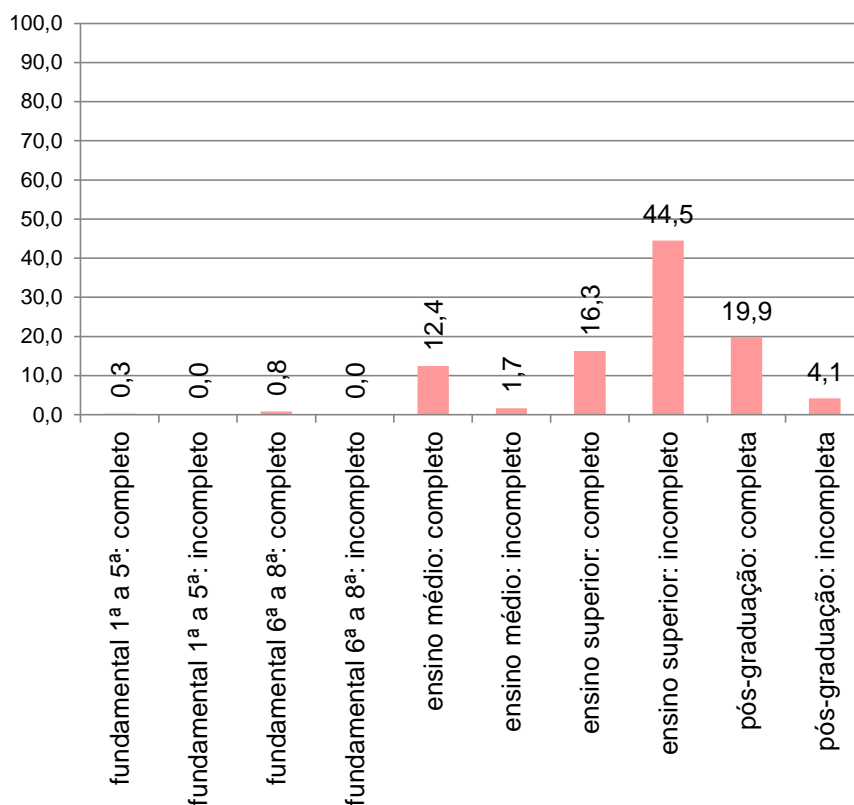
Fonte: Adaptada de São Luís (2006).

Notas:

- 0 a 5 hab./km<sup>2</sup>
- 5,1 a 10 hab./km<sup>2</sup>
- 10,1 a 15 hab./km<sup>2</sup>
- 15,1 a 20 hab./km<sup>2</sup>
- 20,1 a 50 hab./km<sup>2</sup>
- mais de 50 hab./km<sup>2</sup>

Grande parte desses respondentes possui grau de escolaridade relacionado ao nível de ensino superior (44,5% incompleto e 16,3% completo – Figura 61).

Figura 61: Gráfico de proporcionalidade dos moradores entrevistados segundo grau de escolaridade



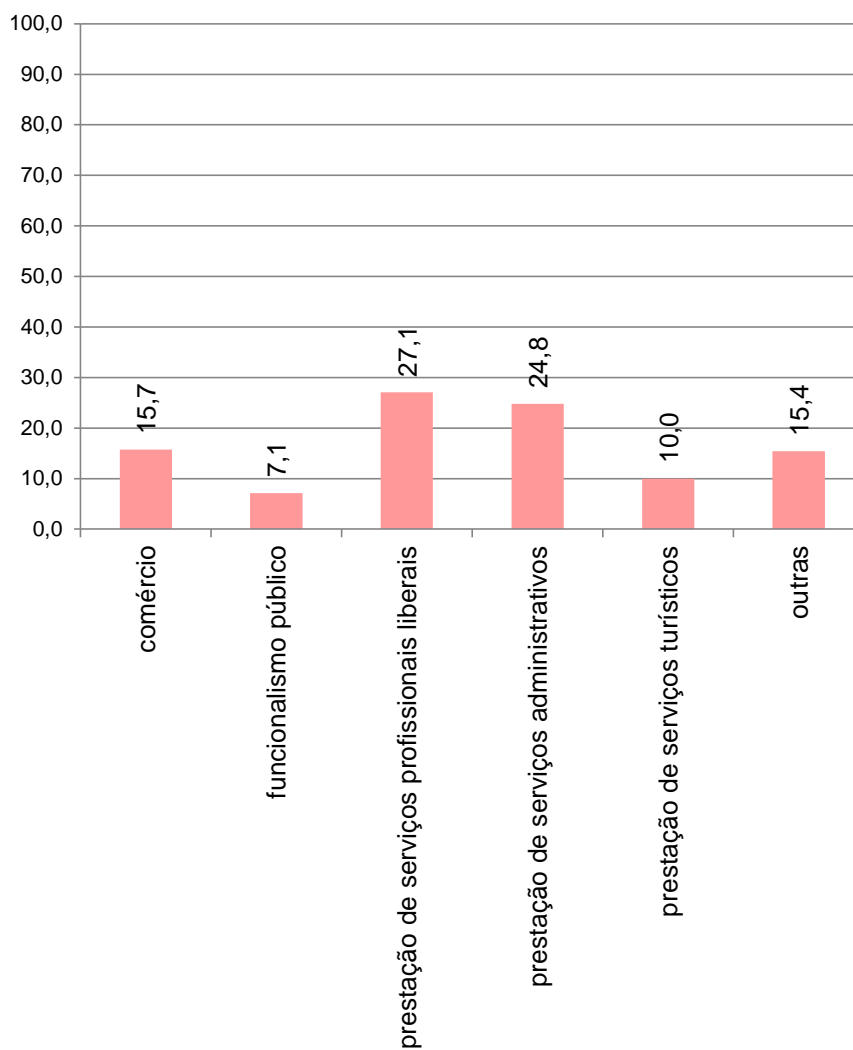
Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice A).

Esses dados são compatíveis com os encontrados na última pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre o Brasil, na qual consta que:

A região metropolitana de São Luís (MA) lidera o *ranking* [brasileiro] de melhor acesso à educação na pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) por causa do peso da capital do Estado. [...] Composto por três variáveis (longevidade, educação e renda), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) varia de zero a um. Quanto mais alto o número, maior o desenvolvimento. Os números foram calculados com base no Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). [...] A taxa de São Luís foi de 0,737 (RESENDE, 2014, s.p.)..... ).

As profissões mais citadas são relacionadas à prestação de serviços profissionais liberais (27,1%) e administrativos (24,8%), com aqueles voltados ao turismo correspondendo a 10,0% (Figura 62).

Figura 62: Gráfico de proporcionalidade de áreas profissionais dos moradores entrevistados

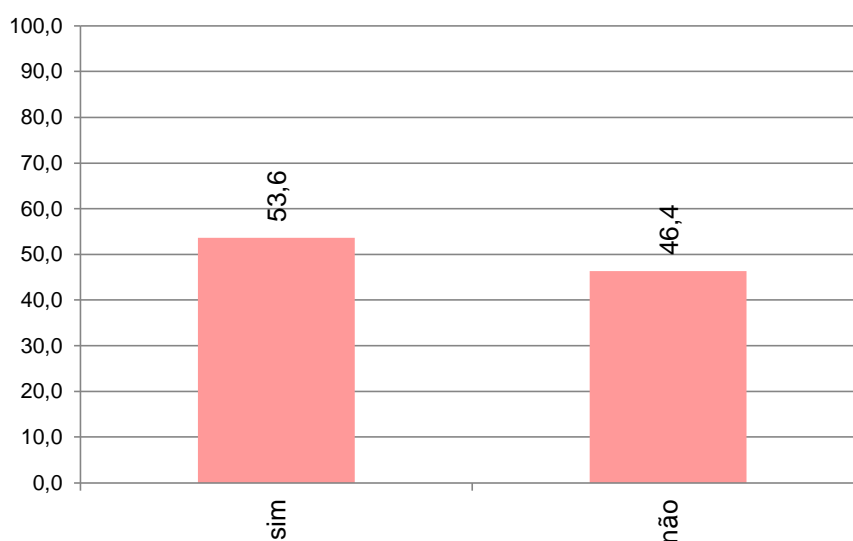


Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice A).

Dados de 2013 sobre total de empregados e tipo de atividade em São Luís apontam concentração no comércio varejista, com 5.798 pessoas (3ª posição no gráfico acima - 15,7% - comércio), seguido do setor alimentício, com 836; agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas, com 92; e atividades esportivas, recreação e lazer com 90 (OSSL, 2013). Os três últimos estão ligados diretamente à atividade turística.

Quanto à **revitalização do Centro Histórico de São Luís**, a opinião dos moradores sobre MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NA PAISAGEM promovidas pelo Projeto Reviver, iniciado na década de 1980 e desenvolvido até os dias atuais, foi preferencialmente afirmativa (53,6%) (Figura 63).

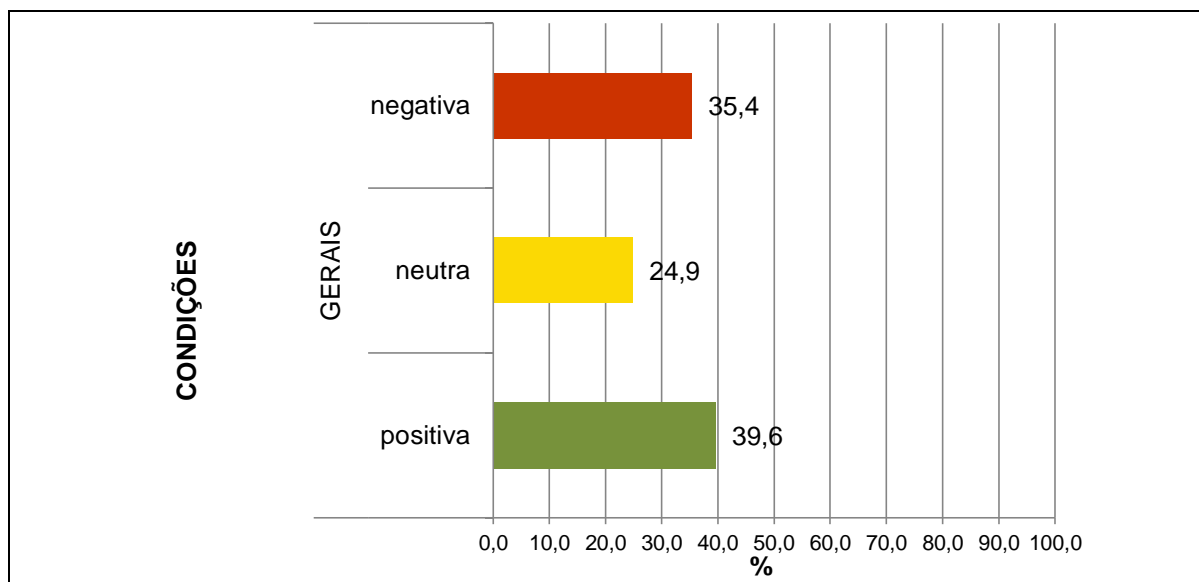
Figura 63: Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos moradores entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice A).

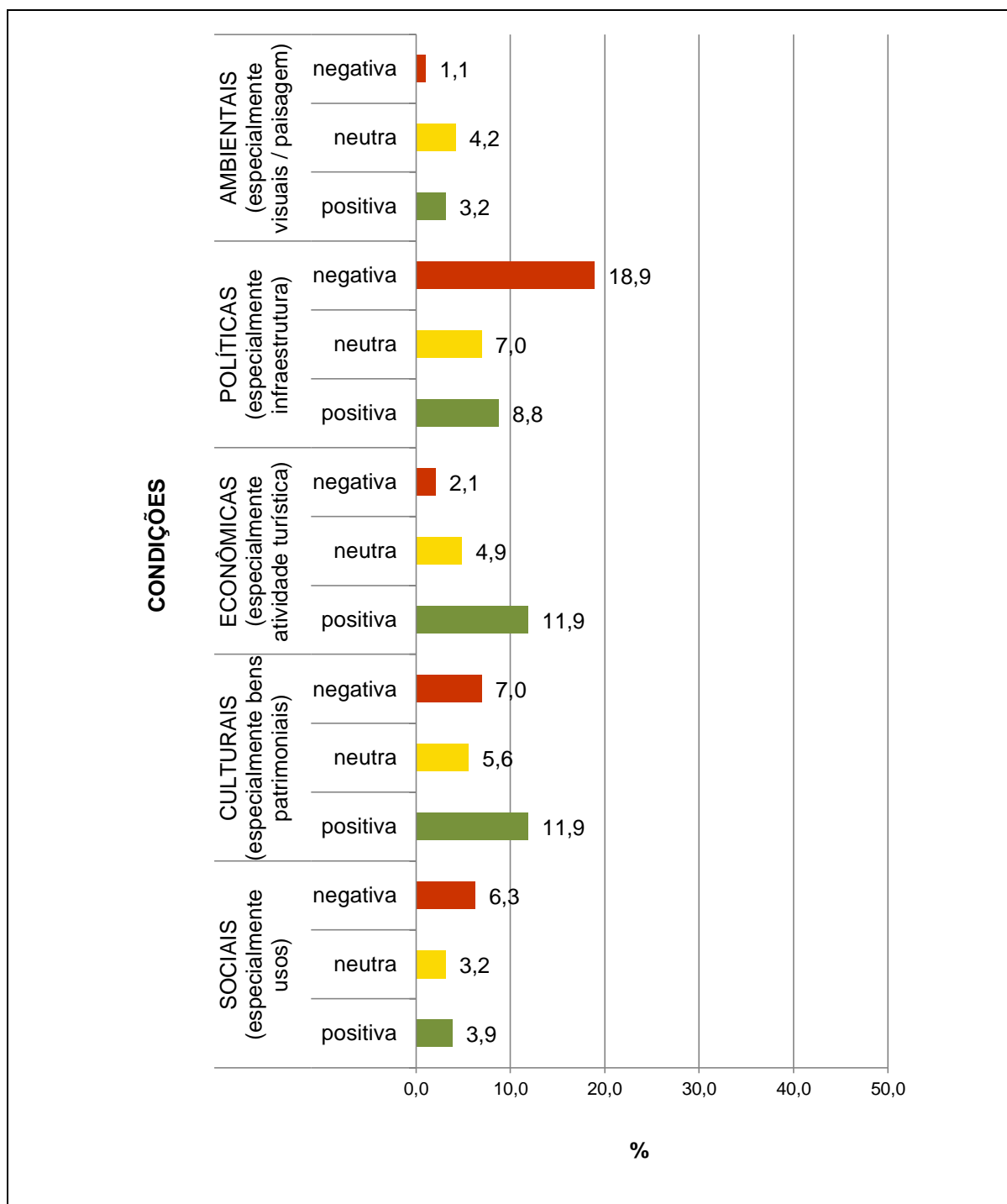
Da relação positiva para a negativa, há uma diferença de apenas 7,2%, ou seja, mesmo com maior número em termos favoráveis em relação às benfeitorias promovidas, que incluem a Rua Portugal, muitos foram os questionamentos quanto ao atual descaso com o acervo patrimonial existente. As justificativas apresentadas (Apêndice H) também indicam relativo equilíbrio entre positivas (39,6%) e negativas (35,4%— Figura 64), sendo essas últimas mais expressivas para aspectos políticos (18,9%) enquanto as primeiras para condições culturais e econômicas (11,9% cada) (Figura 49).

Figura 64: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980 segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices A e H).

Figura 65: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980 segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices A e H).



A partir da década de 1980, o Brasil vive uma nova era de políticas públicas de preservação para os centros históricos (CURTIM, 2011; CURTIM; SANTOS, 2001), com gestores públicos e privados o compreendendo como um produto turístico, conforme abordado nas subseções 3.2.3 – Atividade turística e patrimônio histórico urbano – e 3.2.3.1 – Políticas de preservação.

Para condições sociais (especialmente usos), dentre as colocações positivas (Apêndice H), cabe destaque a:

Promoveu o aumento do comércio.

Estamos muito otimistas com as ações que estão sendo realizadas no Centro Histórico. Podemos ver um local mais limpo e com a presença da polícia, o que é um fator muito importante para todos que transitam por aqui.

Revitalizou o comércio, melhorou a segurança o fluxo turístico aumentou.

Porque tem impulsionado a criação e ressignificação de novos espaços

Maior valorização do espaço por parte dos moradores, aumentou a cobrança e debates, por parte dos profissionais e estudantes ligados ao turismo em relação os órgãos públicos.

Conscientizou a população da importância em preservar.

Agora tem mais acessibilidade e a segurança.

Retirada de moradores de rua e reforma de alguns locais.

A remoção da grande quantidade de lixo e o cheiro forte de xixi e moradores de rua consumindo drogas.

Uma maior preocupação com a estética das áreas de circulação, com a oferta de serviços e a preocupação com o atendimento qualificado.

A Secretaria Municipal de Turismo desenvolve vários projetos, e muitos deles são de conscientização da preservação do Centro Histórico, isso também leva as execuções dos serviços de limpeza e manutenção do Centro Histórico.

Mudanças no uso, o uso de moradia é cada vez mais raro.

As tentativas de dar uma função social a alguns casarões como museus ou casas para atendimento de turistas e para sinalização.

Inserção de ponto policial, restauração de casarão, produção cultural nos espaços no Centro Histórico como praças e museus.

Pelas considerações dos moradores entrevistados, depreende-se que compreendem que o turismo promoveu benefícios quanto à ampliação do

policiamento (segurança), à inserção do comércio (utilização de casarões para este fim) e à valorização do patrimônio imaterial (apropriação de edifícios patrimoniais para museus), dando nova concepção de uso aos prédios históricos que atendem tanto a comunidade quanto o visitante, com sua conscientização deste espaço como bem público, pertencente à sociedade ludovicense e com qualificação da mão de obra para adequado atendimento ao turista.

Aspectos citados pelos respondentes reforçam conceitos expostos nas subseções 3.2 – Influências do turismo na cidade – e 3.4.2 – Políticas públicas de desenvolvimento turístico e urbano – sobre os impactos positivos da atividade em um destino, promovendo ganhos para a cidade, como esclarecem Castrogiovanni (2013), Cooper, Hall e Trigo (2011) e Hayllar et al.(2011).

Vale lembrar que, em 2014, foi reinaugurado a Companhia de Turismo Independente (CPTUR) e a Delegacia de Turismo na área do centro histórico. O ex-Secretário de Estado do Turismo do Maranhão (Jura Filho) destacou que “não apenas o turista, mas toda a comunidade que vem ao centro histórico vai sentir-se muito mais protegida tendo a delegacia na área” (IMIRANTE, 2014, s.p.).

Em 2003, foi criado o Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís, vinculado a Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH), tendo como representantes agentes responsáveis pelo ordenamento urbano, órgãos do governo estadual, instituições privadas e representantes da sociedade civil. O objetivo do núcleo é promover uma gestão patrimonial descentralizada (PMSL, 2007). Carvalho e Simões (2012, p.205) analisam que o núcleo se torna importante porque é sua da sua responsabilidade a articulação da preservação patrimonial com a sustentabilidade urbana, “tornando-se necessário um planejamento integrado, que envolva as diversas dimensões da sustentabilidade mediante iniciativas públicas e privadas com a participação efetiva de membros da comunidade local”.

Outro aspecto mencionado, e que vem avançado em termos de políticas públicas no centro histórico, são ações de conscientização e avanço de estratégias realizadas pela Prefeitura Municipal.

No encerramento do Seminário de Gestão Compartilhada do Centro Histórico, promovido pela Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR-SLZ) e Subprefeitura do Centro, foi lançado o Pacto pelo Centro Histórico. O pacto será constituído por uma grande rede, com participação de vários segmentos da sociedade, o que vai gerar um plano de gestão compartilhada. Durante o seminário, foram levantadas as principais questões referentes ao Centro Histórico com participação de

representantes do poder público municipal e de segmentos da sociedade civil e iniciativa privada (PMSL, 2015a, s.p.).

Ações de compartilhamento de experiências com a sociedade são fundamentais para o desenvolvimento da atividade num destino como São Luís, pois, como afirma Beni (2002), Hall (2001) e Yázigi (2003), a participação popular na elaboração de políticas públicas de turismo é imperativa para o equilíbrio entre as necessidades da população local e as do turista. Os pilares do desenvolvimento turístico sustentável expostos no Plano Maior 2020 são: turista satisfeito, mínimo impacto natural e cultural, cidadão contente e retorno dos investimentos (MARANHÃO, 2012).

Hanai (2009), Van Bellen (2006) e UNWTO (2004) afirmam que a criação de um indicador de sustentabilidade deve estar principalmente pautada no sentido *down-top*, ou seja, com a participação da sociedade no processo, como destacado pelos entrevistados, quando disseram que ações da administração municipal têm sido destinadas à sua conscientização por meio de debates sobre a importância do patrimônio histórico de São Luís.

Para essas mesmas condições, algumas colocações negativas foram (Apêndice H):

Falta saneamento, segurança, atrações, lojas, pois só a revitalização não é suficiente para atrair turistas, precisamos melhorar.

[...] o que observamos é o centro cada vez mais vazio devido a desvalorização do uso de moradia, assim quem passa pelo centro geralmente não mora nele e não sente que ele o pertence.

Por que a paisagem continua a mesma nos tempos atuais. O Projeto Reviver é muito importante para a nossa cidade, pois mostra nossa riqueza cultural, porém a cidade deixa muito a desejar no descaso com o patrimônio e a falta de segurança para os turistas.

Falta mais segurança, não adianta restaurar o centro histórico sendo que a segurança da cidade falta, deixando os turistas e moradores da ilha inseguros.

Desde 2010, quando comecei a frequentar assiduamente o centro histórico, não percebi nenhuma política de melhoria do ambiente. Muito pelo contrário, está cada vez mais perigoso.

[...] simplesmente porque não vejo turistas no centro histórico, a presença deles é muito muito tímida. Comparando com centros históricos de Salvador e Recife, por exemplo, o de São Luís é tão bonito, tão turístico quanto, mas é triste ver como está abandonado, como está sempre vazio e como as pessoas relatam ter medo de andar por ali, a qualquer hora do dia.

O centro histórico estava em completo estado de abandono, houveram melhorias significativas na infraestrutura do local, principalmente nas área tombada pela [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura] UNESCO e pelo patrimônio histórico estadual, no entanto, tais benfeitorias, na minha concepção, pararam no tempo, e atualmente não atendem as necessidades básicas de visitação, quanto ao aspecto visual, deixamos a desejar, pois podemos ao sairmos um pouco do centro do centro histórico, encontrar hoje, um número cada vez maior de casarões em ruínas, ruas mal cheirosas e a coleta de lixo deficiente, fora o vandalismo e falta de cuidado com as calçadas.

Vejo câmeras de segurança em alguns pontos, algumas melhorias na estrutura física, mas a insegurança ainda persiste.

De fato nunca houve uma obra ou reforma adequada, apenas projetos que nunca saíram do papel. A questão da segurança também é muito precária!

Existem poucas atrações e infelizmente é grande a falta de segurança no local.

O centro histórico, nos últimos anos, se tornou inseguro e sem limpeza adequada, o que prejudicou bastante o potencial turístico do local.

Pouco policiamento e as propagandas são fracas, e os hotéis caros. A estrutura continua a mesma.

Casarões foram restaurados, mas outros problemas sociais surgiram.

Falta infraestrutura, saneamento básico, além da insegurança.

O centro histórico é mal cuidado e desprotegido, não vejo estímulo ao turismo advindo dessa região, pelo contrário, é um lugar tido como perigoso para se andar. Houve melhorias bem significativas que captaram mais turistas.

Não adianta pintar. Para revitalizar o centro precisa de segurança, limpeza, acabar com ratos e baratas, com o fedor de sujo. Colocar de quarta a domingo grupos folclóricos como tambor de crioula, barracas de venda de comida típica, cacuriá, e um reggae para turistas. Turista gosta de movimento e novidade. Caixeiras.

Foram feitas modificações sim, como a restauração dos prédios. Mas precisamos da manutenção dessas restaurações e segurança pública local.

Aumento de número de assalto e vandalismo.

Marginalização da comunidade, sujeira, pontos de venda de drogas ativo, ao longo dos anos escasso policiamento, pedintes, vendedores ambulantes abusivos, depredação do patrimônio público, etc.

As condições mínimas para desenvolver o turismo, não são notadas. O que se vê é muita sujeira e mau trato .

Deixei de frequentar o local em razão da baixa segurança, pelo que não posso opinar sobre como o Reviver está atualmente (últimos 2 anos).

Por falta policiamento, guias e limpeza nos local.

Acho que a intervenção maior não é de políticas públicas, mas da população que insiste em não preservar o bem histórico, jogando lixo no chão, destruindo o calçamento e pichando e afixando cartazes em locais indevidos.

Nota-se que o principal aspecto adverso destacado pelos ludovicenses foi a segurança pública, que é um item fundamental para o desenvolvimento da atividade turística num destino. Essa condição também foi mencionada em reportagem realizada pela emissora Globo no Maranhão (Mirante TV) em 2014, destacando que moradores têm medo de circular pelas ruas do centro histórico principalmente no período noturno. Neste, solicitam mais policiamento e iluminação para que se sintam seguros e possam frequentar os espaços culturais e sociais.

Quem frequenta a Praia Grande, no Centro Histórico de São Luís, geralmente, sabe do risco que corre. Os próprios moradores, comerciantes e taxistas da região chegam a dar dicas para os turistas de como correr menos risco de ser assaltados. [...] De acordo com a polícia, as ocorrências mais frequentes aqui no Centro Histórico são o furto e o roubo à pessoas. Os assaltos têm estreita relação com o consumo de drogas, já que para comprar a droga, especialmente o crack, alguns usuários que perambulam pelas ruas, em busca de cometerem crimes pra conseguir dinheiro. Segundo a Polícia Militar, policiais fazem ronda 24 horas por dia, em escala de revezamento, em todo o Centro Histórico. Câmeras de segurança espalhadas pela praia grande também auxiliam a segurança pública (G1 MA, 2014c, s.p.).

Em outra reportagem do G1 MA (2014d), um morador também destaca vários apontamentos negativos ora levantados, como, por exemplo, inadequação na disposição de lixo, na pavimentação de calçadas e nas soluções de acessibilidade.

Conforme destacam Pereira e Murta (2008), muitos moradores de áreas patrimoniais desconhecem as ações de preservação, sendo, às vezes, excluídos e negligenciados do processo de tomada de decisão, gerando ausência de interlocução entre os promotores e receptores do turismo.

A revitalização dos centros históricos implica a efetivação de projetos sustentáveis capazes de possibilitar a continuidade do patrimônio cultural como suporte da memória e da identidade local, ampliar a percepção da cidade como organismo multissetorial e dinâmico. Apesar dos esforços empreendidos pelas ações de preservação e revitalização do centro antigo de São Luís, não se alcançou um ponto fundamental: não existe vida nem grande circulação de pessoas, pois todos que ali passam permanecem por

pouco tempo, o que vai de encontro ao princípio de preservar não somente os lugares, mas as diferentes sociabilidades e vivências comunitárias presentes nos espaços urbanos (CARVALHO ; SIMÕES, 2012, p.206).

As condições culturais (especialmente bens culturais) positivas foram ressaltadas principalmente pelas seguintes menções (Apêndice H):

Pelas inúmeras reformas nos casarões.

O aumento do cuidado em preservar, embora ainda falte muito.

A partir do Projeto Reviver, o centro histórico ficou mais bonito e organizado.

Outrora era abandonado, sem projetos de reformas que mantivessem as características coloniais.

Promoveu alguns pontos da cidade, com ênfase aos aspectos históricos e culturais da cidade.

A realização de atividades ligadas à promoção e divulgação das tradições populares, antes marginalizadas, proporcionando o real sentido de revitalização da área.

Foram feitas modificações sim, como a restauração dos prédios. Mas precisamos da manutenção dessas restaurações e segurança pública local.

Por outro lado, as principais colocações negativas foram (Apêndice H):

Falta saneamento, segurança, atrações, lojas, pois só a revitalização não é suficiente para atrair turistas, precisamos melhorar.

Acho que, apesar de o centro histórico ainda estar muito deteriorado, a revitalização implementada na época promoveu uma maior visibilidade. Entretanto, não houve um trabalho contínuo, tampouco uma manutenção do que foi feito e o reflexo disso é um dos maiores acervos de arquitetura colonial portuguesa deixada "às moscas".

Não vejo interesse nem do prefeito e nem do governador em revitalizar uma área tão importante para a história não só do maranhense, mas como também do brasileiro.

Pois o que observamos é o centro cada vez mais vazio devido a desvalorização do uso de moradia, assim quem passa pelo centro geralmente não mora nele e não sente que ele o pertence.

Não. Porque o que se vê é o abandono do nosso cartão postal. Ruas mal calçadas, Escuridão e pouca opção mercadológica.

Pois pouco se investe na conservação e revitalização do centro. Além de que a infraestrutura de turismo não é nem ao menos reconhecida e preparada para um maior número de turistas. Aqui não sei de nenhum

planejamento e de qual a real participação do turismo na economia da cidade.

Poder público e iniciativa privada abandonaram o CHSL. Esta parceria seria essencial para o sucesso do projeto.

Desde 2010, quando comecei a frequentar assiduamente o Centro Histórico, não percebi nenhuma política de melhoria do ambiente. Muito pelo contrário, está cada vez mais perigoso. Por que no projeto ficou faltando equipamentos turísticos como aproximação dos agentes turísticos com centro históricos e maior divulgação

Não, simplesmente porque não vejo turistas no centro histórico, a presença deles é muito tímida. Comparando com os centros históricos de Salvador e Recife, Por exemplo, o de São Luís é tão bonito, tão turístico quanto, mas é triste ver como está abandonado, como está sempre vazio e como as pessoas relatam ter medo de andar por ali, a qualquer hora do dia.

Pelo contrário nada foi feito o centro histórico e todos os bairros que fazem parte deste estão fadados aos maus tratos do poder publico que é omissos e desleixado com nosso patrimônio.

Decidi colocar que não, pois, as poucas coisas que foram feitas, foram na verdade mal feitas. E lembresse aquele ditado; quando termina um lado e passasse para o outro o "um" já esta desmontado. Fica também o caráter do usuário, que muita das vezes não o cuida.

Embora haja um fluxo considerável de turista, não consigo vislumbrar uma atitude seria dos órgãos oficiais que tenham demandado melhorias na área em razão do turismo.

O centro histórico é mal cuidado e desprotegido, não vejo estímulo ao turismo advindo dessa região, pelo contrário, é um lugar tido como perigoso para se andar.

Esses depoimentos reforçam o pensamento de Oliveira (2008), Silva (2012) e Vieira (2008) de que o patrimônio histórico é um bem que representa a cultura local, expressa na arquitetura de uma cidade. São Luís, por ter sido colonizada por portugueses, revela, em seu casario colonial, traços marcantes da construção europeia adaptados ao clima equatorial do Maranhão (ANDRÈS, 2008; LOPES, 2008).

Os resultados dos diversos programas de revitalização do centro histórico, incluindo a Rua Portugal, em especial a visibilidade que promoveram com o processo de recuperação do casario, é perceptível pelos entrevistados, com as modificações proporcionando, segundo as suas opiniões, melhorias estruturais ao acervo edificado. Assim, a percepção é de que a harmonia da paisagem do centro

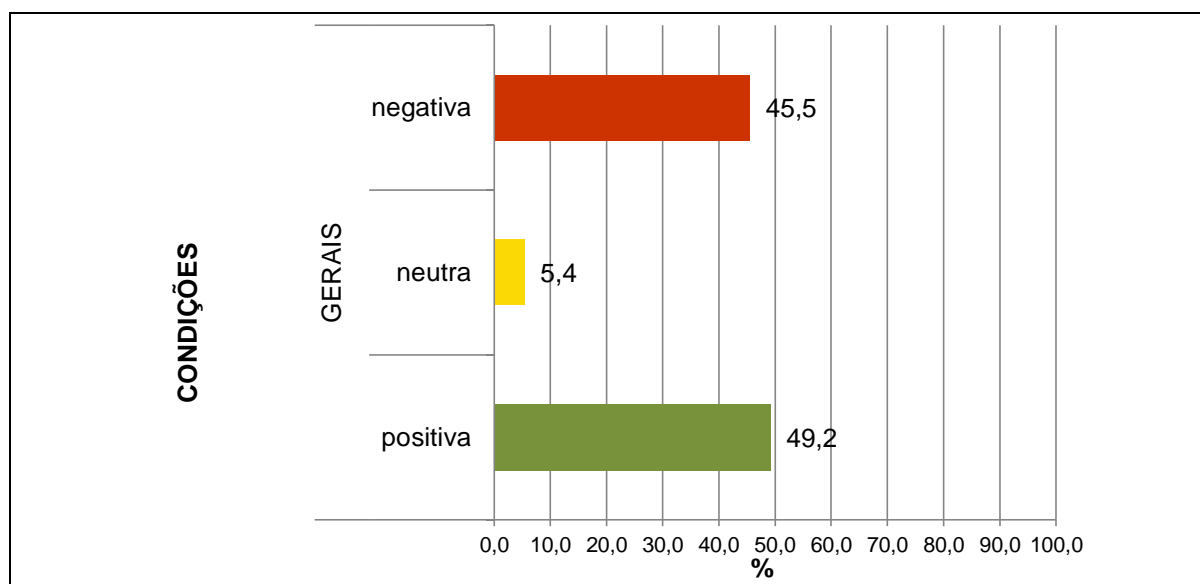
histórico está relacionada aos projetos de revitalização na região. Ao negativarem suas respostas, os moradores acreditam que há descaso governamental em relação ao patrimônio, o que interfere nas características paisagísticas.

Os descasos em relação ao centro histórico são contínuos e as justificativas expostas por governos estaduais e municipais normalmente são voltadas à falta de recursos e também ao alto número de prédios na região pertencentes ao setor privado; assim, pouco pode ser realizado em prol da melhoria dos aspectos arquitetônicos. Esse certo abandono – público e privado – leva à concepção apontada pelos moradores de que a imagem de São Luís está ligada ao seu conjunto arquitetônico, mas que o mesmo deve estar em constante revitalização para que ocorra equilíbrio na paisagem do local, principalmente no que tange a Rua Portugal.

Alguns moradores perceberam **mudanças notáveis promovidas pelo turismo**, igualmente equilibradas entre positivas (49,2%) e negativas (45,5% – Figura 66), com as primeiras sendo destacadas para condições culturais (19,8%) e as segundas para aspectos políticos e também culturais (11,0% cada – Figura 67).

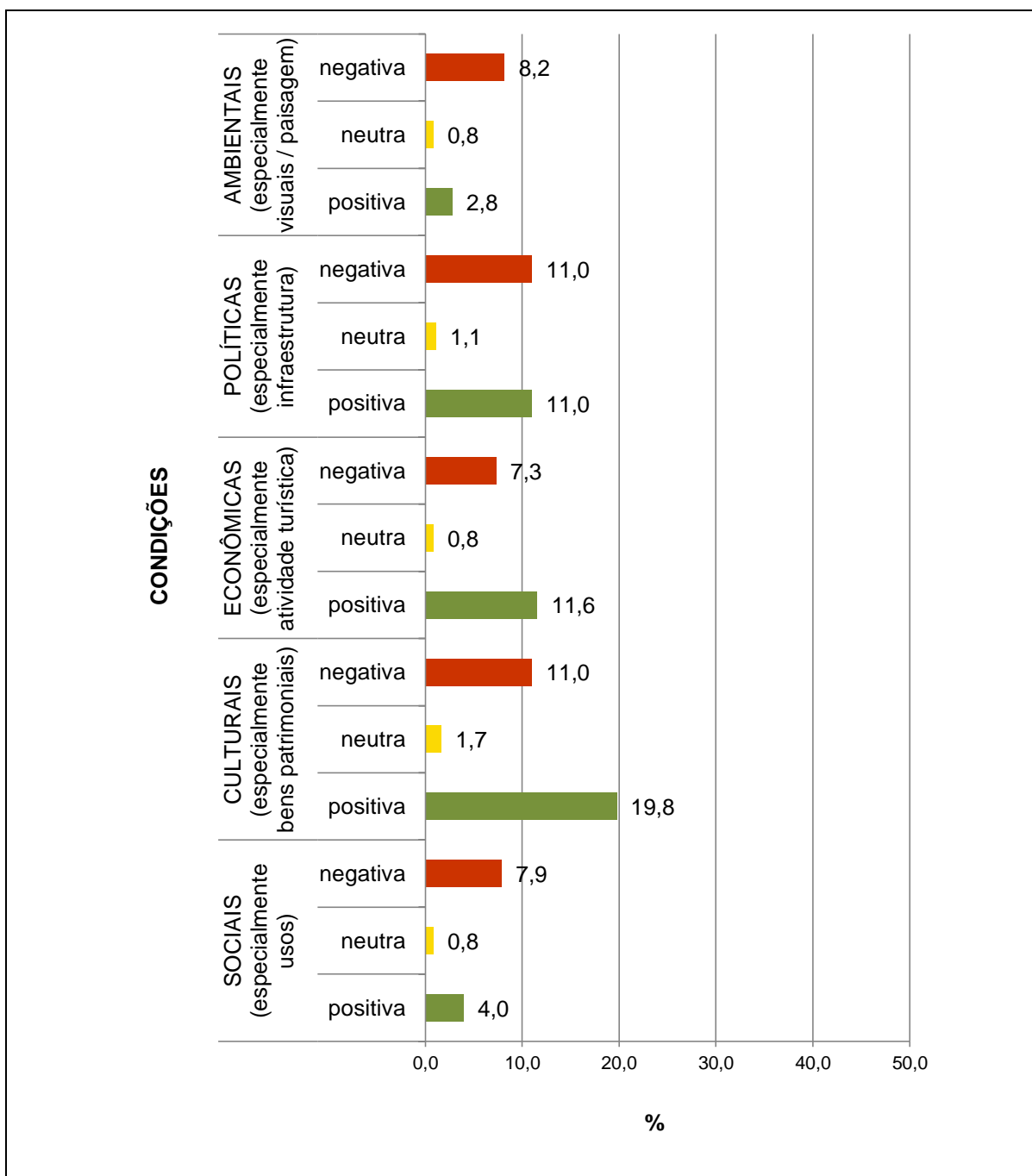


Figura 66: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto a notáveis mudanças promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices A e H).

Figura 67: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto a notáveis mudanças promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices A e H).

Entretanto, outros residentes também destacaram aspectos negativos em relação a políticas públicas (Apêndice H), como:

Apesar de ser um processo lento e que demanda muito da cultura local, tem-se conseguido obter alguns resultados significativos, a exemplo, a valorização arquitetônica dos edifícios.

O centro histórico estava em completo estado de abandono, houveram melhorias significativas na infraestrutura do local, principalmente nas área tombada pela [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura] UNESCO e pelo patrimônio histórico estadual, no entanto, tais benfeitorias, na minha concepção, pararam no tempo, e atualmente não atendem as necessidades básicas de visitação, quanto ao aspecto visual, deixamos a desejar, pois podemos ao sairmos um pouco do centro do centro histórico, encontrar hoje, um número cada vez maior de casarões em ruínas, ruas mal cheirosas e a coleta de lixo deficiente, Fora o vandalismo e falta de cuidado com as calçadas.

Desde os anos [19]80, muitos prédios no centro histórico foram ocupados com museus ou casas de entretenimento. Porém, mais recentemente esses investimentos caíram.

Houve melhora, mas existem muitos prédios de uso público, então não necessariamente sua preservação esteja associada ao turismo

Acho que por questões políticas o incentivo e os investimentos ao na revitalização são quase invisíveis, apesar de possuímos o maior acervo histórico do país, o investimento na reestruturação e revitalização do centro ainda é bem abaixo do que se necessita para torná-lo um acervo turístico.

Algumas coisas podem ser visíveis, outras, não. A parte da limpeza e conservação dos prédios históricos estão precários e isso acaba afastando os turistas e até os próprios moradores da cidade.

Para o bem e para o mal, os investimentos em melhorias e o descaso foram cíclicos durante esse tempo de acordo com a boa vontade e oportunismo dos grupos governamentais. Infelizmente, o trade local ainda não percebeu sua parcela de responsabilidade e somos obrigados a ver o Centro Histórico sendo exaltado ou abandonado de acordo com o interesse do setor público.

Muitos projetos foram implantados, alguns deram certo por muitos anos, o que faltou foi a falta de incentivo público e privado para a manutenção dos mesmo. Existem projetos, a deficiência é na implantação ou manutenção dos mesmo.

Porque o projeto iniciou com boas propostas, houve o início da revitalização, porém, Não houve continuidade do processo, e se em uma revitalização não há continuidade, não tem sentido. E o que vemos hoje é justamente isso, o descaso e o abandono do poder público.

Muitas coisas mudaram desde a década de [19]80. O cenário tende a ficar cada dia mais feio nossos belos casarões estão todos entregues ao tempo se perdendo um rico patrimônio material alguns desses estão cheios de entulhos e sendo usados pelos usuários de drogas, outros estão entaboados esperando verbas para terminar a obra lá começada como a sede do Tambor de Crioula, o Museu da Gastronomia Maranhense etc.

Não adianta pintar. Para revitalizar o centro precisa de segurança, limpeza, acabar com ratos e baratas, com o fedor de sujo. Colocar de quarta a domingo grupos folclóricos como tambor de crioula, barracas de venda de comida típica, cacuriá, e um reggae para turistas. Turista gosta de movimento e novidade. Caixeiras.

São Luís estava caindo em esquecimento, a revitalização promoveu uma visibilidade dos moradores de cuidar e dar maior importância a esse espaço, mesmo sendo que atualmente o Centro Histórico esteja caindo novamente em abandono.

As políticas públicas destinadas à cultura, ao turismo e ao patrimônio alcançam razoavelmente os seus resultados, mas também deixam lacunas pela descontinuidade do processo. A maior parte das respostas apontadas acima esclarece esse ponto. No Brasil e em São Luís do Maranhão, a interrupção da continuidade de diretrizes governamentais é um fato comum pelas mudanças de gestão, conforme explicitado na subseção 3.4.2 – Políticas públicas de desenvolvimento turístico e urbano –, na qual foi apontada a necessidade de ação conjunta do órgãos competentes para gerir ações e alcançar as metas almejadas.

Nesse contexto, relembra-se a afirmação de Solha (2004) de que o crescimento da atividade turística está relacionado a ação do poder público para direcionar e garantir os interesses coletivos, e também de sobrepor-se aos de um pequeno grupo ou de indivíduos.

Sendo o governante um dos responsáveis pelo desenvolvimento do turismo, torna-se estreita a relação entre turismo e paisagem, pois, se a atuação do poder público for caracterizada pelo reforço do planejamento turístico, este direciona estratégias que promovem renovação urbanística no destino, sendo a paisagem o reflexo deste espaço de vivência dos turistas e moradores.

Outros moradores foram além (Apêndice H), destacando:

O Centro Reviver necessita de uma verdadeira revitalização. Ainda existem muitos casarões necessitando de reforma. Acredito que deveria um investimento maior no (incluindo o setor alimentício) de forma a gerar renda e movimentar aquela área. Ainda precisa melhorar a questão turística no reviver.

São Luís estava caindo em esquecimento, a revitalização promoveu uma visibilidade dos moradores de cuidar e dar maior importância a esse espaço, mesmo sendo que atualmente o Centro Histórico esteja caindo novamente em abandono.

Porque o próprio Reviver continua da mesma forma. Não foi revitalizado. Além da Lagoa, Litorânea e Espigão, os pontos de Turismo da cidade não são convidativos. Faltam praças, parques. Ônibus para city tour também é imprescindível. Valoriza mais belezas naturais no interior.

Maior valorização do espaço por parte dos moradores, aumentou a cobrança e debates, por parte dos profissionais e estudantes ligados ao turismo em relação os órgãos públicos.

Desde os anos 80 muitos prédios no centro histórico foram ocupados com museus ou casas de entretenimento. Porém, mais recentemente esses investimentos caíram.

Os aspectos citados acima demonstram que as políticas de turismo devem ser uma tratativa *down-top*, incluindo a percepção dos residentes, pois, como afirma Lobato (2001, p.87), é necessária “a participação do homem na sociedade, referente ao planejamento e atuação do poder público”.

As políticas públicas visam suprir necessidades gerais do homem, promovendo benefícios que tenham como foco a sociedade; por isso, o Estado é seu agente regulador. A dinamização da atividade turística é também oriunda das políticas para incentivar a atividade, com o objetivo de dinamizar o setor, gerando emprego e renda.

Ávila (1999) lembra que, por se tratar de um vetor econômico, o turismo deve ser analisado a partir da demanda e oferta de produtos e serviços no local; no caso em estudo, esta aumentou com aquela, gerando emprego e renda na região. Além disso, com a sua revitalização, alguns casarões são utilizados como restaurantes, bares e lojas de artesanato, por exemplo, o que interfere na paisagem do centro histórico, principalmente da Rua Portugal, pois, nesta, há elevada quantidade proporcional de funções econômicas (ver subseção 5.1.3.1 – Quadro específico – do contexto vinculado à economia).

Quanto à paisagem (Apêndice H), determinados moradores citaram que:

Alterações estruturais importantes e reorganização da paisagem.  
Vemos o antes e o depois, apesar de caminhar a passos lentos mais sentimos a mudança na paisagem.

Acho que mudou muito a paisagem. Não pelos casarões, mas a estrutura urbana.

Houve melhora, mas existem muitos prédios de uso público, então não necessariamente sua preservação esteja associada ao turismo.

A sinalização e disposição das áreas midiáticas [causaram mudanças significativas].

Houve uma revitalização urbana e comercial da área.

Vejo câmeras de segurança em alguns pontos, algumas melhorias na estrutura física, mas a insegurança ainda persiste.

Talvez a questão da iluminação, o tipo de postes no local [seja uma mudança expressiva].

Conforme Andreotti (2008; 2012), a paisagem está relacionada com a percepção humana acerca do entendimento do mundo, assim como com questões em seu entorno. Os entrevistados destacaram aspectos direcionados principalmente à reforma dos casarões que se tornaram evidentes aos mesmos, como mencionado na subseção 4.2 – Seleção da área turística funcional, que destaca aspectos da revitalização do centro histórico, mais precisamente da Rua Portugal. Nota-se que equipamentos de iluminação (postes e luminárias), sinalização e câmeras de segurança também foram razoavelmente percebidos pelos entrevistados.

As intervenções procedentes das políticas públicas de preservação, tanto em nível federal quanto estadual, têm proporcionado mudanças na paisagem do Centro Histórico de São Luís (CARVALHO; SIMÕES, 2012; VENANCIO, 2012) e o turismo, por ser responsável pela dinamização da economia local, possui sua contribuição, pois o que antes era destinado principalmente a moradias, tornou-se um espaço para lazer e entretenimento, fortalecendo sua imagem como um ambiente turístico.

Especificamente quanto à atividade turística (Apêndice H), alguns moradores comentaram:

O turismo influenciou o comércio na região e a criação de espaços culturais.

Não conheci o centro histórico antes de o projeto ser desenvolvido, acredito que foi sim uma forma de atrair a atenção dos turistas para o nosso patrimônio histórico,

Dando a ele uma nova cara, "arrumando a casa" pra que as visitas se sentissem a vontade.

Pois se não fossem os turistas aquela região estaria ainda mais abandonada.

O número de turistas aumentou, mas precisa de conservação.

O turismo acabou preservando boa parte dos casarões e conservando-os.

Apesar de toda a revitalização de prédios da Praia Grande ser feitas em repartições públicas é inegável que um dos argumentos propulsores para isso foi a melhor apresentação do centro Histórico para turistas.

Promoveu mudanças significativas sim. Podemos observar no fluxo de pessoas e que antes era área de comércio e hoje tornou-se atração turística.

O turismo até por sua característica dinâmica, já modifica a paisagem. É próprio do turismo.

Após a revitalização junto ao marketing e divulgação houve crescimento da atividade turística, porém ainda pouco explorada.

Porque o turismo tem a capacidade de atrair pessoas das mais diversas culturas, Fato este que acaba por influenciar na paisagem dos espaços com os quais se interage, infelizmente não somando apenas mudanças positivas, mas também negativas.

O turismo em si é um agente transformador, com isso, mesmo que imperceptível, as vezes, o turismo traz mudanças nas paisagens locais onde tal atividade se desenvolve, no C.H não é diferente, é notório o aumento de comércios formais e informais, pois há uma necessidade de renovação e crescimento nesse contexto para poder satisfazer os turistas. Essa é uma das mudanças percebidas por mim. O aumento e melhoria do comércio local.

Porque houve recuperação de boa parte do centro histórico, servindo de atrativo.

Como o turismo promove mudanças paisagísticas no ambiente no qual está sendo desenvolvido, no caso do Centro Histórico de São Luís, a atividade vem proporcionando melhorias ao patrimônio, seja pela recuperação e preservação de prédios históricos, seja pela movimentação da economia local, com a atração de visitantes para o consumo de bens ofertados por empresas da região.

Nos comentários, percebe-se algumas menções aos aspectos culturais, como a construção de edificações destinadas à cultura local e à sua propagação. O turismo cultural – discutido na subseção 3.1.4.2 – é um dos principais segmentos desenvolvidos na capital do Maranhão, com a riqueza cultural – destacada na seção 4 – Caracterização da área de estudo – demonstrando que São Luís possui um acervo patrimonial e cultural rico procedente da miscigenação europeia e africana.

Outras opiniões sobre mudanças notáveis promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís (Apêndice H), destacaram as seguintes questões positivas:

Apropriação e utilização dos prédios abandonados.  
Incentivo ao empreendedorismo individual (artesanatos).

O surgimento de meios de hospedagem, restaurantes, museus e turistas em grupos ou solo acompanhados ou não de câmeras digitais e guias.

A remoção da grande quantidade de lixo e o cheiro forte de xixi e moradores de rua consumindo drogas.

Na paisagem as transformações são principalmente no que se refere a reparos nos casarões e ruas, muito embora ainda deve ser feito.

É notável o crescimento da preocupação em preservar e conservar o estado físico das edificações, bem como desenvolver projetos de melhorias urbanas que resgatem a memória e a identidade local.

Uma maior preocupação com a estética das áreas de circulação, com a oferta de serviços e a preocupação com o atendimento qualificado.

A Secretaria Municipal de Turismo desenvolve vários projetos, e muitos deles são de conscientização da preservação do Centro Histórico, isso também leva as execuções dos serviços de limpeza e manutenção do Centro Histórico.

Recuperação dos casarões e a abertura deles para o público contando a história daqueles casarões... O que significa os mirantes, as eiras e beiras, as pedras de cantaria... Tem tanta coisa para mostrar no nosso centro histórico e não eh explorado com placas de curiosidades, placas indicativas, museus que abrem em horário de final de semana (que eh quando a maioria dos turistas estão na cidade).

A recuperação das fachadas, prédios, praças, ruas, as obras de infraestrutura (melhoria na rede de esgoto, água e luz).

A implantação de mapas geográficos e sinalização de pontos históricos.

Reforma da Praça Nauro Machado, mesmo que não exista uma manutenção eficiente é um espaço bucólico lindo. Instalação do curso de história da [Universidade Estadual do Maranhão] UEMA no centro histórico que embora não efetuada dentro do projeto reviver é passo importante para a inserção daquele espaço na vida urbana. Curso de arquitetura e urbanismo. Funcionamento do [Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho] CCPDVF.

Várias mudanças aconteceram, uma delas foi a rede elétrica que passou a ser subterrânea,

A arquitetura, as ruas, os casarões, as visitas dos turistas são mais frequentes, só falta mesmo é mais segurança.

Visual da fachada de casarões, iluminação típica colonial dos postes, recursos advindos do ministério do turismo muita das vezes sanam



problemas de infraestrutura básica e não com foco na superestrutura muitas das vezes.

Nota-se que está mais explícita a questão do cuidado com a infraestrutura.

As câmeras de segurança e melhorias de algumas partes do centro histórico.

Depreende-se que diversas questões foram abordadas pelos entrevistados, principalmente nos aspectos econômico e urbanístico, reforçando o teor da subseção 3.1, na qual se tem a discussão da relação entre turismo e cidade abordando aspectos de oferta e demanda, atrativos, bens e serviços turísticos e o turismo urbano propriamente dito.

Quanto aos aspectos econômicos, foram destacados desde a criação de empresas destinadas ao atendimento da demanda turística, como hotéis, pousadas, restaurantes e bares, até o incentivo ao empreendedorismo individual destacado para o artesanato. Em relação aos atrativos, foram ressaltados espaços como praças, centros culturais e museus, que se tornaram produtos turísticos mediante projetos de revitalização no centro histórico, como o caso do museu Casa de Nhozinho, localizado na Rua Portugal.

A questão da iluminação foi um ponto destacado pelos entrevistados, pois São Luís é uma das poucas capitais do país a possuir um plano diretor de iluminação e da paisagem urbana (PMSL, 2006), que prevê o destaque a prédios históricos, como igrejas, praças e monumentos, promovendo um novo olhar sobre a edificação iluminada.

Por outro lado, algo negativo (Apêndice H) ainda conta das seguintes alusões:

Depredação do patrimônio público.

[...] não vejo mudanças na paisagem por influência do turismo.

Sinceramente, a única mudança que observei e que prometeram e cumpriram foram as luzes em alguns prédios, como por exemplo o Palácio dos Leões. O que é hilário, pois isso não mudou em nada a paisagem e muito menos é um atrativo.

Apenas as mudanças feitas por fora, por dentro, no íntimo do Centro Histórico, não há muitas mudanças.

Tem dois anos que conheço esse lado de São Luís (turismo) e não tenho notado diferença. Vamos ver na revitalização.

A paisagem do centro histórico permanece a mesma. Quando algo é mudado quase não se nota, devido a ser tão pequeno.

Mudanças turísticas não ocorreram tanto. Falta infraestrutura, reparos em toda a área histórica. Entretanto, nota-se o aumento de movimento de pessoas na área.

Os serviços de limpeza, manutenção e conservação do Centro Histórico para dignificar o título de Patrimônio Histórico da Humanidade que temos orgulho de ter. Na verdade poucas, pois o que se vê é que há um desleixo de certa forma por quem é responsável por esse patrimônio. Sinalização turística, recuperação de prédios históricos, oferta de casas de festas e lojas de venda de *souvenirs*, lojas de artesanato, bares e restaurantes.

Nos últimos seis anos, houve uma degradação na paisagem do centro histórico, prejudicando, assim, o turismo; daí a presença do turista ser ainda discreta no local, muito tímida em relação aos anos anteriores a 2008. Antes de 2008, havia presença de atividades culturais (música, gastronomia e cultura regional).

Nenhuma, pois não teve nenhuma mudança significativa, de impacto. Apenas a melhora na limpeza do ambiente. Mas estrutura e bom atendimento fica muito a desejar.

Pelo turismo, não percebo mudança alguma na paisagem. Pois prédios exclusivos pra visitação, como Casa do Maranhão, Museu da Cultura Negra, entre outros, só recebem revitalização suficiente para não desabarem. A exceção à isto é o convento das Mercês, mas este não é apenas pra visitação, servirá como Mausoléu do Presidente Sarney, pessoa responsável pelas reformas no prédio.

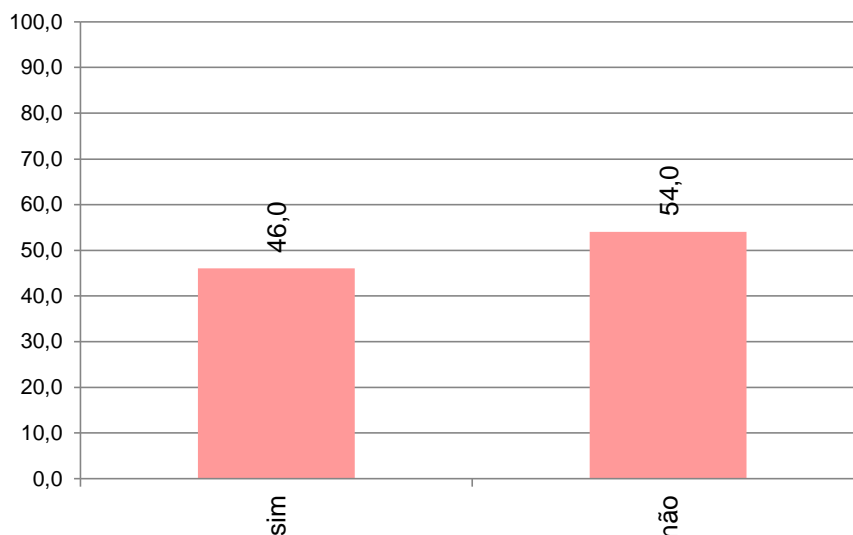
A paisagem não melhorou muito, apenas mudança na frequência mais ativa do turista.

Conforme mencionado anteriormente, a descontinuidade das políticas públicas favorece a degradação do Centro Histórico de São Luís, que já teve seu título de Patrimônio da Humanidade ameaçado pelo descaso público.

Por se tratar de uma área extensa, com mais de 3 mil prédios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Governo do Estado (ANDRÉS, 2006), são imperativas políticas constantes, principalmente em parceria com o setor privado, segmentando áreas do centro histórico quanto a sua vocação econômica e social. A insatisfação dos entrevistados leva à uma percepção negativa.

Uma proporção de 54,0% (Figura 68) dos respondentes disse que não acredita que a paisagem do Centro Histórico de São Luís vem sofrendo INTERVENÇÕES ORIUNDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NA PAISAGEM, criticando, com frequência, a gestão municipal e estadual.

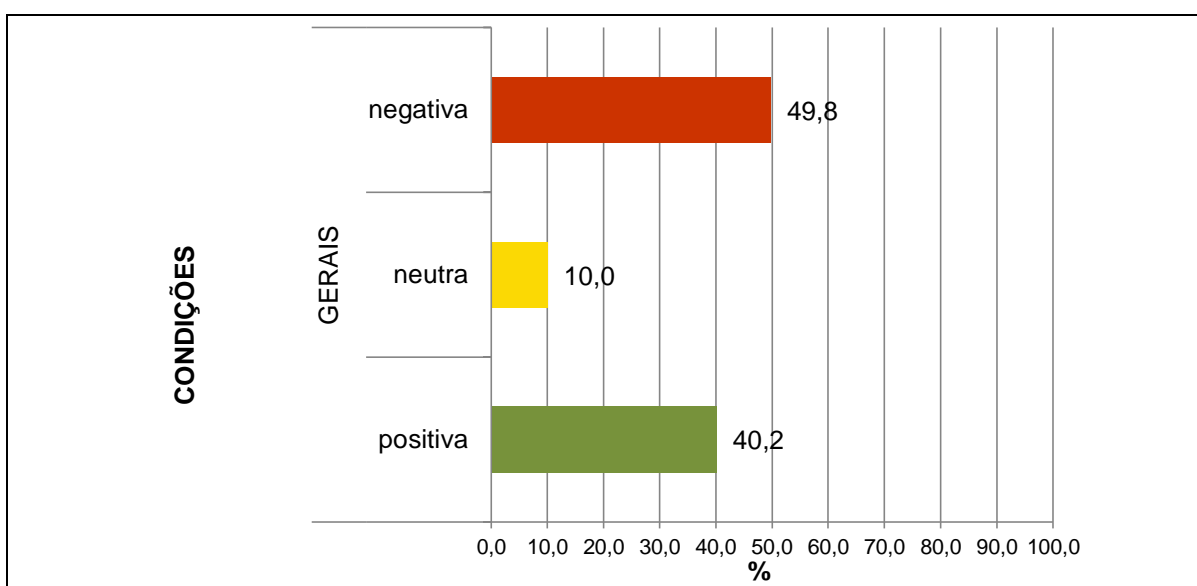
Figura 68: Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos moradores entrevistados quanto à existência de intervenções oriundas de políticas públicas de turismo na paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice A).

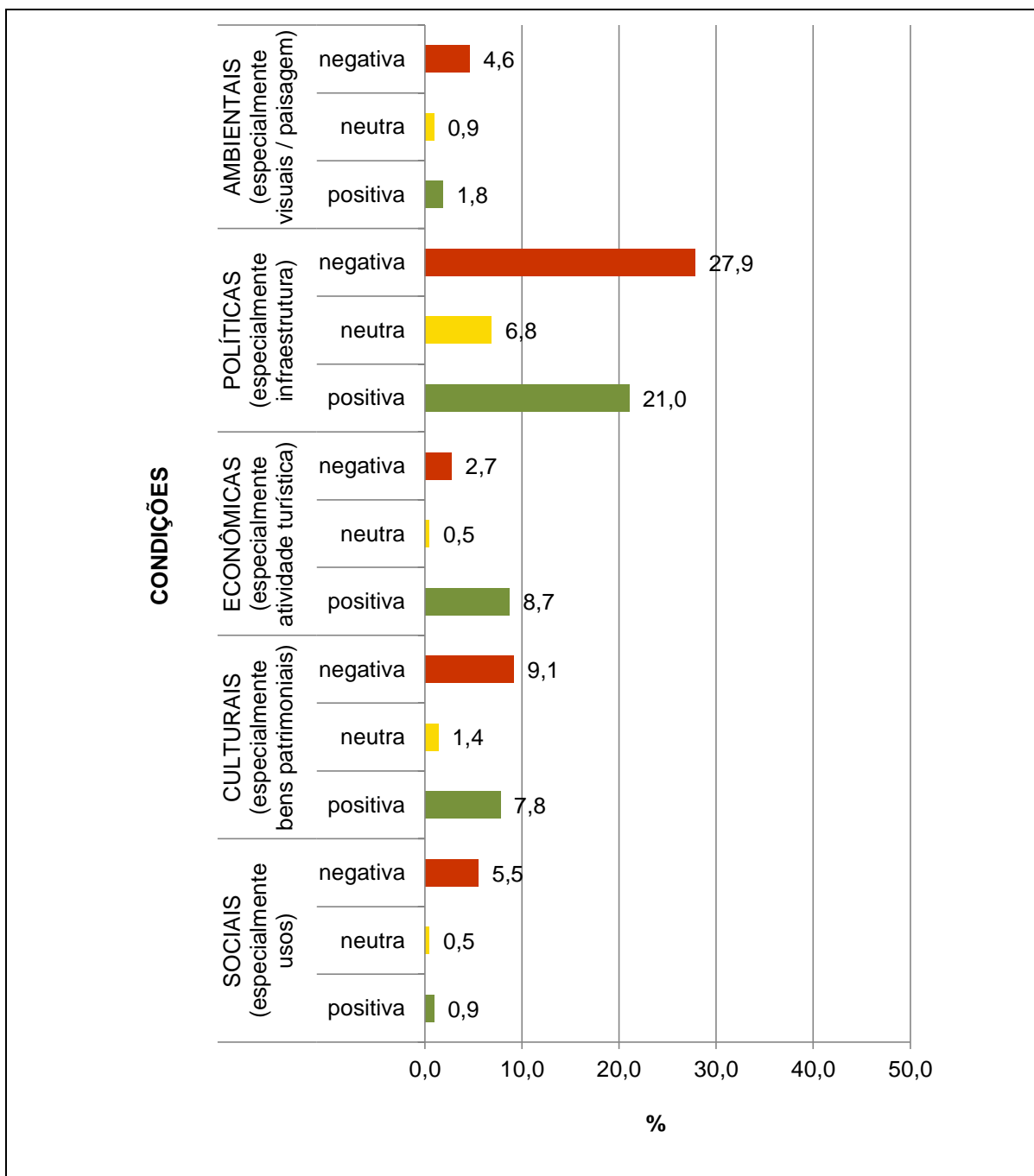
A maior parcela de comentários (Apêndice H) foi negativa (49,8% – Figura 69), apesar da proximidade da proporção de colocações positivas (40,2%). Ambas estão relacionadas, em especial, com condições políticas, tanto de maneira contrária (27,9% – Figura 70) quanto de forma favorável (21,0%).

Figura 69: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto à existência de intervenções oriundas de políticas públicas de turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices A e H).

Figura 70: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto à existência de intervenções oriundas de políticas públicas de turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais

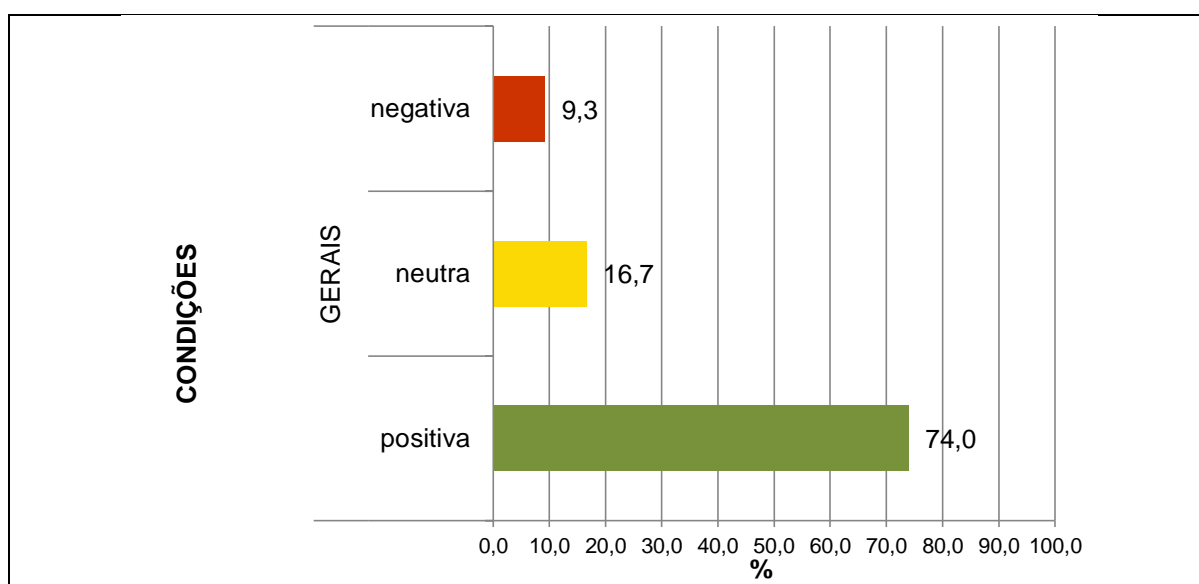


Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices A e H).

Como destaca Santos (2008) e Solha (2004), a gestão pública no turismo está relacionada a ações de infraestrutura, capacitação e divulgação, entre outras, devendo, portanto, esses aspectos ser estruturados de forma eficiente, para que tanto a comunidade quanto o turista possam perceber que o destino está apto a oferecer condições para suprir suas necessidades.

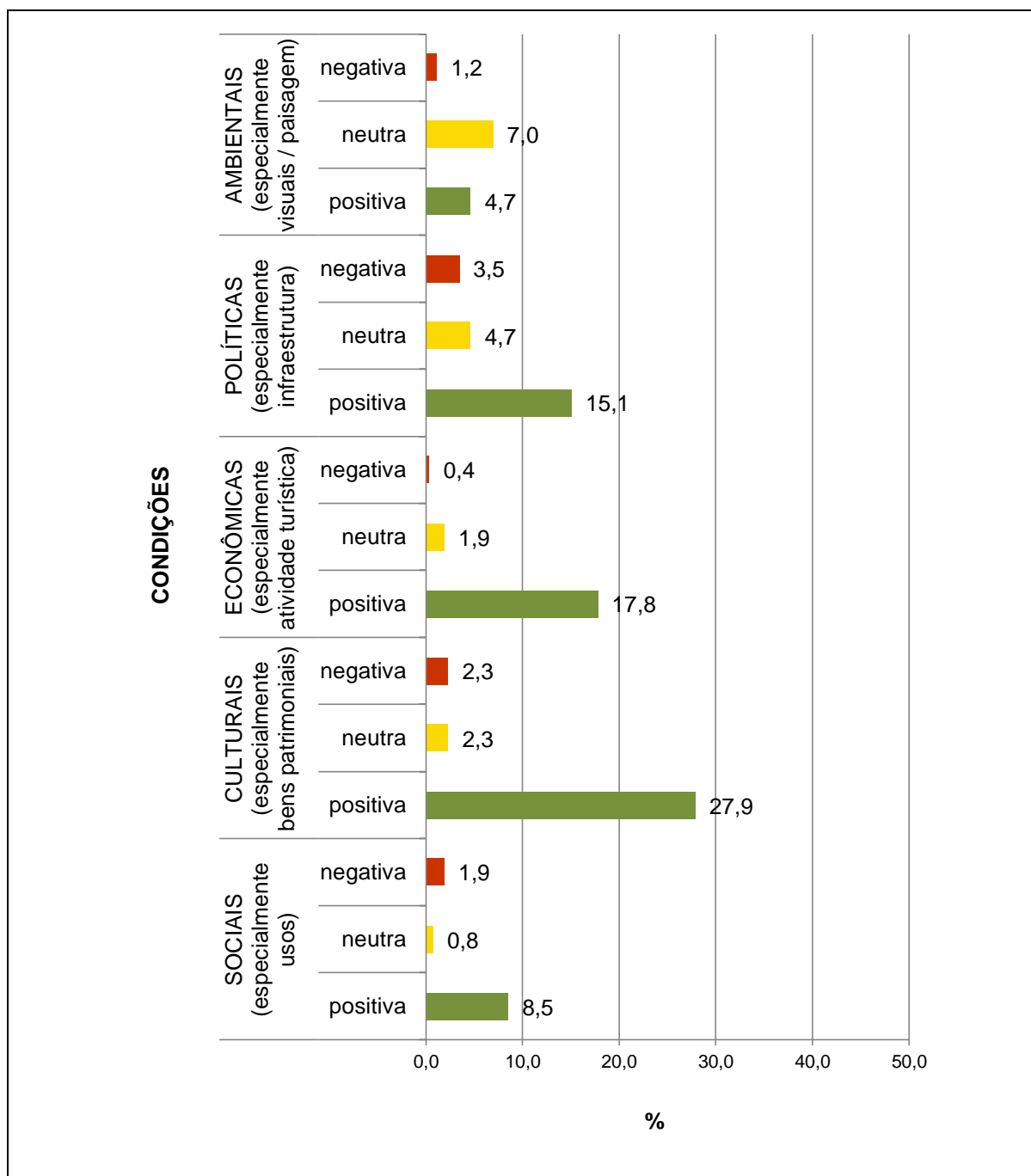
Com referência às **intervenções positivas do turismo na paisagem** do centro histórico, os moradores frequentemente se posicionaram de forma favorável (74,0% – Figura 71), principalmente para condições culturais (27,9% – Figura 72).

Figura 71: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto a intervenções benéficas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices A e H).

Figura 72: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto a intervenções benéficas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices A e H).

A opinião sobre ações positivas do turismo sobre a paisagem do Centro Histórico de São Luís pode ser atestada principalmente pelos seguintes argumentos apresentados (Apêndice H):

Comunidade local investindo em artesanatos, alimentos e informações para atender a demanda turística.

Movimentação do mercado local (Mercado das Tulhas).

Incentivo a revitalização de prédios históricos.

Abertura de novos empreendimentos.

Por que vemos uma mudança constante nesse cenário ao compararmos a foto do centro histórico antigo e o que é hoje, mas essas mudanças são significativas e servem para o desenvolvimento do mesmo.

Posso dizer que em um passado bem recente houve interesse econômico do governo estadual e municipal de implantar um plano para o desenvolvimento do turismo histórico cultural para o centro histórico de São Luís haja vista que o governo federal tinha interesse em implantar políticas públicas para o desenvolvimento da atividade turística no país. Atualmente, embora o país se mostre interessado pelo setor do turismo, as secretarias de estado e município de turismo não têm apresentado uma política plausível para o centro histórico de São Luís. Sendo assim, posso dizer que a paisagem do centro histórico, vem hoje sofrendo degradação por ausência de um poder público local mais comprometido com o setor.

A iniciativa dos últimos dias da criação da subprefeitura do Centro Histórico já modificou e intensificou muito a questão da limpeza e policiamento no local. Não estou atualizado nas intervenções ou projetos para os prédios do local.

Atualmente, a criação de subprefeituras a qual uma delas ficou responsável pela manutenção, restauração e cuidados em geral com o centro histórico está realmente fazendo a diferença. As primeiras iniciativas já tomadas até o momento fizeram a diferença [...] os buracos das calçadas foram tampados, bueiros foram tampados, as lâmpadas que estavam quebradas ou muitas vezes nem existiam foram colocadas nos lugares, algumas reuniões para conscientização do poder privado da região começaram a acontecer com participação dos mesmo [...] agora é torcer para que isso continue, e não seja só uma fase. Pois a mudança ela é gradativa e continua [...] nunca se acaba de mudar alguma coisa, sempre se estar mudando.

Acredito que as mudanças feitas foram devido a políticas públicas de turismo.

É comum acompanharmos manifestações culturais promovidas pelos órgão públicos nas ruas do Centro histórico de São Luís e também obras de revitalização de prédio para instalação de sedes governamentais.

Boa parte dos entrevistados citou que as políticas públicas de preservação foram positivas, assim como a criação da Subprefeitura do Centro Histórico, na atual gestão municipal, além de diretrizes específicas do setor turístico, a partir do Plano Estadual de Turismo (MARANHÃO, 2012), que contribuem para melhor estruturação do espaço.

É notório que a cidade está em constante mutação (HARDT, 2006); assim, a atividade turística – inclusive pelas respectivas ações citadas pelos entrevistados – tem alterado a paisagem do centro histórico e da Rua Portugal, com melhorias do ambiente histórico e revitalização dos casarões (com benfeitorias na estrutura interna e externa), possibilitando visão diferenciada do patrimônio.

Por sua vez, as justificativas negativas (Apêndice H) foram relacionadas a:

Especação imobiliária na região do Centro Histórico, pois muitos prédios pertencem ao governo e outros são usados como hotéis, bares e restaurantes.

Consumo de drogas por turistas e/ou moradores incentivando a venda no local.

Não me parece que foi feita uma política séria que possa ter alterado a paisagem do Centro Histórico.

Não há um cronograma e compromisso com a intervenção de melhorar e adequar a paisagem do Centro Histórico

Acompanho o Diário Oficial do Estado e só percebo a Secretaria de Turismo participando do Carnaval e São João, eventos que estão mais ligados a secretaria de cultura do que aquela.

Sofre intervenções negativas exatamente pela ausência de políticas públicas. As poucas intervenções que tenho conhecimento foram iniciativas de empresas privadas, com exceção de algumas que estão para acontecer, como é o caso das obras do PAC Cidades Históricas que ainda estão em andamento, portanto não as considerei.

Pra falar a verdade as "intervenções são o abandono coletivo de casarões por parte da própria questão patrimonial".

Se existem políticas públicas, estas são imperceptíveis ao cidadão

Porque não está tendo uma preocupação com essa paisagem, pois o interesse político é outro.

Ainda muito pouco, pois os gestores têm deixado de lado o foco do turismo.



Não sei quais são as políticas adotadas, mas garanto que não existem mudanças positivas neste sentido. Se existe política pública ela não está sendo empregada de forma correta.

Porque o que se vê é total abandono do centro histórico, não há qualquer tipo de melhoria e se tem a população não respeita deprimindo o que ainda resta.

Acho que a intervenção maior não é de políticas públicas, mas da população que insiste em não preservar o bem histórico, jogando lixo no chão, destruindo o calçamento e pichando e afixando cartazes em locais indevidos.

O centro histórico não tem incentivo algum para ser uma estrutura física atrativa, hoje em São Luís o turismo sobrevive devido aos negócios e graças a Deus por nossa cultura riquíssima, que acaba perdendo valor por não ter segurança nos espaços que são apresentados, exemplo, o Centro histórico.

As intervenções são mínimas, insignificantes! Os casarões passam anos com os "tapumes" para restaurar e não vemos nada de novo.

Nos últimos 3 anos notou-se a interrupção das ações públicas de incentivo ao turismo, o que resultou na diminuição do fluxo de visitantes e o aumento da sensação de insegurança nas vias de transição das ruas da área em questão.

Há pouca conservação do patrimônio histórico público. Desde a implantação do projeto Reviver, não houve significativa obra que tenha impactado a paisagem. Até ações de conservação foram feitas com parcimônia, prova disso é o estado de conservação dos prédios. Tudo que foi feito foi de grande valia, mas outras obras de embelezamento do entorno do projeto precisam ser feitas.

Falta continuidade nas políticas e nas ações que deram certo, se inicia um projeto do zero, como se a outra gestão não fizesse nada.

Atualmente o poder público tem feito muito pouco pelo local e isso torna o lugar muito mal falado pelo turista.

Não existem políticas para o turismo. Pelo menos não é transparente a cidade.

Acredito que os recursos poderiam ser melhor aplicados, projetos bem mais eficientes, inclusive trabalhando o design e marketing social dos atrativos. As paisagens são singulares, porém precisam de atividades ou ações que agreguem valor ao produto.

A elaboração de políticas públicas de turismo deve estar alinhada a diretrizes urbanísticas (YÁZIGI, 2003; 2009), pois casos como abandono, marginalização e depredação, entre outros, são problemas relacionados ao bem-estar da população. A essas questões, somam-se outras associadas ao crescente

uso de drogas e prostituição no centro histórico (G1 MA, 2014b). O turismo, quando planejado e executado com base em princípios da sustentabilidade (ver subseção 3.4.1.1), pode promover a integração dos pilares sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais. Como afirma Ruschmann (2010), é imprescindível respeitar ao meio, promover harmonia entre cultura e espaços sociais e distribuir equitativamente benefícios entre a comunidade, visitantes e *trade*, mantendo a responsabilidade e a atenção para o turista e para o visitante.

Outras respostas sobre intervenções positivas do turismo na paisagem do centro histórico podem categorizadas em três partes (patrimônio, infraestrutura e bem cultural). Quanto ao patrimônio (Apêndice H), tem-se:

A continuação dos casarões na paisagem histórica de São Luís.

Alguns prédios do século XIX em reformas, áreas de lazer, como praças, passam por revitalização.

Revitalização de alguns prédios, melhorando comércios e pousadas.

Existe em algumas partes uma maior preservação dos prédios históricos.

Forçou a revitalização da estrutura física de uma parte do Centro Histórico.

A restauração de alguns casarões históricos.

Manutenção do acervo patrimonial e histórico. Sinalização turística Mercado ativo.

Revitalização, programa de conservação interna do patrimônio.

Revitalização dos prédios históricos, mais atenção para o patrimônio, maior preocupação com a cultura.

A intervenção que é feita no intuito de preservar o patrimônio.

Dentre os programas de revitalização do Centro Histórico de São Luís ocorridos de 1979 até 2006, a maior representatividade cabe ao Projeto Reviver (1987 a 1991), que abrangeu um número considerável de casarões e ruas, trazendo um novo conceito de patrimônio para a cidade e fazendo com que o bairro da Praia Grande fosse denominado “Bairro Reviver”, devido à intensidade das ações realizadas (ANDRÈS, 2006; VIEIRA, 2008). Com as obras no local, a atividade turística foi desenvolvida, promovendo outras benfeitorias, inclusive com novos programas de revitalização para o centro histórico. Além disso, foi incentivada a criação de bares, restaurantes, museus e lojas de artesanato, por exemplo, que

modificaram as características paisagísticas locais. Nesse sentido, o turismo interfere positivamente, não só revitalizando, mas também criando condições básicas de infraestrutura para o desenvolvimento da atividade. Especificamente nesse aspecto, algumas respostas (Apêndice H) foram:

Revitalização e preservação de ambientes físicos que preservam a história da cidade.

Oferta de novos serviços de hospedagem, agenciamento, restauração e referência como local de venda de produtos típicos ludovicenses / maranhenses, além de espaço para manifestação de danças e atos folclóricos do estado.

Diminuição da poluição visual, preservação de fachadas históricas dos imóveis, estética de alguns casarões, padronização do comércio etc.

Acredito que a delimitação e restrição territorial pelas sinalizações partem para uma visibilidade de identidade.

A intervenção oriunda da preocupação do setor público em "disfarçar" os problemas de estrutura do local, ex: pintura de alguns prédios, retirada dos moradores de rua, etc. Apesar de pequenas as intervenções, é melhor que nada.

De trazer melhorias na infraestrutura, como a conservação do patrimônio, de implementação de sinalização, locomoção, tornando a cidade mais organizada e preservada sem causar mudanças na paisagem.

Revitalização do centro histórico, melhorar infraestrutura, mais policiamento no local, coleta diária de lixo.

A única que percebo é que há uma preocupação maior, por parte da prefeitura, em coibir depredações na área do Projeto Reviver. Principalmente no entorno da Praça Nauro Machado.

Reabilitação de praças, biblioteca e pintura de casarões.

Fiação subterrânea, pavimentação das ruas.

Limpeza, manutenção e revitalização dos espaços e fachadas dos casarões e ruas do Centro Histórico.

Reformas de casarões coloniais, manutenção do calçamento das praças e escoramento de paredes fadadas à queda, a fim de evitar prejuízos maiores.

Manutenção de alguns casarões e logradouros. Sinalização. Revitalização de alguns prédios. Novos usos do espaço.

Tratando do turismo urbano, a subseção 3.1.4.1 elucida que o turista circula por vias e espaços abertos da cidade, retendo, em sua memória, suas

imagens; entende-se, assim, que a infraestrutura comentada pelos entrevistados foi observada como elemento de interação do transeunte com aspectos urbanísticos, os quais, segundo Boullón (2002) e Lynch (2010), são adaptados para o turismo, sendo logradouros, marcos, bairros, setores, bordas e roteiros mencionados pelos entrevistados.

Quanto aos bens culturais (Apêndice H), vale ressaltar as seguintes respostas:

Reunir numa única área um acervo cultural, histórico, museológico, artístico e gastronômico.

A ocupação de prédios históricos por museu e órgãos públicos.

O incentivo das manifestações culturais, a promoção e revitalização econômica do comércio varejista especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanato.

Trouxe mais vida ao centro histórico, ou seja, maior fluxo de pessoas.

A manutenção do centro histórico e a ocupação cultural do reviver.

O fato de a atividade influenciar a movimentação de pessoas no local, trazer comércio e divisas para a cidade, o que traz, mesmo que de forma tímida, olhares para as pequenas práticas de preservação e conservação da paisagem urbana.

A revitalização dos espaços é notável maior interesse pelo Centro Histórico como produto turístico do que como bem cultural.

Utilização dos prédios históricos para atividades (comerciais e culturais) de modo a evitar a degradação dos imóveis.

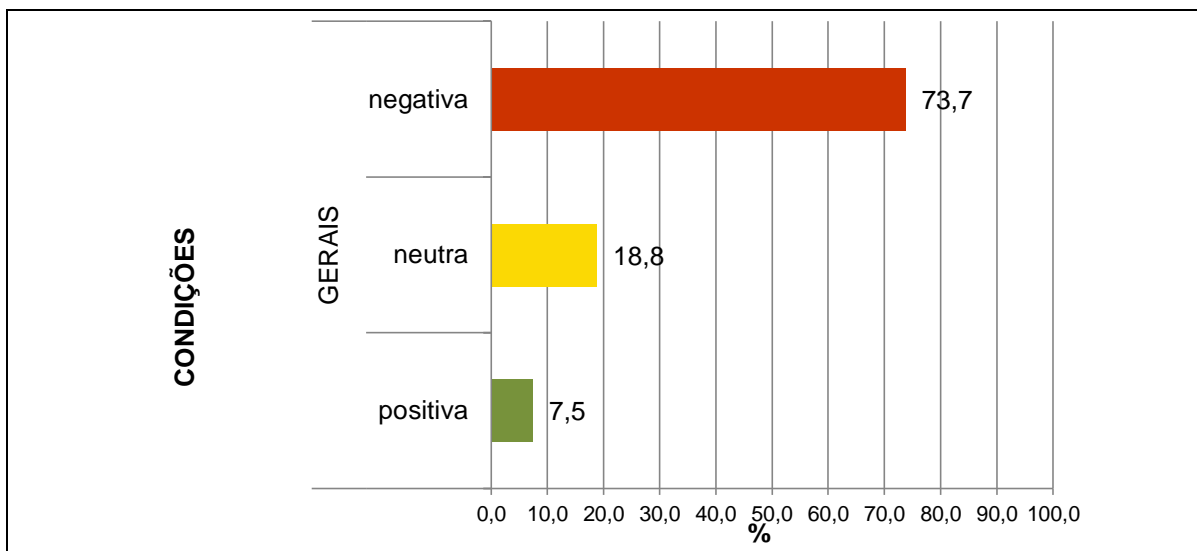
Instigaram a criação de equipamentos de entretenimento como museus e, momentos para a demonstração da cultura, como manifestações artísticas ao ar livre.

O turismo cultural – relatado na subseção 3.1.4.2 – representa importante fatia nos mercados brasileiro e internacional. Relembrando a visão de Swarbrooke (2000), seus recursos são tipos de arquitetura, galerias de artes, museus, centros e paisagens históricas, comidas e bebidas tradicionais, e festivais, entre outros, sendo alguns deles citados pelos entrevistados. Nesse cenário, a diversidade cultural promovida pela atividade é fortemente marcada por alguns desses itens, pois a população interpreta o centro histórico como espaço da cultura local.

Com referência às **intervenções negativas do turismo na paisagem** do centro histórico, 73,7% das citações foram realmente desfavoráveis (Figura 73), com

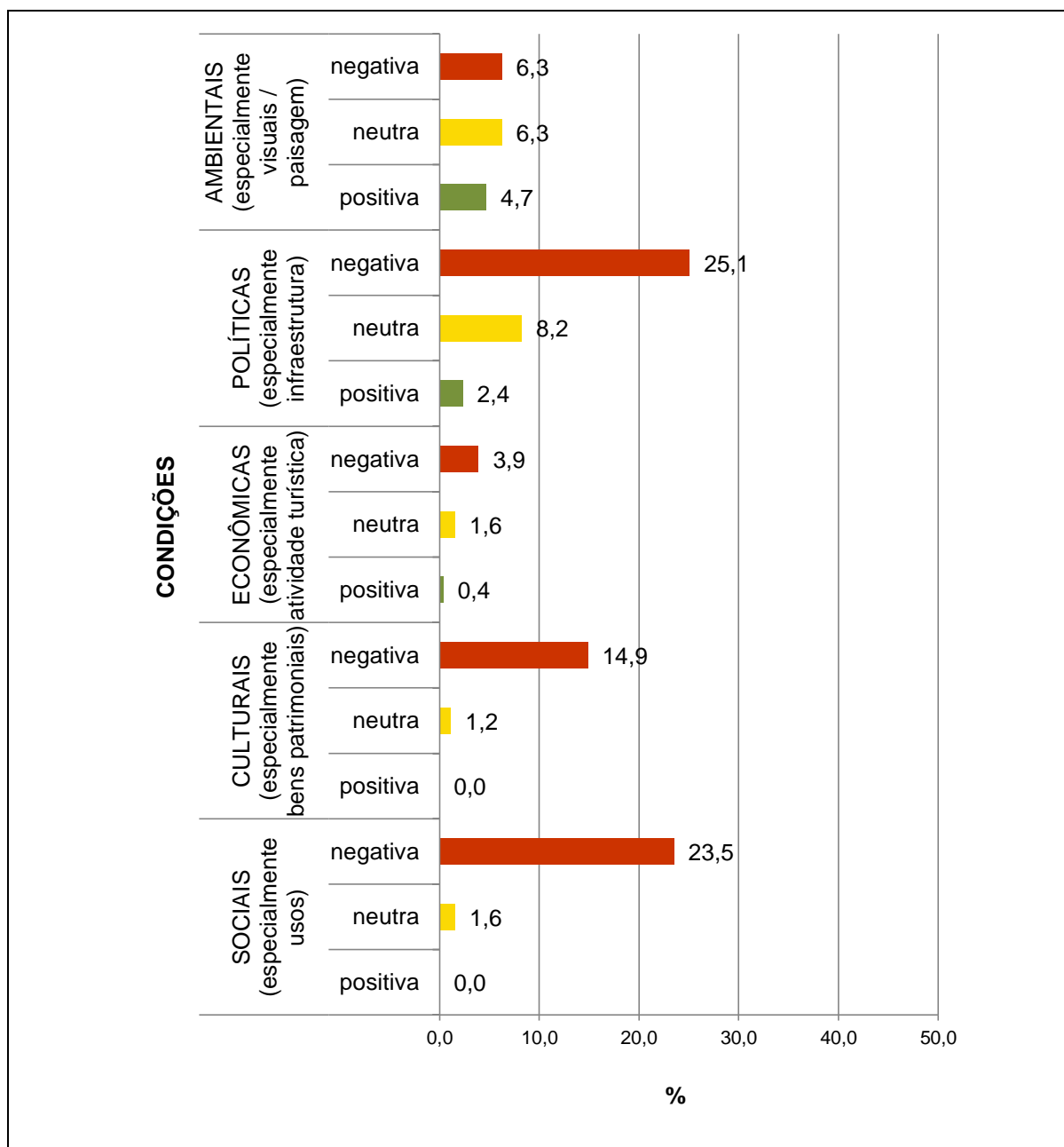
especial foco nas condições políticas (25,1%), sociais (23,5%) e culturais (14,9% – Figura 74).

Figura 73: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto a intervenções adversas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices A e H).

Figura 74: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos moradores entrevistados quanto a intervenções adversas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices A e H).

Em relação aos aspectos sociais (Apêndice H), as respostas principais versaram sobre:

Ocupação das ruas e calçadas por barracas de artesanato, vendedores ambulantes e hippies.

A ocupação desordenada, abandono das ruas e dos prédios, as ruas ocupadas por veículos estacionados.

Marginalização da comunidade, sujeira, falta de policiamento, e também devido ao grande contingente de turista o local virou mercado propício a venda de drogas, muitos hippies e pedintes que vagam pelo centro histórico, vandalismo e depredação do patrimônio histórico.

[...] o que há de negativo é a consequência do aumento de pessoas.

Em análise rápida, não vejo pontos negativos, exceto circulação de pessoas talvez não muito bem intencionadas, em alguns casos marginais que podem oferecer algum risco aos turistas. Mas isso pode ser cada vez mais amenizado com reforços constantes nas ações estratégicas de policiamento especializado em turismo já existente.

O turismo gera outras atividades, principalmente ligadas a cultura na localidade em questão, como existe a problemática de ausência de políticas que de em suporte a essas atividades, outros problemas terminam ocasionando a degradação do patrimônio. Exemplos: falta de banheiros públicos adequados colaboram para a prática do uso de esquinas, ruas e muros de prédios; prédios abandonados sem fiscalização ocasionam ocupação desordenada e indevida, degradação e mau uso dos mesmos; falta de policiamento suficiente gera pichação, e também venda de drogas e prostituição.

As intervenções causadas pelo turismo da cidade em algumas ações são válidas, pois na minha opinião a um grande número de veículos circulando pelas ruas já fragilizadas do centro histórico.

Não acho que é diretamente decorrente do turismo, mas a violência do lugar é mais percebida porque os (poucos) turistas que vêm acabam relatando essa insegurança e passando a imagem adiante.

Exploração sexual, tráfico de drogas, entre outros fatores que incentivam o lado negativo já existente no centro.

Prédios abandonados, mendigos espalhados pelas ruas, falta de banheiros públicos, bares e restaurantes ruins, falta de treinamento dos funcionários dos comércios, limpeza e segurança ineficazes.

Com o aumento do turismo podemos perceber algumas transformações até mesmo negativas, como utilização de prédios de forma indevida, o aumento de alguns produtos além da constante presença de criminosos.

Sendo o turismo pessoal e consumido na destinação (COSTA; MARTINOTTI, 2003), os moradores entram em contato com os visitantes no período de sua estadia, o que pode favorecer impactos favoráveis e adversos, como em casos citados acima, a exemplo do fluxo intenso de pessoas, da elevação do consumo e da aceleração das transformações sociais. No caso de São Luís, os

moradores analisaram a capacidade de carga, tanto de pessoas quanto de veículos, a marginalização, a ocupação indevida, a exploração sexual, o aumento da criminalidade e a insegurança, exemplos esses de impactos do turismo (PEARCE; MOSCARDO; ROSS, 1996).

Os aspectos culturais tiveram forte relação com bens patrimoniais (Apêndice H) em várias respostas dos moradores:

Tapar as portas dos prédios não resolve, deviam restaurar o que se deteriora e zelar pela manutenção.

Não compreendo que as modificações da paisagem histórica sejam consequência do turismo, mais sim reflexo do processo de "Revitalização". A exemplo do fluxo constante de veículos, os quais são referentes aos trabalhadores das instituições e empresas que estão instalados nessa área. Algo que considero prejudicial, pois não tem estrutura para "armazenar" essa quantidade de veículos, que são estacionados nas ruas históricas, prejudicando o fluxo de pedestres e contribuindo para a deteriorização dos paralelepípedos das ruas e das calçadas de cantaria.

Construção de casas que não fazem parte da história do local.

O fechamento com tijolos em prédios tombados, a falta de infraestrutura por todo centro histórico e ainda a ausência quanto ao incentivo da manutenção da história e desse patrimônio junto a comunidade.

Modernização de prédios sem levar em conta o contexto histórico do mesmo, uso de materiais de construção e propaganda em prédios considerados tombados pelo IPHAN.

Alterações das fachadas originais dos casarões. A mudança das fachadas de alguns casarões.

As intervenções que fizeram simplesmente lacrando alguns prédios sem uso

A descaracterização de algumas fachadas históricas.

A maior parte dos prédios do Centro Histórico de São Luís é de propriedade privada; portanto, os órgãos públicos não têm permissão para restaurá-los, acontecendo normalmente pequenas ações de escoramento das edificações para prevenção do seu desabamento. O descaso com o patrimônio é visível pelos entrevistados, o que é agravado pelo fato de haver em São Luís mais de 3 mil prédios tombados desde o nível municipal até o internacional (G1 MA, 2014a; 2014b).



Um aspecto levantado por Venancio (2012) está relacionado ao alto custo de residência no Centro Histórico de São Luís, pois a reforma de um casarão requer elevados montantes de recursos, os quais, na maioria das vezes, o morador não possui.

O centro está desvalorizado como lugar de morar. A moradora tende a responsabilizar o “Patrimônio” pelo estado de abandono dos casarões. Abandono que seria o resultado da desvalorização da área sendo, ao mesmo tempo, junto com o ‘modernismo’ um dos responsáveis pelo afastamento das pessoas do centro. Nesse caso, a única coisa que pode falar mais alto e fazer a pessoa ‘gastar para morar no lugar’ é o significado afetivo [...]. Mesmo assim os casarões continuam caindo. Mesmo assim, o centro continua “esvaziando” (VENANCIO, 2012, p.9).

Por ser uma atividade econômica, o turismo pode contribuir para a inserção dos casarões no cenário do centro histórico, incentivando a sua preservação e utilização para fins turísticos, como vem acontecendo em algumas áreas.

Como resultado do processo de valorização turística, o espaço urbano do Centro Histórico de São Luís vem sofrendo um processo de enobrecimento de determinadas áreas, as quais se tornam atrativas, notadamente para estrangeiros de alto poder aquisitivo, visando à sua inserção na lógica de consumo do mercado turístico globalizado. Na atualidade, os casarões coloniais tornaram-se sedes de órgãos das administrações públicas estaduais e municipais ou foram refuncionalizados, passando a abrigar equipamentos relacionados ao turismo, tais como agências de viagens, casas de cultura e museus, bares, restaurantes, lojas de artesanato e *souvenirs* (CARVALHO ; SIMÕES, 2012, p.207).

Ainda vale ressaltar os seguintes aspectos (Apêndice H) citados pelos moradores:

A despadronização dos bares e restaurantes naquela área, falta de atrações culturais permanentes para tornar viva aquela área.

O comércio do Centro Histórico muda a paisagem, principalmente o comércio ambulante que acaba modificando sua estrutura.

Negativa no sentido de não existir um apoio e nem influência para que as coisas mudem. Não consigo perceber a intervenção do turismo como grande remodelador da paisagem e modos de ser da população, e muito menos do centro histórico.

Não vejo intervenções negativas, observo que a área é subvalorizada e precisa de um novo processo de revitalização. Somente a partir disso é que podemos perceber a intervenção do turismo, pois o local voltaria a ser atrativo turístico valorizado.

As câmeras de segurança que apesar de importantes deveriam ter design que não destoasse tanto do ambiente. A falta de fiscalização que permitiu a entrada de carros e caminhões.

A partir das exposições acima, alinha-se com o pensamento de Venancio

(2012, p.14):

porque a invenção do Centro Histórico de São Luís só se completa e só tem sentido se estiver a serviço de sua população. Se durante esse tempo foi possível o resgate de estruturas urbanas deterioradas, se foi possível a recuperação de áreas para uso cultural e de lazer, se foi possível estabelecer um Programa de Habitação no Centro Histórico que transforma casarões abandonados em edifícios residenciais, se foi possível mesmo fazer reconhecer suas qualidades específicas, de valor universal, com a inclusão de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO é possível também consolidar, estabilizar o Centro Histórico de tal forma que a prática da conservação seja integrada à prática cotidiana da conservação no dia-a-dia de cada um e de todos. [...] Exige a reflexão sobre a necessidade de implementar, de fato, políticas de conservação integrada, políticas públicas capazes de conciliar a conservação do lugar antigo, que possam contribuir para tornar a cidade unitária em sua diversidade, respeitando os seus diferentes tempos, os seus diferentes ritmos.

É preciso repensar o Centro Histórico de São Luís, alinhando a diretrizes sustentáveis de base econômica, social, cultural e política, criando espaços de uso tanto para moradores quanto para turistas, e promovendo a melhoria da qualidade urbana da área histórica patrimônio da humanidade. Os entrevistados percebem benfeitorias e ações públicas, mas destacam inúmeros aspectos negativos quanto ao centro histórico, seja pela magnitude ou por certa ineficiência e descontinuidade das políticas públicas, seja pela privatização de alguns núcleos do centro histórico. Esses são questionamentos a serem levantados e analisados em prol do valor patrimonial existente na capital maranhense.

Os moradores entrevistados destacaram muitos aspectos negativos quanto ao uso e a frequência do centro histórico, principalmente em relação aos usuários de drogas, o que inibe a constância da presença de moradores na área de estudo, inclusive na Rua Portugal. Para os consultados, esta se tornou uma das principais preocupações, porque, na sua concepção, há alto grau de violência e marginalização na área histórica. Além desses itens, viram certa negligência por parte do setor público quanto ao estado de conservação dos casarões, mas ressaltaram a criação da Subprefeitura do Centro Histórico como uma alternativa para dinamização.

Note-se que, de maneira geral, as colocações realizadas não são contrárias aos usos sociais levantados na subseção anterior para a Rua Portugal, por que, nas suas óticas,

o turismo é importante e promoveu melhorias, não obstante não saberem especificá-las, dando maior ênfase ao estado dos prédios históricos do que às suas utilizações propriamente ditas; valorizando, portanto, o contexto cultural da área funcional turística em estudo, detalhado no próximo item.

### 5.1.2 Contexto cultural

Este contexto é igualmente interpretado em duas partes principais (ver 2.2.3 – Discussão dos resultados – da seção 2 – Estruturação metodológica):

- a) quadro específico – expressando condições da cultura local, especialmente de bens patrimoniais;
- b) variáveis perceptuais – revelando a atratividade cultural segundo a visão de turistas, inclusive identificando níveis de satisfação.

#### 5.1.2.1 Quadro específico

Em primeira instância, são interpretadas, nesta subseção, as características culturais do DESTINO TURÍSTICO – cidade de São Luís,

No escopo do Plano Maior 2020 (MARANHÃO, 2012), é possível identificar o grau de aproveitamento atual dos atrativos do Maranhão com relação às suas potencialidades, pontuados de 1 a 5, sendo que as notas mais elevadas equivalentes ao maior conjunto de atividades e reconhecimento no *trade*. Mediante tais critérios, foi composto um *ranking* de produtos e recursos, hierarquizados e classificados em produtos “estrela”, A, B e C, e em recursos de alta prioridade e de baixa prioridade (Tabela 5 e Quadro 12). Cabe destacar que o turismo cultural é um dos principais segmentos estratégicos do Plano Maior 2020, tendo o polo de São Luís como principal atrativo. No levantamento da distribuição dos recursos e produtos turísticos por segmento no Maranhão, esse segmento turístico é o que possui maior número de produtos avaliados e mais elevada quantidade de atrativos.

Dos 19 itens elencados como “estrela”, 10 estão relacionados ao patrimônio histórico-cultural de São Luís. Em primeiro lugar, tem-se todo o conjunto arquitetônico do Centro Histórico de São Luís declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, incluindo a Rua Portugal (local de pesquisa – antiga Rua do Trapiche) em 15º posicionamento como produto turístico de maior destaque no estado, e a própria azulejaria (13º posto), característica dessa via.

Tabela 5: Distribuição dos recursos e produtos turísticos do Maranhão por segmento

SEGMENTO	PRODUTOS					RECURSOS		
	ESTRELA	A	B	C	TOTAL PROD.	ALTA PRIORIDADE	BAIXA PRIORIDADE	TOTAL REC.
AVENTURA	2	4	3		9	4	5	9
CULTURAL	14	30	26	5	75	40	52	92
ECOTURISMO	3	8	11	1	23	15	29	44
ENTRETENIMENTO					0		2	2
ESPORTES			1		1	3	17	20
NEGÓCIOS, EVENTOS E INCENTIVOS		1	1		2		4	4
SOL E PRAIA		1	3	1	5	5	31	36
RURAL					0	1	1	2
TOURING/ NÁUTICO		1				4	10	14
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>45</b>	<b>45</b>	<b>7</b>	<b>116</b>	<b>72</b>	<b>151</b>	<b>223</b>
<b>TOTAL GERAL (PRODUTOS + RECURSOS): 339</b>								

Fonte: MARANHÃO (2012, p.113)

Quadro 12: Posição de produtos turísticos “estrela” em São Luís

POSTO	PRODUTO
1	<b>São Luís Patrimônio da Humanidade</b>
2	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses
3	<b>Festa de São João (Arraiais)</b>
4	<i>Trekking</i> no Parque dos Lençóis Maranhenses
5	<b>Bumba-Meu-Boi</b>
6	<b>Tambor de crioula (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN)</b>
7	Sobrevoando os Lençóis
8	<b>Centro Histórico de Alcântara</b>
9	<b>Igrejas de São Luís</b>
10	<b>Igreja da Sé</b>
11	<b>Palácio Episcopal</b>
12	Parque Nacional da Chapada das Mesas
13	<b>Azulejaria</b>
14	<b>Palácios La Ravardiere e Cristo Rei</b>
15	<b>Rua Portugal (Rua do Trapiche)</b>
16	Passeios no Rio Preguiças
17	<b>Palácio dos Leões</b>
18	<b>Centro de Cultura Popular</b>
19	<b>Teatro Arthur Azevedo</b>

Fonte: MARANHÃO (2012, p.100)

Notas: **negrito** = patrimônio histórico-cultural  
  = relação direta com o objeto de estudo

Em relação à capacidade efetiva de atração e ao atendimento de demandas dos 10 polos, novamente o de São Luís possui a maior parte do mercado turístico, compondo 63,0% em relação ao conjunto, depreendendo-se, assim, que o patrimônio histórico e cultural é o maior valor turístico do estado, seguido do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses(22,0%). Com referência aos segmentos turísticos, o cultural representa o de maior proporção (65,0%), seguido do ecoturismo (20,0%) e aventura (8,0%) (MARANHÃO, 2012).

Os pressupostos de qualidade da experiência turística para o Maranhão enquanto destino são:

- a) constituir um lugar para o desenvolvimento do turismo dotado de infraestrutura e acessibilidade, com organização do território e qualidade de vida para a população local;
- b) manter a qualidade da paisagem;
- c) garantir a qualidade da cultura e do patrimônio histórico-arquitetônico;
- d) promover atividades turísticas;
- e) oferecer qualidade assegurada com certificação;
- f) ofertar equipamentos e serviços de apoio ao visitante;
- g) disponibilizar informação turística (MARANHÃO, 2012).

Verifica-se, assim, que a paisagem aparece como um dos principais itens do Plano Maior 2020 nessa categoria de experiência, ou seja, entende-se que os turistas buscam experiências sensoriais e imaginárias, “cujas expectativas e percepções são individuais e de caráter subjetivo” (HORODYSKI; MANOSSO; GANDARA, 2012, p.328). O consumidor avalia o produto e o serviço de maneira diferenciada e, portanto, a função da qualidade na experiência turística é intensificada para que seja gratificante e significativa (MIDDLETON; CLARKE, 2001).

O modelo de desenvolvimento do polo São Luís está pautado no *slogan* “centro histórico-cultural do mundo, referência no Brasil” (MARANHÃO, 2012, p.190), tendo como meta precípua o desenvolvimento do turismo cultural e de atividades específicas, considerando que:

- a) a prioridade de investimento deve ser no âmbito da melhoria, dinamização e diversificação dos produtos e atrativos culturais – materiais e imateriais, e na especialização do turismo cultural;
- b) [deve ser] um modelo referência de preservação e valorização da paisagem cultural e do patrimônio histórico-arquitetônico (MARANHÃO, 2012, p.190).

Mesmo São Luís estando posicionada em uma ilha com diversos recursos naturais, os aspectos culturais são destacados como principal motivação para o turistas visitarem a capital maranhense (Figura 75).

Figura 75: Gráfico de imagens associadas à capital maranhense segundo entrevistados sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento e Implementação de Marketing Turístico para São Luís – 2010



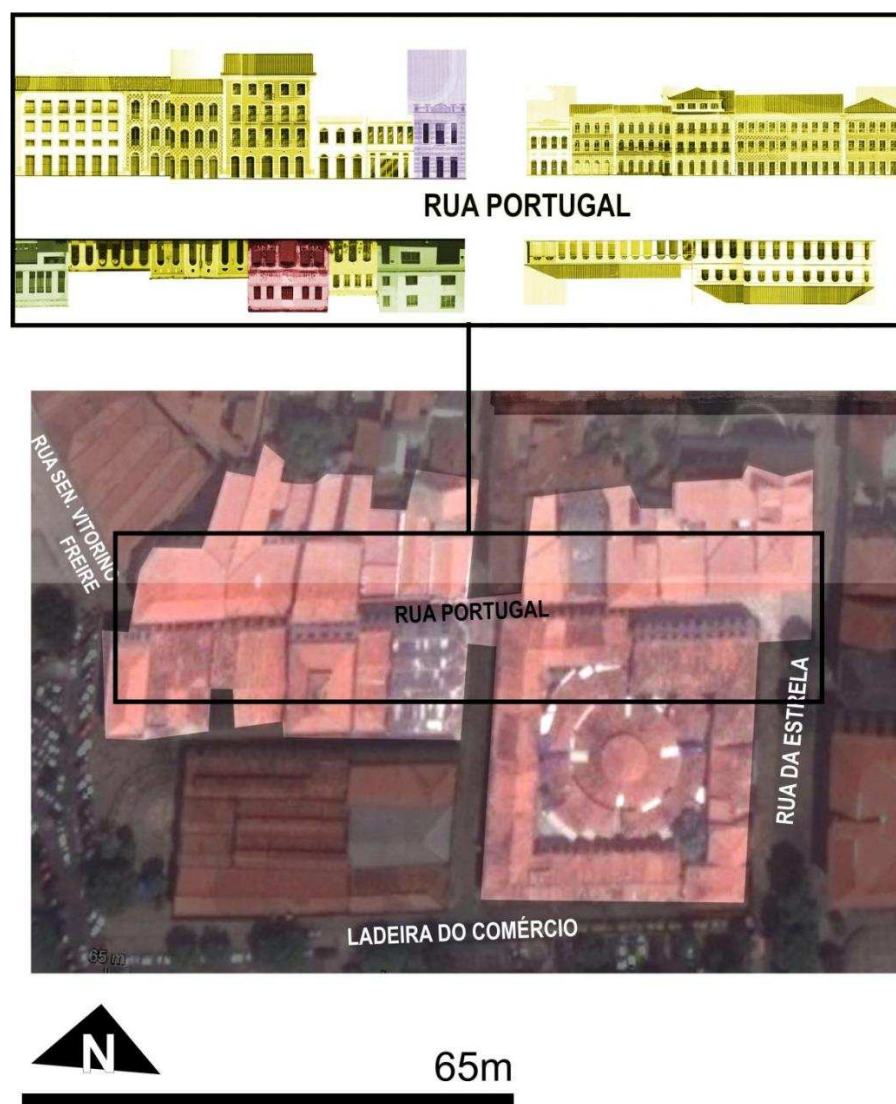
Fonte: MARANHÃO (2012, p.109)

Nesse cenário, cabe destaque aos seguintes aspectos do centro histórico:

Nesta primeira fase do projeto de revitalização, serão trabalhadas 24 ruas onde há um fluxo maior de turistas, mas a tendência é que, com a chegada de mais parceiros, o número siga aumentando até a cobertura de todo o perímetro. O centro histórico tem 107 mil metros quadrados de área urbana tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional, envolvendo cerca de 1.200 edificações e constituindo o mais extenso e valioso conjunto de arquitetura colonial portuguesa do século XIX. [...] Dentro do projeto, serão desenvolvidas atividades de estruturação da Comissão da Aliança pelo Centro Histórico, que será a responsável pela gestão do projeto; intervenções na limpeza urbana com uma equipe capacitada e específica para atuar no local; requalificação dos espaços e serviços públicos; eventos culturais no local e mobilização social, que receberá uma atenção especial (PMSL, 2014, p.1). (grifos do autor)

Especificamente, a **ÁREA TURÍSTICA FUNCIONAL – Rua Portugal –**, revela esse elevado grau de importância do patrimônio arquitetônico, inclusive para o turismo, compreendendo 92,3% do total de edificações tombadas do centro histórico. Nas duas quadras do espaço em estudo (Figura 76), por meio da técnica de levantamentos de campo das edificações de valor histórico-cultural, existem quatro estilos de maior predominância, sendo o tradicional português com maior proporção (84,61%), seguido do moderno (7,69%), eclético (3,84%) e *art déco* (3,84%). O primeiro, com predomínio de azulejos, é uma das principais características da rua, o que lhe confere o nome, Portugal, em homenagem a azulejaria destacada na caracterização da área de estudo (ver seção 4).

Figura 76: Imagem aérea de enquadramento tipológico de edificações de valor histórico-cultural na Rua Portugal



Fonte: Elaborada com base em Google Maps (2013) e em levantamentos de campo.

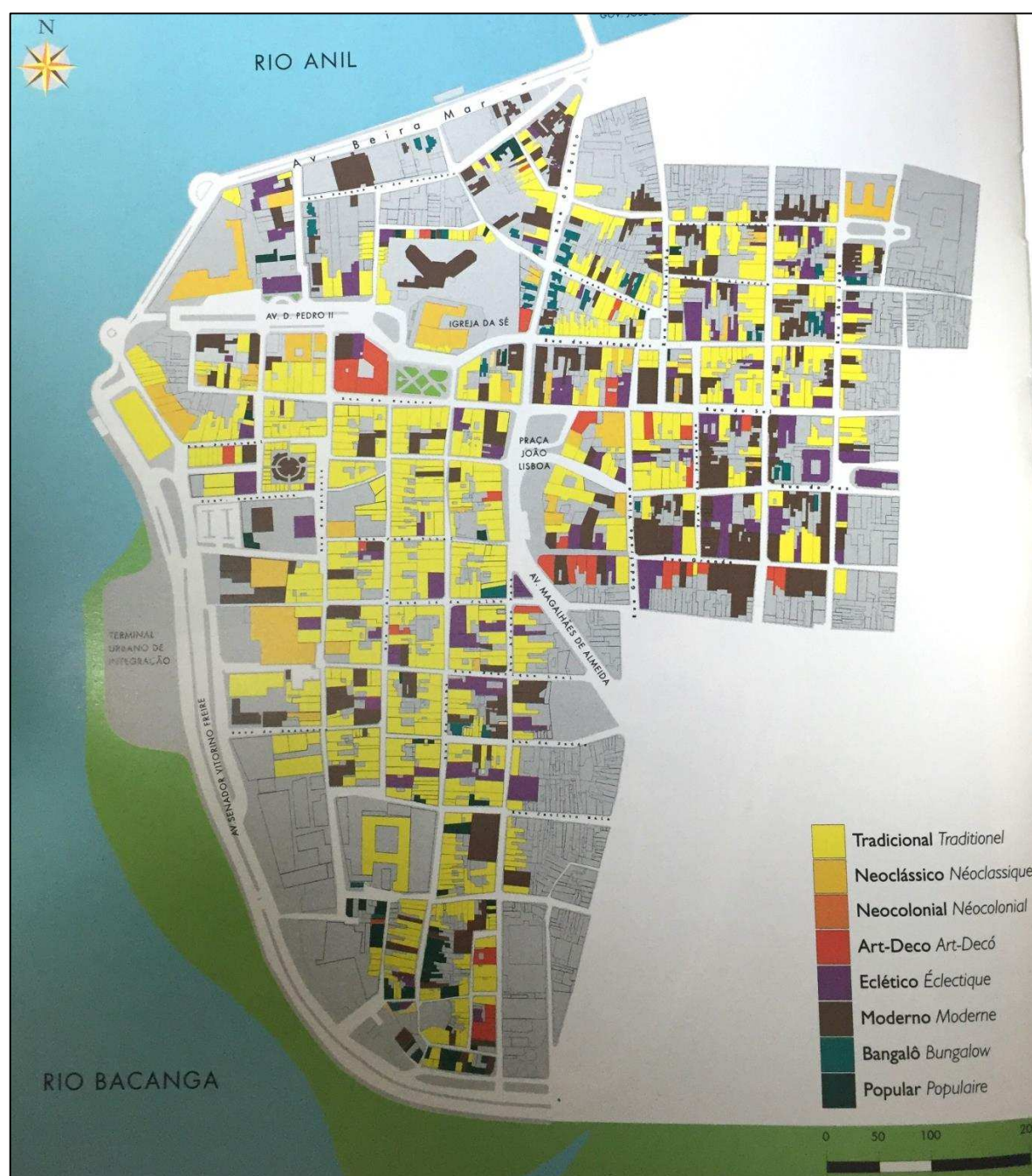
Notas:

- = tradicional português
- = moderno
- = *art déco*
- = eclético

Diagnostica-se, assim, a representatividade de quatro dentre oito estilos arquitetônicos característicos de São Luís, espacializados na Figura 77. Por sua vez, a Figura 78 exemplifica aqueles presentes na Rua Portugal.



Figura 77: Mapa de localização de edificações históricas segundo estilos arquitetônicos característicos no Centro Histórico de São Luís



Fonte: ANDRÈS; MOREIRA; SILVA (1998, p.48)



Figura 78: Vistas de exemplares de estilos arquitetônicos encontrados na Rua Portugal



Fonte: SANTOS (2015)

Conforme mencionado na seção 4 – Caracterização da área de estudo, o no conjunto arquitetônico de São Luís há predomínio do estilo de arquitetura tradicional portuguesa, como também se observa na Rua Portugal, sob influência do período pombalino, relativamente homogêneo e obedecendo o traçado original de Francisco Frias de Mesquita<sup>51</sup>, conferindo-lhe, assim, um caráter peculiar (ANDRÉS, 2006).

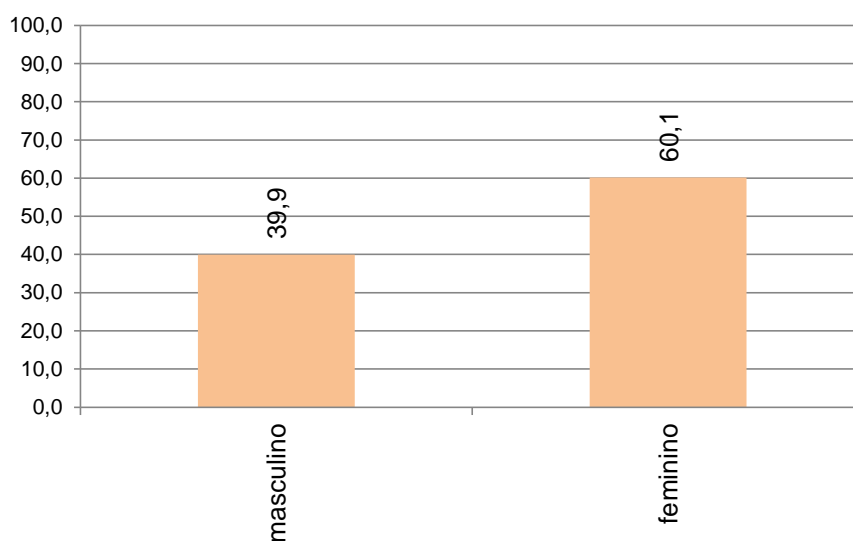
<sup>51</sup>

Como citado na subseção 4.1 – Contextualização do destino turístico: cidade de São Luís, Francisco Frias de Mesquita foi o engenheiro militar incumbido dos projetos de fortalezas visando à estabilização do domínio português na região que traçou um plano urbanístico para o local (ANDRÉS, 2006).

### 5.1.2.2 Variáveis perceptuais

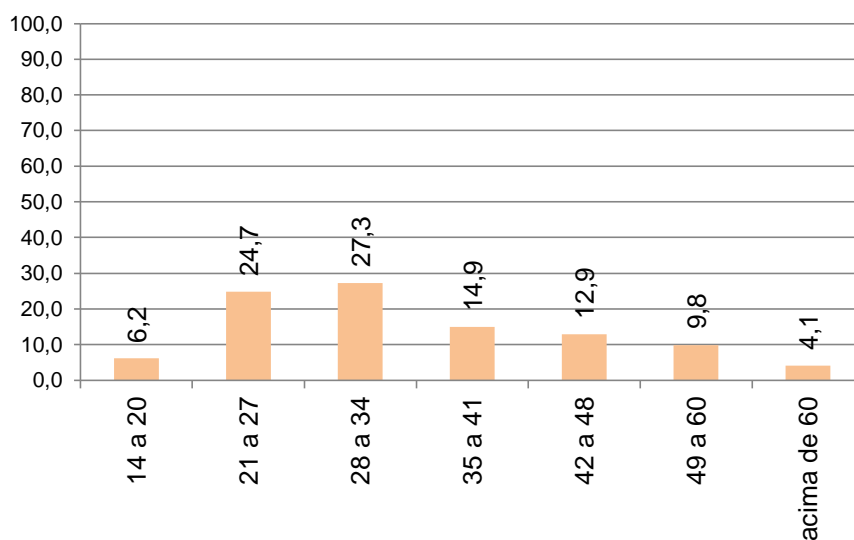
Este segundo componente do contexto cultural é analisado com base na percepção dos 202 turistas entrevistados, em cujo PERFIL também prevalecem as mulheres (60,1%) (Figura 79), com predomínio das faixas etária entre 28 e 34 (27,3%) e entre 21 e 27 anos (24,7%) (Figura 80). Nota-se, assim, certa diferença em relação a pesquisas realizadas pela Coordenação de Análise Mercadológica da Secretaria Municipal de Turismo de São Luís (SETUR-SLZ, 2014) durante os períodos juninos de 2013 e de 2014, nas quais 44,9% e 39,0% dos visitantes eram mulheres, embora essa condição não seja restritiva aos resultados perceptuais. Quanto à idade, há predomínio de 21 a 40 anos, com 58,4% no levantamento de 2014, ou seja, semelhante à amostra consultada.

Figura 79: Gráfico de proporcionalidade dos turistas entrevistados segundo gênero



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice B).

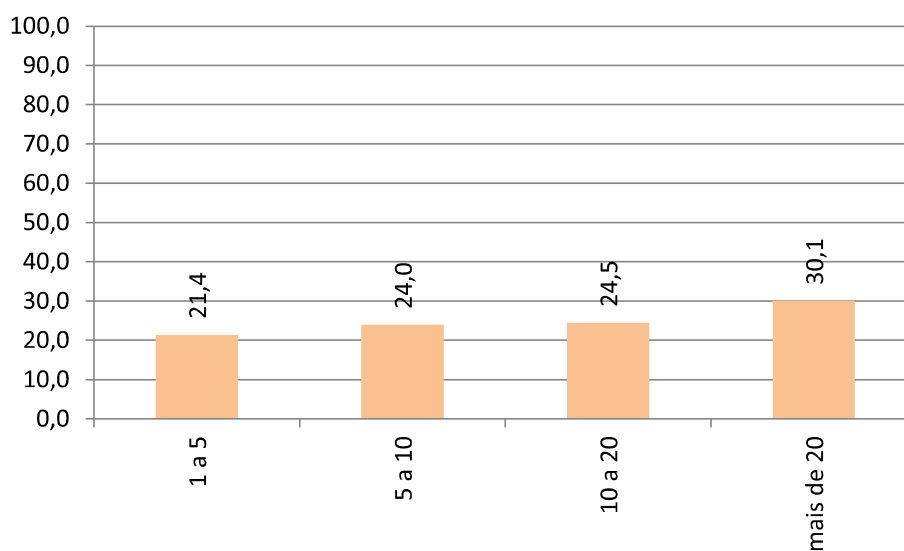
Figura 80: Gráfico de proporcionalidade dos turistas entrevistados segundo faixa etária



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice B).

Seu tempo médio de estadia em São Luís foi superior a 20 dias (30,1%) (Figura 81), apesar de relativa distribuição temporal. Na pesquisa do Plano Maior 2020, realizada em 2009, a estadia média dos visitantes em São Luís foi de mais de 9 dias (35,0%) (MARANHÃO, 2012), apresentando similaridade com os dados encontrados, em que a faixa entre 5 e 20 dias ficou com 48,5%.

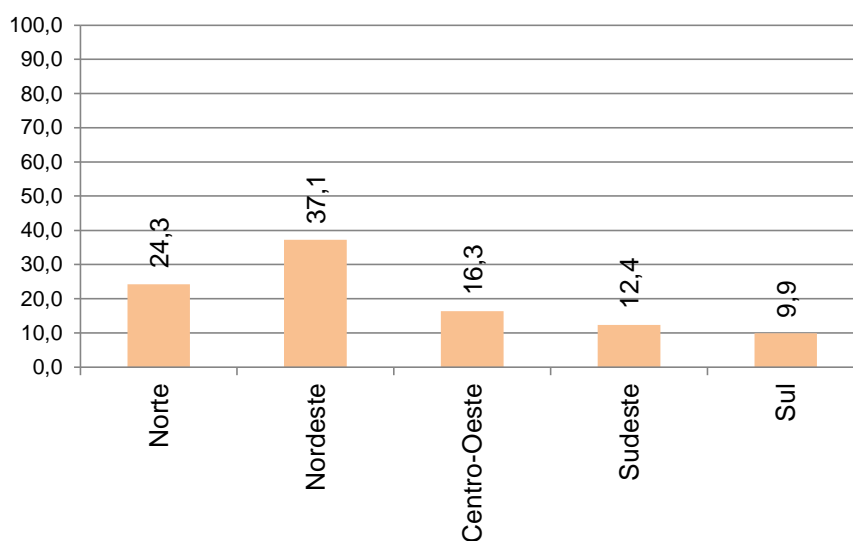
Figura 81: Gráfico de proporcionalidade dos turistas entrevistados segundo tempo de estadia em São Luís



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice B).

Nesse estrato de atores, houve representatividade de todas as regiões do país (Figura 82), sendo vários deles procedentes do próprio Nordeste (37,1%), vindos de Recife, Pernambuco; Teresina, Piauí; e Bacabal, Caxias, Timon, Bacabal, Viana, Pinheiro e Imperatriz, Maranhão. Para a Região Norte (24,3%), obteve-se o registro de visitas originadas apenas de Belém, Pará; e de Manaus, Amazonas, e para a Região Centro-Oeste (16,3%), somente de Brasília, Distrito Federal; Goiânia, Goiás; e Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A Região Sudeste (12,4%) foi representada por visitantes de São Paulo, Guaratinguetá e São José dos Campos, São Paulo; além do Rio de Janeiro, Vitória e Belo Horizonte, dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santos e Minas Gerais, respectivamente. A Região Sul (9,9%) teve representação de Curitiba, Paraná; Florianópolis, Santa Catarina; e Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Figura 82: Gráfico de proporcionalidade de origem dos turistas entrevistados segundo região brasileira

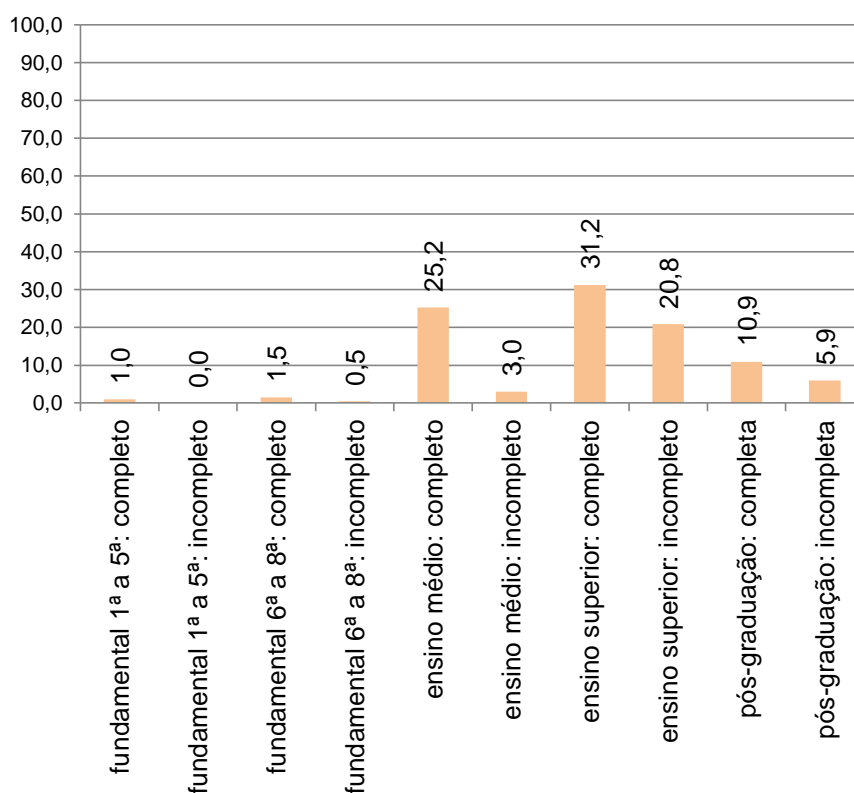


Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice B).

Pela localização de São Luís no Nordeste, evidentemente a maioria dos entrevistados é desta região e da Norte, devido à proximidade. Na citada pesquisa da SETUR-SLZ (2014), 97,8% dos turistas são brasileiros. Destes, a maioria é do próprio Maranhão (38,5%), seguidos de São Paulo (10,1%), Rio de Janeiro (9,3%), Pará (8,5%), Ceará (6,5%) e Distrito Federal (4,6%). Estes dados apontam justamente que os estados vizinhos são os que enviam fluxos de visitantes a São Luís, assim como São Paulo e Rio de Janeiro, por serem os maiores mercados e também por possuírem voos diretos para a capital do Maranhão.

A maior parte desses turistas possui grau de escolaridade (Figura 83) vinculado ao nível de ensino superior (31,2% completo e 20,8% incompleto), seguido pelo ensino médio completo (25,2%). Baseando-se no mesmo estudo da SETUR-SLZ (2014), 39,5% possuem o médio completo e 38,7% o superior completo. Ou seja, a maioria dos turistas que visitam São Luís possui nível de escolaridade média alta.

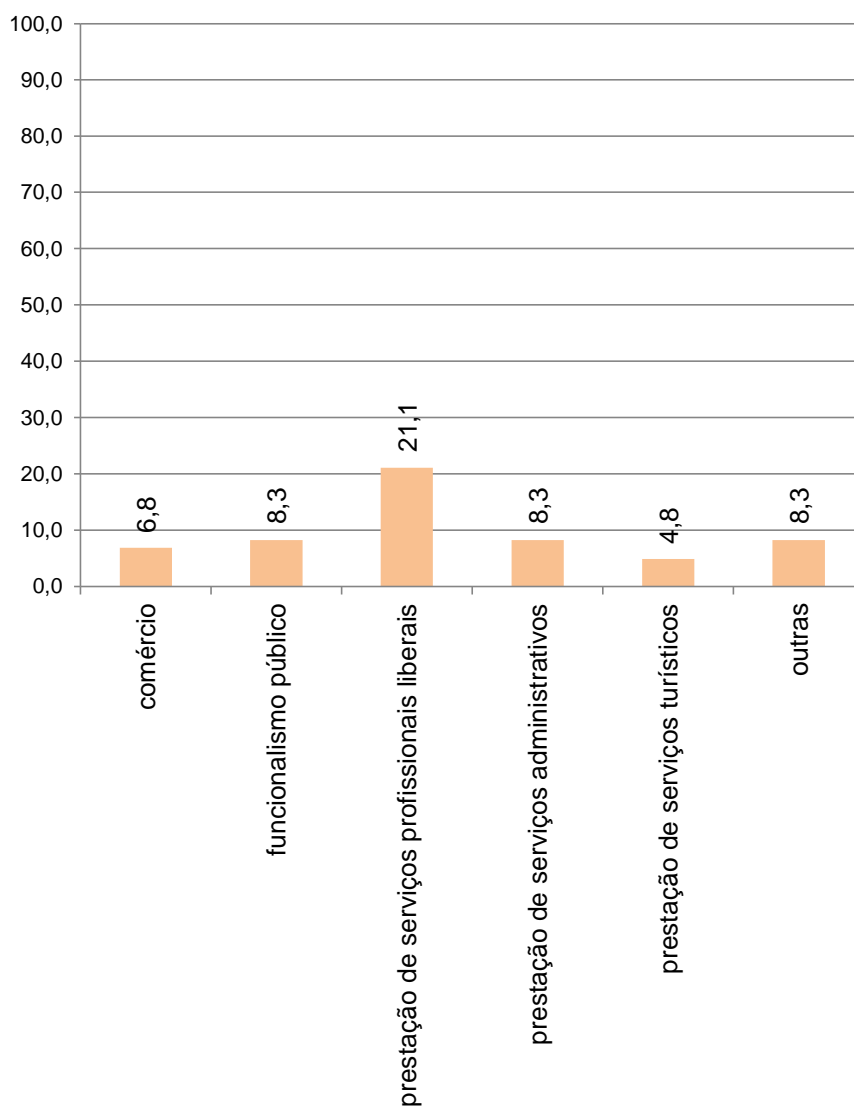
Figura 83: Gráfico de proporcionalidade dos turistas entrevistados segundo grau de escolaridade



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice B).

As profissões mais citadas são referentes à prestação de serviços profissionais liberais (21,1%), com os profissionais voltados ao turismo compreendendo apenas 4,8% do total (Figura 84).

Figura 84: Gráfico de proporcionalidade de áreas profissionais dos turistas entrevistados

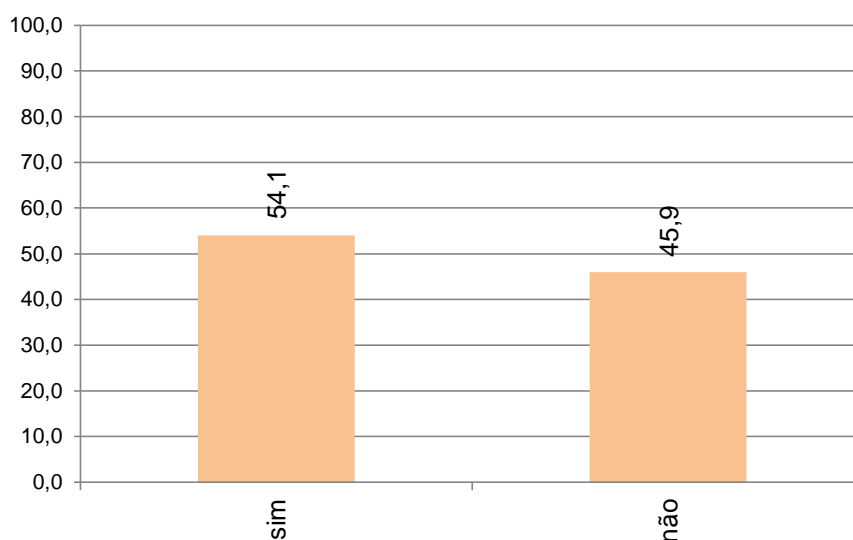


Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice B).

Dados de SETUR-SLZ (2014) apontam que a principal ocupação dos entrevistados naquele período eram do setor privado (28,6%), seguidos de autônomos (19,1%), funcionários públicos (12,1%), estudantes (9,1%) e profissionais liberais (8,7%). Somados autônomos e profissionais liberais, tem-se as proporções de 27,8% para SETUR-SLZ (2014) e de 21,1% a amostra em questão, ou seja, há proximidade quanto a ocupação dos turistas nos dois estudos.

Quando solicitada a opinião sobre a promoção, pelo turismo, de MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NA PAISAGEM do Centro Histórico de São Luís, a maioria respondeu afirmativamente (54,1%) (Figura 85).

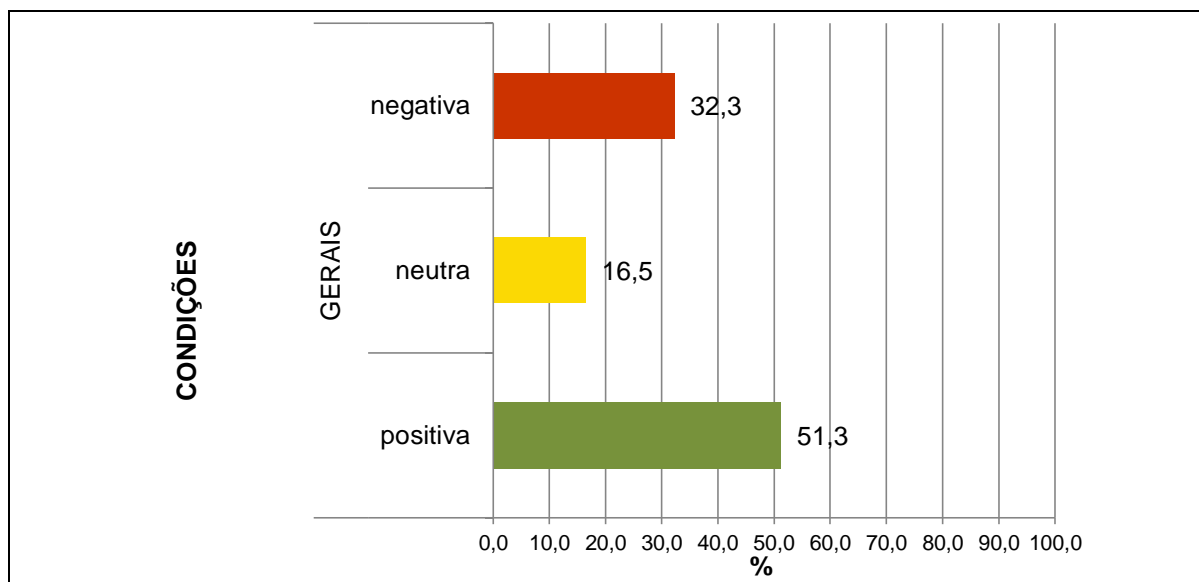
Figura 85: Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos turistas entrevistados quanto à promoção, pelo turismo, de mudanças significativas na paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice B).

As justificativas (Apêndice I) foram majoritariamente positivas (51,3% – Figura 86), com maior incidência para condições culturais e ambientais (16,5% cada – Figura 87), bem como para aspectos econômicos (12,0%).

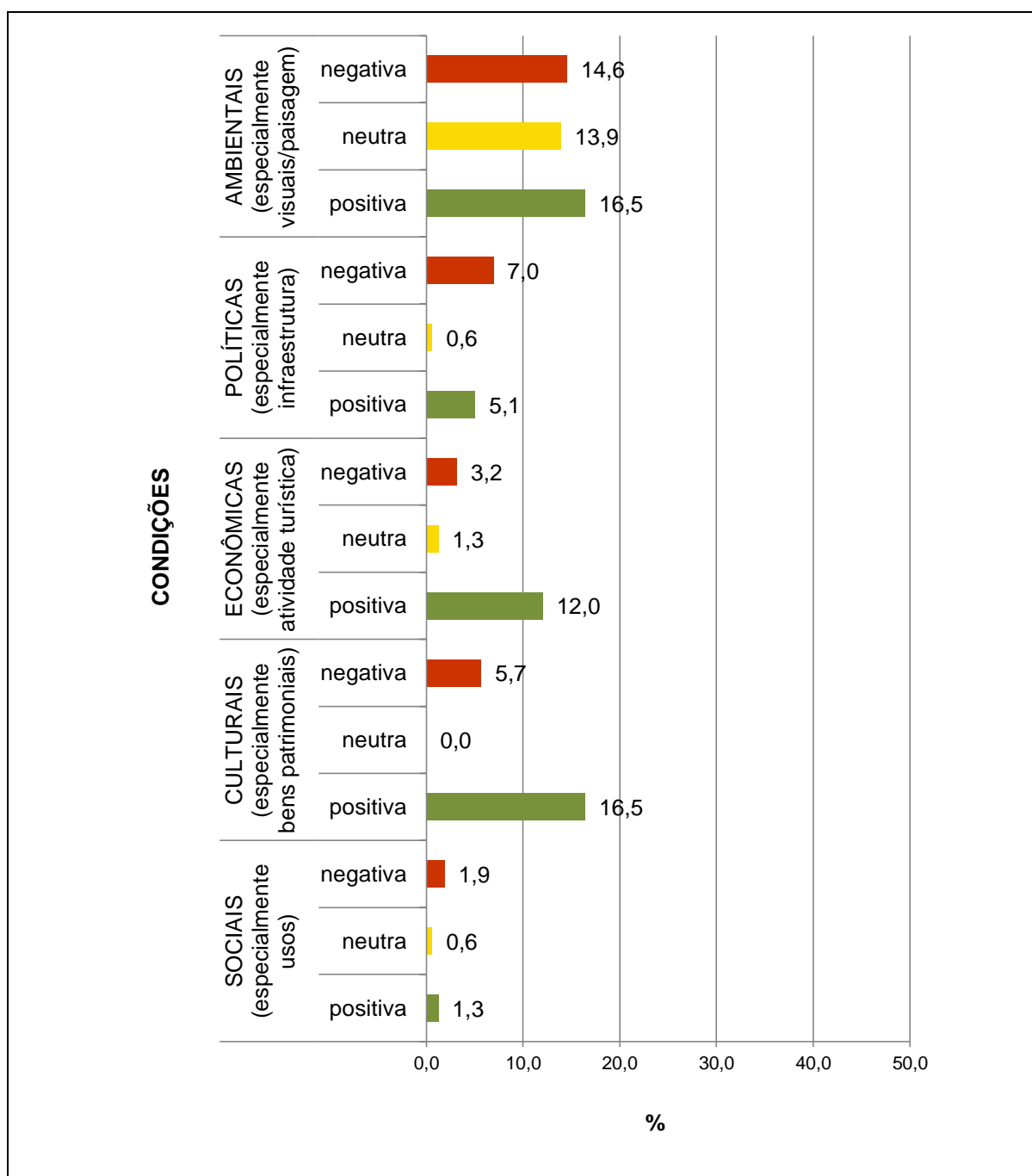
Figura 86: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos turistas entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980 segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices B e I).



Figura 87: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos turistas entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980 segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices B e I).

É complexo para os turistas compreenderem que o turismo promove mudanças na paisagem sem ter conhecido o local anteriormente, mas como foram solicitadas justificativas para tal questão, disseram, em sua maioria, que, mesmo

sendo a primeira vez na cidade, sentiram que alguns quesitos turísticos interferem nas condições paisagísticas. Nesse cenário, destaca-se a revitalização de casarões e prédios históricos da Rua Portugal (Figura 88), que passaram a ter funções de sedes de órgãos públicos, museus e lojas de artesanato, dentre outras.

Para as pessoas que responderam de maneira favorável (Apêndice I), podem ser destacadas as seguintes colocações:

Mesmo sendo a primeira vez na cidade, notei que o turismo causa mudanças aqui assim como em outros locais. Achei interessante algumas ruas daqui, ser proibido o tráfego de carros e podemos andar sem preocupação pra isso.

Porque essa atividade movimenta economia e não deve ser diferente aqui. Mas falta infraestrutura e organização, principalmente no mercado daqui (mercado da Praia Grande).

Comparando São Luís com Ouro Preto a gente percebe a necessidade de infraestrutura, cuidados com os casarões antigos, empreendimentos voltados pra turista que aqui ainda não tem, mas tem potencial também.

Já estive na cidade uma vez e percebo que a paisagem mudou significativamente, inclusive no que tange a segurança. Anteriormente andávamos sobressaltados nas ruas e becos dessa cidade patrimônio histórico. Esses últimos dias que estive na capital maranhense, percebi um enorme avanço nesse sentido, inclusive na limpeza do local. Porém, vale lembrar que se percebe ainda um descaso com alguns casarões da época colonial que agonizam com o tempo. Prédios históricos que estão prestes a ruir e ruas e calçadas sem a estrutura adequada

Principalmente nos casarões que estavam em ruína e totalmente esquecidos e agora vi que estão sendo preservados e restaurados.

Alguns prédios que estavam largados há anos sofreram algumas reformas.

Revitalização de alguns prédios, aumento na segurança do local, porém ainda seja pouca, a organização dos espaços e atrações também melhoraram.

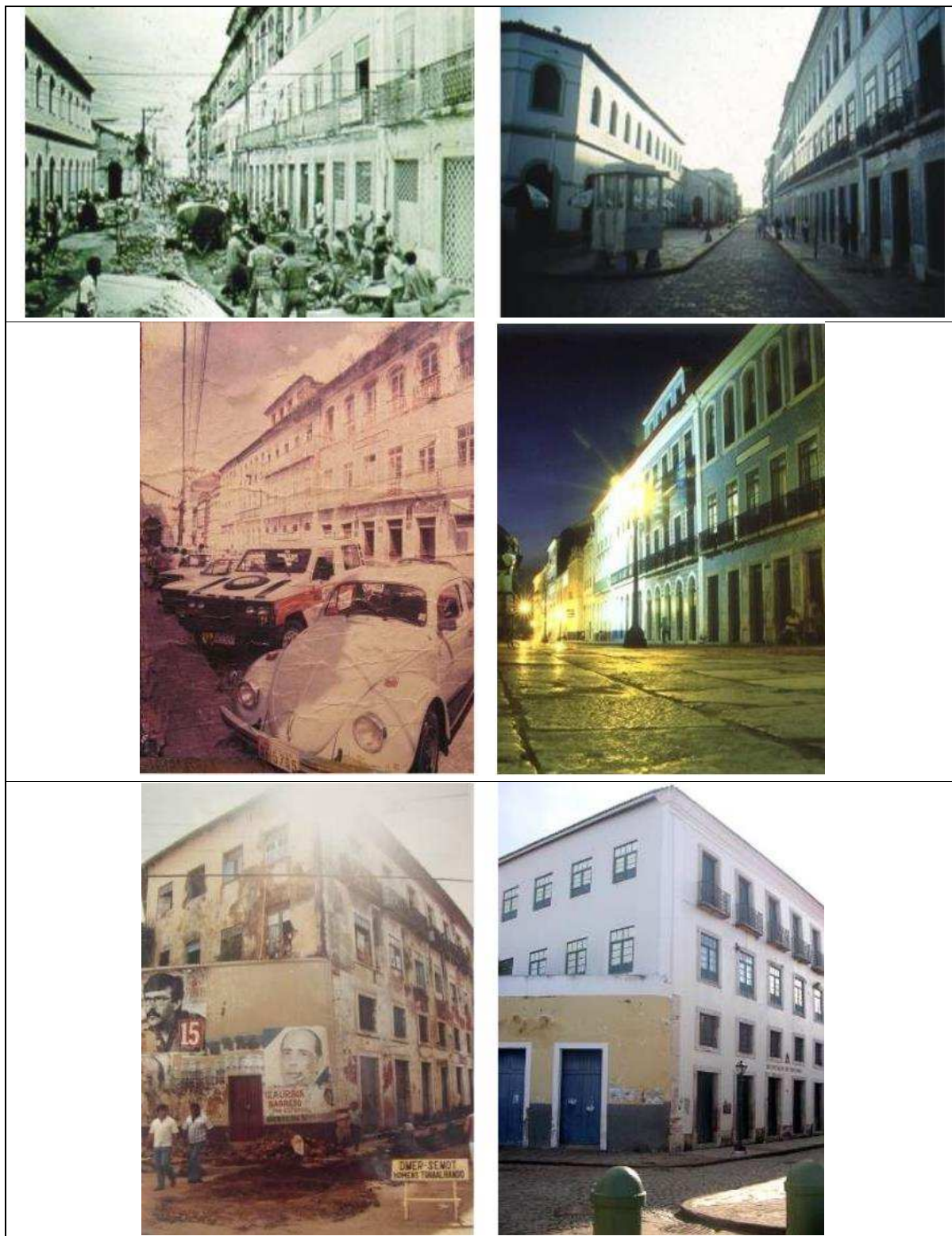
Alguns prédios passam por reforma, não creio que isso afete a paisagem, pois é notória a tentativa do estado de restaurar essas estruturas. A iluminação também ganhou mais pontos, o que resulta na segurança do local.

Promoveu a valorização através da preservação e conservação do patrimônio.

O turismo valorizou o Centro Histórico proporcionando uma busca maior dos turistas.

Por conta da conservação de alguns espaços de interesse turístico e infraestrutura, em certas partes, para recepção de turistas.

Figura 88: Vistas da Rua Portugal durante as obras e após a conclusão em 1989



Fonte: ANDRÈS (2006, p.133)

As respostas foram diversas, mas com enfoque principalmente nos bens patrimoniais, ou seja, os visitantes percebem que existe forte relação entre turismo e patrimônio. Simão (2006, p.67) afirma que a atividade turística é um instrumento de reabilitação da cultura e que “lugares depositários de patrimônio histórico e de referência cultural constituem, intrinsecamente, potenciais turísticos”.

Portanto, a forma como é utilizado esse patrimônio em São Luís é que acarretará a forma como o visitante perceberá a paisagem no centro histórico. O turista reconhece o lugar e identifica seu potencial, além da infraestrutura urbana, dos equipamentos e serviços turísticos, pois é possuidor de acervo histórico e cultural. O turismo agrega valor ao patrimônio e, conforme Simão (2006, p.70),

o planejamento da atividade, com o estabelecimento de amplas parcerias e com a definição dos objetivos e das estratégias políticas e operacionais a serem adotadas, é o que pode garantir a implementação do turismo de forma adequada e sustentável.

Cabe mencionar que alguns dos entrevistados estavam em São Luís pela primeira vez e fizeram comentários como (Apêndice I):

A gente nota a mudança nas ruas do Centro Histórico.

Não posso afirmar muito porque agora que estou visitando o local.

Ainda é perceptível o total descaso para com os bens patrimoniais além de ser notória a falta de uma política que tenha em seu cerne de ações um turismo que contemplem as potencialidades da cidade.

Sinceramente mudanças ocorreram, porém, não tenho certeza se foi em razão do turismo diretamente.

Não conheci antes, mas achei bonito os casarões.

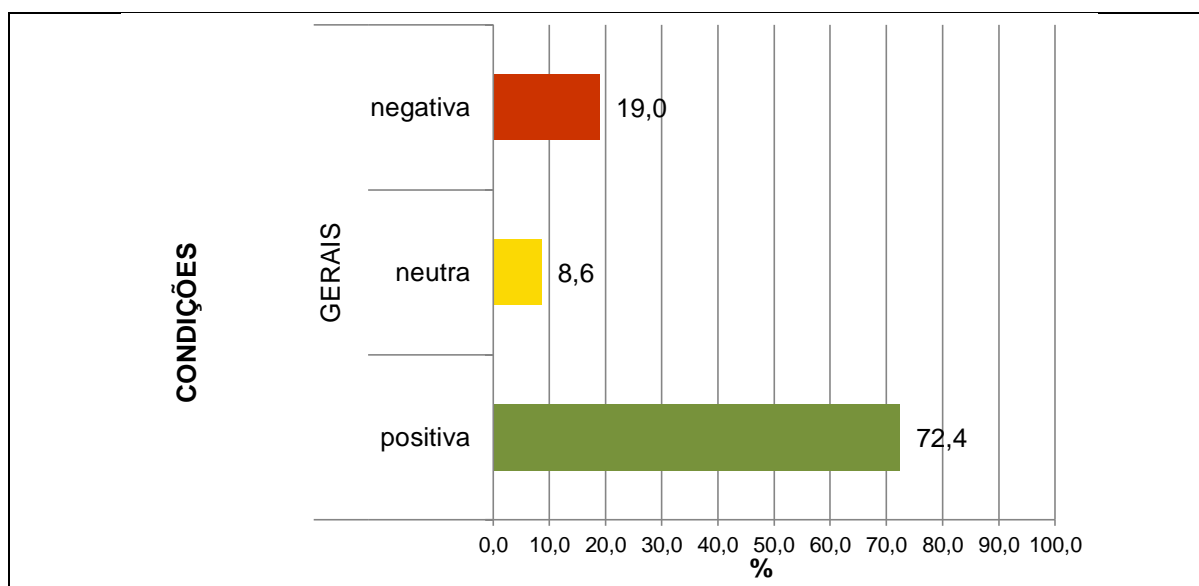
Essa é minha primeira visita na cidade, mas acredito que só pelo fato de poder observar todo esse acervo museológico a céu aberto é um privilégio muito grande.

Mesmo em sua primeira visita a São Luís, esses turistas puderam perceber a relação entre turismo e paisagem, pois o sítio urbano histórico possui áreas preservadas com alto valor cultural de representatividade para a comunidade local. Além disso, o estado de conservação dos prédios apresenta um conjunto que remete ao período de colonização portuguesa, pois é composto por casario homogêneo e monumentos da cultura material ali representada. Assim, a percepção dos turistas remete também aos aspectos de valor histórico, paisagístico, artístico, arquitetônico e urbanístico.

A cidade patrimonial é, portanto, um conjunto de objetos formais; estruturas naturais, construídas, e humanas; relações e processos simbólicos. É representada como entidade significativa, que abrange atributos materiais e não materiais, relacionados a um modo de construção, de viver e de ser específico. Os objetos e processos patrimoniais devem ser reconhecidos pelos grupos sociais de envolvidos como sendo parte essencial de um todo inteligível com valor a ser mantido e transmitido ao futuro (HIDAKA, 2011, p.107).

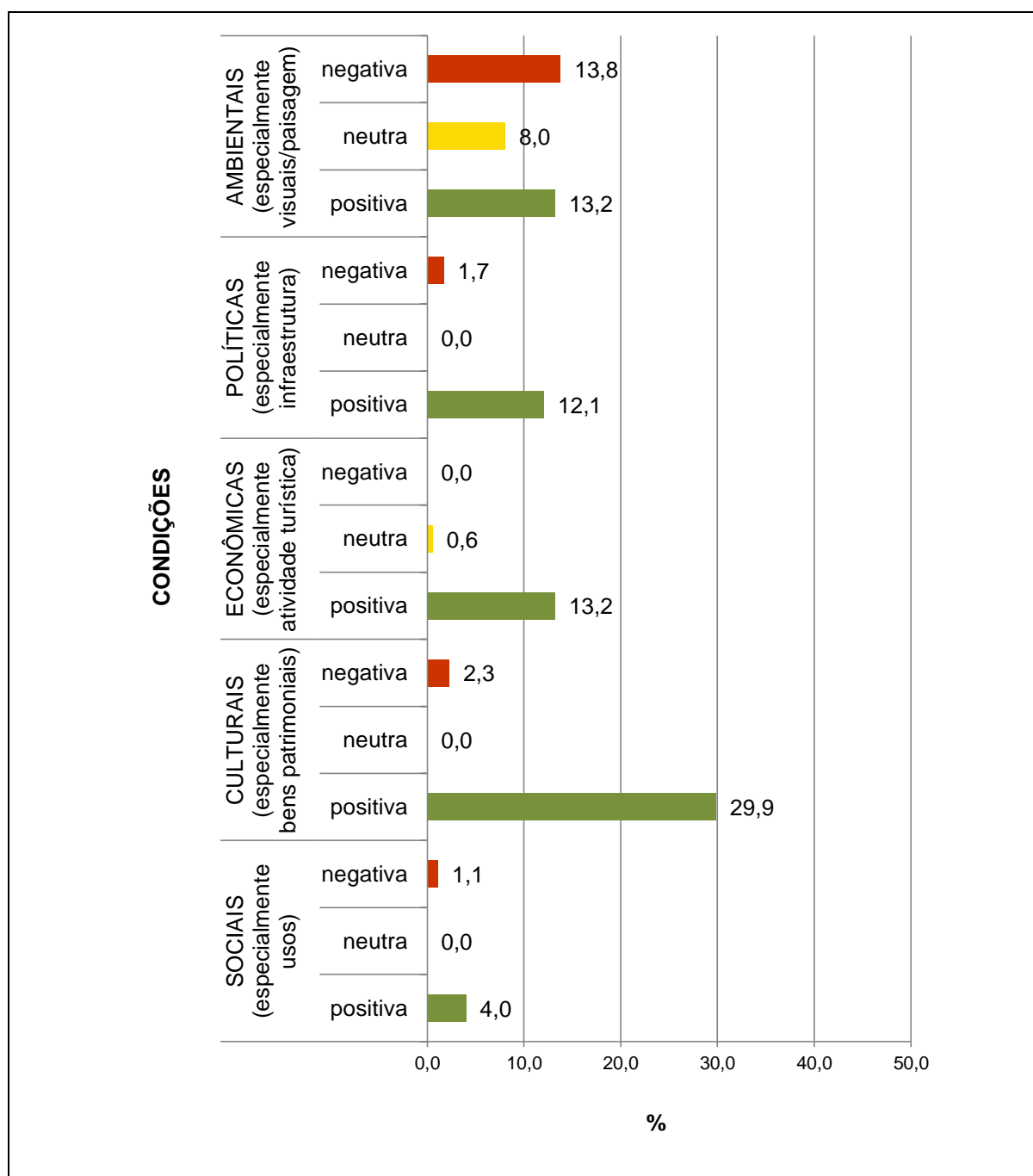
A significativa proporção de 45,9% dos respondentes não soube opinar sobre **mudanças notáveis promovidas pelo turismo na paisagem** do Centro Histórico de São Luís. Aqueles que se manifestaram, fizeram-no principalmente de maneira positiva (72,4%– Figura 89), ressaltando novamente as condições culturais (29,9% – Figura 90).

Figura 89: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos turistas entrevistados quanto a notáveis mudanças promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices B e I).

Figura 90: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos turistas entrevistados quanto a notáveis mudanças promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices B e I).

Quanto a pontos negativos, vale enfatizar as seguintes citações (Apêndice I):

Percebi uma construção ou reforma de um museu da gastronomia aqui, isso é legal pra que a gente possa entender mais da culinária daqui.

Seria interessante que os bares locais tocasse mais música da região, além da [música popular brasileira] MPB e *rock* nacional, foi o que percebi e que poderia agradar muitos visitantes até pra conhecer melhor.

Esses empreendimentos que são decorados com artesanatos do local e “conservam” a cultura local pra gente vivenciar.

Gostamos muito da feirinha (Mercado da Praia Grande) e dos produtos e bares que tem lá, mas falta um pouco de conforto e higiene pra quem trabalha e compra lá.

É impossível não notar que tem muitos casarões caindo aos pedaços.

Nenhuma. Frequento São Luís desde o início da década e continua o mesmo.

Pelo turismo somente a área comercial que é voltada para o turismo.

Ainda é perceptível o total descaso para com os bens patrimoniais, além de ser notória a falta de uma política que tenha em seu cerne de ações um turismo que contemplem as potencialidades da cidade.

Porque o centro histórico continua em péssimo estado, apesar do constante turismo, o que deveria ser o contrário.

Acredito que ainda seja um tanto inseguro, sem estrutura, sem muitos atrativos e muito desorganizado. Além do mau cheiro e lixo no chão.

Não houve investimento e o próprio turismo foi o principal prejudicado, pois o centro histórico não se inclui como um atrativo.

Porque e a segunda vez que venho e não vi mudanças.

Em reportagem publicada por Gama (2012, p.1), é possível compreender a visão dos entrevistados quanto à degradação do patrimônio no Centro Histórico de São Luís:

a má conservação dos prédios ameaça um dos maiores conjuntos arquitetônicos de origem portuguesa no Brasil, localizado no centro histórico de São Luís (MA). Segundo registros do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e da Defesa Civil municipal, cerca de 70 casarões correm risco iminente de desabar. O IPHAN diz que boa parte dos casarões pertence a estrangeiros ou a brasileiros que não residem no Maranhão. [...] É um absurdo o que vemos aqui. O descaso com o abandono desses imóveis, que fazem parte da história do Estado e do país.

A maioria dos donos desses imóveis se apaixonou pelo local, adquiriu um imóvel e hoje não gasta um centavo para conservação dos mesmos.

Nessa linha, Silva (2012, p.43) afirma que:

a perda de um bem cultural acarreta a perda do conhecimento a ser transmitido para as gerações futuras [...] as futuras gerações podem ser privadas de uma informação importante a respeito do valor de certos recursos [...] adverte-se também que a destruição do patrimônio cultural, em razão do 'trabalho dos séculos' ou de ações deliberadas', tem privado gerações do presente de dados importantes para a compreensão de fenômenos seculares.

Ambos os autores chamam a atenção para a perda de patrimônio com valor histórico, ao qual as próximas gerações não terão acesso caso continue o seu desaparecimento, empobrecendo a identidade de um povo em razão do descaso de políticas de preservação. Além disso, ressalta-se a necessidade de maior fiscalização por parte dos órgãos responsáveis junto aos proprietários dos imóveis.

Alguns turistas destacaram que não perceberam modificações devido à atividade turística (Apêndice I), mas pelo grau de importância arquitetônica do patrimônio histórico, ressaltaram:

Não extremamente significativas, a manutenção do centro de histórico de São Luís, a meu ver, é feita por seu lugar de patrimônio histórico, o que atrai sim turistas, porém, as mudanças que devem de fato acontecer para atender à demanda vai desde o cuidado com os prédios lindos e abandonados pelo IPHAN, passando pela segurança e chegar aos profissionais da área, com mais tempo de treinamento e condições para realizar tais atividades.

A reforma não foi pelo turismo, o turismo não modificou nada no local em si, a valorização veio pelo tombamento e isso sim fez o turismo se desenvolver no centro histórico.

Silva (2012) enfatiza que os bens culturais pertencem a um patrimônio comum da humanidade e que a preservação dessa categoria objetiva proteger a sociedade da sua destruição. Assim, as políticas públicas em todos os âmbitos são importantes para que ocorram ações preservacionistas dos centros históricos, transformando esses espaços em locais atrativos para a atividade turística, que impulsiona o comércio local, promovendo a manutenção do acervo existente.

Outros respondentes também afirmaram que não perceberam tantas mudanças com o advento do turismo (Apêndice I), destacando:

O centro histórico mudou um pouco sua paisagem.

Porque sempre venho aqui e não vejo muita mudança.



Não acho muitas mudanças significativas.

Não observei muita coisa.

Continua tudo do mesmo jeito desde que visito a cidade.

Acho que não mudou muita coisa.

Não mudou muito

Venho sempre aqui e não vejo diferença.

Desde que visito São Luís, tá tudo do mesmo jeito.

Conforme mencionado anteriormente, a concentração dos programas de revitalização do Centro Histórico de São Luís ocorreu entre os anos de 1979 e 2006; posteriormente, tem-se projetos isolados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas, que vem promovendo a revitalização de alguns exemplares na área (BRASIL, 2015). Portanto, a magnitude dos projetos que existiram na década de 1990 e início dos anos 2000, que abrangeu um conjunto de quadras, ruas e casarões, não foi mais concretizada no centro histórico. Nesse sentido, vale o alerta de Silva (2012, p.48) de que “os bens culturais pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade são fundamentais para a espécie humana”.

Com referência às mudanças promovidas pelo turismo na paisagem percebidas no Centro Histórico de São Luís, tem-se, quanto à preservação patrimonial (Apêndice I):

Continua tudo antigo, a diferença é que agora tudo é tombado.

A maior oferta do comércio local.

Conservação dos prédios históricos.

Principalmente nos casarões que estavam em ruína e totalmente esquecidos e agora vi que estão sendo preservados e restaurados.

Alguns prédios que estavam largados há anos sofreram algumas reformas.

Acredito que talvez com o PAC das Cidades Históricas, em que o Centro Histórico foi contemplado, contribua para o fortalecimento deste espaço como lugar de memória e de ação cultural.

Revitalização de alguns prédios, aumento na segurança do local, porém ainda seja pouco, a organização dos espaços e atrações também melhoraram.

Maior conservação de alguns prédios do Centro Histórico.

Só as fachadas de alguns casarões.

Talvez somente algumas reformas realizadas.

As políticas federais e estaduais de preservação promoveram a realização de programas e projetos de revitalização na área tombada do Centro Histórico de São Luís e, atualmente, o PAC Cidades Históricas tem intervenções com a reforma de casarões e prédios históricos, assim como praças e ruas, as quais também dinamizam a economia, conforme destacaram algumas respostas (Apêndice I):

A utilização de alguns casarões como comércio, enobrece a paisagem urbana.

As transformações dos casarões em casas comerciais.

Alguns casarões transformados em comércio local.

Acho que os casarões e o comércio local.

Os casarões. Alguns tornaram-se comerciais para atender a demanda.

Pelo turismo somente a área comercial que é voltada para o turismo.

Modernização dos hotéis, pousadas, albergues, além das mudanças em bares e restaurantes.

Nesse âmbito, traz-se novamente a concepção sobre oferta turística já discutida em termos da sua forte dependência de componentes como hospedagem, alimentação, transportes e agências de viagens, ou seja, tudo aquilo ofertado aos visitantes, que, no caso, percebem essa oferta no centro histórico, o que contribui para a intervenção na paisagem urbana do local. Por decorrência, alguns entrevistados afirmaram quanto às políticas públicas (Apêndice I):

A melhora significativa em relação às placas e a linguagem variada.

Acredito que a valorização da paisagem e da história.

Utilização inadequada dos espaços (negativo). Maior disponibilização de atividades culturais (centros, teatros, oficinas culturais).

A única que percebi foi a nova subprefeitura.

As políticas municipais de turismo foram destacadas pelos entrevistados, pois em 2015 foi criada a Subprefeitura do Centro Histórico de São Luís e foi implantado o Projeto de Sinalização Turística da Prefeitura de São Luís em parceria com o Ministério do Turismo. Dentre as ações da subprefeitura, destacam-se ():

A Prefeitura de São Luís já vem empreendendo diversas frentes de trabalho no centro histórico, executando intervenções para assegurar melhor infraestrutura urbana, visual compatível com o patrimônio histórico da humanidade, além de bem-estar aos seus moradores e aos inúmeros turistas que anualmente visitam São Luís. [...] Entre as diversas ações que estão sendo realizadas pela administração municipal, estão a recuperação de calçamento e praças, a intensificação do serviço de limpeza e a manutenção da rede de iluminação pública. [...] Dezenas de ruas e logradouros do centro histórico já receberam serviços de revitalização do calçamento, entre elas a Rua da Estrela, Rua 28 de Julho, Rua da Mangueira, Rua do Giz, Rua do Comércio, Rua Portugal, assim como também nas praças Benedito Leite, Catraieiros e do Letrado; na Escadaria Humberto de Campos, além do entorno do Centro de Criatividade Odylo Costa, Filho e da Casa das Tulhas, a tradicional Feira da Praia Grande, entre outros logradouros. [...] Também foram intensificados os serviços de limpeza pública, com o aumento do número de agentes que atuam nos serviços de varrição, catação, capina, roçagem e lavagem de alguns pontos, como praças e escadarias. [...] As ações são realizadas em parceria com o governo do Estado e a União, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e são voltadas para a melhoria da infraestrutura urbana, com o objetivo de recuperar e conservar o patrimônio e de fortalecer o turismo na região (PMSL, 2015, s.p.).

Especificamente quanto à sinalização turística, vale destacar (PMSL, 2015b, s.p.):

a Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR[-SLZ]), concluiu a instalação de 34 placas externas de sinalização turística bilíngue (português e inglês), para facilitar o acesso a monumentos históricos localizados no Centro Histórico de São Luís. [...] A ação faz parte da primeira etapa do Projeto de Sinalização Turística da Prefeitura de São Luís em parceria com o Ministério do Turismo (MTUR), por meio do programa PAC Turismo, que disponibilizou recursos para a concretização do projeto. [...] Até julho deste ano, vão ser instalados sete tótems de 8,5m nas principais entradas de São Luís, além de 56 postes com braços projetados e placas de sinalização no aeroporto, Centro Histórico, São Francisco e praias. Em novembro, ocorrerá a terceira etapa, com a instalação de mais 21 placas de circulação de pedestres e 19 placas com mapas do Centro Histórico. [...] O processo de implantação da sinalização começou depois de um diagnóstico feito pela SETUR[-SLZ] em que foram levantados os locais que mais precisavam de sinalização, pra facilitar o acesso de turistas e comunidade aos atrativos de maior relevância da capital maranhense, com a elaboração de um plano das áreas prioritárias de turismo a serem sinalizadas.

Dos que não perceberam mudanças (Apêndice I), vale mencionar as seguintes colocações:

As casas e casarões não têm uma fachada preservada. As ruas são difíceis de andar, pois são estreitas e passam muitos carros.

Os governantes não aproveitam o turismo. A cidade permanece a mesma, sem mudança alguma.

É impossível não notar que tem muitos casarões caindo aos pedaços.

Nenhuma. Não percebi uma infraestrutura de qualidade que atenda a necessidade dos turistas, sendo que os prédios deveriam ser totalmente preservados por serem um patrimônio material e estão se acabando.

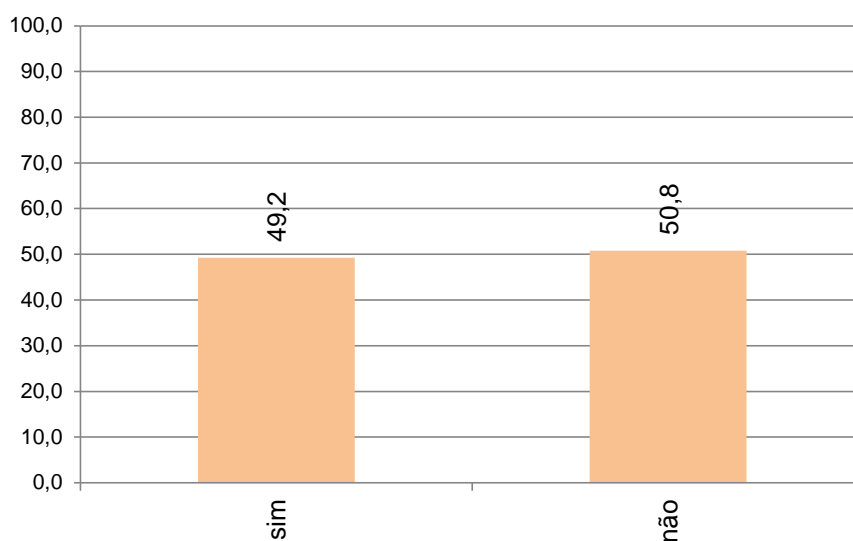
Dados do Movimento Nossa São Luís do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão (ICE-MA, 2015, s.p.), constituído pela sociedade civil organizada, apontam o desafio para a Prefeitura Municipal de São Luís quanto ao centro histórico, pois:

mais que restaurar o rico patrimônio arquitetônico, o poder público terá pela frente a importante missão de melhorar a acessibilidade das ruas históricas, além de reduzir os índices de violência e trabalho infantil que acometem a região e seus entornos, que juntos compõem a região central de São Luís. [...] Apesar da riqueza arquitetônica, o abandono continua sendo uma mancha neste que é o principal cartão postal de São Luís Pichações, depredações e o mau estado de alguns casarões são paisagens recorrentes. A ausência de banheiros públicos e lixeiras contribuem com o acúmulo de sujeira nas ruas, e a falta de acessibilidade impede a livre circulação de pessoas com deficiência. Contudo, não é só a infraestrutura que deixa a desejar. O centro (do qual faz parte o centro histórico) é a região de São Luís com maior percentual de crianças e adolescentes, entre 10 e 14 anos, em situação de trabalho infantil. É também o sétimo bairro com maior índice de homicídios, e o sexto em número de assassinato juvenil masculino. De cada 100 mil habitantes entre 15 e 29 anos do centro, 414 sofreram homicídio em 2013.

Portanto, cabe à Prefeitura e demais órgãos municipais combater esse problema da área central da cidade, incluindo o centro histórico.

Uma proporção de 50,8% (Figura 91) dos respondentes disse que não acreditava que a paisagem do Centro Histórico de São Luís vem sofrendo INTERVENÇÕES EM DECORRÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.

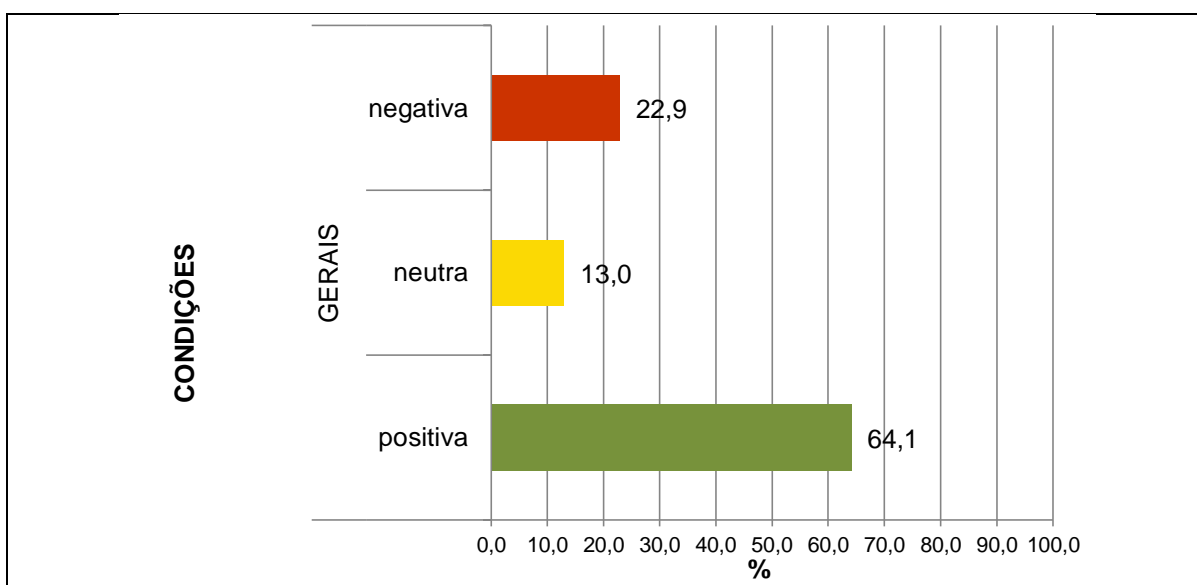
Figura 91: Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos turistas entrevistados quanto à existência de intervenções em decorrência do desenvolvimento turístico do Centro Histórico de São Luís



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice B).

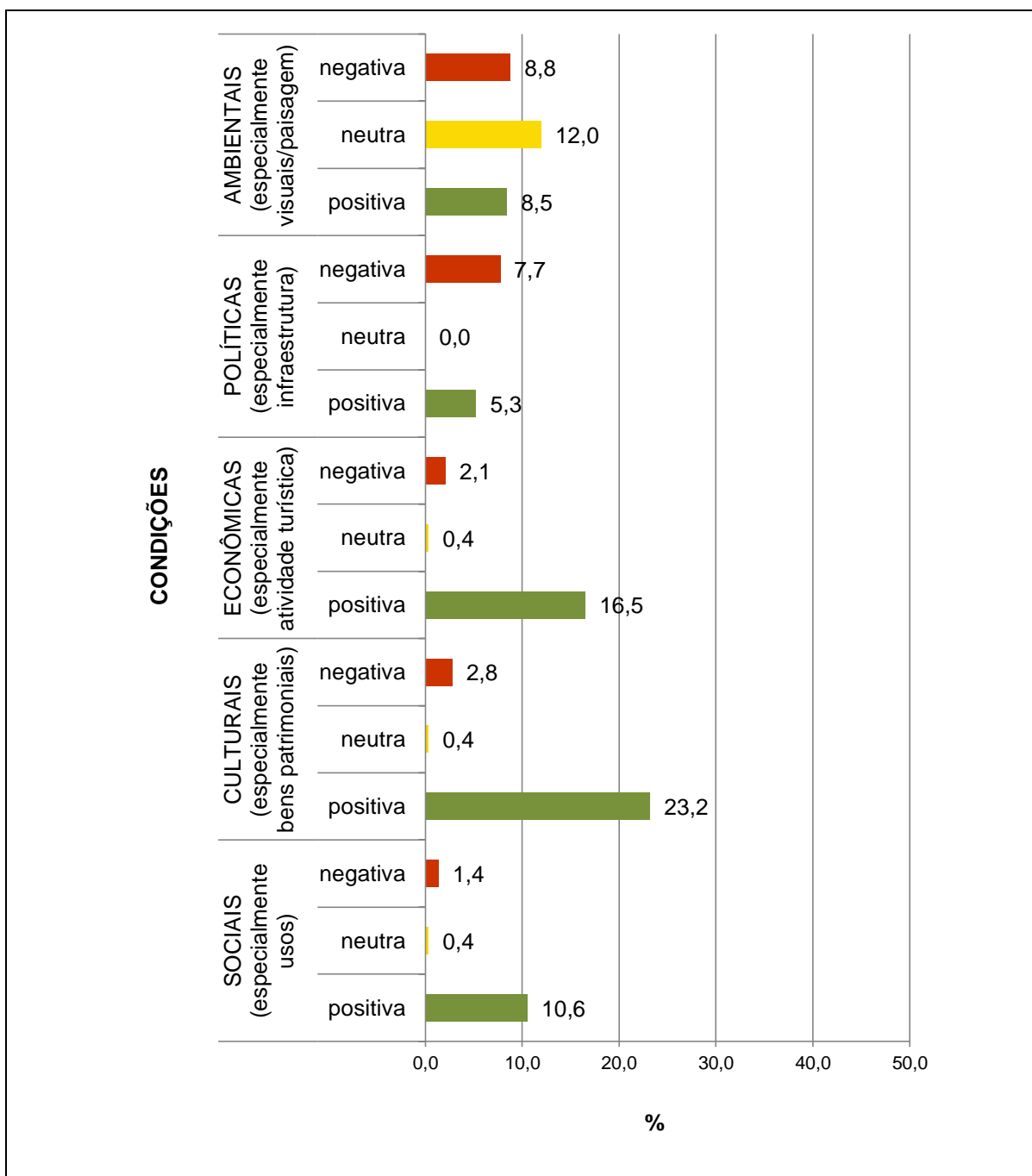
Todavia, os comentários (Apêndice I) foram em grande parte positivos (64,1% – Figura 92), com significativa concentração nos aspectos culturais (23,2% – Figura 93) e, secundariamente, nos econômicos (16,5%).

Figura 92: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos turistas entrevistados quanto à existência de intervenções em decorrência do desenvolvimento turístico do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices B e I).

Figura 93: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos turistas entrevistados quanto à existência de intervenções em decorrência do desenvolvimento turístico do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices B e I).

Como pontos positivos (Apêndice I), os turistas destacaram:

Sim, com as mudanças promovidas pelo turismo, houve um aumento da busca de turistas no centro histórico que saem encantados com a riqueza cultural e arquitetônica aqui presente.

Foram poucas até agora, mas estão ocorrendo sim.

Há muito mais pessoas trabalhando no turismo.

Através desta atividade há uma valorização "da casa" com isto é possível perceber que existe um cuidado com o espaço por conta do turismo.

A cidade é um dos principais pontos turísticos do Brasil, além de ser a única capital brasileira fundada pelos franceses o que a coloca em rota internacional, inclusive por ter vínculo com grandes potências europeias.

Tem mais gente e com isso mais dinheiro circulando.

O colorido das lojas, os quadros expostos, o ambiente como um todo reflete uma valorização da cultura maranhense que envolve os turistas.

Lógico. Pois, o dinheiro está circulando e criando mais desenvolvimento e trabalho.

Melhorou a segurança para o visitante.

O turismo movimenta o capital e gera interesse do governo em valorizar o local.

O ambiente está mais bonito devido à restauração dos casarões.

Porque o fluxo de pessoas no turismo aumentou.

Por que a paisagem independente do turismo se refere a uma história, não a uma movimentação específica, a paisagem foi construída pela história o turismo é consequência.

O turismo gerou a revitalização do Centro, tornando a região mais segura, limpa e com maior potencial econômico.

Há muito *marketing* nas lojas e eles buscam valorizar os aspectos da cidade, por meio de estampas alegres e símbolos que lembram as riquezas da cidade.

O turismo sempre influencia, pois ajuda a trazer desenvolvimento local.

Por que através dessas influências o turismo cresceu e trouxe mais pessoas ao centro histórico, para que pudéssemos apreciar essas paisagens.

Quando planejado ordenadamente, o turismo promove benefícios para o destino. No caso de São Luís, o Plano Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão (Plano Maior 2020 – SETUR-MA, 2012) aponta alguns aspectos que favorecem o desenvolvimento da atividade, dentre os quais consta o patrimônio histórico, com a afirmação de ser único.

Quanto a segmento destacado naquele documento, o cultural abrange o “cidade patrimônio, arquitetura e história”, “artesanato e produção associada”, “cultura popular: festas populares, arte popular”, e “eventos artístico-culturais: musica, dança, teatro, artes visuais”, que são itens mencionados pelos entrevistados quanto aos aspectos positivos, ou seja, o Governo Estadual compreende que o turismo cultural (ver subseção 3.1.4.2) é a essência a ser desenvolvida no polo turístico. No plano, o segmento do turismo cultural (inclusive o especializado) é destacado como de alta prioridade de investimento para o desenvolvimento, a qual:

[...] deve ser no âmbito da melhoria, dinamização e diversificação dos produtos e atrativos culturais-materiais e imateriais, e na especialização do turismo cultural. [...] Um modelo referência de preservação e valorização da paisagem cultural e do patrimônio histórico arquitetônico. [...] São Luís e Alcântara concentram os produtos culturais principais. [...] A visitação aos atrativos culturais nas demais cidades é derivada dos fluxos motivados para estas duas cidades (MARANHÃO, 2012, p.191).

Também está previsto no plano o Macro Programa de Desenvolvimento, que é dividido em seis categorias, no qual o de infraestrutura:

tem a proposta de estabelecer sinergia e integração com outras áreas do Governo, somando ações pontuais do setor de turismo nos territórios priorizados às outras iniciativas e processos em curso, otimizando esforços e investimentos previstos para a infraestrutura urbana, de forma a produzir resultados mais efetivos para os problemas (MARANHÃO, 2012, p.245).

No planejamento turístico do Maranhão, há previsão de articulação de políticas de outras áreas com o turismo e, no documento oficial, o cultural é destacado como estratégico para o desenvolvimento da atividade turística no Polo Turístico São Luís.

Por outro lado, no âmbito negativo (Apêndice I), teve-se como respostas:

Porque o turismo de São Luís não e bem desenvolvido.

O governo deve criar vergonha e valorizar o que tem.

Desde que visito São Luís não vejo muita mudança.

Sempre venho a cidade e está do mesmo jeito.

Venho sempre aqui e não noto muita diferença no quesito conservação.

Mas atualmente está abandonado pelos governantes.

Infelizmente o centro histórico está acabado por culpa da má administração dos governantes.



Infelizmente está abandonado pelo governo estadual e municipal.

A cidade é linda, mas está muito abandonada.

Continua lamentável a situação do mesmo

Pra mim continua do mesmo jeito.

As ações públicas em prol da preservação do patrimônio histórico de São Luís foram fortemente implementadas até o ano de 2006; após esta data, medidas esporádicas de revitalização do acervo arquitetônico têm sido realizadas. Portanto, para manter a dinamização do patrimônio, é necessário vitalizar e preencher os vazios existentes no centro histórico, para que possa atrair um fluxo não só de turistas, mas da própria comunidade, para visitação e utilização dos equipamentos existentes no local.

O abandono do acervo arquitetônico de São Luís, localizado no Centro Histórico da capital maranhense, tem deixado muitos turistas decepcionados com as imagens que nem sempre correspondem aos cartões-postais contemplados por eles. Para o turista de Goiás Afonso José Azevedo visualizar um cenário dessa maneira Chega a dar pena em que mora e em que visita a cidade pela primeira vez. 'Uma pena a gente encontrar muito lixo, muitas pichações, monumentos históricos prestes a cair, desmoronar. Realmente uma pena'. A nova imagem decepciona tanto, que visitantes como a turista pernambucana Luciana Oliveira nem pensa mais em registrar sua passagem em São Luís. 'É difícil né? Porque a gente pensa numa fotografia pra uma recordação e a gente só encontra vegetação, ferragens e madeira na frente do imóvel' (G1 MARANHÃO, 2014, s.p.).

Outra reportagem publicada na Folha de São Paulo, esclarece:

hoje, porém, casarões em condições precárias, com infiltrações nas paredes e telhado deteriorado, ruas sujas e presença de usuários de drogas afastam moradores e turistas e transformam a joia colonial em área abandonada. Ao menos 101 casarões do centro histórico estão em situação crítica de conservação, segundo mapeamento da Defesa Civil do Estado. [...] O número corresponde a quase 10% dos 1.342 imóveis na área considerada de patrimônio mundial. São casarões, palácios de governo e igrejas dos séculos XVIII e XIX. Alguns são anteriores a 1.700 (COISSI, 2015, p.1).

Na busca da opinião sobre intervenções positivas marcantes do turismo sobre a paisagem do Centro Histórico de São Luís, ressaltaram-se as seguintes citações (Apêndice I):

Acredito que com visitação constante exista algum planejamento para limpeza e conservação dos prédios antigos, calçadas, ruas.

Percebi câmeras de segurança aqui e deu mais tranquilidade.

Da última vez, estive aqui no São João e estava tudo decorado pra festa, boi, danças de tambor, palcos e explicações no intervalo da cultura local para quem estava visitando.

O turismo deixou a restauração dos lugares acontecer.

Estas intervenções transformam às paisagens em atrativos trazendo mais pessoas.

De modo geral, tem muitas intervenções como: mais recursos, mais trabalho, aquecimento econômico local entre outros ganhos.

Preservação histórica, arquitetônica, urbanística e utilização / frequência de pessoas nas ruas.

A renovação do ambiente com as novas reformas como a praçinha.

Limpeza urbana. É possível ver uma movimentação constante dos agentes de limpeza no local.

Melhoria na questão da limpeza das ruas e valorização da cultura popular.

As intervenções positivas foram: hotelaria, artesanato, arquitetura, entretenimento.

As reformas dos prédios históricos.

A limpeza foi o ponto mais perceptível!

A fachada dos casarões e a valorização do antigo centro da capital.

O turismo faz a cidade evoluir, tanto o lado comercial quanto cultural melhoria nos prédios arquitetônicos.

Tem mais desenvolvimento, mais riquezas, mais circulação de dinheiro, mais trabalho, ou seja, muito bom para a cidade.

Com a vinda de mais turistas, políticas públicas poderão ser mais aplicadas na área do Centro Histórico.

O turismo intervém de forma fundamental no crescimento da busca pelo centro histórico, a paisagem urbana chama a atenção fazendo com que os turistas voltem mais vezes.

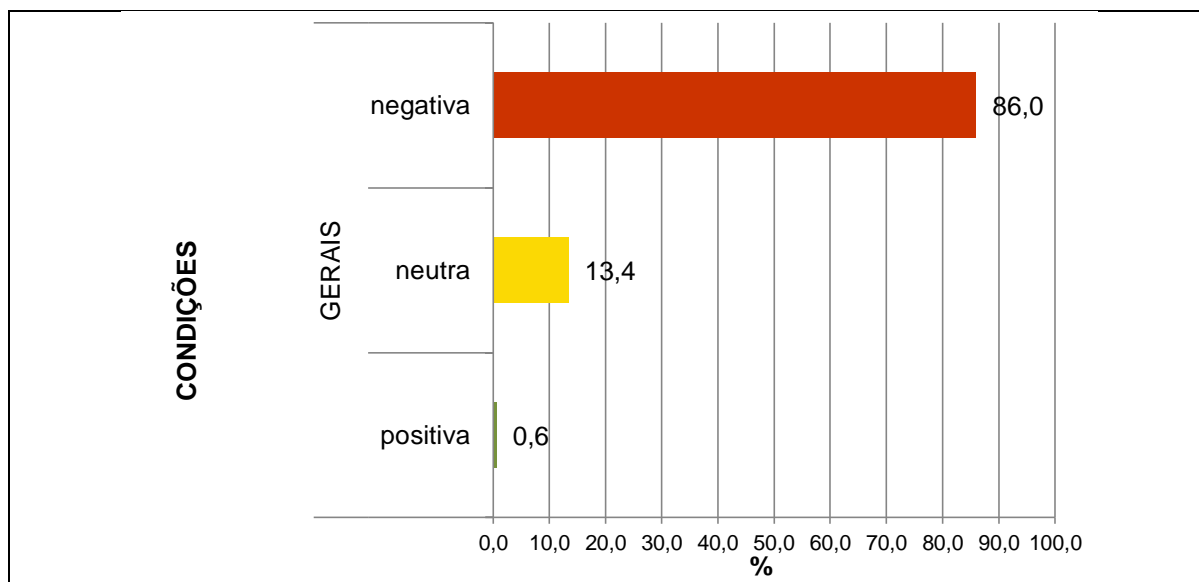
O retorno econômico e a valorização dos turistas sobre o patrimônio local, faz com que haja maior zelo pela cultura e infraestrutura existente.

A atividade turística influencia diretamente a cidade, como no caso de São Luís, onde vários entrevistados perceberam que o turismo promove

intervenções positivas no centro histórico. Muitos notaram aspectos de limpeza, iluminação, conservação dos prédios históricos, câmeras, movimentação na economia local, também mencionados na subseção 3.3 – Influências do turismo na cidade, pois são normalmente visíveis os impactos benéficos em localidades em desenvolvimento (SWARBROOKE, 2000).

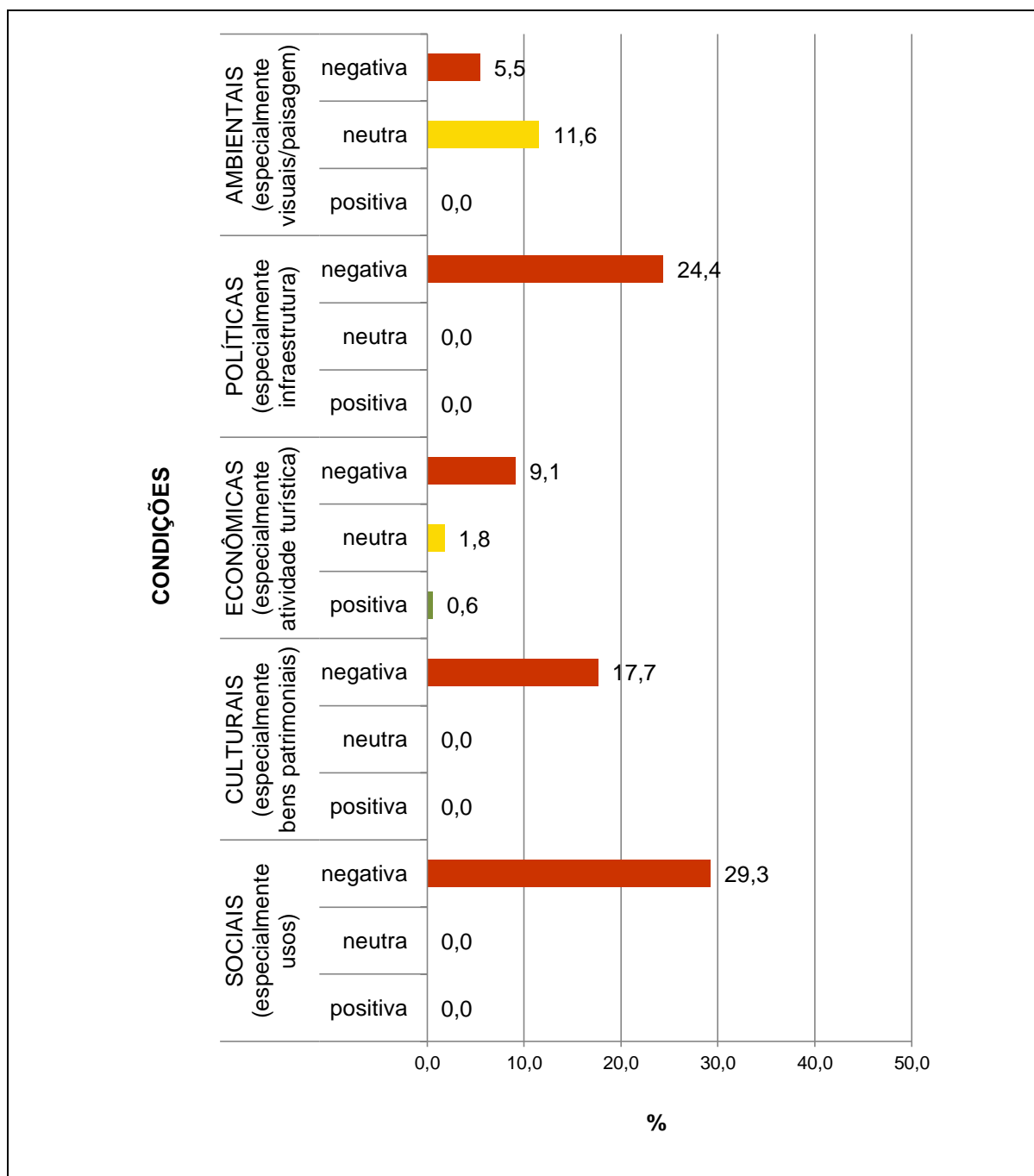
Como esperado, as respostas dos turistas sobre **intervenções negativas do turismo na paisagem** cobriram proporção significativa (86,0% – Figura 94), sendo mais relevantes para condições sociais (29,3%), políticas (24,4%) e culturais (17,7% – Figura 95).

Figura 94: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos turistas entrevistados quanto a intervenções adversas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices B e I).

Figura 95: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos turistas entrevistados quanto a intervenções adversas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices B e I).

As principais menções salientaram (Apêndice I):

Na verdade, falta de cuidados com o centro histórico, não percebi manutenção desses casarões como existe em Ouro Preto.

Percebemos aqui um fedor enorme de barata, esgoto e incomodou muito, principalmente quando estávamos comendo.

Tivemos medo de passar por baixo de uns casarões abandonados, parece que vai cair a qualquer momento.

O mercado da Praia Grande é um ótimo atrativo, mas que precisa de manutenção, limpeza e organização dos produtos. Os casarões que estão abandonados e o odor no centro histórico que é muito forte e desconfortável.

Falta de placas sinalizadoras.

Não acho que tenha pontos negativos, mas acho que deveria ter uma maior divulgação, alguém que pudesse contar mais sobre o centro histórico no próprio centro histórico.

A quantidade de stands de produtos sem organização, padronização, fiscalização.

A deteriorização do bem tombado e não preservação do patrimônio.

A marginalização o abandono e a falta de educação das pessoas que jogam lixo nas ruas.

A desorganização do comércio informal.

Como é de conhecimento muitas pessoas ficam ansiosas para conhecer o centro histórico mas se deparam com uma situação de abandono e isso enfraquece a atratividade enquanto roteiro turístico nacional.

Degradação falta de limpeza, segregação social (parte turística e parte não turística).

Falta de consciência da população sobre a Educação Patrimonial para preservação do bem cultural e histórico.

No sítio eletrônico do TripAdvisor, que se tornou uma referência para o turismo, há 1.275 avaliações sobre o Centro Histórico de São Luís, sendo que 158 como horrível e ruim (12,4%). Muitos dos relatos são semelhantes aos apontados pelos entrevistados nesta pesquisa. Apreciam a estética do acervo arquitetônico, mas enfatizam o descaso quanto à segurança, limpeza, preservação dos casarões e ruas, além da falta de informação, entre outros aspectos.

Depoimentos no TripAdvisor (2015, s.p.) apontam a área mais visitada (compreendendo o bairro da Praia Grande) como o melhor local do centro histórico, incluindo a Rua Portugal.

A única coisa que fiz no centro histórico foi conhecer a Igreja da Sé, almoçar no restaurante [do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial] SENAC e ir na Rua Portugal e aproveitei e fui à feira da Praia Grande. É só! É uma vergonha um patrimônio histórico estar daquela forma e sem guardas municipais nas ruas. Verdadeiro descaso.

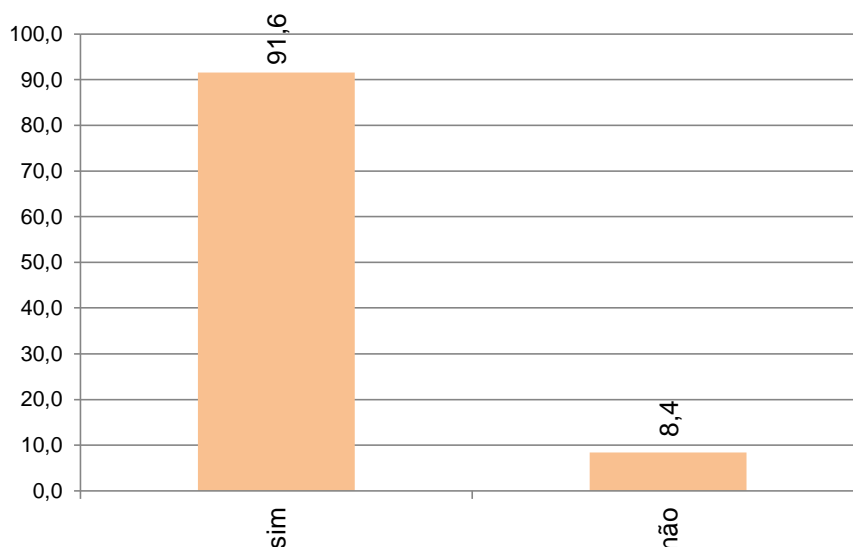
A Rua Portugal é dos lugares mais belos que já vi. [...] A Rua Portugal vale a visita.

O Centro Histórico de São Luís conta um pouco da história dos azulejos portugueses da Rua Portugal (maior corredor de azulejos portugueses, segundo a UNESCO).

Os poucos casarões conservados (em geral aqueles da Rua Portugal) são lindos.

A grande maioria (91,6%) dos respondentes afirmou que visitou a Rua Portugal no Centro Histórico de São Luís (Figura 96).

Figura 96: Gráfico de proporcionalidade de turistas entrevistados que visitaram a Rua Portugal no Centro Histórico de São Luís



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice B).

Apesar da flagrante valorização da Rua Portugal, as entrevistas com os turistas evidenciam a decepção da maioria com a sua experiência na cidade, com várias reclamações sobre a sujeira do centro histórico, a falta de segurança, a

presença de pedintes, o insuficiente atendimento dos empreendimentos e a reduzida manutenção dos sanitários de alguns estabelecimentos.

Por outro lado, os respondentes não falavam especificamente da paisagem urbana, mas de aspectos positivos e negativos que encontravam nos estabelecimentos, especialmente os de caráter turístico.

Em síntese, a percepção do visitante quanto ao patrimônio histórico de São Luís – e da própria Rua Portugal – é positiva em boa parte das análises, sendo destacado principalmente o valor patrimonial e paisagístico existente no local, o que é lembrado por Oliveira, Anjos e Leite (2008), Lihtnov e Vieira (2010), Bueno (2006), Hardt e Hardt (2010 (ver seção 2 – Fundamentação teórica) sobre o uso da paisagem histórica como produto turístico, com a maioria dos visitantes a compreendendo como atrativo para a atividade.

Além disso, destacaram a Rua Portugal como exemplar de arquitetura luso-brasileira e da magnitude do patrimônio histórico de São Luís, ressaltando que o turismo promove diversas melhorias nos âmbitos culturais e econômicos, o que é visível no centro histórico.

A riqueza e diversidade de estilos arquitetônicos é um diferencial na paisagem urbana desse centro. Como citado, na Rua Portugal é possível encontrar quatro estilos diferentes, sendo a azulejaria o maior destaque de todos os detalhes construtivos, pois reveste alguns casarões, principalmente os de maior número de pavimentos.

Por sua vez, os aspectos negativos mencionados com maior relevância são, em especial, o descaso com o próprio patrimônio, a falta de segurança e a sujeira, os quais normalmente são levados em consideração durante o processo de escolha de um destino, como apontado na pesquisa do Plano Maior 2020 com turistas potenciais ao estado (MARANHÃO, 2012). Portanto, caso esses problemas não sejam devidamente sanados, os seus reflexos adversos poderão maximizar impactos também no contexto econômico, na sequência detalhado.

### 5.1.3 Contexto econômico

O contexto voltado à economia é, à semelhança dos demais, considerado em duas partes principais (ver 2.2.3 – Discussão dos resultados – da seção 2 – Estruturação metodológica):

- c) quadro específico – expressando condições da economia local, especialmente da atividade turística;
- d) variáveis perceptuais – revelando a atratividade econômica segundo a visão de prestadores de serviços turísticos, inclusive identificando níveis de satisfação;

#### 5.2.3.1 Quadro específico

Estas variáveis são interpretadas, em um primeiro momento, a partir de parâmetros econômicos do DESTINO TURÍSTICO – cidade de São Luís, especialmente aqueles relacionados ao turismo.

Conforme dados do Ministério do Turismo (MTUR, 2015), a região Nordeste é o destino turístico preferido dos brasileiros (43,5%), sendo o Maranhão (e sua capital) um dos 65 indutores do Brasil. A atividade turística corresponde a 3,6% do produto interno bruto (PIB) nacional.

A movimentação turística deverá injejar milhões no Maranhão [...em] 2015. O impacto econômico apenas dos feriados nacionais no estado será de R\$ 274,5 milhões, de acordo com projeção do Ministério do Turismo. Juntos, os períodos de folgas prolongadas vão motivar 255,4 mil viagens para o estado (MTUR, 2015, s.p.).

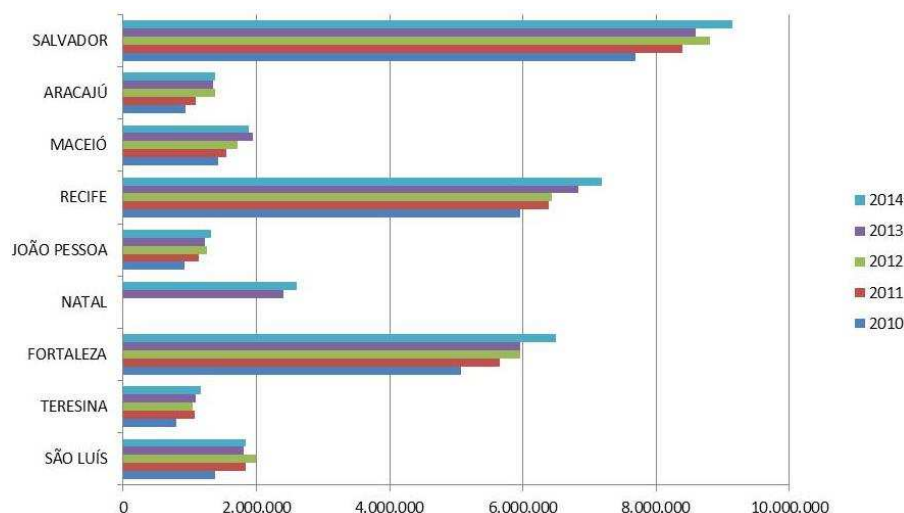
A economia ludovicense representa 40,0% do PIB maranhense, com predomínio nos setores terciário (comércio e serviços) e público.

A principal motivação dos turistas que visitam São Luís é o seu patrimônio histórico, seguido das praias e da gastronomia (PMSL, 2015f). Como principal portão de entrada do estado, tem recebido elevado número de turistas (1,5 milhões em 2011 e 2,0 milhões em 2014 – O ESTADO DO MARANHÃO, 2015), correspondendo a um aumento de cerca de 11,1% ao ano.



De acordo com informações da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO, 2015), o fluxo de passageiros nos aeroportos da região Nordeste (Figura 97) tem crescido a cada ano, assim como em São Luís, onde o embarque e desembarque têm alcançado níveis cada vez mais expressivos.

Figura 97: Gráfico do fluxo de passageiros (embarque e desembarque) nas capitais da região Nordeste entre 2010 e 2014



Fontes: INFRAERO (2015); INFRAMERICA (2015)

Nota: não foram computados os anos de 2010, 2011 e 2012 no Aeroporto de Natal devido à indisponibilidade de dados.

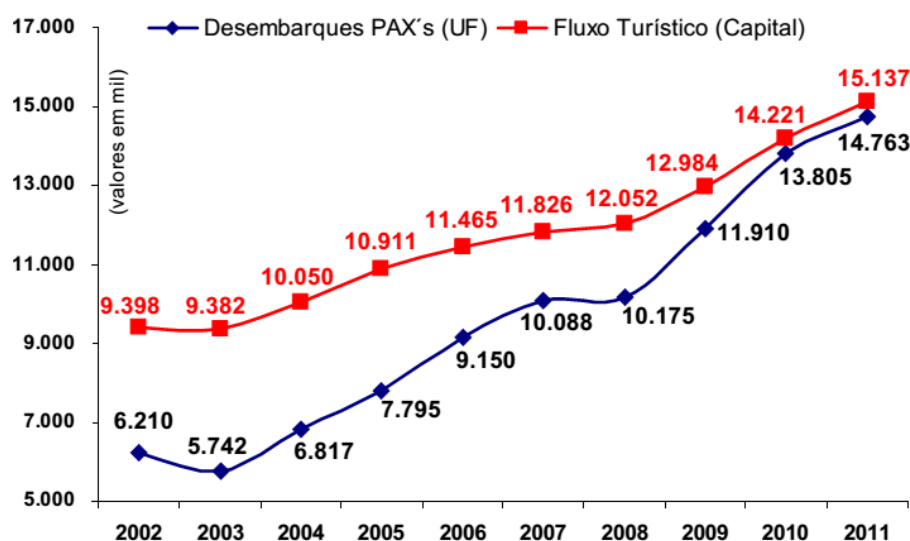
Somente Maceió teve um pequeno decréscimo no fluxo de passageiros entre os anos de 2013 e 2014, mas as outras capitais nordestinas registraram aumento no período. Para ampliar o fluxo de passageiros e visitantes no Maranhão, a Secretaria Estadual de Turismo do Maranhão (SETUR-MA) diminuiu o valor do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) para a aviação civil com o objetivo de captar novos voos para o estado. O principal resultado foi a criação de linhas ligando São Luís e Imperatriz a cidades prioritárias na estratégia política de turismo:

o Maranhão terá novas ligações aéreas a partir de setembro e outubro. A partir de setembro, serão dois novos voos para o Maranhão da Gol Linhas Aéreas: o primeiro ligará Teresina (PI) a São Luís (MA), com seis frequências semanais; e o segundo fará a ligação de Salvador (BA) e Recife (PE) a São Luís (MA), em quatro dias da semana. A companhia também aumentará a oferta de assentos nos trechos entre Brasília (DF) e Imperatriz (MA) a partir deste mês de agosto. [...] No fim de julho, a presidência da Azul Linhas Aéreas anunciou a operação do voo entre Imperatriz e Belém, a partir de setembro. Os voos sairão de Belém às 09h00, com chegada em Imperatriz às 10h20 e a saída de Imperatriz será às 10h45, chegando a

Belém às 12h05. A Azul também terá novos voos entre São Luís e Imperatriz, a partir de outubro (SETUR-MA, 2015, s.p.).

Como a maioria dos brasileiros tem escolhido um destino nacional (73,3%) e o Nordeste é a região preferida por quase a metade deles, pois os destinos oferecem sol, turismo cultural e religioso (MTUR, 2015), é possível verificar que, desde 2003, há crescimento gradativo no fluxo de turistas na região (Figura 98).

Figura 98: Gráfico do fluxo de turistas e desembarque de passageiros na região Nordeste – 2002 a 2011



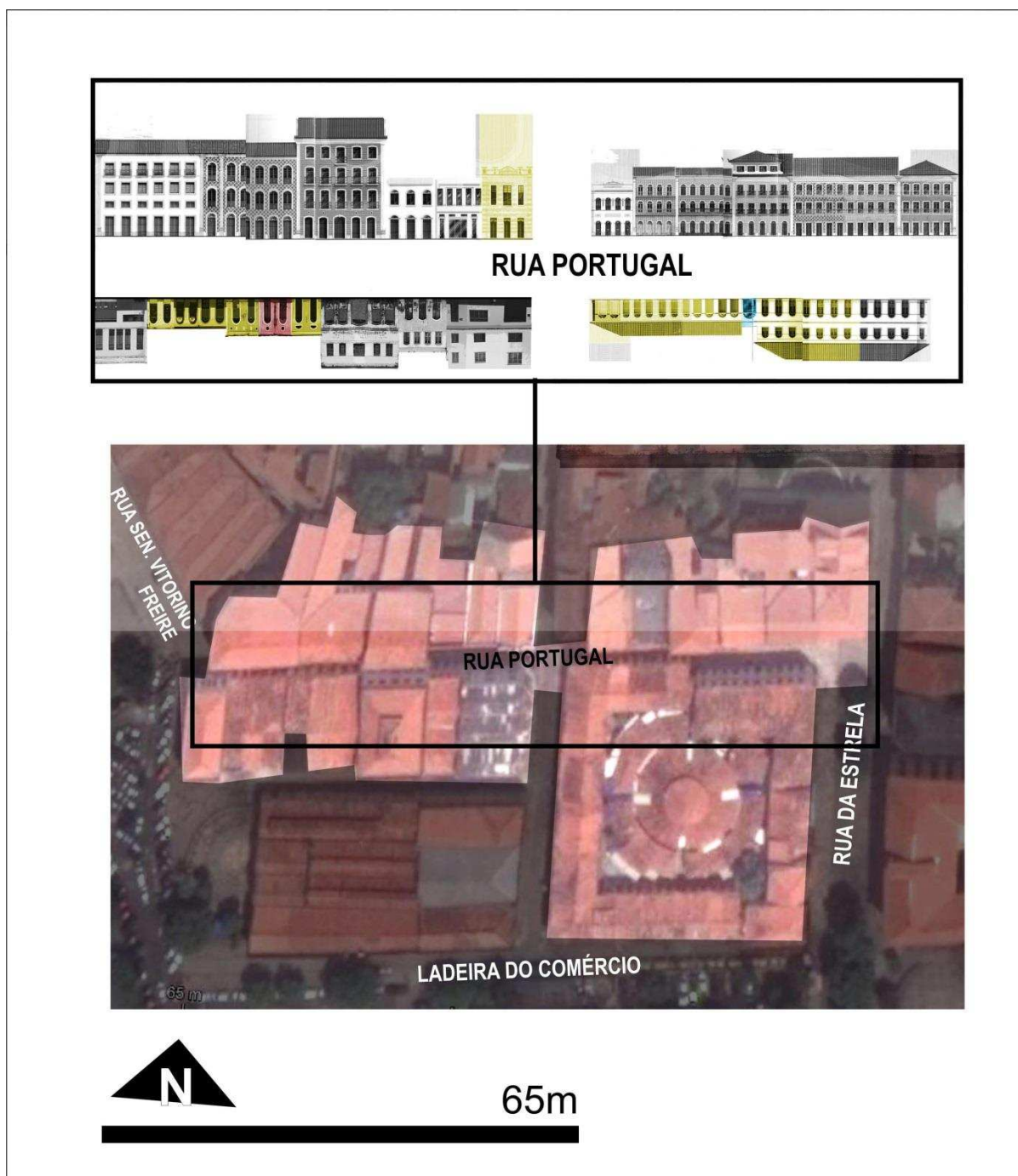
Fonte: CTI/NE (2011)

Nota: 2011 = estimativa

Em um segundo estágio, é avaliada a **ÁREA TURÍSTICA FUNCIONAL – Rua Portugal –**, por meio da técnica de levantamentos de campo das atividades econômicas de apoio ao turismo ao longo das duas quadras do espaço em estudo (Figura 99), verificando-se a existência de diversos empreendimentos privados destinados ao atendimento dos visitantes, como lojas de artesanato, restaurantes e lanchonetes, com movimentação de recursos financeiros no local, além de geração direta de empregos mediante a contratação de mão de obra para a comercialização de produtos e serviços. Nos estudos sobre oferta e demanda turística de Lage e Milone (2001) e de Lemos (2005), são ressaltados resultados como a criação de postos de trabalho, a divisa de moedas estrangeiras, os gastos dos turistas no local, a redução de desequilíbrios regionais, a arrecadação de impostos e outros aspectos já mencionados em tópicos influências que destacam contribuições econômicas do turismo no destino. Por outro lado, frisa-se que os impactos dependem da

capacidade da economia local em fornecer bens e serviços demandados pela atividade.

Figura 99: Imagem aérea de delimitação de atividades econômicas de apoio ao turismo na Rua Portugal



Fonte: Elaborada com base em Google Maps (2013) e em levantamentos de campo.

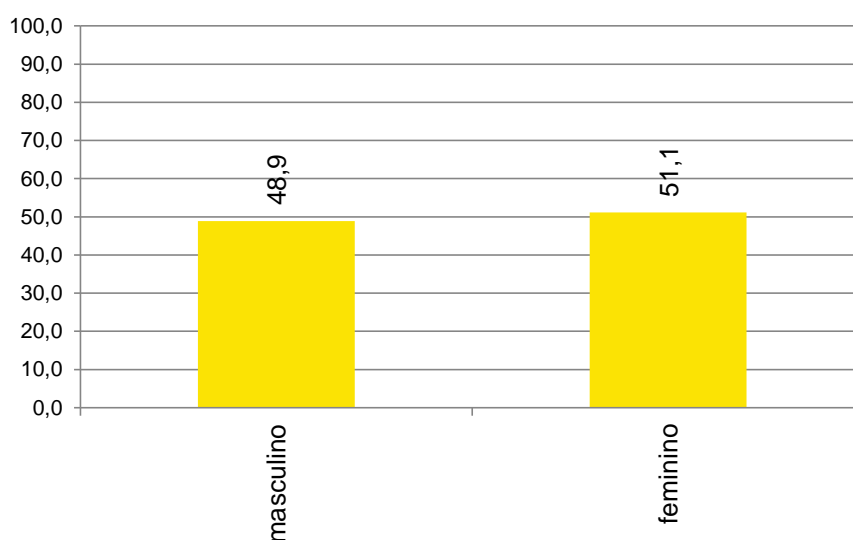
Notas:

- = artesanato
- = lancheonete / artesanato
- = lancheonete / artesanato / restaurante

### 5.1.3.2 Variáveis perceptuais

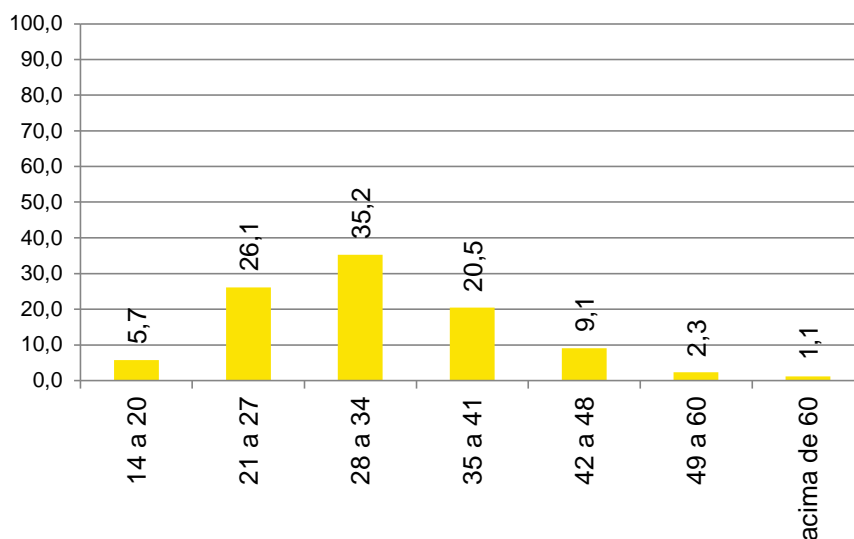
Este componente do contexto econômico é avaliado com base na percepção dos 88 prestadores de serviços turísticos entrevistados. No que se refere ao seu PERFIL, há relativo equilíbrio entre gêneros (Figura 100), com predomínio das idades compreendidas na faixa de 28 a 34 anos (35,2%), seguida pelas de 21 a 27 e de 35 a 41 (26,1% e 20,5%, respectivamente) (Figura 101). **Nota-se, portanto, o equilíbrio quanto à idade dos respondentes, predominando a faixa etária entre 21 e 41 anos, semelhante à dos demais consultados.**

Figura 100: Gráfico de proporcionalidade dos prestadores de serviços turísticos entrevistados segundo gênero



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice C).

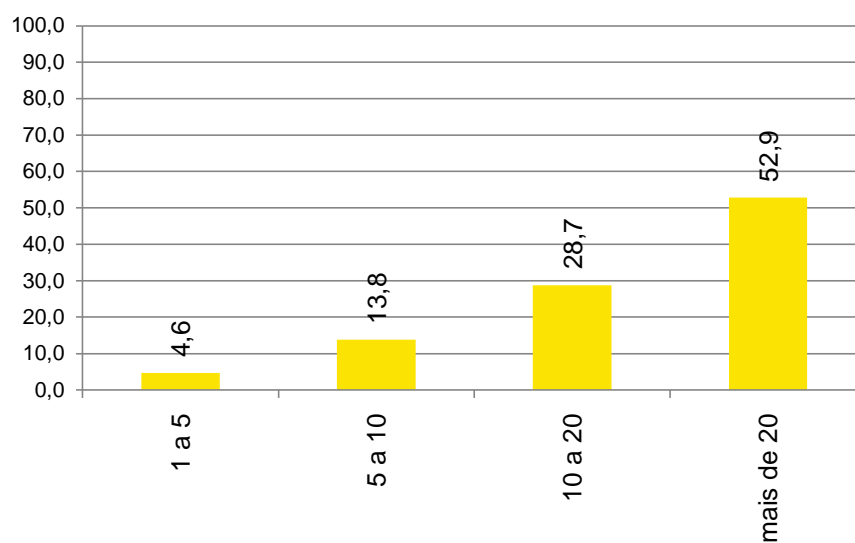
Figura 101: Gráfico de proporcionalidade dos prestadores de serviços turísticos entrevistados segundo faixa etária



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice C).

Para esses respondentes, a predominância de tempo de residência em São Luís é, à semelhança de outros atores pesquisados, também decrescente, com maior proporcionalidade daqueles com mais de 20 anos (52,3%) de moradia na cidade (Figura 102). Diagnostica-se, então, que os entrevistados possuem experiência na atividade turística, o que gera conhecimento da localidade pesquisada.

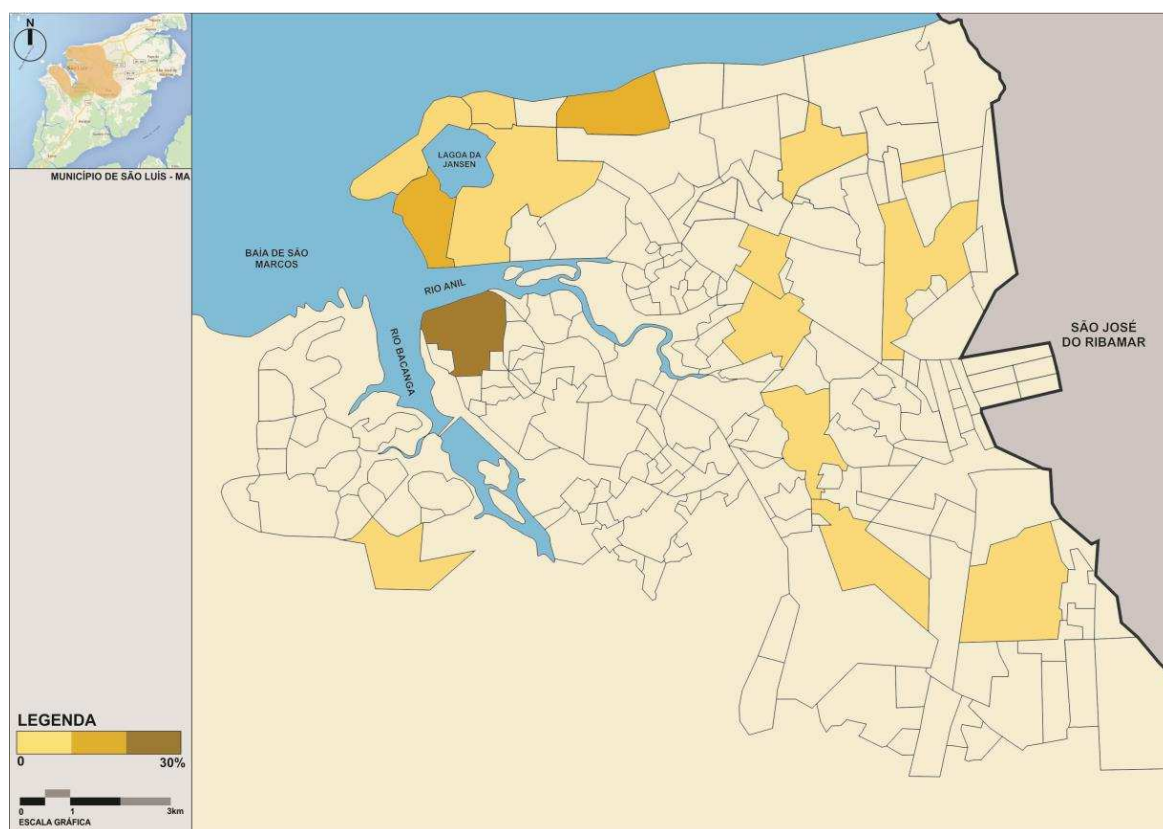
Figura 102: Gráfico de proporcionalidade dos prestadores de serviços turísticos entrevistados segundo tempo de residência em São Luís



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice C).

Em geral, residem em diversos bairros da capital, sendo citados aqueles constantes na Figura 103.

Figura 103: Mapa de bairros citados pelos prestadores de serviços turísticos entrevistados como local de residência em São Luís

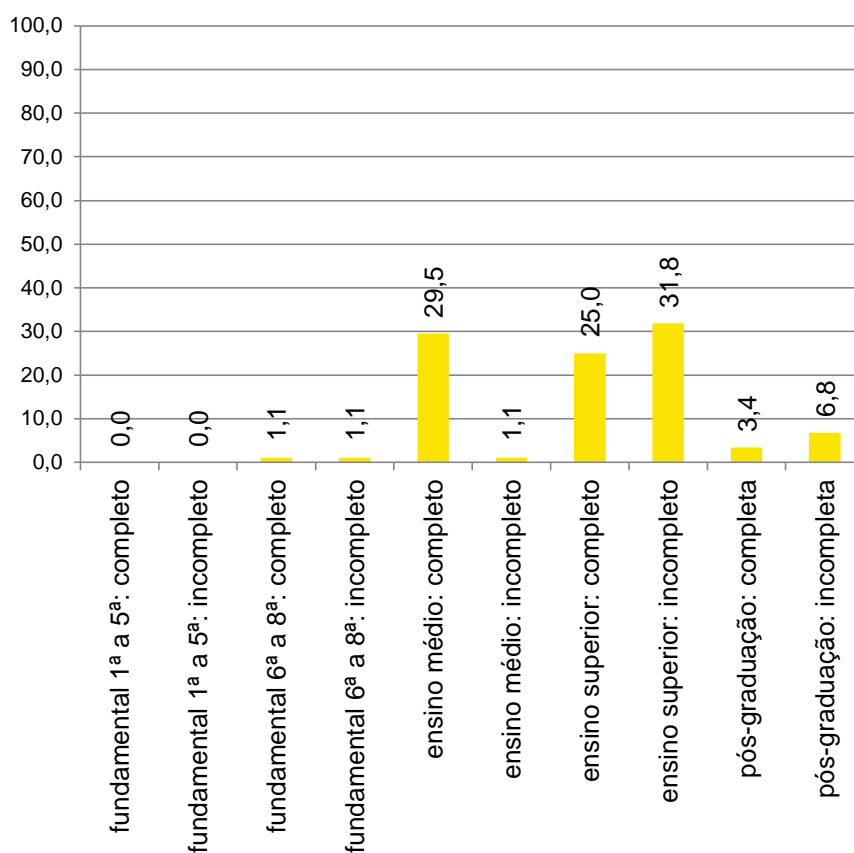


Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice C).

A maioria dos entrevistados reside na região central, seguida dos bairros do São Francisco, Calhau, Centro Histórico e Renascença. Nota-se, assim, a proximidade com a Rua Portugal, sendo que distam no máximo 5 km da via pesquisada. O que separa os demais bairros do centro é a Ponte José Sarney, utilizada para cruzar a cidade, servindo a área central para escoamento.

A maioria dos respondentes possui escolaridade vinculada aos graus de ensino superior incompleto (31,8%) e médio completo (29,5%) (Figura 104).

Figura 104: Gráfico de proporcionalidade dos prestadores de serviços turísticos entrevistados segundo grau de escolaridade



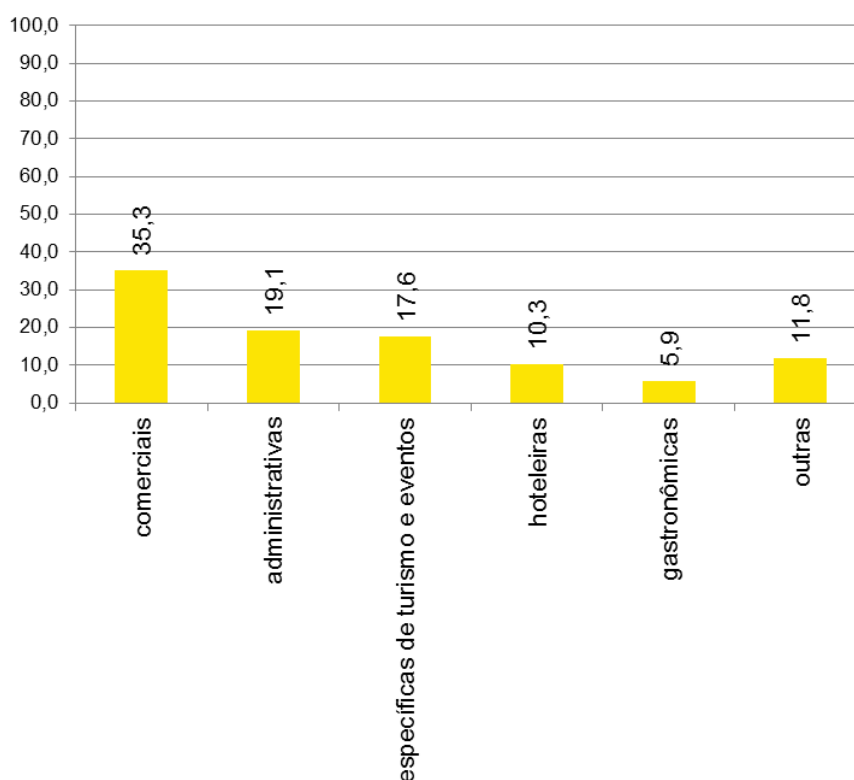
Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice C).

A proporção de 56,8% dos entrevistados tem escolaridade superior (completa ou incompleta), o que demonstra qualificação da mão de obra local e busca pelo conhecimento. Conforme Dias (2003a), nas ações das políticas públicas é fundamental o incentivo à formação e qualificação de pessoas para atuação na atividade turística: portanto, deve ser mantida e incentivada a capacitação orientada para o segmento.



As profissões mais citadas são relacionadas a áreas comerciais (35,3%), seguidas por aquelas de cunho administrativo e pelas específicas de serviços de turismo e eventos (19,1% e 17,6%, respectivamente) (Figura 105).

Figura 105: Gráfico de proporcionalidade de áreas profissionais dos prestadores de serviços turísticos entrevistados



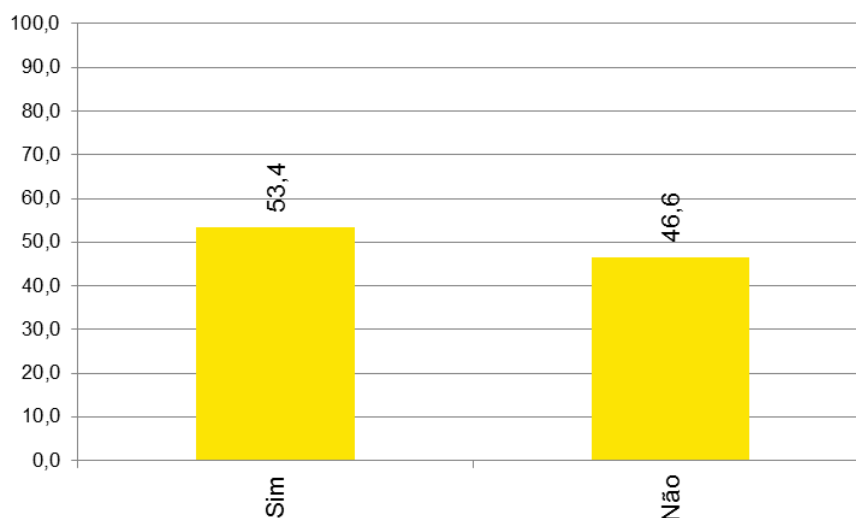
Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice C).

De acordo com dados da Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI, 2011) o público alvo das capacitações ofertadas pela Secretaria Municipal de Turismo de São Luís (SETUR-SLZ) são os funcionários técnicos (28,0%), seguidos dos administrativos (24,0%), administrativos (20,0%), de gerência e de chefia (16,0%). Na elaboração do Plano Maior 2020, foram entrevistados no setor privado principalmente os que trabalham em agências de viagens e hotéis (MARANHÃO, 2012).

Convidados a responder sobre a promoção de MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NA PAISAGEM do Centro Histórico de São Luís, desde a década de 1980 com o Projeto Reviver, a maioria afirmou que sim (53,4%) (Figura 106), havendo maior quantidade de colocações positivas (56,0% – Figura 107), apesar da expressiva proporção de respostas contrárias (29,8%). Grande parte das menções

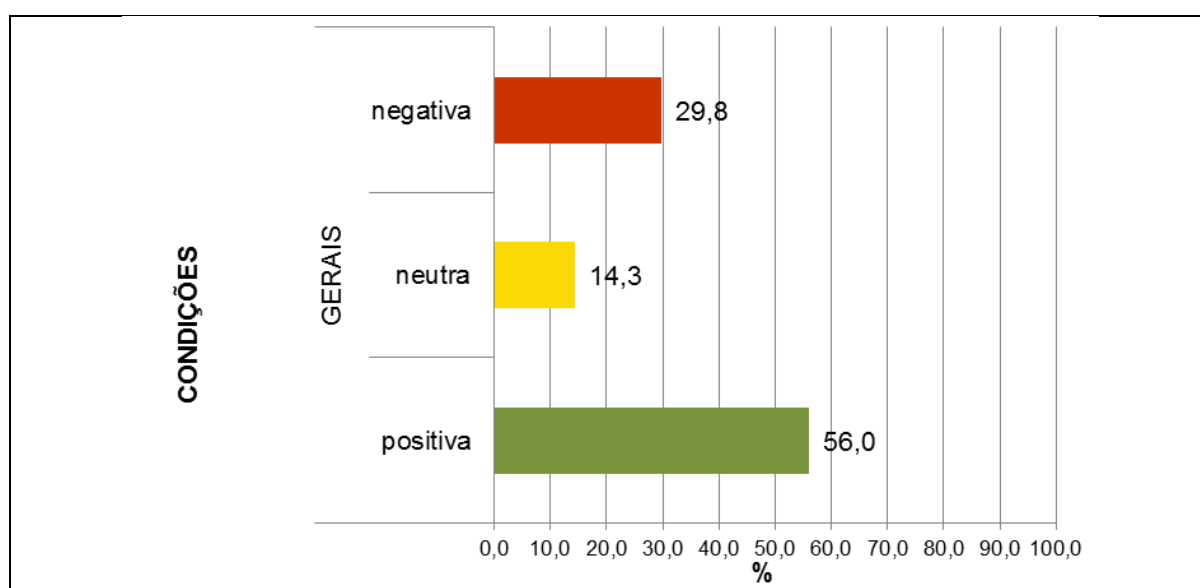
favoráveis está concentrada nas condições culturais (16,7%) e econômicas (15,5% – Figura 108), sendo também consideráveis as opiniões adversas para os aspectos políticos (15,5%).

Figura 106: Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980



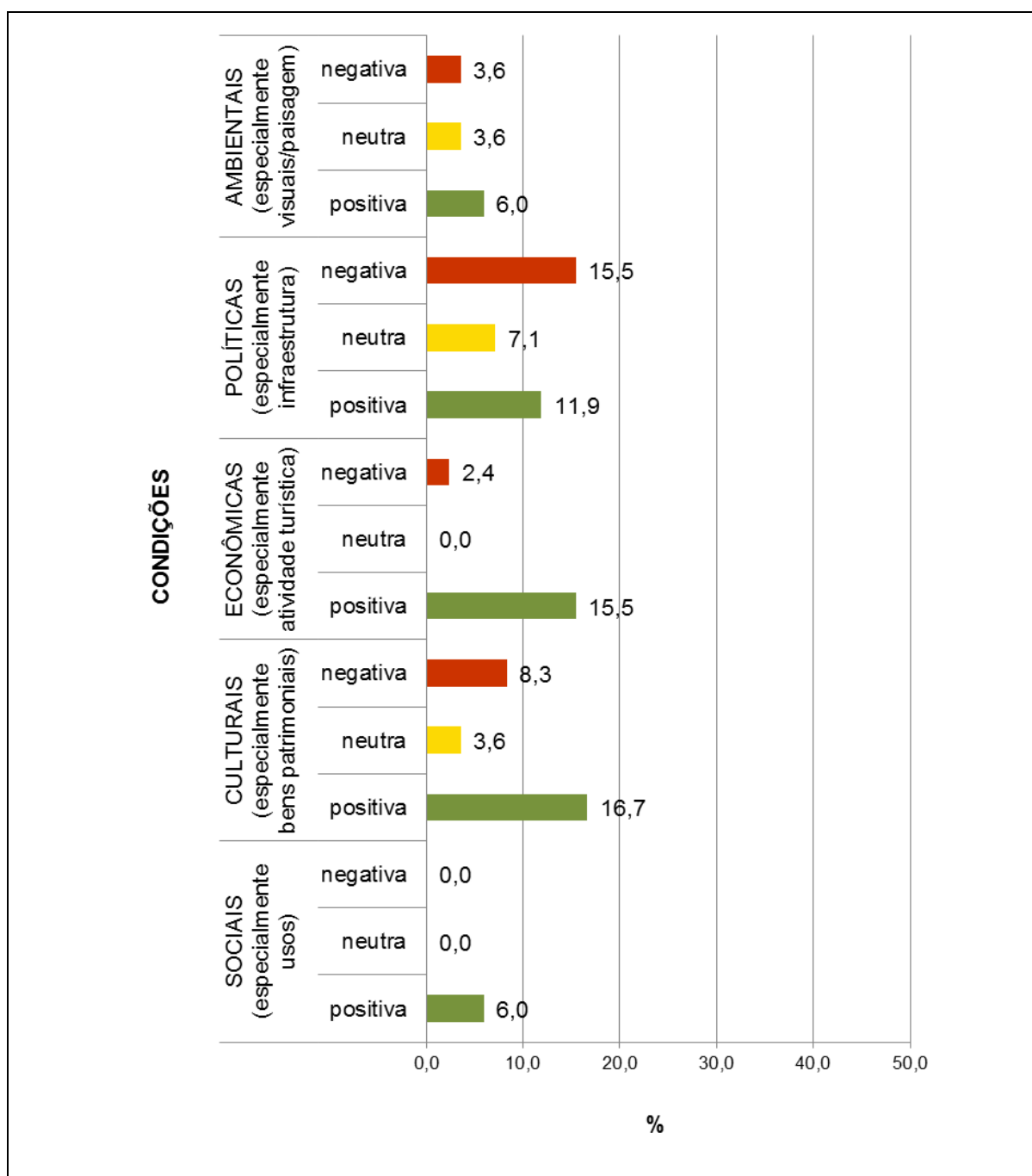
Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice C).

Figura 107: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980 segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices C e J).

Figura 108: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980 segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices C e J).

Percebe-se, assim, que os prestadores de serviços turísticos acreditam que o projeto desenvolvido pelo Governo Estadual desde a década de 1980 tem promovido mudanças na paisagem do Centro Histórico de São Luís, justificando seu parecer positivo (Apêndice J), por exemplo, das seguintes maneiras:

Foram feitas reformas consideráveis na paisagem.

[Foi] revitalizada e conservada a paisagem local.

A reforma foi muito bem feita na época. A paisagem mudou e ficou muito bonito. Pena que os outros gestores não conservaram.

Podemos ver a conservação e revitalização de espaços.

Sim, o projeto ficou muito bem feito e houve mudança sim.

Melhorou a mobilidade com a proibição de transportes nas ruas do centro histórico.

As mudanças significativas foram feitas para melhoria do local e com o intuito de divulgar a cidade. O que não se esperava era o abandono do local por governos posteriores.

Não sei bem se o turismo, mas, a ação ou falta dela, impactou o desenvolvimento do turismo em nossa capital. Falo do turismo planejado, turismo sustentável e acessível a todos, especialmente aos maranhenses que na sua grande maioria não conhece as belezas e importância daquele sítio.

O projeto revitalizou e valorizou o maior legado de nossa história.

Reconstituiu a paisagem conservando a história.

Diagnostica-se que, segundo a visão dos respondentes, o Projeto Reviver contribuiu para a revitalização da área histórica, a qual, conseqüentemente, atraiu mais turistas, transformando o espaço, antes abandonado e degradado, em um produto turístico para a cidade de São Luís. No âmbito deste projeto, a Rua Portugal foi contemplada com a revitalização de casarões e prédios históricos, que receberam funções, econômicas (ver subseção 5.2.3.1 – Quadro específico), dentre outras.

Alguns que disseram que não ocorreram alterações expressivas (Apêndice J) esclareceram que:

Continua do mesmo jeito.

Promoveu mudanças pouco significativas por falta de investimento.

Trabalho aqui há muitos anos e só vi reforma de casarão.

Não houve investimentos para que as mudanças fossem notadas.

Impactou na questão arquitetônica, socioeconômica, mas não melhorou de forma significativa.

Volta-se à questão da magnitude do número de edificações históricas na região, com a maioria pertencente ao setor privado, gerando abandono do acervo. Portanto, as políticas públicas de preservação para o Centro Histórico de São Luís devem incentivar os donos dos casarões a também promover o seu restauro, criando oportunidades no local.

Opinando sobre a promoção de mudanças significativas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís, os entrevistados também comentaram (Apêndice J) que:

Parou por lá mesmo; continua a mesma coisa.

Está um descaso das autoridades.

Aconteceu alguma mudança de infraestrutura no local e a revitalização de alguns casarões.

Para um polo turístico sobreviver, ele precisa de calor humano que veio junto com a revitalização.

Acredito que as visitas tornaram-se maiores o que levou à mudança da paisagem urbana.

Os casarões reformados inclusive o Mercado das Tulhas.

A revitalização no mercado em geral, pois produz a reintegração dentre outros benefícios como a renda financeira.

Pouca coisa como pode citar a revitalização de alguns prédios históricos, assim com a inserção de placas de identificação para esse público e uma maior visão cultural dos museus.

Apenas a transformação de alguns casarões em comércios.

Principalmente os empreendimentos que ali se colocaram para atender os turistas (lojas e restaurantes).

Acredito que a revitalização de alguns casarões que mudaram a paisagem urbana.

Acredito que a revitalização vem mudando lentamente a paisagem. Ao invés de encontrarmos casas residenciais, hoje, encontramos casas comerciais.

No meu entendimento, as mudanças que ocorreram no CH [centro histórico] de São Luís se deram mais pela ausência do turismo. O pouco de turista que se vê naquelas artérias, não é o suficiente, e daí, os espaços foram ocupados de maneira desordenadas por outras camadas da sociedade, “enfeitando” a paisagem daquele espaço.

Restauração de alguns casarões, igrejas e promoção do “bumba meu boi”.

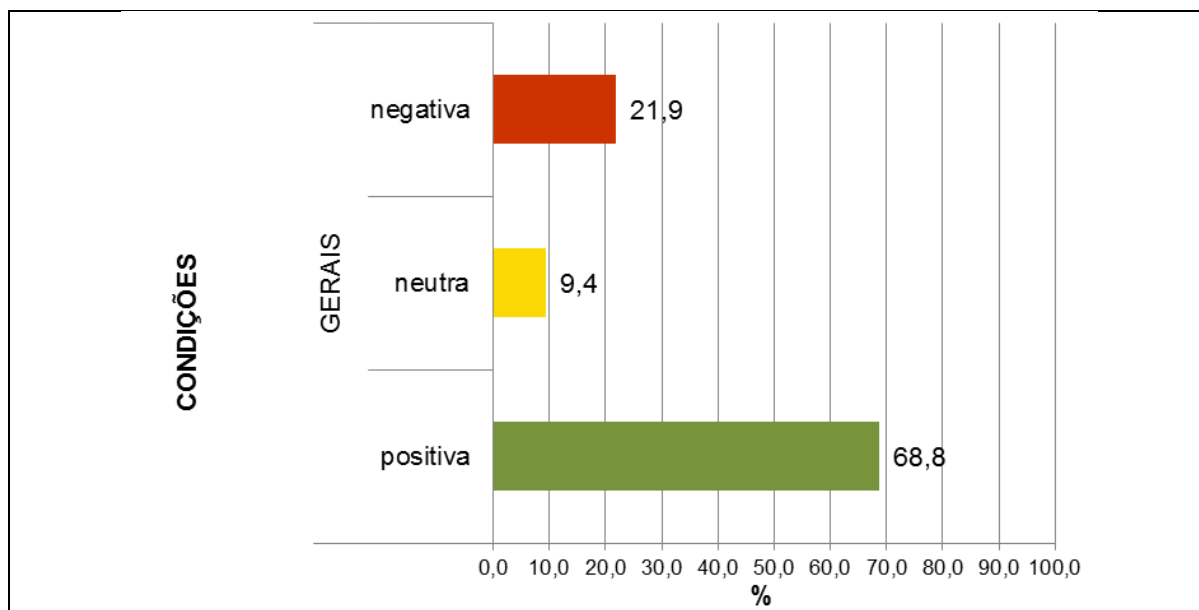
Preservação e conservação de boa parte dos antigos casarões tombados como patrimônio histórico da humanidade.

Ratificando a primeira questão, os prestadores de serviços turísticos perceberam que, com a revitalização, houve aumento significativo no fluxo de visitantes na região, com o turismo promovendo alterações paisagísticas e vitalizando a localidade por meio do surgimento de empreendimentos direcionados para a atividade.

Andrès (2006) apresenta resultados sobre as melhorias oriundas dos projetos de revitalização para a região do Centro Histórico de São Luís, o que corrobora a percepção dos prestadores de serviços turísticos entrevistados nesta pesquisa, que transitam e utilizam o centro histórico e a Rua Portugal como espaço de trabalho e lazer.

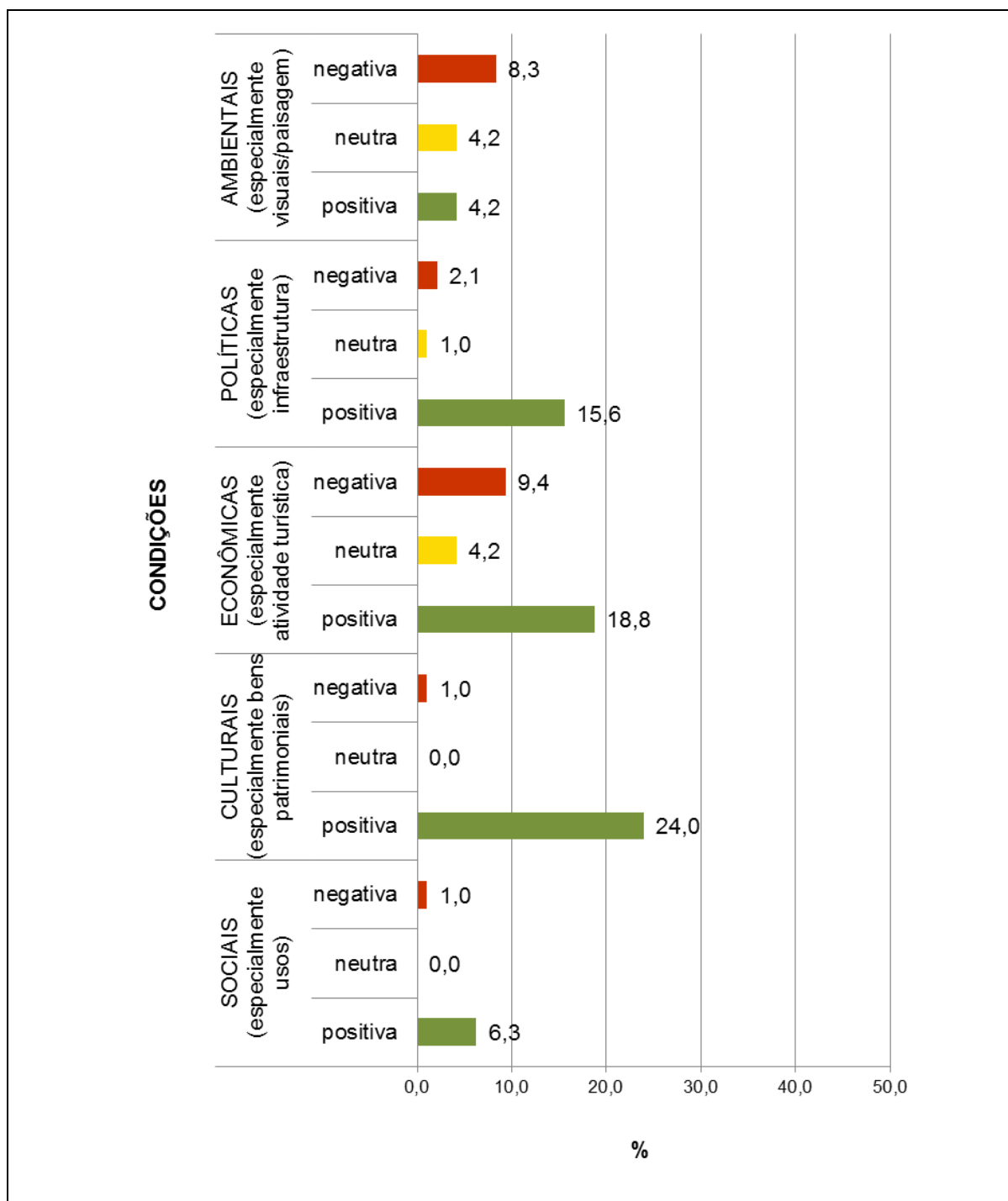
Dentre as opiniões sobre **mudanças notáveis promovidas pelo turismo** na paisagem do Centro Histórico de São Luís, os consultados ressaltam aquelas de caráter positivo (68,8% – Figura 109), embora os 21,9% de citações desfavoráveis. As primeiras são concentradas nas condições culturais (24,0%), econômicas (18,8%) e políticas (15,6% – Figura 110), e as segundas, com menor representatividade, nos aspectos econômicos (9,4%) e ambientais (8,3%).

Figura 109: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto a mudanças notáveis promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices C e J).

Figura 110: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto a mudanças notáveis promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices C e J).



Frente à importância da parceria entre setores para o desenvolvimento da atividade turística, a Prefeitura Municipal de São Luís e o Governo do Estado do Maranhão, por intermédio da Subprefeitura do Centro Histórico, estão realizando diversas atividades na região, como:

[...] Serviços de restauração de calçadas e calçamento já foram executados em pontos das Praças do Letrado e Catraeiros, Rua Giz, Rua do Comercio, Rua Portugal, Escadaria Humberto de Campos, além do entorno do Centro de Criatividade Odylo Costa, Filho e da Casa das Tulhas, a tradicional Feira da Praia Grande, entre outras.

‘A Prefeitura de São Luís, o Governo do Estado e a União, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN], estão unidos para ampliar essas intervenções que estão sendo concretizadas’, assegurou o Subprefeito do Centro, Fábio Henrique Carvalho, enfatizando novas parcerias previstas para a área, todas voltadas para a melhoria da infraestrutura urbana, com o objetivo de recuperar e conservar o patrimônio e de fortalecer o turismo na região.

Fábio Henrique Carvalho narrou que, ao se percorrer as ruas do centro histórico, já se percebe uma dinamização em torno da área com o revigoramento do comércio no local, bem como a satisfação de todos com as intervenções que estão sendo feitas para a revitalização do centro histórico e todo o seu entorno [...] (PMSL, 2015c, p.1).

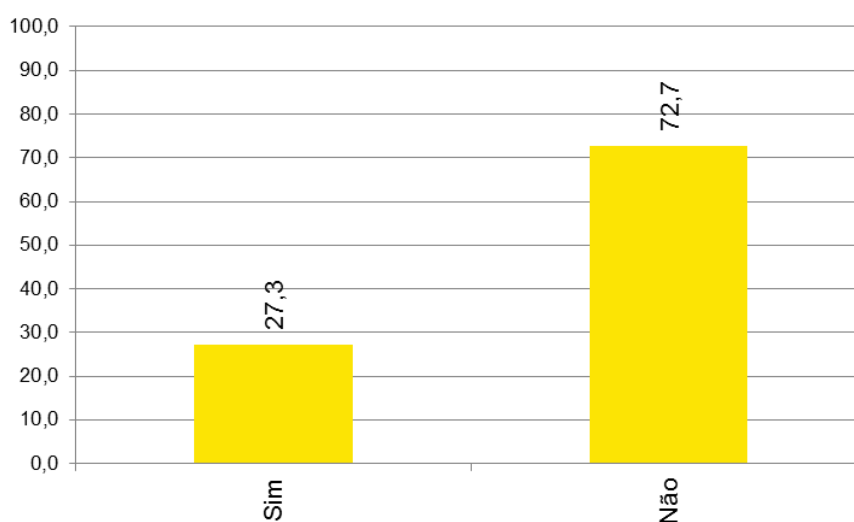
Em contraposição ao depoimento acima, alguns respondentes comentaram, ainda, que não veem nenhuma mudança promovida pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís (Apêndice J).

No atual Plano Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão (também chamado “Plano Maior 2020” – SETUR-MA, 2012), foram escolhidos três aspectos que nortearão o desenvolvimento da atividade turística no território estadual: turismo como setor profissional; qualidade da experiência turística; e singularidade do Maranhão como destino único. No segundo item, é proposta a garantia da qualidade da paisagem, mas não são explicitadas as medidas para o alcance de tal meta.

Além disso, no documento oficial de turismo do Maranhão é afirmado, para o Polo São Luís, um conceito de desenvolvimento relativo a “centro histórico do mundo, referência do Brasil”. Ou seja, pretende-se estruturar o atrativo histórico-cultural, adotando um “um modelo referência de preservação e valorização da paisagem cultural e do patrimônio histórico arquitetônico” (MARANHÃO, 2012, p.191). Tratando-se de um plano vigente, essas ações e estratégias ainda estão sendo colocadas em prática e, portanto, não perceptíveis pelos entrevistados.

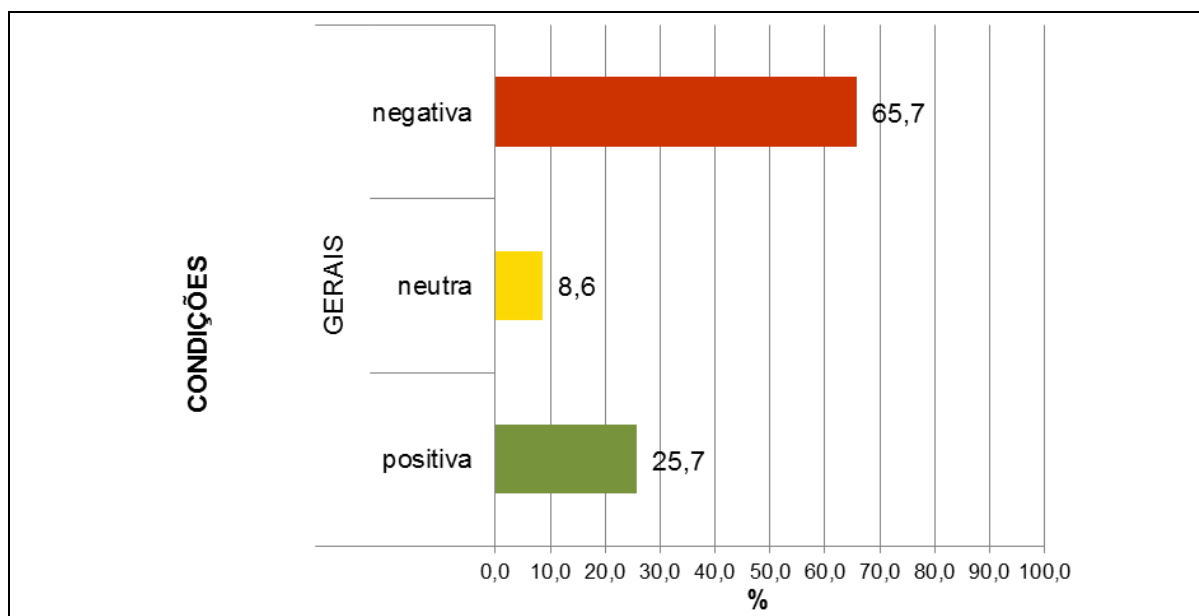
A expressiva proporção de 72,7% dos entrevistados afirmou que não há, na paisagem do Centro Histórico de São Luís, INTERVENÇÕES ORIUNDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS de turismo (Figura 64), com uma citação de que “os dois lados, tanto o Estado quanto o Município, não se preocupam”. Os respondentes ressaltaram questões negativas (65,7% – Figura 111), mas com 25,7% de citações favoráveis, com maior expressão para condições políticas (Figura 112). Grande parte dos que acreditam nessas intervenções também não soube explicá-las. Igualmente, as respostas adversas são fortemente concentradas nos próprios aspectos políticos (51,4% – Figura 113).

Figura 111: Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto à existência de intervenções oriundas de políticas públicas de turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís



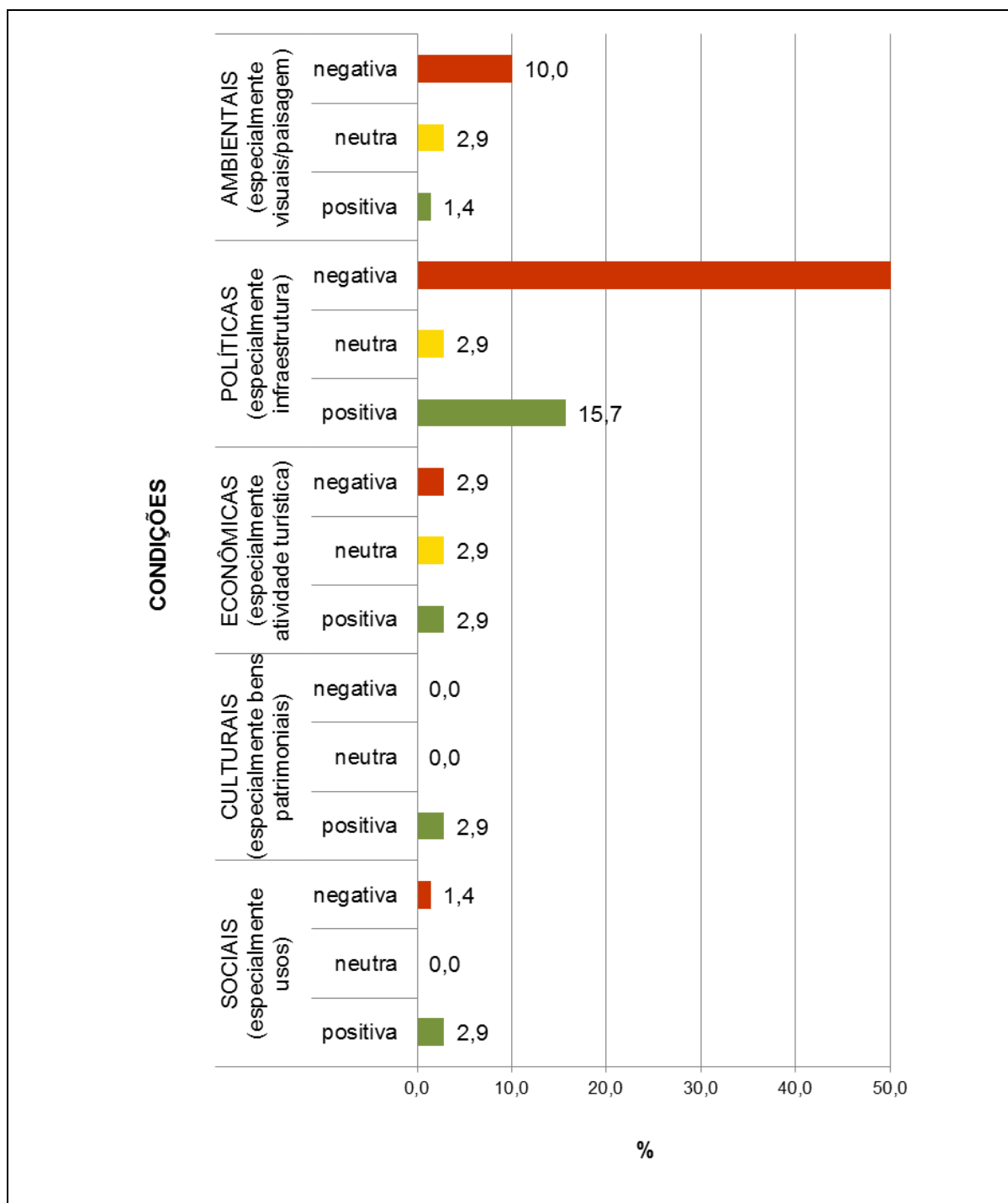
Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice C).

Figura 112: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto à existência de intervenções oriundas de políticas públicas de turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices C e J).

Figura 113: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto à existência de intervenções oriundas de políticas públicas de turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices C e J).

Constata-se, assim, que os entrevistados que atuam na prestação dos serviços turísticos não veem o turismo como propulsor de intervenções na paisagem do centro histórico, especialmente pelo fato de que as políticas públicas no setor, tanto estaduais quanto municipais, não incluem ações que diretamente afetam a paisagem do local.

Como citado no Plano Maior 2020 (MARANHÃO, 2012) e no Plano de Desenvolvimento do Cluster de São Luís (PDCTSL – SPI, 2011), foram entrevistados e participaram de sua elaboração o *trade* turístico local, a comunidade em geral e a academia, auxiliando na criação de propostas para direcionamento da atividade tanto no Maranhão quanto na sua capital. Em ambos os documentos, não são citadas ou previstas ações que impactem diretamente a paisagem do centro histórico, mesmo estando arrolada no Plano Maior 2020 a estruturação dos seguintes aspectos:

[...] um modelo referência de preservação e valorização da paisagem cultural e do patrimônio histórico arquitetônico; [...]

[...] o turismo náutico, que se insere dentre as prioridades de desenvolvimento por constituir-se em um elemento importante de acesso e mobilidade no polo, bem como de diferenciação de sua paisagem cultural e de interpretação do Patrimônio histórico cultural. A partir de sua estruturação, deve permitir que a experiência turística cultural ocorra a partir de um ponto de vista diferenciado: “visto do mar” [...] (MARANHÃO, 2012, p.191).

Esses dois itens destacam a paisagem como um detalhe único para o Polo São Luís, mas é necessário preparar o destino conforme consta no documento, no qual o macro programa de desenvolvimento prevê ações como:

Programa de Infraestrutura tem a proposta de estabelecer sinergia e integração com outras áreas do Governo, somando ações pontuais do setor de turismo nos territórios priorizados às outras iniciativas e processos em curso, otimizando esforços e investimentos previstos para a infraestrutura urbana, de forma a produzir resultados mais efetivos para os problemas identificados nas áreas de interesse turístico, em especial de: saneamento básico, acessibilidade aérea, marítima fluvial e terrestre, e urbanização (MARANHÃO, 2012, p.245)

Neste programa, estão previstas ações direcionadas à urbanização e infraestrutura do Polo São Luís, para que possa receber e ofertar produtos de qualidade ao visitante. Além disso, no Plano Maior 2020, é destinada atenção ao “conjunto histórico-cultural, com ênfase ao Centro Histórico de São Luís – Patrimônio da Humanidade [pela Organização das Nações Unidas para a Educação,

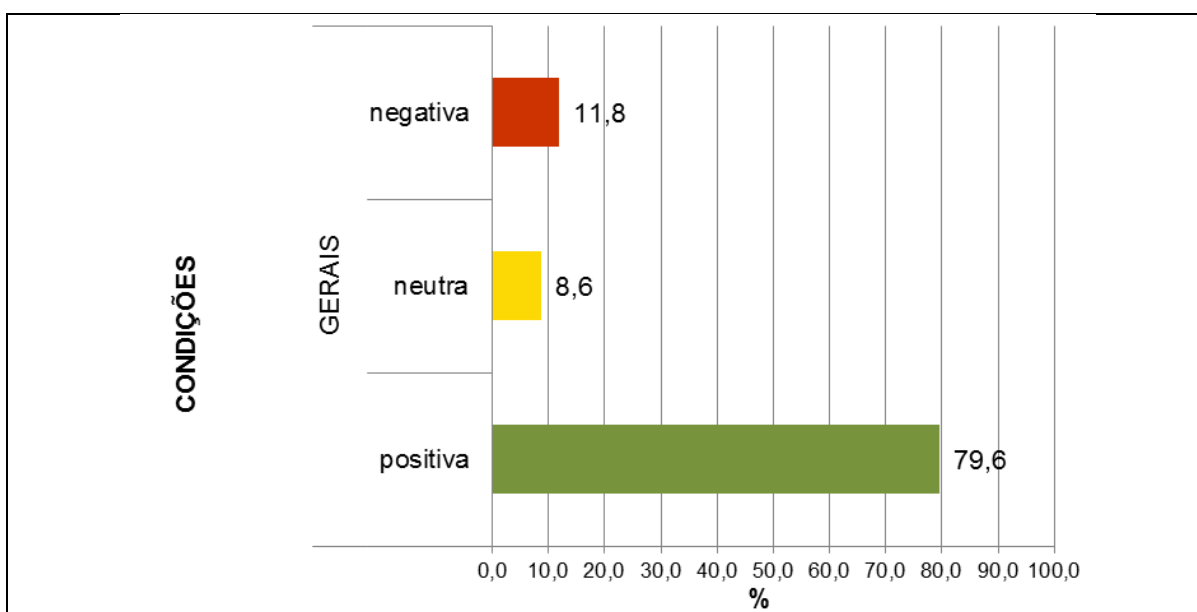
a Ciência e a Cultura] UNESCO, por ser reconhecido como o local de referência da cultura popular maranhense” (SETUR-MA, 2012, p.190).

Como o prazo final para execução total do plano é 2020, as ações ainda estão sendo realizadas e, por isso, é possível que os entrevistados não percebam claramente os impactos das políticas públicas na paisagem do centro histórico e da Rua Portugal propriamente dita.

Na pesquisa publicada no Plano Maior 2020, há consenso do *trade* quanto aos aspectos de turismo a serem melhorados e as características negativas se somam às informações desta tese, pois estão direcionadas principalmente à infraestrutura, como a manutenção urbana em geral, que inclui a preservação do patrimônio histórico (MARANHÃO, 2012). Ou seja, como o plano ainda está em execução, a atividade ainda não promoveu melhorias significativas na infraestrutura comercializada, no caso, o destino São Luís.

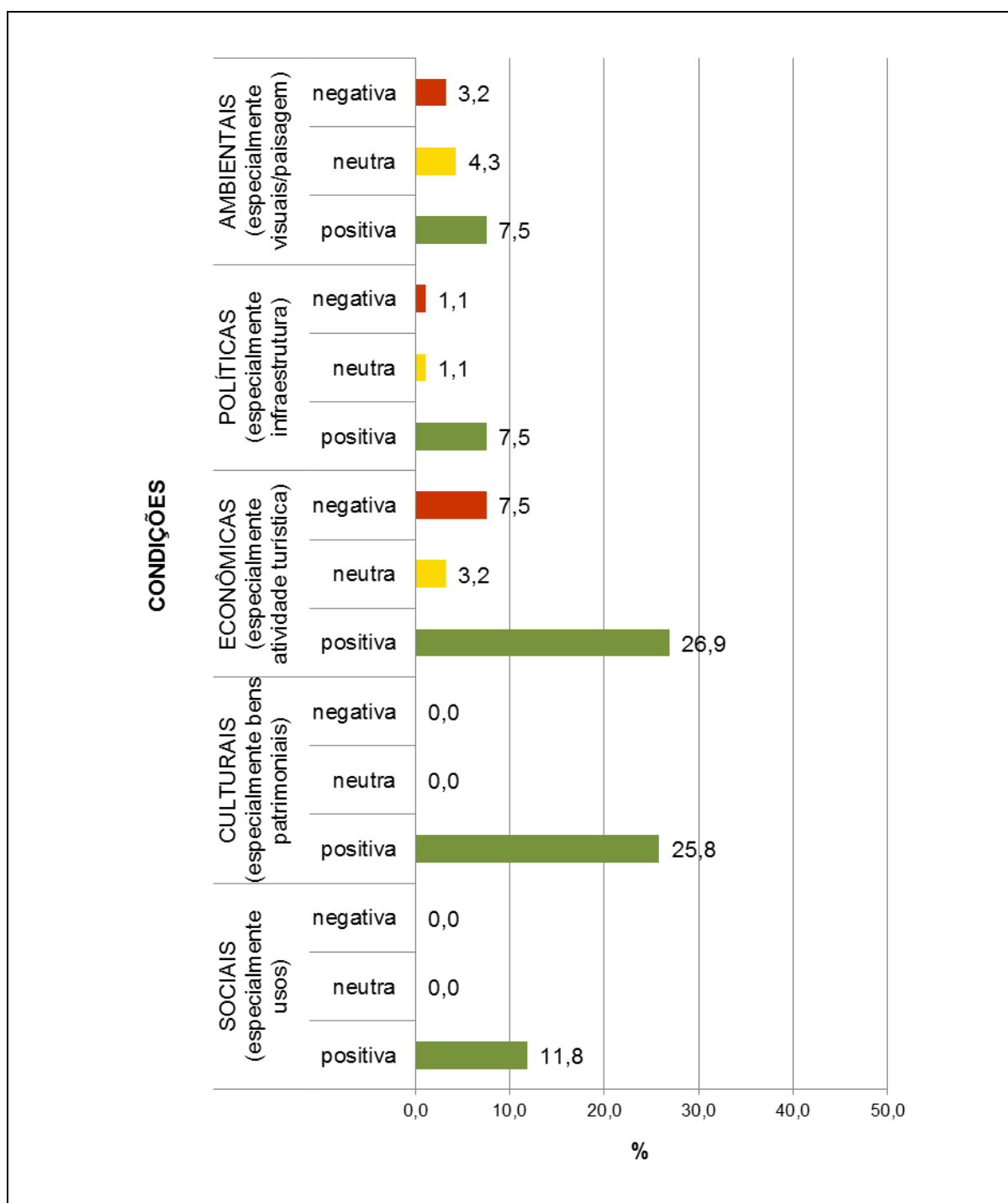
A opinião sobre **intervenções positivas do turismo na paisagem** do Centro Histórico de São Luís recai, como previsto, majoritariamente sobre aspectos benéficos em termos gerais (79,6% – Figura 114), os quais são mais significativos para condições econômicas (26,9%) e culturais (25,8% – Figura 115).

Figura 114: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto a intervenções benéficas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices C e J).

Figura 115: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto a intervenções benéficas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices C e J).

Essas intervenções foram expressas especialmente por (Apêndice J):

A revitalização de prédios abandonados para hotéis, agências e lojas de artesanato, ajudando na preservação.

Somente a tubulação da fiação.

Porque eles reformam tudo e não fazem nada pelo pessoal que trabalha aqui.

A intervenção acontece, mas a divulgação ainda é muito pouca.

Porque agora nós temos um subprefeito que resolve as questões.

Criação da Subprefeitura do Centro Histórico.

Até o final do ano de 2014, o CH de São Luís, estava totalmente entregue a própria sorte, realidade esta que começou a mudar neste ano de 2015, com a criação da subprefeitura da área, que já começou a implementar algumas mudanças, mudanças estas, para melhor.

A criação da Subprefeitura do Centro Histórico de São Luís foi promessa de campanha do atual Prefeito Municipal, assim como reivindicação dos empreendedores da região e da comunidade residente no local.

A Subprefeitura do Centro Histórico está funcionando na sede da Secretaria Municipal de Turismo, onde também está o vídeo monitoramento. Os funcionários foram transferidos da Secretaria de Turismo para a subprefeitura, e, por isso, não foi criado nenhum cargo. "Isto é otimizar o gasto público. Temos um imóvel grande alugado para uma secretaria e aproveitamos para abrigar a subprefeitura. A estrutura existe com subprefeito, coordenador, técnicos. Todos do corpo do município, sem criar nenhum cargo. Temos uma máquina que podemos remanejar servidores sem onerar os cofres públicos", pontuou o subprefeito Fábio Henrique Carvalho. [...] colocou a importância das ações que já estão sendo desenvolvidas no centro como um choque de ordem pública, com ações que já fazem a população sentir a presença do poder público no principal ponto turístico da capital. 'Montamos um grande cronograma de ações. É necessário um ordenamento no centro do comércio da cidade. Nós regulamentamos o comércio informal que estava sem nenhuma regra. As melhorias já são sentidas pela população com a manutenção e conservação do centro histórico da cidade', afirmou [...] (PMSL, 2015d, p.1).

Vale mencionar a resposta negativa de que não há “nenhuma, continua a mesma coisa”, além de (Apêndice J):

Falta de políticas para preservação do centro histórico e conscientização das pessoas.

Falta tudo: limpeza, organização da feira etc.

Não há nenhuma intervenção.



A política pública do turismo tem chegado muito lentamente aqui.

Falta essa política pública.

Devido à falta de investimentos nessas políticas.

Entra governo, sai governo e ninguém faz nada. E isso faz mal à visão do turista.

Vem sofrendo devido à falta de políticas para o turismo.

Não há política pública voltada pra lá

O governo deixa tudo abandonado.

Muito abandono por parte dos órgãos públicos.

É clara a preocupação com o descaso governamental, pois, mesmo com o Plano Maior 2020 (SETUR-MA, 2012) e com o PDCTSL (SPI, 2011), além de outros programas direcionados à revitalização do centro histórico, as ações não são verificadas. Nota-se que a comunidade “não acredita” nas políticas públicas maranhenses devido à sua própria interrupção quando há troca de gestão, como esclareceu um dos respondentes. Esse caso, todavia, não é isolado para São Luís, pois, no Brasil, “a descontinuidade de políticas públicas no Brasil é um problema mais sério do que a corrupção. Ela é custosa e criminosa” (CONSULTOR JURÍDICO, 2014, p.1).

Na Seção 4 – Caracterização da área de estudo – se compreende a história da cidade, que teve seu tempo de prosperidade e riqueza; porém, após a década de 1960, a economia enfraqueceu, deixando o rico patrimônio abandonado e o núcleo urbano foi expandido para a região das praias. Para Venancio (2012, p.15):

[...] a invenção do Centro Histórico de São Luís só se completa e só tem sentido se estiver a serviço de sua população. Se durante esse tempo foi possível o resgate de estruturas urbanas deterioradas, se foi possível a recuperação de áreas para uso cultural e de lazer, se foi possível estabelecer um Programa de Habitação no centro histórico que transforma casarões abandonados em edifícios residenciais, se foi possível mesmo fazer reconhecer suas qualidades específicas, de valor universal, com a inclusão de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO é possível também consolidar, estabilizar o centro histórico de tal forma que a prática da conservação seja integrada à prática cotidiana da conservação no dia-a-dia de cada um e de todos.

Acerca do questionamento sobre intervenções positivas do turismo na paisagem do centro histórico, outras respostas de interesse (Apêndice J) foram:

Valorizou o lugar, mas não tem atraído tanto.

Mais limpeza, restaurações e revitalizações de logradouros e imóveis históricos além de mais prestadores de serviços e produtos turísticos.

Acredito que o turismo é positivo para o centro histórico, pois dá um sentido à sua existência.

Preservação da cultura local, preservação do patrimônio histórico e artístico natural, fomento cultural.

Iluminação pública, fachadas dos casarões e só.

Acho que a paisagem continua a mesma de antes.

Acredito que os lugares foram bem mais valorizados.

Seria recuperação de ruas, restauração dos casarões, limpezas de ruas.

Preserções dos antigos casarões, ruas e pavimentações.

Essas intervenções só acontecem em período de festas juninas e carnaval, deveriam fazer manutenção constante no turismo.

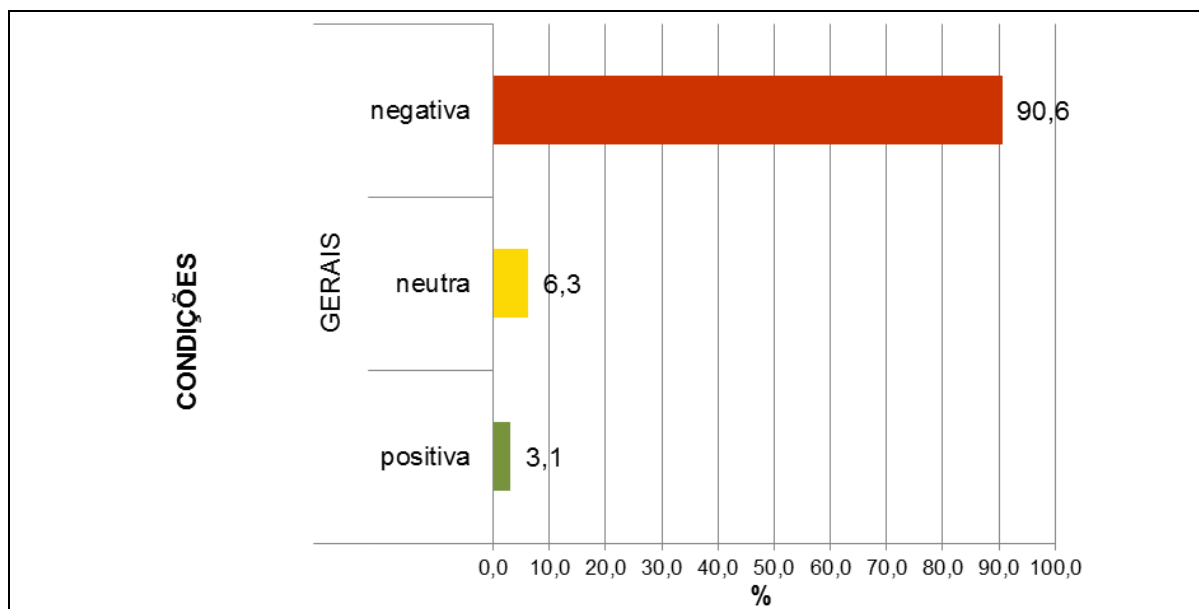
Para os entrevistados, o turismo interfere na paisagem do centro histórico principalmente com ações de revitalização dos casarões, segurança e limpeza, as quais têm sido realizadas pela Prefeitura Municipal, especialmente desde 2014, quando iniciou o projeto “Aliança pelo Centro Histórico”, nas áreas onde há maior fluxo de turistas, incluindo a Rua Portugal.

Nesta primeira fase do projeto de revitalização, serão trabalhadas 24 ruas onde há um fluxo maior de turistas, mas a tendência é que, com a chegada de mais parceiros, o número siga aumentando até a cobertura de todo o perímetro. O centro histórico tem 107 mil metros quadrados de área urbana tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional, envolvendo cerca de 1.200 edificações e constituindo o mais extenso e valioso conjunto de arquitetura colonial portuguesa do século XIX.

Dentro do projeto, serão desenvolvidas atividades de estruturação da Comissão da Aliança pelo Centro Histórico, que será a responsável pela gestão do projeto; intervenções na limpeza urbana com uma equipe capacitada e específica para atuar no local; requalificação dos espaços e serviços públicos; eventos culturais no local e mobilização social, que receberá uma atenção especial (PMSL, 2014, p.1).

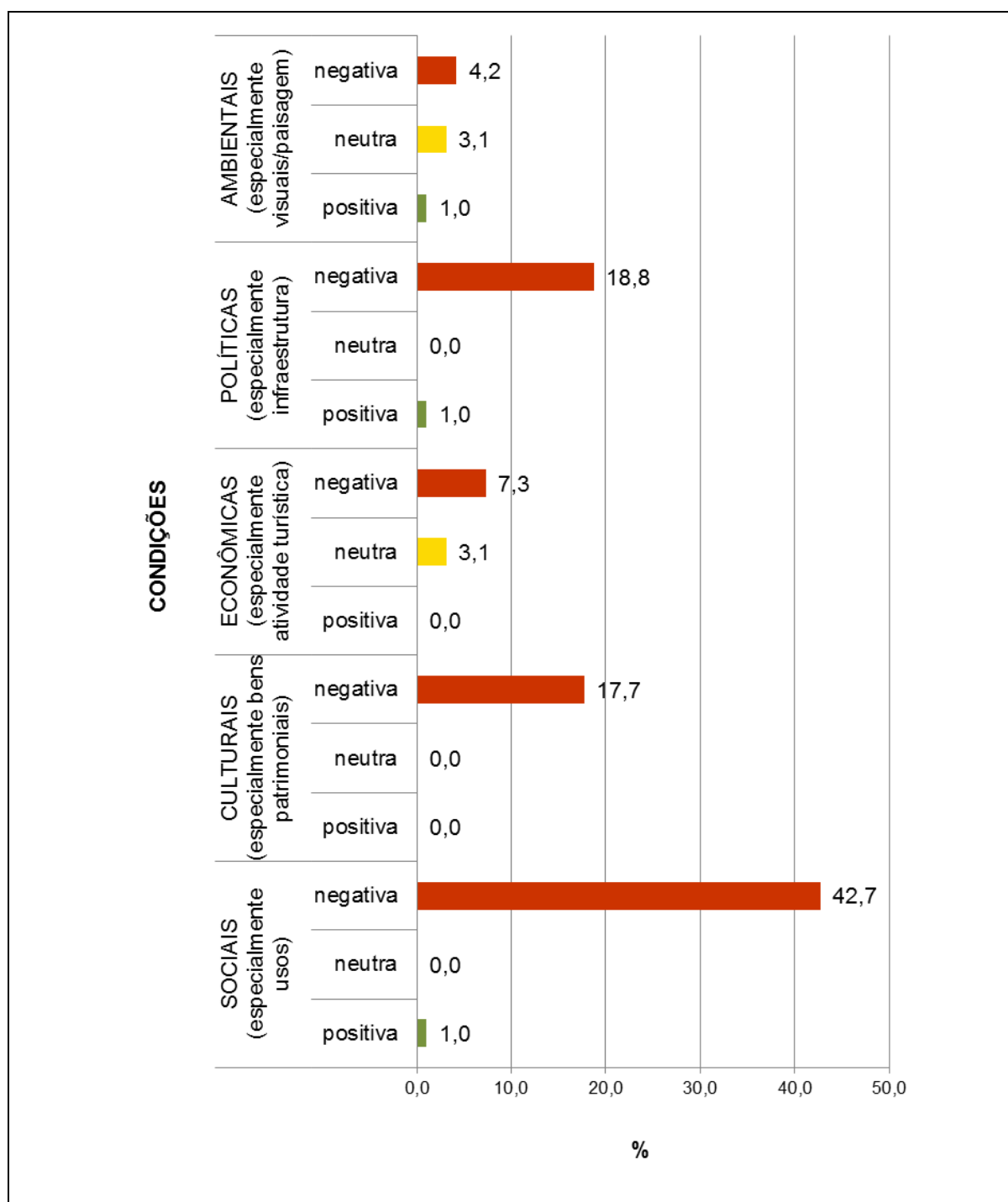
Em relação às **intervenções negativas do turismo na paisagem** do centro histórico, os resultados gerais são expressivos (90,6% – Figura 116), com destaque para as condições sociais (42,7% – Figura 117).

Figura 116: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto a intervenções adversas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices C e J).

Figura 117: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto a intervenções adversas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices C e J).

Nesse contexto, as principais respostas (Apêndice J) foram:

Quando a prefeitura fecha esses casarões abandonados, diminui a questão da invasão desses locais por parte dos moradores de rua, porém esteticamente não é bonito, é preciso que se invista na restauração desses casarões.

A desorganização de alguns ambulantes no local e a falta de segurança.

O capital estrangeiro está entrando lentamente. Empresários de fora estão comprando casarões antigos para transformar em pousada e isso faz com que os antigos moradores que realmente contam a história do local, saiam para outras redondezas.

Maior degradação ambiental e patrimonial.

Mais moradores de rua, mais sujeira, maior depredação do patrimônio.

Muita sujeira, violência, vandalismo, falta de organização em eventos.

A falta divulgação e revitalização de casarões abandonados e a falta de segurança são quesitos que precisam ser averiguados com cautela.

A falta de preservação do centro histórico.

Atraiu muito bandido para o local.

A ocupação desordenada daquele espaço e a falta de segurança.

O abandono do patrimônio histórico de São Luís é claro na percepção dos entrevistados, pois, mesmo com programas e projetos nas áreas de turismo, urbanismo, cultura e meio ambiente, entre outras, a atividade turística ainda não é desenvolvida, sob a ótica dos consultados, de maneira a contribuir para intervenções positivas na paisagem.

Diversas são as reportagens que apontam a redução do fluxo de visitantes, a insegurança, a sujeira e a degradação, entre outros aspectos diretamente ligados às justificativas apontadas pelos entrevistados.

A Prefeitura de São Luís, em parceria com o Governo do Estado, começou a lacrar todos os casarões invadidos por usuários de *crack*, no centro histórico da capital. A ação, que contou com o apoio da Guarda Municipal e da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), é parte do pacote de serviços que estão sendo executados conjuntamente entre os dois poderes executivos, visando à revitalização do centro histórico, ao aumento do fluxo de visitas na área e à promoção do turismo local. [...] Também compõem o processo de revitalização do centro histórico o trabalho de limpeza e lavagem das ruas e escadarias, varrição e coleta, manutenção da iluminação pública, poda de árvores, restauração do calçamento e reforço da segurança no local, por meio da realização de operações ostensivas e

aumento do efetivo policial em toda a área do centro histórico (PMSL, 2015, p.1).

São Luís entrou na chamada alta temporada do turismo, com a chegada das férias de julho. E nada. A capital maranhense continua sendo ignorada pelo visitante, mesmo nesta época do ano – fato que já sido registrado no carnaval e no São João. Comerciantes da área da Praia Grande, que sempre experimentaram aumento do movimento de turistas neste período, reclamam que tem sido reduzidíssimo a frequência de gente de fora de São Luís (D'EÇA, 2015, p.1).

Em época de férias aumenta o fluxo de visitantes no Centro Histórico de São Luís e outras áreas de lazer. Mas há uma queixa geral tanto de visitantes como moradores sobre a falta de segurança em alguns pontos específicos da cidade (IDIFUSORA, 2015, p.1).

Casarões históricos abandonados e depredados, insegurança durante o dia, assaltos e até morte à noite. Essas têm sido algumas das reclamações e "experiências" de quem frequenta o Centro Histórico de São Luís, capital do Maranhão (TELESCÓPIO MARANHENSE, 2014, p.1).

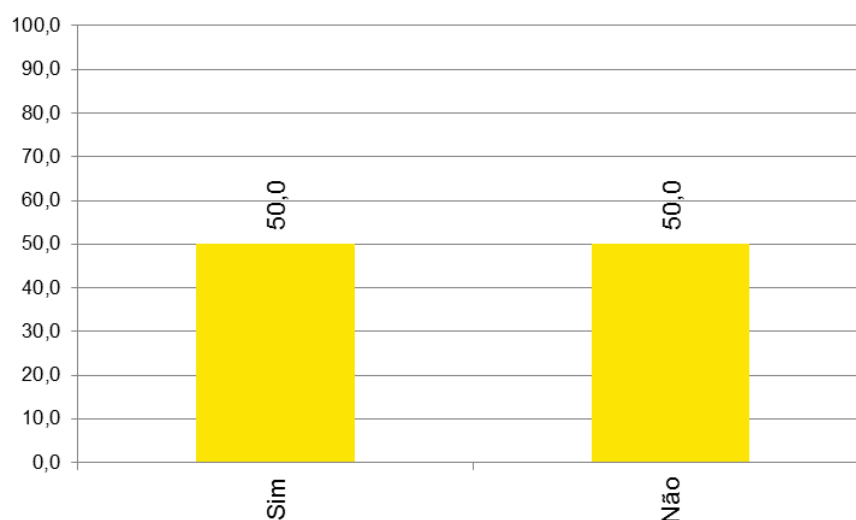
Tanto as respostas dos entrevistados quanto as reportagens em mídias impressas e virtuais apontam o abandono do patrimônio, o que tem afastado turistas e comunidade da localidade. Mesmo com as políticas públicas de turismo e com as suas potenciais intervenções positivas (ver subseção 3.3 – Influências do turismo na cidade), a paisagem no centro histórico tem sido pouco beneficiada pela atividade.

A Prefeitura Municipal e Governo Estadual têm realizado ações operacionais para conter os prejuízos do *trade* local com o baixo fluxo de turistas na cidade, além daqueles decorrentes da degradação do patrimônio histórico. Nesse sentido, há consenso com o pensamento de Venancio (2012, p.15), para quem:

[...] não é tarefa fácil. Exige intervenção unitária e coesa das três esferas governamentais, federal, estadual e municipal que, aliás já vem sendo construída quando se propõe a elaboração conjunta de um Plano Diretor para o Centro Histórico de São Luís. Exige um plano diretor que possa abranger toda a área de proteção histórica, tanto a federal como a estadual. Exige mais que isso. Exige a reflexão sobre a necessidade de implementar, de fato, políticas de conservação integrada, políticas públicas capazes de conciliar a conservação do lugar antigo, que possam contribuir para tornar a cidade unitária em sua diversidade, respeitando os seus diferentes tempos, os seus diferentes ritmos. Então, talvez, ao tornar a cidade unitária em sua diversidade, possamos compreender que as diversas partes da cidade não têm, por princípio, valor histórico diferente. Que a necessidade de se determinar, se inventar um centro histórico, se deve ao fato de que houve um momento em que a busca do novo, do mais que novo, a busca daquilo que já é pós antes mesmo de ser, se colocou como meta, como objetivo, como desejável e irremediável caminho. Nesse momento, talvez se possa desinventar o centro histórico.

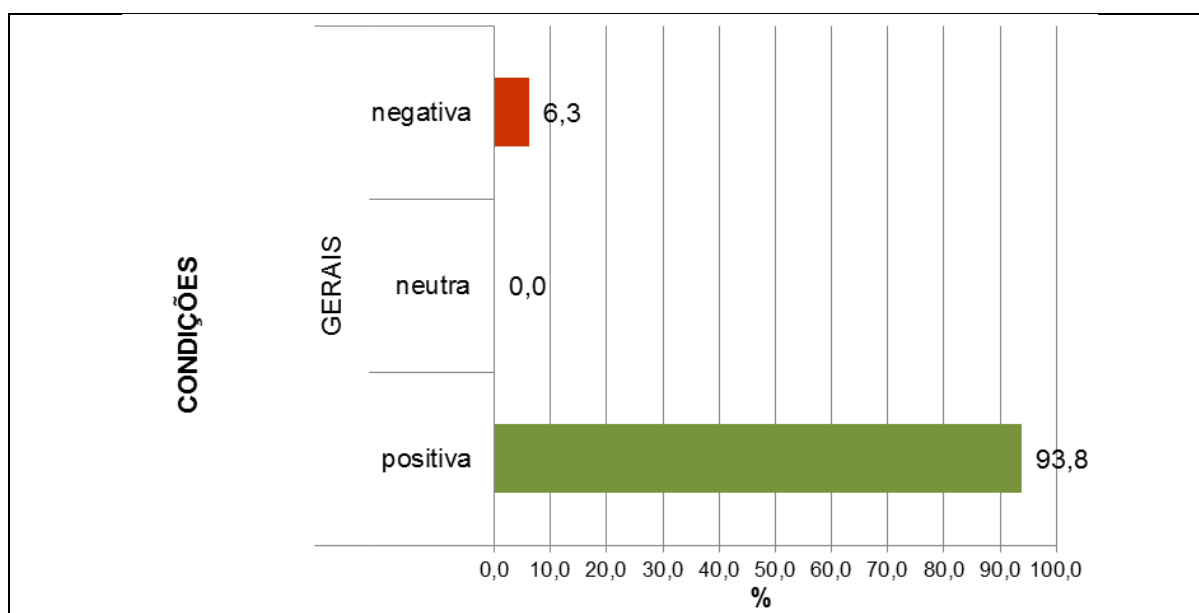
Quando arguidos sobre sua PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMA OU POLÍTICA DE TURISMO para a cidade de São Luís, a metade dos prestadores de serviços turísticos (50,0%) afirmou que não (Figura 118), avaliando, quando do seu envolvimento, muito positivamente as suas respectivas atividades (93,8% – Figura 119), especialmente em relação a condições sociais (43,8% – Figura 120).

Figura 118: Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto à participação em programa ou política de turismo para a cidade de São Luís



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice C).

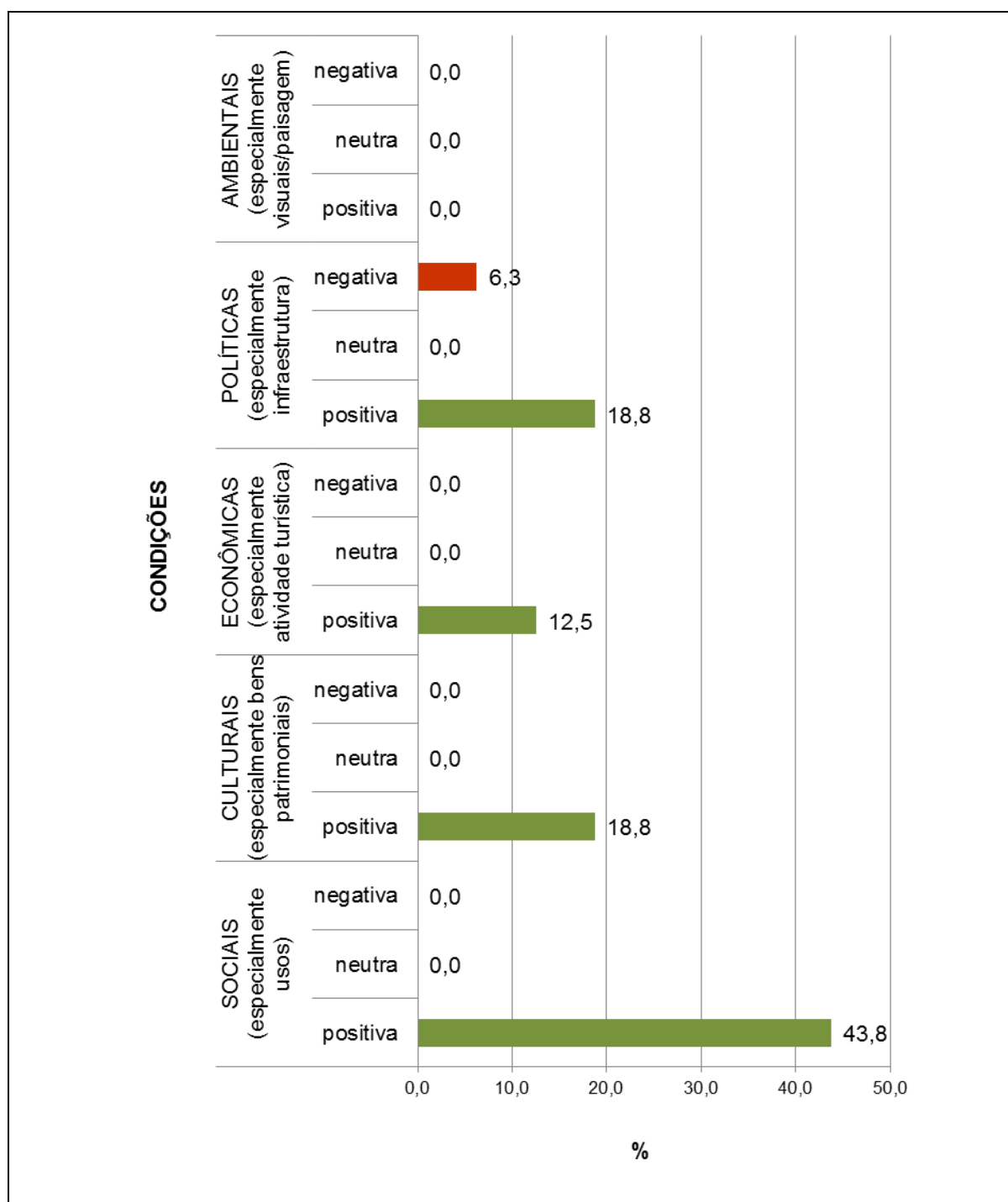
Figura 119: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto às suas atividades benéficas para o turismo na cidade de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices C e J).



Figura 120: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto às suas atividades benéficas para o turismo na paisagem da cidade de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices C e J).

Os participantes citaram que realizaram estágio, qualificação ou prestação de serviços (Apêndice J), especialmente em:

Pesquisa de demanda nos aeroportos, rodoviária e feira da Praia Grande.

*Cluster* de turismo.

Posto de informações turísticas.

[...] um curso de qualificação em atendimento [...].

O lançamento do Plano Maior na Academia.

Programa de qualificação da prefeitura SETUR[-SLZ], em curso de qualificação.

*Cluster*. Não foi adiante.

Cursos de qualificação em turismo.

Cursos de qualificação da SETUR[-SLZ] sobre informações turísticas.

Um curso da Prefeitura onde realizamos passeios turísticos.

[...] Plano Maior na academia, lançado na [Universidade Federal do Maranhão] UFMA.

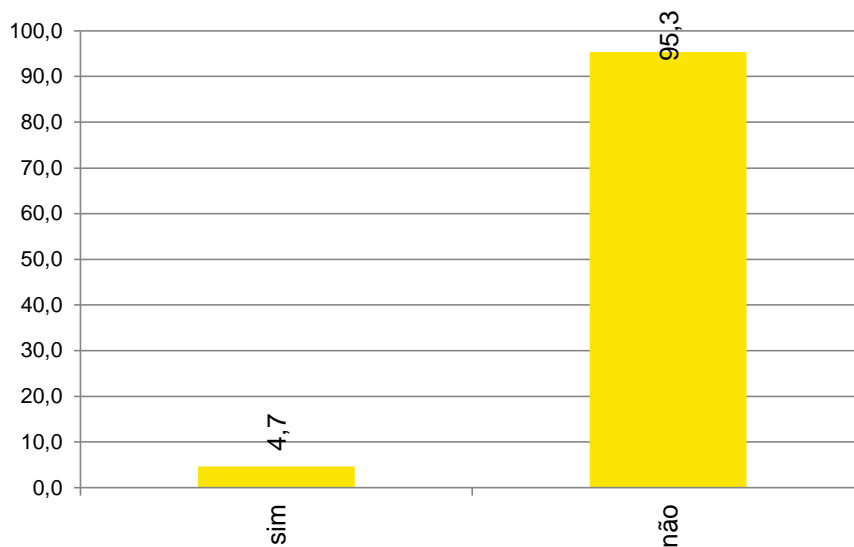
Programas independentes de preservação e limpeza de monumentos históricos. De forma ativa e de participação direta.

[...] minicursos oferecidos pela Prefeitura de São Luís.

Como já comentado, o Plano Maior 2020 (SETUR-MA, 2012) e o PDCTSL (SPI, 2011) contaram com a participação da sociedade e do *trade* turístico local para a elaboração de estratégias a serem implantadas em nível estadual e municipal. Além disso, projetos de qualificação e formação, além de campanhas de conscientização, são realizadas pelas secretarias – estadual e municipal – de turismo.

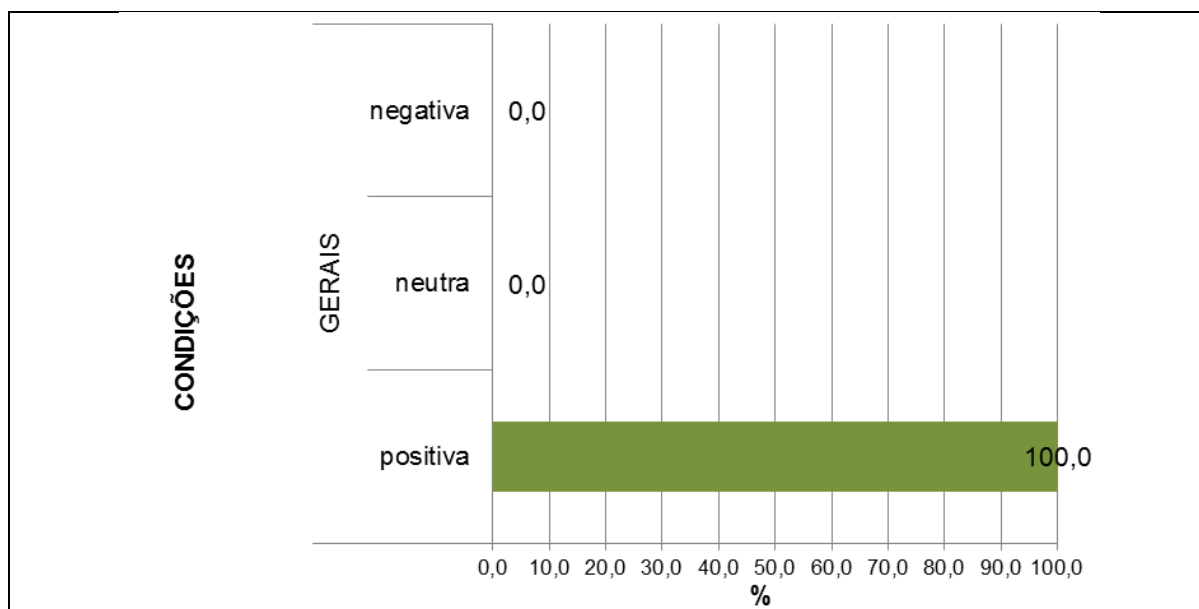
Quase a totalidade (95,3%) dos prestadores de serviços turísticos não teve PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMA OU POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO do Centro Histórico de São Luís e os poucos que o fizeram não se lembravam do nome, mas alguns informaram, por exemplo, que era para conscientização dos moradores para colocação do lixo na porta de casa apenas nos dias de coleta (Figura 121). A totalidade se pronunciou de forma positiva (Figura 122), dividindo suas opiniões entre condições políticas (80,0%) e sociais (20,0% – Figura 123).

Figura 121: Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto à participação em programa ou política de preservação do Centro Histórico de São Luís



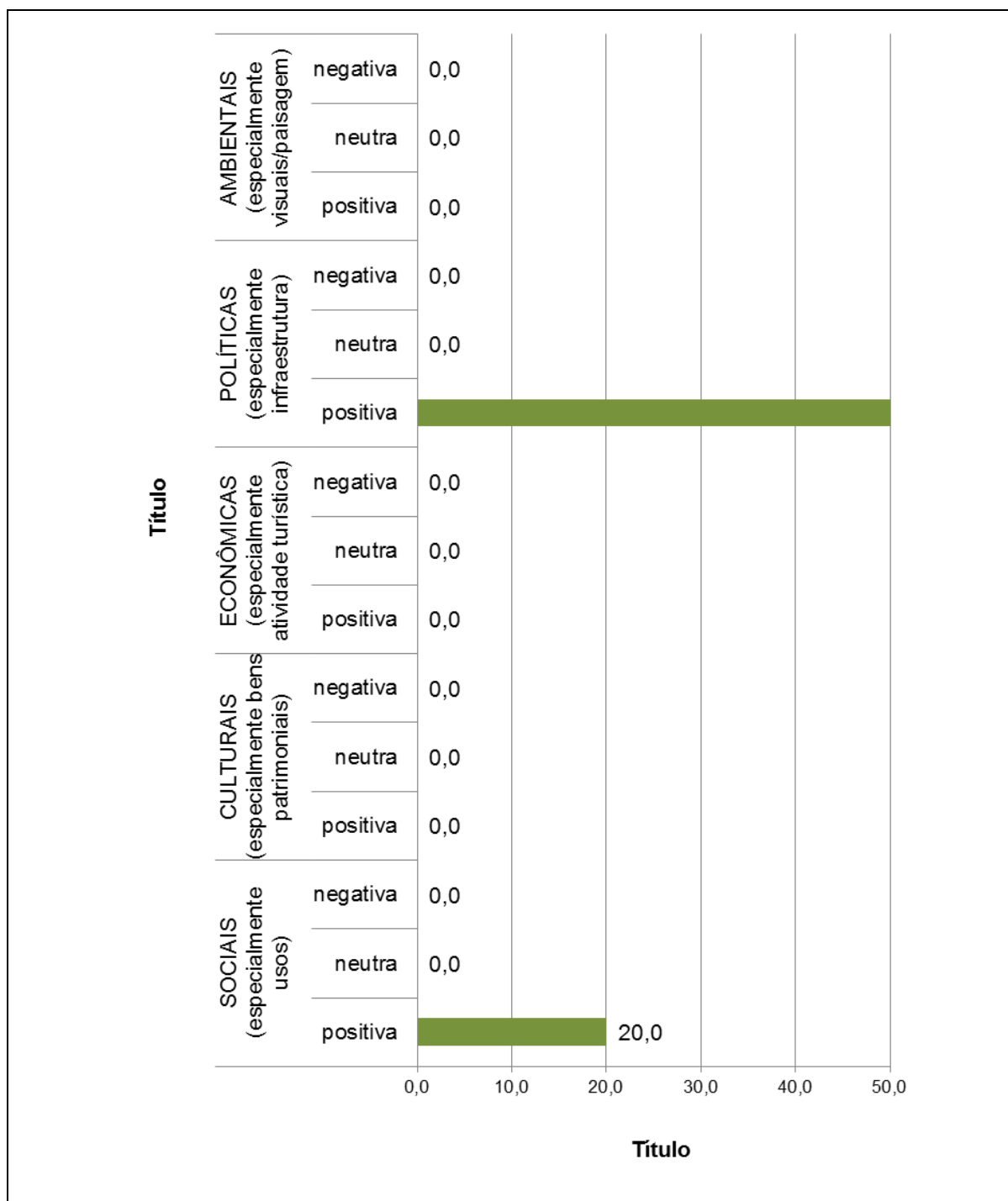
Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice C).

Figura 122: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto às suas atividades benéficas para a preservação do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices C e J).

Figura 123: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos prestadores de serviços turísticos entrevistados quanto às suas atividades benéficas para a preservação do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices C e J).

Os programas de revitalização, por serem mais específicos, não tiveram a participação do *trade* turístico local na elaboração de políticas públicas, o que vai na contramão do exposto na subseção 3.4.2 (Políticas públicas de desenvolvimento turístico e urbano) de que essas diretrizes constituem a espinha dorsal na construção participativa de estratégias direcionadas ao atendimento das necessidades da comunidade.

Os que participaram dos citados programas ou políticas (Apêndice J), destacaram os seguintes aspectos:

Instância de Governança e reuniões.

Fomentando a divulgação de maneira positiva e propondo algumas intervenções a quem de direito.

Praia grande: eu valorizo.

Limpeza e preservação do centro.

Existem diversos projetos de formação e qualificação para os atuantes na atividade turística (SETUR-SLZ, 2015), como:

- a) Projeto Turismo Educativo, que promove a educação patrimonial e ambiental com alunos da rede municipal de ensino;
- b) Projeto Informante Anfitrião, que visa propiciar a adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, atividades laborais e de formação complementar ligadas diretamente ao turismo;
- c) Qualitur, que tem por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade na prestação de serviços e atendimento aos turistas que visitam São Luís, a partir da realização de campanhas de capacitação e sensibilização turística por meio de cursos e palestras sobre temáticas ligadas ao turismo e ao fortalecimento da autoestima maranhense;
- d) Programa de Desenvolvimento de Liderança, que objetiva qualificar adequadamente e sistematicamente os líderes empresariais e de entidades do *trade* turístico, dentre outros que tem como foco a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos turistas .

Pelos resultados acima, entende-se que os prestadores de serviços turísticos em São Luís percebem algumas mudanças na paisagem urbana do centro histórico, especialmente pelos resultados de projetos de revitalização desenvolvidos

na década de 1980, mas a sua descontinuidade e a sua magnitude, abrangendo áreas macro na região do centro histórico, foram mais perceptíveis que as atuais medidas que contemplam ações isoladas.

O turismo é um forte agente de mudança na paisagem, pois, é um produto comercializado pela atividade (CÂMARA, 2008; CASTROGIOVANNI, 2013; DE LUCA; SANTIAGO, 2014). A Rua Portugal, por contemplar um conjunto arquitetônico único e diferenciado no centro histórico, torna-se especial. Por outro lado, a insuficiência de políticas públicas de preservação é fator primordial a ser considerado pelos governantes, pois, como o turismo absorve o patrimônio como produto, deve haver a compreensão de que a visão do *trade* é fundamental para a dinamização e melhoria do acervo patrimonial.

Além disso, é notória a ocorrência praticamente única de lojas de artesanato na Rua Portugal. Por ser passagem praticamente obrigatória dos turistas, deveria ter maior diversidade de opções, como restaurantes, lojas diversificadas, agências de viagens e hospedagens, entre outras, que possam dar maior visibilidade à área funcional turística em questão, assim como ampliar o tempo de permanência dos visitantes na mesma.

Os principais aspectos negativos elencados estão direcionados ao abandono do acervo patrimonial de um conjunto formado por mais de 5.000 prédios, públicos e privados. no centro histórico. Mesmo com incentivos fiscais, há resistência em mantê-los integrados ao processo de mudança da paisagem urbana de São Luís, o que requer análises direcionadas ao contexto político, apresentadas no próximo tópico.

#### **5.1.4 Contexto político**

Este contexto é também interpretado em duas partes principais (ver 2.2.3 – Discussão dos resultados – da seção 2 – Estruturação metodológica):

- e) quadro específico – averiguando o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento, bem como as condições da infraestrutura do local;
- f) variáveis perceptuais – revelando a atratividade gerencial segundo a visão de administradores públicos.

#### 5.1.4.1 Quadro específico

Para a interpretação do PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO, foi considerada a existência de determinados planos, bem como medidas dos seus graus de implementação e dos níveis de aprofundamento do tema “turismo” e suas relações com condições de sustentabilidade voltadas à paisagem e ao patrimônio, selecionados como critérios de análise. Conforme consta na subseção 2.2.3 – Discussão dos resultados – da seção 2 (Estruturação metodológica), a técnica adotada foi a pesquisa documental.

Em primeira instância, tem-se o plano diretor municipal (PDM), atualizado em 2006 pela Prefeitura Municipal de São Luís e instituído pela Lei Municipal N° 4.669, de 11 de outubro de 2006 (PMSL, 2006). Adiante, são destacadas informações coletadas no próprio texto legal, mediante a delimitação da área histórica e importância da paisagem urbana. No Capítulo II – Dos objetivos gerais – do Título I – Das definições, objetivos e diretrizes gerais, tem-se:

- I – garantir o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e rural, através do direito à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos de qualidade para todos os cidadãos;
- II – priorizar o bem-estar coletivo em relação ao individual;
- [...]
- IV – induzir a utilização racional, a ampliação e distribuição de forma igualitária da infraestrutura instalada, dos serviços e equipamentos urbanos, evitando sobrecargas e ociosidades;
- [...]
- VI – preservar, conservar, proteger, recuperar e desenvolver o patrimônio socioambiental e cultural de forma sustentável;
- VII – incentivar o desenvolvimento do turismo sustentável, aproveitando o potencial ambiental, cultural e paisagístico;
- VIII – descentralizar a administração pública e promover maior integração e articulação entre as esferas municipal, estadual e federal;
- IX – garantir a participação popular, com controle social, nos processos de decisão, planejamento e gestão referentes ao território municipal;
- X – integrar as atividades urbanas e rurais em prol da sustentabilidade socioambiental do Município (PMSL, 2006, Artigo 3º) (grifos do autor).

Tratando das diretrizes gerais, o Capítulo III do mesmo título prescreve que se deve:

- I – promover políticas públicas que elevem a qualidade de vida da população, particularmente no que se refere à saúde, à educação, à cultura, esporte e lazer, às condições habitacionais, à infraestrutura, saneamento básico e aos serviços públicos, promovendo a inclusão e reduzindo as desigualdades sociais;

- II – garantir a qualidade do ambiente urbano e rural, por meio de ações que promovam a preservação e proteção dos recursos naturais e do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico;
- III – incentivar a geração de trabalho e renda;
- IV – ampliar as ações governamentais, promovendo a integração e a cooperação com o governo Federal, Estadual e com os Municípios da Região Metropolitana, no processo de planejamento e gestão das questões de interesse comum;
- [...]
- VI – garantir a efetiva participação da sociedade civil no processo de formulação, execução, controle e revisão do Plano Diretor de São Luís, assim como nos planos setoriais e leis específicas necessárias à sua aplicação;
- VII – programar um sistema de fiscalização integrado, visando ao controle urbano, rural e ambiental que articule as diferentes instâncias e níveis de governo. (PMSL, 2006, Artigo 4º) (grifos do autor)

Da interpretação desses textos legais, depreende-se a forte vinculação a preceitos do próprio Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) que tem como objetivo “estabelecer normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001, p.1).

Assim, o ordenamento público e social desta política urbana visa garantir o direito a cidades sustentáveis e com qualidade para o cidadão, além da própria gestão democrática, com oferta de equipamentos urbanos, ordenação e controle do solo, planejamento territorial e cooperação entre setores público e privado em prol do atendimento social (BRASIL, 2001). Um dos principais aspectos mencionados no texto legal destaca que é dever do poder público (com especial ênfase ao Município) a “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (BRASIL, 2001, Artigo 2º, Inciso XII).

Estes mesmos aspectos são mencionados pela UNESCO à gestora da cidade Patrimônio da Humanidade (Prefeitura Municipal de São Luís), destacando que tivesse um setor específico para tratamento de bens patrimoniais. “Só então foi criada a Coordenadoria de Patrimônio Cultural [CPC], subordinada à Fundação Municipal de Cultura [FMC]” (VIEIRA, 2008, p.250). Esta exigência foi justamente no sentido de fortalecer a responsabilidade do poder público municipal perante o patrimônio histórico, cultural e paisagístico da cidade.



Por sua vez, as diretrizes da política de desenvolvimento urbano municipal incorporam o ordenamento do uso do solo, com vistas a:

- a) respeitar e preservar a diversidade espacial e cultural da cidade com as suas diferentes paisagens formadas pelo patrimônio natural e construído;

[...] (PMSL, 2006, Artigo 6º) (grifos do autor)

A preocupação com as características paisagísticas urbanas é ressaltada por Hardt (2014, p.3), que argumenta sobre a insuficiência, ou ineficiência, “de ações direcionadas à garantia da qualidade da paisagem na maioria das cidades brasileiras”. Reforçando este aspecto, De Luca e Santiago (2014, p.2) afirmam que “a gestão dos valores da paisagem (salvaguarda de sua identidade e aproveitamento econômico dos recursos paisagísticos) aparece hoje como uma oportunidade [... e] como uma garantia para o futuro de muitas paisagens”.

Portanto, o planejamento e a gestão paisagística podem ser realizados com o objetivo de salvaguardar peculiaridades e o caráter local em prol do seu aperfeiçoamento. Além de identificar “características ambientais e culturais que estão presentes em uma localidade; monitorar as alterações no ambiente e entender a sensibilidade de um local para o desenvolvimento” (STATHAM, 2011, p.14).

Na Seção I – Da preservação do patrimônio cultural – do Título VII – Da política de conservação integrada –, tem-se que:

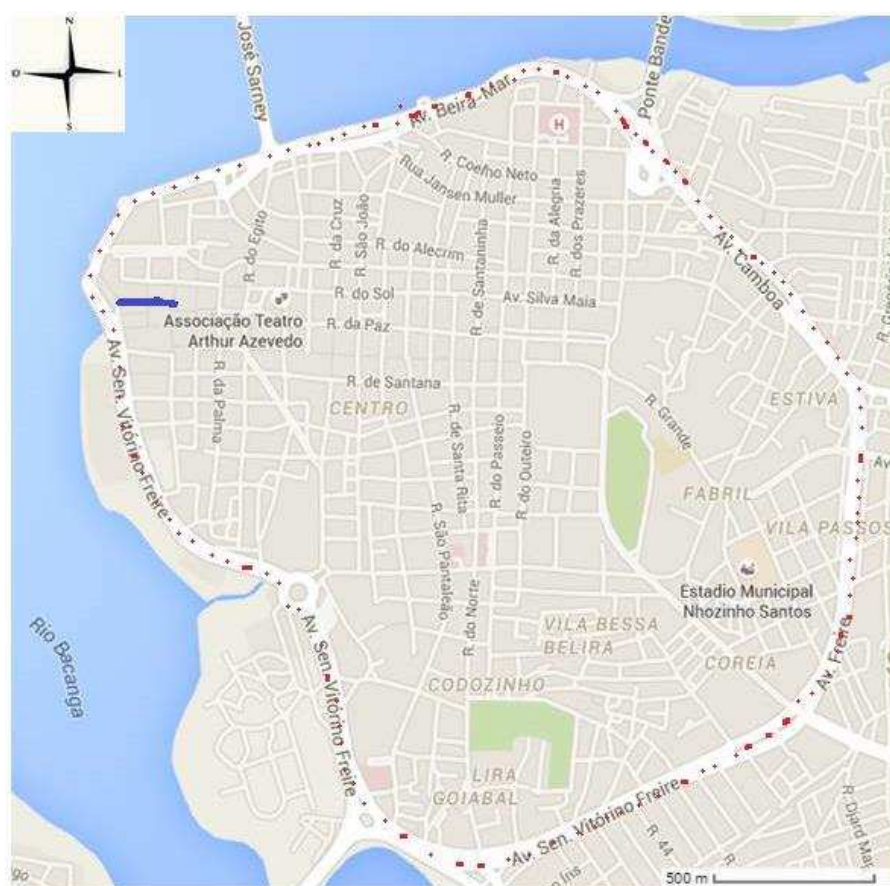
A Política de Preservação do Patrimônio Cultural do Município visa assegurar a proteção, disciplinar a preservação e, resgatar o sentido social do acervo de bens culturais existentes ao possibilitar sua apropriação e vivência por todas as camadas sociais que a eles atribuem significados e os compartilham, criando um vínculo efetivo entre os habitantes e sua herança cultural e garantindo sua permanência e usufruto para as próximas gerações. (PMSL, 2006, Artigo 69) (grifos do autor)

Essa abordagem revela o foco do desenvolvimento sustentável também para o patrimônio cultural, o qual deve ser incorporado a políticas adotadas na área turística (OMT, 2001). Butler (2008) esclarece que, nessa conjuntura, o turismo deve ser realizado em uma área com atributos de gestão e numa determinada escala que seja viável por longo prazo, que não degrade o meio e que assegure benefícios a todos (diretos e indiretos). Durante a elaboração de uma política para o setor turístico é necessária a incorporação de aspectos que levem em consideração o conceito do desenvolvimento sustentável aplicado em todos os segmentos da atividade, como no Plano Maior 2020:

[...] mais importante foi a decisão do Governo de priorizar o turismo sustentável em detrimento do turismo de massa, apostando no crescimento da qualidade e garantindo a melhoria do bem-estar das comunidades envolvidas, a preservação dos ecossistemas, do patrimônio cultural e da identidade do povo maranhense (MARANHÃO, 2012, p.6).

O parágrafo único deste último artigo determina que entende-se como Centro Antigo a área circunscrita pelo Anel Viário e Avenida Beira Mar (Figura 124).

Figura 124: Mapa de delimitação do Centro Antigo segundo o Plano Diretor Municipal de São Luís



Notas:                ············ limites do Centro Antigo

————— Rua Portugal

Fonte:              Elaborada com base em Google Maps (2015) e em PMSL (2006)

Segundo o teor do Capítulo II – Da política da paisagem – do Título VIII – Da política do meio ambiente, paisagem e saneamento ambiental –, são consideradas Áreas de Interesse Paisagístico:

[...]

V – sítios históricos, praças, largos e parques;

- VI – espaços livres urbanos<sup>52</sup> e rurais (SÃO LUÍS, 2006, Artigo 92) (grifos do autor).

Nesse mesmo contexto, são considerados como objetivos da política da paisagem:

- I – garantir o direito do cidadão à fruição da paisagem;
- II – garantir a qualidade ambiental e paisagística do espaço público;
- III - garantir a possibilidade de identificação, leitura e apreensão da paisagem e de seus elementos constitutivos, públicos e privados, pelo cidadão;
- IV – assegurar o equilíbrio visual entre os diversos elementos que compõem a paisagem;
- V – favorecer a preservação do patrimônio cultural e paisagístico;  
[...]
- VIII – estabelecer estratégias que garantam padrões de qualidade ambiental e paisagística, preservando, conservando e valorizando o patrimônio paisagístico no que concerne aos aspectos naturais e culturais. (SÃO LUÍS, 2006, Artigo 93) (grifos do autor)

Também cabem ser destacadas as seguintes diretrizes da política da paisagem:

- I – a criação de instrumentos técnicos, institucionais e legais de gestão da paisagem, eficazes, visando garantir sua qualidade;
- II – a disciplina e ordenamento do equilíbrio visual, da identidade local e do uso dos espaços livres, que são elementos estruturadores da paisagem, assegurando a preservação do patrimônio cultural e natural;
- III – a implementação de programas e campanhas educativas visando conscientizar a população a respeito da valorização da paisagem;
- [...]
- V – a gestão compartilhada dos espaços livres do Município;
- [...]
- VII – a criação de instrumentos legais destinados a estimular parcerias entre os setores público e privado para requalificação e manutenção de espaços livres;
- [...] (PMSL, 2006, Artigo 94) (grifos do autor)

Esses direcionamentos vêm ao encontro do pensamento de Hardt et al. (2008, p.8), que consideram que a paisagem urbana é:

[...] resultante da ação espontânea ou planejada do homem [...], estando diretamente relacionada às ações de planejamento urbano e à morfologia dos espaços, que condicionam sua qualidade visual e ambiental.

<sup>52</sup>

O parágrafo único desse artigo especifica que esses espaços são “o sistema viário, os largos e praças, os parques e os espaços, públicos ou privados, designados como tal com estabelecimento de baixos índices de ocupação por edificações”.

O plano de turismo é um instrumento fundamental para orientação da atividade num determinado destino, com a sua existência sendo imprescindível para que uma localidade possa desenvolver ações em prol do setor. Nessa esfera, foi analisado o Plano de Desenvolvimento do *Cluster* Turístico de São Luís (SPI, 2011), especialmente mediante as estratégias previstas para o centro histórico.

A potencialidade de um *cluster* turístico em São Luís, organizado em torno do segmento de turismo cultural, decorre da grande riqueza e variedade do patrimônio cultural da capital maranhense – reconhecido, inclusive, como patrimônio mundial pela [Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura] UNESCO (SPI, 2011, p.107)

Vale destacar, ainda, a instituição de medidas de proteção socioambiental. Nessa conjuntura, a Lei Municipal N° 3.253, de 29 de dezembro de 1992 (PMSL, 1992), que dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, inclui a Zona de Preservação Histórica (ZPH – ver aspectos urbanísticos na subseção 4.1 – Contextualização do destino turístico: cidade de São Luís), que envolve as áreas tombadas em nível federal (Lei N° 6.292, de 15 de dezembro de 1975 – BRASIL, 1975) e estadual (Lei N° 5.082, de 20 de dezembro de 1990 – MARANHÃO, 1990), compreendendo também as áreas de preservação da paisagem como o Parque do Bom Menino e o Aterro do Bacanga (Figura 68).

Apesar de não mencionar a Rua Portugal especificamente, o texto de delimitação da ZPH esclarece que “inicia-se na interseção da margem direita do rio Bacanga com a linha limite da área tombada pela União no seu ponto mais sul” (PMSL, 1992, p.10), a qual é relacionada com a área de estudo.

Na sequência, a interpretação da INFRAESTRUTURA expressa a presença da gestão urbana na área, possibilitando a atividade turística pelos turistas e seu uso pela comunidade, criando um ambiente agradável e equilibrado, permitindo o trânsito de pedestres no local. Essas condições da Rua Portugal são analisadas conforme os sistemas de circulação, de saneamento básico, de energia e de comunicações.

Para o sistema de circulação, diagnostica-se que o fluxo de pedestres é livre em todo o Centro Histórico de São Luís, assim como na Rua Portugal, sendo proibido o acesso de veículos, pelo Decreto Estadual N° 11.013, de 27 de dezembro de 1988 (MARANHÃO, 1988), incluindo a Rua Portugal, apesar de perceptível no local em determinados pontos, causando danos às vias e ao patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico. Segundo informações do Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2014), o tráfego veicular não é permitido em oito quarteirões do centro histórico, mas, conforme noticiado pela Prefeitura Municipal de São Luís, em 2015:

ainda como parte do trabalho de revitalização, a prefeitura de São Luís vai recolocar as correntes que antes interditavam os pontos de tráfego proibido e enviar pessoal especializado para controlar o acesso de veículos no local. Apenas veículos oficiais que prestam serviços públicos, como ambulâncias, viaturas policiais e da Guarda Municipal, além de carros de limpeza pública, poderão ter acesso às vias. O condutor que desrespeitar o bloqueio estará sujeito a multa e apreensão do veículo (PMSL, 2014, p.1).

Conforme a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Maranhão, o centro histórico é dotado de uma geometria urbana formada por vias estreitas e irregulares e com poucas vagas de estacionamento [...] ainda abriga o centro comercial da cidade e muitas instituições e órgãos públicos que atraem um grande volume de tráfego veicular e de pedestres, além da maior parte do transporte coletivo vindo dos demais bairros (MPF/MA, 2015, p.1).

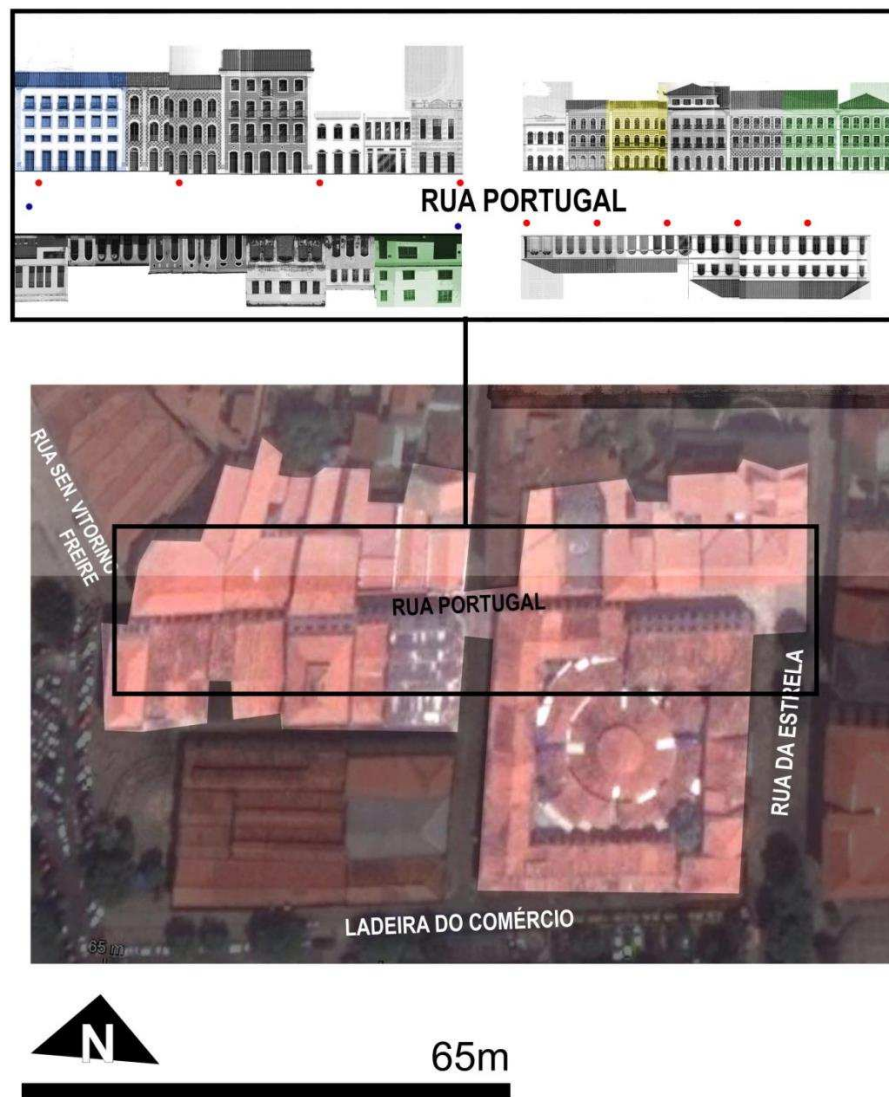
Para o sistema de saneamento básico, os parâmetros analisados são voltados ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos (lixo), importantes para um destino turístico, pois deve apresentar adequadas condições sanitárias. Pela aferição de índices oficiais arrolados no Plano Municipal de Saneamento Básico de São Luís (PMSL, 2011), que segue o marco legal estabelecido a Lei Federal Nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2007), a totalidade da Rua Portugal é atendida por serviços de drenagem pluvial, de abastecimento de água e de coleta de efluentes sanitários, mas, na capital maranhense, somente 6% do esgoto são tratados (PMSL, 2011); especificamente na região do centro histórico, também não são, pois a estação de tratamento do Bacanga – que recebe efluentes desse local – não está funcionando adequadamente (PMSL, 2011). Com relação aos resíduos sólidos, 98,5% é coletado na cidade de São Luís; na Rua Portugal, existe coleta diária (PMSL, 2011).

Para os sistemas de energia e comunicações, os parâmetros interpretados indicam razoável atendimento, com fornecimento de iluminação pública e de sistemas elétricos e telefônicos em toda a sua extensão.

Com base em levantamentos de campo de componentes de infraestrutura nas duas quadras do espaço em estudo (Figura 125), sendo constatada a presença de infraestrutura e serviços urbanos nas três esferas governamentais, além de câmeras de vigilância e pontos de iluminação. Como já mencionado, há predomínio

de órgãos públicos sediados no centro histórico, principalmente na área tombada em nível federal, o qual inclui a Rua Portugal.

Figura 125 Imagem aérea de espacialização de componentes de infraestrutura e de delimitação de serviços públicos na Rua Portugal



Fonte: Elaborada com base em Google Maps (2013) e em levantamentos de campo.

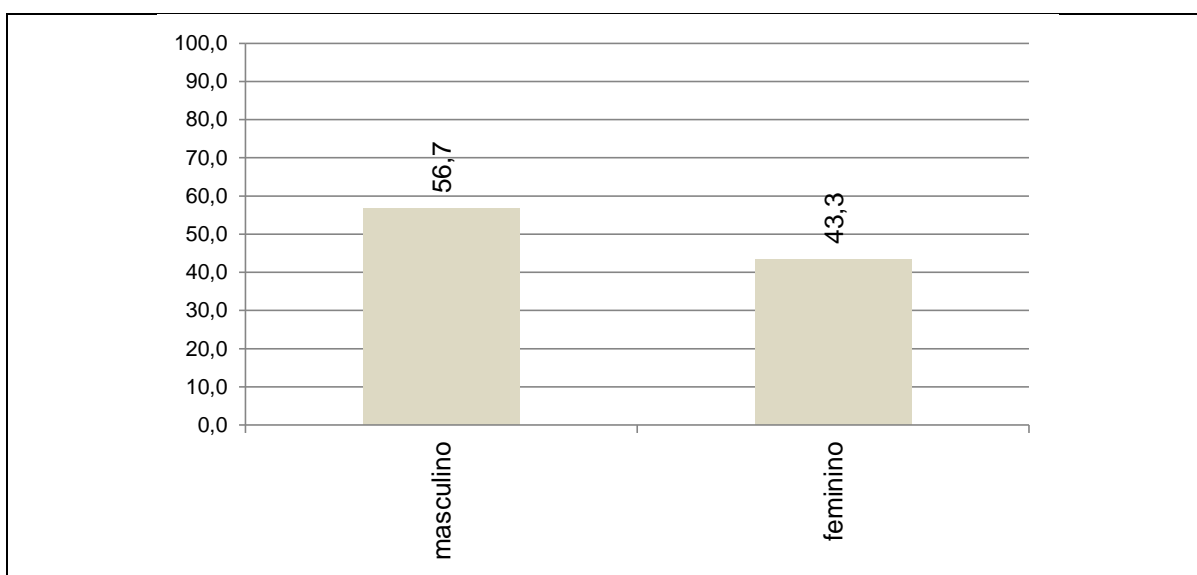
- Notas:
- = ponto de iluminação pública (luminária)
  - = câmara de vigilância
  - = serviço público estadual
  - = serviço público municipal
  - = serviço público voltado especificamente ao turismo

#### 5.1.4.2 Variáveis perceptuais

Este segundo componente do contexto político é investigado com base na percepção dos 32 administradores públicos entrevistados.

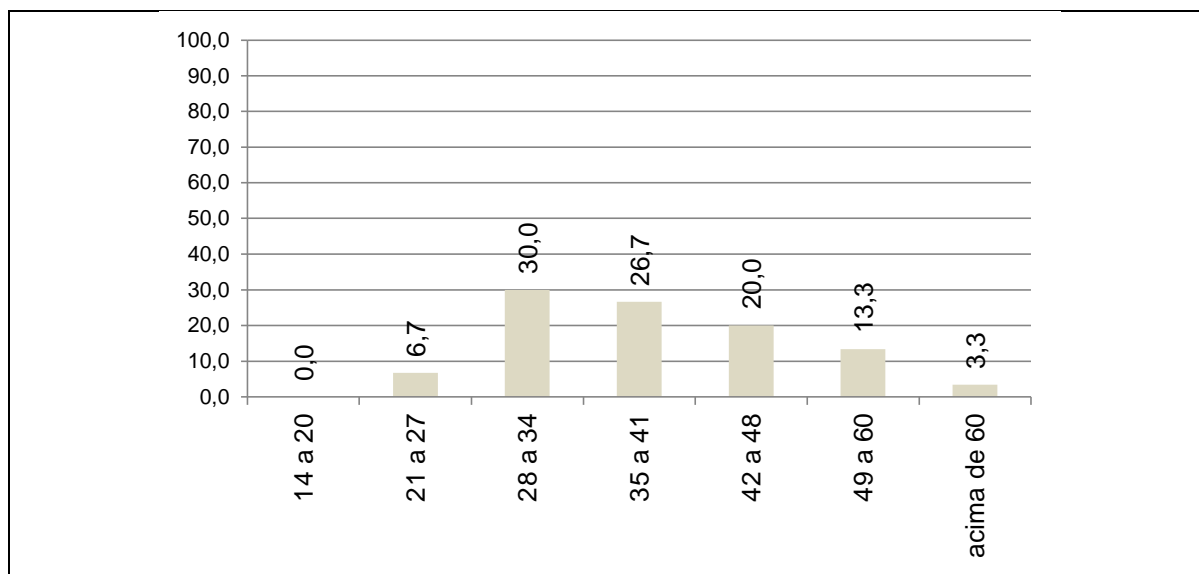
O PERFIL desse grupo é formado em sua maior parte, ao contrário dos demais, por homens (56,7%) (Figura 126), com predomínio de pessoas mais experientes, sendo a expressiva a proporção (76,7%) das faixas etárias entre 21 e 48 anos (Figura 127).

Figura 126: Gráfico de proporcionalidade dos administradores públicos entrevistados segundo gênero



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice D).

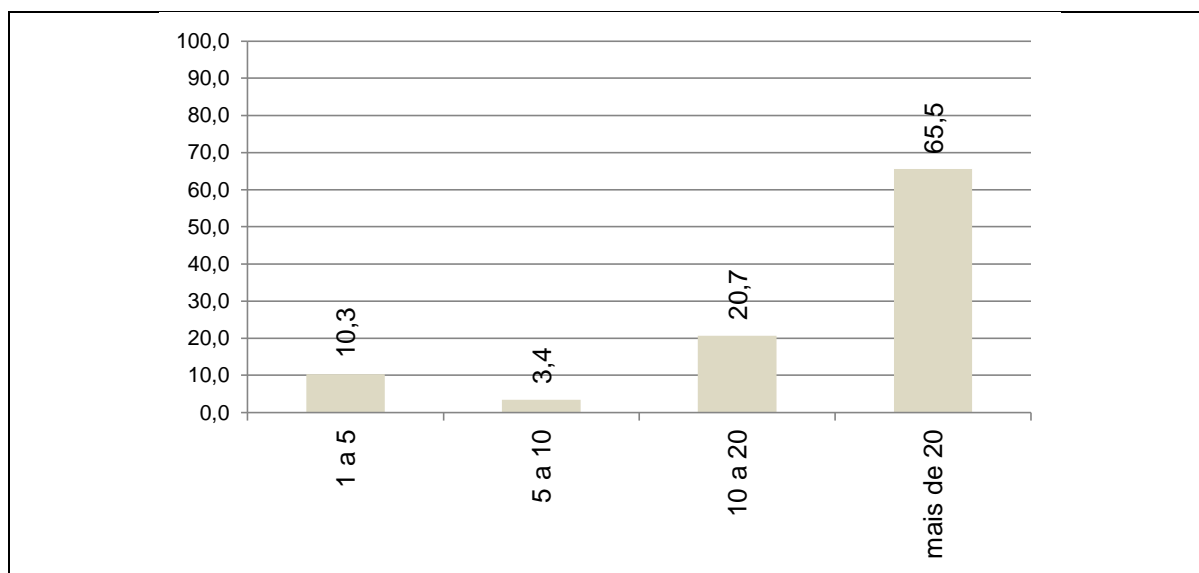
Figura 127: Gráfico de proporcionalidade dos administradores públicos entrevistados segundo faixa etária



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice D).

Também é relevante a predominância de tempo de residência em São Luís superior a 20 anos (65,5%) (Figura 128).

Figura 128: Gráfico de proporcionalidade dos administradores públicos entrevistados segundo tempo de residência em São Luís



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice D).



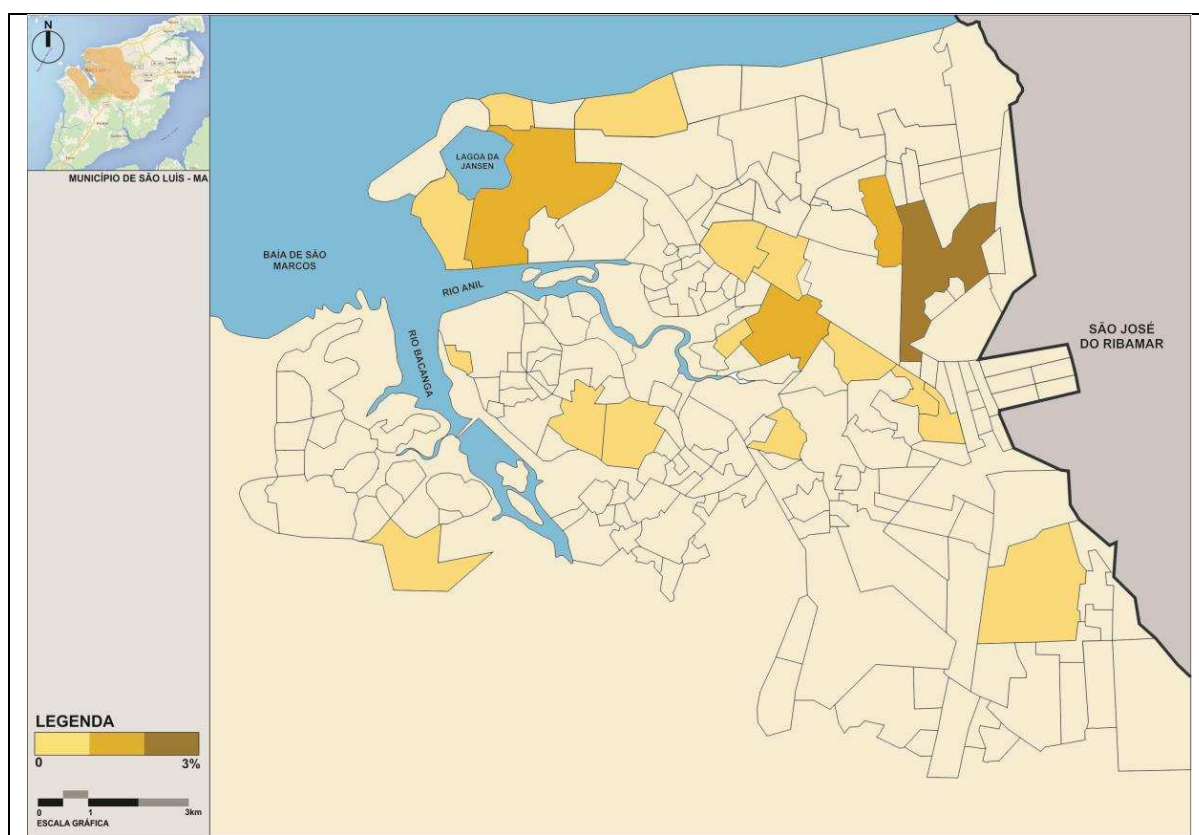
De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), os funcionários públicos representam cerca de 10 milhões de pessoas no país, com 1,1 milhões exercendo atividades federais, 3 milhões nos estados e Distrito Federal e 6 milhões nos municípios, correspondendo, assim, a 12% da população empregada. Em pesquisa realizada entre os anos de 2002 e 2012 pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP, 2013), os cargos públicos, em dezembro de 2012, eram ocupados por 54,0% de homens contra 46,0% de mulheres. constatando-se a similaridade com os entrevistados.

Em termos nacionais, a maioria dos servidores tem entre 51 e 55 anos, seguida pela faixa de 31 e 35 anos. Grande parte dos entrevistados também tem idade a partir de 35. Não foram encontrados dados específicos para análise comparativa quanto ao tempo de residência.

Esses entrevistados residem em quantidade muito menos representativa dos bairros da capital do que os dos demais grupos, sendo citados aqueles constantes na Figura 129, pela qual se constata equilíbrio quanto à representatividade geográfica, sendo os bairros de maior proporção: Turu, Renascença I, Bequimão e Jardim Eldorado, que distam aproximadamente de 5 a 9 km do centro e, por decorrência, da Rua Portugal.

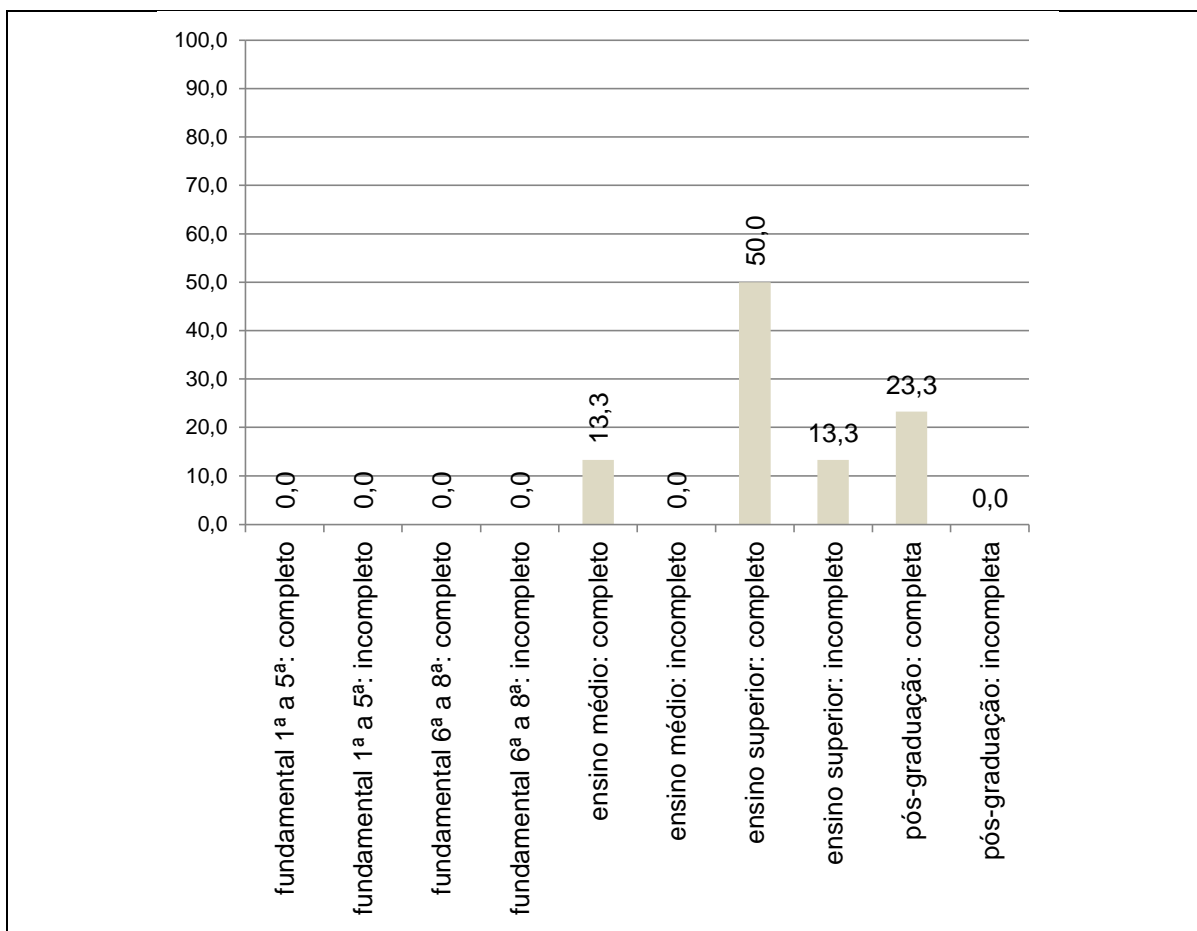
Como esperado, a maior parte desses respondentes possui grau de escolaridade relacionado ao nível de ensino superior completo (50,0%), com 23,3% tendo cursado alguma pós-graduação (Figura 130). Em termos nacionais, 26,4% dos servidores públicos possuem ensino médio e 45,9% possuem diploma de curso superior (ENAP, 2013), enquanto para os respondentes esses índices correspondem a 13,3% e 50,0%, respectivamente, ou seja, com relativa aproximação de valores.

Figura 129: Mapa de bairros citados pelos administradores públicos entrevistados como local de residência em São Luís



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice D).

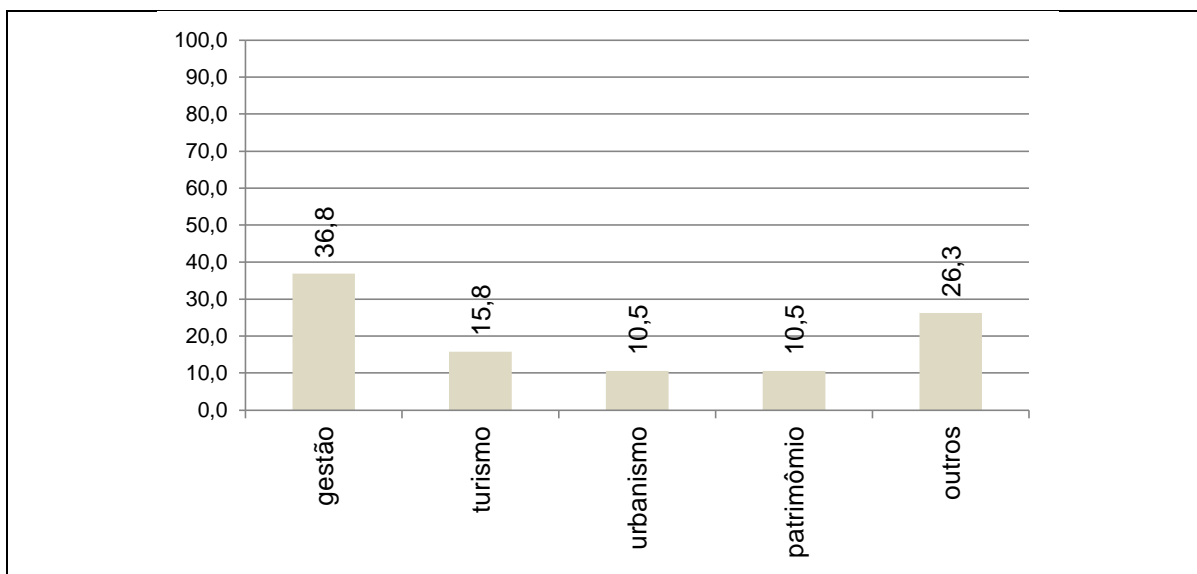
Figura 130: Gráfico de proporcionalidade dos administradores públicos entrevistados segundo grau de escolaridade



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice D).

As profissões mais citadas são relacionadas à gestão propriamente dita (36,8%), seguida pelo turismo (15,8%) (Figura 131).

Figura 131: Gráfico de proporcionalidade de áreas profissionais dos administradores públicos entrevistados

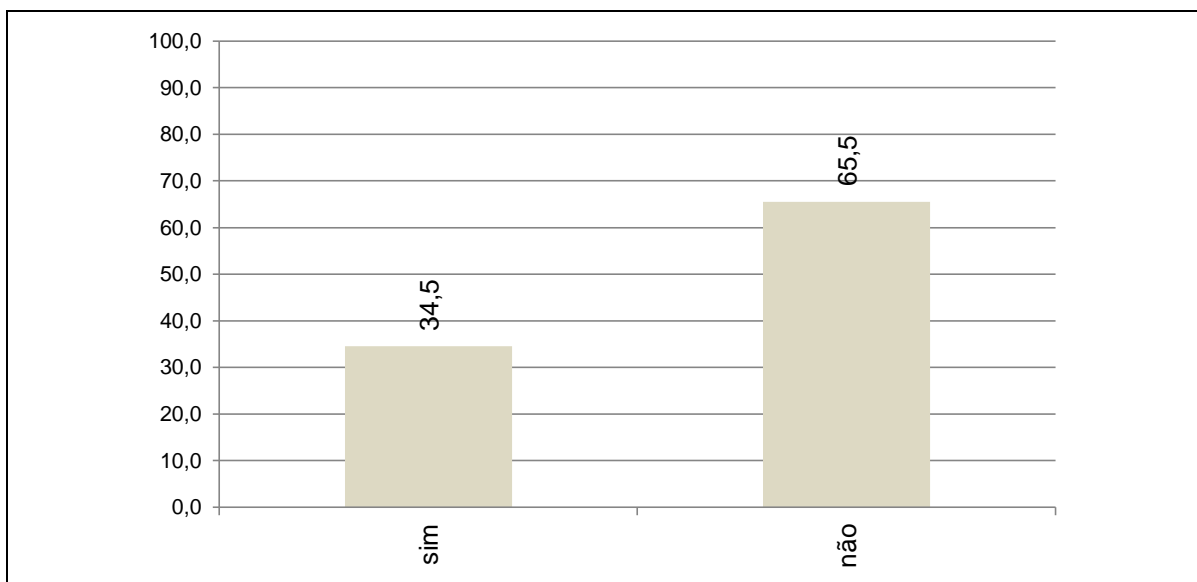


Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice D).

Do total de funcionários federais que atuam em cada ministério, 503 estão ligados ao turismo (11,38%), 437 a cidades (13,9%) e 3.851 a cultura (1,48%), o que totaliza pelo menos 4.791 pessoas (1,19%) naquele nível governamental ligadas a áreas de interesse desta tese (ENAP, 2013).

Instigados a revelar a opinião, desde o primeiro programa de revitalização do Centro Histórico de São Luís (Projeto Reviver, na década de 1980) até os dias atuais, se o turismo promoveu MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NA PAISAGEM do local, 65,5% responderam que não as percebem (Figura 132).

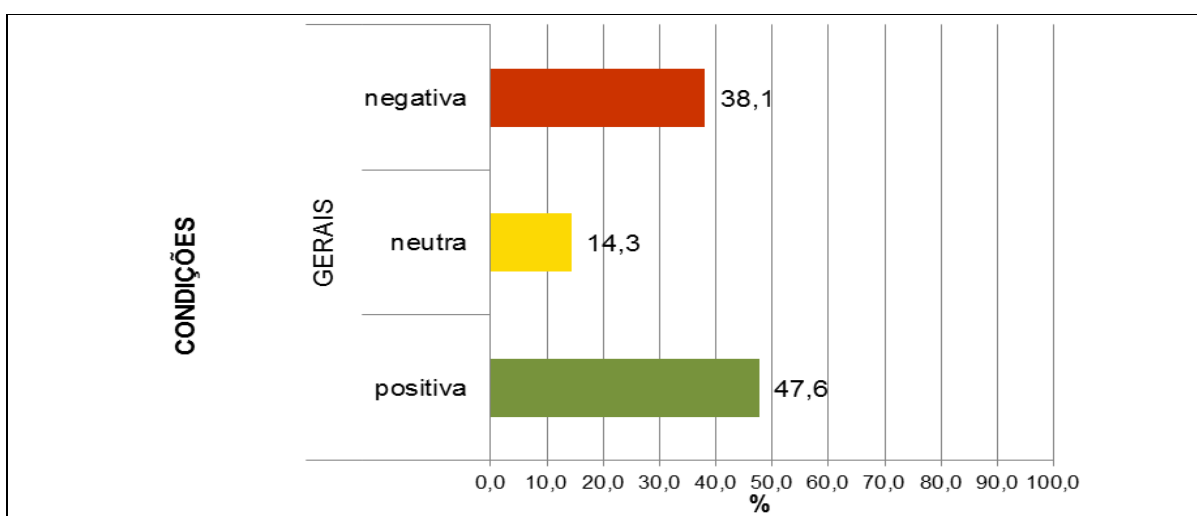
Figura 132: Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos administradores públicos entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice D).

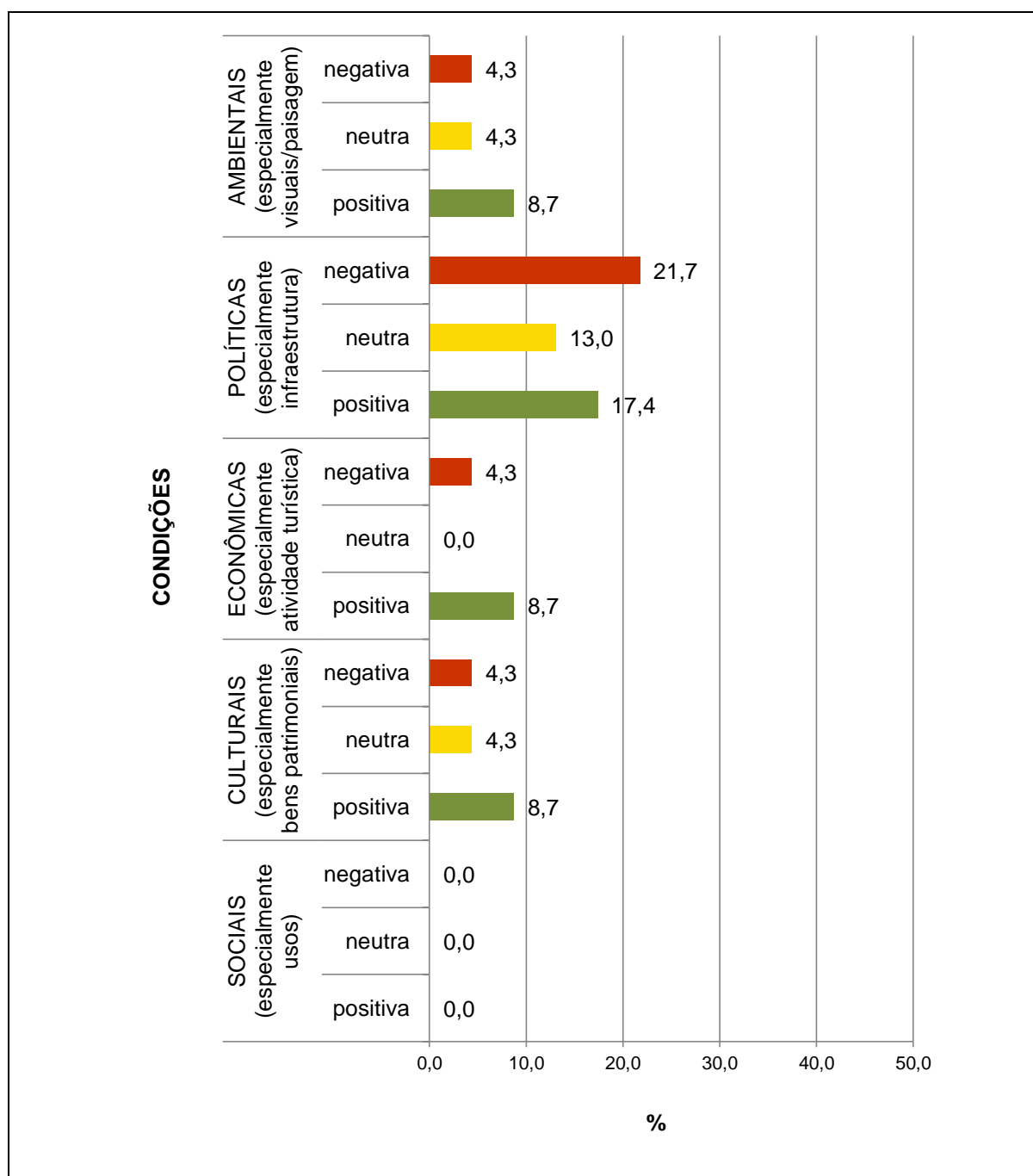
Por outro lado, as justificativas (Apêndice K) foram prioritariamente positivas (47,6% – Figura 133), sendo marcante a inexistência de menções claras para condições sociais (Figura 134), com os comentários se concentrando nos aspectos políticos, tanto positivos (17,4%) quanto negativos (21,7%).

Figura 133: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980 segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices D e K).

Figura 134: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto à promoção de mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís desde a década de 1980 segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices D e K).

A visão dos servidores quanto à atividade turística é fundamental, pois fazem parte do processo de elaboração de políticas públicas designadas ao setor e contribuem para o fortalecimento do turismo na localidade (SOLHA, 2004).

Como uma proporção elevada de profissionais está diretamente ligada aos aspectos da paisagem urbana e do turismo em São Luís, é notório o alto grau de não percepção das intervenções turísticas no centro histórico desde a década de 1980, ainda mais quando algumas sedes de órgãos públicos estaduais e municipais estão situadas nesta localidade, diagnosticando-se que os entrevistados não utilizam diretamente equipamentos proporcionados pela atividade.

Além disso, a paisagem se torna cotidiana a paisagem, com a percepção das modificações promovidas pelo turismo não sendo interpretadas como sua decorrência, como afirmaram (Apêndice K) alguns entrevistados:

Nunca ocorreram intervenções significativas.

Não investiu em infraestrutura e órgãos públicos.

Não foi e não é o turismo que promoveu mudanças.

Não houve políticas públicas para continuidade do projeto.

Alguns dos que responderam de forma afirmativa (Apêndice K) esclareceram que:

Foram feitas modificações principalmente no trânsito de veículos no centro histórico, o que preserva – e muito – sua paisagem e seu conteúdo histórico.

As mudanças foram feitas no passado e no presente há um grande descaso.

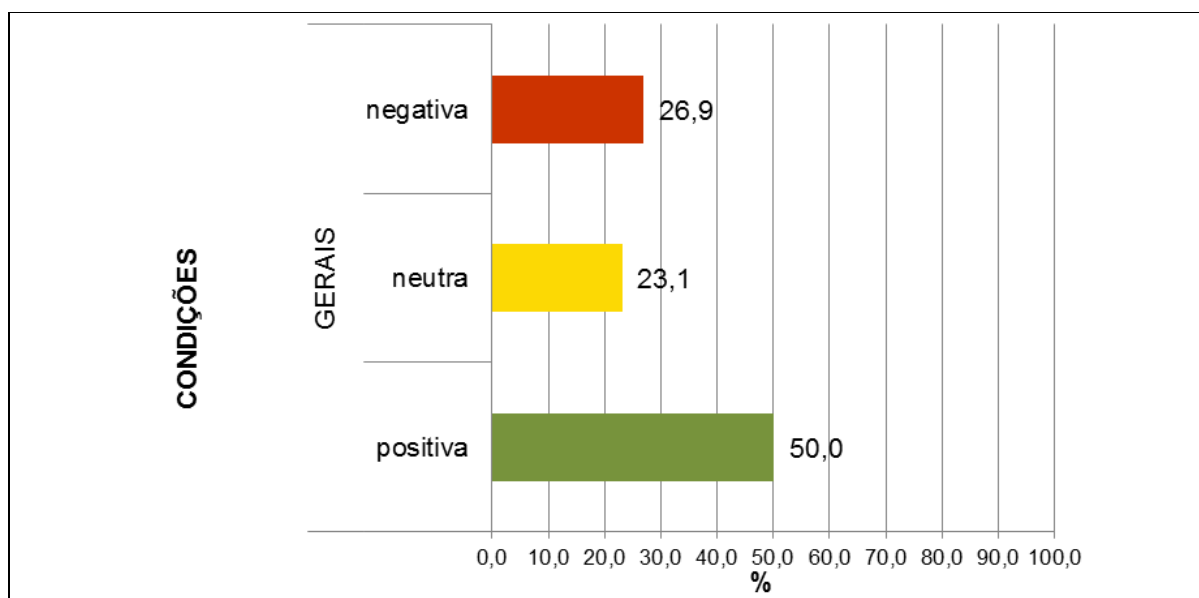
O abandono foi substituído por melhorias em casarões abandonados, instalações telefônicas e elétricas.

Essas colocações positivas pelos entrevistados esclarecem que alguns (34,5%) têm um olhar diferenciado sobre o turismo quanto às intervenções promovidas no local, principalmente relacionadas à preservação e restauração dos seus casarões.

Além disso, citaram a proibição do fluxo de carros no local, que contribuiu para uma visão mais “limpa” da paisagem histórica. Resumindo essa análise, associa-se a concepção de Boullón (2002, p.118) de que “os componentes da paisagem são aqueles facilmente perceptíveis; ao contrário, para os cientistas; a paisagem inclui conceitos abstratos e outros componentes que podem passar despercebidos para um observador comum”.

As opiniões quanto a **mudanças notáveis promovidas pelo turismo** na paisagem do Centro Histórico de São Luís foram especialmente positivas (50,0% – Figura 135), sendo principalmente relacionadas a bens patrimoniais (23,1% – Figura 136); de outra maneira, 19,2% dos comentários foram referentes a aspectos negativos do ambiente.

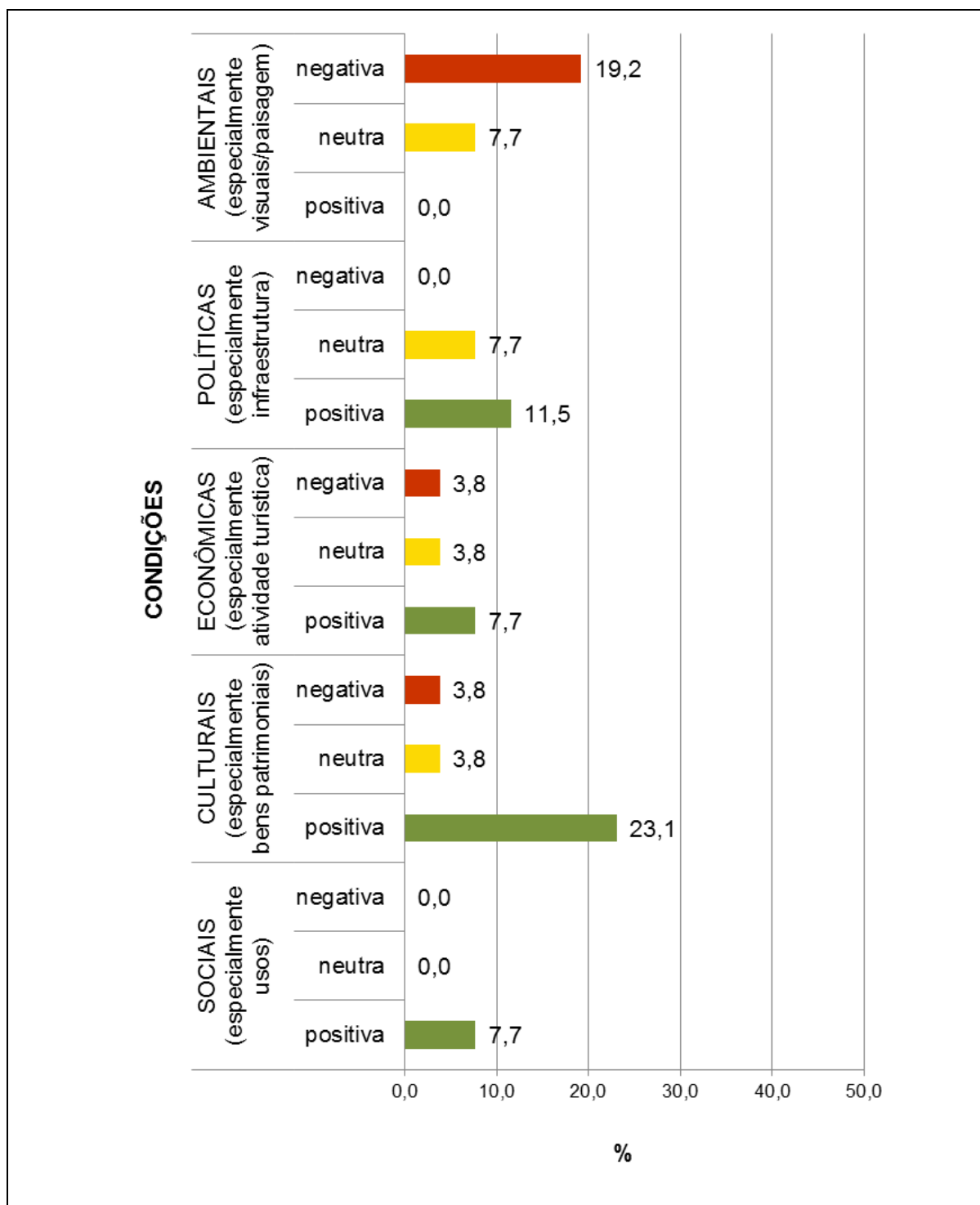
Figura 135: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto a notáveis mudanças promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices D e K).



Figura 136: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto a notáveis mudanças promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices D e K).

Em âmbito econômico e cultural, alguns administradores públicos (Apêndice K) afirmaram que:

Principalmente o estabelecimento de pontos comerciais e pontos culturais voltados a turistas.

A adaptação de casarões para funcionamento comercial.

A revitalização das ruas e preservação das mesmas valoriza um espaço antes tido apenas como comércio local.

Simão (2006) esclarece que, com o planejamento da atividade e o estabelecimento de amplas parcerias, juntamente com a definição dos objetivos e estratégias políticas e operacionais, garante-se a implementação adequada e sustentável do turismo. Por outro lado, Oliveira (2003, p.39) afirma que “para valorizar suas áreas históricas, as cidades estão tentando atrair novas atividades e uma delas é o turismo associado a atividades culturais”. A afirmação do autor compreende a mesma visão dos entrevistados que entendem o centro histórico como um espaço cultural para desenvolvimento da atividade turística no local.

Com essa nova gestão, estão trabalhando para resolver vários problemas.

Limpeza no centro histórico, casarões lacrados que estavam em estado crítico, fechamento de prostíbulos.

Reestruturação de redes hidrossanitária, elétrica, pavimentação, dos espaços urbanos.

Reutilização de prédios para moradia e órgãos públicos.

Revitalização da área tombada.

Oliveira (2003) destaca que o planejamento é essencial para a gerência de valores históricos com potencial turístico e que a revitalização com vistas a melhorias das instalações existentes deve se somar a novas atrações, assim como à promoção de benefícios para os autóctones. Além disso, o autor afirma que o turismo tem impactos positivos e pode desenvolver a paisagem do local.

Dentre aqueles que não perceberam mudanças (Apêndice K), cabe destaque às seguintes colocações:

Desde o Projeto Reviver, nunca mais teve mudanças.

Na minha visão, não foram promovidas mudanças de grande expressão; existem fatos que sinalizam para mudanças.

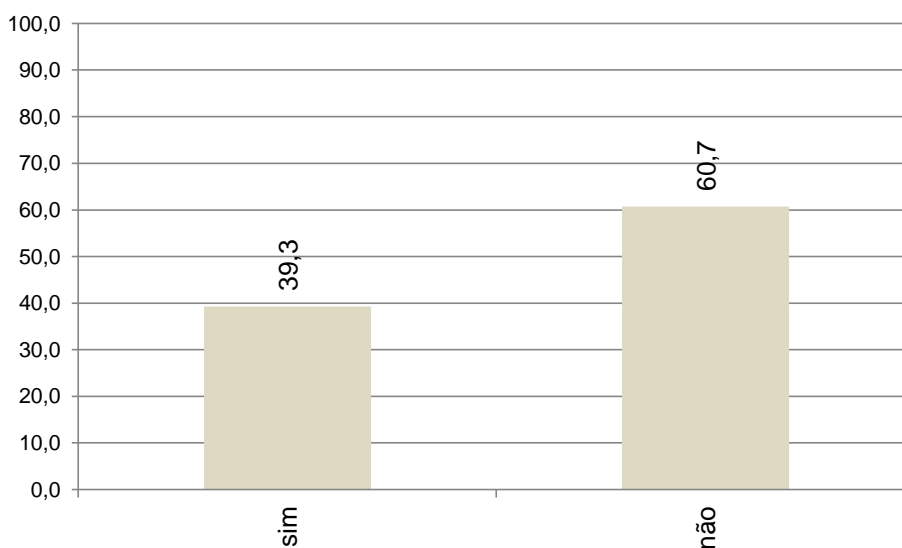
Quase nenhuma melhora, é visível na ausência de turistas.

O descaso fechou vários restaurantes e bares que promovem a vida noturna onde os principais hoje funcionam como artesanato (importado).

Como já citado, a intervenção patrimonial intitulada “Projeto Reviver” foi a que alcançou maior número de ações na área turística do centro histórico e no bairro da Praia Grande, o de maior circulação de turistas e moradores, pois abriga boa parte dos equipamentos turísticos, como hotéis, pousadas, restaurantes e museus, entre outros (ANDRÉS, 2006).

Indagados sobre a existência de INTERVENÇÕES ORIUNDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NA PAISAGEM do centro histórico, 60,7% confirmaram a sua não percepção desse aspecto (Figura 137).

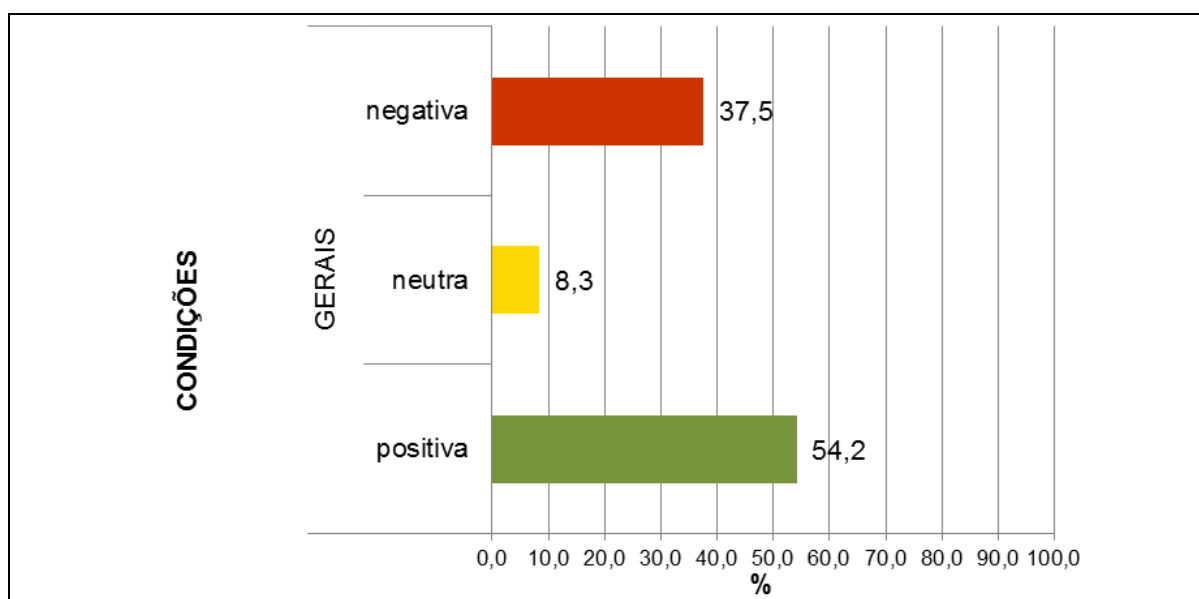
Figura 137: Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos administradores públicos entrevistados quanto à existência de intervenções oriundas de políticas governamentais de turismo na paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice D).

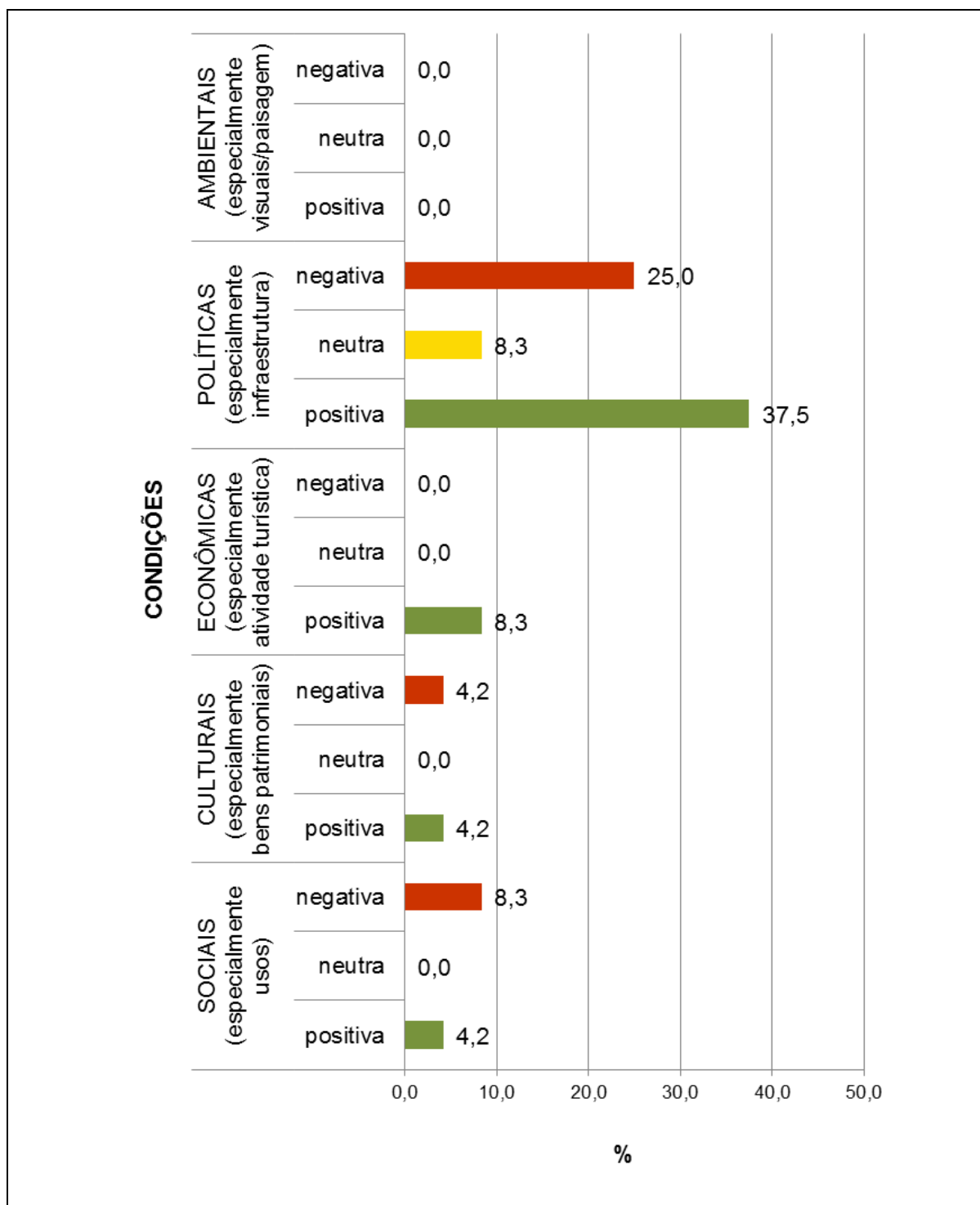
Entretanto, os comentários (Apêndice K) foram majoritariamente positivos (54,2% – Figura 138), com significativa concentração nos aspectos políticos (70,8% – Figura 139), tanto positivos (37,5%) quanto negativos (25,0%). Cabe citar, ainda, a inexistência de citações para as condições ambientais.

Figura 138: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto à existência de intervenções oriundas de políticas públicas de turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices D e K).

Figura 139: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto à existência de intervenções oriundas de políticas públicas de turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices D e K).

Em ambos os documentos oficiais do turismo do Maranhão (MARANHÃO, 2012; SPI, 2011) são contempladas ações de revitalização do acervo patrimonial no Centro Histórico de São Luís, principalmente com foco na requalificação do atrativo como produto turístico. No Plano de Desenvolvimento do Cluster de Turismo de São Luís (PDCTSL), tem-se:

em 10 anos, São Luís será um destino de referência entre as cidades classificadas como patrimônio da humanidade pela UNESCO, em razão da inovação e diferenciação que caracterizam a gestão da sua atividade turística, que permitem rentabilizar o seu patrimônio cultural material e imaterial (SPI, 2011, p.158).

Já no âmbito da infraestrutura, exerce o papel de ator chave a Fundação Municipal do Patrimônio Histórico (FUMPH). Instituição autônoma dentro da Prefeitura de São Luís, a FUMPH foi criada em 2005 com o objetivo de articular as iniciativas de gestão e revitalização do Centro Histórico de São Luís – no plano turístico, econômico e habitacional (SPI, 2011, p.162).

Mesmo com uma política de turismo direcionada a reabilitação do patrimônio histórico-cultural, 60,7% dos consultados mencionaram que o turismo não é o principal interventor da paisagem urbana no centro histórico e na Rua Portugal, pois, para esses respondentes (Apêndice K):

As principais intervenções não partiram de programas turísticos.

As intervenções, algumas delas, são em prol da salvaguarda do patrimônio.

As mudanças são muito pequenas e não são tão significantes.

As políticas de turismo ao centro histórico estão estagnadas

Por outro lado, Beni (2001) e Simão (2006) afirmam que o turismo é, em certo sentido, um instrumento de base para a reabilitação de culturas, assim como uma forte alternativa para os núcleos urbanos preservados, “pois a sua base é a própria preservação do patrimônio e da cultura local” (SIMÃO, 2006, p.67). Para os que afirmaram a existência das intervenções (Apêndice K), há destaque da presença da Subprefeitura no centro histórico:

Só nessa gestão de 2015 com a Subprefeitura.

Por conta da Subprefeitura que vem atuando forte.

Verifica-se, assim, que se tem percebido as contribuições da Subprefeitura na manutenção do patrimônio histórico, como algo importante da história da cidade e que precisa do apoio da sociedade para que mantê-lo vivo.

Em entrevista publicada em 01 de setembro de 2015, o atual Subprefeito do Centro Histórico esclarece:

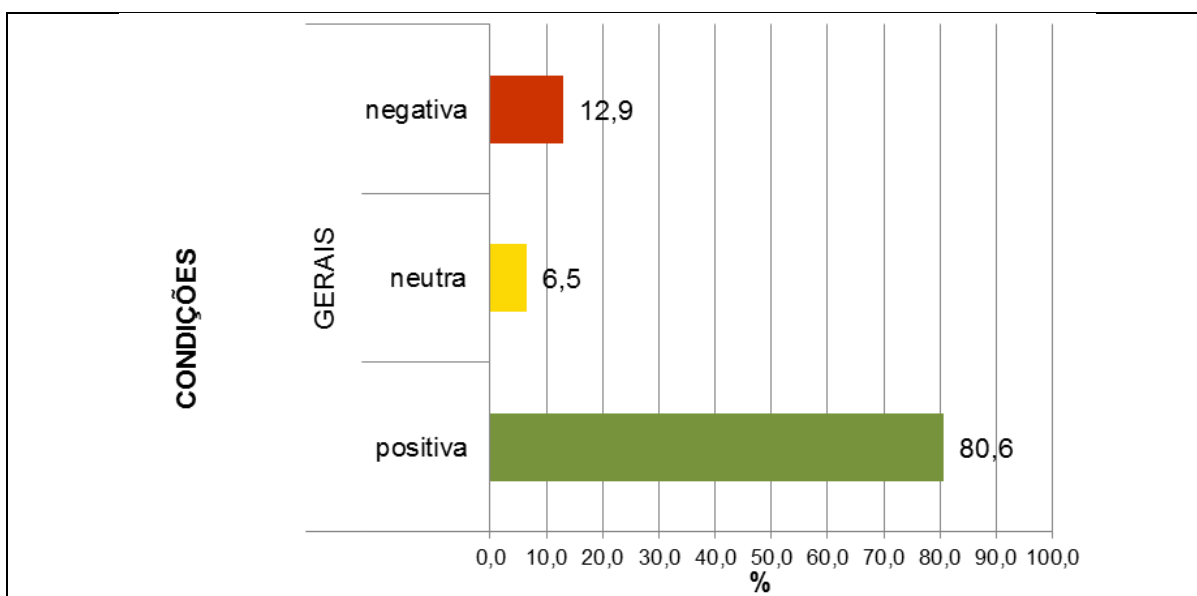
criada em janeiro deste ano, a Subprefeitura foi pensada para articular ações para melhorias voltadas exclusivamente para o Centro Histórico de São Luís e bairros que ficam no entorno da área. O órgão pretende atender as demandas encurtando o caminho e, assim, obtendo resultados mais rápidos e práticos sem tantas burocracias.

Ao longo destes oito meses de 2015, diversas ações já foram feitas para a melhoria de pontos estratégicos e importantes da região, como a reorganização da Praça João Lisboa; derrubada do antigo “inferninho” que está sendo transformado em uma praça poliesportiva, que está fase final de construção; reorganização do Largo de São João; reorganização da calçada do Colégio Marista; reorganização completa do bairro da Praia Grande.

Outros pequenos e importantes detalhes, como iluminação, lixeiras, lavagem de ruas, escadarias, praças e becos, mostram que a atenção merecida está finalmente sendo dada ao local que é tão admirado por turistas e querido por muitos moradores da grande ilha (O IMPARCIAL, 2015, p.1).

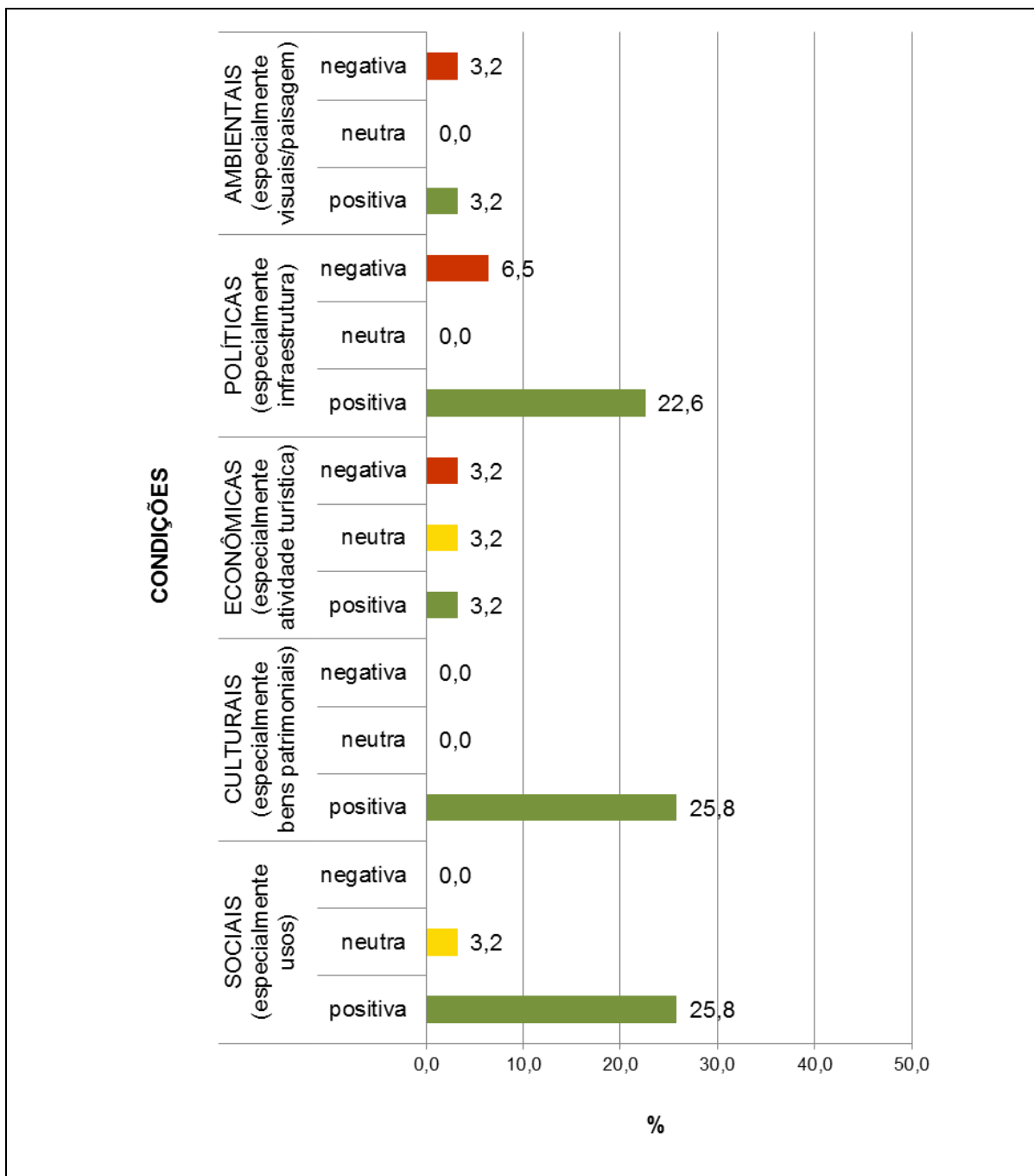
Mesmo com relação às **intervenções positivas do turismo na paisagem** do centro histórico, os administradores públicos se posicionaram de forma contrária ou neutra (Figura 140) em 19,4% das respostas (12,9% e 6,5%, respectivamente). As negativas (Figura 141) estão relacionadas com condições políticas (6,5%), econômicas (3,2%) e ambientais (3,2%), com abordagens favoráveis insignificantes para as duas últimas (3,2% cada).

Figura 140: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto a intervenções benéficas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices D e K).

Figura 141: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto a intervenções benéficas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices D e K).

As principais posições positivas (Apêndice K) versaram sobre:

Retiradas de vendedores ambulantes.



A revitalização / restauração de casarões.

O fechamento dos casarões abandonados, pontos de drogas e recolhimento das bancas de revista.

Preservação e conservação do patrimônio.

Revitalização dos casarões e limpeza do centro histórico.

**Todos os itens apontados acima foram executados pela Subprefeitura do centro histórico.**

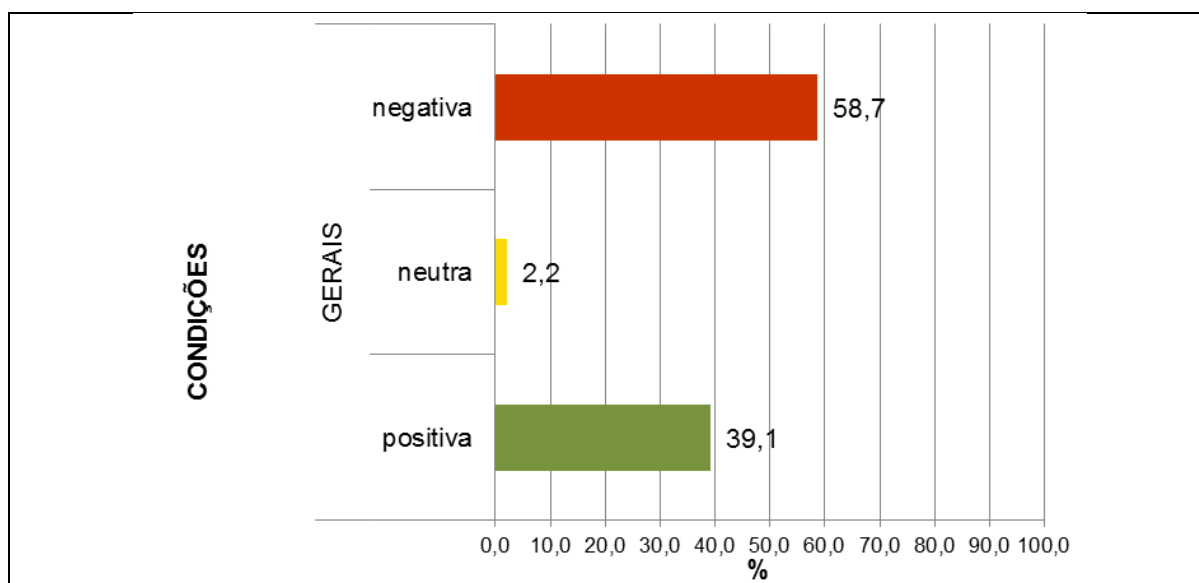
A Prefeitura realiza serviços como a requalificação de toda a área, refazendo as escadas e recuperando as ruas que receberam recuperação do esgoto.

Paralelo ao trabalho que está sendo realizado na Rua Humberto de Campos e na Rua do Giz, a Prefeitura atua ainda na conservação e recuperação das ruas da Estrela, Portugal e Portinho. Nestes locais, os serviços consistem na recolocação das pedras portuguesas e requalificação das calçadas.

Em toda a área foi intensificada a limpeza e iluminação, também reconhecidas pela população. Todas as medidas integram o pacote de ações de conservação e manutenção da área do Centro Histórico de São Luís, que foram intensificadas no início deste ano com a parceria do Governo do Estado e a criação da Subprefeitura (SOARES, 2015, p.1).

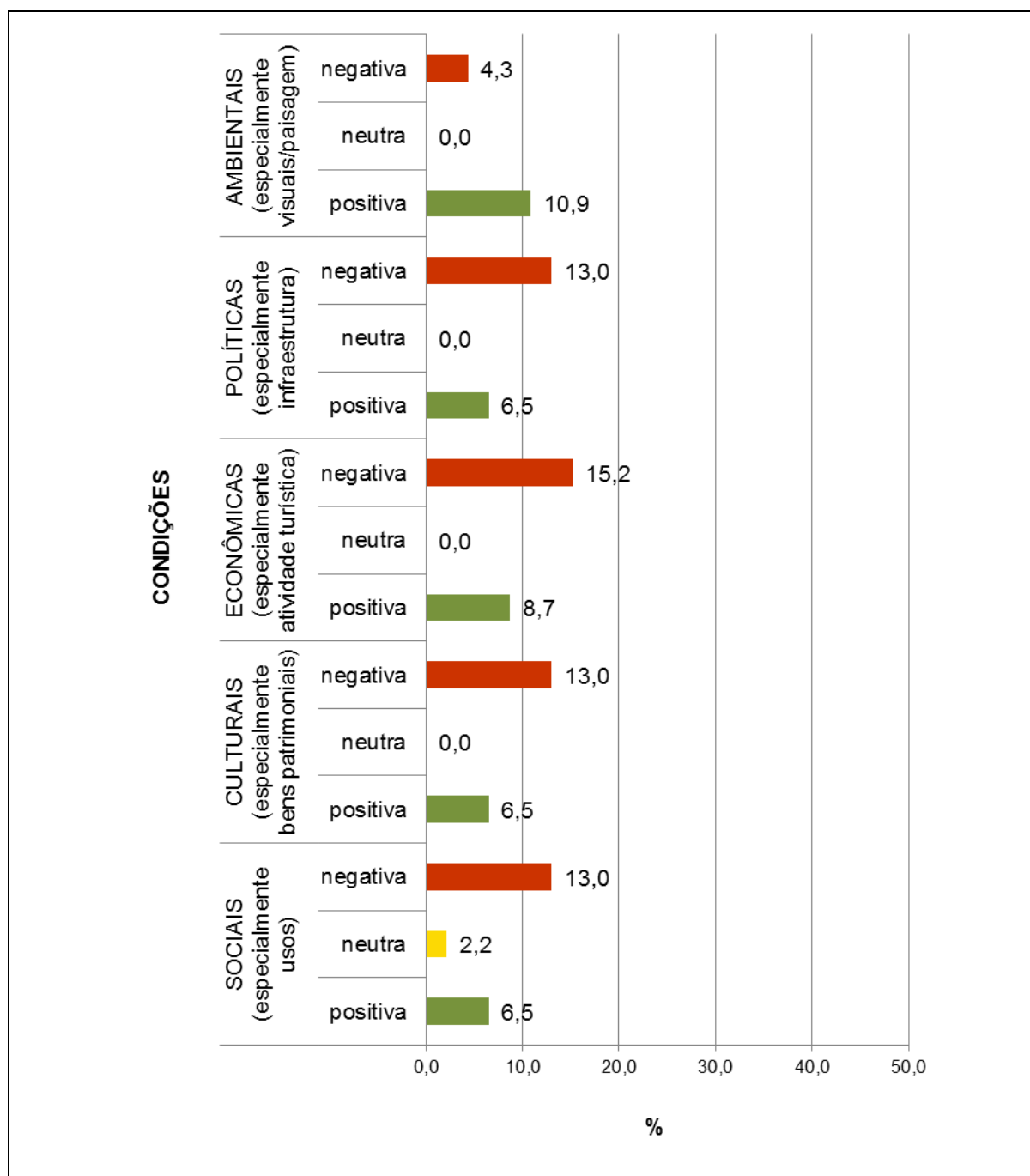
Com referência às **intervenções negativas do turismo na paisagem do centro histórico**, paradoxalmente há 39,1% de citações favoráveis (Figura 142), distribuídas por todas as condições consideradas (Figura 143).

Figura 142: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto a intervenções adversas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices D e K).

Figura 143: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto a intervenções adversas do turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices D e K).

Como principais condições negativas (Apêndice K), os consultados apontaram:

Degradação de alguns prédios (retirada de azulejos históricos, descaracterização do patrimônio etc.).

Abandono, pichações nos prédios, falta de segurança.

O excesso de lixo que muitas vezes os turistas, ou a própria população, contribui, e a depredação do patrimônio.

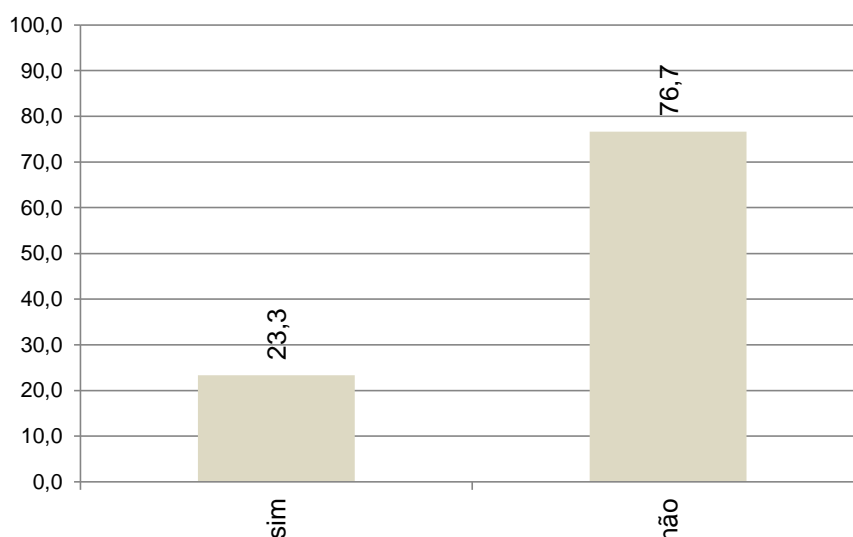
Intervenções que ignoram o valor do bem e ou do conjunto, levando os interesses políticos e empresariais a agirem sem critérios de preservação.

**Reportagem publicada em 2014 aponta o abandono do centro histórico e a percepção dos turistas quanto a sua degradação:**

O abandono do acervo arquitetônico de São Luís, localizado no centro histórico da capital maranhense, tem deixado muitos turistas decepcionados com as imagens que nem sempre correspondem aos cartões-postais contemplados por eles (G1 MA, 2014b, p.1).

Quanto à PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMA OU POLÍTICA DE TURISMO para a cidade de São Luís, 76,7% responderam negativamente (Figura 144).

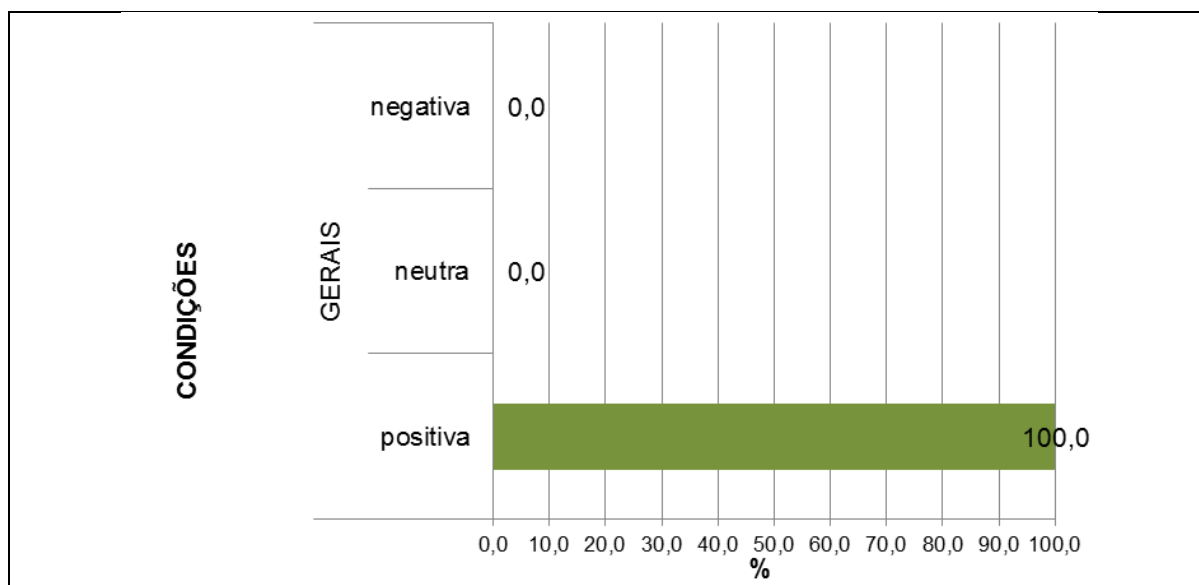
Figura 144: Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos administradores públicos entrevistados quanto à participação em programas ou políticas de turismo para a cidade de São Luís



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice D).

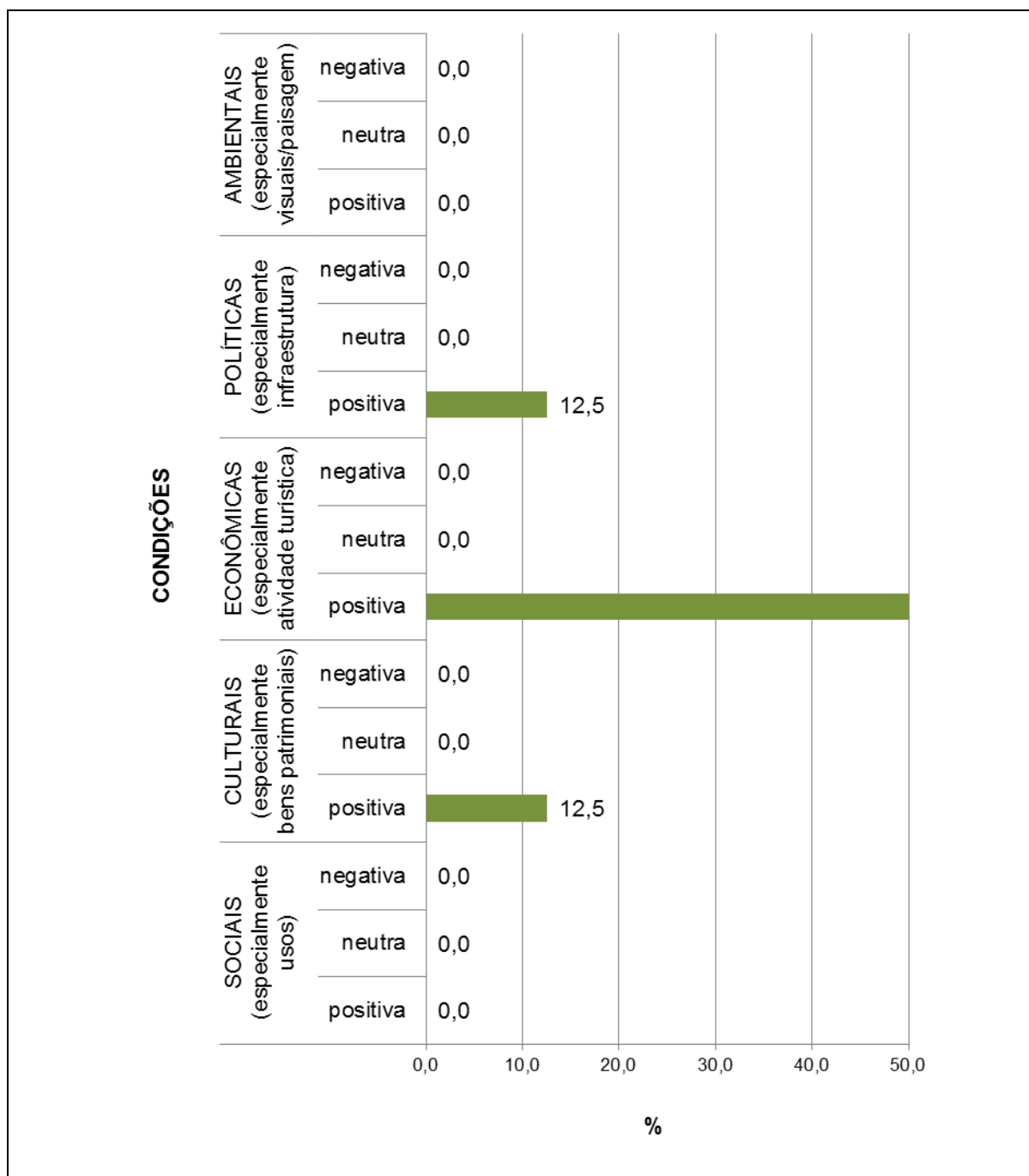
Os participantes indicaram a totalidade de ações positivas (Figura 145), com destaque para condições econômicas (75,0% – Figura 146) e secundariamente para políticas e culturais (12,5% cada), sem menção às ambientais e sociais.

Figura 145: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto às suas atividades benéficas para o turismo na paisagem da cidade de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices D e K).

Figura 146: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto às suas atividades benéficas para o turismo na paisagem da cidade de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices D e K).

Os administradores públicos que já participaram em programa ou política de turismo para a cidade de São Luís exemplificaram (Apêndice K), dentre outras citações:

Quando fui Secretário de Turismo, participei e expandi programas de revitalização do centro histórico em parceria com outras secretarias.

Divulgação do destino SLZ, Capacitações.

Projeto Mirante.

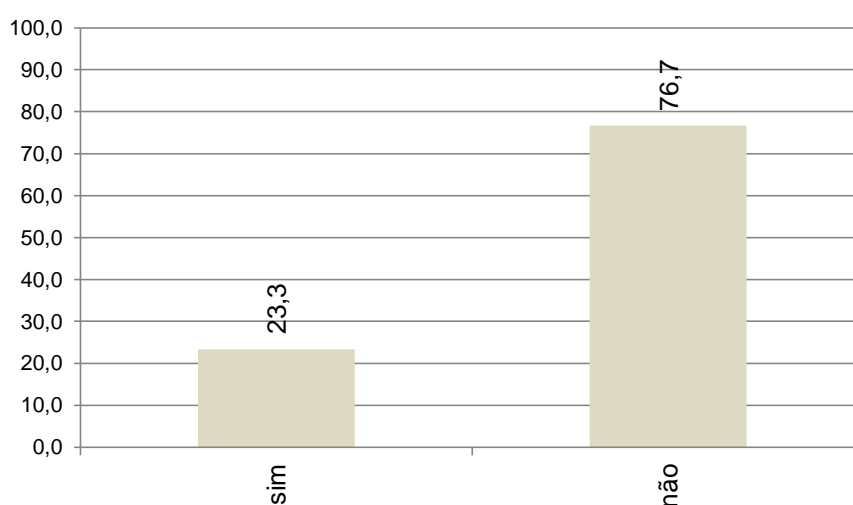
Serenata histórica. Eu participo (cantora).

*Cluster* de turismo.

No atual estágio de realidade social, deve haver articulação entre organizações representativas da sociedade em espaços públicos, com papel político amplo, que construa alternativas para os mais diversos campos de atuação do Estado, além “de oferecê-las ao debate público, coparticipando, inclusive, na sua implementação e gestão (TEIXEIRA, 2002, p.7).

Em relação à sua PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMA OU POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO do Centro Histórico de São Luís, tem-se a mesma proporção anterior (76,7%) de respostas contrárias (Figura 147).

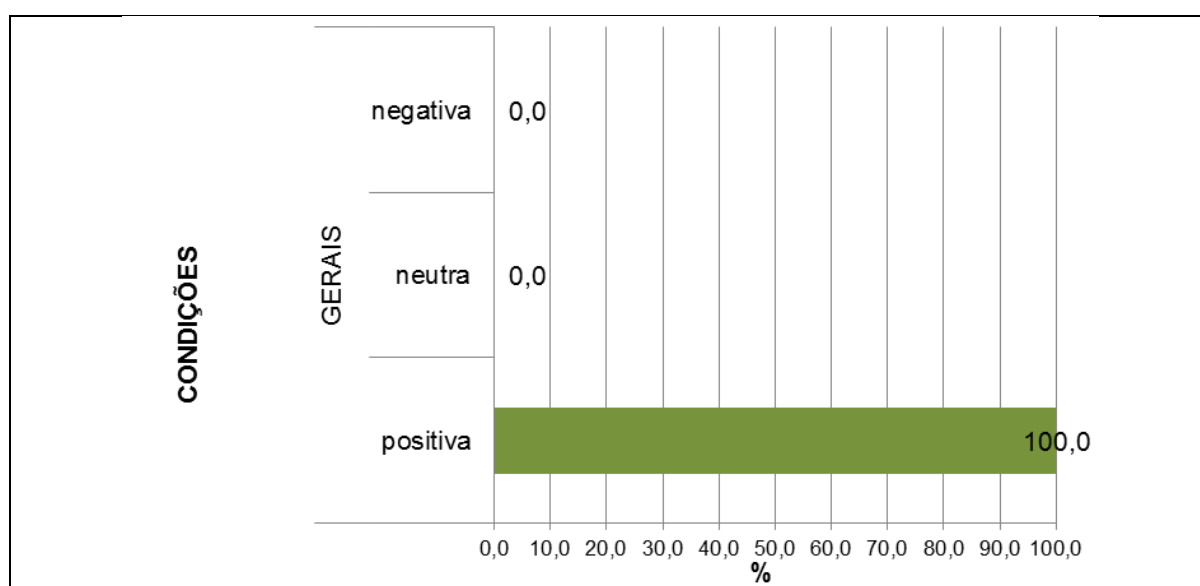
Figura 147: Gráfico de proporcionalidade de respostas favoráveis e desfavoráveis dos administradores públicos entrevistados quanto à participação em programas ou políticas de preservação do Centro Histórico de São Luís



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndice D).

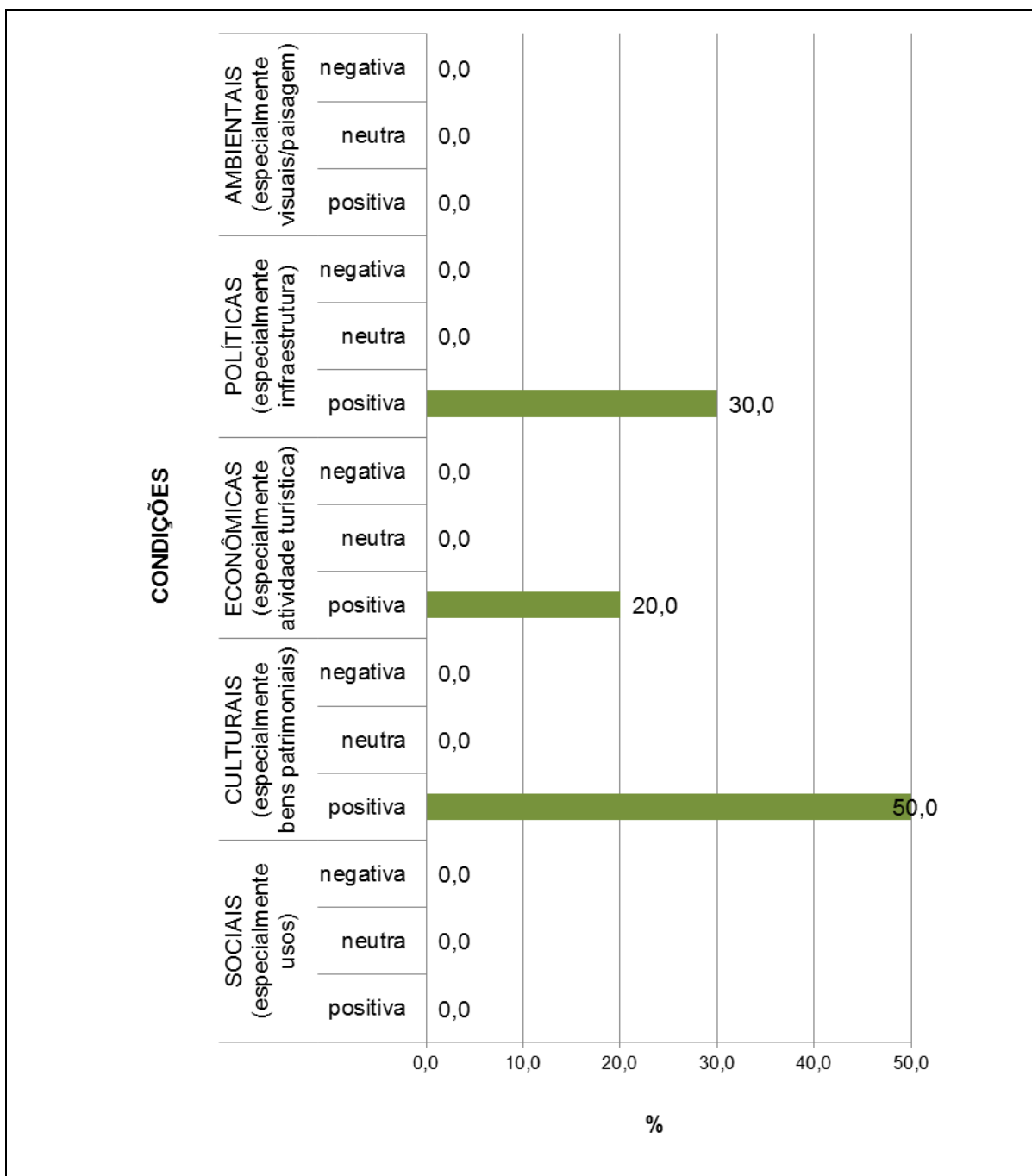
Os participantes também indicaram a totalidade de atividades benéficas (Figura 148), com destaque para condições culturais (50,0%), políticas (30,0%) e econômicas (20,0% – Figura 149), novamente sem referência às ambientais e sociais.

Figura 148: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto às suas atividades benéficas para a preservação do Centro Histórico de São Luís segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices D e K).

Figura 149: Gráfico de proporcionalidade de respostas positivas, neutras e negativas dos administradores públicos entrevistados quanto às suas atividades benéficas para a preservação do Centro Histórico de São Luís segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário específico (ver Apêndices D e K).

Desta vez, as observações dos participantes (Apêndice K) foram:

Trabalhei em instituições ligadas ao patrimônio histórico.

Sou consultor em Arqueologia do IPHAN-MA.



Gerenciando e fiscalizando projetos.

Arqueológicos voltados a Revitalização de equipamentos urbanos históricos existentes no Centro.

Orientações sobre a preservação do centro histórico com a [Secretaria de Turismo do Estado do Maranhão] SETUR[-MA].

Programa de Aceleração do Crescimento Cidades.

Históricas. Compondo equipe técnica que coordena os projetos e obras referente as 44 intervenções dentro do núcleo histórico da cidade.

Fui secretário de Turismo do Município de São Luís.

Subprefeitura do centro histórico. Conscientizando os moradores sobre a limpeza.

Alguns dos entrevistados possuem vasta experiência com turismo e patrimônio, destacando cargos e funções exercidas e suas contribuições para o segmento. Mediante os dados coletados, foi notória a sua percepção das ações do Projeto Reviver na década de 1980 e quanto contribuíram para a mudança na paisagem do centro histórico e da Rua Portugal. Ao mesmo tempo, destacaram que a atividade turística é agente de mudanças paisagísticas nesta via, tendo promovido ganhos para o ambiente, exigindo, inclusive, a instalação de câmeras de vigilância e de iluminação pública subterrânea, bem como a presença de órgãos públicos de atendimento ao cidadão. É fundamental a articulação das políticas governamentais para que ações sejam realizadas em prol da preservação do patrimônio histórico, visando à concretização de melhorias estruturais apontadas pelos entrevistados e reforçada por diversos autores citados.

Os aspectos negativos apontados pelos administradores públicos entrevistados foram direcionados principalmente à existência de lixo e aos níveis de insegurança, que são destacados como ações fundamentais para o desenvolvimento da atividade na seção 3 – Fundamentação teórica. Além disso, políticas como as previstas no plano diretor municipal e nos planos de turismo (estadual e municipal) abrangem ações a longo prazo com o intuito de transformá-la em agente de mudanças no centro histórico, possibilitando alterações no local.

O plano diretor municipal tem o objetivo básico de contribuir para a melhoria paisagística da cidade, o que inclui o patrimônio histórico; além disso, nos planos de turismo, a paisagem é destacada como um dos principais produtos a

serem trabalhados, sendo, então, prioritária a questão visual, tratada na próxima subseção.

### **5.1.5 Contexto ambiental**

Este contexto é novamente analisado em duas partes principais (ver subseção 2.2.3 – Discussão dos resultados – da seção 2 – Estruturação metodológica):

- g) quadro específico – expressando condições ambientais do local, especialmente referentes à capacidade de carga<sup>53</sup> do ambiente construído, aspecto de suma importância em termos de patrimônio arquitetônico e diretamente condicionado pelas características da sua manutenção;
- h) variáveis perceptuais – revelando a atratividade visual segundo observadores de cenas paisagísticas.

#### **5.1.5.1 Quadro específico**

Para esta caracterização, são analisadas, em primeiro lugar, algumas características do ambiente construído do DESTINO TURÍSTICO – cidade de São Luís, cuja urbanização teve início na ponta oeste da colina entre os rios Anil e Bacanga, seguindo gradativamente em direção ao interior da ilha. A região central é atualmente dividida em 11 bairros (Desterro, Centro, Goiabal, Madre Deus, Lira, Coréia, Vila Passos, Apicum, Fabril, Camboa e Diamante), equivalentes a 220 ha (PMSL, 2015).

Em 1940, a União iniciou o tombamento do Sambaqui do Pindaí e da Capela das Laranjeiras, e somente em 1974, de parte do centro histórico como conjunto arquitetônico e paisagístico. Em 1984, o Governo do Estado do Maranhão tombou a área histórica e no plano diretor de 1992 foi definida a Zona de Proteção Histórica (ZPH – ver aspectos urbanísticos na subseção 4.1 – Contextualização do destino turístico: cidade de São Luís), a qual “engloba a área de proteção federal

---

<sup>53</sup> O termo capacidade de carga empregado nesta pesquisa está sendo um sinônimo da capacidade ambiental, que é a “interação entre o meio ambiente e as atividades humanas em diferentes escalas” (OLIVEIRA, 2003, p. 17).

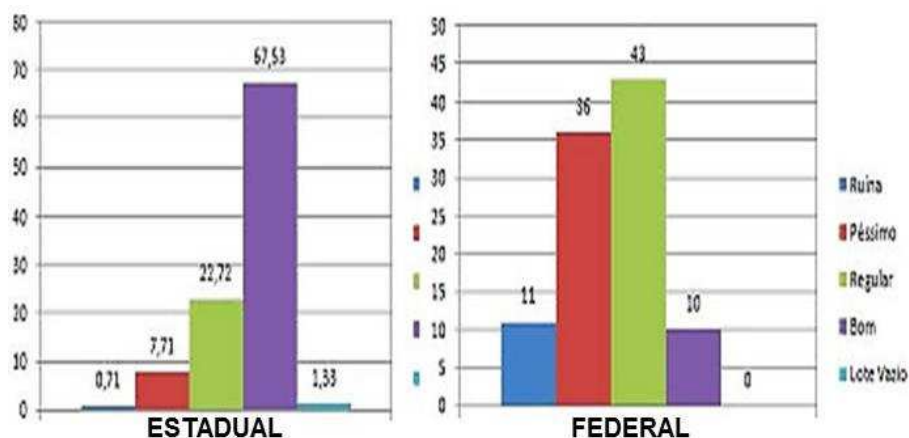
composta por 978 imóveis e a área de tombamento estadual com 4.629 imóveis, somando um total de 5.607 imóveis protegidos” (ANDRÈS, 2006).

Atualmente, nota-se mudanças nas funções tradicionais e substituição dos usos, com o decréscimo habitacional e incremento desordenado do comércio popular em diversas vias do centro histórico, o que tem promovido sérios problemas para a “qualidade ambiental e desgaste da imagem do centro como espaço de moradia e convivência” (BRASIL, 2015, p.10). Este problema tem sido ocasionado principalmente pela concentração de investimentos privados em outras regiões da cidade, além da ponte, ignorando os imóveis existentes no centro histórico, os quais restam ociosos e subutilizados, sendo que poderiam ser ocupados por empresas, escolas, faculdades, moradias, hotéis, pousadas, restaurantes e outros empreendimentos que dinamizariam a rotina local.

Mesmo com o esgotamento habitacional na área central, no conjunto preservado há predomínio de uso familiar, principalmente na área de tombamento estadual. Na federal, há maior utilização institucional e comercial, ocorrendo moradias em menor proporção. Essa carência de habitações no centro histórico é resultante do seu declínio por décadas e do alto custo de manutenção dos imóveis, além da expansão urbana no sentido das praias.

Apesar da situação ser predominantemente boa (57,5%) na região de tombamento estadual, estado de preservação dos imóveis na parte federal (Figura 150) pode ser enquadrado, em sua maioria, de regular (43,0%) a péssimo (36,0%), com 11,0% das edificações em condição de arruinamento. Esta questão é preocupante porque engloba a área da UNESCO e a própria Rua Portugal, que são os locais mais visitados pelos turistas e onde se concentram empreendimentos turísticos (CARVALHO; SIMÕES, 2012; VENANCIO, 2012).

Figura 150: Gráficos do estado de conservação dos imóveis nas áreas de tombamento estadual e federal no Centro Histórico de São Luís



Fonte: BRASIL (2015, p.14)

Em alguns bairros como Desterro e Portinho, que estão situados na área de tombamento federal e da UNESCO, ainda há casarões quanto a uso residencial, permanecendo núcleos habitacionais.

Um dos principais problemas na conservação das edificações está relacionado com a habitação, pois esse uso é, em sua maioria, irregular e os moradores não possuem condições financeiras para restaurar e manter os imóveis.

[...] existe no núcleo fundacional e entorno um expressivo número de imóveis particulares dificultando o empreendimento de melhorias e/ou reformas nesta infraestrutura inadequada para atrair investimentos em habitação no Centro Histórico, uma vez que apresenta uma rede de serviços estruturada, mas com deteriorações (BRASIL, 2015, p.14).

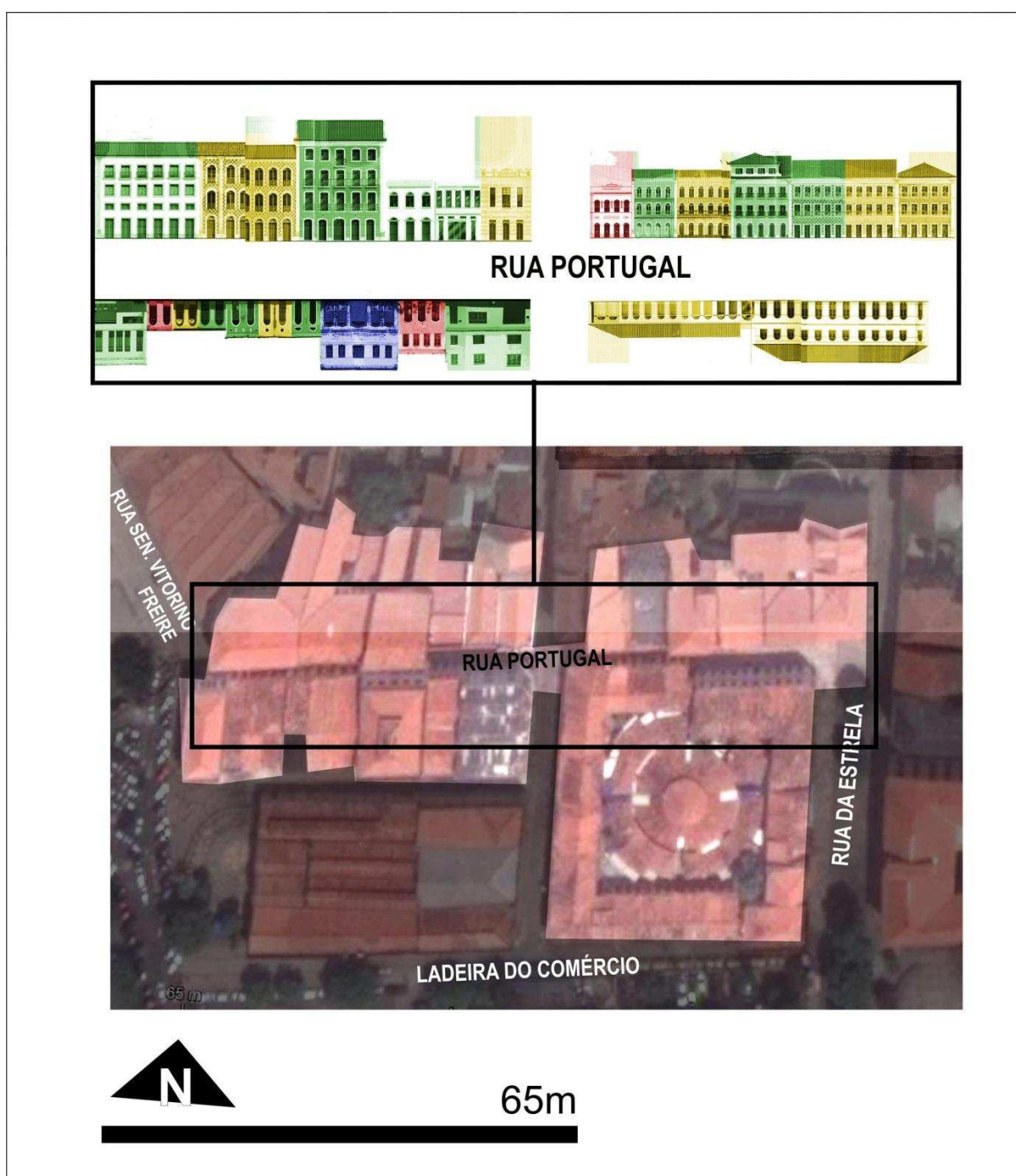
Essa situação de abandono e descaso com o patrimônio histórico acontece também em destinos turísticos que possuem o centro histórico como produto, como os casos, na região Nordeste, de Recife, Olinda e Salvador.

Com estruturas precárias, falta de segurança e poucos funcionários, a maioria das igrejas históricas de Recife e Olinda fica boa parte do tempo fechada. Em dois dias, a reportagem percorreu 25 igrejas no centro histórico das duas cidades e encontrou 16 com as portas fechadas. Sete estão interditadas por problemas de estrutura, mas só três estavam em obras. As outras nove abre só para as missas, ou não tem hora para abrir (BRITO, 2015, s.p.).

O Centro Histórico de Salvador possui aproximadamente cinco mil imóveis [...] O último levantamento das edificações com estrutura precária e risco de desabamento, no entanto, é de 2009, contendo 111 imóveis que foram notificados pela Defesa Civil. Por estar desatualizado, no relatório técnico não constam os imóveis da Ladeira da Preguiça [...] No levantamento, uma grande parte dos casarões em risco, está localizada na área do Comércio (FORTES, 2015, s.p.).



Em um segundo momento, é avaliada a **ÁREA TURÍSTICA FUNCIONAL – Rua Portugal**, por meio da técnica de levantamentos de campo dos níveis de manutenção dos imóveis ao longo das duas quadras do espaço em estudo (Figura 151).

Figura 151: Imagem aérea de classificação dos níveis de manutenção dos imóveis na Rua Portugal



Fonte: Elaborada com base em Google Maps (2013) e em levantamentos de campo.

Notas: ■ = satisfatório  
■ = mediano

 = precário  
 = arruinamento

É possível verificar que mais de 80% dos prédios estão na categoria satisfatória e mediana quanto ao estado de conservação, sendo somente três em situação precária e um em ruínas. Como mencionado anteriormente, a Rua Portugal é uma das mais importantes do Centro Histórico de São Luís e foi incluída em diversos programas de revitalização realizados em níveis municipal, estadual e federal.

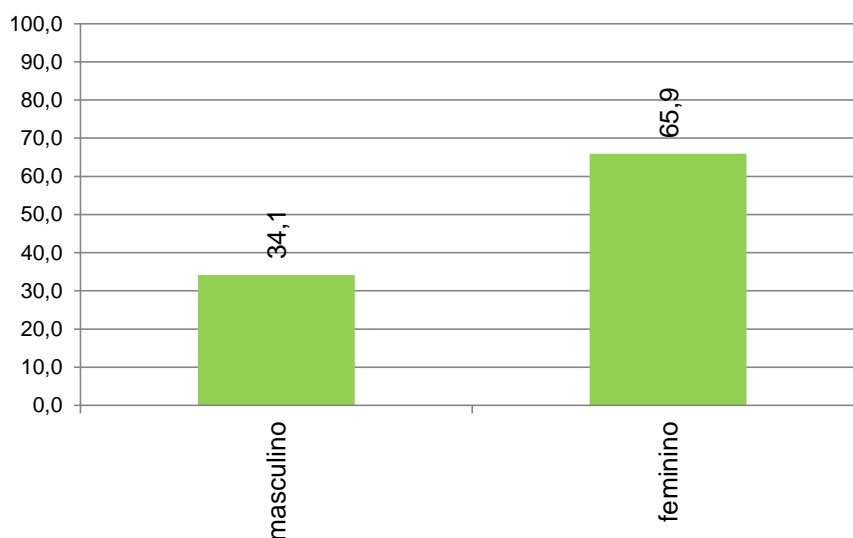
#### 5.1.5.2 Variáveis perceptuais

O componente essencial desta variável é a atratividade visual, avaliada segundo o grau da qualidade da paisagem da Rua Portugal determinado por observadores de cenas, com entendimento da sua importância para a atividade turística.

Para o alcance desses resultados, foram utilizados o método direto e a técnica de avaliação de preferências visuais (ver subseção 2.2.3 – Discussão dos resultados – da seção 2 – Estruturação metodológica), com coleta de dados por meio da aplicação de questionário *online* (ver Apêndice E) para classificação de fotografias da via pelo público em geral, considerados potenciais e reais turistas nacionais e internacionais. Como parâmetro de análise, foi adotado o grau qualitativo e como critério a apreciação subjetiva, com valor de referência estabelecida pelas médias das classes a partir das respostas do questionário, medidas em porcentagem.

O PERFIL dos observadores de cenas, que totalizaram 128 pessoas, é formado por 65,9% de representantes do sexo feminino e 34,1% do masculino (Figura 152). Da mesma forma que em outros contextos analisados nesse estudo, há diferenças em comparação à pesquisa de demanda realizada pela Secretaria Municipal de Turismo de São Luís em 2013 e em 2014 no período junino, quando 44,9% e 39,0% dos entrevistados eram mulheres e (SETUR-SLZ, 2013; 2014). Todavia, esse desvio não implica em limitadores para a interpretação dos resultados.

Figura 152: Gráfico de proporcionalidade dos observadores de cenas segundo gênero

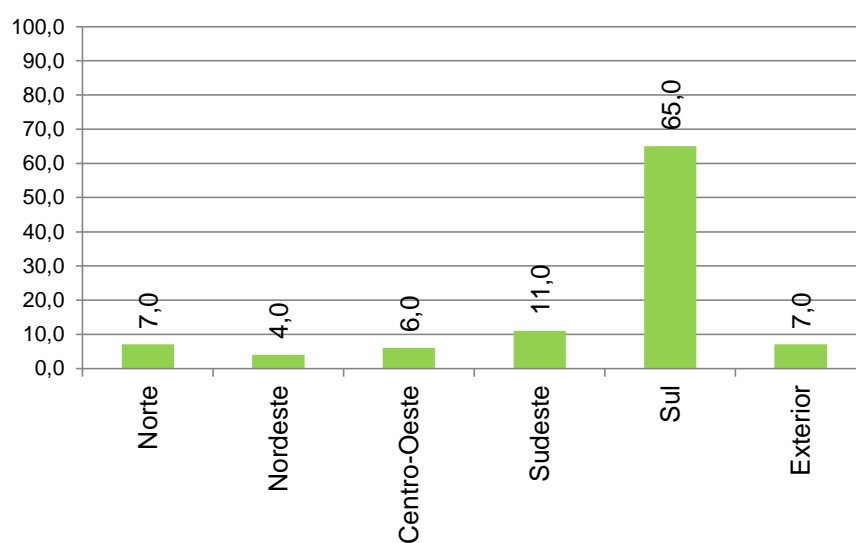


Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário *online* (ver Apêndice E).

A maior parte é procedente da Região Sul (65,0%) (Figura 153). Os estados com maior emissão de turistas para São Luís são do próprio Nordeste (Ceará e o próprio Maranhão – 45,0%), Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo – 19,4%) e Norte (Pará – 8,5%) (SETUR-SLZ, 2014). Entretanto, no documento Plano Maior 2020 (SETUR-MA, 2012), a seleção prioritária de mercado para o Maranhão são os estados da região Sudeste (como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), seguidos dos do Sul, (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e, por fim, o Distrito Federal, além dos vizinhos (como Pará, Piauí e Tocantins). No mercado internacional, as prioridades recaem principalmente sobre Alemanha, Argentina, Chile, Estados Unidos, França, Itália e Portugal.

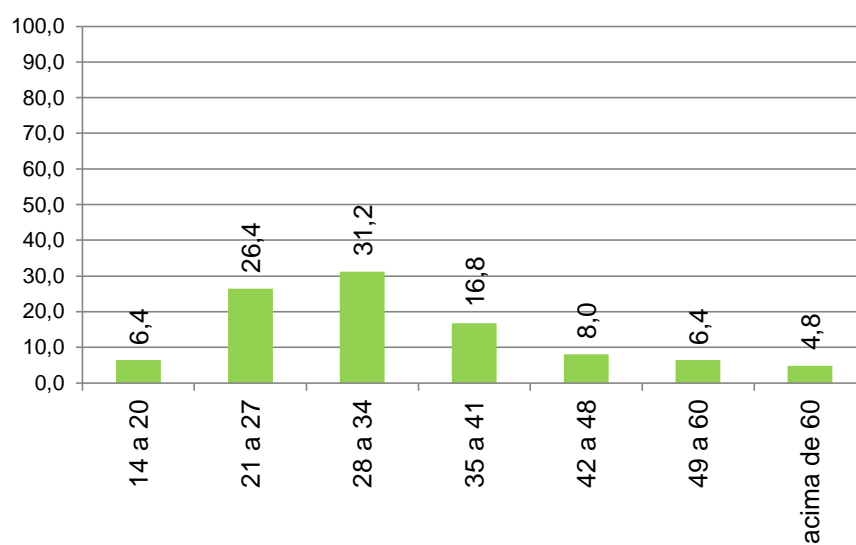
Quanto à idade dos entrevistados, há predomínio da faixa entre 28 e 34 anos (31,2%) (Figura 154). Em comparação às informações da pesquisa de demanda da SETUR-SLZ (2014), prevalecem turistas de 21 a 30 anos (28,6%) e 31 a 40 anos (27,8%), constatando-se a proximidade dos resultados desta fonte com os da amostra utilizada.

Figura 153: Gráfico de proporcionalidade dos observadores de cenas segundo procedência



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário *online* (ver Apêndice E).

Figura 154: Gráfico de proporcionalidade dos observadores de cenas segundo faixa etária

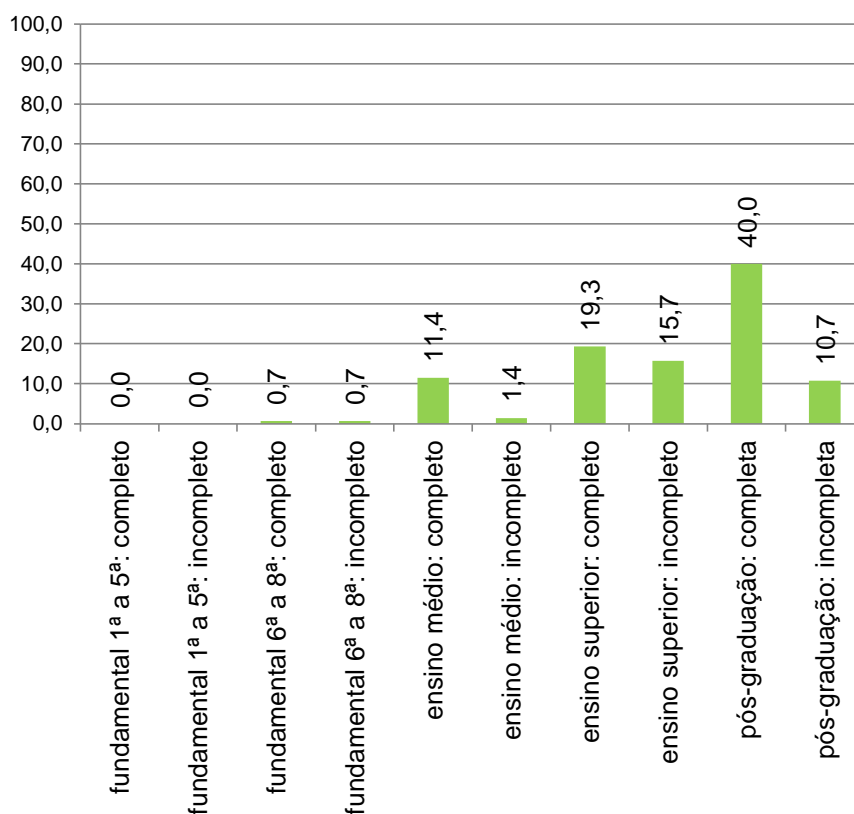


Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário *online* (ver Apêndice E).



Em relação ao grau de escolaridade, a maioria possui pós-graduação completa (40,0%) (Figura 155). Nos dados oficiais da SETUR-SLZ (2014), a maioria dos turistas possui níveis completos de ensino médio (39,5%) e superior (38,7%), não constando naquela pesquisa se possuem pós-graduação completa ou incompleta.

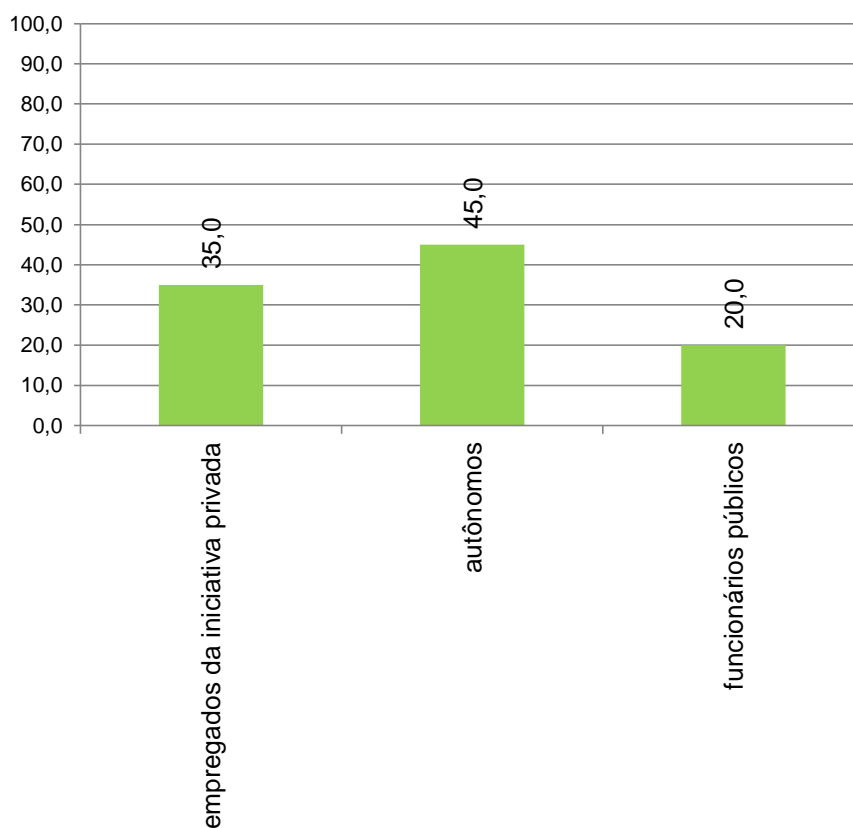
Figura 155: Gráfico de proporcionalidade dos observadores de cenas segundo grau de escolaridade



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário *online* (ver Apêndice E).

Quanto à profissão (Figura 156), predominam autônomos (45,0%). Nos dados do mesmo levantamento da SETUR-SLZ (2014), a maioria dos turistas que visitam São Luís são empregados da iniciativa privada (28,6%), seguidos dos próprios autônomos (19,1%) e de funcionários públicos (12,1%).

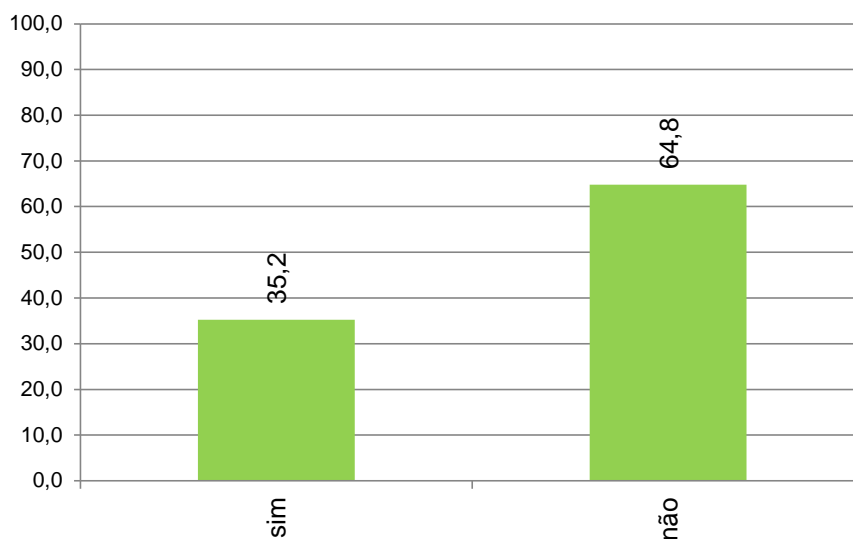
Figura 156: Gráfico de proporcionalidade dos observadores de cenas segundo áreas profissionais



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário *online* (ver Apêndice E).

Questionados se já visitaram São Luís, a maioria (64,8%) respondeu de forma negativa (Figura 157). Pelos levantamentos do Plano Maior 2020 (SETUR-MA) quanto à opinião do turista potencial, não é prioridade viajar para o Maranhão e há falta divulgação sobre o estado. Por isso, justifica-se essa alta proporção de entrevistados que não conhecem a cidade. Esse fato pode ser considerado conveniente perante os métodos adotados de avaliação da qualidade da paisagem, pois excessiva familiaridade com alguns detalhes locais poderia interferir de maneira deletéria nos resultados encontrados.

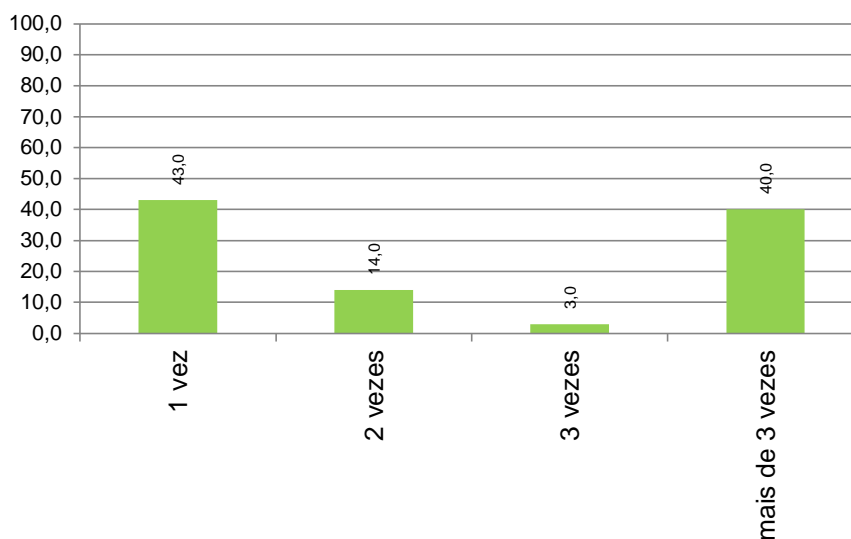
Figura 157: Gráfico de proporcionalidade dos observadores de cenas segundo visita anterior a São Luís



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário *online* (ver Apêndice E).

Dos que afirmaram já ter visitado a cidade (Figura 158), a predominância é de menos de mais de três vezes (43,0%), o que pode ser associado ao resultado da pesquisa da SETUR-SLZ (2014), na qual 60,8% dos visitantes manifestaram interesse em retornar a São Luís, o que indica a existência de atrativos que promovem o bem-estar, o que gera o desejo de retorno (MIDDLETON; CLARKE, 2001). Note-se, porém, que a periodicidade de uma vez também foi expressiva, correspondendo a 40,0%.

Figura 158: Gráfico de proporcionalidade dos observadores de cenas com visita anterior a São Luís segundo periodicidade de visitação

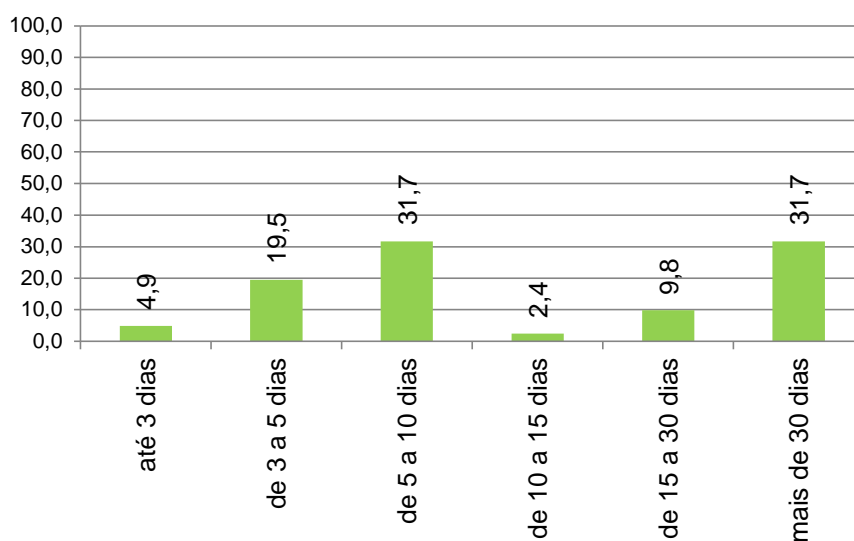


Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário *online* (ver Apêndice E).

A maior parte dos respondentes que visitaram São Luís permaneceu de 5 a 10 e mais de 30 dias (31,7% cada período) (Figura 159). A pesquisa junina realizada pela SETUR-SLZ (2014) aponta que a permanência média dos turistas na cidade foi de oito dias, o que é muito aproximado   média do primeiro interstício temporal da amostra consultada.

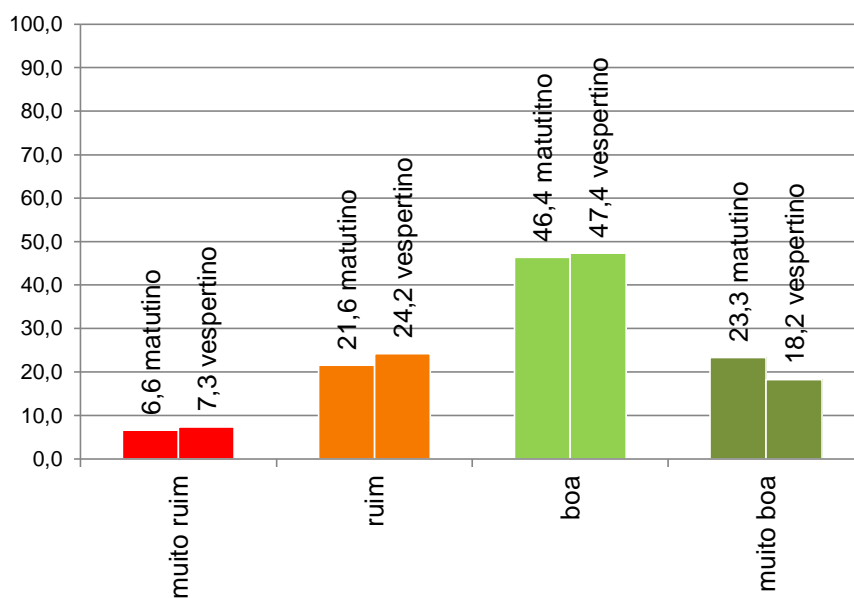
Com referência   classificação qualitativa da paisagem da Rua Portugal, mediante análise das fotos pelos respondentes, diagnostica-se que houve prevalência da indicação da classe boa (46,4% e 47,4% para matutino e vespertino, respectivamente), não ocorrendo disparidades muito significativas entre resultados encontrados para os mesmos períodos (Figura 160), sendo registrado um desvio pouco superior a 5% apenas para o enquadramento de qualidade muito boa (Tabela 6).

Figura 159: Gráfico de proporcionalidade dos observadores de cenas com visita anterior a São Luís segundo tempo de visitação



Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário *online* (ver Apêndice E).

Figura 160: Gráfico de proporcionalidade de classes de qualidade da paisagem da Rua Portugal indicadas pelos observadores de cenas segundo período do dia







Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário *online* (ver Apêndice E).

Tabela 6: Proporcionalidade média de classes de qualidade da paisagem da Rua Portugal indicadas pelos observadores de cenas segundo período do dia

PERÍODO	CLASSE	muito ruim (%)	ruim (%)	boa (%)	muito boa (%)
matutino		6,6	21,6	46,4	23,3
vespertino		7,3	24,2	47,4	18,2
<b>desvio</b>		<b>-0,8</b>	<b>-2,7</b>	<b>-0,9</b>	<b>5,2</b>

Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário *online* (ver Apêndice E).

Notas:

	= desvio não significativo (de 0,0 a 5,0%)
	= desvio pouco significativo (5,1 a 10,0%)
	= desvio medianamente significativo (de 10,1 a 20,0%)
	= desvio muito significativo (superior a 20,0%)

Esses resultados demonstram que a paisagem da Rua Portugal se encontra em harmonia sob a ótica dos entrevistados, principalmente quanto à qualidade estrutural, um dos fatores de maior destaque para a avaliação.

Vale lembrar que a paisagem, conforme Boullón (2002) possui três fatores para sua decifração: estrutura, forma nítida e diferenciação. Hoje, a Rua Portugal possui boas condições de infraestrutura, sendo a via com maior conjunto de prédios homogêneos revestidos em azulejos da América Latina (ANDRÈS, 2006), característica diferencial que tem, inclusive, motivado a sua inclusão em diversos programas de revitalização. Também cabe ressaltar que, perante outras ruas do centro histórico, o colorido dos seus azulejos constitui um fator de diversidade, pela sua forma nítida referente às partes visíveis e identificáveis.

Considerando apenas as indicações da classe muito boa (Tabela 7), a cena de melhor qualidade paisagística corresponde à foto de números 3 (49,2% período matutino) e 5 (34,9% no período vespertino), referentes ao trecho que compreende imóveis com características diversas, com o lado direito possuindo um prédio revestido em azulejo francês de cor azul, que é sede do Museu Casa de Nhozinho. Ao seu lado, fica a sede da Secretaria Estadual de Turismo do Maranhão (SETUR-MA), num casarão de três pavimentos com sacadas e em bom estado de conservação (Figura 161), enquanto a de pior classificação compreende a de números 5 (23,8% no período matutino) e 2 (37,3% no período vespertino) pertinentes a trecho (Figura 162) com a presença de poste à esquerda da imagem, assim como um prédio que não compõe a mesma fachada com os outros da imagem; também existe um casarão de dois pavimentos que está “lacrado” com tijolos para coibir a entrada de pessoas no seu interior. Além disso, há um profissional da limpeza urbana, uma moto, cadeiras de plástico na cor vermelha na foto do turno vespertino, o que ocasiona perda da visibilidade geral da imagem.

Para Simão (2006), cidades preservadas passam pelos mesmos problemas que as demais, pois características como inadequação – ou inexistência – de saneamento básico, escassez de infraestrutura de serviços urbanos, desordenamento do crescimento urbano e reduzida disponibilidade de alternativas de lazer, entre outras, promovem uma baixa qualidade de vida urbana. Além disso, políticas de revitalização para os núcleos urbanos – e não somente para o patrimônio edificado e cultural – devem ser voltadas à maior gama de problemas da urbe, multiplicando possibilidades de soluções.

Tabela 7: Proporcionalidade média de classes de qualidade da paisagem da Rua Portugal indicadas pelos observadores de cenas segundo período do dia

TRECHO	FOTO / PERÍODO CLASSE	muito ruim (%)	ruim (%)	boa (%)	muito boa (%)	INFERIOR (%)	SUPERIOR (%)
1 Sudeste	1: matutino	20,6	37,3	34,1	4,8	57,9	38,9
	7: vespertino	7,1	28,6	54,8	5,6	35,7	60,4
1 Nordeste	2: matutino	19,0	28,6	40,5	8,7	47,6	49,2
	11: vespertino	9,5	35,7	39,7	12,7	45,2	52,4
1 Oeste	3: matutino	0,0	7,9	41,3	49,2	7,9	90,5
	5: vespertino	2,4	8,7	51,6	34,9	11,1	86,5
1 Leste	4: matutino	4,8	33,3	43,7	16,7	38,1	60,4
	9: vespertino	8,7	40,5	31,7	16,7	49,2	48,4
1 Noroeste	5: matutino	23,8	48,4	25,4	1,6	72,2	27,0
	2: vespertino	37,3	46,0	12,7	1,6	83,3	14,3
1 Sudoeste	6: matutino	2,4	35,7	53,2	6,3	38,1	59,5
	3: vespertino	7,1	42,1	39,7	6,3	49,2	46,0
2 Sudeste	7: matutino	0,0	15,9	57,1	25,4	15,9	82,5
	12: vespertino	5,6	20,6	51,6	20,6	26,2	72,2
2 Nordeste	8: matutino	3,2	20,6	55,6	19,0	23,8	74,6
	10: vespertino	2,4	25,4	51,6	18,3	27,8	69,9
2 Oeste	9: matutino	4,0	11,9	44,4	35,7	15,9	80,1
	1: vespertino	6,3	11,9	52,4	24,6	18,2	77,0
2 Leste	10: matutino	0,8	7,9	65,9	24,6	8,7	90,5
	8: vespertino	0,8	13,5	59,5	23,0	14,3	82,5
2 Noroeste	11: matutino	0,0	6,3	50,0	41,3	6,3	91,3
	6: vespertino	0,0	9,5	65,9	22,2	9,5	88,1
2 Sudoeste	12: matutino	0,0	4,8	46,0	46,8	4,8	92,8
	4: vespertino	0,8	7,9	57,1	31,7	8,7	88,8

Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário *online* (ver Apêndice E).

Notas:







-  = maiores proporções de indicação na classe muito boa por período
-  = maiores proporções de indicação na classe muito ruim por período
-  = maiores proporções de indicação nas classes superiores (muito boa e boa) por período
-  = proporções intermediárias de indicação nas classes superiores (muito boa e boa) por período
-  = maiores proporções de indicação nas classes inferiores (muito ruim e ruim) por período
-  = proporções intermediárias de indicação nas classes inferiores (muito ruim e ruim) por período



Figura 161: Fotos preferenciais enquadradas pelos observadores de cenas na classe de qualidade da paisagem muito boa na Rua Portugal – trecho 3 (Oeste 1)



período matutino



período vespertino

Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário *online* (ver Apêndice E).

Figura 162: Fotos preferenciais enquadradas pelos observadores de cenas na classe de qualidade da paisagem muito ruim na Rua Portugal – trecho 5 (Sudoeste 1)



período matutino



período vespertino

Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário *online* (ver Apêndice E).

Por outro lado, Silva (2012, p.132) aponta para os efeitos jurídicos produzidos pelo tombamento, pois é um “típico instituto protetor dos bens culturais”. Com base no Decreto-Lei Federal Nº 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937), tais implicações incidentes sobre o bem tombado são: “restrição à alienabilidade, restrição à vizinhança, vedação à modificação do bem e obrigações do proprietário de conservá-lo” (SILVA, 2012, p.132). Nessa esfera, o proprietário do imóvel público ou privado tem obrigação de conservá-lo, assim como de não danificá-lo. Caso haja omissão e deterioração do bem, poderá haver punição – inclusive multa – prevista em lei. Na eventualidade do proprietário não possuir recursos para manutenção do patrimônio, deverá comunicar o órgão competente para sua conservação e reparação, com reparos executados dentro do prazo de seis meses (SILVA, 2012). Com a prática dessas ações, é possível manter o patrimônio histórico protegido, salvaguardando esses bens para a comunidade e gerações futuras, promovendo a sua sustentabilidade.

Pela análise da Tabela 6, depreende-se que os maiores desvios entre os períodos matutino e vespertino ocorreram em relação ao trecho 1 (Secretaria Estadual de Turismo – SETUR-MA) (Figura 163), devido aos detalhes que aparecem com maior clareza na foto do turno vespertino, como, por exemplo, os prédios com fachadas revestidas em azulejo, enquanto no turno matutino, o maior detalhe é o prédio da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR-MA); além disso, o colorido da imagem no turno vespertino reflete melhor a paisagem da Rua Portugal. De outra forma, o trecho 8 (Casa das Tulhas) não teve registro nesse sentido (Figura 164).

Tabela 6: Proporcionalidade média de desvios entre períodos do dia nas classificações pelos observadores de cenas sobre qualidade da paisagem da Rua Portugal

TRECHO	CLASSES	muito ruim (%)	ruim (%)	boa (%)	muito boa (%)	INFERIOR (%)	SUPERIOR (%)
1 Sudeste		13,5	8,7	-20,7	-0,8	22,2	-21,5
1 Nordeste		9,5	-7,1	0,8	-4,0	2,4	-3,2
1 Oeste		-2,4	-0,8	-10,3	14,3	-3,2	4,0
1 Leste		-3,9	-7,2	12,0	0,0	-11,1	12,0
1 Noroeste		-13,5	2,4	12,7	0,0	-11,1	12,7
1 Sudoeste		-4,7	-6,4	13,5	0,0	-11,1	13,5
2 Sudeste		-5,6	-4,7	5,5	4,8	-10,3	10,3
2 Nordeste		0,8	-4,8	4,0	0,7	-4,0	4,7
2 Oeste		-2,3	0,0	-8,0	11,1	-2,3	3,1
2 Leste		0,0	-5,6	6,4	1,6	-5,6	8,0
2 Noroeste		0,0	-3,2	-15,9	19,1	-3,2	3,2
2 Sudoeste		-0,8	-3,1	-11,1	15,1	-3,9	4,0

Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário *online* (ver Apêndice E).

Notas:

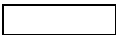
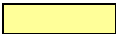


	= desvio não significativo (de 0,0 a 5,0%)
	= desvio pouco significativo (5,1 a 10,0%)
	= desvio medianamente significativo (de 10,1 a 20,0%)
	= desvio muito significativo (superior a 20,0%)

Figura 163: Fotos com maiores desvios entre períodos do dia nas classificações pelos observadores de cenas sobre qualidade da paisagem da Rua Portugal – trecho 1 (Sudeste 1)



período matutino



período vespertino

Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário *online* (ver Apêndice E).

Figura 164: Fotos com menores desvios entre períodos do dia nas classificações pelos observadores de cenas sobre qualidade da paisagem da Rua Portugal – trecho 8 (Nordeste 2)



período matutino



período vespertino

Fonte: Elaborada com base nas respostas do questionário *online* (ver Apêndice E).

Como já comentado, a paisagem da Rua Portugal possui alto valor patrimonial devido aos azulejos que revestem as fachadas dos seus casarões. O Instituto Municipal da Paisagem Urbana (IMPUR), pela Lei Municipal Nº 4.127, de 23 de dezembro de 2002 (SÃO LUÍS, 2002), tem as finalidades de planejar, executar, operar, conservar e manter a paisagem urbana de São Luís. Martín (2012) ratifica que, a partir da década de 1980, a paisagem passou a ter valor de referência mundial, devido a interesses sociais, culturais e políticos, privilegiando tanto os aspectos naturais quanto os históricos, que incluem monumentos e paisagens. Dessa forma, busca-se a proteção desses bens, não limitada a sítios excepcionais, mas como nova forma de incluir os valores paisagísticos nas políticas de desenvolvimento sustentável, propostas na Rio 92<sup>54</sup> e na Carta de Aalborg de 1994<sup>55</sup>.

Em uma das justificativas apontadas pelo Governo do Estado do Maranhão para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em relação à obtenção do título de Patrimônio da Humanidade

<sup>54</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida de maneira geral como Rio-92 ou Eco-92, foi um mega evento [...], cujo objetivo foi a celebração das diretrizes dominantes sobre a questão ambiental sob [...] a] ideologia do desenvolvimento sustentável [...] e reuniu delegações de 178 países e [...] 114 chefes de estado ou de governo [...]. A Eco-92 foi um evento bipartido: enquanto no Riocentro ocorreu a Cúpula da Terra e a reunião das delegações oficiais dos países participantes onde as decisões diplomáticas e os acordos internacionais foram constituídos, no Aterro do Flamengo aconteceu o Fórum Global, envolvendo as [organizações não governamentais] ONGs e movimentos sociais, com a participação de diversos interessados em debater esta temática (OLIVEIRA, 2012, p.1-3).

<sup>55</sup> A Carta de Aalborg estabeleceu “valores básicos e opções estratégicas para o desenvolvimento sustentável nas áreas urbanas e definiu a necessidade de uma campanha que divulgasse, publicitasse e apoiasse a aplicação das políticas de sustentabilidade local [...]” (GUERRA; SCHMIDT, 2009, p.2).



para o Centro Histórico de São Luís foi que já era um monumento nacional sob a Lei Federal Nº 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937), quanto à sua arquitetura e paisagem histórica, e que também estava protegida sob a Lei Federal Nº 3.999, de 05 de dezembro de 1978 (BRASIL, 1978), ambas interferentes na paisagem urbana de São Luís (UNESCO, 1997).

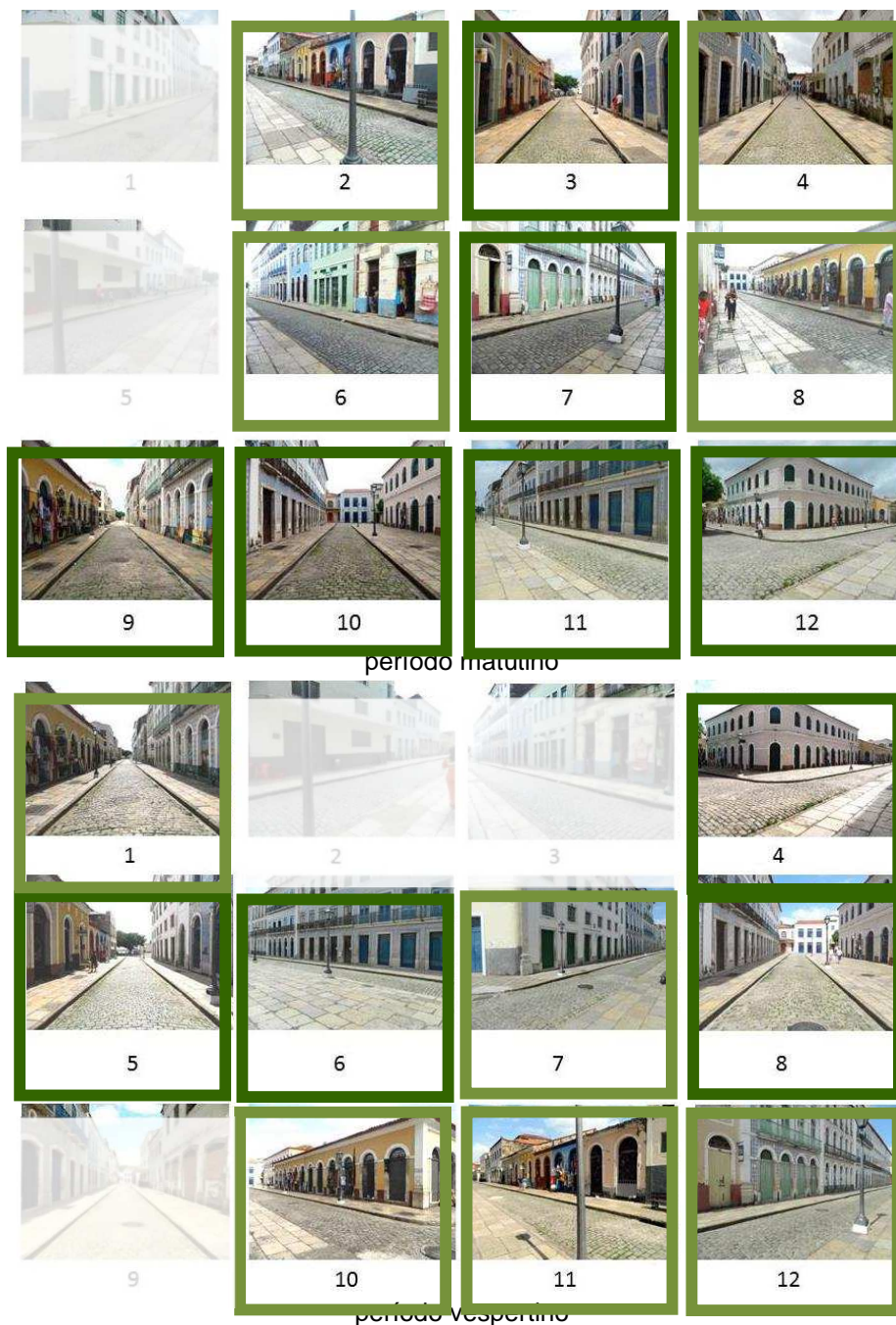
Nota-se, assim, que a autenticidade do valor patrimonial do Centro Histórico de São Luís já era protegida por leis nacionais que apontavam a paisagem como um importante bem.

Entre os conjuntos urbanos brasileiros reconhecidos pela UNESCO, São Luís é o único cuja inscrição na Lista do Patrimônio Mundial está baseada em três critérios diferentes. Os critérios citados incluem-se na Convenção do Patrimônio Mundial, e são: “iii – Testemunho excepcional de tradição cultural”; “iv – Exemplo destacado de conjunto arquitetônico e paisagem urbana que ilustra um momento significativo da história da humanidade”; e “v – Exemplo importante de um assentamento humano tradicional que é também representativo de uma cultura e de uma época” (LOPES, 2008, p.47).

Pela observação do conjunto de imagens da Figura 165, evidencia-se que os entrevistados classificaram seis cenas (3, 7, 9, 10, 11 e 12) no turno matutino e quatro (4, 5, 6 e 8) no vespertino com maiores proporções de indicação nas classes superiores (muito boa e boa). Por outro lado, enquadraram quatro fotos (2, 4, 6 e 8) no período matutino e seis (1, 7, 10, 11 e 12) no vespertino com proporções intermediárias de indicação nas classes superiores (muito boa e boa) no período.

Nas seis primeiras, aparece maior número de prédios revestidos com azulejos nas fachadas, característica marcante do Centro Histórico de São Luís. Os azulejos são símbolos da cidade, pois, no século XIX, uma quantidade expressiva foi importada de Portugal em diversos padrões, sendo largamente utilizados para revestimento de fachadas dos casarios de São Luís, que passou a ser conhecida como “Cidade dos Azulejos”. Em 1959, eram 270 casarões revestidos com este material (LACROIX, 2012). A configuração dos seus desenhos geométricos tem continuidade, adquirindo “características peculiares pelas diversas formas de aplicação de uma unidade padrão, aparecendo, assim, diferentes composições de tapetes de um mesmo azulejo” (FIGUEIREDO; VARUM; COSTA, 2009, p.5).

Figura 165: Fotos enquadradas pelos observadores de cenas nas classes de qualidade superior da paisagem na Rua Portugal

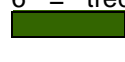



Fonte:  
Notas:

Elaborada com base nas respostas do questionário *online* (ver Apêndice E).

1 = trecho 1 Sudeste  
2 = trecho 1 Nordeste  
3 = trecho 1 Oeste  
4 = trecho 1 Leste  
5 = trecho 1 Sudoeste  
6 = trecho 1 Noroeste

7 = trecho 2 Sudeste  
8 = trecho 2 Nordeste  
9 = trecho 2 Oeste  
10 = trecho 2 Leste  
11 = trecho 2 Sudoeste  
12 = trecho 2 Noroeste

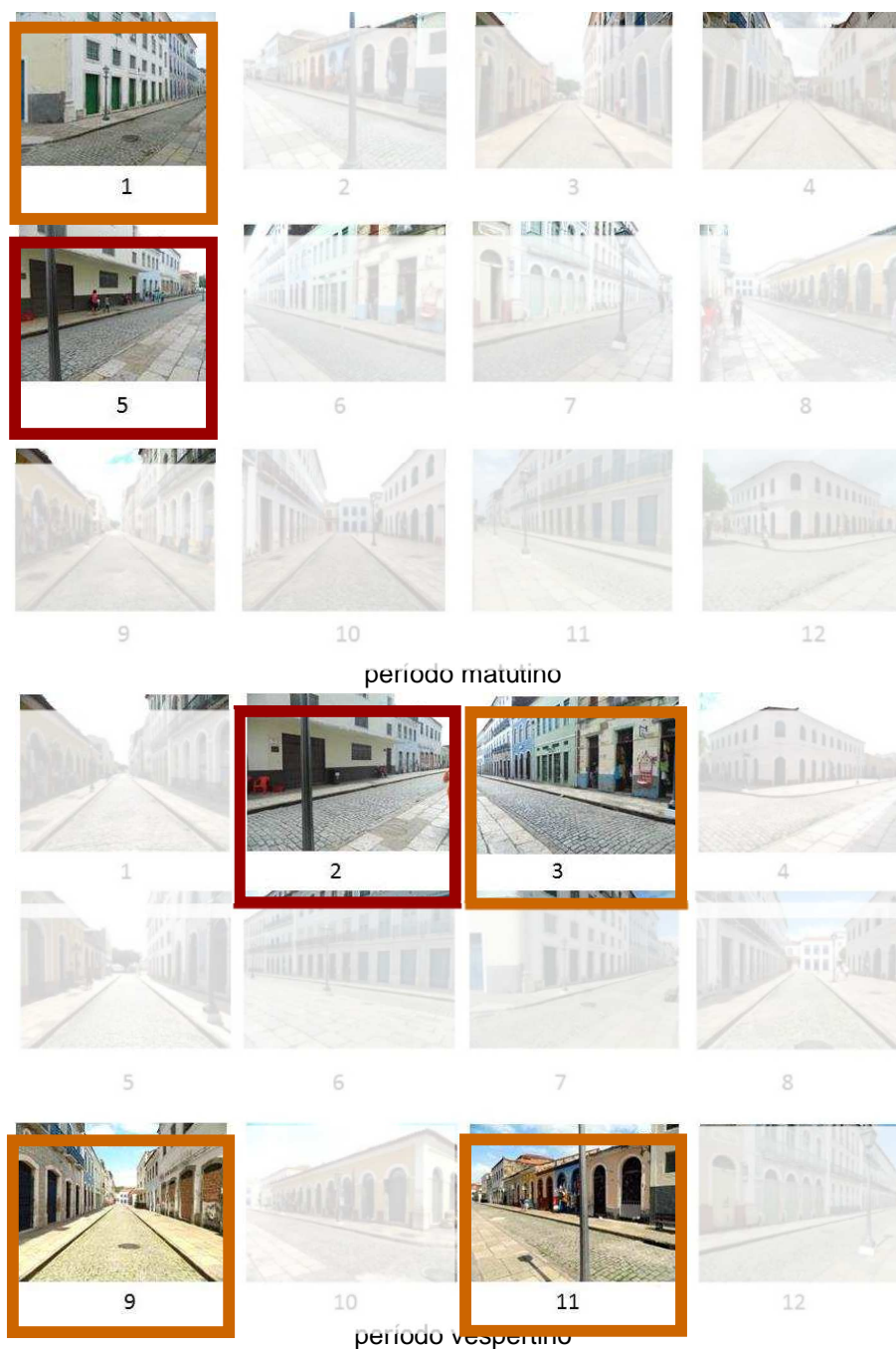
 = maiores proporções de indicação nas classes superiores (muito boa e boa) por período

 = proporções intermediárias de indicação nas classes superiores (muito boa e boa) por período

Pela apreciação do conjunto das cenas da Figura 166, nota-se que os entrevistados classificaram uma imagem (5) no período matutino e outra (2) no vespertino com maiores proporções de indicação nas classes inferiores (ruim e muito ruim). De outra maneira, enquadraram uma foto (1) no turno matutino e três (3, 9 e 11) no vespertino com proporções intermediárias de indicação nas classes inferiores (ruim e muito ruim).

As destacadas são justamente as que possuem luminárias na frente (fotos 5 – matutino e 11 –vespertino), impedindo a visualização por completo da paisagem, além de casarões com fachadas danificadas, como nos casos das fotos 3 e 9, que contêm prédios com fachadas deterioradas, ambas do turno vespertino. Por sua vez, as cenas que mais se destacaram nessa classificação de pior qualidade paisagística foram aquelas onde aparecem edificações sem revestimento em azulejo ou com estilo arquitetônico mais recente. Andreotti (2013, p.63) afirma que a gênese da paisagem está na “aparência visual integrada”, ou seja, com unificação ordenada segundo critérios formais próprios.

Figura 166: Fotos enquadradas pelos observadores de cenas nas classes de qualidade inferior da paisagem na Rua Portugal



Fonte:  
Notas:

Elaborada com base nas respostas do questionário *online* (ver Apêndice E).

- |                       |                        |
|-----------------------|------------------------|
| 1 = trecho 1 Sudeste  | 7 = trecho 2 Sudeste   |
| 2 = trecho 1 Nordeste | 8 = trecho 2 Nordeste  |
| 3 = trecho 1 Oeste    | 9 = trecho 2 Oeste     |
| 4 = trecho 1 Leste    | 10 = trecho 2 Leste    |
| 5 = trecho 1 Sudoeste | 11 = trecho 2 Sudoeste |
| 6 = trecho 1 Noroeste | 12 = trecho 2 Noroeste |

- = maiores proporções de indicação nas classes superiores (ruim e muito ruim) por período
- = proporções intermediárias de indicação nas classes superiores (ruim e muito ruim) por período



A percepção dos atores entrevistados que compõe o cenário dos cinco contextos considerados para a sustentabilidade da paisagem urbana da Rua Portugal apontam para diversos aspectos, tanto positivos quanto negativos. Dentre os de maior relevância, destaca-se o entendimento sobre a preservação do conjunto arquitetônico do Centro Histórico de São Luís quanto aos projetos e programas realizados na década de 1980 (Projeto de Reviver, principalmente) e algumas iniciativas recentes, mesmo que isoladas.

Por outro lado, uns dos fatores que mais chamaram a atenção dos entrevistados estão direcionados a questões sociais, principalmente em relação às pessoas que frequentam o centro histórico, devido ao uso de drogas e à presença de indigentes. Os moradores, em especial, foram os que mais observaram esta questão. No contexto cultural, pela magnitude do conjunto arquitetônico, a percepção geral é de que a manutenção dos prédios está comprometida pelo descaso dos proprietários particulares e dos órgãos públicos, sejam como usuários de edificações nesta área, sejam como gestores da paisagem, da cidade e do patrimônio.

Portanto, faz-se necessária a urgente articulação sistêmica, organizada e integrada de estratégias de conservação do patrimônio, aliando o turismo ao desenvolvimento urbano de São Luís quanto aos interesses culturais, ambientais, sociais, políticos e econômicos, em um modelo sustentável, que favoreça o núcleo central com um ambiente dinâmico, ativo e multifuncional para atender às demandas dos residentes e turistas, além de manter o legado histórico do passado, para as gerações futuras.

## 5.2 ANÁLISE INTEGRADA DA SUSTENTABILIDADE DA PAISAGEM URBANA

Nesta subseção, são abordadas óticas analíticas para a integração dos resultados anteriormente alcançados e para a fundamentação de políticas públicas sobre turismo e urbanismo.

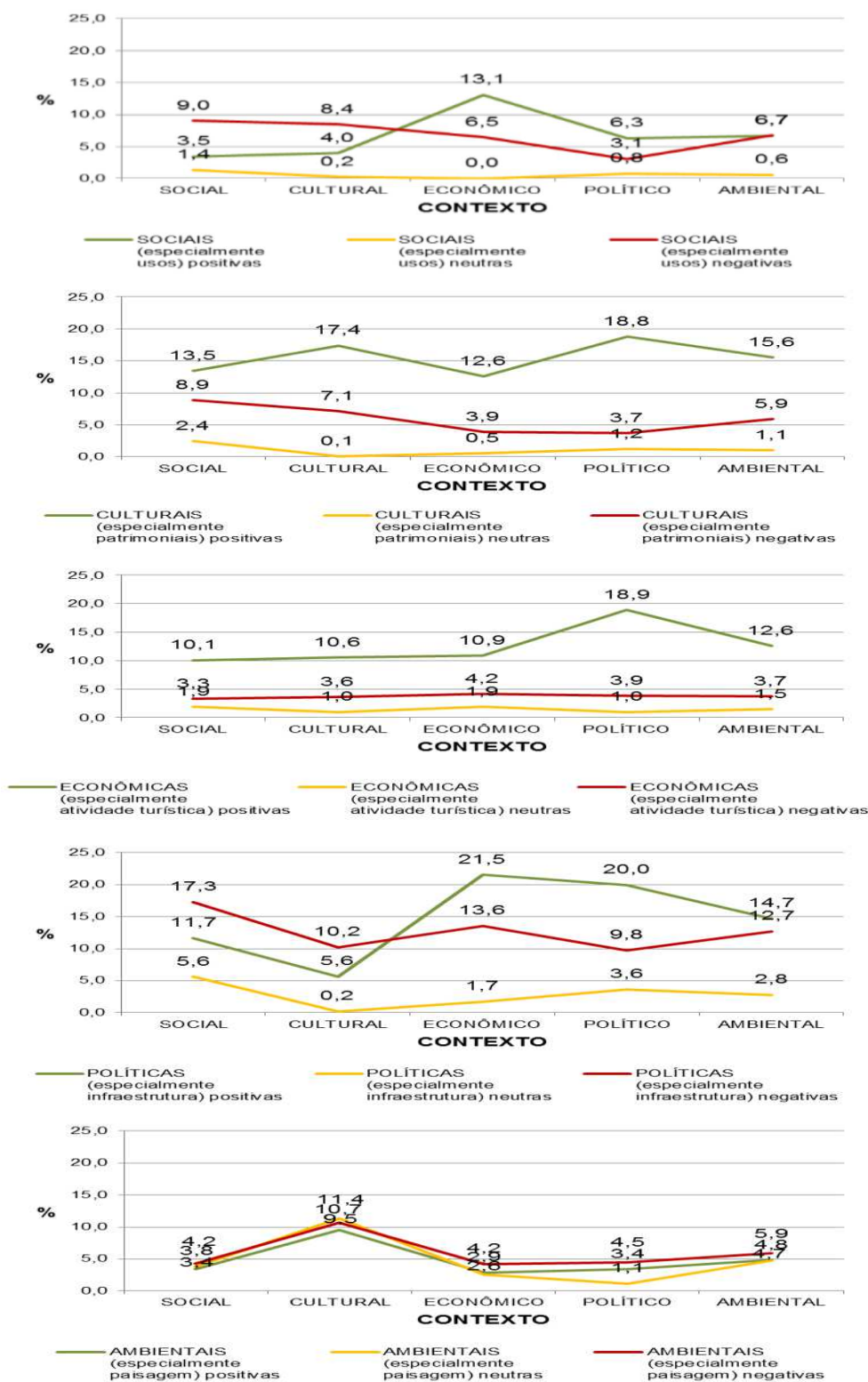
Após o embasamento teórico sobre temas de interesse e a interpretação das variáveis estudadas, foi constituído um eixo representativo de informações para a criação de indicadores de forma integrada. Assim, a condensação de dados permite a conjugação dos diversos resultados alcançados, partindo-se de pressupostos da sustentabilidade que evitem o desenvolvimento:

ecologicamente predatório na utilização dos recursos [..], socialmente perverso pela geração de pobreza e desigualdade social, politicamente injusto com concentração e abuso de poder, culturalmente alienado em relação aos seus próprios valores e eticamente censurável no respeito aos direitos humanos e aos das demais espécies (SANTOS; HARDT, 2013, p.152).

Para tanto, a análise integrada dos contextos social, cultural, econômico, político e ambiental, tratados nas subseções anteriores, é baseada, em primeira instância, no exame conjunto do comportamento das variáveis perceptuais antes abordadas, cuja síntese é apresentada na Figura 167, a partir das médias encontradas para as respostas positivas, neutras e negativas dos entrevistados (moradores, turistas, *trade* turístico e servidores públicos) Considerando o contexto ambiental (baseado na avaliação de observadores de cenas) como a síntese dos demais, seus valores correspondem às suas médias (ver subseção 2.2.3 – Discussão dos resultados), razão pela qual as linhas tendenciais são muito aproximadas.

A compreensão da percepção dos moradores – **contexto social** – quanto aos aspectos da paisagem do Centro Histórico de São Luís, mais precisamente da Rua Portugal, e as influências da atividade turística na conservação do patrimônio histórico do local permitem a diagnose da importância dessas variáveis perceptuais para a formatação de políticas públicas, especialmente sob a forma de legislação e regulamentação, para a proteção de áreas históricas em espaços urbanizados considerando os anseios dos cidadãos residentes.

Figura 167: Gráficos de proporcionalidade média de respostas positivas, neutras e negativas dos entrevistados segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais



Fonte: Elaborada com base nos resultados da subsecção 5.1 – Análise de indicadores.

Para o atendimento das necessidades da sociedade, os agentes governamentais se tornam responsáveis por respostas para questões espaciais, dentre outras, por meio da definição de políticas públicas em coautoria com grupos de interesse e movimentos sociais, viabilizada por diversas coalizões (BENI, 2002; SOLHA, 2004; TYLE; GUERRIER; ROBERTSON, 2001).

Nesse sentido, Hanai (2011) destaca o papel fundamental da participação da população em prol da garantia do alcance de metas que atendam os seus anseios. Portanto, é imperativo o entendimento da visão das comunidades envolvidas, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade turística para que sejam criadas alternativas sustentáveis (RUSCHMANN, 2010), tanto em âmbito público quanto no contexto privado, de forma a contribuir para a conservação patrimonial, com investimentos devidamente aplicados em áreas históricas de cidades como São Luís.

A participação dos autóctones no processo de constituição de políticas públicas é inerente a todas as etapas dos seus ciclos – definição de agenda, identificação de possibilidades, avaliação das opções, seleção das alternativas, implementação de medidas e avaliação dos resultados – com algumas vertentes focando mais na formulação das soluções e outras na colaboração participativa no processo decisório, enfatizando que deve ser levado em consideração para a construção de consciência coletiva sobre determinado problema (HALL, 2001; RABAHY, 2003).

Pela análise dos resultados do **contexto social**, os ludovicenses entrevistados interpretaram como negativos principalmente os aspectos sociais e culturais (9,0% e 8,4%, respectivamente), ou seja, notadamente usos e conservação do patrimônio, pois, segundo suas interpretações, a crescente marginalização e o consumo de drogas no local os afastam da região, causando certo abandono dos casarões.

É compreensível que questões sociais e culturais tenham sido as piores avaliadas pela sociedade, pois são as mais próximas da sua realidade, a exemplo da utilização espacial, pois o autóctone é quem vivencia rotineiramente o espaço histórico. Como destaca Yázigi (2009, p.154), “[...] o sentimento de pertença incorpora vários lugares da vida [...] e se liga pela imagem geral da cidade”, pois nela existem pontos comerciais, instituições públicas e religiosas, áreas de lazer e culturais e moradias, entre vários outros usos. Portanto, em seu cotidiano, é normal

o acesso e o fluxo dos moradores no centro histórico e, por isso, estão mais próximos da área, sendo perceptíveis as noções de patrimônio e de degradação enfatizadas nas suas respostas.

Tratando sobre a imagem da cidade, Lynch (2010) esclarece que a sua percepção está ligada a um processo de interação da informação obtida com o espaço habitado, pois o processo de interpretação do ser humano é determinado pela realidade do local e pelo grau de familiaridade do observador. Nessa situação, como há relação de identidade – mesmo que parcial – com o centro histórico, o ludovicense o decifra como um cenário deteriorado na cidade de São Luís.

Por outro lado, viram como predominantemente positivas as situações econômicas (13,1%) e políticas (6,3%), sendo o turismo reputado como benéfico para a região, assim como algumas políticas criadas na década de 1980, além da recente instituição da Subprefeitura do Centro Histórico, sendo ações como essas julgadas como alternativas convenientes para a preservação do patrimônio histórico e para a proteção da paisagem urbana.

O turismo, como abordado no tópico 3.3.1, exerce influências diretas na economia local. Por ser uma das quatro principais atividades econômicas do mundo (WTTC, 2014), a sua contribuição para a geração de riquezas e para o provimento de melhorias ao bem-estar do cidadão é perceptível pelos entrevistados, pois, em suas respostas, foram enfáticos ao afirmar a geração de empregos; a distribuição e circulação de rendas, investimentos e inovações; e o desenvolvimento da infraestrutura, entre outros benefícios. Além disso, esses influenciam diretamente diversos domínios da sociedade, envolvendo os ambientes social, cultural e econômico, político e ambiental (FERNANDES; COELHO, 2002; LEMOS, 2005).

Para esses mesmos atores, as condições visuais da Rua Portugal ficaram empatadas (6,7%) entre boas e ruins. Assim, referenda-se o princípio de que o agenciamento da paisagem urbana em locais históricos deve ir além da preservação, devendo também focar nas relações humanas com o tangível e o intangível (UNESCO, 2011). Para tanto, é fundamental o desenvolvimento de um processo de planejamento sustentável que leve em consideração a importância do construído, a intangibilidade do patrimônio, a diversidade cultural, as necessidades socioeconômicas e, essencialmente, os valores da comunidade local, por meio dos procedimentos chamados “*down-top*”, adotados nesta tese e enfatizados por autores

como Boullón (2002), Filetto (2007), Hanai (2009), Rabahy (2003), Van Bellen (2006) e Yázigi (2003; 2009), dentre outros.

Na visão dos turistas – **contexto cultural** –, todos os âmbitos foram considerados positivos, com maior destaque para o político e o cultural (18,8% e 17,4%, respectivamente), ou seja, perceberam o valor patrimonial do Centro Histórico de São Luís, pela sua magnitude e riqueza. Nessas circunstâncias, traz-se a concepção de Venancio (2012, p.204) que, adicionando esta visão dos turistas às políticas e ao patrimônio, comenta que:

o programa de preservação do Centro Histórico de São Luís foi sendo implementado por etapas ao longo de quase duas décadas e, apesar dos diferentes governos estaduais que deram apoio político e financeiro às ações do programa, a base dos projetos se manteve a mesma, isto é, aquela elaborada pela equipe técnica de elaboração da proposta, o que garantiu a unidade de diretrizes e de objetivos [...]. O Bairro da Praia Grande foi em grande parte recuperado; as ruas foram calçadas, muitos casarões reformados, prédios públicos refuncionalizados. Torna-se explícita a preocupação em manter a tradição, preservando a memória e a história do centro histórico, ao mesmo tempo em que a busca pela revitalização do local implica a sua inserção na ordem contemporânea representada pela atividade turística.

Na conjuntura política, os visitantes avaliaram que o centro histórico possui condições para recebê-los, com infraestrutura urbana consolidada, tendo em vista que, por exemplo, a Rua Portugal possui câmeras de vigilância, iluminação pública subterrânea, limpeza urbana, saneamento básico e circulação exclusiva para pedestres.

Invariavelmente, o visitante enfatiza o potencial do produto turístico (HANAI, 2009; HANAI; ESPÍNDOLA, 2011; KÖHLER; DURAND, 2007), tendo um olhar diferenciado daquele que reside no ambiente. Os turistas são atores sociais dinâmicos, que incorporam experiências, além de criarem expectativas quanto à realidade vivida no destino, mediante as ações experienciadas. “O olhar é parcialmente estruturado pelas representações produzidas pelo setor turístico” (HAYLLAR et al., 2011, p.106). Dessa maneira, consegue visualizar outros detalhes nas cenas urbanas, pois, conforme enunciados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2011, p.3):

a paisagem histórica urbana é a ocupação urbana entendida como um histórico de estratificação dos valores culturais e naturais, que se estende para além da noção de “centro histórico” ou “conjunto” para incluir o contexto urbano mais amplo e sua localização geográfica.

Os valores culturais e naturais compreendidos pelos visitantes vão além do centro histórico, pois, dotados de informações sobre o destino, entendem o sentimento histórico existente naquele local, como no caso de São Luís, e principalmente da Rua Portugal, pois ali existe um conjunto relativamente homogêneo de estilos arquitetônicos, cujo valor é reconhecido internacionalmente (ANDRÉS, 2008).

Um dos traços mais visíveis desse momento de prosperidade econômica da cidade é a forte presença de atividades arquitetônicas e urbanísticas [...] Trata-se, de modo mais específico, da presença de bens materiais e simbólicos que se materializaram, principalmente, na construção de prédios e sobrados, com funções comercial e residencial, fortemente inspirados na arquitetura civil portuguesa, de modo especial no edificado pombalino. A construção de edificações e de estruturas urbanísticas públicas, com seus traçados ortogonais de arruamento e a largura constante das ruas, e ainda de fontes e fortificações, segundo sua disposição arquitetural presente ainda hoje, atestam o expressivo enriquecimento das elites senhoriais do Maranhão e a força do experimento de arquitetura lusobrasileira efetivado no centro antigo da cidade de São Luís (FIGUEIREDO, 2012, p.32-33).

As questões negativas foram voltadas prioritariamente aos aspectos sociais (8,9%) e, paradoxalmente, também aos culturais (7,1%), o que vai ao encontro da concepção dos moradores, com a percepção de indigentes, da marginalização e de insegurança destacando igualmente a compreensão da degradação do patrimônio.

Embora as diretrizes do programa de preservação incluam aspectos importantes no que concerne à promoção do desenvolvimento socioeconômico local, na sua aplicabilidade a eficácia não foi alcançada, a questão habitacional, um dos componentes do programa de revitalização, não foi resolvida. Torna-se ainda expressivo o número de mendicantes e de pessoas morando em prédios deteriorados e em condições degradantes (CARVALHO; SIMÕES, 2012, p.204).

Como parte significativa dos imóveis privados se encontra em condições precárias, a paisagem também está deteriorada, sendo claramente perceptível pelos turistas a redução do valor estético, ou seja, a experimentação dos princípios de unidade, volumetria e outras sensações (YÁZIGI, 2009). Entretanto, vale ressaltar que, mesmo assim, os visitantes julgaram relevantes as visuais (15,6%).

Por estar oficialmente protegida por lei, conforme diretrizes do plano diretor municipal para a Zona de Preservação Histórica (ZPH), a paisagem contruída da Rua Portugal possui valor simbólico associado à história, devido à sua

importância cultural e à sua integração ao sítio urbano, abrigando monumentos relevantes (SÃO LUÍS, 2006).

Com relação à percepção do *trade* turístico – **contexto econômico** –, houve equilíbrio entre vários aspectos de influência do turismo tanto positiva quanto negativamente. Mas vale mencionar que as vertentes política e ambiental foram enfatizadas como favoráveis (18,9% e 12,6%, respectivamente), sendo destacadas diversas ações realizadas por agentes governamentais em termos de infraestrutura do centro histórico, principalmente a partir da criação da subprefeitura específica.

Venancio (2012, p.5) destaca que “com uma infraestrutura de serviços urbanos solidamente implantados, o centro se valoriza como [...polo] administrativo e comercial”. Em adição, pressupostos da UNESCO (2011) consideram que a paisagem histórica da cidade é um conjunto do patrimônio composto pelo indivíduo e pela coletividade, sendo definido pela estratificação temporal de valores sociais e naturais e pelo acúmulo de tradições e diversidade cultural, numa concepção sustentável de qualidade equilibrada entre as intervenções do homem e as condições da natureza.

Cabe mencionar que é inteligível a visão dos prestadores de serviços turísticos sobre a dinâmica do turismo por estarem envolvidos diretamente com a atividade. Nesse caso, entendem que o setor exerce influências na paisagem urbana, inclusive da Rua Portugal, promovendo melhorias para o patrimônio histórico da cidade.

Gerir a competitividade requer a atuação de gestores dos destinos, a fim de trabalhar os pontos fracos, ou, neste caso, dimensões e variáveis nas quais o destino apresenta certa defasagem, e analisar o ambiente externo de forma a utilizar os pontos fortes para neutralizar as ameaças do ambiente e aproveitar oportunidades. Além dos gestores, há que se considerar o papel importante da iniciativa privada — que deve atuar com o mesmo objetivo — no fomento da atividade turística (MTUR, 2013, p.29-30).

Já os funcionários públicos – **contexto político** – enfatizaram principalmente os ganhos quanto às dimensões econômica e política (21,5% e 20,0%, respectivamente). Também é notória a elevada proporção de pontos comerciais ao longo de Rua Portugal, principalmente daqueles destinados ao artesanato, fato que a tornou referência para visitantes e moradores que buscam produtos locais e regionais, além da movimentação financeira gerada no lugar.



Como a maioria dos administradores públicos entrevistados atua no segmento turístico, é previsível a sua percepção das políticas relacionadas e das respectivas interferências na atividade, principalmente quanto a questões financeiras, como geração de renda e divisas para a cidade, associadas à melhoria da infraestrutura urbana. Além disso, alguns entrevistados são profissionais que ocuparam cargos de direção e coordenação na administração governamental, salientando suas iniciativas enquanto gestores do turismo em São Luís.

Informações da UNESCO (2011) destacam que houve ampliação da concepção do setor público sobre a conservação do patrimônio urbano, por se tratar de um setor importante da política pública no mundo, tornando-se resposta às necessidades de preservação dos valores identitários e de distribuição dos benefícios dos legados históricos e culturais.

Nos documentos do Plano Maior 2020 (MARANHÃO, 2012) e no Plano de Desenvolvimento do *Cluster* de Turismo de São Luís (SPI, 2011) são destacadas capacitações para os envolvidos com a atividade turística, a fim de transformá-los em agentes de informação sobre o desenvolvimento da atividade no Maranhão. Por isso, o conhecimento dos administradores públicos entrevistados sobre as melhorias causadas pelo turismo são mencionadas principalmente pela velocidade do uso territorial pela atividade quanto aos reflexos do aumento do volume de negócios, das oportunidades de emprego e das melhorias na infraestrutura (HAYLLAR, et al., 2011).

Vale destacar, ainda, a proximidade de resultados positivos (14,7%) e negativos (12,7%) acerca do contexto ambiental para esses entrevistados, que, ao mesmo tempo, reconhecem a degradação visual e o potencial do patrimônio.

Com o desprestígio das áreas históricas no tocante ao uso residencial pelas classes ricas ou extratos superiores da classe média urbana, seguido e reforçado pela perda do valor imobiliário e cultural dos (velhos) centros das cidades, experiências urbanas, valores e usuários (trabalhadores e moradores) novos passaram a constituir a dinâmica dos antigos centros, garantindo, ainda que mediante formas precárias de usos, sua sobrevivência (FIGUEIREDO, 2012, p.72).

Quanto ao aspecto de abandono do centro histórico comentado pelos administradores públicos, Figueiredo (2012) afirma que a perda do prestígio econômico das áreas centrais históricas ocorreu em virtude da diminuição de ações públicas voltadas à infraestrutura, equipamentos urbanos e espaços públicos, além da transferência da riqueza dessas áreas para outras com maior valor de mercado,

como no caso de São Luís, cujo centro histórico perdeu notoriedade com a inauguração da Ponte José Sarney, que conduziu o desenvolvimento para novos bairros não centrais (VIEIRA, 2013).

A construção da Ponte do São Francisco [Jos[e Sarney] aparece como um marco do esforço de modernização. Deste modo, o momento de ruptura, o momento em que São Luís começa a viver uma dualidade entre a cidade antiga e a cidade moderna, é identificado, claramente, com o movimento de modernização empreendido pelos governos estadual e municipal a partir da segunda metade da década de 1960 e da década de 1970. Mirantes e azulejos, solares e sobrados, sólidas edificações de alvenaria de pedra com detalhes construtivos sofisticados, testemunhavam a opulência do tempo anterior, tempo em que São Luís fora considerado o quarto centro urbano do país (VENANCIO, 2012, p.3).

No **contexto ambiental**, houve marcante equilíbrio de colocações positivas, negativas e neutras em praticamente todos os aspectos, pois se tratou intrinsecamente de análises de cenas da Rua Portugal em dois momentos (matutino e vespertino). A não presença no local dos entrevistados nesse quesito, inclusive sem visão macro do centro histórico, contribuiu para essas respostas estarem no mesmo patamar. Além disso, esse levantamento foi específico das duas quadras da via em área de tombamento federal e estadual, sendo uma das mais bem estruturadas e qualificadas perante outros locais do centro histórico (ver subseção 5.1.5 – Quadro específico sobre o estado de conservação dos imóveis).

Na seção 4 – Caracterização da área de estudo, foi mencionado que a Rua Portugal, situada no bairro da Praia Grande, além de integrar as áreas tombadas em nível estadual e federal, também pertence à região protegida pela UNESCO, sob o título de “patrimônio cultural da humanidade”; assim, investimentos diversos foram alocados nesta área, como destaca Carvalho e Simões (2012, p.204):

[...] implícito na proposta de revitalização, destaca-se o estímulo ao desenvolvimento do turismo cultural, tendo a Praia Grande como principal núcleo de atratividade em virtude da manutenção do acervo arquitetônico. Sendo assim, a área escolhida precisava de medidas urgentes para sua preservação já que se encontrava em estado de deterioração. Foram definidos os tipos de ocupações que deveriam ser estimulados e os que deveriam ser desencorajados ou proibidos. Os usos indicados eram os institucionais (secretarias, repartições públicas, estabelecimento de ensino especializado), de serviços (bancos, cartórios), de turismo (hotéis, restaurantes, lojas de artesanatos), de cultura e lazer (museus, teatros, galerias de arte) e os comerciais (lojas de varejo, móveis, eletrodomésticos, livrarias). As atividades geradoras de movimento de veículos pesados ou

que necessitassem de grandes áreas operacionais, como fábricas e usinas, deveriam ser desencorajadas ou proibidas.

Como já abordado, teve início na década de 1980 um dos maiores programas de revitalização do Centro Histórico de São Luís, envolvendo principalmente o bairro da Praia Grande – Quadro 13 – e abrangendo toda a Rua Portugal, com a promoção de melhorias estruturais revitalizando a sua paisagem.

Quadro 13: Evolução dos programas e projetos de revitalização no Centro Histórico de São Luís – 1976 a 2011

<p>Governo Nunes Freire (1975-1979) Governo João Castelo (1979-1982)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Institucionalização do projeto Praia Grande com criação de Grupo de Trabalho e Comissão de Coordenação</li> <li>- Definição de 11 políticas de preservação</li> <li>- Instalação da Superintendência do IPHAN no Maranhão (1980)</li> </ul>	<p>1976 1980</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promulgação da Lei 3.999 de 05/12/1978, base legal no Estado do Maranhão para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico</li> <li>- Elaboração do Plano de Renovação Urbana da Praia Grande, arquiteto americano John Gisiger (1978)</li> <li>- Primeira Convenção Nacional da Praia Grande (1979)</li> </ul>	<p>- Quinta Etapa do PPRCHSL - Governo José de R. Figueira (1994-1995) - Governo Roseana Sarney (1995-2002): dois mandatos - Continuidade do Programa - Obtenção de financiamentos: BID e PRODETUR (R\$ 90 milhões) - Título Patrimônio Mundial-UNESCO (1997)</p>	<p>1995 2002</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recuperação da infra-estrutura urbana dos bairros do Desterro e Portinho</li> <li>- Terminal hidroviário da Praia Grande</li> <li>- Rede elétrica e telefonia subterrânea</li> <li>- Abastecimento de água, coletas de esgoto, drenagem, calçamento de ruas e passeios do Centro Histórico</li> <li>- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo UEMA (restauro)</li> <li>- Escola de Música do Estado: Solar Lilah Lisboa (restauro)</li> </ul>
<p><b>Agentes e Agendas</b> Governo João Castelo (1979-1982)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Finalização da elaboração do PPRCHSL (1982)</li> <li>- Primeira Etapa do PPRCHSL (1979-1983) - SEPLAN</li> <li>- Subprograma de Obras da Praça do Comércio (2,5 milhões de reais)</li> </ul>	<p>1980 1982</p>	<p><b>Ações</b> - Publicação do Livro de Dora Alcântara <i>Azulejos Portugueses em São Luís do Maranhão</i> Obras: - Feira e Praça da Praia Grande - Albergue do Voluntariado de Obras Sociais e Beco da Prensa - CCP Domingos Vieira Filho (1982) - <b>Inauguração da CEF no Solar São Luís (1982)</b></p>	<p>- Quinta Etapa do PPRCHSL - Governo Roseana Sarney (1999-2002): dois mandatos - Continuidade do Programa - Obtenção de financiamentos: BID e PRODETUR (R\$ 90 milhões) - Título Patrimônio Mundial-UNESCO (1997)</p>	<p>1995 2002</p>	<p><b>Projetos de valorização da cultura popular:</b> - Projeto Casa do Maranhão (2002) - Projeto Casa de Nhôzinho (1999) - Mercado das Artes e Banco do Empreendedor - Restauração Igrejas da Sé e Desterro <b>Recuperação de Espaços de Vivência comunitária:</b> Praças dos poetas Nauro Machado e Valdelino Cécio, Praça da Seresta, Praça dos Cataireiros</p>
<p>Governo Ivar Saldanha (1982-1983) Governo Luiz Rocha (1983-1987)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Segunda Etapa do PPRCHSL</li> <li>- Diminuição de investimentos na área do Centro Histórico</li> <li>- Avanço no campo das pesquisas e debates</li> </ul>	<p>1982 1987</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisa socioeconômica da Praia Grande</li> <li>- Formação da primeira Associação de Moradores do Centro Histórico</li> <li>- Projeto de microfilmagem e transcrição paleográfica dos Livros da Câmara dos séc. XVII, XVIII e XIX</li> <li>- Projeto Embarcações do Maranhão</li> <li>- Seminário <i>Aglomerados Urbanos</i></li> <li>- Tombamento Estadual</li> </ul>	<p><b>Agentes e Agendas</b> - Quinta Etapa do PPRCHSL - Governo Roseana Sarney (1995-2002): dois mandatos - Continuidade do Programa - Obtenção de financiamentos: BID e PRODETUR (R\$ 90 milhões) - Título Patrimônio Mundial-UNESCO (1997)</p>	<p>1995 2002</p>	<p><b>Ações</b> - Projeto Documenta Maranhão Restauração: - Projeto Viva Cidadão (utilização de antigos galpões) - Projetos de Habitação (seis) - Casa da Cidade</p>
<p><b>Agentes e Agendas</b> Governo Epitácio Cafeteira (1987-1990)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Terceira Etapa PPRCHSL: <i>O Projeto Reviver</i></li> <li>- Consolidação de 12 subprogramas</li> <li>- Primeiro Colóquio do Patrimônio Construído Luso no Mundo (UTL + Fundação Calouste Gulbenkian)</li> <li>- Criação da Comissão de Patrimônio Histórico de São Luís</li> </ul>	<p>1987 1991</p>	<p><b>Ações</b> - Obras de Infra-estrutura urbana na área de Tombamento federal: 15 quadras, 107.000m<sup>2</sup>, 200 edificações: redes de água, esgoto e drenagem - Recuperação do complexo de túneis construídos no século XVIII - Construção de praças e jardins e alargamento de calçadas de cantaria - Restauração de becos e escadarias - Criação de vias exclusivas de pedestres</p>	<p>- Sexta Etapa do PPRCHSL - Governo José Reinaldo Tavares (2002-2007)  - Finalização de obras do Projeto de Habitação</p>	<p>2002 2006</p>	<p>- Restauo para edifícios habitacionais (funcionários do Estado) - Obras emergenciais de estabilização Feitas pelo Iphan-MA, com recursos do MinC em dez sobrados - Restauo e instalação de equipamentos educacionais: SEMTEC/MEC, UNIVIMA, Escola de Enfermagem do SUS, Sede da Aliança Francesa do Maranhão, Projeto do Estaleiro Escola (fora do Centro Antigo)</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Terceira Etapa PPRCHSL: <i>O Projeto Reviver</i></li> <li>- Palestras, Debates e Avaliações com agentes públicos e privados, a exemplo do IPES, CNPq, SBPC, EMBRATUR e Sindicato dos Comerciantes</li> <li>- Investimento de cerca de R\$ 60 milhões com recursos do Tesouro Estadual</li> </ul>	<p>1987 1991</p>	<p>Obras de restauro c/ mudança de uso: - Edifício anexo ao Palácio dos Leões - Convento das Mercês (1987) - <b>Fábrica Cânhamo/CEPRAMA (1987)</b> - Centro de Criatividade Odylo Costa Filho - Museu de Artes Visuais - Restaurante Escola SENAC - Sobrado do Largo do Comércio - <b>Vila Santo Antônio/Agência do Banco Itaú (1988)</b></p>	<p><b>Agentes e Agendas</b> - Governo José Reinaldo Tavares (2002-2007)  - Palestras, debates e avaliações com agentes públicos e privados - Queda dos investimentos pelo Governo Estadual - Gestão compartilhada - Maior atuação do poder municipal (Legislação e obras) - Desarticulação do PPRCHSL</p>	<p>2002 2006</p>	<p><b>Ações</b> - Plano Diretor 2006 - Restauração de Praças - <b>Armazém da Estrela (restauro iniciativa privada)</b> - <b>Morada dos Dinamarqueses (restauro iniciativa privada)</b> - Criação do Núcleo Gestor - Lançamento da Proposta de Reabilitação do Bairro do Desterro (SEBRAE, CEF e sociedade civil) - FUMPH e Fundo de Preservação</p>
<p><b>Agentes e Agendas</b> Governo João Alberto de Sousa (1990-1991) Governo Edison Lobão (1991-1994)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação do CDPDR (1991)</li> <li>- Transferência do PPRCHSL do âmbito da Secretaria de Estado de Coordenação e Planejamento para a Secretaria de Estado da Cultura</li> <li>- Quarta etapa do PPRCHSL</li> <li>- Investimento da ordem de R\$ 30 milhões</li> </ul>	<p>1991 1995</p>	<p><b>Ações</b> Restauração: - Teatro Arthur Azevedo - Fábrica do Rio Anil (fora do Centro Antigo) - <b>Projeto Piloto de Habitação</b> - Conservação dos imóveis sedes de repartições públicas - Restauração de pintura mural do Sobrado do Largo do Comércio (Fundação Calouste Gulbenkian) - Estabilização do Solar Lilah Lisboa</p>	<p>- Governo Jackson Lago (2007-2009) - Governo Roseana Sarney (2009 - ...) - Inclusão da cidade de São Luís no PAC das Cidades Históricas - Projeto de Modernização do Sistema de Gestão Urbana do Centro Histórico da capital.</p>	<p>2007 2011</p>	<p>- Projeto de Habitação (PMSL e Ministério das Cidades) - Restauração do antigo BEM para órgãos da administração municipal (em andamento) - Obras previstas: - Restauração do antigo Cine Roxy para Cine Teatro Municipal; - Reforma de sobrado localizado na Rua do Giz para habitação social; - PDMA para o Centro Histórico</p>

Fonte: Adaptado de Figueiredo (2012).

Em uma **análise geral**, diagnostica-se que maior destaque em posicionamentos negativos para os aspectos políticos (média de 12,7%), cujas dificuldades são de diversas ordens, desde a resistência das burocracias estaduais até a incerteza da continuidade administrativa e a complexidade dos acordos nos três níveis governamentais, em virtude de um sistema pluripartidário fragmentado

(BENI, 2002; 2003; BONAVIDADES, 2006). Mas as administrações governamentais possuem papel relevante no desenvolvimento da atividade turística e, portanto, são responsáveis pela dinâmica e competitividade do destino. No caso da Rua Portugal, por tratar-se de recurso diferenciado e único no Brasil (atrativo), tem-se uma vantagem competitiva que deveria estar em constante aprimoramento para a manutenção das suas características adaptada ao contexto global, em especial no que tange ao alcance das necessidades da sociedade e dos turistas (CARVALHO, 2000; CUNHA, 2006).

Os contextos social, cultural e ambiental também foram notadamente criticados de maneira adversa (médias de 6,7%, 5,9% e 5,9%, respectivamente).

No primeiro caso, houve especiais questionamentos sobre utilizações do espaço, mencionadas em diversas reportagens e também pelos próprios entrevistados, sendo, muitas vezes, associadas a reivindicações por maior grau de segurança e por afastamento de consumidores de drogas.

No âmbito cultural, foi insistentemente citada a degradação do patrimônio histórico, perceptível pela quantidade de edificações patrimoniais, sendo a maioria pertencente ao setor privado, que, mesmo com incentivos fiscais, não possui interesse no seu restauro, devido os altos custos financeiros frente ao rigor da legislação sobre conservação de bens materiais (VENANCIO, 2012; VIEIRA, 2008).

Para a dimensão ambiental, nota-se que o Centro Histórico de São Luís tem passado por um processo de fragmentação urbana, mediante as inconstâncias públicas e privadas relacionadas ao turismo e ao patrimônio, presenciando-se a destruição causada pela descontinuidade política do Estado e Município, o que tem acelerado o volume de degradação da paisagem urbana, assim como a migração e deslocamento de empreendimentos e pessoas para novas áreas da cidade, restando vazios urbanos, frequentemente ocupados por marginais, aumentando a insegurança no local (CUTRIM, 2011; VIEIRA, 2013).

Como resultado do processo de valorização turística, o espaço urbano do Centro Histórico de São Luís vem sofrendo um processo de enobrecimento de determinadas áreas, as quais se tornam atrativas, notadamente para estrangeiros de alto poder aquisitivo, visando à sua inserção na lógica de consumo do mercado turístico globalizado. Na atualidade, os casarões coloniais tornaram-se sedes de órgãos das administrações públicas estaduais e municipais ou foram refuncionalizados, passando a abrigar equipamentos relacionados ao turismo, tais como agências de viagens, casas de cultura e museus, bares, restaurantes, lojas de artesanato e *souvenirs*. Dessa forma, o patrimônio cultural de São Luís vem sendo reconfigurado por intermédio do aproveitamento turístico dos casarões coloniais, da formatação de roteiros, da promoção de eventos no entorno do conjunto patrimonial e na implantação de equipamentos turísticos, de lazer e entretenimento para turistas e comunidade local (CARVALHO; SIMÕES, 2012, p.207).

No conjunto geral, as colocações positivas mais relevantes foram voltadas às condições culturais (média de 15,6%), políticas (média de 14,7%) e econômicas (média de 12,6%), com o turismo exercendo seus principais papéis de valorização cultural, atendimento político e contribuição econômica para a cidade (UNESCO, 2011), promovendo melhorias urbanísticas na área histórica, o que favorece as características paisagísticas do local.

Outro fato interessante a ser destacado é que o estudo do coeficiente de correlação (Tabela 8), pelo método de Pearson (ver subseção 2.2.3 – Discussão dos resultados), evidencia que há dependência positiva (ou seja, linear não inversa) entre as variáveis perceptuais analisadas, de moderada a forte.

Assim, as percepções de um contexto correlacionadas com as dos outros ampliam as sinergias de expectativas de melhorias no centro histórico. Portanto, ações visando à sustentabilidade da paisagem da Rua Portugal devem estar alinhadas a princípios e práticas que definam aceitações e mudanças baseadas justamente nas avaliações subjetivas dos atores envolvidos, de forma que os diferentes aspectos estejam integrados, promovendo o desenvolvimento almejado, principalmente voltado à conservação urbana e patrimonial.

Nesse cenário, as políticas para a conservação do patrimônio urbano devem ser integradas em amplo contexto, com alternativas sustentáveis de âmbito histórico e contemporâneo, prevendo mecanismos de balanceamento entre conservação a longo prazo e gestão a curto prazo, com técnicas e processos ajustados à realidade local.

Tabela 8: Matriz de coeficientes de correlação (r) entre variáveis perceptuais vinculadas aos entrevistados segundo condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais

	SOCIAL	CULTURAL	ECONÔMICO	POLÍTICO	AMBIENTAL
SOCIAL	1,00				
CULTURAL	0,60	1,00			
ECONÔMICO	0,72	0,40	1,00		
POLÍTICO	0,72	0,52	0,85	1,00	
AMBIENTAL	0,96	0,91	0,98	0,96	1,00

Fonte: Elaborado com base nos resultados da subseção 5.1 – Análise de indicadores – e no método de Pearson (DANCEY; REIDY, 2013).

Notas:  r de 0,40 a 0,69 = correlação moderada  
 r de 0,70 a 1,00 = correlação forte

Os resultados alcançados comprovam o desempenho das variáveis voltadas à interpretação da percepção de diversos agentes intervenientes no processo de conservação de paisagens históricas de interesse do turismo em cidades, as quais são diversas em termos de manifestações culturais e patrimoniais, constituídas essencialmente pelo testemunho da humanidade e integrantes de todo um contexto mundial (SILVA, 2012; VIEIRA, 2008). Portanto, a partir dessa compreensão, deve-se pensar em uma área turística funcional que seja referência em qualidade paisagística, garantindo aos cidadãos e aos visitantes o direito à ecologia dos valores da paisagem, possibilitando o desenvolvimento sustentável e promovendo o bem-estar socioambiental.

Postulados da UNESCO (2011) fazem referência ao futuro da humanidade quanto ao exercício de gestão eficaz dos recursos para que a proteção do patrimônio histórico esteja de acordo com as estratégias de desenvolvimento urbano equilibrado e qualitativo.

A cidade de São Luís passou por um período de estagnação entre as décadas de 1960 e 1970, o que, de certa maneira, contribuiu para a permanência do seu centro histórico até os dias atuais. Entretanto, nos anos 1980, foi revestido com investimentos em revitalização urbana e em desenvolvimento da atividade turística, transformando esse espaço em produto do turismo (ANDRÈS, 2006). Assim, a gestão da sua paisagem ajustada ao conceito de sustentabilidade deve levar em consideração os atributos arquitetônicos (inclusive estilos) que decodifiquem os cenários históricos e atuais, mantendo as características locais. Além disso, devem ser compreendidos os anseios da sociedade, mas, simultaneamente, promovendo o resgate da memória e introduzindo espaços de lazer, cultura e prestação de serviços com qualidade (ANDREOTTI, 2013; HAYLLAR et al., 2011).

[...] na hora de criar uma área funcional turística, deve[-se] enfatizar o particular – o local e o cultural acima do onipresente global. As áreas funcionais turísticas precisam apresentar algo de diferente para atrair turistas, mas também, dispor de níveis de familiaridade, conforto e segurança (HAYLLAR et al., 2011, p.9).

Nesse quadro, faz-se necessário o entendimento de que as cidades são globais e dinâmicas; portanto, não existe centro histórico com plena manutenção das suas características originais, pois a gestão da paisagem em locais históricos é alvo de movimentos, ações e alianças que precisam ser construídas mediante a concepção de diversos atores (em especial, sociedade, *trade*, políticos e turistas) na



cena urbana para organização da cidade em prol do bem comum (COOPER; HALL; TRIGO, 2011; LYNCH, 2010; YÁZIGI, 2009).

A figura da paisagem é sem dúvida nenhuma, um elemento imprescindível ao desenvolvimento da atividade turística. A imagem tem o poder de fazer as pessoas sonharem. A revitalização com o propósito turístico pode vir a ser um bom negócio, contudo existe a necessidade de se consolidar parcerias entre empresas privadas e o meio público, principalmente por ser tratar de imóveis tombados, protegidos por lei, transformando estes em recintos de lazer e cultura voltados aos habitantes da cidade, bem como a turistas (LIHTNOV; VIEIRA, 2010, p.4).

Diante dos dados levantados ao longo da pesquisa, tanto empíricos quanto documentais, constata-se que o **Centro Histórico de São Luís** possui diversos aspectos positivos elencados pelos atores pesquisados, que refletem na sua percepção sobre a atividade turística. A conservação dessa tipologia de espaços no meio urbano faz parte da política contemporânea, na qual as cidades históricas adquirem *status* incomparável de cultura e vida moderna, definido pela qualidade do ambiente construído. Por isso, há persistência no sentido da “alma do lugar” (YÁZIGI, 2009, p.58) e pela concentração de eventos históricos e artísticos, que fortalecem e formam a base da identidade de um povo. Assim, esses locais se tornam referência em turismo cultural, cobiçados tanto internacional como nacionalmente, por promoverem estilos de vida diferenciados e experiências culturais diversas (UNESCO, 2011).

Quanto à sustentabilidade da paisagem do Centro Histórico de São Luís, torna-se fundamental a avaliação dos impactos promovidos pelo turismo, devendo o processo de planejamento e gestão pública atentar para:

[...] a necessidade precípua de viabilização de ações de prevenção contrariamente à aplicação de tradicionais medidas de correção, nem sempre possível ou completa, da degradação [...]. Na grande maioria dos casos, a restauração é ainda muito mais onerosa e complexa do que a conservação [...] (HARDT, 2006, p.147).

Os efeitos podem ser positivos ou negativos conforme o modelo de direcionamento da atividade turística no local, pois a interação da sociedade com destino causam múltiplas e recíprocas influências, com percepções, comportamentos, padrões adotados (individuais ou coletivos) e estilos de vida, dentre outros quesitos, conformando a experiência humana, benéfica ou não (BOFF, 2012; BUTLER, 2008; FILETTO, 2007; LEMOS, 2005).

Por decorrência, destaca-se novamente que o processo de planejamento em áreas urbanas históricas deve ser elaborado num processo “*down-top*”, respeitando características locais, mediante a participação – direta ou indireta – da comunidade (HANAI, 2009; VAN BELLEN, 2006). Hardt (2006, p.147) ressalta essa condição “em diversos estágios de gestão democrática, valorizando a experiência humana no processo de decisão”.

No caso de São Luís, definida como patrimônio cultural da humanidade, são apurados diversos programas e projetos direcionados ao turismo, urbanismo, sustentabilidade, paisagem e patrimônio (Quadro 14), visando à promoção de melhorias em micro e macro escalas no centro histórico, contribuindo para a estruturação do principal produto turístico da cidade. A existência desses instrumentos demonstra a preocupação com variadas políticas; por outro lado, é fundamental a articulação dos seus objetivos para que possam estar alinhados e promover benefícios de forma integrada. Note-se que, em diversas citações dos entrevistados, os governantes foram culpados pelos problemas do centro histórico, mas ressaltaram ações da subprefeitura como positivas para a área. Por sua vez, também são imprescindíveis programas direcionados especificamente para essa região, de maneira que o turismo esteja contemplado como forte aliado para a promoção do desenvolvimento da sustentabilidade local, garantindo ganhos diretos e indiretos para todos os envolvidos no processo.

Então, o planejamento da paisagem da área histórica em questão deve ser pautado no entrelaçamento das políticas existentes, assim como na compreensão da evolução paisagística do local da menor escala para a maior, com base na dinâmica da cidade.

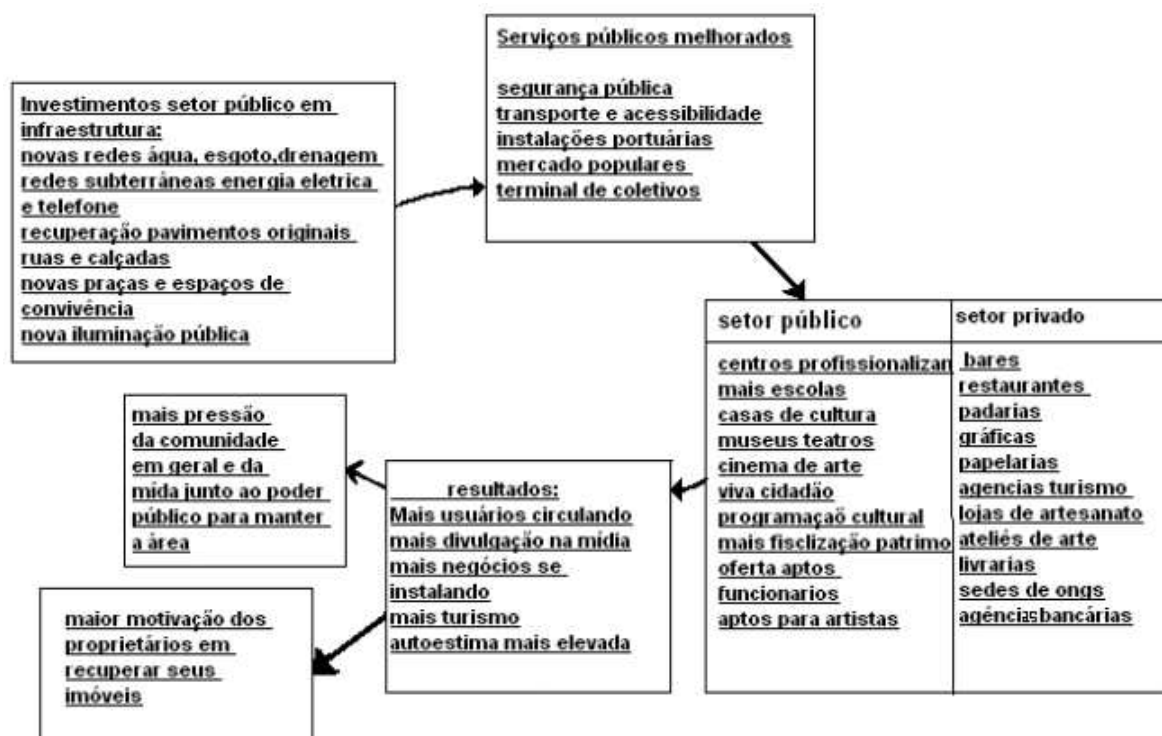
Andrès (2006) aponta diversos ganhos (Figura 168) para o Centro Histórico de São Luís derivados da implementação de programas destinados à sua revitalização, além do modelo esquemático (Quadro 15) de cenários do seu processo, possibilitando uma visão geral das ações realizadas.

Quadro 14: Principais programas e projetos existentes em São Luís direcionados a temáticas centrais da pesquisa por nível de gestão

<b>PROGRAMA / PROJETO</b>	<b>NÍVEL DE GESTÃO</b>	<b>TEMÁTICA CENTRAL</b>
<b>Plano Diretor<sup>1</sup></b>	MUNICIPAL	URBANISMO
<b>Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano<sup>2</sup></b>	MUNICIPAL	URBANISMO
<b>Plano Plurianual<sup>3</sup></b>	MUNICIPAL	URBANISMO
<b>Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico<sup>4</sup></b>	MUNICIPAL	URBANISMO
<b>Plano Diretor de Iluminação Pública de São Luís<sup>5</sup></b>	MUNICIPAL	URBANISMO
<b>Plano da Paisagem<sup>6</sup></b>	MUNICIPAL	PAISAGEM
<b>Plano de Desenvolvimento do Cluster de Turismo<sup>7</sup></b>	MUNICIPAL	TURISMO
<b>Plano Maior 2020<sup>8</sup></b>	ESTADUAL	TURISMO
<b>Plano de Revitalização do Centro Histórico de São Luís<sup>9</sup></b>	ESTADUAL	PATRIMÔNIO
<b>Agenda 21<sup>10</sup></b>	FEDERAL	SUSTENTABILIDADE
<b>Plano de Paisagem Cultural<sup>11</sup></b>	FEDERAL	PAISAGEM
<b>Plano Nacional de Turismo<sup>12</sup></b>	FEDERAL	TURISMO
<b>Plano da Paisagem Cultural<sup>13</sup></b>	INTERNACIONAL	PAISAGEM

- Fontes:
- 1 = SÃO LUÍS (2006)
  - 2 = SÃO LUÍS (1992)
  - 3 = SÃO LUÍS (2009)
  - 4 = SÃO LUÍS (2011)
  - 5 = PMSL (2006)
  - 6 = SÃO LUÍS (2002)
  - 7 = SPI (2011)
  - 8 = MARANHÃO (2012)
  - 9 = MARANHÃO (1994)
  - 10 = MMA (2010)
  - 11 = IPHAN (2011)
  - 12 = MTUR (2012)
  - 13 = UNESCO (2011)

Figura 168 Fluxograma do esquema analítico do processo previsto no Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís



Fonte: ANDRÈS (2006, p.207)

Quadro 15: Cenários anterior (1979) e posterior (2006) à implementação do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís

1979	2006
01-Lixo nas ruas e terrenos baldios	01-Ruas limpas. Varrição e coleta regular de lixo
02-Buracos nos calçamentos	02-Calçamento tradicional recuperados. Ruas e calçadas
03-Terrenos baldios, locais perigosos	03-Novas praças e locais públicos para convivência
04-Esgotos transbordando	04-Nova rede de esgoto funcionando
05-Ratos, baratas e moscas	05-Colônia de ratos reduzida
06-Mal cheiro nas ruas	06-Redução de mal cheiro nas vias públicas
07-Inundações, bocas de lobo obstruídas	07-Drenagem funcionando
08-Falta d'água	08-Abastecimento de água regular
09-Postes pesados de concreto obstruindo fachadas	09-Retirada dos postes de concreto e transformadores
10-Fiação aérea obsoleta e perigosa	10-Retirada de fiação elétrica aérea
11-Transformadores próximos das janelas	11-Retirada de transformadores Nova rede subterrânea
12-Ruas escuras	12-Ruas iluminadas
13-Veículos pesados circulando	13-Controle de tráfego pesado
14-Caminhões estacionados em terrenos vazios	14-Estacionamento disciplinado
15-Risco de incêndio	15-Sistema de hidrantes instalado
16-Muitos imóveis em ruínas	16-Diminuição do número de imóveis em ruínas
17-Edificações em geral mal conservadas	17-Maior parte dos imóveis conservados
18-Ausência de policiamento insegurança	18-Policiamento nas ruas
19-Falta de escolas na área	19-Novas escolas instaladas na área
20-Falta de casas de cultura, com teatros, museus etc	20- Novas casas de cultura museus teatros e cinema
21-Mercados de gêneros sem condições sanitárias	21-Mercados de gêneros higiênicos
22-Terminal hidroviário degradado	22-Terminal hidroviário recuperado
23-Ônibus circulando pelas ruas estreitas do C.H.	23-Terminal de integração de coletivos
24-Falta de bares e restaurantes higiênicos	24-Novos bares e restaurantes
25-Falta de meios de hospedagem	25-Novas pousadas
26-Usos inadequados como indústrias e ferragens	26-Novas atividades comerciais compatíveis
27-Fuga de moradores	27-Uso residencial voltando
28-Área deserta nos horários noturnos	28-Vida noturna ativa

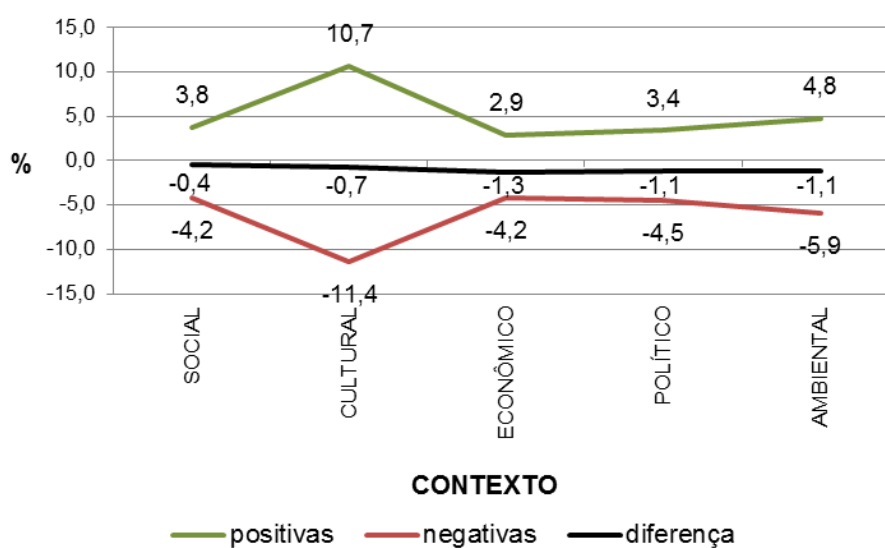
Fonte: ANDRÉS (2006, p.208)

Em nível de destino turístico, considera-se prioritária a proteção dos bens patrimoniais, dando ênfase à conservação urbana para fins de desenvolvimento local, incluindo a evolução da arquitetura contemporânea, a avaliação da paisagem e a valoração do patrimônio histórico, com a gestão focada na manutenção da identidade urbana (UNESCO, 2011).

Comparando os indicadores de sustentabilidade da paisagem urbana no Centro Histórico de São Luís sob as perspectivas das

respostas dos entrevistados acerca dos contextos social, cultural, econômico, política e ambiental, depreende-se que não houve um saldo positivo frente ao apontamento de vários aspectos comprometedores das condições paisagísticas que contribuem para a sua degradação (Figura 169).

Figura 169: Gráficos de proporcionalidade diferencial entre respostas positivas e negativas dos entrevistados segundo condições gerais



Fonte: Elaborada com base nos resultados da subseção 5.1 – Análise de indicadores.

Não obstante a ocorrência, em praticamente todos os indicadores, de boa avaliação, as transformações percebidas sobre os valores sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais têm diferenciais negativos, com destaque para os três últimos (-1,3%, -1,1% e -1,1%, respectivamente). Portanto, a conservação da paisagem do Centro Histórico de São Luís sob a influência do turismo ainda está pouco abaixo do ponto de inflexão.

Esses resultados indicam que o desenvolvimento de indicadores do turismo em associação com valores da paisagem deve ser proposto como ferramenta de construção para a sustentabilidade do destino turístico, de forma a atender os objetivos e as necessidades da sociedade e dos turistas (PEDERSEN, 2002; UNWTO, 2004).

Por fim, propõe-se, de forma genérica, a **estrutura de indicadores** esquematizada na Figura 169 para avaliação da sustentabilidade da paisagem

urbana com vistas ao desenvolvimento turístico. Vale lembrar que o alcance da sustentabilidade da paisagem em áreas históricas é um processo permanente de interação entre diversos atores, delimitando a área de atuação do turismo, ou seja, sua influência no espaço, traçando campos de interação sistêmica. Assim, é imprescindível que todos os âmbitos (essencialmente economia, cultura, sociedade e gestão) estejam diretamente vinculados, influenciando recíproca e positivamente o turismo e a paisagem urbana.

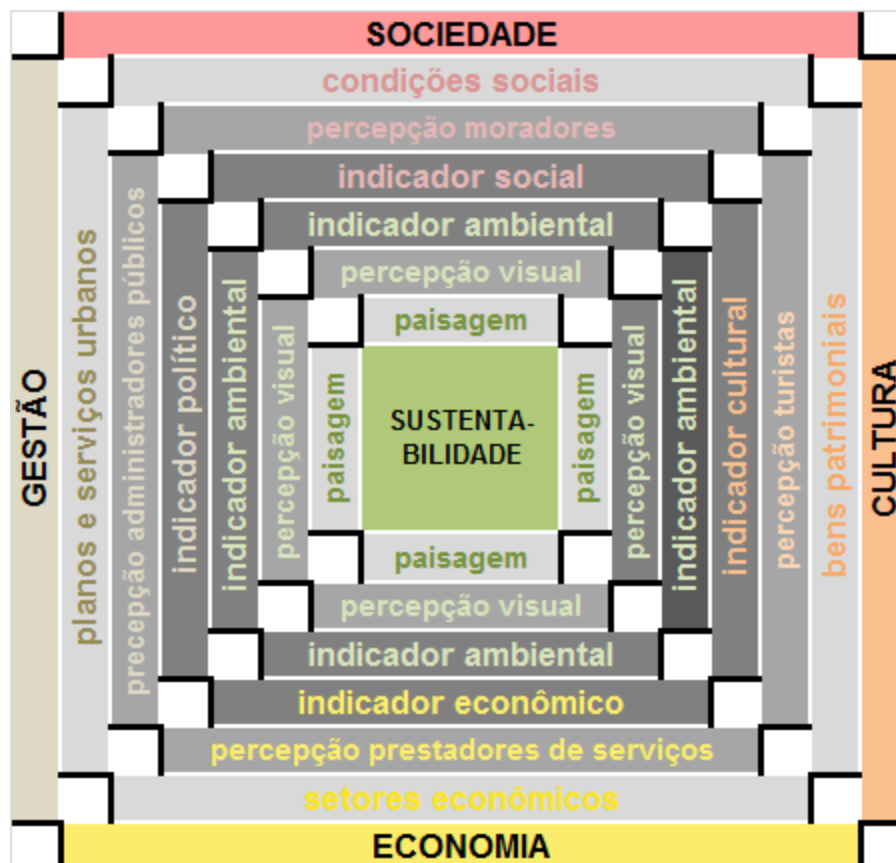
No desenho da figura abaixo sintetiza-se os resultados obtidos, observados e estudados como forma de proposta de um sistema integral de indicadores a ser implantado em cidades históricas. Lembrando que trata-se de um mecanismo contínuo que constituirá um barômetro para a atividade turística e como consequência uma ferramenta de análise para todos os atores que atuam direta e indiretamente no setor.

O alcance da sustentabilidade da paisagem solidária em cidades históricas perpassa sob quatro pilares - sociedade, cultura, economia e gestão, que sustentados em aspectos urbanos relacionados à infraestrutura e indicadores, e na percepção visual quanto a paisagem, direcionam para uma concepção sustentável da paisagem.

Ou seja, a relação entre a percepção (concepção dos moradores, turistas, trade turístico e gestores públicos), indicadores oficiais (dados dos governos federal, estadual e municipal), aliados aos indicadores específicos (econômico, cultural, político e social), e ao indicador ambiental e percepção visual (qualidade da paisagem urbana) possibilitam a construção de uma sustentabilidade da paisagem urbana em centros históricos.

O alcance da sustentabilidade proposta na figura abaixo caracteriza o conceito de paisagem solidária em áreas históricas que compreende justamente a integração de diversos aspectos, principalmente o social e cultural, onde representa uma evolução do patrimônio histórico quando se entende que este está envolvido quanto à integração natural e cultural e que deve ser gerido de acordo com os preceitos de uma conservação integrada, sistêmica e com uma metodologia interativa.

Figura 170: Organograma de estrutura de indicadores proposta para análise da sustentabilidade da paisagem urbana com vistas ao desenvolvimento do turismo



Fonte: Elaborada com base nos resultados alcançados.  
 Notas:   
 = variáveis estruturantes do sistema  
 = variáveis primárias: perceptuais  
 = variáveis secundárias: oficiais

Em síntese, o turismo pode – e deve – contribuir para a proteção e recuperação de centros históricos, mantendo o equilíbrio entre aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais, de forma que seus impactos não sejam indesejáveis.

No caso de sítios como o de São Luís, reconhecido internacionalmente, indicadores de sustentabilidade da paisagem urbana devem ser compostos, obrigatoriamente, por valores originais, apreciados por meio de variáveis primárias, de cunho perceptual, e secundárias, de origem oficial, para que a ideia de desenvolvimento sustentável seja mantida em todos os segmentos da atividade turística.



A abordagem sugerida para o sistema de indicadores é de conservação de recursos para as gerações futuras, sendo o turismo uma forma de contribuição para a proteção da paisagem urbana histórica, moderando as interferências adversas e beneficiando a comunidade local em termos socioeconômicos e culturais.

Nesse sentido, diretrizes da UNESCO (2011) sustentam que o desenvolvimento da atividade turística deve promover benefícios ao destino em todos os sentidos visando ao alcance de um futuro sustentável, tendo satisfeitas as necessidades dos turistas, assim como as demandas econômicas, sociais e estéticas, mantendo a integridade cultural e ambiental essenciais aos processos de biodiversidade e ao suporte de vida.

Com essas bases de fundamentação de mecanismos para planejadores e gestores de políticas públicas de turismo e urbanismo, ações voltadas à sustentabilidade da paisagem urbana devem preservar a qualidade do ambiente urbano e humano, aumentando o valor da experiência do turista na localidade, de forma que compreenda os objetivos da conservação do patrimônio histórico, associados a metas sociais, econômicas, culturais e políticas, em um relacionamento equilibrado entre atores (percepção), ambientes (destino e áreas funcionais) e normas (documentos).

Nessa conjuntura, é procedente a afirmação de Lynch (2010, p.11) de que “todo cidadão possui numerosas relações com algumas partes de sua cidade, e a sua imagem está impregnada de memórias e significações”. Por sua vez, Carvalho e Simões (2012, p.199) lembram que:

os centros históricos apresentam elementos fixos, estacionários, que formam a paisagem e a ambiência urbana – bairros, monumentos, praças, ruas – e móveis, uma vez que por meio e através deles observam-se constantes fluxos de relações sociais e culturais, circulação de bens simbólicos, trânsito de visitantes e manifestações culturais. Esse conjunto de elementos convive dialeticamente, tornando o espaço urbano dinâmico e polissêmico (CARVALHO; SIMÕES, 2012, p.199).

É importante destacar que a gestão do turismo em paisagens urbanas deve ser implementada em qualquer destino, em acordo com princípios de sustentabilidade, de forma integrada, em suas várias vertentes, destacando-se, no

presente caso, as de ordem social, cultural, política, econômica e ambiental, estabelecendo um padrão de equilíbrio entre essas dimensões (UNWTO, 2004). Como os indicadores são adaptáveis ao destino turístico, também devem responder aos principais riscos e preocupações quanto à sustentabilidade do turismo, além de fornecer informações que auxiliem a esclarecer questões e a indicar soluções para problemas. Além disso, num sentido amplo, possibilitam a gestão e a organização de prioridades (UNWTO, 2004).

Frente a essas considerações, podem ser sintetizados os seguintes princípios para o desenvolvimento sustentável do turismo em paisagens urbanizadas:

- a) respeito às autênticas tradições socioculturais da comunidade local, conservando o patrimônio histórico e seus valores;
- b) alinhamento do crescimento urbano com a conservação patrimonial, promovendo benefícios de diversas ordens tanto para o cidadão quanto para a sociedade como um todo ;
- c) disponibilidade de inovações em tecnologias da informação e em sustentabilidade no planejamento urbanístico, no desenho urbano e em práticas construtivas;
- d) estruturação de políticas de conservação urbana como reflexos de diretrizes internacionais, para a criação de uma base local de preservação de áreas com relevantes valores culturais e naturais;
- e) preocupação com o ambiente, baseada em práticas sustentáveis que elevem a qualidade de vida urbana;
- f) adequação do uso dos recursos naturais e culturais, como elementos chaves para o desenvolvimento do turismo.

A partir de diretrizes propostas por Pedersen (2002) para áreas históricas, esses fundamentos indicam procedimentos orientadores de mecanismos para a sustentabilidade de paisagens urbanas, baseados em:

- a) desenvolvimento de estudos aprofundados acerca da realidade local e de seus cenários futuros;
- b) determinação da capacidade de suporte das áreas turísticas funcionais, baseadas em processo contínuo e integrado de planejamento, com permanente retroalimentação;

- c) estabelecimento de metas estratégicas de gestão política, considerando as suas inúmeras implicações para administradores públicos e privados;
- d) prevenção ou minimização dos impactos negativos da atividade, com maximização de efeitos benéficos;
- e) envolvimento das partes interessadas, superando os desafios da participação pública.

Como síntese, recomendações da UNESCO (2011) se voltam para um conjunto de ferramentas interdisciplinares e inovadoras, adaptadas aos contextos locais, organizadas nas seguintes categorias:

- a) regulação de sistemas – compreendendo medidas para o gerenciamento dos componentes materiais e imateriais do patrimônio urbano;
- b) engajamento da comunidade – englobando a capacitação de partes interessadas, possibilitando a identificação de valores estruturantes das suas áreas urbanas, bem como o desenvolvimento de visões, a definição de metas e o estabelecimento de acordos para salvaguarda do seu patrimônio e promoção do desenvolvimento sustentável;
- c) aperfeiçoamento de instrumentos técnicos – comportando soluções para manutenção da integridade dos atributos arquitetônicos e materiais do patrimônio urbano, aliadas ao reconhecimento da importância da diversidade cultural, com constante monitoramento da qualidade ambiental e de vida;
- d) ampliação de dispositivos financeiros – abrangendo o aumento inovador de geração de renda enraizada na tradição, a partir de investimentos dos setores públicos e privados, com viabilização de parcerias entre ambos.

Portanto, as intervenções impostas à sustentabilidade da paisagem de centros históricos pela atividade turística requer o conhecimento aprofundado de princípios, mecanismos e ferramentas para fundamentação do desenvolvimento do planejamento urbano sustentável, alicerçado tanto na resolução de deficiências quanto na valorização de potencialidades, com base em indicadores específicos, especialmente de percepção dos indivíduos e das comunidades relacionadas.



## 6 CONCLUSÃO

Com o propósito do ensaio da construção de um sistema de indicadores para avaliação da sustentabilidade da paisagem urbana em áreas históricas, um dos principais desafios encontrados no desenvolvimento da pesquisa residiu justamente na estruturação dos seus respectivos **procedimentos metodológicos**.

Na primeira fase – **fundamentação teórica** –, as técnicas de interpretação de informações secundárias, bibliográficas e documentais foram suficientes para a interpretação dos assuntos tratados, relacionados ao turismo e à cidade, contemplando suas concepções, relações e intervenções recíprocas, bem como seus processos de gestão. Não obstante essa condição de suficiência, ainda restam teorias e conceitos não devidamente aprofundados sobre o tema central da tese – indicadores de sustentabilidade de paisagens urbanas turísticas em áreas históricas –, pois sequer a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial do Turismo (OMT) conseguiram, até o momento, estabelecer as variáveis específicas para a avaliação e comparação de situações com vistas ao planejamento e gestão da conservação patrimonial de valores culturais e naturais em cidades.

Também permanece a necessidade de maior compreensão do fenômeno do turismo urbano, principalmente em áreas históricas, pois, por se tratar de um segmento peculiar, existe pouco material publicado acerca da temática, especialmente envolvendo as relações entre a atividade e a paisagem. Nessas circunstâncias, torna-se fundamental a produção de referências sobre avaliação das suas influências recíprocas em cidades, com especial foco nas modificações paisagísticas promovidas no destino, tanto positiva quanto negativamente. Assim, sugere-se a realização de pesquisas bibliográficas sobre a evolução do turismo urbano no Brasil, principalmente no estado do Maranhão, e sua relação – direta e indireta – com a cidade de São Luís, tendo como objeto de estudo o seu centro histórico.

Entretanto, pode-se confirmar que o referencial teórico apresentado trata de aspectos centrais do debate sobre intervenções do turismo na paisagem da capital maranhense. Assim, como fundamentos para a apreensão da complexidade e da multiplicidade das interferências da atividade sobre locais urbanizados, os

recortes temáticos propostos – concepções, relações, influências e processos – associam, invariavelmente, as questões turísticas às condições urbanísticas.

Todavia, depreende-se que as abordagens existentes nesse contexto, tanto sob a ótica da teoria quanto na vertente da práxis, carecem de estudos mais específicos sobre centros urbanos de relevância histórica. Como se relatou no referencial teórico, a política de gestão dessas áreas é recente no Brasil; assim, depara-se com severas dificuldades na concretização de diretrizes públicas que visem à conservação, e não exclusivamente à preservação patrimonial. São Luís, por exemplo, por receber o título de “Patrimônio da Humanidade” outorgado pela UNESCO, e ser objeto de tombamentos em níveis federal e estadual, tem restringida a adaptação do seu centro histórico ao uso turístico.

De outra maneira, na segunda fase da investigação – **caracterização da área de estudo** –, basicamente desenvolvida sob as mesmas técnicas anteriores, deparou-se com a falta de sistematização de informações para a contextualização do destino turístico – cidade de São Luís e seu centro histórico. Assim, indica-se a importância da organização de um acervo de dados que permita a adequada descrição desse importante produto do turismo nacional e internacional. As mesmas considerações são válidas para o local turístico intrínseco, ou seja, a área funcional da Rua Portugal.

A princípio, o destino turístico – São Luís – se configurou como apropriado para o estudo, em especial mediante o recorte peculiar de trecho funcional específico – Rua Portugal – face à sua importância histórica e arquitetônica.

Porém, destaca-se a conveniência tanto da realização de diagnósticos sobre a área turística funcional, pois há raras fontes disponíveis acerca da Rua Portugal, como do levantamento histórico dos prédios que compõem o cenário desta via, recomendando-a para estudos futuros sobre a sua importância como atrativo único de composição espacial na paisagem do centro histórico e como produto turístico diferencial no destino São Luís. Por se tratar de um logradouro com detalhes arquitetônicos que o caracterizam como o mais singular do centro histórico, carece de análises sobre a sua representatividade social, econômica, cultural e ambiental na esfera do turismo.

A elaboração dessa fase intermediária, mesmo com os entraves citados, permitiu o alcance do primeiro objetivo específico elencado, ou seja, compreender o

objeto de estudo, considerando os cenários do destino turístico – cidade de São Luís e seu centro histórico – e da área funcional específica – Rua Portugal.

A última fase – **discussão dos resultados** – contou com uma variedade de técnicas aplicadas, desde aquelas de configuração exploratória e descritiva, até as de caráter analítico. Essa multiplicidade metodológica permitiu a interpretação detalhada dos diversos contextos analisados, principalmente pelo aporte de variáveis perceptuais, cuja apreciação foi respaldada pelas de caráter oficial.

Em primeira instância, na investigação do contexto social, deparou-se com o apoio da sociedade no fornecimento de respostas ao questionário, por se tratar de assunto do seu conhecimento e, ao mesmo tempo, intrigante para os moradores diante da relativa ausência governamental no local, motivos pelos quais esses entrevistados foram enfáticos em suas considerações. Por outro lado, nas colocações subjetivas, os entrevistados foram além das perguntas formuladas, destacando diversos assuntos relacionados direta e indiretamente ao turismo, o que, de certa maneira, contribuiu para a ampliação do conhecimento sobre o assunto, mas, paralelamente, exigiu uma seleção rigorosa do que realmente era essencial para a análise.

Como principais resultados específicos desse contexto, os moradores entrevistados interpretaram, em especial, questões negativas de âmbito social e cultural, com ênfase em usos e conservação patrimonial, destacando a crescente marginalização e o consumo de drogas no local como razões essenciais para o seu afastamento da região. Como positivas, evidenciaram as condições econômicas e políticas, julgando o turismo como um agente benéfico em vários sentidos, assim como algumas políticas criadas na década de 1980, com realce para a recente instituição da Subprefeitura do Centro Histórico.

Durante a abordagem do contexto cultural, houve dificuldades, por um lado, em relação ao número razoável de turistas para a amostragem, devido ao fato do questionário ter sido aplicado em período de baixa temporada, e, por outro, diante das suas indisponibilidades para preenchimento dos questionários. A alternativa encontrada foi a complementação da aplicação dos formulários via *on line* para antigos visitantes da cidade. A ótica desses agentes foi fundamental, pois, por não serem residentes, por estarem em momento de lazer e por compreenderem que o Centro Histórico de São Luís possui um patrimônio único, constituindo um dos

motivos para as suas visitas à capital maranhense, destacaram esse acervo como importante produto turístico .

Os resultados específicos mais relevantes desse contexto, segundo a visão dos turistas entrevistados, apontam a positividade de todos os cenários considerados, com acentuação para o político e o cultural, referendando a citada percepção, pelos visitantes, dos valores patrimoniais locais. Todavia, suas respostas negativas foram prioritariamente direcionadas aos aspectos sociais e, contraditoriamente, também aos culturais, aproximando os seus enfoques aos dos próprios ludovicenses.

Na interpretação do contexto econômico, defrontou-se com empecilhos na obtenção de respostas do *trade* turístico e, pela falta de tempo justificada pelos prestadores de serviços, foram agendadas inúmeras oportunidades para que se pudesse garantir a consistência amostral. Vale mencionar a recusa de alguns para o fornecimento de respostas, afirmando, paradoxalmente, que não tinham conhecimento sobre determinados assuntos. Por outro lado, outros foram enfáticos em suas contribuições, informando a utilidade da ampliação desse tipo de pesquisa.

Com relativo equilíbrio entre influências do turismo – tanto positivas quanto negativas –, os resultados oriundos das respostas do *trade* ressaltaram como favoráveis as dimensões política e ambiental, sendo lembradas variadas ações de infraestrutura realizadas por agentes governamentais no centro histórico, especialmente após a criação da subprefeitura específica.

No decorrer do desenvolvimento do contexto político, houve óbices para as entrevistas com os gestores do turismo e do patrimônio, pois, pelo excesso de compromissos, não possuíam muita disponibilidade de tempo para responder as questões abordadas no questionário. Além disso, alguns não ocupavam mais os cargos originais, demandando tempo adicional para a obtenção dos seus contatos. Contudo, foram surpreendentes as informações fornecidas acerca das benfeitorias executadas e das dificuldades enfrentadas para a implantação de políticas públicas no Centro Histórico de São Luís.

Como previsto, os resultados desse contexto enfatizaram principalmente os ganhos nas vertentes econômica e política, com valorização da movimentação financeira gerada na área funcional da Rua Portugal, por exemplo. As colocações adversas foram voltadas particularmente à aparência de abandono generalizado da área histórica. Considerando a atuação no setor turístico da maioria dos



administradores públicos entrevistados, foram marcantes as suas menções a políticas relacionadas à atividade,

Já na avaliação do contexto ambiental, teve-se facilidade na aplicação amostral do questionário *on line*, com rápido retorno das respostas de diversas pessoas que já tinham visitado a cidade e também de potenciais turistas.

Os observadores remotos das cenas da Rua Portugal representadas por fotografias classificaram a sua qualidade paisagística basicamente como boa, mesmo diante de críticas negativas quanto ao descaso ao patrimônio público no centro histórico. Por questões inerentes aos métodos adotados, houve expressivo equilíbrio de colocações favoráveis e desfavoráveis nesse contexto em praticamente todos os aspectos referentes às cenas avaliadas.

Para o enfrentamento, em outras pesquisas, dos obstáculos metodológicos ora comentados para todos os contextos, sugere-se que a aplicação dos questionários seja tanto virtual quanto pessoal, inclusive com revisão das perguntas para a viabilização de maior quantidade de questões com respostas pré-estabelecidas, quando convenientes, e consequente redução das subjetivas, dada às dificuldades de escrita por parte dos respondentes e de interpretação de determinadas colocações.

A despeito das dificuldades citadas, tornou-se possível alcançar o segundo objetivo específico, voltado a analisar variáveis de sustentabilidade da paisagem urbana selecionada, sintetizando indicadores de ordem social, cultural, econômica, política e ambiental, a partir da percepção de moradores, turistas, prestadores de serviços turísticos, administradores públicos e observadores de cenas.

Como principais resultados da etapa de análise individual de indicadores, cabe destaque à percepção – individual e coletiva – do objeto de estudo, pois, como foi destacada em várias passagens da tese, a abordagem *down-top* é baseada na visão da sociedade – no caso, sobre o destino e a área funcional turística –, possibilitando, portanto, a melhor compreensão dos seus anseios e demandas sobre os cinco contextos analisados.

Ainda constituinte da última fase, a análise integrada dos resultados anteriores oportunizou a realização da proposta de criação do sistema de indicadores de avaliação da percepção de atores (moradores, turistas, *trade* turístico, administradores públicos e observadores de cenas) quanto aos contextos

social, cultural, econômico, político e ambiental da paisagem urbana histórica, estruturado em variáveis perceptuais, como um dos principais pressupostos de originalidade da tese, e respaldado por variáveis oficiais, permitindo a aproximação com a realidade local. Nesse quesito, a análise de correlação entre as variáveis perceptuais e a proposição do organograma de indicadores possibilitaram o entendimento do funcionamento do sistema e sua aplicabilidade nos processos de planejamento e gestão da atividade turística e do meio urbanizado.

Com isso, atingiu-se o terceiro objetivo específico, de analisar, de forma integrada, os resultados alcançados, com vistas à interpretação da sustentabilidade da paisagem turística e à fundamentação de mecanismos para planejadores e gestores de políticas públicas de turismo e urbanismo.

Os **resultados finais** apontam para saldos negativos em todos os indicadores para as transformações percebidas sobre os valores sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais do destino turístico, posicionando a conservação da paisagem influenciada pelo turismo no Centro Histórico de São Luís – e na própria Rua Portugal – pouco abaixo do ponto de inflexão, o que, porém, revela a possibilidade de melhorias.

Também indicam o alcance do objetivo geral da pesquisa, ou seja, avaliar as influências da atividade turística por meio de indicadores de sustentabilidade da paisagem urbana, adotando-se, como estudo de caso, o Centro Histórico de São Luís.

A construção da estrutura de indicadores proposta para análise da sustentabilidade da paisagem urbana com vistas ao desenvolvimento do turismo, baseada na avaliação perceptual de centros históricos, sob os aspectos social, cultural, econômico, político e ambiental, e discutida frente a variáveis oficiais, faculto o entendimento de que a conservação desses espaços está associada a diversos fatores que envolvem a continuidade de programas e projetos turísticos, patrimoniais, urbanísticos e paisagísticos, dentre outros incidentes na área de estudo, cuja integração contribui para a valorização do seu patrimônio histórico urbano.

Como comentado, o sistema proposto parte da percepção de atores para a identificação e compreensão dos seus envolvimento – diretos e indiretos – com a atividade turística no Centro Histórico de São Luís, alcançando-se um nível razoável

de respostas sobre suas opiniões quanto à preservação do patrimônio histórico e às influências do turismo na paisagem do local pesquisado, dentre outras abordagens.

Sustentado por variáveis subjetivas e qualitativas, baseadas em princípios de desenvolvimento sustentável enunciados pelo órgão internacional de turismo, e determinado pelos âmbitos social, cultural, econômico, político e ambiental, o sistema desenvolvido, respaldado pelo referencial teórico elaborado, incorpora as aspirações dos participantes, a partir dos seus próprios julgamentos. A essas variáveis, são confrontadas aquelas de cunho oficial e quantitativo, com vistas à garantia dos indispensáveis padrões técnicos e científicos.

Vale relembrar, ainda, que mesmo o sistema possibilitando o planejamento e a gestão de situações relacionadas a influências do turismo na sustentabilidade da paisagem urbana em centros históricos, devem ser invariavelmente respeitadas as peculiaridades de cada caso.

Em síntese, é possível afirmar que as técnicas e métodos utilizados na pesquisa serviram para o adequado desenvolvimento dos passos programados, contribuindo para o alcance dos objetivos propostos.

Dessa maneira, afere-se que, em conformidade com teorias e conceitos de planejamento e gestão urbanística e turística, é imperativa a integração de políticas, planos, programas e projetos, em diversas áreas e em variados níveis governamentais, para que o processo se desenvolva adequadamente e promova benefícios aos envolvidos na cadeia turística, com participação de todos os segmentos pertinentes.

Nesse sentido, foram elencados, ao final da seção anterior, princípios para o desenvolvimento sustentável do turismo em paisagens urbanizadas, aos quais foram associados procedimentos orientadores de mecanismos para o seu alcance, bem como ferramentas interdisciplinares e inovadoras, adaptadas aos contextos locais e destinadas à regulação de sistemas, ao engajamento da comunidade, ao aperfeiçoamento de instrumentos técnicos e à ampliação de dispositivos financeiros, dentre outras finalidades.

Assim, os resultados alcançados permitem a confirmação da **hipótese norteadora** da tese, de que se a atividade turística impõe intervenções benéficas e deletérias à sustentabilidade da paisagem de centros históricos, o conhecimento aprofundado desses efeitos possibilita a formulação de fundamentos para um processo de planejamento urbano sustentável que considere medidas tanto de

resolução para as deficiências diagnosticadas quanto de valorização para as potencialidades levantadas, baseadas em indicadores específicos, especialmente de percepção dos cidadãos.

Nessa conjuntura, ressalta-se que os procedimentos metodológicos para a criação do sistema de indicadores de avaliação propostos não são substitutivos de outros processos avaliativos da sustentabilidade, inclusive não excluindo os modelos – atuais e futuros – oriundos de organismos nacionais e internacionais.

Cabe destacar, igualmente, que diante da importância do tema, é fundamental que gestores públicos percebam a significância do patrimônio histórico como recurso paisagístico e turístico, o qual contribui para o desenvolvimento econômico e social do local. Assim, faz-se imperativa a inclusão de informações acerca da paisagem urbana em planos de turismo, principalmente quando envolvem centros históricos, como no caso de São Luís do Maranhão.

Em termos científicos, além das já citadas recomendações para estudos futuros, acentua-se a possibilidade de desdobramentos do sistema de indicadores proposto, a partir da sua aplicação em diferentes situações político-geográficas e socioeconômicas, visando à ampliação das suas contribuições para a conservação do patrimônio histórico e paisagístico em áreas urbanas.

## REFERÊNCIAS

- ADAM, Roberto Sabatella. Analisando o conceito de paisagem urbana de Gordon Cullen. **Revista Da Vinci**, Curitiba, v.5, n.1, p.61-68. 2008.
- AGOPYAN, Vahan, SILVA, Vanessa Gomes da; SILVA, Maristela Gomes da. Avaliação de edifícios: definição de indicadores de sustentabilidade. In: Encontro Nacional sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis – ENECS,III, São Carlos, SP, 2003. **Anais...** São Carlos, SP: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – ANTAC, 2003.
- AGUIAR, Marina Rodrigues de; DIAS, Reinaldo. **Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas, SP: Alínea, 2002.
- AIRES, Elaine. Interesses políticos nas cenas do patrimônio histórico cultural: o caso de São Luís, Patrimônio da Humanidade. **Outros Tempos**, São Luís, v.1, esp., p.146-166, 2007.
- ALCÂNTARA, Dora. **Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fontana, 1980.
- ALCÂNTARA, Denise de. Observações sobre o centro: olhares entrelaçados na construção da paisagem urbana do Rio e San Diego. In: ANDRADE, Rubens de; TERRA, Carlos. (Orgs.) **Aveso da paisagem: percepção artístico-urbano e dimensão socioespacial**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.p.17-44.
- ALVES, Aristides. **Upaon Açú: São Luís: 400 anos, fotografias**. Salvador: Asa Foto, 2011.
- ALVES, Rahyan de Carvalho. **Topofilia, turismo e a releitura do lugar: uma abordagem sociocultural do patrimônio histórico, arquitetônico e urbanístico de Diamantina/MG**. 2014. Dissertação 2014. 325f. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2014.
- ANDRADE, José Aquiles Sousa. Revitalização do centro histórico de São Luís-MA: desafios e oportunidades. **Seminário Internacional de Cidades e Entidades Iluministas**. Vila Real de Santo Antônio. out., 2011.
- ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros de. **Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2003.
- ANDREOTTI, Giuliana. **Per una architettura del paesaggio**. Trento: Valentina Trentini, 2008.
- ANDREOTTI, Giuliana. Paisagens do espírito: a encenação da alma. Tradução Kelton Gabriel. **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia: Universidade Federal de Goiás – UFG, v.4, n.4, p.264-280, dez. 2010.
- ANDREOTTI, Giuliana. O senso ético e estético da paisagem. Tradução Beatriz Helena Furlanetto. **Revista RA'EGA**, Curitiba: Universidade Federal do Paraná – UFPR, p.05-17, 2012.
- ANDREOTTI, Guiliana. **Paisagens culturais**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2013.

- ANDRÈS, Luiz Phelipe Carvalho de Castro. **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís**: análise crítica do programa de preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL), sob enfoque da conservação urbana integrada. 2006. 247f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2006.
- ANDRÈS, Luiz Phelipe Carvalho de Castro. **Programa de preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 2008.
- ANDRÈS, Luiz Phelipe Carvalho de Castro; MOREIRA, Rafael; SILVA, Ronald de Almeida. **Centro histórico de São Luís**. São Paulo: Audichromo, 1998.
- ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. Turismo e segmentação de mercado: novos segmentos. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Rocca, 2005.p.280-295.
- ANTROP, Marc. Landscape change and the urbanization process in Europe. **Landscape and Urban Planning**, Michigan: Elsevier, v.67, p.9-26, 2004.
- ARCHER, Brian; COOPER, Chris; RUHANEN, Lisa. The positive and negative impacts of tourism. In: THEOBALD, William F. (Org.). **Global tourism**. Burlingont: Elsevier, 2005. p.79-102.
- ARRONES, Francisco Jurdão. Los mitos del turismo. In: ARRONES, Francisco Jurdão. **Los mitos del turismo**. Madrid: Endymion, 1992. p. 15-88.
- ASHWORTH, Gregory J. Urban tourism: still an imbalance in attention? In: Cooper, Chris (Org.). **Classic reviews in tourism**. Clevedon: Channel View, 2003, p. 143-163.
- ASHWORTH, Gregory; PAGE, Stephen J. Urban tourism research: Recent progress and current paradoxes. **Tourism Management**. v. 32, 2011, p. 1-15.
- AUCH, Roger; TAYLOR, Janis; ACEVEDO, William. **Urban growth in American cities**. 2004. Disponível em: <<http://pubs.usgs.gov/circ/2004/circ1252/>>. Acesso em: 06 maio 2014.
- AZEVEDO, Paolo. Evolucion de las politicas referentes a los centros históricos en Brasil. In: UNESCO. **Orcal. Rehabilitación integral em áreas e sítios históricos latino-americanos**. Roma: Instituto Latino Americano, 1994.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira Maria Bagatin. *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, X; Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE, I, Curitiba, 2011. **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, 2011.p.329-341.
- BARBIERE, Gisele. **Estacionamentos irregulares ameaçam patrimônio histórico no Maranhão**. 2008. Disponível em: <<http://www.noticiasdaamazonia.com.br/3904-estacionamentos-irregulares-ameacam-patrimonio-historico-no-maranhao/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- BARONI, Margaret. Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, v.32, n.2, p.14-24, 1992.

- BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 6.ed. São Paulo: Editora do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial– SENAC, 2001.
- BENI, Mario Carlos. Política e estratégia de desenvolvimento regional: planejamento integrado do turismo. In: RODRIGUES, Ady Balastreri. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2002. p.79-86.
- BENI, Mario Carlos. A política de turismo. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.). **Como aprender turismo, como ensinar**. 3.ed. São Paulo: Editora do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial– SENAC, 2003.
- BERGMAN, Edward M.; FESER, Edward J. **Industrial and regional clusters: concepts and comparative applications**. Morgantown: West Virginia University Regional Research Institute, 1999. Disponível em: <<http://www.rri.wvu.edu/WebBook/Bergman-Feser/contents.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2013.
- BIBI. Imagem da Ponta D'Areia. 2011. Disponível em: <[http://bibidebicicleta.blogspot.com.br/2011\\_07\\_01\\_archive.html](http://bibidebicicleta.blogspot.com.br/2011_07_01_archive.html)>. Acesso em: 10 maio 2015.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- BOI UNIDOS DE SANTA FÉ. **Fotografia do tambor de crioula**. Disponível em: <<http://boiunidosdesantafe.yolasite.com/galeria-de-fotos.php>>. Acesso em: 25 fev. 2015.
- BOISSEVAIN, Jeremy. Rituales ocultos: protegiendo la cultura de la mirada turística. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 3, n. 2, p. 217-228. 2005.
- BONAMETTI, João Henrique. A paisagem urbana como produto do poder. **Revista Brasileira de Gestão Urbana – URBE**, Curitiba:Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU – da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR; Champagnat, v.2, n.2, p.259-273, jul./dez. 2010.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. São Paulo: Malheiros, 2006.
- BOSI, Alfredo. Cultura Brasileira e culturas brasileiras. In: **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- BOSSEL, Hartmut. **Indicators for sustainable development: theory, methods, applications: a report to Balaton Group**. Winnipeg, Manitoba, Canada: International institute for Sustainable Development – ISSD, 1999.
- BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- BRASIL Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 16 jul. 1934.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL. Decreto Federal Nº 22.928, de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 12 jul. 1933.

BRASIL. Decreto-Lei Federal Nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 06 dez. 1937.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Artigo 225, Parágrafo 1º, incisos I, II, III, IV e V da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRASIL. Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRASIL. Lei Federal Nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis Nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 jan. 2007.

BRASIL. Lei Federal Nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975. Dispõe sobre o tombamento de bens do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 dez. 1975.

BRASIL. **PAC cidades históricas: plano de ação – área central da cidade de São Luís 2010-2013**. 2015.

BRITTO, Patrícia. **Igrejas centenárias de Olinda e Recife sofrem com estruturas precárias**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1672845-igrejas-centenarias-de-olinda-e-recife-sofrem-com-estruturas-precarias.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

BUENO, Ayrton Portilho. **Patrimônio paisagístico e turismo na ilha de Santa Catarina: a premência da paisagem no desenvolvimento sustentável da atividade turística**. 2006. 375f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2006.

BURNE, Arnaz. **Aportaciones culturales de los cubanos que migraron a Cancún, Quitana Roo, México de 1992 a 2002**. 2005. 154f. Tesis (Maestria em Sociologia) – Universidad Iberoamericana – UIA, Ciudad de México, 2005.

BURNETT, Frederico Lago. **Urbanização e desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização em São Luís do Maranhão**. São Luís: Editora da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, 2008.

BURNETT, Frederico Lago. **São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais**. São Luís: Editora da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, 2012.

BUTLER, Richard William. Tourism: an evolutionary perspective. In: NELSON, James Gordon; BUTLER, Richard William; WATERLOO, Geofray Wall. (Orgs.). **Tourism and sustainable development: monitoring, planning, managing**. Ontario: University of Waterloo, 2008.



- CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX**. São Luís: Academia Maranhense de Letras – AML; Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado –SIOGE,1991.
- CÂMARA, Rosélis de Jesus Barbosa. O processo de construção da paisagem turística de São Luís. **Itinerários**, São Luís: Universidade Federal do Maranhão – UFMA, v.3, n.3, p.31-41, jun. 2008.
- CAMPOS, Ângelo Mariano Nunes. O turismo e a educação frente às novas tecnologias. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá: Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá- UEM, n.46, s.p., mar. 2005.
- CARDOSO; Alírio; CHAMBOULEYRON, Rafael. Cidades e vilas da Amzônia colonial. *Revista Estudos Amazônicos*. v. IV, n. 2, 2009, p. 37-51.
- CARVALHO, Alan Francisco de. Políticas públicas em turismo no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiânia: Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás – UFG,v.3, n.1-2, p.97-109, jan./dez. 2000.
- CARVALHO, Karoliny Diniz; SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. Análise do modelo de preservação do centro histórico de São Luís do Maranhão: uso social e uso turístico. **Turismo: Visão e Análise**, Balneário Camboriú: Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, v.14, n.2, p.196-213, maio-ago., 2012.
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Turismo, organização e reconstrução do espaço urbano contemporâneo. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul: Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul – UCS,v.5, n.3, p.381-389, jul.-set. 2013.
- CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. Perspectivas contemporâneas do patrimônio cultural: paisagem urbana e tombamento. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. **Revisitando o instituto do tombamento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.cap.8.
- CERRO, Francisco Leno. La evaluación del potencial turístico en un proceso de planificación: el Canal de Castilla. **Estudios turísticos**, Madrid: Ministério de Economía y Competitividad; Instituto de Estudios Turísticos, n.116, p.49-85. 1992.
- CHIAS MARKETING. **Plano estratégico de desenvolvimento e implementação de marketing turístico para São Luís**. Relatório de Entrega de Produto: Produto 1 – Plano de Marketing do próprio Plano, 2010.
- CHOAY, Françoise. **A regra e o modelo**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- CLIFFORD Gordon. What tourism managers need to know. Paper based on a practical guide to the development and use of indicator of sustainable tourism. 1995. Disponível em:  
<<http://www.milenio.com.br/ilhas/indicators.doc>>. Acesso em: 30 mar. 2016
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 1988.
- COISSI, Juliana. **Em São Luís, 101 casarões históricos estão em condições precárias**. 2015. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1618427-em-sao-luis-101-casaro-es-estao-em-risco.shtml>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

- COMISSÃO BRUNDTLAND. **O que é desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <[http://www.unb.br/portal/temas/desenvolvimento\\_sust/o\\_que\\_e.php](http://www.unb.br/portal/temas/desenvolvimento_sust/o_que_e.php)>. Acesso em: 04 jun. 2013.
- CONSULTOR JURÍDICO. **Construção de democracia. Descontinuidade de política pública é pior que corrupção.** 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-fev-08/descontinuidade-politicas-pior-corrupcao-luiz-felipe-davila>>. Acesso em: 02 set. 2015.
- COOPER, Chris; FLETCHER, John; FYALL, Alan; GILBERT, David; WANHILL, Stephen. **Turismo: princípios e prática.** Porto Alegre: Bookman, 2001.
- COOPER, Chris; HALL, Collin Michael; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.
- COSTA, Nicolò; MARTINOTTI, Guido. Sociological theories of tourism and regulation theory. In: HOFFMAN, Lily M.; FAINSTEIN, Susan S.; JUDD, Dennis R. (Orgs.). **Cities and visitors: regulating people, markets and city space.** Oxford: Blackwell, 2003, p.53-71.
- COMISSÃO DE TURISMO INTEGRADO DO NORDESTE - CTI/NE – Estatísticas. 2011. Disponível em: <<http://www.ctinordestedobrasil.com.br/estatisticas.html>>. Acesso em: 19 nov. 2015.
- CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana.** São Paulo: Edições 70, 2006.
- CUNHA, Licínio. **Economia e política do turismo.** Lisboa: Verbo, 2006.
- CUSTÓDIO, Denise Vogel. A importância do planejamento urbano-ambiental para o crescimento sustentável do setor turístico. In: BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros; ZOUAIN, Deborah Moraes. (Org.). **Gestão do turismo e hotelaria: experiências públicas e privadas.** São Paulo: Aleph, 2004.
- CUTRIM, Kláutenys Delene Guedes. **Patrimônio da Humanidade: a edificação discursiva da cidade de São Luís nas políticas de preservação do estado.** 2011. 187f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Araraquara, 2011.
- CUTRIM, Kláutenys Delene Guedes; SANTOS, Saulo Ribeiro dos Santos. **Políticas federais de Preservação.** Encontro de Turismo com Base Local, V, Brasília, UNB, 2001.
- DAIFUKU, Hiroshi. International assistance for the conservation of cultural property. In: ISAR, Yudhishtir Raj. (Org.). **Why preserve the past? The challenge to our cultural heritage.** Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, 1986. p.45-60.
- DANCEY, Christine P.; REIDY, John. **Estatística sem matemática para psicologia.** Tradução de Lori Víali. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- DE LUCA, Virginia Gomes; SANTIAGO, Alina Gonçalves. O caráter da paisagem das estradas rurais de imigração italiana no sul de Santa Catarina. In: Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – desafios e perspectivas, 3., Belo Horizonte, 2014. Anais... Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Universidade Politécnica de Madri – UPM; Instituto de Estudos de Desenvolvimento Sustentável (IEDS), 2014. p.43-61.

- D'EÇA, Marco Aurélio. **Nem as férias salvam o turismo em São Luís**. Disponível em: <http://www.marcoareliodeca.com.br/2015/07/06/nem-as-ferias-salvam-o-turismo-em-sao-luis/>>. Acesso em: 02 set. 2015.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas. São Paulo: Futura, 2007.
- DIAS, Erasmo. A influência da maconha no folclore maranhense. **Revista Maranhense da Cultura I**, São Luís, n.1, p.2-11, 1974.
- DIAS, Reinaldo. **Planejamento turístico**. São Paulo: Manole, 2003a.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003b.
- DIAS, Reinaldo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.
- DYER, Larry; EDWARDS, Deborah. Sustainable tourism planning. In: LIBURD, Janne; EDWARDS, Deborah (Orgs.). **Understanding the sustainable development of tourism**. Oxford: Goodfellow, 2010.
- EC –European Commission. **Dados sobre o turismo cultural**. 2014. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/enterprise/sectors/tourism/cultural-routes/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/enterprise/sectors/tourism/cultural-routes/index_en.htm)>. Acesso em: 03 de mar. 2015.
- ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. **Servidores públicos federais: perfil 2015**. 2013. Disponível em: <<http://www.ena.gov.br/web/pt-br/estudos-ena>>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- EPI –Environmental Performance Index. **Summary for policy makers**. Disponível em: <<http://epi.yale.edu>>. Acesso em: 08 abr. 2014.
- ESPÍRITO SANTO, José Marcelo do. **Tipologia da arquitetura residencial urbana em São Luís do Maranhão: um estudo de caso a partir da Teoria Muratoriana**. 2006. 128f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2006.
- EVANS, Graeme. Hard branding the cultural city: from Padro to Prada. **International Journal of Urban and Regional Research**, Oxford: Foundation for Urban and Regional Studies; Wiley-Blackwell, v.27, n.2, p.417-440, 2003.
- FARIA, Ricardo de Moura; MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa. **História**. 3. ed. Belo Horizonte: Lê S/A, 1989.
- FERNANDES, Ivan Pereira; COELHO, Marcio Ferreira. **Economia do turismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.
- FERNANDES, João Luís Jesus. Cityscapes – símbolos, dinâmicas e apropriações da paisagem cultural urbana. **Revista Mathésis**, Coimbra, n.18, p.195-214, 2009.
- FERREIRA, Juca. **Entrevista do ex-Ministro da Cultura ao jornal Brasil Econômico em março de 2010**. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset\\_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/pais-quer-dobrar-peso-da-cultura-na-economia-306536/10883](http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/pais-quer-dobrar-peso-da-cultura-na-economia-306536/10883)>. Acesso em: 03 mar. 2015.
- FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?**. São Luís: JR, 2013.
- FERREIRA, Helder; CASSIOLATO, Martha; GONZALEZ, Roberto. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2009. (Texto para discussão 1369).

- FERREIRA, Antônio José de Araújo; SILVA, Cláudio R. M. A lógica capitalista da produção do espaço urbano de São Luís (1971 a 2003). In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 9., 2005. **Anais...** Manaus: Ed. da Universidade Federal do Amazonas, 2005. p.1-10.
- FIGUEIREDO, Margareth. (Coord.). **Relatório do inventário dos azulejos de São Luís**. São Luís: Sociedade dos Amigos do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, 2004. [CD-Rom]
- FIGUEIREDO, Margareth; VARUM, Humberto; COSTA, Aníbal. **Azulejos de fachada, em São Luís do Maranhão**. Curso de História do Azulejo Cinco Séculos de Presença em Portugal Museu Nacional do Azulejo. 2009. Disponível em: <[http://www.ebanque-pdf.com/fr\\_azulejos.html](http://www.ebanque-pdf.com/fr_azulejos.html)>. Acesso em: 02 fev. 2015.
- FIGUEIREDO, Margareth; VARUM, Humberto; COSTA, Aníbal. Patologias que afetam o sistema construtivo das edificações do século XIX em São Luís no Maranhão In: Congresso Internacional sobre Patologias e Reabilitação de Estruturas – CINPAR, 7º, Fortaleza, 2011: **Atas...** Fortaleza: Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA; Instituto de Estudos dos Materiais de Construção – IEMAC, 2011. s.p. [CD-ROM]
- FIGUEIREDO, Tayana do Nascimento Santana Campos. **Expressões e desafios do restauro arquitetônico em edificações da arquitetura luso-brasileira no Centro Antigo da cidade de São Luís (MA / Brasil)**. 2012. 251f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.
- FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, Recife: Universidade Federal do Pernambuco – UFPE, v.18, n.1, p.115-146, 2009.
- FILETTO, Ferdinando. Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo em unidades de conservação. 2007. 143f. **Tese** (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade de Lavras – UFLA, Lavras, 2007.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.[
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2009.
- FORBES. **Most visited cities in the world 2014**. Disponível em: <<http://www.forbes.com/pictures/efik45fjjik/no-2-bangkok/>>. Acesso em: 26 nov. 2015.
- FORTES, Matheus. **Casarões em situação de risco são demolidos no Comércio**. 2015. Disponível em: <http://bahia.ig.com.br/2015/05/20/casaro-es-em-situacao-de-risco-sao-demolidos-no-comercio/>. Acesso em: 19 nov. 2015.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **O Renascimento**. Rio de Janeiro: Agir; MNBA, 1978.

FREITAS, Omar. **Imagem do Centro Histórico de São Luís, Maranhão.**2013.

Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2013/10/conheca-as-cores-de-sao-luis-no-maranhao-4295352.html>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

G1 MARANHÃO. **Casarões têm risco de desabamento no Centro Histórico de São Luís:** com as chuvas, possibilidade de danos aos imóveis aumenta. 2014a.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/01/casaroos-tem-risco-de-desabamento-no-centro-historico-de-sao-luis.html>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

1. G1 MA. **Abandono do Centro Histórico chama atenção de turistas em São Luís.** 2014b. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/09/abandono-do-centro-historico-chama-atencao-de-turistas-em-sao-luis.html>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

G1 MA. **São Luís** – insegurança no centro histórico atrapalha turistas e comerciantes. 2014c. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/10/inseguranca-no-centro-historico-atrapalha-turistas-e-comerciantes.html#sthash.3c8MRDqJ.dpuf>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

G1 MA. Quem passa pelas praças do centro histórico de São Luís encontra cenário de abandono. 2015d. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/jmtv-1edicao/videos/v/quem-passa-pelas-pracas-do-centro-historico-de-sao-luis-encontra-cenario-de-abandono/3573992/>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

GALLOPÍN, Gilberto Carlos. Indicators and their use: information for decision-making. In: MOLDAN, Bedřich; BILLHARZ, Suzanne; MATRAVERS, Robyn.

**Sustainability indicators:** a report on the project on indicators of sustainable development. Chichester, GB: Willey and Sons, 1997. p.13-27.

GAMA, Aliny. **Falta de manutenção ameaça patrimônio histórico no centro de São Luís;** 70 casarões podem desabar. 2012. Disponível em:

<<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/23/falta-de-manutencao-ameaca-patrimonio-historico-no-centro-de-sao-luis-70-casaroos-podem-desabar.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. A imagem dos destinos turísticos urbanos.

**Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, Número Especial, p.1-22, 2008.

GIDDENS, Anthony. **The consequences of modernity.** Cambridge: Polity Press, 1990.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GISIGER, John Ulric. **Renovação urbana da Praia Grande.** São Luís: Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Maranhão, 1978.

GODARD, Olivier. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In:

CASTRO, Edna; PINTON, Florence. (Org.). **Faces do trópico úmido:** conceitos e

questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, 1997. p.45-58.

GODED SALTO, Mónica. **El impacto del turismo sobre el desarrollo económico: el caso de Argentina**. 1998. 425f. Tesis (Doctorado em Economía Internacional y Desarrollo) – Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad Complutense de Madrid – UCM, Madrid, 1998.

GODED SALTO, Mónica. La promoción de la actividad turística: ¿una política de desarrollo acertada? **Revista de Economía Mundial**, Madrid: Sociedad de Economía Mundial, v.7, p.111-133, 2002.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent; McINTOSH, Robert W. **Turismo: principios, prácticas e filosofías**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GONZÁLEZ, Rubén Lois; PÉREZ, Jesús Manuel González; GÓMEZ, Luis Alfonso Escudero. **Los espacios urbanos: el estudio geográfico de la ciudad y la urbanización**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2012.

GOOGLE FORMS. **Formulários de pesquisa com moradores, turistas, prestadores de serviços turísticos, administradores públicos e observadores de cenas paisagísticas de São Luís, Maranhão**. 2014-15.

GOOGLE IMAGENS. **Vista panorâmica da verticalização do bairro Renascença 2**. Disponível em: <<http://wikimapia.org/13993879/Renascen%C3%A7a>>. Acesso em: 25 set. 2015.

GOOGLE MAPS. Imagem aérea da localização da Rua Portugal no centro histórico de São Luís. 2013. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Praia+Grande+Artesanato/@-2.5291701,-44.3082264,17z/data=!3m1!4m2!3m1!1s0x7f68edd1505c21b:0x90312f18abd1b9c1?hl=pt-BR>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

GOOGLE MAPS. **Imagem aérea da Rua Portugal em São Luís, Maranhão**. 2014.

GOOGLE MAPS. **Mapa e imagem de localização de São Luís no Brasil e no estado do Maranhão**. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/place/S%C3%A3o+Lu%C3%ADs+--+MA/@-2.5606322,-44.258122,12z/data=!3m1!4b1!4m2!3m1!1s0x7f68ff06f7f6d21:0x983102e459a3de47?hl=pt-BR>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

GOOGLE MAPS. **Mapa de localização do bairro do Anil em São Luís**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Anil,+S%C3%A3o+Lu%C3%ADs+--+MA/@-2.5537732,-44.2435485,1538m/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0x7f69023d95f0565:0x541192f6d438df1c>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

GOOGLE MAPS. **Mapa de localização do bairro do Anil em São Luís**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Anil,+S%C3%A3o+Lu%C3%ADs+--+MA/@-2.5537732,-44.2435485,1538m/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0x7f69023d95f0565:0x541192f6d438df1c>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

GUERRA, João; SCHMIDT, Luísa. Da carta aos compromissos de Aalborg – sustentabilidade local em Portugal no contexto europeu. In: Seminário Internacional Experiências de Agendas 21: os desafios do nosso tempo, Ponta Grossa, 2009.

**Anais...** Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009. p.1-20.

GUILARTE, Yamilé Pérez. Diseño de um sistema integral de análisis del turismo (SIAT) em destinos patrimoniales. **Investigaciones turísticas**. n. 10, jul-dec., 2015, p. 57-75.

- HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HANAI, Frederico Yuri. **Sistema de indicadores de sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil**. 2009. 412f. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009.
- HANAI, Frederico Yuri; ESPÍNDOLA, Evaldo Luiz Gaeta. Programa de sensibilização sustentável do turismo: uma proposta para envolvimento e participação de comunidades locais. **Turismo em Análise**, São Paulo: Escola de Comunicações e Artes –ECA – da Universidade de São Paulo – USP, v.22, n.1, p.04-24, abr. 2011.
- HARDT, Letícia Peret Antunes. **Subsídios à gestão da qualidade da paisagem urbana: aplicação a Curitiba, Paraná**. 2000. 323f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2000.
- HARDT, Letícia Peret Antunes. Ecologia da paisagem: fundamentos à gestão do espaço urbano. **Olam Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, SP, v.4, n.1, p.597-612, 2004.
- HARDT, Letícia Peret Antunes. Gestão do desenvolvimento metropolitano sustentável. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, José Godinho de. (Org.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.137-149.
- HARDT, Letícia Peret Antunes. **Paisagem Planejada: efetividade dos planos diretores municipais**. 2014. 63f. Projeto de pesquisa (Edital Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Nº 14/2014 – Chamada Universal) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2014.
- HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. Contexto histórico de intervenção na paisagem e espaços urbanos. In: Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, VIII, São Paulo, 2006. **Anais...** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, 2006. p.1-9.
- HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. Contexto histórico de intervenção na paisagem e espaços urbanos. In: **Paisagem e Ambiente: Ensaios**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, n.23, p.101-107, 2007.
- HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. Desenvolvimento, cultura e cidade: uma trilogia (re)visitada. In: MEDINA, Júlio César Cabrera; BRASILEIRO, Maria Dilma Simões. (Org.). **Desenvolvimento territorial, turismo e cultura: uma abordagem multidisciplinar**. Campina Grande, PB: Editora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, 2015. p.45-74.
- HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. Gestão da paisagem e desenvolvimento turístico das cidades: estudo de caso em Curitiba, Paraná. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em

Ambiente e Sociedade – ANPPAS, V, Florianópolis, 2010. **Anais...** Florianópolis, 2010. p.1-15.

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos; DUARTE, Fábio. **Paisagem Solidária: percepções para a gestão democrática de Curitiba, Paraná.** 2009. 245f. Relatório de pesquisa (Edital Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Nº 02/2006 – Chamada Universal) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2009.

HARDT, Letícia Peret Antunes; CARVALHO, Guilherme Ribeiro; AFONSO, Taís Maros; HARDT, Carlos. Grandes Projetos Urbanos: impactos do Plano Serete sobre a morfologia e a paisagem do ambiente construído de Curitiba, Paraná. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade – ANPPAS, IV, Brasília, 2008. **Anais...** Brasília, 2008. p.1-18.

HAVAS, Francisco Ignácio. **Planejamento para o desenvolvimento do turismo.** Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, 1981. Mimeografado. HAYLLAR, Bruce; EDWARDS, Deborah; GRIFFIN, Tony; ALDRIGUI, Mariana. **Turismo em cidades: espaços urbanos, lugares turísticos.** Rio de Janeiro: Campus, 2011.

HORODYSKI, Graziela Scalise; MANOSSO, Franciele Cristina; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. O consumo de *souvenirs* e a experiência turística em Curitiba (PR). **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro: Instituto Virtual do Turismo – Rio de Janeiro – IVT-RJ, v. 12, n. 3, p. 323-342, dez., 2012.

HUGONY, Cecilia; CLADERA, Josep Roca. **Indicadores para la evaluación de la ciudad histórica. Architecture, City and Environment – ACE**, Barcelona: Centre de Política del Sòl i Valoracions – U niversitat Politècnica de Catalunya – UPC, año III, n.8, p.219-238, sept. 2008.

2. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nº de servidores públicos municipais subiu 66,7% em 13 anos. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tudo-sobre/ibge/>>. Acesso em: 30 out. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso: 23 maio 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=211130&idtema=103&search=maranhao%7Csao-luis%7Cproduto-interno-bruto-dos-municipios-2010>>. Acesso: 03 mar 2015.

2.1. ICE-MA – Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão. **Preservar é preciso: as urgências do centro de São Luís.** 2015. Disponível em: <<http://www.nossasaoluis.org.br/site/2015/01/28/preservar-e-preciso-as-urgencias-do-centro-historico-de-sao-luis/>>. Acesso em: 24 ago. 2015.



3. IDIFUSORA. **Bom dia Maranhão: turistas reclamam de insegurança no centro histórico.** Disponível em: <<http://www.idifusora.com.br/2015/07/29/bom-dia-maranhao-turistas-reclamam-de-inseguranca-no-centro-historico/>>. Acesso em: 02 set. 2015.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo.** 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IMESC-MA – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, Índice de desenvolvimento municipal. Disponível em: <<http://www.imesc.ma.gov.br/index.php/publicacoes/132/showCategory/60/%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Municipal>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

IMIRANTE. **Inaugurada sede da CPTUR e Delegacia de Turismo.** 2014.

Disponível em: <<http://imirante.com/mobile/sao-luis/noticias/2014/10/14/inaugurada-nova-sede-cptur-e-delegacia-de-turismo.shtml>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

INFRAMERICA. Estatísticas de voos. Disponível em: <<http://www.natal.aero.br/o-aeroporto/estatisticas/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. Anuário estatístico operacional. 2015. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/estatistica-dos-aeroportos.html>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

INSKEEP, Edward. **Tourism planning: an integrated and sustainable development approach.** New York: Reinhold, 1991.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.** Brasília, DF, 2006.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Paisagem cultural brasileira.** Brasília, DF, 2011.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **São Luís, Maranhão.** Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do;jsessionid=3683C85B58958514801759261F3F123E?id=18089&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

JAÉN ÁVILA, Juan Maria Aspectos socioeconômicos y educativos en el turismo.

1999. In: SILVA, J. A. S. O turismo como atividade econômica: enfoque de demanda x enfoque de oferta. **TurYDes**, v. 01, n. 1, outubro, 2007.

JAFARI, Jafar. “Modelos del turismo: los aspectos socioculturales”, em **Lagunas, D. (coord.):** Antropología y Turismo. Claves Culturales y Disciplinarias. México: Plaza y Valdés, 2007.

JONES, Michael. Two fires and two landscapes – a tale of two cities. **Fennia**, Helsinki: Geographical Society of Finland, v.188, p.123-136, 2010.

JORNAL DO DIA. **São Luís e patrimônio.** São Luís, 4 jun. 1968. p.18

JUSBRASIL. **Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Artigo+216+da+Constitui%C3%A7%C3%A3o+Federal+de+1988>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

- KAMALEÃO. Imagem da Península da Ponta D'areia. 2014. Disponível em: <<http://kamaleao.com/saoluis/4535/praiado-espigao-costeiro-ponta-dareia>>. Acesso em: 10 maio 2015.
- KAPIASSA, João Baptista Luemba. **Visão do turismo internacional no contexto angolano**. Luanda: Elise, 2014.
- KARSKI, Andy. Urban tourism: a key to urban regeneration? **The Planner**, London: Royal Town Planning Institute, v.76, n.13, p.15-17, 1990.
- KELLY, Ian. Áreas funcionais turísticas dentro da forma urbana: relações com a cidade. In: HAYLLAR, Bruce et al. Turismo em cidades: espaços urbanos, lugares turísticos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, cap 5.
- KÖHLER, André Fontan; DURAND, José Carlos Garcia. Turismo cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências. **Revista Visão e Ação**. Balneário Camboriú: Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI v.9, n.2, p.185-198, maio/ago, 2007.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão: corpo e alma**. São Luís: Santa Marta, 2012.
- LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do turismo**. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2004.
- LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 1993.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5.ed. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2003.
- LEITE; Carolina Maria de Araújo Martins Silva ;RAMOS, Tânia Beisl. A cidade que parou no tempo morfologias urbanas e características arquitetônicas de Portugal no Brasil. O estudo do Centro Histórico de São Luís do Maranhão 2012. Disponível em: <[https://upcommons.upc.edu/revistes/bitstream/2099/14119/1/001\\_Leite\\_Carolina.pdf](https://upcommons.upc.edu/revistes/bitstream/2099/14119/1/001_Leite_Carolina.pdf)>. Acesso em: 16 mar 2014.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2008.
- LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2010. (Coleção Primeiros Passos; 51).
- LEMOS, Leandro de. **Turismo que negócio é esse?** São Paulo: Papirus, 2001.
- LEMOS, Leandro de. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. São Paulo: Aleph, 2005.
- LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson L. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000
- LIHTNOV, Dione Dutra; VIEIRA, Sidney Gonçalves. Paisagem, turismo e planejamento urbano: o potencial dos centros históricos como atratividade turística: um estudo sobre a paisagem da cidade de Pelotas, RS. In: Congresso de Iniciação Científica (CIC), XIX; Encontro da Pós-Graduação (ENPOS), XII, Pelotas, 2010.
- Anais...** Pelotas: Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, 2010. p.1-4.

LIMA, Carlos de. **Caminhos de São Luís** (ruas, logradouros e prédios históricos). São Paulo: Siciliano, 2002.

LIMA, Viana de. São Luís. **Relatório e propostas para a conservação, recuperação e expansão**. São Luís: Setor Pesquisa e Documentação do \*\*\* - PPRCHSL, 1973.

LOBATO, Fabiana Mendes. **Descentralização das políticas públicas de turismo: a municipalização do turismo no Maranhão**. 2001.\*\*\*f.Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes – ECA – da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2001.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. Teoria do turismo: conceito, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.

LOPES, José Antônio Viana. (Org.). **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes; Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

LOPES, Sérgio Dominique Ferreira; MAIA, Sancha Catarina Frazão; BOUBETA, Antonio Rial. Segmentação de mercado com base nas referências dos turistas: uma aproximação multivariada. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR, v.4, n.2, p.49-63, ago. 2010.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Olhares contemporâneos sobre o turismo. Campinas: Papirus, 1998, cap. 5.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MADERUELO, Javier. El paisaje urbano. **Revista Estudios Geográficos**, Madrid: Instituto Juan Sebastián Elcano del Consejo Superior de Investigaciones Científicas – CSIC, LXXXI, n.269, p.575-600, 2010.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MAMEDE, Pietro Sisi. **Modelo interdisciplinar de Jafar Jafari**. 2013. Disponível em: <<http://prezi.com/wmucrurb0rt/jafar-jafari-modelo-interdisciplinar-de/>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

MARAMAZON. **Mapa turístico de São Luís**. Disponível em: <[http://www.maramazon.com/pontos\\_turisticos.php?ptu\\_id=43](http://www.maramazon.com/pontos_turisticos.php?ptu_id=43)>. Acesso em: 10 maio 2015.

MARANHÃO. Lei Estadual Nº 5.082, de 20 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a proteção cultural do estado do Maranhão e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Maranhão**, Poder Executivo, São Luís, MA, 20 dez. 1990.

MARANHÃO. Governo do Estado. Reviver. Brasília: Senado Federal, 1994.

MARANHÃO. Governo do Estado **Documento: proposta do Governo do Estado do Maranhão para Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO**. 2.v. São Luís, 1997.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Plano Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão: Plano Maior 2020 – Relatório final**. São Paulo: Chias Marketing, 2012.

MARANHÃO. Secretaria de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico. **Bens tombados no Maranhão**: tombamentos estaduais. São Luís, 1987.

MARANHÃO Secretaria de Turismo. **São Luís**: expressão do Maranhão. Disponível em: <[http://www.turismo.ma.gov.br/pt/polos/sao\\_luis/festas.htm](http://www.turismo.ma.gov.br/pt/polos/sao_luis/festas.htm)>. Acesso em: 21 jun. 2013.

MARQUES, César. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon; Seleta, 1970.

MARQUES, José Roberto. **Meio ambiente urbano**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MARTÍN, Manuel Antonio Zárate. Paisaje, forma y turismo em ciudades históricas. **Estudios Geográficos**, Madrid: Instituto Juan Sebastián Elcano del Consejo Superior de Investigaciones Científica– CSIC, v.LXXIII, p.657-694, jul.-dec., 2012.

MARTINS, Ananias. **São Luís**: fundamentos do patrimônio cultural, séculos XVII, XVIII e XIX. São Luís: San Luiz, 1999.

MARTINS, José Clerton de O.; CORIOLANO, Luzia Neide. Ceará turístico: identidades e identificações entre sertão e o mar. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 9, n. 1, 2009, p. 105-116.

MARTINS, JOSÉ REINALDO. **Imagem da Lagoa da Jansen**. 2013. Disponível em: <<http://www.blogsoestado.com/uniblog/2013/09/30/uniceuma-e-sema-farao-acoesa-na-lagoa-da-jansen/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

MARUJO, Maria Noémi. **Turismo e comunicação**. Castelo Branco: RVJ, 2008.

MCMV – MINHA CASA MINHA VIDA. Disponível em: <<http://www.minhacasaminhavidainscricao.com/> 2015>. Acesso em: 10 maio 2015.

MEADOWS, Donella. **Indicators and information systems for sustainable development**. Hartland: The Sustainability Institute, 1998.

MEIRELES, Mário Martins. **França equinocial**. São Luís: Editora do Serviço Social do Comércio do Maranhão – SESC-MA; Civilização Brasileira, 1982.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001

MEIRELES JÚNIOR. **Sobre São Luís**: imagem aérea do centro histórico. 2014.

Disponível em: <<http://www.studiomeirelesjunior.com/#!sobre-1/c1hod>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

MENDES, Eluziane; QUINTILIANO, Aridenio; CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. A formação socioeconômica do litoral cearense. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **Turismo e a relação sociedade-natureza**: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará – EDUECE, 2007, p.57-71.

MENDES, Norma Musco. Império e romanização: estratégias, dominação e colapso. **Revista Brathair**, São Luís: Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, v.1, p.25-48, 2007.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandrini; CRUZ, Rita de Cássia Arizada. (Org.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1999. p.88-99.

- MENEZES, Jose Newton Coelho. **História e turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. In: **Intelectuais à brasileira**. São Paulo, Cia. das Letras, 2001, pp. 357-368.
- MICHELIN, Simone. Aveso do avesso. In: ANDRADE, Rubens de; TERRA, Carlos (Org.). **Aveso da paisagem: percepção artístico-urbano e dimensão socioespacial**. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2012. p.169-178.
- MIDDLETON, Victor T. C. **Marketing de turismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- MIDDLETON; Victor T. C.; CLARKE, Jackie. **Marketing in travel tourism**. 3.ed. London: Butterworth Heinemann, 2001.
- MIRANDA, Derci Sá Menezes. **Praia Grande: uma trajetória da função portuária aos usos atuais**. 2005. 98f. Monografia (Especialização em História do Maranhão) – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, São Luís, 2005.
- MITULA IMÓVEIS. **Imagem do condomínio eco park iv**. Disponível em: <<http://imoveis.mitula.com.br/imoveis/apartamentos-1-quartos-condominio-fechado-maranh%C3%A3o/4>>. Acesso em: 01 abr. 2015.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- MOLIN, Elisiane Dondé Dal; OLIVEIRA, Josildete Pereira de. Paisagem urbana e uso turístico: revitalização da Rua Hercílio Luz em Itajaí (SC). **Revista Eletrônica Turismo Cultural**, São Paulo: Escola de Comunicações e Artes – ECA – da Universidade de São Paulo – USP, v.2, n.1, p.1-22, 2008.
- MOLINA. Sérgio. **O pós-turismo**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2003.
- MORAES, Cláudia Corrêa de Almeida. Turismo: segmentação de mercado – um estudo introdutório. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). **Turismo: segmentação de mercado**. 6.ed. São Paulo: Futura, 2004. p.13-33.
- MORAES, José de. **História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará [1759]**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1987.
- MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira, 2003.
- MOTA, Keila Cristina Nicolau. **Marketing turístico: promovendo uma atividade sazonal**. São Paulo: Atlas, 2001.
- MPF-MA – Ministério Público Federal – Maranhão. **MPF/MA quer garantir direito à acessibilidade em centro histórico de São Luís**. 2015. Disponível em: <[http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy\\_of\\_direitos-do-cidadao/mpf-ma-quer-garantir-o-direito-a-acessibilidade-no-centro-historico](http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_direitos-do-cidadao/mpf-ma-quer-garantir-o-direito-a-acessibilidade-no-centro-historico)>. Acesso em: 14 nov. 2015.
- MP-MA – Ministério Público do Maranhão. **Cidade**. 2014. Disponível em: <<http://jornalpequeno.com.br/2014/03/12/suspensao-decreto-que-alterava-classificacao-parque-estadual-da-lagoa-da-jansen/>>. Acesso em: 13 nov. 2015.
- MTUR – Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado**. Brasília, 2010.

MTUR – Ministério do Turismo. Plano nacional de turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016. Brasília, DF, 2012.

MTUR – Ministério do Turismo. **Índice de competitividade do turismo nacional:** destinos indutores de desenvolvimento turístico regional. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2013.

MTUR – Ministério do Turismo. **Dados e fatos:** estudos, pesquisas e dados sobre o setor do turismo. Disponível em:

<<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

MTUR – Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo:** o turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016. Brasília, DF, 2012.

MTUR– Ministério do Turismo. Turismo vai injetar R\$: 274 milhões na economia do Maranhão. Disponível em:

<<http://www.mercadoeventos.com.br/site/noticias/view/115682/turismo-vai-injetar-2745-milhoes-na-economia-do-maranhao-em-2015>>. Acesso em: 25 out. 2015.

MUELLER , Charles Curt; TORRES, Marcelo de Oliveira; MORAIS, Maria da Piedade. **Referencial básico para a construção de um sistema de indicadores urbanos.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 1997.

MULLINS, Patrick. Tourism urbanization. **International Journal of Urban and Regional Research**, Oxford: Foundation for Urban and Regional Studies; Wiley-Blackwell, v.15, n.3, p.326-342, 1991.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MUNIZ, Carlos Mauro Nunes. **Rua do giz:** breve passeio pelos paralelepípedos da história. 2005. 89f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís: 2005.

MUÑOZ DE ESCALONA, Francisco. Teoría y práctica de la sostenibilidad en el turismo. En **Contribuciones a la Economía**, abril 2005.

NOBERTO, Antônio. **A influência francesa em São Luís:** uma oportunidade de segmentação do mercado turístico local. São Luís: Editora do Centro Universitário do Maranhão – EDICEUMA, 2004.

NOGUEIRA RIOS. **Imagem do projeto arquitetônico do condomínio eco parkiv.** Disponível em: <<http://www.nogueirarios.com.br/empreendimentos/9-condominio-eco-park-vi>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

NORONHA, Raquel Gomes. A porta de entrada do turismo: a construção do patrimônio-higienizador na feira da Praia Grande (São Luís, MA). In: Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais XI, Salvador, 2001. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia – UFBA. 2011.

NOVO conceito. O que é desenvolvimento sustentável. Disponível em:

<[http://www.unb.br/porta/temas/desenvolvimento\\_sust/o\\_que\\_e.php](http://www.unb.br/porta/temas/desenvolvimento_sust/o_que_e.php)>. Acesso em: 04 jun. 2013.

O ESTADO DO MARANHÃO. **Título da notícia em negrito.** São Luís, n. 8951, 1988. p.1.

3.1. O ESTADO DO MARANHÃO. **Fluxo de turistas nos 400 anos de São Luís**

**deverá ser recorde.** Disponível em: <<http://www.guiasaoluis.com.br/ver.asp?pagina=963>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

O IMPARCIAL. **Ponte é inaugurada em São Luís.** São Luís, 23 fev. 1970. p.9.

**3.2. O IMPARCIAL. Edição especial remonta histórias e debate problemas e soluções da capital maranhense** – centro histórico é responsabilidade de todos, diz Subprefeito. 2015. Disponível em: <[http://www.oimparcial.com.br/index.php?id=/\\_templates/mobile/materia.php&xml=/\\_conteudo/2015/09/mais/especiais/sao\\_luis\\_403\\_anos/179890-centro-historico-responsabilidade-de-todos-diz-subprefeito.html](http://www.oimparcial.com.br/index.php?id=/_templates/mobile/materia.php&xml=/_conteudo/2015/09/mais/especiais/sao_luis_403_anos/179890-centro-historico-responsabilidade-de-todos-diz-subprefeito.html)>. Acesso em: 14 set. 2015.

OLIVEIRA, Fernando Vicente de. **Capacidade de carga nas cidades históricas.** Campinas: Papirus, 2003.

OLIVEIRA, Josildete Pereira de; ANJOS, Francisco Antônio dos; LEITE, Fabiana Calçada de Lamare. O potencial da paisagem urbana como atratividade turística: um estudo sobre a paisagem de Brasília – DF. **Revista Interações**, Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, v.9, n.2, p.159-169, jul./dez. 2008.

OLIVEIRA, Josildete Pereira de; FERNANDES, Diogo Lüders; STACH, Claudia. A paisagem urbana como recurso turístico: um estudo da paisagem edificada em Irati–PR enquanto atrativo turístico. **Revista Visão e Ação**, Balneário Camboriú: Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, v.9, n.1, p.83-94, jan.-abr.2007.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A Conferência do Rio de Janeiro – 1992 (Eco-92): reflexões sobre a geopolítica do desenvolvimento sustentável.** 2012. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT15-170-31-20120626115525.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

OLIVEIRA, Livia; MACHADO, Livia Marion Calderini Philadelpho; WANDERLEY, Vernaide; MENESSE, Eugênia. **A percepção da paisagem como metodologia de investigação geográfica.** Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal2/Teoriaymetodo/Metodologicos/10.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio:** um guia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2008.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Porto Alegre: Bookman, 2003.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Panorama do turismo internacional em 2009.** Brasília, 2011.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Perspectivas da urbanização mundial.** 2014. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wup/>>. Acesso em: 26 fev. 2015

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. As paisagens urbanas do mundo do consumo: suas imagens e representações. In: Encontro Nacional de Geógrafos, Porto Alegre, 2010. **Anais...** Porto Alegre. 2010.

- OSSL – Observatório Social de São Luís. **Indicadores sociais**. 2013. Disponível em: <[http://nossasaoluis.org.br/slz2014/area\\_06\\_.html](http://nossasaoluis.org.br/slz2014/area_06_.html)>. Acesso em: 16 nov. 2015.
- PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 6.ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- PALENZUELA, Salvador Rueda. **Modelos e indicadores para ciudades más sostenibles**: taller sobre indicadores de huella e calidad ambiental urbana. Barcelona: Fundación Forum Ambiental; Departament de Medi Ambient de la Generalitat de Catalunya, 1999.
- PALOMO, Manuel Figuerola. **Teoría económica del turismo**. Madrid: Alianza, 1990.
- PANOSSO NETTO, Alexandre; ABSARAH, Marília. Segmentação em turismo: panorama atual. In PANOSSO NETTO, Alexandre; ANSARAH, Marília (orgs.). Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas. São Paulo: Manole, 2009.
- PANOSSO NETTO, Alexandre; GAETA, Cecília. (Org.). **Turismo de experiência**. São Paulo: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, 2010.
- PANOSSO NETTO, Alexandre; NECHAR, Marcelino Castillo. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR, v.8, n.1, p.120-144, jan./mar. 2014.
- PARKER, Patricia L.; KING, Thomas F. **Guidelines for evaluating and documenting traditional cultural properties**. U.S. Department of the Interior; National Park Service; National Register, History and Education; National Register of Historic Places, 1998.
- PEARCE, P.L., MOSCARDO, G.M., & Ross, G.F. **Tourism community relationships**. Oxford: Pergamon Press, 1996.
- PEDERSEN, Arthur. **Managing tourism at world heritage sites**: a practical manual for world heritage site managers. Paris: World Heritage Centre – WHC – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, 2002. (Série World Heritage Manuals, 1)
- PEREIRA, Cássio Avelino Soares. Políticas públicas no setor do turismo. **Turismo em Análise**, São Paulo: Escola de Comunicações e Artes –ECA – da Universidade de São Paulo – USP, v.10, n.2, nov. 1999.
- PEREIRA, Lorraine Thomaz; MURTA, Rachel Sant’Anna. Antropologia urbana e turismo: um exercício de interpretação. **E-civitas**, Belo Horizonte: Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH, v.I, n.1, p.1-17, nov. 2008.
- PÉREZ, Xerado Pereiro. Turismo cultural: uma visão antropológica. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural – RTPC**. Tenerife: Aca y Pasos, n.2; p.1-324, 2009.
- PETROCCHI, Mário. **Turismo**: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 2002.
- PIMENTEL, Emanuelle de Melo. **Estratégias para a gestão da sazonalidade**: a oferta turística algarvia. 2008. 164f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento do Turismo) – Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal, 2008.
- PIO, Leopoldo Guilherme. Musealização e cultura contemporânea. In: BITTENCOURT, José Neves; CHAGAS, Mário (Orgs.) **Musas**: Revista Brasileira de



Museus e Museologia, Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, n.2., 2006, p.48-57.

PINTO, Antônio Carlos Brasil. **Turismo e meio ambiente: aspectos jurídicos.** Campinas: Papirus, 1998.

PIPEROGLU, John. Identification and definition of regions in Greek tourist planning. Regional Science Association: **Papers XVIII Vienna Congress**, 1967.

PMSL – Prefeitura Municipal de São Luís. Uma leitura da cidade: parte 2. 2000.

Disponível em: <

[http://www2.saoluis.ma.gov.br/politicaurbana/download/biblioteca/leitura\\_cidade\\_pdf/saoluisumaleituradacidade\\_parte2\\_pag28a47.pdf](http://www2.saoluis.ma.gov.br/politicaurbana/download/biblioteca/leitura_cidade_pdf/saoluisumaleituradacidade_parte2_pag28a47.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2015.

PMSL – Prefeitura Municipal de São Luís. **Plano Diretor de Iluminação Pública de São Luís.** São Luís, 2006.

PMSL – Prefeitura Municipal de São Luís. **Plano Municipal de Saneamento Básico.** São Luís, 2011.

PMSL – Prefeitura Municipal de São Luís. **O município.** Disponível em:

<<http://www.saoluis.ma.gov.br/Municipio.aspx>>. Acesso em: 23 mar. 2014a.

PMSL – Prefeitura Municipal de São Luís. **Aliança pela revitalização do Centro Histórico de São Luís.** 2014b. Disponível em: <

<http://elo.com.br/portal/noticias/ver/221055/alianca-pela-revitalizacao-do-centro-historico-de-sao-luis-.html>>. Acesso em: 02 set. 2015.

PMSL – Prefeitura Municipal de São Luís. **Uma leitura da cidade.** 2006. Disponível em:

<[http://www2.saoluis.ma.gov.br/POLITICAURBANA/download/biblioteca/leitura\\_cidade\\_pdf/saoluisumaleituradacidade\\_parte2\\_pag28a47.pdf](http://www2.saoluis.ma.gov.br/POLITICAURBANA/download/biblioteca/leitura_cidade_pdf/saoluisumaleituradacidade_parte2_pag28a47.pdf)>. Acesso em: 09 fev. 2015.

PMSL – Prefeitura Municipal de São Luís. **Prefeitura realiza seminário Gestão Compartilhada para o Centro Histórico.** 2015a. Disponível em:

<<http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/9542/>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

PMSL – Prefeitura Municipal de São Luís. **Prefeitura de São Luís conclui**

**instalação de 34 placas de sinalização turística.** 2015b. Disponível em:

<<http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/9647/>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

PMSL – Prefeitura Municipal de São Luís. **Prefeitura prossegue com ações para revitalização do centro histórico.** 2015c. Disponível em:

<<http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/7361/>>. Acesso em: 01 set. 2015.

PMSL – Prefeitura Municipal de São Luís. **Prefeitura esclarece estrutura e funcionamento de subprefeituras.** 2015d. Disponível em:

<<http://agenciasaoluis.com.br/noticia/7239/>>. Acesso em 01 set. 2015.

PMSL – Prefeitura Municipal de São Luís. **Prefeitura e Governo do Estado lacram casarões no centro histórico.** 2015e. Disponível em:

<<http://agenciasaoluis.com.br/noticia/2996/>>. Acesso em: 02 set. 2015.

PMSL – Prefeitura Municipal de São Luís. **Prefeitura de São Luís apresenta ações para fomentar o turismo.** 2015f. Disponível em:

<<http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/15007/>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

POLONSKY, Michael Jay. An introduction to green marketing. **Electronic Green Journal**, Los Angeles: University of California – UCLA, v.1, n.2, s.p., nov. 1994.

- PORTA, Paula. **Economia da Cultura**: um setor estratégico para o País. Global Entertainment and Media Outlook , 2004 – 2008.
- QUEIROGA, Eugenio Fernandes; BENFATTI, Denio Munia. Entre o nó e a rede, dialéticas espaciais contemporâneas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, v.9, n.1, p.41-52, maio 2007.
- QUEVEDO, Mariana. Os impactos das tecnologias da informação e comunicação no turismo. In: QUEVEDO, Mariana (Org.) **Turismo na era do conhecimento**. Florianópolis: Pandion, 2007. p.17-30.
- RABAHY, Wilson Abrahão. **Turismo e desenvolvimento**: estudos econômicos e estatísticos no planejamento. Barueri: Manole, 2003.
- RAMOS, Albani. **Turismo São Luís**. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/turismosaoluis/7310556616/sizes/h/in/photostream/>>. Acesso em: 26 nov. 2015.
- RAZZOLINI FILHO, Edelvino. ZARPELON, Márcio Ivanor. **Dicionário de administração de A a Z**. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2006.
- REIS FILHO, Nestor Gular. **Imagens das vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2000. (CD-Rom)
- REIS, José Ribamar de Sousa. **Feira da Praia Grande**. São Luís: Augusta, 1982.
- REJOWSKI, Miriam: **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.
- RESENDE, Thiago. **Capital eleva região metropolitana de São Luís em ranking de educação**. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3793000/capital-eleva-regiao-metropolitana-de-sao-luis-em-ranking-de-educacao>>. Acesso em: 13 ago. 2015.
- RIBEIRO, Geyza Antônia de Souza; SANTOS, Saulo Ribeiro dos; SANTOS, Protásio César dos. Turismo e cultura: percepção dos ludovicenses sobre identidade cultural da cidade de São Luís (MA). **Revista Visão e Ação**, Balneário Camboriú: Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, v.16, n.3, p.1-15, set-dez., 2014.
- RIBEIRO, Wagner Costa; FERREIRA, Simone Raquel. Turismo e desenvolvimento sustentável. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira (Org.) **Turismo com ética**. 2.ed. Fortaleza: Editora da Universidade do Ceará – EDUCE, 1998, p.302-310.
- RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís**: 1612-1991. 2.ed. São Luís: Fundação Municipal de Cultura – FUNC, 2001.
- ROBERTSON, Roland. Glocalization: time-space and homogeneity-heterogeneity". In: FEATHERSTON, Mike. [et al]. **Global Modernities**. London: Polity Press, 1995.
- RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastreri. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 2000.
- RODRIGUES, Diego de Freitas. Avaliação do índice de desempenho ambiental (IDA): recurso metodológico na pesquisa em política comparada. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS, 5, Florianópolis, 2010. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2010. p.1-16.

- RODRIGUES, José Washt. **A casa de moradia no Brasil antigo**. Arquitetura Civil I. São Paulo: Ministério da Educação e Cultura – MEC, 1975.
- RODRIGUES, Léa Regina Faro Pereira. Foto da ponte José Sarney – centro histórico e cidade nova, 2014. Disponível em: <<http://passeioseviagensl.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 02 maio 2015.
- RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da. A classificação das paisagens a partir de uma visão geossistêmica. **Mercator – Revista de Geografia**, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – UFC, ano 1, n.1, p.95-112,2002.
- RUBENS, Paulo. **Imagem da ponte José Sarney em São Luís**. 2011. Disponível em: <[http://tyba.com.br/br/resultado/?busca=Ponte%20Jos%C3%A9%20Sarney&pag=0#registro-cd222\\_223.JPG](http://tyba.com.br/br/resultado/?busca=Ponte%20Jos%C3%A9%20Sarney&pag=0#registro-cd222_223.JPG)>. Acesso em: 25 set. 2015.
- RUBIM, Antonio Albino.Canelas.Espetáculo. In: RUBIM, Antonio Albino.Canelas.(Org.) **Cultura e atualidade**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia – EDUFBA, 2005.p.11-28.
- RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 16.ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.
- SAKATA, Francine Gramacho. **Paisagismo urbano: requalificação e criação de imagens**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2011.
- SANTOS, Gervásio Protásio. **Imagem do bairro Renascença 2**. 2015.
- SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral: calculadora on-line**. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 19 mar. 2015.
- SANTOS, Protásio César dos. **Discurso da mídia impressa sobre a implantação da Alcoa Mineração S.A. em São Luís, Maranhão**. 2010.369f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2010.
- SANTOS, Saulo Ribeiro dos. **Turismo sustentável a partir da implantação do Plano Integral de Desenvolvimento do Turismo do Maranhão: o caso do município de Cururupu**. 2006. 178f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial) – Universidade Estácio de Sá – UNESA, Rio de Janeiro, 2006.
- SANTOS, Saulo Ribeiro dos. Políticas públicas e suas contribuições para o desenvolvimento turístico do Maranhão. **Itinerários**, São Luís: Universidade Federal do Maranhão – UFMA, v.3, p.95-104, 2008.
- SANTOS, Saulo Ribeiro dos. **Imagem da Igreja da Sé**. 2014a.
- SANTOS, Saulo Ribeiro dos. **Imagem do Palácio dos Leões**. 2014b.
- SANTOS, Saulo Ribeiro dos. **Vista de casarões e sobrados no centro histórico de São Luís**. 2014c.
- SANTOS, Saulo Ribeiro dos. **Imagem da Rua Portugal no centro histórico de São Luís**. 2014d.
- SANTOS, Saulo Ribeiro dos. **Imagem dos detalhes dos azulejos revestidos nas fachadas dos prédios na Rua Portugal no centro histórico de São Luís**. 2014e.
- SANTOS, Saulo Ribeiro dos. **Imagem do bairro da Ponta D'areia em São Luís**. 2015.

- SANTOS, Saulo Ribeiro dos; HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos; SANTOS, Protásio César dos. Transformações da paisagem urbana do bairro Renascença II em São Luís (MA) sob a ótica dos moradores. In: MATTOS JÚNIOR, José Sampaio de; SANTOS, Protásio César dos. (Org.) **Desenvolvimento socioespacial: novos olhares**. São Luís: Editora da Universidade Estadual do Maranhão – EDUEMA, 2013. p.201-220.
- SANTOS, Saulo Ribeiro dos; LORÊDO, Carolina Diniz. A Casa das Tulhas e a Feira da Praia Grande: produto turístico em São Luís, MA. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul: Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul – UCS, v.5, p.485-496, jul.-set. 2013.
- SANTOS, Cleon Ricardo dos; HARDT, Letícia Peret Antunes. Qualidade ambiental e de vida nas cidades. In: GONZALES, Suely Franco Netto; FRANCISCONI, Jorge Guilherme; PAVIANI, Aldo. **Planejamento & urbanismo na atualidade brasileira: objeto, teoria e prática**. São Paulo; Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013. p.151-168.
- SLZCVB – São Luís Convention & Vistors Bureau. **Mantenedores**. Disponível em: < <http://www.visitesaoluis.com/mantenedores>>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- SÃO LUÍS. Decreto Municipal Nº 29.874, 13 de março de 2007. Altera o Decreto Nº 25.441, de 15 de agosto de 2003, que dispõe sobre a instalação do Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de São Luís**, Poder Executivo, São Luís, MA, 13 mar. 2007.
- SÃO LUÍS. Lei Municipal Nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solourbano e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de São Luís**, Poder Executivo, São Luís, MA, 30 dez. 1992.
4. SÃO LUÍS. Lei Municipal Nº 4.127, de 23 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a criação do Instituto Municipal da Paisagem Urbana – IMPUR, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de São Luís**, Poder Executivo, São Luís, MA, 23 dez. 2002.
- SÃO LUÍS. Lei Municipal Nº 4.669, de 11 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de São Luís e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de São Luís**, Poder Executivo, São Luís, MA, 13 out. 2006.
- SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento. **São Luís: Plano Plurianual 2010-2013**. São Luís, 2009.
- SÃO LUÍS. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. São Luís, 2011.
- SCOTT, N.; COOPER, Chris. P. Innovation for sustainable urban tourism: some thoughts on best practice', **Review of Public Administration**, v. 44, n. 5, 2010, p. 1171-1190.
- SETUR-MA – Secretaria Estadual de Turismo do Maranhão. **Plano Maior 2020: plano estratégico de turismo do estado do Maranhão – relatório final**. São Paulo: Chias Marketing, 2012.

4.1.1. **SETUR-MA – Secretaria Estadual de Turismo do Maranhão. Ações do governo reaquecem fluxo turístico no Maranhão. 2015.** Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/acoes-do-governo-reaquecem-fluxo-turistico-no-maranhao/>>. Acesso em 13 nov. 2015.

SETUR-SLZ – Secretaria Municipal de Turismo de São Luís. **Pesquisa de turismo receptivo / festa junina:** relatório. São Luís, jun. 2014.

SETUR-SLZ – Secretaria Municipal de Turismo de São Luís. **Projetos.** Disponível em: <[http://www.saoluis.ma.gov.br/subportal\\_subpagina.asp?site=1248](http://www.saoluis.ma.gov.br/subportal_subpagina.asp?site=1248)>. Acesso em: 16 nov. 2015.

SERRA, Geraldo Gomes. **Pesquisa em arquitetura e urbanismo:** guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP; Mandarim, 2006.

SHARMA, J. K. **Tourism, planning and development:** a new perspective. New Delhi: Kanisha, 2000.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2012.

SILVA, Jorge Antônio Santos. O turismo como atividade econômica: enfoque de demanda *versus* enfoque de oferta. **Revista Turismo y Desarrollo Local Sostenible – TURyDES**, La Habana: Red Académica Iberoamericana Local-Global, v.1, n.1, p.01-15, out. 2007.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro.** 4.ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA, Luís. Os impactos locais do turismo. **Tourism & Management Studies**, Algarve: Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, n.3, p.86-96, 2007.

SILVA, Maria da Glória Lancida. **Cidades turísticas:** identidades e cenários de lazer. São Paulo: Aleph, 2004.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Arquitetura luso brasileira no Maranhão.** 2.ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SIMONIAN, Lúcia Lopes; PINTO, Paulo Moreira; CAMPOS, Raul Ivan Raiol de. **Unidades de conservação em Martírios / Andorinhas:** perspectivas ambientais, socioeconômicas, culturais e turísticas. Belém, 2007.

SIMPSON, Fiona. Tourist impact in the historic centre of Prague: resident and visitor perceptions of the historic built environment. **The Geographical Journal**, London: Royal Geographical Society; Wiley-Blackwell, v.165, n.2, p.173-183, jul. 1999.

SKYSCRAPERCITY. **Imagem do Rio Anil em São Luís.** 2010. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=968868>>. Acesso em: 10 maio 2015.

SMITH, Anthony D. Para uma cultura global. In: FEATHERSTONE, Mike. **Cultura Global.** Petrópolis: Vozes, 1999.

- SOARES, Zeca. **Melhorias no centro histórico**. 2015. Disponível em: <<http://www.blogsoestado.com/zecasoares/tag/centro-historico/>>. Acesso em: 14 set. 2015.
- SOLHA, Karina. **Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil**. 2004. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2004.
- SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação. **Plano de Desenvolvimento do Cluster de Turismo de São Luís**: versão final. São Luís, 2011.
- STATHAM, Kathryn. **Cornwall landscape character: best practice guide**. Cornwall: Cornwall Council, 2011. Disponível em: <<http://www.cornwall.gov.uk/default.aspx?page=28967>>. Acesso em: 14 nov. 2015.
- STH - SECRETARIA DE TURISMO DE HOLLYWOOD. Disponível em: <<http://pt.visithollywoodfl.org/enpt/dvisithollywoodfl/press/PressKits/HOT-FactSheet1.aspx>>. Acesso em: 25 abr. 2015.
- STOKES, Philip. **Os 100 pensadores essenciais da filosofia**. São Paulo: Difel, 2012.
- STF – Supremo Tribunal Federal. **A constituição e o supremo**. Capítulo III – Da educação, da cultura e do desporto. Seção II – Cultura. 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%201940>>. Acesso em: 02 jun. 2013.
- SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**. São Paulo: Aleph, 2000.
- TAJFEL, Henri. **Human groups and social categories**. Cambridge: University Press, 1981.
- TAMBOR DE CRIOULA. **Tambor de crioula**. Disponível em: <<http://www.tambodecrioula.hpg.ig.com.br>>. Acesso em: 17 nov. 2013.
- TCU – Tribunal de Contas da União. Resolução N° 94, de 01 de abril de 1970.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais – AATR, 2002.
- TELES, Reinaldo Miranda de Sá. Turismo e meio ambiente ou turismo de natureza? Alguns apontamentos para organização dessa modalidade. In: TELES, Reinaldo Miranda de Sá (org.). **Turismo e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, cap. 1, p. 03-20.
- TELESCÓPIO MARANHENSE. **Centro Histórico de São Luís sofre com abandono dos casarões e falta de segurança para moradores e frequentadores**. 2014. Disponível em: <<http://www.telescopiomaranhense.jex.com.br/grande+ilha/centro+historico+de+sao+luis+sofre+com+abandono+dos+casaroes+e+falta+de+seguranca+para+moradores+e+frequentadores>>. Acesso em: 02 set. 2015.
- TENNEMBAUM, Décio. O eu, os objetos e a identidade. **Revista Brasileira de Psicanálise**, Rio de Janeiro: Federação Brasileira de Psicanálise – FRBRAPSI, v.5, p.120-131, 1996.

- THE VALUE WEB. Diagrama de rede de interação de valores de sustentabilidade. Disponível em: <<http://ikan.biz/blog/sustainability-framework/the-value-web/>>. Acesso em: 28 jun. 2013.
- THEOBALD, William F. Significado, âmbito e dimensão do turismo. In: THEOBALD, William F. (Org.). **Turismo global**. São Paulo: Editora do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, 2002.
- TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e qualidade**: tendências contemporâneas. Campinas, SP: Papyrus, 2002.
- TRIPADVISOR. **Rua Portugal**. Disponível em: <<http://www.tripadvisor.com.br/Search?q=rua+portugal&geo.html>>. Acesso em: 25 ago. 2015.
- TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.
- TUAN, Yi-Fu. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. **Geograficidade**, Rio de Janeiro: Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural da Universidade Federal Fluminense – UFF, v.01, n.01, p.08-19, 2011.
- TYLER, Duncan ; GUERRIER, Yvonne; ROBERTSON, Martin. Turismo urbano – a política e o processo de mudança. In: TYLER, Duncan; GUERRIER, Yvonne; ROBERTSON, Martin. (Org.). **Gestão de turismo municipal**: teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos. São Paulo: Futura, 2001. p.36-49.
- UNEP/WTO. Making Tourism More Sustainable. A Guide for Policy maker. 2005. Disponível em: <<http://www.unep.org/pc/tourism/library/A%20Guide%20for%20Policy%20Makers.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage**. 1997. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/repcom97.htm#821>>. Acesso em: 21 abr. 2014.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **A new international instrument**: the proposed UNESCO recommendation on the historic urban landscape (HUL). Paris, 2011.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Rio de Janeiro (Brazil)**. 2012. Disponível em: <[http://whc.unesco.org/archive/advisory\\_body\\_evaluation/1100rev.pdf](http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/1100rev.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2013.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Patrimônio Cultural no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acesso em: 11 jun. 2013.
- UNWTO – United Nations World Tourism Organization. **Indicators of sustainable development for tourism destinations**: a guide book. Madrid, 2004.
- UNWTO – United Nations World Tourism Organization. **Barometer**. 2014. Disponível em: <<http://www.mkt.unwto.org/en/barometer>>. Acesso em: 21 abr. 2014.
- UNWTO – United Nations World Tourism Organization. **Global Report on City Tourism - Cities 2012 Project**. Madrid, 2012. VAN BELLEN, Hans Michael.

- Indicadores de sustentabilidade:** uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2006.
- VANUCCHI, Aldo. **Cultura Brasileira:** o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.
- VASCONCELLOS, Camilo de Mello. **Turismo e museus.** São Paulo: Aleph, 2006.
- VAZ, Gil Nuno. **Marketing turístico:** receptivo e emissor. São Paulo: Pioneira, 2014.
- VAZ, Márcio. **Desafios da integração econômica do complexo portuário industrial na economia municipal de São Luís.** Disponível em: <<http://www.forumdedesenvolvimentosustentavel.saoluis.ma.gov.br>>. Acesso em: 22. mar. 2015.
- VENANCIO, Marluce Wall de Carvalho. **A invenção do Centro Histórico de São Luís, Maranhão.** 2012. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IHrEKu\\_IsIkJ:unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/1019/994+&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IHrEKu_IsIkJ:unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/1019/994+&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 02 set. 2015.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- VIEIRA, Aline Rodrigues Mendes. **A política nacional de turismo:** estudo do programa de regionalização do turismo no Maranhão. 2005. 80f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Maranhão - UFMA. São Luís: 2005.
- VIEIRA, Josenilde Cidreira. O condomínio farol da ilha como nova expressão de reprodução do espaço urbano em São Luís (MA).130f. 2013. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento socioespacial) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2013.
- VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão de sítios históricos:** a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2008.
- VIEIRA, Otávio Augusto. A revitalização do cais Mauá – por uma outra possibilidade. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul: Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul – UCS, v. 4, p. 25-39, jan-jun. 2012.
- VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão.** 2 ed.,v.3. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1993.
- WEFFORT, Francisco. **Um olhar sobre a cultura brasileira:** ações pelo patrimônio. Rio de Janeiro: Funarte, 1998.
- WEISS, Edith Brown. **Fairness to future generations:** international law, common patrimony, and intergenerational equity. New York: United Nations University, 2000.
- WTTC – World Travel & Tourism Council. **Economic impact research.** Disponível em: <<http://www.wttc.org/research/economic-impact-research/>>. Acesso em: 21 abr. 2014.
- WTTC – World Travel & Tourism Council. **Travel and tourism economic impact 2014 world.** Disponível em: < <http://www.wttc.org/>-



/media/files/reports/economic%20impact%20research/regional%20reports/world2014.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2015.

YÁZIGI, Eduardo. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In: YÁZIGI, Eduardo. CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 133-155.

YÁZIGI, Eduardo. **Civilização urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer**. São Paulo: Contexto, 2003.

YÁZIGI, Eduardo. **Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo**. São Paulo: Plêiade, 2009.

YIN, Robert K. **Case study research**. London: Sage Pub, 1994.

4.1.2. YUEN, Belinda; HIEN, Wong Nyuk. **Resident perceptions and expectations of rooftop gardens in Singapore**. *Landscape and Urban Planning*, Michigan: Elsevier, v.73, p.263-276, out. 2004.

## APÊNDICES



## APÊNDICE A

### MODELO PRELIMINAR DE FORMULÁRIO DE PESQUISA COM MORADORES DE SÃO LUÍS, MARANHÃO

Este formulário tem como objetivo levantar informações do entrevistado sobre sua percepção em relação às intervenções do turismo na paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís, sendo as respostas, pelas quais antecipadamente agradecemos, incluídas na composição de dados da tese do doutorando Saulo Ribeiro dos Santos.

#### 1 PERFIL DO ENTREVISTADO

**a) Residência:**

Bairro: \_\_\_\_\_

**b) Tempo de residência em São Luís (anos completos):**

( ) 1 a 5 ( ) 5 a 10 ( ) 10 a 20 ( ) mais de 20

**c) Idade (anos completos):**

( ) 14 a 20 ( ) 21 a 27 ( ) 28 a 34 ( ) 35 a 41 ( ) 42 a 48 ( ) 49 a 60 ( ) acima de 60

**d) Gênero:**

( ) masculino ( ) feminino

**e) Grau de escolaridade:**

( ) analfabeto  
 ( ) ciclo de 1ª a 5ª série: ( ) completo ( ) incompleto  
 ( ) ciclo de 6ª a 8ª série: ( ) completo ( ) incompleto  
 ( ) ensino médio: ( ) completo ( ) incompleto  
 ( ) ensino superior: ( ) completo ( ) incompleto  
 ( ) pós-graduação: ( ) completo ( ) incompleto

**f) Profissão:** \_\_\_\_\_

#### 2 PAISAGEM E TURISMO EM SÃO LUÍS

**a) Na sua opinião, desde o primeiro programa de revitalização do Centro Histórico de São Luís (Projeto Reviver, na década de 80) até os dias atuais, o turismo promoveu mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís?**

( ) sim ( ) não

Por quê? \_\_\_\_\_

**b) Na sua opinião, qual(is) mudança(s) promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís é(são) notável(is)?**

\_\_\_\_\_

**c) Você acredita que a paisagem do Centro Histórico de São Luís vem sofrendo intervenções devido a políticas públicas de turismo?**

( ) sim ( ) não

Por quê? \_\_\_\_\_

**d) Na sua opinião, qual(is) é(são) a(s) intervenção(ões) positiva(s) do turismo sobre a paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís?**

\_\_\_\_\_

**e) Na sua opinião, qual(is) é(são) a(s) intervenção(ões) negativa(s) do turismo sobre a paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís?**

\_\_\_\_\_



## APÊNDICE B

### MODELO PRELIMINAR DE FORMULÁRIO DE PESQUISA COM TURISTAS EM SÃO LUÍS, MARANHÃO

Este formulário tem como objetivo levantar informações do entrevistado sobre sua percepção em relação às intervenções do turismo na paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís, sendo as respostas, pelas quais antecipadamente agradecemos, incluídas na composição de dados da tese do doutorando Saulo Ribeiro dos Santos.

#### 1 PERFIL DO ENTREVISTADO

**a) Procedência:**

Cidade / país: \_\_\_\_\_

**b) Tempo previsto de estadia em São Luís (dias):**

( ) 1 a 5 ( ) 5 a 10 ( ) 10 a 20 ( ) mais de 20

**c) Idade (anos completos):**

( ) 14 a 20 ( ) 21 a 27 ( ) 28 a 34 ( ) 35 a 41 ( ) 42 a 48 ( ) 49 a 60 ( ) acima de 60

**d) Gênero:**

( ) masculino ( ) feminino

**e) Grau de escolaridade:**

( ) analfabeto		
( ) ciclo de 1ª a 5ª série:	( ) completo	( ) incompleto
( ) ciclo de 6ª a 8ª série:	( ) completo	( ) incompleto
( ) ensino médio:	( ) completo	( ) incompleto
( ) ensino superior:	( ) completo	( ) incompleto
( ) pós-graduação:	( ) completo	( ) incompleto

**f) Profissão:** \_\_\_\_\_

#### 2 PAISAGEM E TURISMO EM SÃO LUÍS

**a) Na sua opinião, o turismo promoveu mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís?**

( ) sim ( ) não

Por quê? \_\_\_\_\_

**b) Na sua opinião, qual(is) mudança(s) promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís é(são) notável(is)?**

\_\_\_\_\_

**c) Você percebeu que ocorreram influências na paisagem do Centro Histórico de São Luís em decorrência do desenvolvimento turístico??**

( ) sim ( ) não

Por quê? \_\_\_\_\_

**d) Na sua opinião, qual(is) é(são) a(s) intervenção(ões) positiva(s) do turismo sobre a paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís?**

\_\_\_\_\_

**e) Na sua opinião, qual(is) é(são) a(s) intervenção(ões) negativa(s) do turismo sobre a paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



## APÊNDICE C

### MODELO PRELIMINAR DE FORMULÁRIO DE PESQUISA COM PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS EM SÃO LUÍS, MARANHÃO

Este formulário tem como objetivo levantar informações do entrevistado sobre sua percepção em relação às intervenções do turismo na paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís, sendo as respostas, pelas quais antecipadamente agradecemos, incluídas na composição de dados da tese do doutorando Saulo Ribeiro dos Santos.

#### 1 PERFIL DO ENTREVISTADO

**a) Residência:**

Bairro: \_\_\_\_\_

**b) Tempo de residência em São Luís (anos completos):**

( ) 1 a 5 ( ) 5 a 10 ( ) 10 a 20 ( ) mais de 20

**c) Idade (anos completos):**

( ) 14 a 20 ( ) 21 a 27 ( ) 28 a 34 ( ) 35 a 41 ( ) 42 a 48 ( ) 49 a 60 ( ) acima de 60

**d) Gênero:**

( ) masculino ( ) feminino

**e) Grau de escolaridade:**

( ) analfabeto

( ) ciclo de 1ª a 5ª série: ( ) completo ( ) incompleto

( ) ciclo de 6ª a 8ª série: ( ) completo ( ) incompleto

( ) ensino médio: ( ) completo ( ) incompleto

( ) ensino superior: ( ) completo ( ) incompleto

( ) pós-graduação: ( ) completo ( ) incompleto

**f) Profissão:** \_\_\_\_\_

#### 2 PAISAGEM E TURISMO EM SÃO LUÍS

**a) Na sua opinião, desde o primeiro programa de revitalização do Centro Histórico de São Luís (Projeto Reviver, na década de 80) até os dias atuais, o turismo promoveu mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís?**

( ) sim ( ) não

Por quê? \_\_\_\_\_

**b) Na sua opinião, qual(is) mudança(s) promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís é(são) notável(is)?**

\_\_\_\_\_

**c) Você acredita que a paisagem do Centro Histórico de São Luís vem sofrendo intervenções devido a políticas públicas de turismo?**

( ) sim ( ) não

Por quê? \_\_\_\_\_

**d) Na sua opinião, qual(is) é(são) a(s) intervenção(ões) positiva(s) do turismo sobre a paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís?**

\_\_\_\_\_

**e) Na sua opinião, qual(is) é(são) a(s) intervenção(ões) negativa(s) do turismo sobre a paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís?**

**f) Você já participou de algum programa ou política de turismo para a cidade de São Luís?**

( ) sim ( ) não

Se sim, qual(is)? \_\_\_\_\_

De que forma? \_\_\_\_\_

**g) Você já participou de algum programa ou política de preservação do Centro Histórico de São Luís?**

( ) sim ( ) não

Se sim, qual(is)? \_\_\_\_\_

De que forma? \_\_\_\_\_



**APÊNDICE D**  
**MODELO PRELIMINAR DE FORMULÁRIO DE PESQUISA COM**  
**ADMINISTRADORES PÚBLICOS DE SÃO LUÍS, MARANHÃO**

Este formulário tem como objetivo levantar informações do entrevistado sobre sua percepção em relação às intervenções do turismo na paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís, sendo as respostas, pelas quais antecipadamente agradecemos, incluídas na composição de dados da tese do doutorando Saulo Ribeiro dos Santos.

**1 PERFIL DO ENTREVISTADO**

- a) **Residência:**  
Bairro: \_\_\_\_\_
- b) **Tempo de residência em São Luís (anos completos):**  
( ) 1 a 5 ( ) 5 a 10 ( ) 10 a 20 ( ) mais de 20
- c) **Idade (anos completos):**  
( ) 14 a 20 ( ) 21 a 27 ( ) 28 a 34 ( ) 35 a 41 ( ) 42 a 48 ( ) 49 a 60 ( ) acima de 60
- d) **Gênero:**  
( ) masculino ( ) feminino
- e) **Grau de escolaridade:**  
( ) analfabeto  
( ) ciclo de 1ª a 5ª série: ( ) completo ( ) incompleto  
( ) ciclo de 6ª a 8ª série: ( ) completo ( ) incompleto  
( ) ensino médio: ( ) completo ( ) incompleto  
( ) ensino superior: ( ) completo ( ) incompleto  
( ) pós-graduação: ( ) completo ( ) incompleto
- f) **Profissão:** \_\_\_\_\_

**2 PAISAGEM E TURISMO EM SÃO LUÍS**

- a) **Na sua opinião, desde o primeiro programa de revitalização do Centro Histórico de São Luís (Projeto Reviver, na década de 80) até os dias atuais, o turismo promoveu mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís?**  
( ) sim ( ) não  
Por quê? \_\_\_\_\_
- b) **Na sua opinião, qual(is) mudança(s) promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís é(são) notável(is)?**  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- c) **Você acredita que a paisagem do Centro Histórico de São Luís vem sofrendo intervenções devido a políticas públicas de turismo?**  
( ) sim ( ) não  
Por quê? \_\_\_\_\_
- d) **Na sua opinião, qual(is) é(são) a(s) intervenção(ões) positiva(s) do turismo sobre a paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís?**  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- e) **Na sua opinião, qual(is) é(são) a(s) intervenção(ões) negativa(s) do turismo sobre a paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís?**  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**f) Você já participou de algum programa ou política de turismo para a cidade de São Luís?**

( ) sim ( ) não

Se sim, qual(is)? \_\_\_\_\_

De que forma? \_\_\_\_\_

**g) Você já participou de algum programa ou política de preservação do Centro Histórico de São Luís?**

( ) sim ( ) não

Se sim, qual(is)? \_\_\_\_\_

De que forma? \_\_\_\_\_





## APÊNDICE E

### MODELO PRELIMINAR DE FORMULÁRIO DE PESQUISA COM OBSERVADORES DE CENA DA RUA PORTUGAL

#### FORMULÁRIO DE PESQUISA - QUALIDADE DA PAISAGEM DA RUA PORTUGAL EM SÃO LUÍS, MARANHÃO

PERFIL DO ENTREVISTADO

\*Obrigatório

**Gênero \***

- Masculino  
 Feminino

**Procedência \***

Cidade/País

**Idade (anos completos) \***

- 14 a 20  
 21 a 27  
 28 a 34  
 35 a 41  
 42 a 48  
 49 a 60  
 acima de 60

**Grau de escolaridade**

	ciclo de 1ª a 5ª série	ciclo de 6ª a 8ª série	ensino médio	ensino superior	pós-graduação
completo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
incompleto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Profissão**

**Você já visitou a cidade de São Luís? \***

- Sim  
 Não

**Se a resposta foi positiva, em que ano? Se foi mais de uma vez, favor especificar todos os anos.**

**Se a resposta foi positiva, quantos dias você ficou?**

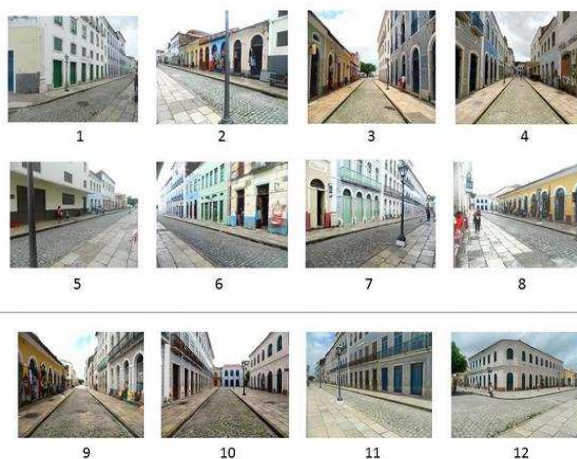
- até 3 dias  
 3 a 5 dias  
 5 a 10 dias  
 10 a 15 dias  
 de 15 a 30 dias  
 mais de 30 dias

## QUALIDADE DA PAISAGEM

A avaliação da paisagem da Rua Portugal é dividida em duas partes, correspondentes A DOIS CONJUNTOS DE IMAGENS SEMELHANTES, e somente poderá ser validada pela indicação de classes de qualidade (muito ruim, ruim, boa ou muito boa) de TODOS OS ITENS solicitados.

### PARTE 1

**Em primeiro lugar, selecione, no conjunto geral de fotos abaixo, a imagem de MELHOR qualidade paisagística e a imagem de PIOR qualidade paisagística. Essas mesmas opções deverão ser assinaladas nas mesmas fotos individuais apresentadas na sequência, de modo que se tenha PELO MENOS uma indicação na classe muito boa e PELO MENOS outra na classe muito ruim.**



#### Melhor e Pior Qualidade Paisagística \*

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Melhor Qualidade Paisagística	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pior Qualidade Paisagística	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Observe as imagens abaixo e classifique cada foto de acordo com a sua qualidade de paisagem (muito ruim, ruim, boa ou muito boa), lembrando que, obrigatoriamente, deve haver a indicação de muito boa para a enquadrada nesta classe no conjunto acima e a indicação de muito ruim para a enquadrada nesta classe no mesmo conjunto.

Foto 1



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa

Foto 2



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa

Foto 3



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa

Foto 4



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa



Foto 5



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa

Foto 6



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa

Foto 7



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa

Foto 8



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa

Foto 9



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa

Foto 10



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa



Foto 11



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa

Foto 12

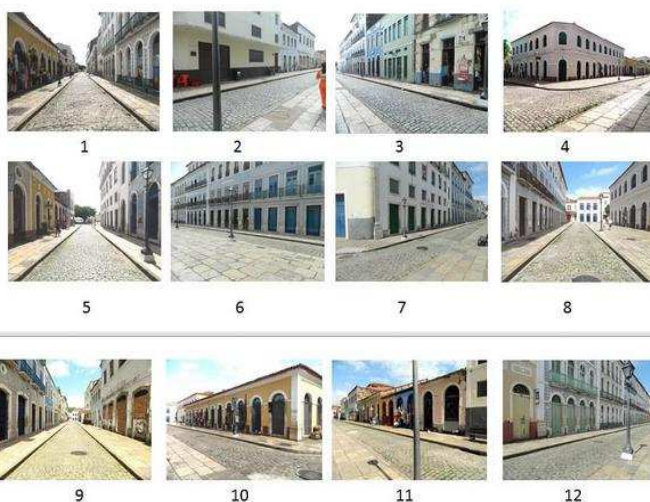


- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa



## PARTE 2

Como na parte anterior, selecione, no conjunto geral de fotos abaixo, a imagem de MELHOR qualidade paisagística e a imagem de PIOR qualidade paisagística. Essas mesmas opções deverão ser assinaladas nas mesmas fotos individuais apresentadas na sequência, de modo que se tenha PELO MENOS uma indicação na classe muito boa e PELO MENOS outra na classe muito ruim.



## Melhor e Pior Qualidade Paisagística \*

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Melhor Qualidade Paisagística	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pior Qualidade Paisagística	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Observe as imagens abaixo e classifique cada foto de acordo com a sua qualidade de paisagem (muito ruim, ruim, boa ou muito boa), lembrando que, obrigatoriamente, deve haver a indicação de muito boa para a enquadrada nesta classe no conjunto acima e a indicação de muito ruim para a enquadrada nesta classe no mesmo conjunto.

Foto 1



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa

Foto 2



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa

Foto 3



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa

Foto 4



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa



Foto 5



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa

Foto 6



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa

Foto 7



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa

Foto 8



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa

Foto 9



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa

Foto 10



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa



Foto 11



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa

Foto 12



- Muito ruim
- Ruim
- Boa
- Muito boa



## APÊNDICE F

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE PLANOS DE TURISMO EM SÃO LUÍS, MARANHÃO

Este formulário tem como objetivo levantar informações do entrevistado sobre sua experiência nos planos de turismo para o município de São Luís, sendo as respostas, pelas quais antecipadamente agradecemos, incluídas na composição de dados da tese do doutorando Saulo Ribeiro dos Santos.

1. Em qual(is) plano(s) de turismo para São Luís você participou?
2. Em que ano(s) aconteceu(ram)?
3. Qual(is) foi(ram) a(s) sua(s) função(ões) no(s) plano(s)?
4. Na sua opinião, qual(is) foi(ram) a(s) principal(is) contribuição(ões) do(s) plano(s) para o turismo de São Luís?
5. Na sua opinião, qual(is) foi(ram) o(s) principal(is) motivo(s) para a realização do(s) plano(s) de turismo para São Luís?
6. Esse(s) plano(s) tinham relação(ões) com outro(s) desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ou pelo Ministério do Turismo? Em caso afirmativo, qual(is)?
7. Na sua opinião, qual(is) o(s) ganho(s) para o turismo com a realização das intervenções realizadas a partir desse(s) plano(s)?
8. O(s) plano(s) de turismo teve(tiveram) apoio(s) do setor privado? Em caso afirmativo, qual(is)?
9. O(s) plano(s) de turismo teve(tiveram) apoio(s) da comunidade ludovicense? Em caso afirmativo, qual(is)?
10. No(s) plano(s) de turismo para São Luís, o Centro Histórico estava contemplado? Em caso afirmativo, em qual(is) aspecto(s)?
11. Na sua opinião, as recentes intervenções para preservação e conservação do acervo patrimonial do Centro Histórico de São Luís estão relacionadas com o turismo? Por quê?
12. Com o advento da atividade turística no Centro Histórico de São Luís a partir de políticas públicas de preservação patrimonial e de incentivo ao turismo, você percebe mudança(s) na paisagem urbana? Em caso afirmativo, qual(is)??





## APÊNDICE G

### ROTEIRO PRELIMINAR DE ENTREVISTA SOBRE PROGRAMAS DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS, MARANHÃO

Este formulário tem como objetivo levantar informações do entrevistado sobre sua experiência nos programas de revitalização do Centro Histórico de São Luís, sendo as respostas, pelas quais antecipadamente agradecemos, incluídas na composição de dados da tese do doutorando Saulo Ribeiro dos Santos.

1. Em qual(is) programa(s) de revitalização do Centro Histórico de São Luís você participou?
2. Em que ano(s) aconteceu(ram)?
3. Qual(is) foi(ram) o(s) seu(s) papel(eis) no(s) programa(s)?
4. Na sua opinião, qual(is) foi(ram) a(s) principal(is) ação(ões) realizada(s) no local?
5. Na sua opinião, qual(is) foi(ram) o(s) principal(is) motivo(s) para a realização de tal(is) programa(s) de revitalização no Centro Histórico de São Luís?
6. Esse(s) programa(s) tinham relação(ões) com outro(s) desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)? Em caso afirmativo, qual(is)?
7. Na sua opinião, qual(is) o(s) ganho(s) para o turismo com a realização dessas intervenções no Centro Histórico de São Luís?
8. O(s) programa(s) de revitalização teve(tiveram) apoio(s) do setor privado? Em caso afirmativo, qual(is)?
9. O(s) programa(s) de revitalização teve(tiveram) apoio(s) da comunidade ludovicense? Em caso afirmativo, qual(is)?
10. Com a(s) intervenção(ões) do(s) programa(s) de revitalização do Centro Histórico de São Luís, você percebe mudança(s) na paisagem urbana? Em caso afirmativo, qual(is)?

**APÊNDICE H**  
**RESPOSTAS A QUESTÕES ABERTAS DO QUESTIONÁRIO APLICADO A MORADORES**  
**DE SÃO LUÍS, MARANHÃO**

CONDIÇÕES	SOCIAIS (especialmente usos)			CULTURAIS (especialmente bens patrimoniais)			ECONÔMICAS (especialmente atividade turística)			POLÍTICAS (especialmente infraestrutura)			AMBIENTAIS (especialmente visuais / paisagem)		
	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-
<b>Na sua opinião, desde o primeiro programa de revitalização do Centro Histórico de São Luís (Projeto Reviver, na década de 80) até os dias atuais, o turismo promoveu mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís?</b>															
Falta saneamento, segurança, atrações, lojas, pois só a revitalização não é suficiente para atrair turistas, precisamos melhorar															
Ainda continua com lixos nas ruas do Centro Histórico.															
Alterações estruturais importantes e reorganização da paisagem.															
Para chamar atenção do público que vem a São Luís.															
Pela sua conservação mais precisa muito melhorar															
Acho que, apesar de o centro histórico ainda estar muito deteriorado, a revitalização implementada na época promoveu uma maior visibilidade. Entretanto, não houve um trabalho contínuo, tampouco uma manutenção do que foi feito e o reflexo disso é um dos maiores acervos de arquitetura colonial portuguesa deixada "às moscas".															
Primeiro porque não pode. É tombado. Segundo, as mudanças são algumas reformas simples e na maioria mal feita.															
Não vejo interesse nem do prefeito e nem do governador em revitalizar uma área tão importante para a história não só do maranhense, mas como também do brasileiro.															
Promoveu o aumento do comércio															
Mantém a cultura viva.															
Pelas inúmeras reformas nos casarões.															
belos casarões.															
Os prédios continuam em total abandono.															
O centro histórico está abandonado.															
É um ponto turístico															
Pois o que observamos é o centro cada vez mais vazio devido a desvalorização do uso de moradia, assim quem passa pelo centro geralmente não mora nele e não sente que ele o pertence															
Pois com o aumento do fluxo de pessoas houve a necessidade de melhorias nas estruturas dos prédios															
O turismo influenciou o comércio na região e a criação de espaços culturais.															

































CONDIÇÕES	SOCIAIS (especialmente usos)			CULTURAIS (especialmente bens patrimoniais)			ECONÔMICAS (especialmente atividade turística)			POLÍTICAS (especialmente infraestrutura)			AMBIENTAIS (especialmente visuais / paisagem)		
	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-
retirada da PM influencia.															
Uma certa conservação de algumas ruas e alguns casarões. Só.															
No momento em que a cidade foi considerada Patrimônio da Humanidade, houve sim, mas agora não vejo.															
Calçamento sem afasto, revitalização do mercado das tulhas, reforma no Teatro Arthur Azevedo e conservação das praças João Lisboa e Benedito Leite com traços originais.															
Restauração dos casarões															
A comercialização de produtos típicos, a presença de museus, meios de hospedagens que dão vida ao local, que é tão penalizado pela falta de moradores comuns.															
Bem pouco, mais uma das principais o número de empresas turísticas e setores públicos turístico.															
A preservação de alguns casarões, para comércio, principalmente no Reviver, local onde se encontra além do acervo para visitação, uma variedade de produtos turísticos.															
A praça que possui vários bares e alguns restaurantes. (Não lembro o nome)															
Mais segurança.															
Mais divulga�es da nossa cidade, através dos vários meios de comunica�o.															
As várias lojas com vendas de produtos regionais, bares, restaurantes e pousadas.															
Não são notáveis ao meu v�, pois não inovam em programa�es artísticas ao livre.															
Nem estimulam as mais variadas diversidades culturais de nossa terra.															
São Luís tem um conjunto arquitetônico: maior próximo de Portugal.															
A limpeza															
Reforma da praça Nauro Machado, mesmo que não exista uma manuten�o eficiente � um espaço bucólico lindo. Instala�o do curso de história da UEMA no centro histórico que embora não efetuada dentro do projeto reviver � passo importante para a inser�o daquele espaço na vida urbana. Curso de arquitetura e urbanismo. Funcionamento do CCPDVF.															
S� sabem apoiar atividades culturais, mas não cuidam do patrimônio físico.															
Novos equipamentos turísticos, a presença de turistas...															
Várias mudanças aconteceram, uma delas foi a rede elétrica que passou a ser subterrânea,															
A instala�o elétrica embutida, porém hoje estão em															

















CONDIÇÕES	SOCIAIS (especialmente usos)			CULTURAIS (especialmente bens patrimoniais)			ECONÔMICAS (especialmente atividade turística)			POLÍTICAS (especialmente infraestrutura)			AMBIENTAIS (especialmente visuais / paisagem)		
	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-
Deus por nossa cultura riquíssima, que acaba perdendo valor por não ter segurança nos espaços que são apresentadas, exemplo, o Centro histórico															
( x ) mais ou menos															
Pode até existir ações no papel, mas na prática o Centro Histórico só é lembrado nas festividades da cidade.															
As intervenções são mínimas, insignificantes! Os casarões passam anos com os tapumes para restaurar e não vemos nada de novo.															
Algumas obras são realizadas e agora há um subprefeito no local.															
Não vejo atuação pública efetiva e permanente. Como tirar tráfego de carros nas ruas do Reviver															
Falta conscientização da população															
Obras paradas															
Acredito que sim, mas ainda pouco notada															
Existem áreas inapropriadas para visitas e o local não tem muita segurança.															
Não vejo muita intervenção.															
Acredito que ainda é pouco visto pelo poder público.															
Não há alterações significativas.															
Ele precisa de mais cuidado.															
Nos últimos 3 anos notou-se a interrupção das ações públicas de incentivo ao turismo, o que resultou na diminuição do fluxo de visitantes e o aumento da sensação de insegurança nas vias de transição das ruas da área em questão.															
Há pouca conservação do patrimônio histórico público. Desde a implantação do projeto Reviver, não houve significativa obra que tenha impactado a paisagem. Até ações de conservação foram feitas com parcimônia, prova disso é o estado de conservação dos prédios. Tudo que foi feito foi de grande valia , mas outras obras de embelezamento do entorno do projeto precisam ser feitas.															
Ele encontra se em completo abandono.															
Pois o turismo apesar de ocorrer ainda é pequeno.															
Embora eu acredite que as políticas de preservação dos prédios antigos, ainda se faça ausente, é possível perceber algumas ações.															
Vejo muitos prédios mal observados, feira também.															
Infelizmente o Centro Histórico precisa de uma revitalização															
Mais muito devagar e precisando ser mais depressa.															
Porque muitos casarões estão abandonados e deteriorando.															
Não há intervenções a bastante tempo															









































CONDIÇÕES	SOCIAIS (especialmente usos)			CULTURAIS (especialmente bens patrimoniais)			ECONÔMICAS (especialmente atividade turística)			POLÍTICAS (especialmente infraestrutura)			AMBIENTAIS (especialmente visuais / paisagem)		
	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-
que incentivam o lado negativo já existente no centro.															
O descaso, não há intervenções notáveis.															
A falta de investimento constante e não somente na época de grande estação.															
Não haver mudança é o fator negativo.															
O turismo de massa, gerando impactos.															
Prédios abandonados, mendigos espalhados pelas ruas, falta de banheiros públicos , bares e restaurantes ruins, falta de treinamento dos funcionários dos comércios , limpeza e segurança ineficazes .															
Uso de casarões como forma de abrigos para moradores de rua.															
Prédios abandonados.															
O ponto negativo é se não tiver uma educação para preservar o patrimônio.															
Muitos moradores de rua.															
Falta de segurança, vandalismo...															
O fluxo turístico de São Luís ainda é incipiente, trouxe mais benefícios que malefícios, já que a maioria dos moradores não tem o hábito de usar o Centro Histórico como espaço de lazer, preferindo shoppings centers, ou a praia.															
Prostituição.															
A descaracterização de algumas fachadas históricas.															
Muita demora em restaurar e revitalizar algumas praças.															
Pessoas despreparadas para atender e também comércio informal.															
O vandalismo, delinquência juvenil e ataques constantes das pessoas... falta de segurança.															
Com o aumento do turismo podemos perceber algumas transformações até mesmo negativas, como utilização de prédios de forma indevida, o aumento de alguns produtos além da constante presença de criminosos															
Abandono de grande parte da cidade, pois os responsáveis pelo cuidado, olham apenas para uma parte da cidade e esquecem-se do lado pobre do contexto															
As negativas, sinceramente só a falta de acompanhamento mesmo. Treinamento para o poder privado em relação ao atendimento (em geral), como limpeza do próprio estabelecimento, trato do cliente, manipulação dos produtos vendidos (alimentos, artesanato)...															
A rigor, nenhuma. Entretanto creio que educação ambiental é necessária à população que lá reside, bem como ações do município no sentido de multar pessoas que urinam na rua.															











CONDIÇÕES	SOCIAIS (especialmente usos)			CULTURAIS (especialmente bens patrimoniais)			ECONÔMICAS (especialmente atividade turística)			POLÍTICAS (especialmente infraestrutura)			AMBIENTAIS (especialmente visuais / paisagem)		
	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-
Este contribui para a revitalização do Centro Histórico.				■											
Acho que não mudou muita coisa.															■
Não, não está sendo investido de forma efetiva os recursos. A cidade está largada.															■
Houve adequações										■					
Não houve investimento e o próprio turismo foi o principal prejudicado, pois o centro histórico não se inclui como um atrativo									■						■
porque e a segunda vez que venho e não vi mudanças.															■
Não sei, mas acho que sim, todo mundo quer conhecer														■	
Não tenho como responder pois esta é minha primeira vez em São Luís														■	
Para causar uma melhor impressão.														■	
Acho que o Centro Histórico passou a ser o centro das atenções.								■						■	
Falta investimento															■
Ponto de referência ao turista								■							
Não mudou muito														■	
Apesar do Centro Histórico ser um local turístico, este mantém sua arquitetura original				■											
Investimento do governo no decorrer dos anos.										■					
As políticas públicas voltadas para o turismo no Maranhão são péssimas.															■
Venho sempre aqui e não vejo diferença															■
Venho sempre aqui e não noto muita diferença.															■
POR QUE GANHOU PROJETOS DE REVITALIZAÇÕES DOS CASARÕES, RESTAURANTES, BARES, CENTROS COMERCIAIS E AFINS.				■											
Falta mais investimento															■
Não acompanhei nenhum projeto															■
Acredito que vieram mais turistas conhecer								■							
O Centro Histórico está parado desde sempre, sem mudanças.															■
Desde que visito São Luís, tá tudo do mesmo jeito. tem mais desenvolvimento em todas as áreas envolvidas.															■
A arquitetura histórica apesar de mal conservada ainda preserva sua estrutura.															■
Não tem muito investimento															■
com o número de turista alto, sempre há mudanças.															■
Traz mais recursos e troca de cultura				■				■							
Falta divulgação															■
Pouco tempo de estadia para opinar															■
Reforma				■						■					
Está adorando tudo															■
Está tudo abandonado															■
Promoveu a valorização através da preservação e conservação do patrimônio.				■											■
Por conta da conservação de alguns espaços de interesse				■						■					



































CONDIÇÕES	SOCIAIS (especialmente usos)			CULTURAIS (especialmente bens patrimoniais)			ECONÔMICAS (especialmente atividade turística)			POLÍTICAS (especialmente infraestrutura)			AMBIENTAIS (especialmente visuais / paisagem)		
	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-
A falta de programas e projetos para a área.															
Abandono de alguns casarões															
Falta de limpeza urbana e sinalização apropriada.															
A falta de segurança															
Degradação, falta de limpeza, segregação social (parte turística e parte não turística)															
Ainda falta mais preservação dos casarões															
Resíduo sólido															
A poluição física e sonora, principalmente.															
Continua um descaso com o Centro Histórico que é o que tem de mais rico em cultura em nosso Estado.															
Aumento da criminalidade na região															
Não conheço. É inquestionável que está muito abandonado. Precisa cuidar dessa															
Riqueza material															
Degradação															
Os pedintes, há em demasiado lá.															
Tá tudo errado lá															
Desconheço.															
Sujeira e violência															
Falta de consciência da população sobre a Educação Patrimonial para preservação do bem cultural e histórico.															
Sem intervenções.															
Bandagem, preços altos falta cultura e artesanato local															
Queria mais artesanato com a cara da cidade.															
Atraiu também o comércio informal e a bandagem.															
Nao deu pra observar															
O preço das mercadorias															
Falta de segurança, higiene, cultura local, pra trabalhar com o turismo falta muito															
Tá muito descuidado, insegurança pela falta de policiamento.															
Vandalismo e violência. Falta segurança no local.															
A falta de um centro cultural com mais exemplares da cultura local.															

## APÊNDICE J

## RESPOSTAS A QUESTÕES ABERTAS DO QUESTIONÁRIO APLICADO A PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS EM SÃO LUÍS, MARANHÃO

CONDIÇÕES	SOCIAIS (especialmente usos)	CULTURAIS (especialmente bens patrimoniais)	ECONÔMICAS (especialmente atividade turística)	POLÍTICAS (especialmente infraestrutura)	AMBIENTAIS (especialmente visuais / paisagem)
-----------	---------------------------------	--	---	---	--



















CONDIÇÕES	SOCIAIS (especialmente usos)			CULTURAIS (especialmente bens patrimoniais)			ECONÔMICAS (especialmente atividade turística)			POLÍTICAS (especialmente infraestrutura)			AMBIENTAIS (especialmente visuais / paisagem)		
	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-
<b>PERCEPÇÃO</b>															
Seria recuperação de ruas, restauração dos casarões, limpezas de ruas...															
As pessoas que viajam pra cá querem conhecer o local.															
Não sei dizer.															
Atraiu um maior número de turistas.															
Maior valorização da cultura local.															
Atrai o capital do empresariado de fora.															
Recuperar, acompanhar e oportunizar os artesãos e os pontos turísticos.															
O local tornou-se ponto de diversão aos fins de semana															
A conservação e atenção com o patrimônio.															
Não houve mobilização nenhuma do setor para esta área.															
Com o aumento do número de turistas, aumentou a nossa renda															
Acho que a conservação do conjunto arquitetônico.															
Gera emprego e renda.															
Emprego e renda.															
Preseruações dos antigos casarões, ruas e pavimentações.															
Não vi nada positivo															
Até agora ainda não vi nenhuma.															
Atrair investimentos privados, turistas, aumento da movimentação da população.															
A criação e implementação de políticas próprias para o CH															
A preservação da paisagem urbana.															
A prefeitura deveria cuidar mais do centro, pois o centro é o cartão postal da cidade.															
Limpeza.															
A Paisagem em si, eu não sei mais o lucro proporciona essas melhorias.															
A qualificação profissional no setor de turismo, já que ele tende a crescer.															
Acredito que a conservação de casarões históricos.															
Essas intervenções só acontecem em período de festas juninas e carnaval, deveriam fazer manutenção constante no turismo															
Acredito que nos últimos anos, a divulgação e o lançamento de programas tem ajudado bastante a trazer o turismo pra cá.															
Desconheço.															
Limpeza, segurança, padronização do comércio informal															
A conservação da paisagem urbana de lá pelo tombamento.															
Aumentou o fluxo de visitantes.															
Limpeza pública.															
Nenhuma. Não fazem nada de positivo aqui.															
Ainda precisa muita coisa pra melhorar a paisagem daqui.															
A chegada de interesse por parte do empresariado, isto significa maior investimento privado.															
<b>Na sua opinião, qual(is) é(são) a(s) intervenção(ões)</b>															





CONDIÇÕES	SOCIAIS (especialmente usos)			CULTURAIS (especialmente bens patrimoniais)			ECONÔMICAS (especialmente atividade turística)			POLÍTICAS (especialmente infraestrutura)			AMBIENTAIS (especialmente visuais / paisagem)		
	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-
<b>PERCEPÇÃO</b>															
A violência no local.			■												
Alguns casarões estão abandonados pelos próprios donos.						■									
A falta de interesse do governo.												■			
A destruição do "verde".															■
Atraiu muito bandido para o local.			■												
O comércio informal. Tem muito ambulante.									■						
Se tivéssemos grande demanda turística, não suportaríamos pois há uma desorganização na estrutura da cidade para atender grande demanda sem falar na falta de preservação do nosso acervo maior, o Centro Histórico.						■									
O vandalismo			■												
Aumenta a necessidade de uma boa infraestrutura.										■					
Falta segurança e política pública relativo ao comércio turístico.			■						■			■			
O aumento de violência no local.			■												
A ocupação desordenada daquele espaço e a falta de segurança			■									■			
A falta de preservação.						■									
As pessoas só visam lucros e não se importam em conservar o local.									■						
O aumento da violência.			■												
A descaracterização de alguns casarões.						■									
O aumento de visitantes gera um aumento na violência também.			■												
O abandono e a falta de segurança são as principais.			■			■									
<b>Você já participou de algum programa ou política de turismo para a cidade de São Luís? De que forma?</b>															
A prefeitura lançou um curso de qualificação em atendimento e eu me matriculei.									■						
Divulgando nosso patrimônio.						■									
O lançamento do Plano Maior na Academia	■				■										
Trabalhei na Secretaria de Turismo e pude participar de alguns projetos .											■				
Programa ilha do reggae											■				
Programa de qualificação da prefeitura SETUR, em curso de qualificação	■														
Participei do Plano Maior na Acadêmia, lançado na UFMA.	■														
Programas independentes de preservação e limpeza de monumentos históricos. De forma ativa e de participação direta.						■									
Foram minicursos oferecidos pela Prefeitura de São Luís.	■														
Instância de Governança e algumas reuniões	■														
Cluster. Não foi adiante.												■			
Cursos de qualificação em turismo.	■														
Cursos de qualificação da Setur sobre informações turísticas.	■														
Um curso curso da prefeitura onde realizamos passeios turísticos.									■		■				

CONDIÇÕES	SOCIAIS (especialmente usos)			CULTURAIS (especialmente bens patrimoniais)			ECONÔMICAS (especialmente atividade turística)			POLÍTICAS (especialmente infraestrutura)			AMBIENTAIS (especialmente visuais / paisagem)		
	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-
<b>PERCEÇÃO</b>															
<b>Você já participou de algum programa ou política de preservação do Centro Histórico de São Luís? De que forma?</b>															
Instância de Governança e reuniões															
Fomentando a divulgação de maneira positiva e propondo algumas intervenções a quem de direito															
Praia grande: eu valorizo															
Limpeza e preservação do centro.															

APÊNDICE K  
RESPOSTAS A QUESTÕES ABERTAS DO QUESTIONÁRIO APLICADO A  
ADMINISTRADORES PÚBLICOS DE SÃO LUÍS, MARANHÃO

CONDIÇÕES	SOCIAIS (especialmente usos)			CULTURAIS (especialmente bens patrimoniais)			ECONÔMICAS (especialmente atividade turística)			POLÍTICAS (especialmente infraestrutura)			AMBIENTAIS (especialmente visuais / paisagem)		
	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-
<b>Na sua opinião, desde o primeiro programa de revitalização do Centro Histórico de São Luís (Projeto Reviver, na década de 80) até os dias atuais, o turismo promoveu mudanças significativas na paisagem do Centro Histórico de São Luís? Por quê?</b>															
Nunca ocorreram intervenções significativas.															
Tornou-se patrimônio um ponto turístico importante.															
Falta projetos e interesse políticos governamentais															
Com sua nova readaptação e limpeza.															
Não sei responder															
Não investiu em infraestrutura e órgãos públicos.															
Muitas das práticas culturais e comerciais são voltadas ao turismo															
Ganhou mais visibilidade.															
Foram feitas modificações principalmente no trânsito de veículos no Centro Histórico, o que preserva e muito sua paisagem e seu conteúdo histórico.															
As mudanças foram feitas no passado e no presente há um grande descaso.															
Da euforia da revitalização ao descaso do abandono.															
Não foi e não é o turismo que promoveu mudanças															
Melhorias em infraestrutura															
O abandono foi substituído por melhorias em casarões abandonados, instalações telefônicas e elétricas.															
Falta de fiscalização dos órgãos públicos															
Não houve políticas públicas para continuidade do Projeto.															
Porque não tenho visto															
<b>Na sua opinião, qual(is) mudança(s) promovidas pelo turismo na paisagem do Centro Histórico de São Luís é(são) notável(is)?</b>															
Não houve nenhuma mudança.															
Principalmente o estabelecimento de pontos comerciais e pontos culturais voltados a turistas															
Desde o Projeto Reviver nunca mais teve mudanças															
O próprio Projeto Reviver e as restaurações dos casarões.															
Quase nenhuma melhora, é visível na ausência de turistas.															
Não tenho base para comparar															
Com essa nova gestão estão trabalhando para resolver vários problemas.															

CONDIÇÕES	SOCIAIS (especialmente usos)			CULTURAIS (especialmente bens patrimoniais)			ECONÔMICAS (especialmente atividade turística)			POLÍTICAS (especialmente infraestrutura)			AMBIENTAIS (especialmente visuais / paisagem)		
	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-
PERCEPÇÃO															
Reutilização de prédios para moradia e órgãos públicos.	■									■					
Revitalização da área tombada.				■											
Na minha visão não foram promovidas mudanças de grande expressão existem fatos que sinalizam para mudanças.														■	
Não são notáveis															■
Ainda não deu pra notar															■
O descaso fechou vários restaurantes e bares que promovem a vida noturna onde os principais hoje funcionam como artesanato (importado).									■						
Sim, com a desapropriação de bares irregulares, com isso os craqueiros e drogados serão remanejados	■														
Os casarões.				■											
Da década de 80 pra cá não mudou muito.					■						■				
Limpeza no centro histórico, casarões lacrados que estavam em estado crítico, fechamento de prostíbulos.				■						■					
Não acho que houve															■
Reestruturação de redes hidrosanitária, elétrica, pavimentação dos espaços urbanos											■				
A adaptação de casarões para funcionamento comercial.							■								
Realmente precisa ser revitalização porque o que vemos é abandono.						■									
A revitalização das ruas e preservação das mesmas valoriza um espaço antes tido apenas como comércio local.				■											
<b>Você acredita que a paisagem do Centro Histórico de São Luís vem sofrendo intervenções devido a políticas públicas de turismo? Por quê?</b>															
Alterações são fruto de empreendimentos particulares							■								
Pois as principais intervenções não partiu de programas turísticos.							■			■					
Com a criação da Subprefeitura.										■					
As intervenções, algumas delas, são em prol da salvaguarda do patrimônio				■											
Ausência do governo que se preocupa com Centro Histórico												■			
Nunca até a última eleição, estado e município andaram juntos e isso influencia muito no descaso.												■			
Só nessa gestão de 2015 com a subprefeitura.										■					
Sim										■					
Não é perceptível, embora alguns prédios tenham sido recuperados pelo poder público.												■			
Por conta da Subprefeitura que vem atuando forte										■					
Porque eles não plantam porque não querem												■			
Ações da Subprefeitura										■					
Não possuo tempo o suficiente em São Luís para perceber											■				





CONDIÇÕES	SOCIAIS (especialmente usos)			CULTURAIS (especialmente bens patrimoniais)			ECONÔMICAS (especialmente atividade turística)			POLÍTICAS (especialmente infraestrutura)			AMBIENTAIS (especialmente visuais / paisagem)		
	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-
<b>PERCEPÇÃO</b>															
Revitalização na feira da Praia Grande; segurança	■			■											
Hoje foi criada uma subprefeitura, onde o subprefeito é da área de turismo, e isso é bem significativo.										■					
Desocupação do anel viário, feira do peixe, portinho e João Lisboa										■					
Segurança, Limpeza	■									■					
Ocupação dos espaços públicos no Centro Histórico										■					
Renovar o centro histórico e colocar policiais e pessoas competentes.	■														
No momento nenhuma.								■							
<b>Na sua opinião, qual(is) é(são) a(s) intervenção(ões) negativa(s) do turismo sobre a paisagem urbana do Centro Histórico de São Luís?</b>															
Degradação de alguns prédios (retirada de azulejos históricos, descaracterização do patrimônio...).						■			■						
Nenhuma	■			■			■			■			■		
Falta de articulação dos poderes Estadual e Municipal não facilitam a indusão de novos investimentos na área.												■			
Muito mendigo e cacreiro.			■												
Abandono, pichações nos prédios, falta de segurança.			■			■									
Não vejo pontos negativos relacionados ao turismo							■								
Mais educação ambiental por parte da população que precisa ser conscientização referente a limpeza, conservação do patrimônio histórico		■													
O excesso de lixo que muitas vezes os turistas, ou a própria população contribui, e a depredação do patrimônio.			■												
Nenhum. Todos estão corretos e que continuem mais e mais.	■			■			■			■			■		
O aumento do custo de vida e o preço das bebidas e comidas dificultando o uso do Centro por parte da população									■						
Não houve intervenções negativas	■			■			■			■			■		
Comércio informal.									■						
Todas			■			■			■			■			■
Colocação de bancos e postes com estilo contemporâneo.												■			
São feitas obras que tornam o espaço urbano do Centro Histórico bem mais visitável, mas pecam no quesito segurança. Quanto mais visitantes, maiores são os assaltos, o que deixa o turista inseguro.			■										■		
Intervenções que ignoram o valor do bem e ou do conjunto, levando os interesses políticos e empresariais a agirem sem critérios de preservação						■			■				■		
Desconheço.															
Casarões abandonados servindo de ponto de marginalização.						■									



**ANEXOS**



## APÊNDICE A

### ARTIGOS 215 E 216 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

V valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios: Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

I - diversidade das expressões culturais; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

VII - transversalidade das políticas culturais; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

IX - transparência e compartilhamento das informações; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura. Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

§ 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação: Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

I - órgãos gestores da cultura; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

II - conselhos de política cultural; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

III - conferências de cultura; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

IV - comissões intergestores; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

V - planos de cultura; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

VI - sistemas de financiamento à cultura; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

VII - sistemas de informações e indicadores culturais; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

VIII - programas de formação na área da cultura; e Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

IX - sistemas setoriais de cultura. Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

§ 3º Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo. Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias. Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

Seção III  
DO DESPORTO

Fonte: JUSBRASIL (2015)